



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Câmpus de Presidente Prudente

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO

**QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: SERGIPE COMO REFERÊNCIA PARA UM
ESTUDO CONFRONTATIVO DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA E
REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (2003 – 2006)**



NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE
REFORMA AGRÁRIA



Presidente Prudente

Agosto de 2008

ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO

**QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: SERGIPE COMO REFERÊNCIA PARA UM
ESTUDO CONFRONTATIVO DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA E
REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (2003 – 2006)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico.

ORIENTADOR: PROF. DR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES

PRESIDENTE PRUDENTE

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO

**QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: SERGIPE COMO REFERÊNCIA PARA UM
ESTUDO CONFRONTATIVO DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA E
REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (2003 – 2006)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, pela banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Departamento de Geografia, UNESP

Prof^{ta}. Dr^a Eda Maria Goes
Departamento de Geografia, UNESP

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
Departamento de Geografia, UNESP

Prof^{ta}. Dr^a Maria Geralda de Almeida
Departamento de Geografia, UFG

Prof. Dr. Sérgio Suaer
Departamento de Gestão de Agronegócios, UnB

Ao meu avô materno, Djalma Rodrigues
(*in memoriam*) pelo exemplo de
honradez, humildade e justiça.

À todos os camponeses e camponesas
que me receberam em suas casas que me
receberam nas suas glebas, minha eterna
gratidão por ensinar-me a ser mais
humano.

AGRADECIMENTOS

Durante as caminhadas para elaboração deste estudo muitos foram aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a finalização desta etapa que aqui se encerra para abrir um outro momento de reflexões e ações. De modo que é difícil, humanamente impossível lembra-me de todos os nomes, mas sem dúvidas as vibrações a mim enviadas estão contidas na pesquisa que hora apresento.

Sou eternamente grato à Energia Positiva Superema que rege o Universo e que atuou nos últimos anos, e segue atuando na vida da minha família para que pudéssemos chegar juntos e unidos a este valioso degrau.

Demonstrou nestes agradecimentos o meu mais sincero amor à Jurema Araujo Ramos e Eraldo da Silva Ramos Filho, meus pais que me geraram, me ensinaram o caminho para trilhar uma vida pautada na dignidade.

Realizar esta pesquisa me exigiu o distanciamento por anos da cidade onde cresci e necessidade de reterritorializar-me no interior paulista. Tarefa dolorida em muitos momentos, mas a chegada de novas amizades me trouxe alívio e uma vontade de estar permanente nos dois locais. Meus agradecimentos a todos os colegas da pós-graduação.

À todos meus mestres do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP e da Universidade de São Paulo minha admiração pela seriedade e agradecimentos pelo respeito com que me trataram no ensinamento dos caminhos do fazer científico.

Ao amigo Sérgio *Duas Unha* Gonçalves, sua companheira Solange Engelman meu respeito e satisfação por ter compartilhado suas experiências de luta comigo.

Aos companheiros Antonio Thomaz Junior, Jorge Montenegro Gómez, Carlos Alberto Feliciano, todos os membros da Coordenação Pedagógica do CEGeo, Estudantes do CEGeo – Via Campesina meu profunda satisfação em compartilhar poder compartilhar da construção do novo.

Muito obrigado a Beatriz Medeiros Melo pelas contribuições valiosas nas transcrições da maior parte dos materiais de entrevistas.

Às professoras Sonia Hernandez e Mayra (Universidad de La Habana) que me conduziram nos caminhos dos idiomas, revelando-me novos mundos.

Agradecimentos aos colegas Elienai Constantino, Bianchi Agostini, Marcel, Junior Bil, Estevan Coca, Tom, Anna, e demais membros do NERA por suas contribuições com a sistematização das informações quantitativas deste trabalho e das profícuas discussões travadas sobre os desafios do desenvolvimento do campo.

Aos estudantes da turma de graduação em Geografia do ano 2004, pelo prazer de aprender e ensinar a Geografia do Brasil.

Aos professores amigos Alexandrina Luz Conceição, Maria Geralda de Almeida e Sérgio Sauer que aceitaram ler a primeira versão deste trabalho aportando suas valiosas contribuições.

À Andrea Pires Rocha pelas divisões de utopias e pela contribuição da tradução emergencial do projeto de pesquisa de cooperação com a Universidad de La Habana.

Às professoras Andrea Oliveira e Aglael pela criteriosa revisão de língua portuguesa.

Aos companheiros Camila Guedes, Mônica Molina, Sonia Azevedo, Maria Inês Escobar, Lais Mourão, Willer Barbosa, Laura Angélica Ferreira, Fernando Michelotti, Fábio Nóbrega pelo desafio da construção do Programa Nacional de Educação do Campo, Formação de Estudantes, Qualificação Profissional para Assistência Técnica e Extensão Rural – Residência Agrária.

Aos companheiros Caridad, Glória, Luiza (mis mamás de La Habana), professores da Universidad de La Habana: Angelina Herrera Sorzano, Roberto González Sosa, Eduardo San Marful Orbis, Silvia Diaz Garcia, Ricardo Seco, Jose Mateo Rodriguez, os estudantes Yonder *Morón*, Naian e suas famílias, Guillermo Cosa (Espanha), Bodo Ficher (Alemanha), Júlia (Alemanha) por me ensinarem e compartilharem suas vidas, experiências, conhecimentos e ensinar-me sobre a Revolução Cubana.

À Silvana Lúcia (MST-SE) o auxílio no trabalho de campo no sertão sergipano.

Aos pesquisadores populares da Rede Terra de Pesquisa Popular pelo aprendizado desenvolvido nas pesquisas.

Ao João Paulo e Quimet (Espanha) pela hospedagem solidária.

Aos companheiros do MST e FETASE pelas informações prestadas.

Ao Bernardo Mançano Fernandes, meu orientador pela confiança, respeito, e instigadora valiosa orientação. À sua companheira Ana Lúcia de Almeida pelo apoio nos momentos difíceis vividos no distanciamento da minha família.

RESUMO

Nas últimas décadas o campo brasileiro vem passando por transformações profundas, em particular a alteração da postura do Estado frente à questão agrária. Em virtude do seu ajustamento à lógica neoliberal, verifica-se a concretização da internacionalização das políticas públicas para o campo, mediante: a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, a substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural, o fortalecimento do agricultor familiar e negação da existência do camponês, assim como a implementação da Reforma Agrária de Mercado. Tais concepções estão inspiradas em documentos, programas e diretrizes de agências financeiras multilaterais dentre elas o Banco Mundial e fundo Monetário Internacional que influenciam e subsidiam a intervenção política dos Estados credores com vistas a propagação de um pacote de políticas fundiárias neoliberais, formado por: ações voltadas a à administração das terras, de modo a discriminar e mapear o estoque de terras públicas e privadas; incentivos à titulação alienável das terras públicas e comunais; estímulos ao funcionamento dos mercados de terras; financiamento voltado para a criação de fundos de terras ou bancos de terras; e criação de mecanismos de reforma agrária de mercado. Em diferentes países da África, Ásia, América Latina e Brasil o instrumento de reforma agrária de mercado foi instituído. Mas, foi no Brasil que tais políticas alcançaram maior amplitude e aprofundamento. Apesar de apresentarem diferentes denominações no espaço e no tempo reforma agrária do Banco Mundial tem regras de funcionamento e impactos socioterritoriais negativos muito similares. Estes instrumento de recriação do campesinato foi introduzido no Brasil em 1997, mesmo diante de fortes questionamentos, acerca dos seus impactos socioterritoriais negativos, este instrumento foi territorializado nas cinco regiões brasileiras e segue ampliando o número de famílias atingidas e áreas compradas. Nesse bojo, este estudo analisa os processos socioespaciais que têm contribuído para a construção de distintas (des)(re)territorializações dos camponeses mutuários do PNCF e dos assentados nos Projetos de Reforma Agrária. Atualmente, no governo Lula, todos os programas criados durante o governo anterior foram extintos. Todavia, linhas de financiamento substitutivas foram criadas e abrigadas sob o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), integrante da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a operação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, agora incorporado à política fundiária do Estado brasileiro e funcionando como um instrumento de longo prazo. Há modalidades de linhas de financiamento da RAM semelhantes às do governo anterior. Embora que cada uma delas tenha passado por um “melhoramento” nas regras operacionais e tenha ganhado um novo nome, a lógica do programa permanece a mesma. Tomo como ponto de partida a escala de Sergipe para analisar o processo de implantação da reforma agrária e a reforma agrária de mercado no período de 2003 a 2006. Analiso o processo de (des)(re)territorialização dos camponeses mutuários da reforma agrária de mercado e beneficiários da reforma agrária, comparo suas histórias de vida e debato teoricamente a construção dos diferentes espaços de socialização política. Discuto a construção das diferentes territorialidades no processo de criação e recriação do campesinato a partir das políticas fundiárias em tela. Tomo como referência os processos de implantação dos empreendimentos de crédito fundiário e assentamentos de reforma agrária e as diferentes formas de participação política dos camponeses para, em seguida, apresento pontos de contato, afastamento e oposição entre as territorialidades em construção. Discuto o tratamento dado à política de reforma agrária nos governos José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco. Bem como, as mudanças paradigmáticas das políticas fundiárias assumidas a partir dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, seguido das políticas fundiárias no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Analiso o processo de territorialização da reforma agrária de mercado e reforma agrária através de dados estatísticos com vista a delimitar o lugar da primeira no processo de criação e recriação do campesinato e remeto o leitor à análise dos pressupostos, princípios e intencionalidades das políticas fundiárias neoliberais difundidas pelo Banco Mundial como forma de controle dos processos de criação de recriação do campesinato. Passando em seguida para a exposição das diferentes manifestações das políticas fundiárias neoliberais na escala global, para tanto me utilizo das realidades manifestas na África (África do Sul e Zimbábue), Ásia (Índia, Tailândia, Filipinas), América Latina (México, Colômbia, Guatemala) e Brasil. Reúno as principais características dos países estudados para melhor compreender a problemática no Brasil. Problematizo a necessidade dos camponeses articularem-se politicamente nas escalas nacional e internacional através da Via Campesina, e construir seu próprio conhecimento para o enfrentamento ao neoliberalismo. Para por fim, debato teoricamente os movimentos socioterritoriais e a luta pela terra, a reforma agrária, e as concepções paradigmáticas da questão agrária.

Palavras-chave: questão agrária; reforma agrária; território; territorialidades; neoliberalismo; reforma agrária de mercado; campesinato; desenvolvimento territorial.

RESUMEN

En las últimas décadas el campo brasileño viene pasando por transformaciones profundas, en particular la alteración de la postura del Estado frente a la cuestión agraria. En virtud de su ajuste a la lógica neoliberal, se verifica la concretización de la internacionalización de las políticas públicas para el campo, mediante: la difusión de la concepción de alivio de la pobreza rural, la sustitución de la cuestión agraria por las políticas de desarrollo rural, el fortalecimiento del agricultor familiar y la negación de la existencia del campesino, así como la implementación de la Reforma Agraria de Mercado. Tales concepciones están inspiradas en documentos, programas y directrices de las agencias financieras multilaterales, entre ellas el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, que influyen y subsidian la intervención política de los Estados acreedores con vistas a la propagación de un paquete de políticas neoliberales sobre la tenencia de las tierras, formado por: acciones volcadas a la administración de las tierras, de modo de discriminar y mapear el fondo de tierras públicas y privadas; incentivos a la titulación alienable de las tierras públicas y comunales; estímulos al funcionamiento de los mercados de tierras; financiamiento volcado a la creación de fondos de tierras o bancos de tierras; a la creación de mecanismos para la reforma agraria de mercado. En diferentes países de África, Asia y América Latina, donde se destaca Brasil, fue instituida la reforma agraria de mercado. Mas no fue en Brasil donde tales políticas alcanzarían la mayor amplitud y profundidad. A pesar de que se presentaron diferentes denominaciones en el espacio y en el tiempo, la reforma agraria del Banco Mundial tiene reglas para el funcionamiento e impactos socioterritoriales negativos muy similares. Estos instrumentos de re-creación del campesinado fueron introducidos en Brasil en 1997, en medio de fuertes cuestionamientos, acerca de sus impactos socioterritoriales negativos. Este instrumento fue territorializado en cinco regiones brasileñas y se sigue ampliando el número de familias golpeadas en las áreas compradas. En ese contexto, este estudio analiza los procesos socioespaciales que han contribuido a la construcción de las diferentes (re)territorializaciones de los campesinos mutualistas del PNCF y de los asentados en los Proyectos de Reforma Agraria. Actualmente, en el gobierno de Lula, todos los programas creados durante el gobierno anterior fueron eliminados. Fueron creadas líneas de financiamiento sustitutivas y amparadas por el Programa Nacional de Crédito Fundiario (PNCF), que integra la Secretaria de Reordenamiento Agrario (SRA) del Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA), con operaciones sobre el Fondo de Tierras y de la Reforma Agraria, ahora incorporada a la política fundiaria del Estado brasileño y funcionando como un instrumento a largo plazo. Hay modalidades de líneas de financiamiento de RAM semejantes a las del gobierno anterior. Aún cuando cada una de ellas ha pasado por un “mejoramiento” en las reglas operacionales y ha ganado un nuevo nombre, la lógica del programa sigue siendo la misma. Tomo como punto de partida la escala de Sergipe para analizar el proceso de implantación de la reforma agraria y la reforma agraria de mercado en el periodo 2003 a 2006. Analizo el proceso de la (des)(re)territorialización de los campesinos mutualistas de la reforma agraria de mercado y beneficiarios de la reforma agraria; comparo sus historias de vida y argumento teóricamente la construcción de diferentes espacios de socialización política. Discuto la construcción de diferentes territorialidades en el proceso de creación y re-creación del campesinado a partir de las nuevas políticas fundiarias. Tomo como referencia los procesos de implantación del campesinado en empresas de crédito fundiario y asentamientos de reforma agraria y las diferentes formas de participación política de los campesinos, para pasar enseguida a la presentación de puntos de contacto, alejamiento y oposición entre las territorialidades en construcción. Discuto el tratamiento dado a la política de reforma agraria durante los gobiernos de José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, así como las transformaciones paradigmáticas de las políticas fundiarias asumidas por los dos mandatos del ex presidente Fernando Henrique Cardoso, seguido por las políticas fundiarias durante el primer mandato de Luis Inácio Lula da Silva. Analizo el proceso de territorialización de la reforma agraria de mercado y de la reforma agraria a través de datos estadísticos con vistas a delimitar el lugar de la primera en el proceso de creación y re-creación del campesinado y remito al lector al análisis de los presupuestos, principios e intencionalidades de las políticas fundiarias neoliberales difundidas por el Banco Mundial como forma de control de los procesos de creación y re-creación del campesinado. Pasando enseguida a la exposición de diferentes manifestaciones de la política fundiaria neoliberal a escala global, utilizando realidades manifiestas en África (África del Sur y Zimbawe), Asia (India, Tailandia y Filipinas), América Latina (México, Colombia y Guatemala) y Brasil. Reúno las principales características de los países estudiados para comprender mejor la problemática de Brasil. Presento la problemática de la necesidad de los campesinos de articularse políticamente a escala nacional e internacional a través de Vía Campesina y construir su propio conocimiento para el enfrentamiento al neoliberalismo. Para, por fin, debatir teóricamente los movimientos socioterritoriales y los de la lucha por la tierra, la reforma agraria y las concepciones paradigmáticas de la cuestión agraria.

Palabras-clave: cuestión agraria, reforma agraria, territorio, territorialidades, neoliberalismo, reforma agraria de mercado, campesinado, desarrollo territorial.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	xii
LISTA DE QUADROS.....	xiii
LISTA DE FIGURAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE: ESTUDO CONFRONTATIVO	32
1.1. O PROCESSO DE (DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES, POR MEIO DA LUTA PELA TERRA E A COMPRA DE TERRAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.....	34
1.2. AS TRAJETÓRIAS DE VIDA E A RELAÇÃO COM A TERRA DOS MUTUÁRIOS E ASSENTADOS E ASSENTADOS.....	63
1.3. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CAMPONESES E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO PRÉVIO DO ACESSO À TERRA DOS MUTUÁRIOS E BENEFICIÁRIOS.....	77
1.3.1 AS ASSOCIAÇÕES DE CAMPONESES NO CRÉDITO FUNDIÁRIO.....	80
1.3.2. AS LUTAS PELA TERRA QUE ANTECERAM OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	95
2. AS TERRITORIALIDADES DOS EMPREENDIMENTOS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	119
2.1. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS, AS POLÍTICAS SOCIAIS, A CONDIÇÃO DE SUBSISTÊNCIA NOS EMPREENDIMENTOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	120
2.1.1. OS CASOS DE DOS EMPREENDIMENTOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.....	120
2.1.2. OS CASOS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	150
2.2. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MUTUÁRIOS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO E ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	176
2.2.1. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MUTUÁRIOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.....	177
2.2.2. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	184
2.3. AS TERRITORIALIDADES EM CONSTRUÇÃO DOS MUTUÁRIOS E ASSENTADOS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	193
3. ESTADO, POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (RA E RAM).....	199

3.1. REFORMA AGRÁRIA POR PERÍODO DE GOVERNO: SARNEY, COLLOR, ITAMAR. RURALISTAS 10, CAMPONESES 0.....	199
3.2. REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995 – 1998): A DESPOLITIZAÇÃO DA LUTA CAMPONESA.....	211
3.3. REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1999-2002): APROFUNDAMENTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	218
3.4. REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA (2002-2006).....	225
3.5. A TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	235
4. REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO MUNDO.....	245
4.1. POLÍTICAS DE TERRAS DO BANCO MUNDIAL NA ÁFRICA.....	249
4.1.1. O CONTEXTO DA ÁFRICA DO SUL.....	249
4.1.2. O CONTEXTO DO ZIMBABUÉ.....	255
4.2. AS POLÍTICAS DE TERRAS DO BANCO MUNDIAL NA ÁSIA.....	261
4.2.1. O CONTEXTO DA ÍNDIA.....	261
4.2.2. O CONTEXTO DA TAILÂNDIA.....	267
4.2.3. O CONTEXTO DAS FILIPINAS.....	274
4.3. POLÍTICAS DE TERRAS DO BANCO MUNDIAL NA AMÉRICA LATINA.....	280
4.3.1. O CASO DO MÉXICO.....	280
4.3.2. O CONTEXTO DA COLÔMBIA.....	285
4.3.3. O CONTEXTO DA GUATEMALA.....	292
4.4. POLÍTICAS DE TERRAS DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL.....	307
4.5. AS POLÍTICAS DE TERRAS DO BANCO MUNDIAL NO MUNDO: QUADRO SINTÉTICO.....	321
5. MOVIMENTOS CAMPONESES, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	324
5.1. A VIA CAMPESINA INTERNACIONAL.....	325
5.2. A VIA CAMPESINA BRASIL E A REDE TERRA DE PESQUISA POPULAR.....	327
5.3. OS <i>THINK TANKS</i> E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS IMATERIAIS.....	331
5.3.1. OS <i>THINK TANKS</i> CONSERVADORES E O CRÉDITO FUNDIÁRIO DE COMBATE À POBREZA RURAL.....	334
5.3.2. A REDE TERRA DE PESQUISA POPULAR E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL.....	339

5.4. OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, A LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA.....	347
6 A QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: REFORMA AGRÁRIA E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO...354	
6.1. A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO E A QUESTÃO PARADIGMÁTICA.....	354
6.2. DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS DE REFORMA AGRÁRIA.....	365
6.2.1. A REFORMA AGRARIA ESTRUTURAL OU REVOLUÇÃO AGRÁRIA.....	367
6.2.2. A REFORMA AGRÁRIA MARGINAL E A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA.....	372
6.2.3. PARA ALÉM DA REFORMA AGRÁRIA CONVENCIONAL.....	375
6.3. REFORMA AGRÁRIA: TERRITÓRIO DA POLÍTICA.....	378
6.4. REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: TERRITÓRIO DA ECONOMIA.....	381
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	384
BIBLIOGRAFIA.....	395
LISTA DE ENTREVISTADOS.....	408

LISTA DE SIGLAS

ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente
AMPA - Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ASDECO - Associação de Moradores de Salgado
ATES - Assessoria Técnico Social e Ambiental
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BT – Banco da Terra
CAF – Consolidação da Agricultura Familiar
CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
CECAC - Centro de Capacitação Canudos
CF – Crédito Fundiário
CFCPR – Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPR – Combate a Pobreza Rural
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DER - Departamento Estadual de Estradas e Rodagens
DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe
DLA - Departamento de Questões Fundiárias
DTR – Desenvolvimento Territorial Rural
EFA – Escola Família Agrícola
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FCT – Faculdade Ciências e Tecnologia
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FST - Fórum Social do Triângulo
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisas Sociais
MARAM - Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado
MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEPF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MCNT - Movimento Conquistando Nossa Terra
MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
MP - Ministério Público de Sergipe
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPT – Nossa Primeira Terra
OAB - Organização dos Advogados do Brasil
OAC - Organização Agrária Camponesa
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAC - Programa de Consolidação e Emancipação
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
PCT – Projeto Piloto Cédula da Terra
PDV - Plano de Demissão Voluntária
PFL – Partido da Frente Liberal
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POA - Plano Operativo Anual
PQA – Paradigma da Questão Agrária
PQD – Programa de Qualificação Docente
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSDB – Partido da Sócio Democracia Brasileira
PSJ – Reforma Agrária Solidária – Projeto São José
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe
PT – Partido dos Trabalhadores
RTPP – Rede Terra de Pesquisa Popular
RA – Reforma Agrária
RACEFAES - Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo
RAM – Reforma Agrária de Mercado
RENAP - Rede Nacional dos Advogados Populares
SACI - Sociedade de Estudos e Cidadania
SEED – Secretaria de Estado da Educação e do Desporto
SSP - Secretaria de Segurança Pública
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TL – Terra para Liberdade
TNB – Terra Negra Brasil
TUPÃ 3E - Trabalhadores do Município de Tupanciretã

UDR – União Democrática Ruralista

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNEMAT – Universidade do Estado do Mato Grosso

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”

UTE – Unidade Técnica Estadual

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SEGIPE – BANLANÇO PRELIMINAR DO CRÉDITO FUNDIÁRIO – 2003.....	20
TABELA 2 – SERGIPE – RELATÓRIO SINTÉTICO DOS CONFLITOS NO CAMPO – 2003.....	20
TABELA 3 – SERGIPE – NUMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS NOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA – 01/01/2003 ATÉ 31/12/2003.....	21
TABELA 4 - BRASIL - ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2003.....	40
TABELA 5 – SERGIPE - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS E ÁREA DE RA E RAM (2001-2006).....	45
TABELA 6 – SERGIPE - TERRITORIALIZAÇÃO DA RAM (2001-2007).....	60
TABELA 7 – BRASIL – CONFLITOS PELA TERRA E MORTES – 1971 – 1984.....	201
TABELA 8 – BRASIL – IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS – GOVERNO SARNEY.....	206
TABELA 9 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA – GOVERNO SARNEY.....	207
TABELA 10 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA – GOVERNOS COLLOR E ITAMAR.....	211
FIGURA 11 – BRASIL – IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS – GOVERNOS COLLOR E ITAMAR.....	211
TABELA 12 – BRASIL – IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS – GOVERNO FHC.....	225
TABELA 13 – BRASIL – LUTA PELA TERRA – GOVERNO LULA.....	232
TABELA 14 – BRASIL – IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS – GOVERNO LULA.....	232
TABELA 15 – BRASIL – A LUTA PELA TERRA ENTRE 1985 – 2006.....	237
TABELA 16 – BRASIL – IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS ENTRE 1985 – 2006.....	238
TABELA 17 - BRASIL - FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM RAM (1998 - 2006).....	239
TABELA 18 – TRANSFERÊNCIA DE TERRAS PELOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA NA ÁFRICA DO SUL.....	251
TABELA 19 – BRASIL - ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2003.....	356

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – SERGIPE - IMÓVEIS IMPRODUTIVOS.....	41
QUADRO 2 - TERRITORIALIZAÇÃO DA VIA CAMPESINA NO MUNDO – 2007.....	326

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – VALENÇA DO PIAUÍ - MUTUÁRIO TRABALHANDO NA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE RAM –2006.....	6
FIGURA 2 – SERGIPE – ÁREAS DE ESTUDO – 2008.....	28
FIGURA 3 – CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA, GOVERNO JOÃO ALVES FILHO – 2005.....	48
FIGURA 4 – SERGIPE – FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM OCUPAÇÕES, ASSENTAMENTOS E CRÉDITO FUNDIÁRIO (1996 – 2007).....	57
FIGURA 5 - SERGIPE – FAMÍLIAS EM RA E RAM – 2001 – 2007.....	62
FIGURA 6 - SERGIPE – FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES E RAM – 2001 – 2007.....	62
FIGURA 7 – VISTA PARCIAL DO LOTE DE PRODUÇÃO NO ACAMPAMENTO GERALDO GARCIA.....	68
FIGURA 8 – ESTRADA VICINAL QUE CORTA O ACAMPAMENTO GERALDO GARCIA.....	110
FIGURA 9 - HABITAÇÃO ABANDONADA NA ASSOCIAÇÃO FRUTO DA TERRA SIMÃO DIAS.....	124
FIGURA 10 - CARTA DE COBRANÇA DO BNB AOS CAMPONESES, ASSOCIAÇÃO FRUTO DA TERRA SIMÃO DIAS.....	126
FIGURA 11 – CHAFARIZ COMUNITÁRIO NO POVOADO CAMPO GRANDE.....	128
FIGURA 12 – MULHERES COLETANTANDO ÁGUA POTÁVEL NO CHAFARIZ COMUNITÁRIO.....	128
FIGURA 13 - PORTO DA FOLHA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE SENHOR DO BONFIM.....	131
FIGURA 14 – PORTO DA FOLHA – CRIANÇAS SE DESLOCANDO PARA A ESCOLA.....	133
FIGURA 15 – VALE DO PIAUÍ DE BAIXO, ROÇA DE FEIJÃO, AO FUNDO CASA DA BOMBA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA.....	140
FIGURA 16 – LOTE DE MORADIA E ROÇAS FAMILIARES.....	140
FIGURA 17 - TAMANHO MÁXIMO ATINGIDO PELO AMENDOIM NO PIAUÍ DE BAIXO.....	141
FIGURA 18 - PRODUÇÃO DE MUDAS DE MAMOEIRO AO LADO DA HABITAÇÃO FAMILIAR.....	144
FIGURA 19 - FRUTICULTURA IRRIGADA.....	144
FIGURA 20 – SALGADO – GRANJA NO LOTE DE MORADIA – 2005.....	145
FIGURA 21 – JAPARATUBA – MEL 13 DE MAIO – 2005.....	162
FIGURA 22 - ASSOREAMENTO NO RIACHO CAFUNDÓ - PA 13 DE MAIO – JAPARATUBA.....	164
FIGURA 23 – PA KARL MARX – VISTA PARCIAL DAS PARCELAS PRODUTIVAS – 2007.....	169

FIGURA – 24 – BRASIL – NÚMERO DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM OCUPAÇÕES DE TERRAS E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA (1998-2005).....	236
FIGURA 25 – MAPA – BRASIL – GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA – 1998 – 2006.....	242
FIGURA 26 – BRASIL – GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RA – 1998 – 2006.....	243
FIGURA 27 – BRASIL – GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – RAM – 1998-2006.....	244
FIGURA 28 – BRASIL – LINHAS DE FINANCIAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (1998 – 2006).....	314
FIGURA 29 – PROTESTO DA VIA CAMPESINA CONTRA O AGRONEGÓCIO.....	329
FIGURA 30 - CARTAZ DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO DO BANCO MUNDIAL – 2006.....	340

O CANTO DA TERRA SAGRADA

*Contam por esta terra
Quem trabalha a terra só vive a penar
Batido sem direito à terra
Vive em pé-de-guerra, sem poder sonhar
Com a vida que nasce da terra
E ao pó da terra a vida voltará
A terra, ela é sagrada
Nas mãos de quem trabalha a terra
Suor vida trabalho encerra
O direito à terra é de quem trabalha
Deus quando criou a Terra
Fez vales e serras, fez rios e mar
Fez do homem imagem e semelhança
E fez a criança com ânsia de amar
E fez, também, o passarinho
Que faz seu ninho pra se agasalhar
O beija-flor pequenininho
Também faz seu ninho pra se agasalhar
Letra: Paulinho Amorim*

INTRODUÇÃO

Cantares...
Caminante, son tus huellas el camino y nada más;
Caminante, no hay camino, se hace camino al andar.
Al andar se hace camino y al volver la vista atrás
Se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar.

Antonio Machado (poeta espanhol)

As últimas décadas e este início de século têm sido marcados por intensas transformações nas relações sociais, resultantes de céleres mudanças no desenvolvimento socioterritorial, que podem ser interpretadas como estratégias da atual fase do sistema capitalista; o qual objetiva expandir-se aos diferentes países, de modo implacável, intensificando o processo de globalização neoliberal. Sua face hegemônica é a globalização econômico-financeira que, ao mesmo tempo, determina e usufrui a compressão espaço-tempo. Relações hegemônicas e contra-hegemônicas são construídas e se confrontam cotidianamente, quer no local, quer no global. Vivenciamos uma racionalidade social e política marcada por uma crise do contrato social da modernidade (SANTOS, 1998).

A contratualização perpassa uma multidimensionalidade que inclui interações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, cuja legitimação se estabelece pela tensão existente entre inclusão e exclusão. É, portanto, no campo de lutas pela inclusão e exclusão que o contrato se refaz permanentemente. Esta crise, em curso há mais de uma década, pode ser identificada a partir de distintos indicadores, como no processo de erosão geral dos valores resultante em uma crescente fragmentação da sociedade, que passa a estabelecer *apartheids* nas diferentes dimensões da vida. Verifica-se a perda de sentido da luta pelo bem comum, como também, de alternativas de bem comum.

Apesar da permanência dos valores da modernidade (liberdade, igualdade, autonomia, subjetividade, justiça, solidariedade) e as contradições entre eles, seus significados são dissimulados e novos sentidos atribuídos, agora, com tantos significados distintos quantos forem os grupos sociais. Este excesso de sentido leva a uma paralisia da eficácia e da neutralização. Para Santos, o processo de compressão espaço-tempo condiciona uma turbulência das escalas, nas quais estamos habituados a identificar os fenômenos, os conflitos e as relações. “Como cada um destes é produto da escala em que observamos, a turbulência nas escalas cria estranhamento, desfamiliarização, surpresa, perplexidade e indivisibilização”

(1998, p.19).

A cooptação do conhecimento científico pelos interesses da dinâmica do capital, a perda de centralidade do Estado e a turbulência das escalas têm conduzido a um cenário de ofuscamento das alternativas, propagação da impotência e passividade. A estabilidade escalar parece existir, apenas, na esfera do mercado e do consumo. Apesar da crise, a contratualização se faz corriqueira na sociedade contemporânea. Fala-se em contratualização das relações sociais, trabalhistas, das relações políticas do Estado com as organizações sociais, etc.

Essa contratualização apresenta três características centrais: a primeira condiz com uma “contratualização liberal individualista, moldada na idéia do contrato social de direito civil entre indivíduos e não na idéia do contrato social entre agregações coletivas de interesses sociais divergentes” (Ibid., p. 22); a segunda característica ressalta a instabilidade da contratualização, uma vez que, a qualquer momento, esta pode ser denunciada por uma das partes; e, por fim, a contratualização atual nega a existência do conflito e a luta como componentes estruturais do poder. Desta forma, afirma a passividade e o consenso. Um exemplo emblemático é o Consenso de Washington, no qual os países capitalistas centrais definiram as diretrizes globais de “desenvolvimento” das nações periféricas. Estas, por sua vez, têm de seguir o receituário proposto de forma acrítica sob pena de serem excluídas dos programas de “ajuste”.

O contrato social da modernidade é falso, uma vez que não resulta da discussão, e sim, da imposição unilateral do membro mais forte, que busca subjugar o membro mais fraco. A crise do contrato social reflete-se, portanto, no predomínio dos processos de exclusão em detrimento dos de inclusão. A exclusão tem se dado tanto pelo confisco dos direitos de cidadania, considerados inalienáveis anteriormente (pós-contratualismo), quanto no bloqueio de acesso à cidadania aos sujeitos (SADER, 1988); que eram, antes, candidatos à cidadania e esperançosos em conseguí-la (pré-contratualismo).

Essas formas de exclusão são balizadas por quatro principais formas de consensos: primeiramente, a do consenso econômico neoliberal, assentado na liberalização dos mercados financeiros, desregulamentação, privatizações, redução do Estado e dos gastos sociais, redução do déficit público, fortalecimento do poder econômico das corporações e bancos transnacionais, fragilização da organização da sociedade. Enfim, o que está em jogo é a concretização do controle dos Estados Nacionais pelo Fundo Monetário Internacional,

Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio; o Estado fraco é o segundo consenso; o terceiro é o democrático liberal e “consiste na promoção internacional de concepções minimalistas de democracia como condição de acesso dos Estados nacionais aos recursos financeiros internacionais” (SANTOS, 1998, p. 27) e o último é derivado dos outros supracitados. O consenso do primado do direito e dos tribunais prioriza a propriedade privada em detrimento do público, as relações mercantis e o setor privado. Tal consenso busca uma operacionalização segura, previsível, garantida contra violação unilateral. Para tanto, transforma-se o quadro jurídico e os tribunais, e a contratualização passa a buscar a individualização com vista a possibilitar maior controle. É, portanto, neste contexto de crise do contrato social da modernidade que se situam as transformações recentes nas políticas agrárias e agrícolas das nações da Ásia, África, América Latina.

Historicamente, as ações políticas no campo brasileiro transparecem a estratégia territorial, cuja meta tem sido responder quantitativamente à inserção subalternizada e dependente do país no capitalismo monopolista. Esta condição mantém-se inalterada na década de 1990. Mas, sobretudo a partir de sua segunda metade, durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹, as influências ideológicas e teóricas de instituições financeiras multilaterais transmutaram-se em conhecimentos científicos, que fundamentam e sustentam a elaboração, a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas. Sob a defesa da necessidade de promoção do desenvolvimento rural, difundem-se como eixos principais: a valorização exacerbada do agronegócio, a substituição da questão agrária por políticas de desenvolvimento rural sustentável, com vistas à redução da pobreza rural.

Os movimentos camponeses, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), identificando na ofensiva neoliberal a possibilidade de aprofundamento da subordinação do campesinato intensificou, na segunda metade da década de 90, a luta pela terra e a oposição ao governo. Neste período, verificou-se forte crescimento das ocupações de terras no país. A classe dos latifundiários respondeu com violência e graves descumprimentos aos direitos humanos. Na região mais desenvolvida do país, no Pontal do Paranapanema, São Paulo, a violência psicológica, através da perseguição

¹ Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), governou o Brasil por dois mandatos consecutivos, ou seja, 1995 – 1998 e 1999 – 2002 em aliança política com Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado Partido Democrata (DEM).

política, aprofundou-se; mas foi na Amazônia que a violência física da eliminação chegou a seu ponto máximo, em agosto de 1995, com o massacre de Massacre de Corumbiara², no estado de Rondônia, e, no dia 17 de abril de 1996, com o Massacre de Eldorado dos Carajás³, no sul do Pará. Nestes episódios, respectivamente, foram assassinados pela polícia militar (que atuava na defesa da propriedade privada) 11 posseiros e 19 trabalhadores sem-terra e outros tantos foram torturados e/ou feridos. Passados 12 meses dos massacres, o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego e Justiça, que chegou a Brasília, em abril de 1997.

Diante destes acontecimentos, o governo FHC, que tratava a reforma agrária como uma política compensatória destinada à promoção do alívio da pobreza, implementou um conjunto de medidas, cuja intencionalidade era forjar um consenso social em torno da solução pacífica para os conflitos no campo. Dentre estas, introduziu, em nível federal, a reforma agrária de mercado (RAM) do Banco Mundial, mediante a criação, em agosto de 1997, do Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza mais conhecido como Cédula da Terra (PCT).

No primeiro semestre de 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançou o documento *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, conhecido “largamente” como o Novo Mundo Rural. Este documento institucionalizou um pacote de políticas para o campo brasileiro, que determinava as diretrizes do *desenvolvimento rural*, dentre estas algumas já se encontravam em operação antes da sua promulgação, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a diversificação das linhas de financiamento de RAM com a criação do Banco da Terra (BT) e da Reforma Agrária pelos Correios.

O Novo Mundo Rural incorporou, explicitamente, às políticas agrárias brasileiras o marco teórico, os princípios e pressupostos do projeto do Banco Mundial para o

² No período de fechamento deste texto, o Massacre de Corumbiara cumpriu 13 anos sem que ninguém tivesse sido condenado pelos crimes cometidos. Estudo importante sobre este episódio confira: MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. São Paulo, SP, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, Universidade de São Paulo.

O massacre de Eldorado dos Carajás foi lembrado por seus 12 anos, com protestos dos trabalhadores rurais na cidade de Belém, enquanto o governo do estado assinava indenizações para algumas famílias atingidas. Dos policiais envolvidos no massacre, apenas dois esperam o julgamento em liberdade.

³ Cf. FERNADES, 2000..

campo nos países do Sul, provocando uma considerável alteração na forma de enfrentamento da questão agrária pelo governo. Para estas instituições, a interpretação do campo, a partir da questão agrária, pressupõe considerar a conflitualidade gerada pela resistência dos trabalhadores frente aos processos de exclusão. Esta conflitualidade é permanente e perniciosa para o capital. Nessa perspectiva, buscou-se promover, parafraseando o professor José Juliano de Carvalho, “uma assepsia na questão agrária” substituindo-a por políticas de “desenvolvimento rural sustentável” (e, posteriormente, “desenvolvimento territorial rural”). A centralidade destas últimas reside na solução dos problemas do campo a partir dos mecanismos de mercado. De acordo com seus defensores, todos os problemas seriam solucionados à medida que tais políticas deslanchassem.

O modelo de reforma, que passou a ser defendido pelo governo e pela classe dos proprietários, desconsiderou o ordenamento jurídico, previsto na Constituição e em Leis Federais, que se baseiam no cumprimento da função social da propriedade, e criou um instrumento de aquisição de terras pela lógica mercantil destinado às famílias sem terra ou com pouca terra. Sua implantação deu-se conforme uma reorientação na atribuição de papéis, descentralizando as ações fundiárias da esfera federal para os estados. O objetivo foi promover, a partir do Estado, um deslocamento do papel estratégico da reforma agrária como política de construção de justiça social, mediante a penalização do latifúndio. Buscou-se, ao deslocar o protagonismo do Estado para o mercado, proteger o capital da ameaça conflitiva das ocupações de terras.

Os novos instrumentos foram implantados sob o argumento de que, com sua expansão, haveria uma pacificação do campo, um barateamento dos custos e a agilização da reforma agrária, por meio da eliminação da burocracia. Todavia, o que está por detrás deste corpo argumentativo e das táticas midiáticas de sua difusão é uma ação prática de que, mediante a universalização de um interesse individual, torná-lo um falso interesse coletivo (MARX & ENGELS, s/d, p. 18). A classe dos proprietários utiliza-se do Estado para forjar um consenso coletivo entorno das soluções para o campo, cooptar a base social das organizações camponesas que lutam pela terra, e, assim, eliminar os mecanismos de pressão que ameaçavam, a todo o momento, a legitimidade do governo e do capital.

As políticas de RAM ou crédito fundiário resultam de acordos firmados entre o governo brasileiro e o BM, que envolvem empréstimos internacionais, sendo que os governos federal e estadual entram com parte dos recursos. No caso do primeiro, através do

Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do segundo, com recursos próprios e os camponeses com 10% dos projetos pagos em dinheiro, produtos, equipamentos ou através de mão-de-obra. (Figura 1). O montante destes recursos é destinado à criação, pelo Estado, de linhas de financiamento para compra de terras por trabalhadores rurais, sem-terra e minifundistas

FIGURA 1 – VALENÇA DO PIAUÍ - MUTUÁRIO TRABALHANDO NA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - 2006



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, fev., 2006).

As diferentes linhas de financiamento de compra e venda de terras, destinadas aos camponeses pobres e praticadas ao longo da última década, tiveram sua aprendizagem desenvolvida com a incorporação de um componente fundiário ao Projeto São José (PSJ)⁴ e a criação da “Reforma Agrária Solidária”, em 1996, no estado do Ceará, durante

⁴ Criado durante o primeiro mandato do governador Tasso Jereissati, em 1987. Tratava-se de um Projeto de Combate à Pobreza Rural, cujo intuito era aproximar-se das pessoas. Assim, utilizou o codinome de Projeto São José. Tal projeto tinha por objetivo combater e erradicar a pobreza, financiando, para pequenos agricultores, investimentos produtivos (casa-de-farinha, fábrica de doces, etc.), infra-estrutura (lavanderia comunitária, eletrificação rural, etc.), e equipamentos sociais (reforma de postos de saúde, creches comunitárias, etc.).

a segunda gestão do governador Tasso Jereissati⁵. Segundo Alencar (2006, p. 209), o governo do estado contratou um empréstimo do Banco Mundial para implantar um mecanismo de ação fundiária, inspirado em programas, em curso, na África do Sul e Colômbia, a fim de desenvolver “um projeto-piloto com duração de um ano, que deveria acumular experiência para subsidiar um programa de abrangência regional”.

O PSJ operou, entre agosto de 1996 e dezembro de 1997, com gestão da então Secretaria de Agricultura e da Reforma Agrária, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará e financiamento do Banco Mundial. A nomenclatura deste projeto-piloto expressa a intencionalidade de aproximar esta política dos camponeses, uma vez que São José é o santo reverenciado pelo catolicismo popular do Nordeste por trazer chuvas à lavoura. A proposição de uma *reforma agrária solidária* demonstra a tentativa de distanciar o conceito de reforma agrária da conflitualidade que caracteriza a historicidade do campo cearense e brasileiro.

Segundo Hidalgo (1999), o projeto teve um orçamento de R\$ 4.165.600,00 (quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais) do Fundo Rotativo de Terras, criado pelo estado do Ceará e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) provenientes do BM. Durante o seu tempo de operação, o programa comprou quarenta e quatro imóveis, abrangendo uma área de 23.622,59 ha, que atinge 694 famílias em vinte e sete municípios. Apesar de não conseguir cumprir a meta de atingir 800 famílias em um ano de operação, devido à elevação do preço da terra, estimulada pelo próprio programa, e de apresentar uma série de problemas na implementação dos empreendimentos que geraram evasões e substituições de famílias, o governo do Ceará avaliou o projeto como um sucesso na agilização da aquisição de terras.

Em nível federal, o governo FHC, pressionado pelo elevado número de ocupações de terras e a repercussão internacional dos Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, partilhou desta mesma avaliação. E, com a intenção de “produzir lições operacionais e um aprendizado consistente, que visavam a sua possível extensão ao restante do país” (NAVARRO, 1998, p. 01), criou em agosto de 1997, quando ainda se encontrava em operação a Reforma Agrária Solidária, o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza mais conhecido como Cédula da Terra (PCT). Este consistia em uma ampliação da

⁵ Tasso Jereissati é fundador do Partido da Social Democracia Brasileira e foi governador do estado do Ceará de 1987 a 1991 e 1995 a 2005.

ação local do Ceará para os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais, em face à concentração de pobreza, que deveria ser amenizada por mecanismos de mercado. O PCT operou até o final do mandato FHC, em dezembro de 2002.

Os argumentos apresentados para a federalização da RAM coincidem com aqueles apresentados pelo BM, em diferentes países, os quais as políticas semelhantes estavam em curso, uma vez que: a) acelera a realização da reforma agrária ao eliminar a burocracia e longas disputas judiciais típicas dos processos desapropriatórios por interesse social; b) tem um custo inferior ao mecanismo desapropriatório, tendo em vista o caráter negociado das operações de compra e venda, fator que possibilitaria sua ampliação; c) estimula o mercado de terras, através da compra e venda; d) promove uma atitude colaborativa entre trabalhadores e proprietários de terras, uma vez que, os primeiros podem escolher livremente as terras que desejam adquirir e negociar seus preços, eliminando os confrontos.

A escolha desses estados justificava-se em virtude da enorme concentração de pobreza, que deveria ser amenizada por mecanismos de mercado. Foi instituído pelo empréstimo nº 4.147BR, no valor de US\$ 90.000.000 (noventa milhões de dólares), contraído pelo Brasil, em 1998, e, contrapartida do governo brasileiro no valor de US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares), US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares) alocados pelos governos estaduais, além de US\$ 9.000.000,00 (nove milhões de dólares) correspondentes à contrapartida de 10% do valor de cada projeto a ser paga pelos mutuários em mão-de-obra, material ou dinheiro. A meta do Cédula era financiar a compra de terras para 15 mil famílias. (PEREIRA, 2005)

Esse montante de recursos, por sua vez, deveria ser gasto na seguinte proporção: 30% (US\$ 45 milhões) para a compra de terras, 56,2% (US\$ 84,3 milhões) para investimentos complementares, 2,6% (US\$ 3,9 milhões) para assistência técnica e capacitação, 6,7% (US\$ 10,1 milhões) para monitoramento, supervisão e administração do projeto e 4,5% (US\$ 6,7 milhões) para avaliação e propaganda pelo governo federal (cf. BANCO MUNDIAL, 1997b: p. 2). Oficialmente, os recursos pelo Banco Mundial seriam utilizados tão-somente para investimentos complementares, enquanto os recursos para a compra de terras viriam do governo federal (...) O limite de crédito para cada família era de US\$ 11.200, aí incluídos os gastos com a compra da terra, registro, medição, impostos e investimentos comunitários. Cada família podia receber US\$ 1.300 a fundo perdido como ajuda para instalação. Havia um limite máximo de subsídio de US\$ 6.900 por família, incluindo a ajuda de instalação, o subsídio de 50% embutido no crédito

fundiário e os demais subsídios sobre o valor do SIC. (PEREIRA, 2005, p.10)

O prazo de pagamento era de dez anos com carência de três. A dívida seria corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que, em 1997, girava em torno de 15% ao ano, bem acima da inflação anual de 5,22%, segundo o IBGE. A compra da terra seria reembolsável e os investimentos comunitários financiados a fundo perdido. Os créditos eram concedidos às associações de trabalhadores que tinham autonomia para escolher as propriedades. Após isso e a aprovação do projeto, na Unidade Técnica Estadual, o agente financeiro (Banco do Brasil) concedia o financiamento solidário para as associações que pagavam a terra à vista aos proprietários.

Imediatamente, o MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) se opuseram à implantação do PCT e das políticas de crédito fundiário no Brasil, tendo em vista sua intencionalidade de substituir a realização de uma legítima reforma agrária. Então, tais programas passaram a ser denominados de reforma agrária de mercado (RAM), pelas organizações integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, bem como, por diferentes intelectuais (SAUER, 2001; BARROS, 2003; TEIXEIRA, 2004; PEREIRA, 2004; RAMOS FILHO, 2005).

Em outubro de 1998, movimentos camponeses, sindicatos rurais e Organizações Não-Governamentais, organizados no referido Fórum, solicitaram do Banco Mundial a instauração de um Painel de Inspeção para investigar as denúncias sobre o PCT. Corrupção e superfaturamento na implantação dos projetos, compra de propriedades passíveis de desapropriação para reforma agrária, dentre outros questionamentos, endossavam o pedido. No início de 1999, o Painel de Inspeção visitou áreas na Bahia e em Pernambuco. O Painel recusou todas as denúncias e o governo brasileiro, diante dos resultados da *investigação* do Painel, “coleccionou fôlego e argumentos” para ampliar o raio de ação da RAM no Brasil.

Nesse sentido, ainda, em 1999, começou a operar no país uma segunda experiência de RAM: o Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra. Este programa resultou da aprovação de lei federal (Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998) e não apenas de um empréstimo financeiro tomado junto a um organismo multilateral. Mediante a garantia de US\$ 1.000.000.000,00 (Hum bilhão de dólares) pelo BM e contrapartida do governo brasileiro de mais US\$ 1.000.000.000,00 (Hum bilhão de dólares), o BM concretizou seu objetivo de criar no Brasil um fundo de terras que, futuramente,

ganharia autonomia de financiamento, perenizando as políticas de reforma agrária de mercado. A partir das críticas dos movimentos sociais, foram realizadas algumas *correções* no programa como a limitação do tamanho das propriedades e a exclusão das propriedades improdutivas passíveis de desapropriação. Esta linha de crédito priorizou o ingresso no programa, individualmente, e reduziu o valor financiado como uma maneira de forjar uma ampliação do programa, ou seja, os beneficiários podiam adquirir imóveis financiados entre R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), cujas taxas de juros variavam da seguinte forma: a) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): 4% a.a. (quatro por cento ao ano); b) acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais): 5% a.a. (cinco por cento ao ano); c) acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais): 6% a.a. (seis por cento ao ano). Com três anos de carência, os beneficiários têm 20 anos para quitar o débito. Outra característica do Banco da Terra é a obrigatoriedade no financiamento reembolsável de todos os investimentos realizados. Em seu período de operação, de 1999 até 2003, o Banco da Terra implantou empreendimentos de RAM em 17 dos 27 estados da federação, a saber: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande de Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esses dois programas de RAM seguiram sofrendo forte oposição por meio de um conjunto de denúncias, críticas, questionamentos e “coleccionando resultados de estudos” que apresentavam impactos negativos em todo o território brasileiro, conforme discutirei no capítulo 5. De um lado, os movimentos sociais, sindicatos rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, Organizações Não-Governamentais, Governos Estaduais, Parlamentares e Controladoria Geral da União denunciavam problemas como: o desvio de recursos, o superfaturamento do valor das áreas adquiridas, o atendimento de pessoas sem o perfil determinado nas normas do programa, o que resultou em abertura de processos administrativos, inquéritos policiais, comissões de sindicância, além de outros instrumentos de apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal, bem como, na desestruturação de muitos projetos; por outro, o governo seguia construindo um território imaterial institucional, cujo objetivo era legitimar e projetar a RAM ao forjar um imaginário social de apoio ao projeto. Sua construção se deu pela realização de pesquisas encomendadas pelo governo FHC e Banco Mundial (GARCIA, 1998a; GARCIA e VEGRO, 1999; GARCIA, 1998b; CORRALES, 1998; NAVARRO, 1998;

BUAINAIN, 1999, 2002 e 2003). Tais resultados nem sempre conseguiam mascarar, na totalidade, os impactos negativos da RAM, assim como pela realização de uma dispendiosa campanha publicitária. Nos anos que se seguiram, os embates em torno do Cédula da Terra e do Banco da Terra continuaram e seus impactos negativos ficaram, cada vez mais, explicitados. Todavia, o governo FHC preferiu atender os interesses do BM em tornar o Brasil uma referência na implantação da RAM. Este governo, valendo-se da institucionalização do Fundo de Terras que funciona como uma contrapartida do Estado aos empréstimos tomados do BM, contratou novos empréstimos junto à esta instituição multilateral e, criou, em 2001, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), que teve início de operação em abril de 2002.

O orçamento do CFCPR constitui-se de 218.200.000,00€ (duzentos e dezoito milhões e duzentos mil euros) do Banco Mundial, 174.600.000,00€ (cento e setenta quatro milhões e seiscentos mil euros) originários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, 21.800.000,00€ (vinte e um milhões e oitocentos mil euros) dos governos estaduais, além de igual valor das associações comunitárias, sobretudo, sob a forma de trabalho. (PEREIRA, 2004, p. 205) A escala de abrangência do programa passou a contemplar os estados do Nordeste, os do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, no Sudeste. Sua meta era atingir 50 mil famílias até 2006. As condições de financiamento pouco diferem dos programas anteriores. A principal diferença refere-se à redução do valor financiável ao beneficiário, para o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e o financiamento a fundo perdido para projetos de investimentos comunitários complementares (infra-estrutura, produtivos e sociais).

Os quatro programas, apresentados acima (PSJ, PCT, BT, e CFCPR), compõem a experiência da reforma agrária de mercado do BM, no Brasil, durante o governo FHC. Faz-se necessário demarcar que, na prática, o Crédito Fundiário foi criado com o objetivo de substituir os já desgastados Banco da Terra e o Cédula da Terra, em face da forte oposição que estes projetos receberam de vários setores da sociedade. De modo que o primeiro encerrou suas operações no final do governo FHC e o segundo no princípio do governo Lula. Vale ressaltar que este governo, apesar de não atender as pressões exercidas pelas organizações camponesas, em seu primeiro mandato, elaborou e divulgou, em março de 2004, o *II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA*, intitulado *Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Tendo como princípio a necessidade de execução de uma “reforma agrária ampla” e “massiva”, rompeu com a prática dos governos anteriores ao

estabelecer 11 metas a serem cumpridas até o final do primeiro mandato, em 2006.

São elas: 1) assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária; 2) regularização fundiária para 500 mil famílias; 3) promoção do acesso a terra pelo Crédito Fundiário de 130 mil famílias; 4) recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos assentamentos existentes; 5) gerar 2.075.000 novos postos de trabalho permanente no setor reformado; 6) cadastramento georreferenciado dos imóveis rurais; 7) regularização de 2.200.000 imóveis rurais; 8) reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas; 9) reassentamento de ocupantes não índios de áreas indígenas; 10) promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; 11) garantia da assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas; 12) universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003).

Destaca-se, outro instrumento de acesso a terra para o campesinato, previsto no II PNRA: o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o qual a meta era o ingresso de 130 mil famílias na terra. Herdado da política agrária do governo Fernando Henrique Cardoso, este programa inspira-se nas diretrizes agrárias do Banco Mundial e é propalado pelo governo Lula como um mecanismo complementar à reforma agrária. Passou a contar com o apoio político e operacional de parte do movimento sindical representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja participação está prevista no Manual de Operações do referido programa. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2002). Por sua vez, no documento base ao 9º Congresso da CONTAG, de 2005, esta organização avaliou da seguinte forma sua participação no programa: “A participação do MSTTR [Movimento Social de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais] tem conseguido dar uma grande contribuição Programa de Crédito Fundiário, quando divulga o programa, mobiliza o público e organiza a demanda, além do acompanhamento que vem sendo feito recentemente, através dos(as) assessores(as) diretores(as) (p. 54).”

Essas entidades, sobretudo a primeira, por meio das suas Federações, durante a realização do trabalho de campo, justificaram a adesão a esta política em face: da existência de uma base formada por minifundiários, trabalhadores rurais sem-terra, filhos de camponeses; correção de algumas normas que conflitavam com a reforma agrária; e da

garantia de participação de membros das entidades na estrutura governamental, com a indicação de assessores para atuar na sede do programa em cada estado conveniado ao PNCF.

A reforma agrária, a regularização fundiária e o crédito fundiário são as principais formas de criação e recriação do campesinato brasileiro na última década. Enquanto a primeira e a segunda têm sido impulsionadas por milhares de trabalhadores sem-terra, com a intensificação da luta pela terra e pela reforma agrária, este último foi criado como uma reação à intensidade destas mesmas lutas, com a intenção de desmobilizar os movimentos camponeses, reduzir a pobreza rural e fomentar o mercado de terras. Parto do pressuposto que os impactos advindos da territorialização destes projetos são distintos entre si.

Nesse bojo, este estudo analisa os processos socioespaciais que têm contribuído para a construção de distintas (des)(re)territorializações dos camponeses mutuários do PNCF e dos assentados nos Projetos de Reforma Agrária. A motivação reside na necessidade precípua de construir formulações teórico-metodológicas no campo das ciências humanas, que possam contribuir com o fortalecimento da interpretação geográfica e, a partir de então, potencializar a formulação de políticas de desenvolvimento do campo, fortalecer a produção camponesa e efetivar as transformações sociais em prol dos excluídos do campo brasileiro.

Atualmente, no governo Lula, todos os programas criados durante o governo anterior foram extintos. Todavia, linhas de financiamento substitutivas foram criadas e abrigadas sob o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), integrante da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a operação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, agora incorporado à política fundiária do Estado brasileiro e funcionando como um instrumento de longo prazo. Há modalidades de linhas de financiamento da RAM semelhantes às do governo anterior. Embora que cada uma delas tenha passado por um “melhoramento” nas regras operacionais e tenha ganhado um novo nome, a lógica do programa permanece a mesma.

No lugar do PCT e do CFCPR foi criado o Combate à Pobreza Rural (CPR), no qual o ingresso dos mutuários se dá mediante a formação de associações e apresenta, como principal lócus de implantação, os estados da região Nordeste. Outra linha é a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), cujo acesso dos mutuários ocorre, individualmente. Mesmo estando voltado aos estados da região Sul e Sudeste, tal projeto se faz presente em todas as regiões brasileiras – substituiu o Banco da Terra. Criou-se, também,

o Nossa Primeira Terra (NPT), programa voltado para os jovens sem-terra, agricultores e filhos de agricultores, e/ou egressos das escolas agrotécnicas, escolas rurais dentre outras, o qual utiliza, como um dos critérios para a elegibilidade, a faixa etária de 18 a 24.

No princípio do ano 2006, foram criadas mais duas ações dentro do PNCF: a Terra Negra Brasil (TNB) e a Terra para a Liberdade (TL). Com a mesma lógica de funcionamento da RAM visam atender, respectivamente, populações afro-descendentes não quilombolas e trabalhadores(ras) vulneráveis ou resgatados(das) de situações análogas ao trabalho escravo⁶. O TNB resulta de uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a ONG catarinense Núcleo de Estudos Negros (NEN) e os empreendimentos são implantados por meio de qualquer uma das três linhas de crédito. O TL integra as ações do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo do MDA/INCRA e está articulado à linha de crédito CPR, tendo em vista que o público alvo encontra-se, principalmente, no Nordeste.

Permanece nas diferentes modalidades de RAM o deslocamento ideológico do BM, em relação à reforma agrária constitucional. Insiste-se que a recriação do campesinato, pela relação de compra e venda de terras, promoverá a distribuição da riqueza, todavia, uma reforma agrária redistributiva somente se realiza com o combate ao rentismo fundiário. Além disso, a própria nomenclatura das linhas de crédito indica um alinhamento com os pressupostos teóricos das políticas agrárias do BM.

A partir do exposto até aqui, infiro que estamos diante de uma problemática relacional, a qual se opõem diferentes sujeitos como: o Banco Mundial e o Estado nos três níveis, as associações de camponeses, os conselhos de desenvolvimento rural, assim como a CONTAG, a FETRAF, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Organizações Não Governamentais, no que tange à concepção de qual reforma agrária se deseja para o país. A partir destas noções, identificam-se o Banco Mundial e o Estado (nos três níveis) como atores sintagmáticos que utilizaram,

⁶ O conceito de trabalho escravo, adotado aqui, está em consonância com o pregado pela Organização Internacional do Trabalho (2005), no qual o trabalho escravo configura-se como toda forma de trabalho degradante com a utilização de privação de liberdade do trabalhador, que pode ser homem, mulher ou criança. As motivações da privação de liberdade, geralmente no interior de fazendas, são: “acreditam que têm que pagar uma dívida ilegalmente atribuída a eles (alimentação e transporte), estão distantes da via de acesso mais próxima, o que faz com que seja impossível qualquer fuga ou são constantemente ameaçados por guardas que, no limite, tiram-lhes a vida na tentativa de uma fuga. É comum que sejam escravizados pela servidão por dívida, pelo isolamento geográfico, pela ameaça às suas vidas.” (OIT, 2005, p. 11)

historicamente como trunfo, o conjunto dos trabalhadores camponeses excluídos do circuito produtivo, ou seja, *coleção de seres humanos* explorados e/ou expropriados, aqui vistos, à luz de Rafestin (1993) como atores paradigmáticos.

A organização destes últimos em torno de movimentos sociais (MST, CPT, CONTAG, FETRAF), associações, além dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, conferiu-lhes sua transmutação em atores também sintagmáticos. As estratégias utilizadas pelos dois atores sintagmáticos (Banco Mundial e Estado) revelam seus interesses pelo espaço a fim de garantir seu controle pelo capital. Estabelece-se um confronto que passa a ser exercido como um instrumento de controle político-territorial em via de mão dupla. O primeiro sentido concretizado pelo ator sintagmático (Banco Mundial e Estado), por meio da implementação das políticas compensatórias, expressa o caráter ideológico peculiar e a materialização da estratégia internacionalizada de controle do espaço.

O outro sentido de poder exercido (pelos outros atores sintagmáticos – MST, CPT, etc.) refere-se às práticas populares organizadas na busca incessante da terra de trabalho, do direito à cidadania, fomentados, sobretudo, pelo movimento socioterritorial MST junto com seus aliados, objetivando o controle do espaço mediante a conquista de assentamentos e infra-estrutura produtivo-social para os mesmos.

Nesse exposto, realizo uma interpretação geográfica da problemática territorial referente à questão agrária brasileira. Embora reconheça a amplitude e complexidade desta problemática estrutural do capitalismo, tal investigação se debruça sobre um componente e as dimensões relacionadas, qual seja: a análise dos processos de criação e recriação do campesinato, protagonizada pelo capital nos empreendimentos do crédito fundiário, e, protagonizada pelo próprio camponês, a partir das lutas políticas. Confronto os modelos de criação e recriação do campesinato decorrentes das políticas agrárias neoliberais, frente ao processo de territorialização da reforma agrária de mercado e da reforma agrária. Tomo como referência espacial analítica as territorialidades advindas da implantação destes projetos em Sergipe, no período 2003 – 2006, com vistas à comprovação de que há diferenças marcantes na criação e recriação do campesinato pelo mercado e, por ele mesmo, a partir das lutas políticas por terra e por reforma agrária.

Diante da problemática apresentada e na perspectiva de compreender o universo dos camponeses mutuários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e daqueles que dão corpo à luta pela terra realizada pelo MST, elaborei as questões norteadoras

para a pesquisa. Faz-se necessário ressaltar que estas não foram estáticas e/ou rígidas, pois o estudo de movimentos socioterritoriais exige, da parte do investigador, a sensibilidade de perceber o momento de eliminar, fundir ou até mesmo criar novos questionamentos de acordo à dinâmica e/ou processo socioespacial, em curso, durante o processo de análise. Tais ajustes foram realizados no decorrer da pesquisa, à medida que alguns questionamentos foram superados com o desenvolvimento da investigação e outros surgiram ao passo que os estudos eram aprofundados. Neste contexto, apresento as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

A (des)(re)territorialização da reforma agrária de mercado e da reforma agrária ocorre mediante o processo de construção de um espaço de socialização política? Os conteúdos dos espaços de socialização conduzem a formação ou a ausência da consciência de classe?

- Em que medida a reforma agrária de mercado é, conforme propalado no discurso governamental, uma política complementar à reforma agrária, ou será a reforma agrária de mercado uma política concorrente à política de reforma agrária constitucional?

- Os assentamentos, advindos da luta pela terra, causam maiores impactos socioterritoriais que os do crédito fundiário, tendo em vista o endividamento dos contemplados com estes últimos?

- Os diferentes modos de acesso a terra podem gerar a formação de associações com vistas a atender interesses político-eleitorais?

- As associações, formadas nos empreendimentos do PNCF, minimizam o capital social e promovem impactos político-territoriais pouco significativos?

- As associações, formadas nos assentamentos de reforma agrária, otimizam o capital social e promovem impactos político-territoriais?

No intuito de otimizar o esclarecimento das questões de pesquisa propostas, delimito como objetivo geral a intenção de *analisar confrontativamente o processo de (des)(re)territorialização dos camponeses, mediante a compra de terras com financiamentos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a luta pela reforma agrária, implementada pelo MST*. Intrínseco a este objetivo listo outros específicos, no intuito de buscar a elucidação de questões do tema proposto:

- Identificar as trajetórias de vida e a ligação com a terra dos mutuários e assentados;
- Resgatar historicamente o processo de organização das associações

de camponeses dos mutuários do crédito fundiário e da reforma agrária;

- Identificar as redes de instituições e organismos aliançados aos assentados e mutuários;
- Comparar a consolidação do território dos assentados e mutuários;
- Refletir sobre a construção do espaço de socialização política no processo prévio do acesso à terra entre os mutuários e os assentados;
- Identificar os elementos que interferem na construção de nova(s) territorialidade(s) nas áreas reformadas e compradas;
- Mensurar a territorialização dos empreendimentos de reforma agrária de mercado e assentamentos de reforma agrária no período analisado.

Ciente de que muitas das informações sobre o tema abordado não podem ser quantificadas e necessitam de uma interpretação mais ampla e cuidadosa, adotei, nesta pesquisa, a princípio, uma metodologia de investigação qualitativa. É imprescindível considerar que os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação resultam de um planejamento *a priori* em face dos objetivos e questões norteadoras de pesquisa, mas, sobretudo, produto do caminhar e aprofundamento da investigação que foi apresentando novos procedimentos e oportunidades de coleta de informações.

A abordagem histórico-estrutural é a tônica da investigação, com destaque para a análise das histórias de vida dos sujeitos mutuários e assentados por meio da técnica de realização da entrevista semi-estruturada. Durante a coleta destas informações busquei, quando possível, manter uma proporcionalidade entre homens e mulheres, adultos e idosos, tais procedimentos se justificam em função da intenção de identificar os fatores e processos constituintes da criação e recriação dos diferentes grupos de camponeses. Adotei a entrevista do tipo semi-estruturada de acordo com a vivência do(s) sujeito(s) “... porque esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1992, p. 146)”.

Elaborei 5 roteiros de entrevista específicos, que foram aplicados junto aos camponeses sócios das associações de trabalhadores rurais, aos diretores das associações e/ou líderes locais. Há um roteiro específico para dirigentes dos movimentos socioterritoriais, outros dois para, respectivamente, gestores públicos e parlamentares. No decorrer da interpretação e da análise dos materiais coletados, procurei valorizar as conexões e/ou

contradições entre as informações coletadas, o referencial teórico e documental consultado de modo a melhor captar os significados, pois,

...consideramos como válido o enfoque histórico-estrutural para nossa realidade social que (...) é capaz de analisar as causas e as conseqüências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar, através da ação, um processo de transformação da realidade que interessa. (TRIVIÑOS, 1992, p.125)

A coleta de informações nas unidades familiares de produção foi realizada no estado de Sergipe, em três momentos: primeiramente, nos dias 09 e 10 de março de 2005, posteriormente, nos dias 01 e 02 de abril de 2006, e, por fim, no período compreendido entre 20 de agosto a 02 de setembro de 2007. Os curtos períodos de inserção no campo e o esparso intervalo entre uma visita se justifica pela compatibilização com o calendário letivo do Programa de Pós-Graduação (PPG) da FCT/UNESP, de forma que, as visitas ao campo coincidiram com os períodos dos recessos. Outro fator que determinou a realização do campo foi a disponibilidade de recursos, uma vez que, o PPG não disponibilizou recursos para a realização dos trabalhos de campo, e, a bolsa de estudos somente foi viabilizada pela UFS, com a destinação de uma cota do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir do segundo ano de curso, ou seja, especificamente, a partir de setembro de 2005.

Foi possível, também, realizar vivências de campo em diferentes circunstâncias e espaços, que proporcionaram aproximação, ampliação, aprofundamento de conhecimentos de distintas dimensões e processos inerentes ao problema de pesquisa. A primeira vivência realizada antecedeu à realização do trabalho de campo, em 2005. Em novembro de 2004, representei o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) na I Conferência Nacional da Terra e Água, promovida pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, na cidade de Brasília. Durante uma semana, aproximei-me das diferentes formas de manifestação da diversidade de categorias do campesinato e indígenas brasileiros. Conheci a variedade das suas pautas de reivindicação específicas e lutas comuns aos segmentos sociais organizados do campo.

Valendo-me da permanência em Brasília, estabeleci o primeiro contato com o Programa Nacional de Crédito Fundiário, localizado na Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na oportunidade, fui recebido por seu então diretor, o Sr. Danilo Prado Garcia, que buscou mais ouvir minhas idéias e

posicionamentos que realizar declarações sobre o Programa. Mas, pessoalmente, autorizou que técnicos do Programa realizassem o repasse de informações qualitativas e quantitativas, em escala nacional da reforma agrária de mercado, para os anos 1998, 1999 e 2000. De posse destes, iniciei a sistematização das planilhas que foram fornecidas, com vistas a identificar qual poderia ser a utilização destes para investigação em curso.

A primeira inserção no campo, em Sergipe, ocorreu no primeiro semestre do curso, quando dispunha apenas dos dados fornecidos pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário (EMDAGRO), Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE) e Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Sergipe (SR-23 - INCRA), durante a elaboração do projeto de pesquisa no primeiro semestre de 2004 e que, portanto, estavam relacionados com as ocorrências realizadas até o ano de 2003. As fontes indicavam, respectivamente, a criação de projetos de crédito fundiário e de reforma agrária no Estado até o ano de 2003, sendo que a reforma agrária de mercado foi introduzida em 2001. Solicitei, em janeiro de 2005, planilhas ao INCRA atualizando os assentamentos criados até 2005, assim como as ocorrências de ocupações de terras. Para a PRONESE, solicitei o fornecimento da atualização dos dados referentes à implantação do crédito fundiário.

Os dados disponíveis, até o presente momento, indicavam que até o primeiro ano do mandato Lula, em Sergipe, enquanto, por um lado, territorializava-se a luta pela terra (com a conquista de 105 assentamentos desde 1986 e o assentamento de 5.793 famílias, reformando um total de 101.673,68 ha), por outro, avançavam os projetos da reforma agrária de mercado, com o Banco da Terra financiando, entre 30/01/2001 e 22/07/2003, 48 projetos envolvendo 740 famílias e 10.104,44 ha, e só, em 2003, o Crédito Fundiário atingiu 157 famílias e 1.314,51 ha (Tabela 1).

Observando os dados do INCRA, constata-se que, só em 2003, a luta pela terra alcançou o efetivo de 4.494 famílias acampadas, espacializadas por 10 municípios, realizadas por 4 movimentos socioterritoriais, embora o MST se destaque pelo maior número de famílias envolvidas, maioria dos imóveis e municípios. Neste momento de vigência da Medida Provisória nº 2.183-56 de 2001 - conhecida como MP das Ocupações - os trabalhadores prosseguiram com luta pela terra por meio da realização de manifestações nas margens de rodovias estaduais e federais e em frente aos imóveis contestados, seguida da construção de acampamentos atualizando, portanto, a metodologia de luta dos períodos

anteriores. (Tabela 2) Enquanto no mesmo período, o governo assentou somente 53 famílias, sendo 13 em novas terras com a criação de um único assentamento novo e 40 famílias em processo de reordenamento de assentamentos já existentes (Tabela 3).

TABELA 1 – SERGIPE – BALANÇO PRELIMINAR DO CRÉDITO FUNDIÁRIO – 2003

Município	Contratação SAT	Associação	Área (ha)	Nº de famílias	SAT + SIC (R\$)
Estância	16/09/2003	Associação Comunitária N. Srª de Fátima – AGROTERRA	25,19	10	180.000,00
Estância	16/09/2003	Ass. Com. de Des. Agrop. da Zona Sul de Sergipe – AGROSUL	181,82	30	540.000,00
Porto da Folha	08/04/2003	Ass. Des. dos Peq. Prod. Rurais da Com. Sr. do Bomfim	343,42	29	522.000,00
Porto da Folha	08/04/2003	Ass. Des. Com dos Peq. Prod. Rurais Com. São Judas Tadeu	336,08	29	522.000,00
Salgado	10/04/2003	Ass. Des. Com. dos Trab. Rurais de Salgado	151,85	25	450.000,00
Salgado	16/09/2003	Ass. de Des. dos Trabalhadores Rurais do Povoado Tombo	128,26	17	306.000,00
Tobias Barreto	16/09/2003	Ass. dos Moradores do Povoado Campo Grande	147,89	17	306.000,00
Total geral			1314,51	157	2.826.000,00

Fonte: PRONESE

TABELA 2 – SERGIPE - RELATÓRIO SINTÉTICO DOS CONFLITOS NO CAMPO – 2003

Município	Acampamento	Nº de famílias	Início	Localização	Movimento social
Estância	Berta Grande (Luis Carlos Bispo)	347	04/07/2003	Próximo ao imóvel	MST
Estância	Capivara (Caio Prado)	92	04/07/2003	Próximo ao imóvel	MST
Estância	Geraldo Garcia	277	13/04/2003	Beira da rodovia	MST
Santa Luzia do Itanhy	Milton Santos	179	01/01/2003	Próximo ao imóvel	MST
Gararu	União dos Aflitos	105	05/09/2003	Próximo ao imóvel	MST
Porto da Folha	Patativa do Assaré	71	20/06/2003	Beira da rodovia	MST
Porto da Folha	Herbert de Souza	1.036	24/04/2003	Beira da Rodovia	MST
Monte Alegre de Sergipe	Cem anos de Lampião	238	17/06/2003	Beira da Rodovia	MST
Monte Alegre de Sergipe	José Renilson Menezes	53	08/05/2003	Próximo ao imóvel	MST
Feira Nova	Vinte e Cinco de Julho	944	18/07/2003	Beira da Rodovia	MST
Carira	Lagoa do Mato (Nova Independente)	151	07/09/2003	Próximo ao imóvel	MST
São Francisco	São Francisco de Assis	71	15/05/2003	Beira da rodovia	Pastoral da Terra
Propriá	Curral Falso 1	54	24/07/2003	Beira da rodovia	MLC
Malhador	Mario Lago	596	15/07/2003	Beira da rodovia	MST/FETASE
Poço Verde	Faveira (Belo Monte)	280	30/07/2003	Beira da rodovia	MST
Total	---	4.494	---	---	---

FONTE: INCRA - Atualização em novembro de 2003

TABELA 3 – SERGIPE - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS NOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - 01/01/2003 ATÉ 31/12/2003

Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias
PA 22 de Novembro	Lagarto	1996	50	01
PA Santa Maria da Lage	Poço Verde	1997	26	01
PA Serra do Rio Real	Tomar do Geru	1998	45	02
PA Chico Mendes	Indiaroba	1998	33	05
PA Carlos Lamarca	Simão Dias	1998	35	01
PA Dorcelina Folador	Itaporanga D'ajuda	2001	51	02
PA Mártires de Eldorado	Lagarto	2002	40	01
PA Dandara	Malhador	2002	112	01
PA Maria Bonita I	Poço Redondo	2002	34	01
PA Santa Rita	Canindé do São Francisco	2002	40	08
PA João Amazonas	Lagarto	2002	15	03
PA Novo Paraíso	Poço Redondo	2002	40	07
PA João Pedro Teixeira	Canindé do São Francisco	2002	145	07
PA Maria Vitória	Gararu	2003	13	13
Total	14 projetos	---	680	53

FONTE: INCRA/MDA (2004) - Dados trabalhados pelo autor.

Diante do referido, priorizei a realização de trabalho de campo apenas nos projetos do crédito fundiário, desta forma, perscrutei: no município de Salgado, a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado; em Tobias Barreto, no povoado Riacho das Pedras a Associação dos Moradores do Povoado Campo Grande e no município de Porto da Folha, a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim.

No tocante à seleção dos empreendimentos de RAM, a partir da listagem dos imóveis comprados, escolhi os primeiros empreendimentos criados durante o governo Lula, observando a sua distribuição espacial entre as distintas microrregiões homogêneas do estado. Deste modo, foi contemplado o Agreste de Lagarto (Salgado), o Sertão do Rio Real (Tobias Barreto) e o Sertão sergipano do São Francisco (Porto da Folha), com o intuito de aproximar uma *leitura* da diversidade socioespacial do estado.

Posteriormente, conforme informações fornecidas pela direção estadual do MST-SE, visitei o Projeto de Assentamento Treze de Maio, localizado no município de Japarutuba, microrregião da Cotingüiba, este projeto, dentre os poucos recém criados na data de realização do trabalho de campo, já se configurava como uma referência para a organização, tendo em vista a localização geográfica, condições edafoclimáticas, dentre outros fatores.

Ainda no primeiro semestre de 2005, participei do seminário regional do centro-sul, destinado à criação da Rede Terra de Pesquisa Popular (RTPP) ligada à Via Campesina – Brasil. Neste espaço, foram discutidos e elaborados os pressupostos e os princípios, políticos, teóricos e metodológicos da sua primeira pesquisa, a *Avaliação dos programas de crédito fundiário do Banco Mundial no Brasil*. Tal participação me permitiu ampliar o conhecimento sobre a formulação política das organizações integrantes da Rede, contribuir com a articulação e a coordenação da referida pesquisa no estado de Sergipe, bem como, a avaliação dos resultados desta, em âmbito regional Nordeste e nacional, ampliar a compreensão dos impactos da RAM, em nível local, regional e nacional. Tendo em vista a pertinência e os objetivos da investigação, assim como a convergência da problemática entre a Avaliação e esta tese de doutoramento, incorporei, a este documento, alguns resultados relevantes à construção da tese.

Neste mesmo semestre ao constatar a inexistência da publicação de micro-dados sobre o programa ou publicações de natureza semelhante, decidi solicitar o fornecimento destes, ao órgão gestor, com o intuito de montar um banco de dados que possibilitasse o acompanhamento da territorialização do programa no país e compará-lo ao de reforma agrária monitorada pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). Atendendo à solicitação, o PNCF forneceu, em junho de 2005, planilhas eletrônicas contendo as referidas informações. Com o auxílio da equipe do DATALUTA, foi realizada a primeira conferência e inserção das informações a este Banco de Dados. Neste percurso, constatei que as Organizações integrantes da Via Campesina não tinham disponíveis micro-dados necessários à realização da pesquisa popular, apesar de os terem solicitado ao PNCF. Diante dessa circunstância, a fim de viabilizar a pesquisa e garantir a necessária coerência metodológica, disponibilizei acesso ao Banco de Dados, que estava em implantação, para a realização do desenho amostral da pesquisa da Rede Terra de Pesquisa Popular. Os demais procedimentos de implantação do Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM) apresentarei, detalhadamente, a seguir.

A participação na coordenação da pesquisa, em Sergipe, possibilitou um conjunto de aprendizagens das quais vale destacar: a possibilidade de trabalhar com 5 equipes de pesquisadores populares, que visitaram 14 empreendimentos em diferentes municípios por todo estado, nos quais foram aplicados um total de 200 questionários; a realização de trabalho de campo com uma equipe composta por mais 4 pesquisadores populares, na porção centro-

sul sergipana, de modo que, na microrregião Agreste de Lagarto, perscrutamos 4 empreendimentos (a Associação Fruto da Terra Simão Dias BT- localizada no município de Simão Dias, a Associação de Cooperação Agrícola Mussurepe – CPR- no município de Lagarto, em Salgado); foi possível retornar à Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado e conhecer a Associação de Desenvolvimento dos Moradores do Povoado Tombo (CPR); na microrregião Litoral Sul Sergipano, pesquisamos a Associação Comunitária de Desenvolvimento Agropecuário da Zona Sul de Sergipe – AGROSUL (CPR) e a Associação do Povoado Ribuleirinha e Adjacências II (BT).

O retorno ao campo, para a realização de entrevistas semi-estruturadas, ocorreu, conforme comentado acima, nos dias 01 e 02 de abril de 2006, já de posse dos dados oficiais dos assentamentos de reforma agrária. Considerando o avanço da pesquisa nos empreendimentos de crédito fundiário, defini pela visita aos assentamentos de reforma agrária. Diante do pequeno número de assentamentos criados, consultei a direção estadual do MST, em Sergipe, para que me indicasse uma área no sertão de forma que, posteriormente, fosse possível realizar a comparação com o empreendimento de RAM visitado naquela microrregião. Assim, visitei o Projeto de Assentamento Luiz Beltrano, no município de Nossa Senhora da Glória, e retornei ao PA Treze de Maio para entrevistar a liderança local, não encontrada na visita anterior.

O terceiro momento de realização de trabalho de campo (20 de agosto a 02 de setembro de 2007) dividiu-se em momentos de visita de novas localidades e retorno a outras, anteriormente visitadas, realização de entrevistas com dirigentes de movimentos socioterritoriais, associações de trabalhadores rurais, sindicais, bem como, com gestores públicos e parlamentares, e participação em assembléia de trabalhadores.

Essa terceira etapa foi iniciada com uma visita às dependências de funcionamento da Gerência do Crédito Fundiário, em Sergipe, localizada no prédio da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE). A permanência, por dois turnos como pesquisador, nesta repartição pública, permitiu conhecer um pouco da dinâmica laboral do organismo, estabelecer conversas informais com os técnicos, reencontrar trabalhadores rurais, que me acolheram em fases anteriores da pesquisa em seus espaços associativos. Realizei uma longa entrevista com o gerente geral do PNCF, em Sergipe, que me convidou para participar de uma assembléia da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado, que teria a participação da PRONESE e a Federação dos Trabalhadores

Rurais do Estado de Sergipe (FETASE). Foi possível, também, conhecer e entrevistar os líderes do Movimento de Luta Camponesa (MLC) de Sergipe.

Posteriormente a este procedimento, participei da condição de ouvinte da Assembléia Geral da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado, convocada, especialmente, para discutir e deliberar sobre o pagamento da primeira anuidade ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que contou com a presença do gerente geral do PRONESE, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado (STR) e diretor da FETASE. No turno posterior à Assembléia Geral, realizei entrevista com os então diretores da Associação, que se desdobrou no período noturno em entrevista com a Vereadora Preta, identificada pelo grupo como uma liderança política importante na articulação da associação e na criação do empreendimento, assim como importante apoiadora das ações locais.

No encaminhamento do trabalho de campo, frente à criação de um conjunto de assentamentos de reforma agrária desde o início da pesquisa, dirigi-me ao município de Lagarto, mesma microrregião do empreendimento acima mencionado, PA Karl Marx. Retornei ao PA Treze de Maio, para além de retomar e ampliar depoimentos com os trabalhadores, entrevistar o prefeito do município de Japaratuba apontado pelos assentados como um aliado incondicional do assentamento. Na mesma microrregião, incorporei PA José Emídio dos Santos, situado no município de Capela. A seleção desta área justifica-se pelo histórico de 10 anos de luta pela terra, configurando-se como uma das mais antigas de Sergipe, na qual ocorreu a primeira morte no campo, no período de atuação do MST, dinâmica que estudei com maior profundidade durante a realização do curso de mestrado.

No Litoral Sul, incorporei à pesquisa o PA 17 de Abril, durante visita à área, constatei na vizinhança destes assentamentos a existência de uma ocupação de terras, em que as famílias dividiam-se em torno da reivindicação da desapropriação para fins de reforma agrária da Fazenda Vera Cruz e a compra da Fazenda Planalto, através do crédito fundiário. Diante desta surpreendente dinâmica, realizei trabalho de campo também no acampamento, batizado pelas famílias de Acampamento Geraldo Garcia, a fim de constatar a referida conflitualidade. Por fim, a última localidade incorporada ao estudo foi a microrregião do Baixo São Francisco, mediante visita à Associação Comunitária Santa Clara do Piauí de Baixo, empreendimento de Combate à Pobreza Rural, localizado no município de Japoatã.

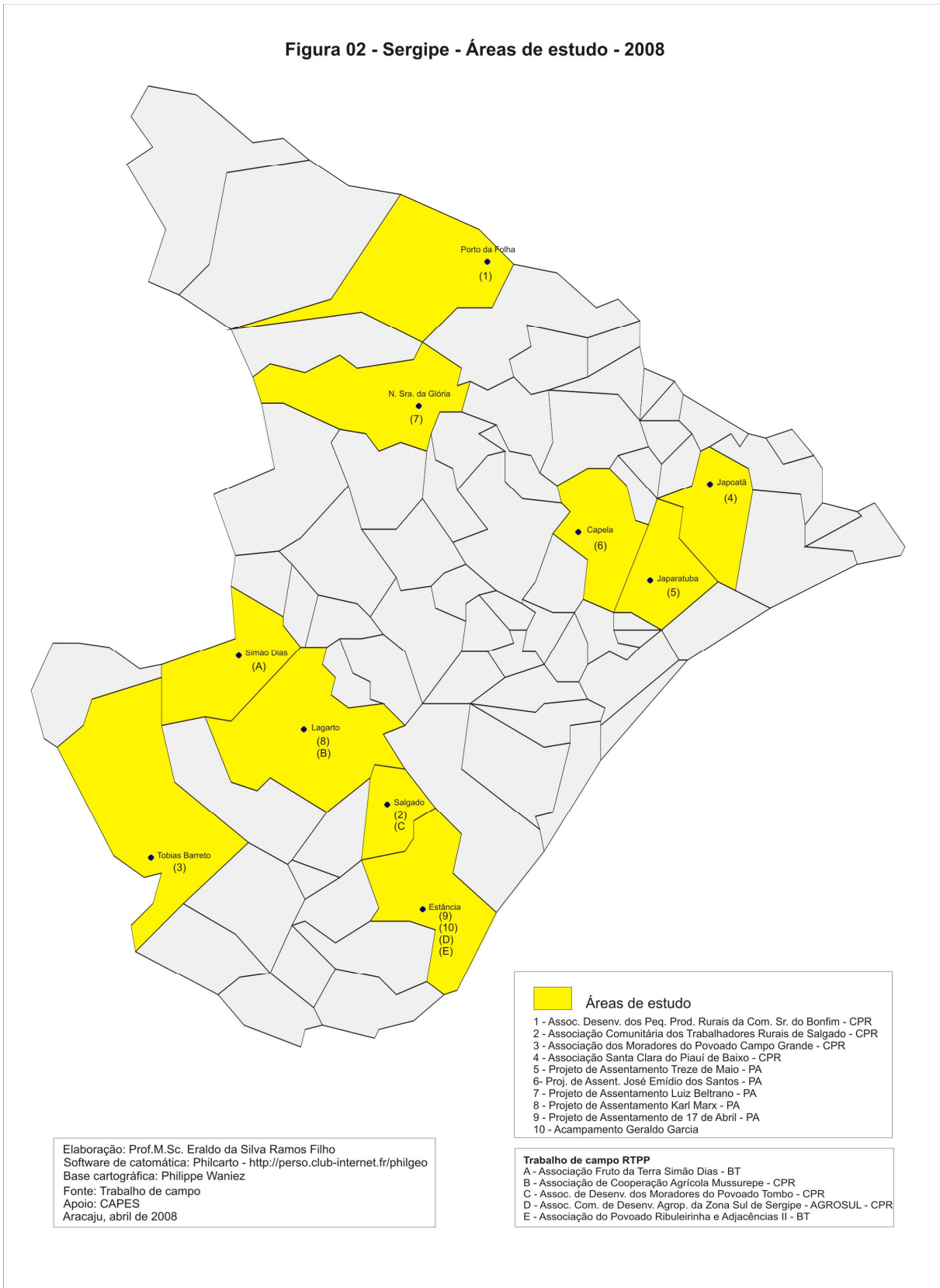
Neste mesmo período, participei de audiência pública na Superintendência de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Florestas, ligada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), para discutir e deliberar sobre a criação de duas unidades de conservação ambiental, em projetos de assentamentos de reforma agrária: uma é Unidade de Conservação Mata do Junco, cuja maior parte localiza-se no interior do PA José Emídio dos Santos, (área integrante desta pesquisa) e outra na Unidade de Conservação Grotão do Angico, no PA Jacaré-Curituba, entre os municípios de Porto da Folha e Canindé do São Francisco, às margens do Rio São Francisco. Nesta localidade, conheci os técnicos da Divisão Ambiental do INCRA e responsáveis pelo licenciamento ambiental no PA Karl Marx, com os quais foi possível recolher informações sobre os entraves procedimentais e as providências encaminhadas referentes à problemática daquela localidade.

Por fim, duas outras áreas do Combate à Pobreza Rural foram visitadas: a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim, localizada em Porto da Folha, com o intuito de retornar para verificar as condições de desenvolvimento do projeto e sobrevivência desta comunidade. Realizei, ainda, uma entrevista com um dirigente estadual do MST e o dirigente da FETASE, que assessora o PNCF em Sergipe.

Em suma, foram visitados 09 empreendimentos de reforma agrária de mercado, deste montante 4 projetos fizeram parte do trabalho de campo estrito a este doutorado e 5 das atividades desenvolvidas em conjunto com a RTPP. Ademais, 5 assentamentos de reforma agrária foram perscrutados (Figura 2). Foi realizado um total de 26 entrevistas, tomadas seja de 2 sujeitos de um mesmo projeto e/ou em reuniões com diretores das associações e/ou líderes comunitários, políticos e assentados que reuniram entre, 3 até 6 sujeitos em um mesmo espaço, respondendo sobre as mesmas questões. Exemplos disto foi o ocorrido na Associação Comunitária Santa Clara do Piauí de Baixo, Associação Comunitária Senhor do Bonfim, Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado, PA Treze de Maio, onde foi realizada entrevista com o Prefeito da cidade de Japarutuba com a participação de mais 6 assentados na localidade e no interior da moradia do então Secretário Municipal de Agricultura, assentado no referido local. Nestas condições, foram entrevistados, aproximadamente, 40 camponeses, dentre diretores de associações de trabalhadores rurais e respectivos associados, dirigentes dos movimentos socioterritoriais e suas respectivas bases.

Durante o processo da pesquisa, incorporei procedimentos de análise quantitativa com vistas à identificação da intensidade do processo de territorialização do crédito fundiário e da reforma agrária em escala nacional. Para este último, adotei, como referência, os dados sobre famílias assentadas disponíveis no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA), cujo relatório é publicado anualmente pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vinculado à FCT/UNESP. No intuito de obter maior detalhamento desta dinâmica na escala de Sergipe, utilizei planilhas fornecidas pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Quanto aos empreendimentos de crédito fundiário diante da ausência de microdados publicados e sistematizados em escala nacional, envidei esforços no sentido de superar esta limitante com a implantação do Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM).

Figura 02 - Sergipe - Áreas de estudo - 2008



Elaboração: Prof.M.Sc. Eraldo da Silva Ramos Filho
 Software de cartomática: Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>
 Base cartográfica: Philippe Waniez
 Fonte: Trabalho de campo
 Apoio: CAPES
 Aracaju, abril de 2008

Áreas de estudo

- 1 - Assoc. Desenv. dos Peq. Prod. Rurais da Com. Sr. do Bonfim - CPR
- 2 - Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado - CPR
- 3 - Associação dos Moradores do Povoado Campo Grande - CPR
- 4 - Associação Santa Clara do Piauí de Baixo - PA
- 5 - Projeto de Assentamento Treze de Maio - PA
- 6 - Proj. de Assent. José Emídio dos Santos - PA
- 7 - Projeto de Assentamento Luiz Beltrano - PA
- 8 - Projeto de Assentamento Karl Marx - PA
- 9 - Projeto de Assentamento de 17 de Abril - PA
- 10 - Acampamento Geraldo Garcia

Trabalho de campo RTTP

- A - Associação Fruto da Terra Simão Dias - BT
- B - Associação de Cooperação Agrícola Mussurepe - CPR
- C - Assoc. de Desenv. dos Moradores do Povoado Tombo - CPR
- D - Assoc. Com. de Desenv. Agrop. da Zona Sul de Sergipe - AGROSUL - CPR
- E - Associação do Povoado Ribuleirinha e Adjacências II - BT

Para implantação deste, utilizei, inicialmente, duas planilhas dos empreendimentos consolidados, fornecidas pelo PNCF, que contêm o nome da associação, número de famílias, área, ano de implantação, linha de financiamento, por município de estados da federação. Uma planilha, fornecida em 2004, continha dados dos anos 1998, 1999, 2000 e outra, disponibilizada em 01 de junho de 2005, continha dados referente aos 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004. Todos os dados foram conferidos um a um para evitar duplicações, falta de informações e outras inconsistências, tendo em vista que as fontes apresentavam uma superposição de anos. Em seguida, foi compilado em uma planilha única do *software Excel*. As inconsistências encontradas foram anotadas em outra planilha de *Excel* para posterior consulta e esclarecimentos junto ao PNCF. Realizei, em setembro de 2005, uma reunião com assistente técnico do programa, na sede do PNCF/MDA, em Brasília, para esclarecer e solucionar as inconsistências. Até esta etapa, vale registrar o trabalho realizado em conjunto com bolsistas do NERA, que viabilizou a organização da primeira planilha do BDRAM, possibilitando a incorporação das informações ao DATALUTA versão Assentamentos.

Em 07 de agosto de 2006, em atendimento à solicitação, o referido Programa realizou meu cadastro como leitor nacional do Sistema de Análise e Contratação (SAC) do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do PNCF. Isto permitiu acessar, por meio da internet, os dados de contratação de financiamentos em nível nacional. Desde então, realizo a atualização do BDRAM, de duas formas: (1) inserção daqueles empreendimentos que não estão cadastrados ainda; (2) confrontando os dados já armazenados com os disponíveis no SIG/SAC (em particular os *contratados*) com vistas a eliminar duplicações, incompletudes ou inconsistências de outra natureza. Esta atividade me levou à constatação de que os dados disponíveis on-line, na maioria das vezes, não coincidem com aqueles já armazenados no BDRAM, possibilitando maior oferta de informação compilada.

As informações do SIG/SAC estão em área restrita da *home page* do PNCF e são atualizadas quase que diariamente, à medida que novos empréstimos são contratados. Por um lado, um ponto positivo foi a possibilidade de acesso livre das informações necessárias a esta pesquisa. Por outro, os dados estão disponíveis por projeto em diferentes janelas do *site* e, considerando a necessidade de pelo menos 5 informações de cada empreendimento (estado, município, número de famílias, área comprada e linha de financiamento) o acompanhamento e a compilação tornou-se morosa e exaustiva. Isto dificulta o acompanhamento das atualizações do sistema e a compilação no banco de dados.

Na escala de Sergipe, utilizei-me de outras duas fontes de informações: uma planilha da operação do Banco da Terra fornecida pela EMDAGRO e outra fornecida pela PRONESE para os empreendimentos de CPR. Estas fontes foram combinadas com os dados fornecidos pelo PNCF e compiladas no banco de dados em questão. Tanto para Sergipe, quanto para o Brasil a combinação de fontes proporcionou uma maior aproximação da realidade da territorialização destes projetos. É importante ressaltar a relevância deste esforço tendo em vista que, até o momento, as informações com tal nível de detalhamento e amplitude não estão disponíveis; pois, cada governo divulga apenas dados gerais do desempenho em respectivo mandato, dificultando, assim, uma leitura da totalidade do processo de territorialização. De posse das informações de ocupações, assentamentos de RA e empreendimentos de RAM procedi à elaboração de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas destas realidades, a fim de subsidiar a análise que apresento em seguida.

Outras oportunidades para ampliar o conhecimento dos processos socioterritoriais da RAM foram: a pesquisa de campo realizada, em 04 de fevereiro de 2006, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Ininga, localizada no município de Valença do Piauí, Piauí. Na oportunidade, entrevistei o presidente da Associação e mutuário que articula a compra de imóveis na região, como também, dirigentes da Federação dos Trabalhadores Rurais do Piauí – FETAGRI; visita ao município de Redentora, no norte do Rio Grande do Sul, onde foi possível conhecer experiências de agricultura camponesa e produção cooperativada de biocombustíveis em pequena escala, realizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além de visitar vários imóveis comprados pelo Banco da Terra na região, conversando com os respectivos mutuários.

Na busca de um aprofundamento sobre as diretrizes de atuação política do Governo Federal frente à questão agrária, bem como da interferência exercida pelos órgãos financeiros internacionais, procurei analisar o discurso oficial por meio da consulta a jornais, às revistas, aos *home page* e aos documentos publicados nos últimos anos, e/ou que norteiam os programas em foco e, em seguida, procedi ao cruzamento dos conteúdos com a prática político-espacial implementada. Foi realizado, ainda, o registro fotográfico das áreas, a fim de registrar aspectos da produção do espaço, dinâmicas territoriais e aspectos relacionados ao cotidiano dos camponeses.

Neste contexto, o presente documento está estruturado em 6 capítulos e uma seção destina às considerações finais. Nos dois primeiros tenho como ponto de partida a escala de Sergipe para analisar o processo de implantação da reforma agrária e a reforma agrária de mercado no período de 2003 a 2006. No primeiro capítulo analiso o processo de (des)(re)territorialização dos camponeses mutuários da reforma agrária de mercado e beneficiários da reforma agrária, comparo suas histórias de vida e debato teoricamente a construção dos diferentes espaços de socialização política.

No segundo capítulo, busco discutir a construção das diferentes territorialidades no processo de criação e recriação do campesinato a partir das políticas fundiárias em tela. Tomo como referência os processos de implantação dos empreendimentos de crédito fundiário e assentamentos de reforma agrária e as diferentes formas de participação política dos camponeses para, em seguida, apresentar pontos de contato, afastamento e oposição entre as territorialidades em construção.

No terceiro capítulo discuto o tratamento dado à política de reforma agrária nos governos José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco. Bem como, as mudanças paradigmáticas das políticas fundiárias assumidas a partir dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, seguido das políticas fundiárias no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Para finalizar este capítulo discuto o processo de territorialização da reforma agrária de mercado e reforma agrária através de dados estatísticos com vista a delimitar o lugar da primeira no processo de criação e recriação do campesinato.

No quarto capítulo remeto o leitor à análise dos pressupostos, princípios e intencionalidades das políticas fundiárias neoliberais difundidas pelo Banco Mundial como forma de controle dos processos de criação e recriação do campesinato. Passando em seguida para a exposição das diferentes manifestações das políticas fundiárias neoliberais na escala global, para tanto me utilizo das realidades manifestas na África (África do Sul e Zimbábue), Ásia (Índia, Tailândia, Filipinas), América Latina (México, Colômbia, Guatemala) e Brasil. Para finalizar esta seção reúno as principais características dos países estudados para melhor compreender a problemática no Brasil.

Dedico o quinto capítulo ao estudo da organização camponesa diante da necessidade de articular-se politicamente nas escalas nacional e internacional através da Via Campesina. Realizo uma proposição teórica para compreender a necessidade de construção de conhecimento engajado para enfrentar o neoliberalismo, com a criação de *think tanks* coletivos ou populares e a construção de territórios imateriais que se opõem. Comparo os resultados das avaliações mais recentes, sobre os impactos das políticas de crédito fundiário no Brasil, realizadas pela Via Campesina Brasil e governo Lula. Para por fim, debato teoricamente os movimentos socioterritoriais e a luta pela terra e a reforma agrária.

No capítulo seis realizo um debate teórico sobre os diferentes paradigmas de interpretação da questão agrária em curso na atualidade. Discuto teoricamente o conceito de reforma agrária com vistas a promover uma atualização deste conceito, de forma a diferenciar a reforma agrária como território da política e a reforma agrária como território do mercado. Por fim, remeto o leitor às considerações finais, na expectativa que a pesquisa em tela contribua de forma profícua para a compreensão, reflexão e ações em torno da questão agrária brasileira atual, em particular de dois instrumentos de criação e recriação do campesinato.

1. REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO E REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE: ESTUDO COMPARATIVO

Gente

*Gente quer comer
Gente que ser feliz
Gente quer respirar ar pelo nariz
[...]
Gente lavando roupa
Amassando pão
Gente pobre arrancando a vida
Com a mão
No coração da mata gente quer
Prosseguir
Quer durar, quer crescer,
Gente quer luzir
Gente é pra brilhar,
Não pra morrer de fome*

Composição: Caetano Veloso

O presente capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, analiso o processo de (des)(re)territorialização dos camponeses, mediante a luta pela terra e a aquisição de imóveis pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário; na segunda parte, apresento e discuto as trajetórias de vidas dos mutuários e assentados da reforma; na terceira, discuto o processo de formação das associações dos mutuários de crédito fundiário, como estruturante das dimensões do espaço de socialização política, verificando as diferenças e o processo de luta prévio ao assentamento dos assentados de reforma agrária.

Objetivo, neste capítulo, demonstrar que a política do crédito fundiário é ao mesmo tempo complementar e concorrente com a reforma agrária. Para tanto, descreverei a identificação das trajetórias de vida das famílias ingressantes nos dois mecanismos de acesso, observando os percursos do processo de identificação enquanto classe e a tomada de consciência, para debruçar-me sobre os processos de dimensionamento dos espaços de socialização política nos empreendimentos do crédito fundiário e assentamentos de reforma agrária, a partir do resgate do processo de organização das associações de camponeses mutuários e das lutas pela terra na reforma agrária.

Denomino *empreendimento* toda parcela de imóvel rural adquirido por camponeses mediante a aquisição de empréstimos bancários por qualquer uma das linhas de financiamento, disponibilizadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e

assentamento as glebas incorporadas ao programa de reforma agrária do INCRA mediante a conquista da terra a partir da luta social, seja via desapropriação, compra e venda ou doação. Estes conceitos foram incorporados tendo em vista o conjunto das relações sociais que determinam a criação de um ou outro território. No caso da RAM, a compreensão liberal do paradigma do capitalismo agrário, que prega a entrada na terra por mecanismos de empréstimos financeiros como forma de *aliviar* a pobreza e a defesa de integração do campesinato a mercados completos, pressupõe a incorporação, neste estudo, da matriz discursiva utilizada pelos agentes financeiros parceiros do programa (Banco Mundial, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil), por seus gestores nos níveis federal e estadual, bem como, por um prestador de serviços de assistência técnica interpelado durante o trabalho de campo, segundo os quais, *empreendimento* apresenta-se como a criação de uma empresa que proporcione lucros.

Em relação ao conceito de assentamento, este apresenta uma carga ideológica distinta. Na história de ocupação do território brasileiro, tal conceito tem sido utilizado para denominar a implantação de projetos voltados à criação e à recriação do campesinato, resultantes da luta social. Nos seu interior, os trabalhadores têm certa autonomia, *a priori*, de escolha das formas de organização interna e das relações de produção. Empreendimentos e assentamentos são fragmentos do território do capital, destinados, em algum momento histórico, para os camponeses trabalharem e se reproduzirem a partir de uma relação social que é distinta daquelas que os antecederam, tendo em vista a implantação de relações não-capitalistas de produção fundamentadas pelo trabalho familiar. As relações sociais que os originam também são distintas, sendo assim, resulta em territórios distintos. Aos sujeitos ingressantes nos projetos de criação e recriação do campesinato, denominarei de *mutuários* os membros da RAM e de *assentados* os integrantes da RA. Novamente, a relação social, predominante na recriação de cada um deles, é determinante para esta escolha. O *mutuário* é aquele que recebeu um empréstimo para a compra de terras. O *assentado* protagonizou a sua entrada na terra, mas, que também, vai pagar mediante outra contratualidade. Estas expressões buscam demarcar as diferenças existentes nos processos de acesso à terra e não menosprezar qualquer uma destas categorias de camponeses.

1.1. O processo de (des)(re)territorialização dos camponeses, por meio da luta pela terra e a compra de terras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário

Antes de tudo, tem-se o espaço físico-material e seu conjunto de complexos naturais. Com o desenvolvimento da história, as relações sociais se materializam, e a partir destas há uma gradativa alteração neste espaço inicial, com a mediação do trabalho. Neste movimento de alteração cotidiana da natureza, a partir das relações entre os homens e a natureza e entre os homens é que este último altera-se a si próprio. Ocorre, então, uma tendência irreversível, e cada vez mais complexa, de tecnificação da realidade. De modo que, o espaço geográfico, para Santos (2004, p. 63), “é formado por conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”

Fernandes (2005a) enfatiza que do processo dialético de construção do espaço geográfico decorre a construção de um conjunto de outros espaços materiais e imateriais, que também são dimensões da realidade a exemplo do: espaço político, espaço econômico, espaço social, espaço natural, espaço cultural, ciberespaços, etc. Portanto, o espaço geográfico deve ser apreendido na sua multidimensionalidade. Nesse contexto, faz-se necessário considerar três propriedades do espaço geográfico: composicionalidade, completitude e completividade, ou seja,

*...composicionalidade, (...) compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade, em movimento, manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. (...) o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade. [grifos do autor] (FERNANDES, 2005, p. 26)*

Por fim, a completividade refere-se à propriedade da existência simultânea das duas outras propriedades do espaço geográfico. As relações sociais são carregadas de intencionalidades. Estas se expressam nos objetivos, crenças, pontos de vista e ações de indivíduos, grupos, classes, povos, nações. Geralmente, por meio delas realiza-se a materialização dos indivíduos no espaço. Para tanto, promovem uma fragmentação do espaço mediante sua apropriação/dominação por uma dada relação social, que pode ser material (como a vitrine de uma loja, um caixa de supermercado ou a cerca de um imóvel rural) ou

imaterial (a exemplo de uma representação cartográfica do espaço para uma dada finalidade ou a difusão de uma forma de pensar a realidade). A fragmentação do espaço geográfico é determinada por uma forma de poder, que impõe a uma dada coletividade a visão, a crença, o objetivo, as ações do grupo mais forte, em dado momento histórico. Este movimento de exercício do poder, para controle de um dado fragmento espacial, desemboca em conflitos e cria o território. Neste raciocínio, o território é uma concessão para aqueles que nele podem entrar e uma confrontação para os que ficam de fora.

Uma reflexão sobre a categoria território envolve, atualmente, uma tarefa árdua, por um lado, em virtude da enorme gama de estudos neste campo, por outro, pelas diferentes visões de mundo defendidas pelos estudiosos; o que, sumariamente, implica no tratamento de territórios diferentes. O conceito de território, na atualidade, é cercado por uma grande polissemia que resulta do poder que os diferentes sujeitos têm de defini-lo: pode designar espaço social no senso comum, espaço apropriado por determinadas espécies animais na etologia, equivalente de região para instituições governamentais, ou, pode ainda, ter conotações mais abstratas no campo simbólico. Os estudos de Haesbaert (1997) levaram este autor a promover um agrupamento das distintas abordagens sobre o território em 03 vertentes:

Jurídico-política – Constitui a vertente majoritária na geografia, em que o espaço é delimitado e controlado a partir de relações de poder, inclusive de caráter estatal. Destacam-se as abordagens ratzelianas. Embora ele passe a ser adotado com mais intensidade na Geografia apenas a partir dos anos 70, foi, ainda no final do século XIX em 1882, que o alemão Friedrich Ratzel, introduziu a noção de território, através da publicação de sua obra *Antropogeografia*. Partindo da etologia, ele criou o conceito de território como uma parcela do espaço identificado pela posse, área de domínio de uma comunidade ou do Estado. É no entender daquele geógrafo, a concepção do *espaço vital* que prevalece: um dado espaço, delimitado por fronteiras controladas pelo poder exercido por um Estado-nação, que tem a finalidade de defender o território contra a ameaça de possíveis invasores. (HAESBAERT, 1997)

Cultural(lista) – Enfoca a dimensão simbólica e subjetiva, sendo o território construído a partir dos referenciais do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço. Os principais estudos foram realizados por Tuan. Discutindo o território, Tuan (1985) promove uma analogia entre a concepção geográfica e aquela da etologia, esta última ciência,

ao estudar o comportamento das várias espécies animais nos seus respectivos espaços vitais, aponta para o exercício do poder sobre o espaço com a finalidade de protegê-lo dos intrusos. Gerando, assim, um comportamento de propriedade sobre certas áreas delimitadas como sua propriedade, territorializando seu espaço vital. Para este autor, a peculiaridade humana reside na capacidade de desenvolver emoções e pensamentos, criando, dessa forma, um sentimento de lealdade apaixonada por meios simbólicos, o que leva à formação de uma identidade do lugar: topofilia. Assim, o território passa a ser definido por este autor como lugar.

Econômica (economicista) – esta abordagem é menos difundida e enfoca a dimensão espacial das relações econômicas. Destaca a desterritorialização social como fruto do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho. Outra abordagem territorial é a natural ou naturalista, hoje, é pouco difundida nas Ciências Sociais e enfoca o território, a partir das relações sociedade-natureza, em particular, o comportamento “natural” dos homens com relação ao seu espaço físico. Porém, a reflexão sobre os territórios e as dimensões que se evidenciam refletem as diferentes visões de mundo, as distintas fundamentações filosóficas e dos estudiosos. A este respeito, o estudo recente de Haesbaert (2004) sistematiza a conceituação de território de acordo com:

- a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão (...) “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. A perspectiva “integradora” de território, na resposta às problemáticas que, “condensadas”, através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.
- b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está, historicamente, circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s), social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). (p.41)

Na perspectiva integradora, uma formulação acerca do território, merecedora de destaque, foi construída por Claude Raffestin (1993). Este autor, baseado em idéias também de Ratzel, não prioriza discutir se o território é um conceito ou uma noção. Segundo ele, deve-se partir do pressuposto que:

...o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator

“territorializa”o espaço. (...) O espaço é a “prisão original” [grifos do autor], o território é a prisão que os homens constroem para si. (1993, p.143-144)

O território advém do espaço, mas não é o espaço em si. Qualquer representação no/do espaço necessita de códigos e sistemas sêmicos; estes, por sua vez, pressupõem processos sociais e, à medida que permitem o estabelecimento de formas de poder, metamorfoseiam o espaço em território, uma vez que qualquer sistema de representação tem implícito certo cunho de poder. Raffestin, na mesma obra, desenvolve uma abordagem múltipla, pois, além de propor uma interpretação fundamentada no campo relacional do poder no sentido de apropriação física, material (através de fronteiras jurídico-políticas), considera, também, a territorialização imaterial, simbólica, subjetiva (como o campo da semiótica e os aspectos subjetivos inerentes aos indivíduos). Diante desta breve exposição, pode-se afirmar que o território, como resultante da fragmentação do espaço geográfico, contém no seu bojo as propriedades do espaço geográfico. Se tomarmos como problemática relacional a questão agrária no Brasil contemporâneo em sua complexidade e, neste contexto, a recriação do campesinato através dos processos de reforma agrária, percebe-se que a abordagem para ser territorial deve considerar a multidimensionalidade do território. Não se pode dissociar a política, a economia, a cultura, o ambiente, a dimensão regional, a democracia da dinâmica social.

A territorialização é um processo geográfico de construção dos territórios. Em virtude da sua natureza, gera, incondicionalmente, um conjunto de conflitos entre aqueles sujeitos envolvidos no processo. Acompanha-se permanente e concomitantemente de outros dois processos contrários e constituintes: a desterritorialização e a reterritorialização. Configurando, desta forma, o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). Neste contexto, na contemporaneidade brasileira todas as tentativas de implantação de programas de reforma agrária têm sido marcadas pela alteração do espaço rural, por meio da transformação de latifúndios ou terras devolutas em assentamentos rurais com diversas famílias. Os assentamentos de reforma agrária, conquistados por meio da luta pela terra, constituem a materialidade do processo de territorialização das respectivas organizações camponesas e de criação e recriação do campesinato.

Na prática, por um lado, a territorialização do campesinato, mediante a conquista dos assentamentos, promove a desterritorialização (ao menos na dimensão físico-material) dos latifundiários que, por sua vez, podem reterritorializar-se em outro município, estado, ou região brasileira, no mesmo setor de atividade econômica ou em outro setor da economia. Por outro lado, a territorialização do agronegócio implica a desterritorialização camponesa; sendo que, igualmente, as disputas territoriais intra-capital podem conduzir à desterritorialização de um cultivo menos rentável, em dado momento histórico, frente à (re)territorialização de outra atividade mais rentável, como é o exemplo da desterritorialização da pecuária extensiva no Pontal do Paranapanema (São Paulo) frente aos incentivos governamentais à produção canavieira voltada à elaboração do etanol, no final da primeira década do século XXI. Excluídos e expropriados pela alta produtividade e pela concentração de terras, os trabalhadores tendem a organizar-se para buscar sua reterritorialização, uma dessas formas é a busca por sua recampesinação, mediante a ocupação de terras (FERNANDES, 2000).

Cada assentamento carrega nas suas formas-conteúdo as marcas materiais e imateriais das lutas e enfrentamentos, realizados na época do acampamento e das histórias de vidas dos sujeitos que o compõe. A principal via de análise deste conceito não está no conhecimento das características naturais do que se produz ou das ligações e identidades entre um grupo e seu espaço, mas sim, a quem e como domina o espaço em questão, densamente preenchido, portanto, de ideologias.

Se tomarmos as relações de poder enquanto relações sociais, o território e os processos de territorialização resultam da multiplicidade de poderes, incorporados pela multiplicidade dos sujeitos envolvidos. Territórios também são construídos e desconstruídos em escalas temporais e espaciais distintas. Podem ser construídos ao longo de séculos, décadas, anos, meses, dias e, até mesmo, em escalas ainda menores. Sua existência pode assumir caráter permanente ou periódico. Os objetivos da territorialização podem variar ao longo do tempo e do espaço. Para isso, deve-se levar em conta a intencionalidade do(s) ator(es) ou sujeito(s) que o criou.

No atual período técnico-científico-informacional, marcado pela ampliação da fluidez do espaço e a irreversibilidade, imprevisibilidade e simultaneidade do tempo, as redes tornam-se, também, importantes na constituição do território. As redes são identificadas por sua configuração material (infra-estrutura que possibilita o fluxo de matéria,

energia ou informação) e imaterial (sua dimensão social, política, ideológica, conhecimento) que enfatiza: os diferentes fluxos que ocorrem no território, a conexão de um território com outros territórios, bem como, sua descontinuidade física. Logo, um assentamento pode ser considerado um território, mas, no seu interior, diferentes territórios se superpõem, a exemplo de uma unidade de produção familiar, da casa, etc. O conjunto dos assentamentos conquistados por um dado movimento social, considerados em seu movimento sobre o espaço, também pode ser tomado como o território desta organização.

As trocas de experiências das formas organizativas para resistência pela/na terra e a troca de conhecimentos, construídos entre diferentes assentamentos de uma dada região, ou, até mesmo, a articulação de diferentes organizações camponesas no mundo, em torno da Via Campesina, são exemplos dessa característica do território. Este território constitui-se em uma totalidade e, como tal, compõe-se das dimensões política, natural, simbólico-cultural, econômica e social. É, a um só tempo, relacional, histórico, multiescalar e articulado em redes. Uma abordagem que não contemple esta multidimensionalidade não pode ser tratada como territorial. Desta forma, considero o território como um espaço político por excelência, no qual o exercício de poder é central na sua delimitação e gerador de conflitualidades.

Essa categoria também pode apresentar-se além de espaços físicos delimitados na sua permanência ou na sua efemeridade. É importante analisá-la, também, na sua expressão imaterial. Pode manifestar-se por meio dos saberes universais, que compõem uma dada cultura, ou dos conhecimentos científicos construídos historicamente pelos sujeitos. Estes resultam de uma relação social e são elaborados, a partir da cognição, portanto, em um espaço mental. Os paradigmas (pensamentos concomitantemente teóricos e políticos), a política, a ideologia, as informações produzidas e difundidas pelos meios de comunicação, até mesmo, as palavras podem delimitar um território. Para se territorializar, necessita realizar-se espacialmente. Ao difundir-se entre os sujeitos, tal ideário promove uma permanência e/ou alteração comportamental, delimitando um certo controle social sobre os mesmos, definindo uma forma de interpretar uma realidade, de posicionar-se, de agir. Portanto, constrói uma materialidade ou novas materialidades. (FERNANDES, 2005b)

A título de exemplificação pode-se tomar os paradigmas de interpretação da questão agrária e as diferentes concepções teórico-políticas como territórios que se confrontam permanentemente, conforme discutirei ao longo deste documento. Sua

materialidade pode ser apropriada, dentre outros mecanismos, por meio das políticas públicas que originam e os impactos que estas causam na sociedade. Na perspectiva de decifrar estes últimos, analiso o processo recente de (des)(re)territorialização do campesinato sergipano, a partir das políticas de crédito fundiário e reforma agrária.

Sob o prisma da propriedade territorial, o campo sergipano, historicamente, está marcado pela elevada concentração fundiária. Se tomarmos como referência os dados recentes do cadastro de imóveis rurais do INCRA (Tabela 4), verifica-se que, dos 64.515 imóveis rurais, que ocupam 1.580.400 ha no estado, os pequenos proprietários e os posseiros que possuem menos de 100 ha são predominantes, representando, assim, a maioria absoluta (95,62%) dos imóveis rurais. Todavia, sua participação na área rural não atinge a metade do total cadastrado (46,94%). Por sua vez, os grandes proprietários que possuem imóveis acima de 500 há, enquanto representam apenas 0,53% dos imóveis, concentram 21,36% da área rural cadastrada. Estes dados revelam que, em Sergipe, há muita gente para pouca terra e pouca gente com terra demais.

Considerando que, em Sergipe, há quatro grupos de módulo fiscal, a saber: 70 ha no sertão sergipano, 20 a 70 ha na faixa de agreste e 10 a 45 ha na faixa litorânea. Ainda, existindo áreas menores na região metropolitana, os minifúndios representam 64,5% dos imóveis rurais e somente 8,83% da área total. Já os imóveis com mais de 1.000 ha, apesar de sua inexpressividade em número de imóveis (0,14%), controlam sozinhos 10,14% da área total. Além da concentração fundiária e o elevado processo de minifundização, outra questão grave, no campo sergipano, é a ociosidade da grande propriedade, aqui compreendida como a superior a 500 ha. De acordo com o Plano Regional de Reforma Agrária de Sergipe (INCRA, 2004), 65% das 439 grandes propriedades cadastradas são improdutivas, isto em área significa um efetivo de 203.309 ha de terras que forma um estoque de terras passíveis de desapropriação. (Quadro 1)

TABELA 4 - SERGIPE - ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2003

Estratos de área (ha)	Nº de Imóveis	%	Área em há	%
Menos de 10	41.604	64,5	139.539,1	8,83
10 a 50	16.936	26,25	381.562,2	24,14
50 a 100	3.161	4,9	221.041,6	14,0
100 a 500	2.470	3,82	500.595,1	31,67
500 a 1000	253	0,39	177.393,4	11,22
Mais de 1000	91	0,14	160.268,9	10,14
Total	64.515	100	1.580.400,3	100

Fonte: INCRA, 2004

QUADRO 1 - SERGIPE - IMÓVEIS IMPRODUTIVOS - 2004

UF	Número de imóveis grandes (+ 15 MF)		Áreas grandes (ha)	
	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos
Brasil	111.495	54.781	209.245.470	120.436.202
Sergipe	439	285	315.161	203.309

Fonte: Plano Regional de Reforma Agrária – Sergipe (2004)

Esse cenário de grave desigualdade na estrutura fundiária, a improdutividade da maioria das grandes propriedades, associado aos projetos públicos e privados de modernização da agricultura, apresentam-se como as causas da expulsão, da expropriação e da exclusão no/do campo. Na contramão deste processo, o campesinato tem se organizado e resistido mediante diferentes formas de luta. Desde meados da década de 70, a ocupação de terras tem sido a principal forma de criação e recriação do campesinato em Sergipe.

A condição de extrema subordinação às oligarquias locais somente passou a ser contestada e confrontada a partir da atuação da Diocese de Propriá, segmento progressista da Igreja Católica no estado. Seu papel foi fundamental no processo de mobilização, politização e organização do campesinato para a luta pela terra. Diversas lutas foram travadas, por exemplo: a resistência dos *meeiros* de arroz, expulsos para a implantação do projeto de irrigação do Betume, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e a luta dos posseiros de Santana dos Frades. Todavia, com a morte do arcebispo Dom José Brandão de Castro, o espírito combativo da Diocese de Propriá cedeu lugar a uma postura conservadora. Antes desta mudança na Diocese, sua atuação fomentou a criação de outras organizações de defesa dos interesses do campesinato sergipano, seja no plano sindical ou dos movimentos sociais. O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Sergipe, ainda em 1985, foi marcado por uma atuação conjunta com a referida Diocese.

Contudo, as primeiras ocupações de latifúndios, praticadas pelo MST, ocorreram somente a partir de 1987 e o afastamento entre as duas instituições ocorreu um ano depois, em 1988. Foi nos anos noventa, em virtude de sua territorialização pelo estado com a conquista de diversos assentamentos de reforma agrária, que este Movimento se consolidou politicamente, credenciando-se como o principal interlocutor dos trabalhadores rurais. Atualmente, atuam, no campo sergipano, diferentes organizações em defesa da reforma agrária ou de políticas agrícolas e sociais para os povos do campo, dentre estas se destaca: o MST, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE),

entidade federada à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Luta Camponesa (MLC), a Cáritas, a Fundação Palmares. Estas organizações, no percurso de sua atuação, contam com a contribuição de diferentes mediadores, vale ressaltar: parlamentares ligados a partidos de esquerda, a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP), a Sociedade de Estudos e Cidadania (SACI), A Organização Cupim, o Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A luta pela terra, praticada historicamente pela igreja católica, pelo sindicato e pelos movimentos sociais, resultou, até 2007, na conquista de 162 assentamentos de reforma agrária; cuja área atinge um total de 142.442 ha, beneficiando 9.164 famílias desde a conquista do primeiro assentamento de reforma agrária, em 1982, o PA Santana do Frades até o ano de 2005 (INCRA-Sergipe, dados organizados pelo autor). Os assentamentos conquistados a partir do final da década de 80 resultaram, em sua maioria, das lutas dos trabalhadores organizados em torno do MST. Enquanto por um lado, os projetos públicos e privados, para o campo sergipano, destinavam-se apenas à modernização da agricultura, mediante estratégia de desenvolvimento das forças produtivas que garantissem a reprodução ampliada do capital, por outro, as ocupações de terras converteram-se, praticamente, na única alternativa de entrada na terra para o campesinato empobrecido e/ou sem-terra.

Contudo, o governador Albano Franco⁷, representante local da política neoliberal do PSDB em curso na esfera federal, introduziu, no ano 2001 em Sergipe, a reforma agrária de mercado (RAM). A partir de então, a recriação do campesinato, realizada por suas próprias lutas de resistência, deixou de ser a única forma de entrada na terra no período recente. Embora este governador mantivesse uma postura conciliadora diante dos conflitos fundiários, sua postura demonstrava uma tática ambígua; pois, por um lado, realizava a mediação de conflitos com os trabalhadores por meio da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e, por outro, adotava a mercantilização da política fundiária no estado, instrumento que, na época, era questionado e combatido pelo conjunto das organizações camponesas. Vejamos a argumentação de um dirigente estadual do MST sobre a ação da SSP:

⁷ Albano do Prado Pimentel Franco é industrial e membro de tradicional família canavieira de Sergipe. Foi deputado estadual pelo PDS de 1967 – 1971, exerceu o mandato de Senador Constituinte de 1983 – 1995. Integrou o partido do ex-presidente Fernando Collor de Melo, o PRN, de 1989 – 1992 quando migrou para o PSDB, onde permanece até hoje. Por esta sigla, governou o estado de Sergipe por duas vezes de 1995 – 1998 e 1999 – 2002, atualmente, exerce o mandato de deputado federal.

Ele [governador Albano Franco] colocou Wellington Mangueira como Secretário de Segurança Pública que foi um ex-perseguido pela ditadura e que tinha uma relação com o Movimento [...] o que nos surpreendeu! [...] Wellington nos surpreendeu também, mostrando que era possível fazê uma...discutir segurança pública...fazê segurança pública discutindo com os Movimentos também. Então, cito duas questões interessantes: uma era a relação que nós tivemos com relação aos despejos no campo e a outra coisa é a história dá, dá [...] Polícia Comunitária. [...] a polícia percebeu que o tratamento à sociedade teria que ser dado de uma forma diferente. E, no campo, acho que o caso mais emblemático foi disso foi caso de Santa Clara⁸. O fato da polícia ter ido pra, pra Santa Clara vê quem estava armado, vê quem estava reprimindo e não já saí batendo como, como os outros faziam, faziam já nos surpreendeu. Então, assim..., toda, todo o período que Wellington Mangueira ficou na segurança pública foi um período de dialogo. Lógico! Tinha que cumpri reintegração? Cumpria! Mais ixistia um dialogo com, com os Movimentos, aí eu não posso dizer que é só com o MST, mas com os Movimentos! Então, Albano Franco surpreendeu nesse sentido. Uma outra coisa interessante é que o Albano fez o que os outros não fizeram: chamá pra conversá! Então, mesmo sabendo a linha ideológica do Albano, mais ele percebia quando clima tava pesado no campo ele chamava, “olha tá..vamu vê o quê que a gente faz..o quê que eu posso ajudá...”, Assim, era alguém que pelo menos dialogava e é isso uma surpresa! Por que a família Albano é uma família da ditadura, do latifúndio, da cana! Ou seja, tem um histórico meio complicado! (Entrevista, E.L., 2007)

Albano Franco introduziu, primeiramente, a linha de financiamento Banco da Terra (BT). Durante a realização do trabalho de campo, constatei que esta linha de financiamento promovia o estímulo, na maioria das vezes, à individualização das famílias para ingressarem no programa desarticulando os grupos associativos e, atuava, conforme mencionado acima, como instrumento voltado à desarticulação de conflitos fundiários, tendo em vista a existência de créditos disponíveis para compra dos imóveis em litígio e ocupadas por famílias de trabalhadores sem-terra. Algumas das áreas de estudos desta investigação comprovam esta assertiva, que discutirei no item 1.3. Esta ação revela a intencionalidade de realizar uma *reforma agrária pacífica*, que não traga prejuízos para os latifundiários, mas, que promova a realização da renda da terra em favor destes mediante a venda, à vista, de imóveis ou de partes destes.

Desde sua introdução no estado, em 2001, até o término desta pesquisa

⁸ A Antiga Usina Santa Clara, localizada no município de Capela, foi durante décadas uma das principais unidades produtivas de cana e fabrico de açúcar de Sergipe. Com sua falência e desativação da unidade fabril, a fazenda caiu na improdutividade no começo da década de 90. Em seguida, 800 famílias, ligadas ao MST, realizaram a ocupação do imóvel, desencadeando longo período de conflitos na localidade.

Cf. RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. “**Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado**”: MST e novas territorialidades na Usina Santa Clara. Aracaju, 2002. 162. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

contabilizam-se 7,5 anos de existência da RAM em Sergipe. Considerando o arranjo político institucional para sua implantação e os períodos de governo, podem-se delimitar três fases: 1) *Articulação e implantação inicial*; 2) *Consolidação e diversificação*; c) *Expansão programada*. A primeira das três fases, como o próprio nome sugere, caracteriza-se pelo processo de negociação política entre os governos federal e estadual, elaboração do arranjo institucional e início das operações dos empréstimos pelo Programa Banco da Terra. A gestão local do programa ficou sobre a responsabilidade da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e os empréstimos financeiros realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Esta fase compreende o período entre 2001 e 2003 e abarca as gestões do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, do governador do estado Albano Franco, ambos do PSDB e o primeiro ano do mandato do governador João Alves Filho (PFL) e do presidente Luís Inácio da Silva (PT).

A EMDAGRO informou, por meio do Relatório de Acompanhamento do Programa Banco da Terra (BT), concedido ao pesquisador mediante ofício nº 072/2003, datado de dezembro de 2003, que operou por 31 meses, entre 30/01/2001 (com a compra da fazenda Fabiana pela Associação Fruto da Terra Simão Dias, primeiro empreendimento de RAM no estado) e 22/07/2003, o financiamento da compra e venda de terras totalizando 48 imóveis rurais, que envolveu 740 famílias e 10.104,44 ha. Todavia, ao confrontar estes dados com os fornecidos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2005, constatei que, neste período, a quantidade de empreendimentos, o número de famílias atingidas e a área adquirida são superiores ao relatório fornecido pela EMDAGRO.

A combinação das duas fontes de dados possibilitou observar que, nos anos de 2001 e 2002, todos imóveis foram comprados pela linha de crédito Banco da Terra. No ano de 2003, foi introduzida a linha de financiamento Crédito Fundiário (CF) e a atribuição da gestão da RAM no estado, transferida para a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)⁹. Ainda no início do governo Lula, esta linha de financiamento foi convertida em Combate a Pobreza Rural (CPR). A análise combinada das duas fontes demonstra, ainda, que, entre 2001 e 2003, foram implantados um total de 255 empreendimentos, envolvendo 1.235 famílias e 13.769 ha. (Tabela 5) Nos dois primeiros anos

⁹ A PRONESE é uma empresa ligada à Secretária de Estado do Planejamento do Estado de Sergipe que gere diferentes programas resultantes de convênios com o Banco Mundial.

desta fase, foram implantados empreendimentos apenas pela linha de crédito BT e, em 2003, houve a operação simultânea da EMDAGRO e PRONESE, respectivamente, nas linhas de financiamento BT e CF. Neste ano (2003), foram financiados 07 imóveis pela linha de crédito BT, adquiridos por 72 famílias, incorporando uma área de 454 ha. Já pelo CF, foram comprados 11 imóveis, tal ato engloba 2.035 hectares e atinge 236 famílias.

Contudo, no final do governo Albano, ocorreu má utilização de parte dos recursos do Programa, por parte da PRONESE. “...Os recursos que foram mandados, em 2002, no governo Albano Franco, de custeio que significa da operacionalização do Programa em si, no estado, que era diárias, viagens, combustíveis, alimentação, hospedagem, computadores, carro essas coisas...” (Entrevista, P.A., 2007) foram utilizados, segundo o atual gerente de operações do PRONESE, na reestruturação das dependências físicas da Empresa e “...Essa prestação de contas foi glosada, em dezembro de 2002, e, até hoje, não se resolveu esse problema. O governo do estado, tanto do governo João, o governo passado, como agora, o governo Marcelo Deda vem fazendo essa operação de custeio com recursos próprios (entrevista, P.A., 2007).” Esta postura de garantir com recursos próprios as despesas com custeio do programa como “...divulgação, vistoria para aquisição de imóveis, quanto para liberação dos recursos para os investimentos básicos e comunitários das propostas contratadas (PRONESE, 2008).”, demonstra uma posição política favorável de ambos governos do PFL e PT, à implantação da RAM no estado.

TABELA 5 – SERGIPE - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS E ÁREA DE RA E RAM (2001-2006)

		Nº de famílias		Área (ha)		Valor contratado (R\$)*	
		RA	RAM	RA	RAM	RA	RAM
FHC – Albano	2001	250	578	4.044	4.682	851.612	8.519.920
	2002	1.538	329	23.778	6.498	4.242.872	5.385.756
Lula – João	2003	63	328	1.882	2.589	538.434	2.976.150
	2004	333	402	5.244	4.566	3.027.585	3.611.227
	2005	1.268	301	16.226	1.582	7.625.121	3.017.522
	2006	121	225	3.056	1.215	2.102.988	2.235.753
Lula – Déda	2007	72	350	3.386	2.965	933.110	4.692.327
Total		3.645	2.513	57.616	25.722	18.470.110	30.438.655

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA; Superintendência Regional do INCRA, em Sergipe; MDA/SRA/PNCF; PRONESE; EMDAGRO

* Os valores de contratação da RAM incluem apenas o Sub-projeto de Aquisição de Terras (SAT) e para a RA referem-se ao valor pago pela terra nua.

A segunda fase da RAM, em Sergipe, denomino como *Consolidação e diversificação*, diz respeito ao período 2004 – 2006, durante o mandato do governador João Alves Filho (PFL)¹⁰ e do presidente Luiz Inácio da Lula da Silva (PT). Com a mudança de governo estadual, realizou-se uma reforma administrativa que resultou, dentre outras modificações, na extinção da EMDAGRO. E, com a extinção da linha de financiamento Banco da Terra, elaborou-se novo arranjo administrativo para a implantação da RAM, em Sergipe, cujo gerenciamento coube apenas à PRONESE, conforme comentado acima. Em face da adesão da CONTAG ao PNCF em nível federal, a FETASE, em Sergipe, passou a realizar apoio político-operacional, divulgação, acompanhamento e supervisão dos projetos. Em relação ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), seguiu como agente financeiro responsável pela liberação dos empréstimos aos trabalhadores.

De acordo com os Planos Operativos Anuais (POA's) 2004, 2005 e 2006, a meta do Governo de Sergipe era, neste período, adquirir 17.330 hectares de terras e atingir 1.733 famílias; em que pese a persistência da desaprovação das contas, foi firmado o compromisso político do governo em assumir as despesas com custeio do Programa para que ele fosse adiante. Na prática, havia disponibilidade de recursos para o financiamento da compra de terras pela linha de crédito Combate a Pobreza Rural, apoio político-operacional da FETASE, relações convergentes ao programa na Unidade Técnica Estadual (UTE) e nos Conselhos de Desenvolvimento Rural (municipais e estadual). Na contramão, estava o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que seguia intensificando a luta pela terra e a oposição ao governador que reagiu de duas formas: diante da inexistência de uma política agrícola e agrária estrutural, voltada ao campesinato sergipano, o governo João Alves Filho adotou uma postura truculenta com relação aos movimentos camponeses, aos conflitos fundiários; promovendo forte deslegitimação, criminalização e perseguição às famílias em luta pela terra e suas lideranças. Sobre isto, vale mencionar a interpretação do dirigente do MST:

Então, ele, ele usou a mesma estratégia que ele usava no primeiro mandato dele e segundo, ou seja, ele enxergou o Movimento como um grupo desorganizado, pequeno, sem apoio social e que era fácil de reprimir. Então, ele fez a opção e como, ele lógico, que ele percebia que era inimigo de classe e inimigo político na discussão eleitoral [...]. Então, ele, assim, juntou todas as raivas que ele tinha e tentou acabar..., eu acho que ele..., ele sonhou em acabá com o Movimento em seis meses. Eu não consigo enxergar a forma

¹⁰ Marca o retorno ao governo do Estado de Sergipe, para o terceiro mandato o pefelista João Alves Filho.

como ele iniciou o mandato, a forma como ele reagiu com a assistência...com a segurança pública, a repressão. Eu imaginei que ele se empolgou e queria acabar com o Movimento em seis meses! Só que ele esqueceu que alguns anos depois do...do último mandato dele o Movimento tinha crescido bastante [...] Nós devíamos ter mais de oito mil famílias acampadas no início do governo João. Assentadas eu não sei dizer, mais um bom número também! Com um nível de organização já grande, assim, estruturado e organizado no Estado inteiro. Então, não foi fácil assim! Então, nós fomos pra disputa e nós conseguimos uma coisa interessante: conseguimos mostrar pra sociedade que aquela... aqueles...aquela repressão era incabida, num sentido mais pra o..., assim..., pra realidade de Sergipe. Primeiro que aquele tipo de repressão, assim... num pode mais ser vista no mundo, em lugar nenhum, e tão pouco aqui em Sergipe! E segundo, era que assim o Movimento estava organizado, e mostrou isso com os assentamentos, com os acampamentos e chamou a discussão pra sociedade, e a sociedade se somou conosco! [...]

Os acampamentos inclusive que não tinha liminar, ele foi lá! Despejou! Despejava! Usava a estrutura do...da DER., Departamento de Estradas e Rodagem pra destruir os acampamentos! Queimava! Usava gás! Atirava! Uma das ações dele...pra... assim... pra desbloquear uma rodovia em Poço Redondo eles conseguiram furar, acho que, três motô de tratô, os tadores coletivos lá do Jacaré-Curituba! A bala! Atiraram no motô pra...não era só pra só pra perseguir o Movimento! Era pra matar... assim...o trabalho de produtivo dos assentamentos! Cê matando o tratô tá matando a produção e aí mostra que...Ou seja, era história de ódio mesmo! Então prendeu muita gente, muito processo nós temos nesse período aí dele! Soube usar muito bem o judiciário, que sempre toma...faz essa opção de sacanear conosco! De criar problema. Fez bom uso disso e...mais é isso. Nós conseguimos mostrar pra sociedade que num cabia mais aquilo pra Sergipe. (Entrevista, E.L., 2007)

Abaixo, remeto uma fotografia de uma das matérias de despejos truculentos que foram veiculadas na mídia, durante o governo João Alves Filho com a finalidade de exemplificar a utilização do aparato estatal na repressão e perseguição aos sem-terra. Neste caso, com o uso de tropa de elite da polícia militar e máquinas do Departamento de Estadual de Estradas e Rodagens (DER).

Pressionado pelas lutas no campo, o governo viu-se na obrigação de apresentar uma política destinada ao campesinato, dentre um conjunto de políticas agrícolas compensatórias, foi divulgado como projeto do Governo de Sergipe o Crédito Fundiário. Diante de intensa campanha midiática, buscou forjar uma falsa consciência coletiva na sociedade de que a RAM trata-se de um mecanismo de *reforma agrária pacífica*, em detrimento das lutas dos trabalhadores em movimento. Com isso, atendia aos interesses dos capitalistas proprietários de terras em tentar controlar as lutas no campo, proteger a propriedade privada e viabilizar condições objetivas para o funcionamento do mercado de

terras.

FIGURA 3 – CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA, GOVERNO JOÃO ALVES FILHO - 2005



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho. Fonte: Jornal da Cidade, PG B1/capa, nº 9325, 05/082008.)

Portanto, a opção de tratamento da questão agrária sergipana de João Alves Filho, em particular no tocante à criação e recriação do campesinato, foi promover uma ofensiva à luta pela terra e pela reforma agrária, perseguindo, em particular, o MST e de outro lado, não medir esforços para converter a RAM na principal alternativa para a entrada na terra pelos camponeses. Resulta disso, durante este mandato (2003-2006), a implantação de 101 projetos de RAM que atingiu 1.256 famílias, incorporou por meio da compra 11.577 ha. Apesar deste desempenho, ao longo dos 4 anos, ser proporcionalmente inferior ao alcançado em apenas dois anos do governo Albano Franco, a meta do conjunto dos POA's não foi atingida, embora o Programa tenha sido territorializado por 12 municípios, sendo que sua área de atuação saltou de 18 municípios no governo Albano Franco para 22 municípios em 2006, com o governo João Alves Filho.

A fase da *Consolidação e Diversificação* é marcada, não apenas pela introdução da linha de financiamento do Crédito Fundiário e sua substituição pelo Combate a Pobreza Rural (CPR), bem como pela substituição do criticado e combatido, Banco da Terra pelo Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), resultante da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o MDA e o Governo de Sergipe, publicado no Diário Oficial da

União em 15/02/2006. Recorde-se que sua contratualidade é diferenciada do CPR, ou seja, o ingresso no programa é individualizado, os juros são mais elevados, e os recursos utilizados para a compra da terra e construção da infra-estrutura do assentamento são todos reembolsáveis para a instituição financeira, o que significa um maior endividamento do camponês junto ao Banco e uma condição individualizada para produção e retirada da renda da terra.

Tal ocorrência se efetivou no final de 2006, com a contratação das primeiras propostas pela linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Chama-nos à atenção que, das 95 famílias atingidas, neste ano, 34 ingressaram na linha de crédito CAF e adquiriram, mediante contrato individual, um único imóvel. A Fazenda Queimadas localiza-se no município de Lagarto, possui área 369,24 ha e foi parcelada em 34 lotes; cuja área varia de 10,39 ha a 12,12 ha, seu preço total foi de R\$ 947.838,78. (SIG-SAC/PNCF) Se tomarmos o preço de referência de terras do INCRA em setembro de 2005, verifica-se que o valor pago pelo conjunto do imóvel (R\$ 2.567,00/ha – dois mil quinhentos e sessenta e sete reais por hectare) está um pouco acima da média prevista para esta microrregião (R\$ 2.300,00/ha – dois mil e trezentos reais por hectare).

A introdução desta linha de financiamento cumpre os mesmos objetivos do BT, mencionados anteriormente: sobre o argumento de possibilitar a compra de terras para minifundiários, promove, na maioria das vezes, a individualização dos camponeses, fragmentando, portanto, sua organização política. Quando questionado sobre os motivos de introdução desta linha de crédito no estado, o gerente do PRONESE, no governo Marcelo Déda, posicionou-se da seguinte forma:

Mais a tendência, perspectiva é qui o CAF supere o CPR. Por quê? Porque nós tamo...tanto uma linha quanto a outra elas trabalham com o teto, certo? O CPR, ela trabalha com o teto de dezoito mil por família, ou seja, pra o SIC e pra o SAC são dezoito mil. Então nós queríamos que...nós teremos...nós temos na verdade qui...é...que utilizar em torno de no máximo aí onze mil, mais ou menos, pra aquisição da terra, e o restante, até os dezoito mil pra a parte de infra-estrutura produtiva, certo. E, no caso do CAF, nós temos quarenta mil, qui aí nós utilizaremos...nós estamos utilizando trinta e um mil pra pagamento da terra, pra o SAT que é o Subprojeto de Aquisição de Terra, e nove mil para o SIB que é Subprojeto de Investimentos Básicos. Como a questão da lei da oferta e a procura, né? Esse teto nós tamos utilizando ele há cerca de cinco anos. Houve uma valorização da terra, então o teto do...do CPR, ele está um pouco defasado e não houve uma equiparação por parte do MDA. Então, conseqüentemente, nós não tamos...tamos tendo dificuldade hoje, de enquadrar as áreas que são propostas à venda pra gente pelo CPR. Nós tamos tendo mais facilidade em

enquadrar pelo CAF. Então, há uma tendência real de que o CAF supere o CPR em decorrência disso aí. Pra que isso não ocorresse, nós teríamos que...é...o MDA teria que fazer uma reavaliação desse teto. Isso não tem sinalizado. O MDA não sinalizou até o momento nesse sentido. Apesar de que tá havendo nacionalmente um pleitcho com relação a isso, entendeu? Em havendo isso a gente pode operar milhó o CPR. Se não houver isso a tendência é o CAF. (Entrevista, V., 2007)

Este depoimento foi concedido no momento em que os recursos do acordo financeiro para a implementação do CPR encontravam-se em fase de finalização e um novo acordo havia sido firmado para a implantação do CAF. Ele confirma que a regulação do preço dos imóveis, no mercado de terras, depende da lei da oferta e procura, de forma que os valores da linha CPR se defasaram ao longo dos anos, em face da valorização das terras. Vários elementos contribuíram para isto, a exemplo dos incentivos governamentais destinados à produção de cana-de-açúcar para a fabricação de etanol nos últimos anos, mas, indubitavelmente a oferta de créditos para a aquisição de terras, à vista e em espécie, contribuiu para a elevação dos preços dos imóveis rurais, por meio da especulação fundiária por parte dos proprietários; que cientes da disponibilidade de créditos específicos aproveitam para beneficiar-se da situação, vendendo as propriedades por preços que dificilmente conseguiriam em outra situação. Sobre a introdução do CAF também se posicionou em entrevista o consultor do movimento sindical no PNCF, em Sergipe:

Então, o público começou a procurar mais, por que? Por causa da cultura do individualismo em cada um dos seres humanos. O CPR é por obrigatoriedade, lei dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário que ele seja associativo! Você tem que vivê em comunidade associada! O assentamento tem que deixá uma ária comunitária para ser explorada junto, todos...em conjunto! Só que aí é onde entra o maior problema nosso na relação de convivência, o CAF não! O CAF é individual, você pode comprar no grupo, mas na hora que você entra na terra, você já sabe onde é o seu, você passa o arame, cercou! Cabô! Ninguém...cê tá livre desimpidido. Não é obrigado que você viva em comunidade. Você pode vivê em grupo, mais isoladamente. Então, esse foi o motivo porquê que passou a sê operacionalizá o CAF dentro do Estado. Falta de recursos por uma não aprovação de contas; o término do convênio governo do estado – governo federal; e a renovação dentro da linha, porquê não se renovou o CPR. Ainda tem alguns recursos dentro de CPR que nós tamos trabalhando também, o restante ainda ficou. Mas porque que não se renovou o CPR no estado? [...]
Agora só CAF individual...Só se o governo do Estado mostrá interesse em renová o CPR. E pra isso é preciso que se faça uma modificação [...] principalmente em aumentar o teto de empréstimo por família, que hoje de 18 mil reais e é muito pouco pra você comprá a terra e sobrá dinheiro pra fazer a infra-estrutura produtiva dentro do assentamento. Nós já fizemos uma proposta mas, só que ainda não foi analisada, porque essa proposta será analisada em Brasília com a reunião do CONDRAF que é o Conselho

Nacional da Agricultura Familiar e não foi... não houve essa reunião.
(Entrevista, P.A., 2007)

O depoimento é revelador de que o princípio da RAM, baseado no princípio do *comprador disposto – vendedor disposto* na medida em que se expande e se amplia, cria as condições objetivas para a sua própria autofagia, ou seja, a existência da disponibilidade de créditos para divulgação do programa, aquisição de terras e construção de infra-estrutura atrai grupos de camponeses, que sob a ótica dos gestores e do BM, estão *dispostos a* adquirirem terras. O aumento da procura por terras para venda cria uma expectativa nos proprietários de realização de negócios que, dificilmente, seriam realizados em outras condições. Essa liquidez proporciona a um ambiente favorável à especulação, ao rentismo fundiário. Assim, os preços das terras aumentam gradativamente, até superar o limite do financiamento disponibilizado para os camponeses, destinado à compra da terra e à implantação da infra-estrutura produtivo-comunitária. Assim, provoca a autofagia da linha de crédito, já que os tetos de financiamentos tornam-se insuficientes para a aquisição das terras encarecidas.

Neste contexto de alça dos preços de terras, o movimento sindical passa a atuar, supostamente, na defesa dos interesses dos camponeses sem terra ou com pouca terra, reivindicando, junto ao governo federal, maior dotação orçamentária e revisão do teto de financiamentos para as famílias, a fim de que seja possível seguir comprando os imóveis, mediante a contração de maiores empréstimos. O que seguirá gerando, por parte dos proprietários, mais especulação e rentismo frente à crescente liquidez, incentivada com a reorientação das linhas de financiamento.

Dessa forma, constata-se que a recriação do campesinato, pela via do mercado, sofre controle do capital que determina: a forma de criação e recriação do primeiro (associado e posteriormente individualizado); os preços praticados demonstrando que a liberdade de negociação é subjetiva; a pauta (parte dela) de reivindicações de organizações camponesas de acordo com os interesses do próprio capital. Em suma, o capital promove, através das *liberdades* mercadológicas, a autofagia de instrumentos do programa como uma linha de crédito, mas não do programa em si ao promover o aprimoramento da política, de acordo com seus interesses de acumulação ampliada, mascarado no discurso de combate à pobreza, mesmo que, na essência, a entidade representativa dos trabalhadores tenha consciência de que:

Na nossa concepção, [o CAF] quebra toda a filosofia do programa e é exatamente essa inserção individual. Pra nós isso é terrível! Tá? [...] O que nós percebemos é que o maior grau de dificuldade na hora de liquidar a parcela da terra. Porque o juro chega até 6% ao ano, o juro é alto. A parcela deve por mais barata que ela fique, é em torno de 1.500 a 2.000 reais anual. A atividade que vai ser desenvolvida talvez não compense. Aí, é onde entra a assistência técnica pra dá respaldo a esse desembolso de pagamentos. Então é uma série de fatores que a gente tem que pensar daqui para frente como que vamos agir.

[...]

O que nós temos é o seguinte: é dar o grito de alerta e pedir socorro a quem pode. E quem é que pode? O governo estadual e o governo federal. De que forma? Reestruturando a assistência técnica e a extensão rural, e melhorando as qualidades, as normas e os critérios, baixando os juro, aumentando o teto, aumento o prazo. Que isso já é reivindicação nossa, que já tá na pauta do Grito da Terra Brasil inclusive desse ano [2007], não fomos atendidos mas, já reivindicamos! Baxá os juro, aumentá o prazo, aumentá o teto de financiamento, aumentá o prazo para o recrutamento e a seleção, definir um prazo e aumentar prazo. Então, tudo isso nós tamos bancando dessa forma! Reinvidicando! E não chegar com a coisa pronta, Né? Junto com eles nós tamos reivindicando. É dessa forma mas, por outro lado, acreditamos também, qui em algumas condições como está hoje tem companheiros nosso que vão pagá. Porque aí a gente volta de novo ao processo de recrutamento e seleção, aquele qui trabalha, aquele qui é do campo, aquele qui é da roça. Esse dáí companheiro ele paga, tranqüilo a mensalidade dele no ano, a mensalidade dele no ano, a prestação dele anual não faz medo e sobrevivi em paz. (Entrevista, P.A., 2007)

Essa fase deu continuidade à diversificação das linhas de financiamento, no ano de 2006, com a realização pelo MDA/BNB/PRONESE de dois eventos de divulgação da ação Terra Negra Brasil, em Nossa Senhora da Glória, reunindo 1500 pessoas, e dois eventos com a mesma finalidade, em Simão Dias, contanto com 1.200 participantes. Esta divulgação incorporou-se à RAM de 46 famílias remanescentes de quilombolas, mediante o financiamento da compra Fazenda São José, localizada em Porto da Folha, para/pela ação Terra Negra Brasil que pode ser adquirido tanto pelo CPR quanto pelo CAF.

Por sua vez, a terceira fase da RAM, em Sergipe, que denomino de *Expansão Programada* foi iniciada, em 2007, com a alteração do pacto político que tem governado o estado há décadas. A eleição e a posse do governador petista Marcelo Chagas Déda¹¹ trouxeram para a parcela significativa da sociedade sergipana uma expectativa de

¹¹ Marcelo Chagas Déda foi eleito governador do Estado de Sergipe pelo Partido dos Trabalhadores para exercer o mandato de 2007 a 2010. Exerceu o mandato de deputado estadual de 1986 - 1990. No ano de 1994, foi o deputado federal mais bem votado do estado e, reeleito, em 1998, com a maior votação proporcional do Brasil. Foi eleito prefeito de Aracajú, em 2000, ainda no primeiro turno, com 52,80% dos votos válidos. Em 2004, foi reconduzido ao mandato com 71,38% dos votos válidos.

alteração das prioridades de governo. No tocante à questão agrária, o governo, nestes primeiros meses do mandato, tem propalado sua intenção de promover uma transformação na forma de abordar essa problemática. O próprio Paulo Viana, durante a solenidade da sua posse como Secretário de Estado da Agricultura, defendeu a necessidade de garantir qualidade de vida para o campesinato (Secretaria de Comunicação Social, 2007c).

Importante procedimento nesse sentido é a substituição da truculência e a criminalização dos movimentos sociais, que caracterizou o governo anterior, por uma postura de reconhecimento da legitimidade das organizações dos trabalhadores, ou seja, estabelecimento de diálogo. Uma evidência disto foi a participação de representantes do governador no Encontro Estadual do MST, no segundo mês do mandato, em fevereiro de 2007 (Secretaria de Comunicação Social, 2007a).

No setor fundiário, este governo herdou do mandato anterior e assumiu, politicamente como diretriz, a continuidade da implementação e a expansão da política de crédito fundiário no estado. No primeiro trimestre do mandato, foi elaborado o Plano Operativo Anual – 2007 do crédito fundiário, cuja meta é assentar 1.000 (Hum mil) famílias até dezembro de 2007, por meio da compra de aproximadamente 10.000 ha (dez mil hectares) de terra, distribuídos da seguinte forma: 6.500 (seis mil e quinhentos) hectares para o Combate a Pobreza Rural, 3.000 (três mil) hectares para a Consolidação da Agricultura Familiar e 500 (quinhentos) hectares para a Nossa Primeira Terra.

Para tanto, o aporte de recurso é da ordem de R\$ 40.470.300,00 (quarenta milhões, quatrocentos e setenta mil e trezentos reais), dos quais R\$ 23.160.000,00 (vinte e três milhões e cento e sessenta mil reais) serão destinados à aquisição de terras, R\$ 16.560.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos e sessenta mil reais) voltados aos investimentos comunitários e R\$ 750.300,00 (setecentos e cinquenta mil e trezentos reais) destinados aos custos de administração, supervisão e capacitação (PRONESE, 2007). Para José Macedo Sobral, diretor presidente da PRONESE,

A meta é ousada, na medida que se pretende assentar, em um ano, o mesmo número de famílias que foram assentadas nos últimos quatro anos do governo anterior. Mas, ela não está fora da realidade, já que existem cadastradas na PRONESE diversas propostas de venda e aquisição de propriedades e regiões variadas de Sergipe. (Secretaria de Comunicação Social, 2007b)

Os recursos para a aquisição de terras estão garantidos, mediante convênio do governo federal com o estadual em uma ação descentralizadora de política fundiária. A iniciativa de ampliação do programa, já no primeiro ano do mandato Déda, foi considerada por José Humberto Oliveira, atual secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, como “uma iniciativa arrojada” de um “governo de atitude”. Enquanto que Superintendente regional do BNB, Saumíneo Nascimento, expressou na mesma solenidade franco apoio à iniciativa. (Agência Sergipe de Notícias, 2007b)

No discurso dos gestores governamentais e agente financeiro, o cumprimento das metas previstas prevalece sobre a promoção do bem estar das famílias, embora se propale que estejam a favor e preocupados com a redução da pobreza e a promoção do bem estar das famílias. Partindo do exposto anteriormente, que o módulo fiscal, praticado em Sergipe, varia de 10 hectares a 70 hectares, e confrontando com o produto da equação área e número de famílias planejado para ingressarem no programa, em 2007, obtemos ilações explicitadas a seguir.

- a) A proporção área/número de famílias, programado como meta para o ano 2007, demonstra a continuidade da proporção que foi realizada nos anos anteriores pelos governos do PFL e PSDB. O que denota pouca capacidade dos governos de interferirem nas metas de expansão dos Programas, uma vez realizados acordos entre governos estadual e federal;
- b) Dificilmente, uma ação fundiária conseguirá combater a pobreza quando planeja a redistribuição fundiária em parcelas de tamanho igual ou inferior ao módulo fiscal, praticado em dada região.
- c) Quando isto ocorre, estamos diante de uma tendência programada de minifundização, fenômeno que Josué de Castro, na sua obra Geografia da Fome, em 1946, já declarava como uma irracionalidade.
- d) A redistribuição de parcelas de terras exíguas/insuficientes demonstra o caráter ao mesmo de subordinador e imediatista da reforma agrária de mercado. Subordinador, porque manterá as famílias mutuárias em condições de dependência de políticas compensatórias, auxílios de líderes políticos locais, etc. É imediatista, porque, ao financiar a compra de parcelas de terras exíguas e/ou insuficientes para as famílias, despreza o aspecto da sucessão geracional mantendo os problemas de acesso à terra para as gerações futuras e suas respectivas famílias, desestabilizando o grupo familiar a longo prazo.

Ao analisar a tabela 5, constata-se que o governo Marcelo Déda, apesar da meta audaciosa, disponibilidade de recursos, conjuntura político-operacional favorável ao Programa, somente conseguiu adquirir 29,6% da área, atingir 35% das famílias programadas e utilizar 11,6% dos recursos previstos para o ano. O baixo desempenho foi atribuído à permanência da suspensão de envio de recursos de custeio para a UTE. Avança, nesta fase, a substituição da linha de financiamento CPR pelo CAF, verificado na redução gradativa do número de famílias ingressantes pela primeira e elevação dos atingidos pela segunda.

Há continuidade nos esforços para introduzir outras ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário, observe-se a realização de outro evento de divulgação, em 2007, reunindo os movimentos camponeses, sindicatos rurais e Coordenação de Quilombos de Sergipe, o que resultou no início do processo de negociação da terra por 40 famílias, em Santana do São Francisco (Fazenda Cova da Onça), 37, em Porto da Folha (Fazenda Araticum) e 30, em Indiaroba (Fazenda São João). (PRONESE, 2008) Por fim, uma última característica desta fase da RAM foi a flexibilização da posição política do MST-SE, em meados de 2007, tema que debatarei no subcapítulo 1.3..

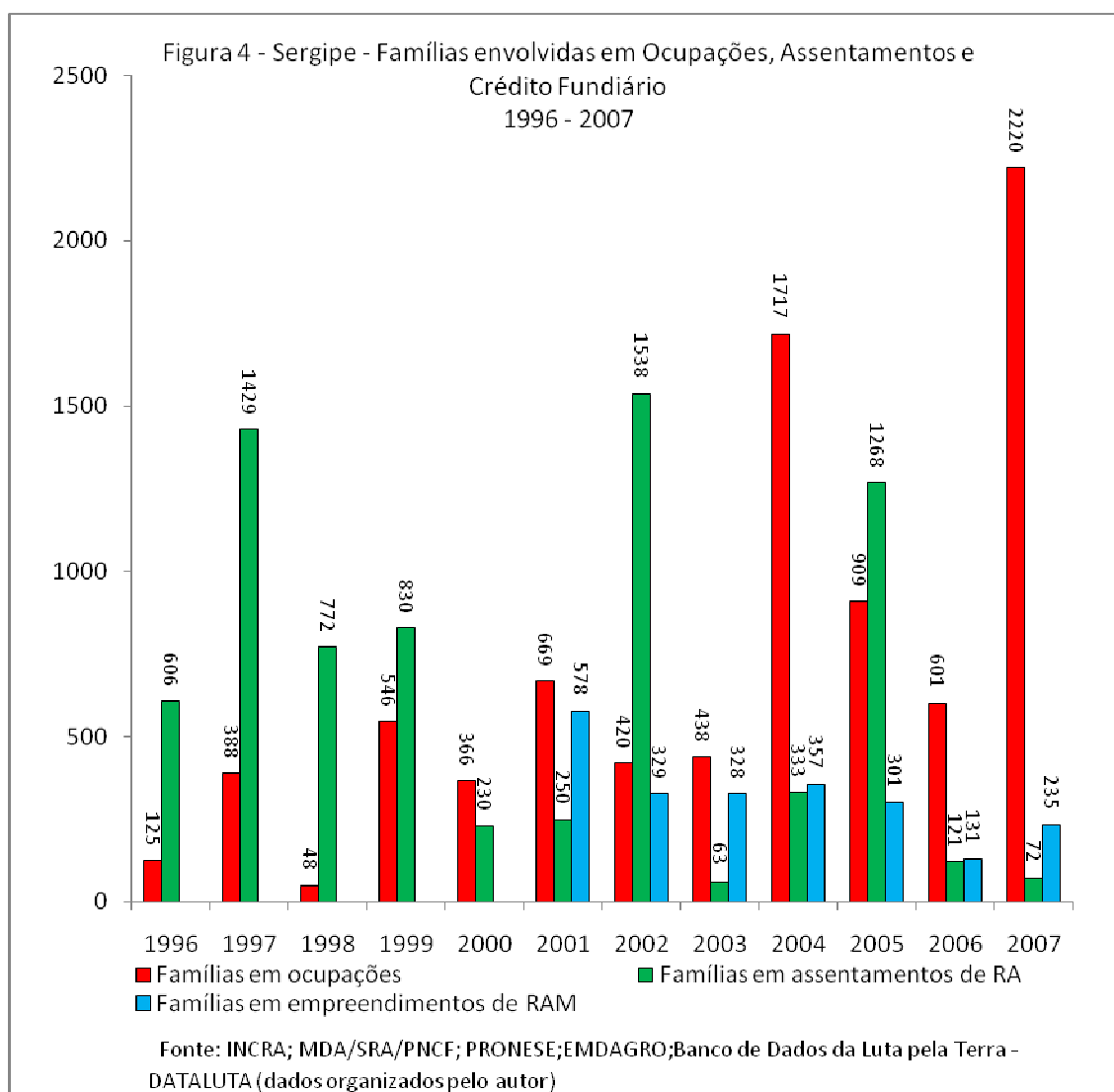
Ainda como base na tabela 5, verifica-se que, desde 2001 até 2007, 6.158 famílias entraram na terra, sendo 59,2% (ou 3.645) famílias beneficiadas pela reforma agrária e 40,8% (ou 2.513) pela reforma agrária de mercado. Foi transferido um total de 83.338 hectares de terras, das quais 69,1% (equivalente a 57.616 ha) são áreas de reforma agrária, em sua maioria, arrecadadas por meio de desapropriação e 30,9% (25.722 ha) refere-se à compra de terras por meio de uma das três linhas de financiamento (BT, CPR, CAF) do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O custo total da aquisição das terras, para a implantação dos assentamentos, foi de R\$ 48.908.765,00 (Quarenta e oito milhões, novecentos e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais) dos quais 37,8% (R\$ 18.470.110,00) foi despendido com os assentamentos de reforma agrária e 62,2% (R\$ 30.438.655,00) dos gastos com a compra de terras pela RAM.

Considerando o desempenho neste período (2001 – 2003), constata-se que a reforma agrária, no estado de Sergipe, acompanhando a tendência nacional, mantêm-se como o principal mecanismo de criação e recriação do campesinato neste início do século XXI. Verifica-se uma pequena diferença na área média disponível por família: 9,35 ha/família na reforma agrária e 10,23 ha/famílias no crédito fundiário. Considerando que: o módulo fiscal, praticado no estado de Sergipe, varia entre 10 hectares e 70 hectares nas áreas mais

secas e que a maioria das famílias, que entrou na terra, concentra-se no Alto Sertão Sergipano, pode-se inferir que muitas destas estão assentadas em parcelas de terras exíguas para garantir a subsistência familiar ou mesmo para garantir a sucessão geracional no programa de reforma agrária e/ou de crédito fundiário.

De modo amplo, as causas desta situação situam-se no desenvolvimento desigual do capitalismo no campo e na cidade, que, ao promover a desigualdade, a expropriação e a exclusão, cria um enorme contingente de pobres demandando terras. A pressão demográfica para entrar na terra torna-se enorme com vistas à superação da miséria e da pobreza. Uma parte do campesinato organiza-se em movimentos de luta pela terra, realiza ocupações, acampamentos com vistas à conquista de frações de território do capital e sua conversão em assentamentos de reforma agrária. Outra parte do campesinato organiza-se em associações de trabalhadores rurais, fomentadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais, gestores públicos e outros atores a fim de adquirir financiamentos para a compra de frações do território do capital.

Uma constatação da grande pressão para entrar na terra está explicitada na figura 4 abaixo. Como o número de famílias é muito grande, os processos de desapropriação são demorados e a sobrevivência nos acampamentos extremamente precária, muitas vezes, o INCRA e os movimentos camponeses constroem politicamente a possibilidade de beneficiar um grupo de famílias, um pouco maior que o limite da área desapropriada. No caso do crédito fundiário, a demanda para entrar na terra é administrada pela lógica mercadológica. Primeiramente, somente entrará na terra, aqueles que não forem inadimplentes no mercado financeiro ou comercial, posteriormente, conforme apresentarei no subcapítulo 1.3., é o preço do imóvel que determina o número de famílias necessário a adquirir empréstimos para comprá-lo ao invés das condições edafoclimáticas do imóvel, com vistas a atender a necessidade de determinado quantitativo de famílias por tantas gerações. Por fim, a elevada pressão para a entrada na terra, através dos dois mecanismos é a expressão da gravidade da pobreza e a miséria no campo e na cidade brasileira.



Outra questão, que nos chama à atenção nos dados da tabela, é a grande diferença dos custos de aquisição das terras entre os dois mecanismos de criação e recriação do campesinato. Observe-se que o crédito fundiário participa com um expressivo patamar das famílias que entraram na terra (40,8%), adquiriu um terço da área transferida, no período, utilizando quase o dobro dos recursos gastos na reforma agrária. Evidencia-se que o instrumento desapropriatório permite a execução de menores custos na arrecadação de terras, tendo em vista a desvalorização do imóvel, ocasionado pela improdutividade e pelos conflitos que motivam as vistorias e decorrentes processos desapropriatórios, ao mesmo tempo em que rompe com o rentismo fundiário.

Em direção oposta, marcha o processo de aquisição de terras pela RAM. A *livre negociação* estabelecida entre sem-terra, trabalhadores e proprietários, algumas vezes mediada pelo sindicato da categoria e chancelada pelo PRONESE, não evita que haja um processo de especulação com a propriedade rural, por mais *justa e transparente* que seja a negociação (se é que é possível justiça e transparência perante o altar do mercado e do capital). Possivelmente, um estudo específico sobre o funcionamento do preço das terras pode demonstrar melhor esta questão.

Se considerarmos os resultados obtidos ao longo dos 25 anos de luta pela terra e os 7 anos de implementação da reforma agrária de mercado, entraram na terra por meio dos dois mecanismos 11.677 famílias, dentre as quais 9.164 famílias ou 78,5% do total foi beneficiada pela reforma agrária, enquanto 2.513 famílias, equivalente a 21,5%, adquiriu terras por uma das linhas de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Foram transferidos 168.164 hectares, dos quais 84,7% (142.442 ha) mediante a reforma agrária e 15,3% (25.722 ha) adquiridos por meio da RAM. Estes dados demonstram que é vertiginosa a velocidade de territorialização da reforma agrária de mercado, mais evidente apresenta-se isto, quando verificamos que as famílias, em projetos de RAM, já correspondem a 27,4% daquelas em RA e 18% da área de RA.

A análise dos números demonstra, facilmente, que o argumento do Banco Mundial, dos governos federal e estadual, sindicatos de trabalhadores rurais de que a RAM é uma política complementar à reforma agrária. Todavia, ao longo deste documento em diferentes partes, demonstrarei que a RAM é uma política que concorre com a RA, tendo em vista sua distribuição espacial, disputa do mesmo público demandante da reforma agrária, da tentativa de cooptação dos diferentes movimentos camponeses. A RAM concorre, ainda, com a RA na perspectiva que a existência de créditos possibilita a fragmentação da propriedade e a negociação de lotes antes que a esta se converta improdutiva e corra o risco da desapropriação para reforma agrária.

Um dos princípios do Banco Mundial, ao difundir a sua política agrária em diferentes países onde atua, é através da constituição de um mercado de terras *ágil* na transferência deste *ativo* para *produtores mais competentes*, desta forma, resultaria na pacificação do campo. No caso brasileiro e sergipano, a conflitualidade, inerente à criação e recriação do campesinato, tem sua marca mais expressiva nas ocupações de terras e construção de acampamentos de sem-terras. A figura 4, acima, demonstra a evolução do

número de famílias em ocupações de terras, assentamentos de reforma agrária e empreendimentos de crédito fundiário na última década.

A primeira constatação é que as ocupações de terras se fazem presentes em todo o período representado. Sua evolução acompanha o comportamento nacional de ascensão do número de famílias ao longo da década de noventa, momento de grande enfrentamento dos movimentos camponeses com o governo FHC, apesar do governo FHC ter criminalizado a luta pela terra na virada do século, em Sergipe, a conjuntura política de diálogo entre MST e Secretaria de Segurança Pública possibilitou a permanência de uma média de famílias na luta pela terra, realizando manifestações reivindicatórias em frente a imóveis ou em margem de rodovias. A partir de 2003, verifica-se uma ascensão do número de famílias em ocupações que pode ser compreendida como resultante, no plano federal, de maior tolerância do governo Lula com relação às ocupações, e, na esfera estadual de Sergipe, ações de luta pela terra como instrumento de luta política, em oposição ao projeto político do governador João Alves Filho. No momento de finalização desta tese, em Sergipe, havia 178 ocupações de terras realizadas por 8.885 famílias.

O quantitativo de famílias em assentamentos deve ser compreendido como resultante da pressão e da luta política, realizada pelos trabalhadores em suas diversas formas de protesto e mobilização, dentre os quais as ocupações de terras ganham proeminência às pressões exercidas pelos trabalhadores. É a permanência destas que garante a denúncia da existência de áreas improdutivas e conseqüente realização de vistorias por parte do INCRA e abertura de processos desapropriatórios. Chama-nos à atenção o fato de, mesmo diante da intensificação da luta pela terra a partir de 2004 (governo Lula – João Alves Filho), haver um comportamento inverso do número de famílias assentadas. Uma exceção foi o ano de 2005, final do primeiro mandato Lula, marcado por esforços para atingir as metas do plano nacional de reforma agrária.

Outro elemento de destaque, a ser observado na figura 3, é que, mesmo após o início das primeiras ações da reforma agrária de mercado e sua evolução, as ocupações de terras não apenas persistiram, como também, foram intensificadas. Demonstrando, assim, que a RAM é incompetente na pacificação do campo. Com relação ao número de famílias em RAM, a análise do período demonstra que, em 5 anos, mais famílias entraram na terra pela RAM, mesmo que haja uma tendência declinante do número de famílias ingressante no programa. Uma argumentação do governo de Sergipe, registrada no relatório de atividades

2003 – 2006, é que o programa tem dificuldade de atingir as metas em virtudes das restrições orçamentárias ocasionadas pela não liberação integral dos recursos, contudo, creio que o inflacionamento do preço das terras é mais explicativo do desempenho declinante da RAM.

Quanto à distribuição espacial da RAM, já se faz presente, em 35 municípios sergipanos, sendo a maior concentração de áreas adquiridas e famílias atingidas nos municípios integrantes do sertão do São Francisco, lócus de maior intensidade das lutas no campo, de cerca de metade das famílias beneficiárias da reforma agrária, bem como, das condições edafoclimáticas limitantes à agropecuária, em virtude da ocorrência de longos períodos de estiagem (Tabela 6).

TABELA 6 – SERGIPE - TERRITORIALIZAÇÃO DA RAM (2001-2007)

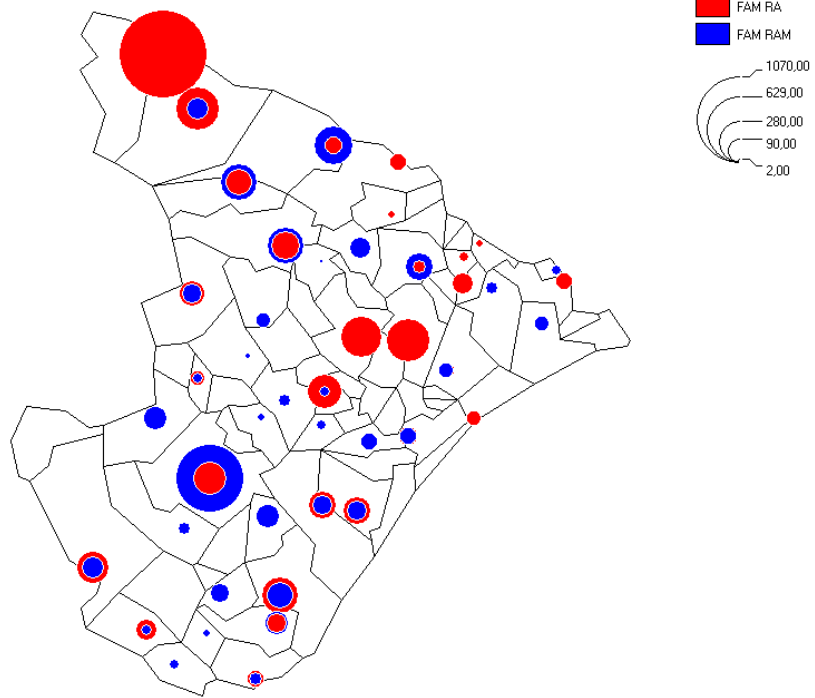
	Municípios	Nº de projetos	Famílias	Área (ha)	Microrregião
1º	Lagarto	227	629	4052	Agreste de Lagarto
2º	Porto da Folha	16	227	2835	Sertão do São Francisco
3º	Monte Alegre de Sergipe	14	203	3002	Sertão do São Francisco
4º	Nossa Senhora da Glória	8	195	4883	Sertão do São Francisco
5º	Aquidabã	16	119	176	Nossa Senhora das Dores
6º	Estância	20	104	717	Estância
7º	Simão Dias	29	78	758	Tobias Barreto
8º	Salgado	12	77	518	Boquim
9º	Santa Luzia do Itanhy	3	75	817	Estância
10º	Poço Redondo	15	73	768	Sertão do São Francisco
11º	Gracho Cardoso	3	61	805	Sertão do São Francisco
12º	Tobias Barreto	36	61	842	Tobias Barreto
13º	São Cristóvão	2	55	318	Aracajú
14º	Araúá	3	54	432	Boquim
15º	Carira	2	50	736	Carira
16º	Itaporanga d'Ajuda	4	49	450	Estância
17º	Santo Amaro das Brotas	2	40	468	Baixo Cotinguiaba
18º	Japaratuba	2	30	326	Japaratuba
19º	Nossa Senhora Aparecida	1	30	485	Carira
20º	Pacatuba	1	30	400	Japaratuba
21º	Areia Branca	1	20	101	Agreste de Itabaiana
22º	Japoatã	2	27	247	Japaratuba
23º	Itabaiana	13	25	187	Agreste de Itabaiana
24º	Riachão do Dantas	1	25	267	Agreste de Lagarto
25º	Indiaroba	2	22	151	Estância
26º	Pedra Mole	1	20	308	Carira
27º	Santana do São Francisco	1	18	136	Propriá
29º	Cristinápolis	4	16	44	Boquim

30°	Malhador	5	14	118	Agreste de Itabaiana
31°	Tomar do Geru	1	14	215	Boquim
32°	Campo do Brito	2	11	75	Agreste de Itabaiana
33°	Umbaúba	1	10	0	Boquim
34°	Feira Nova	4	4	41	Sertão do São Francisco
35°	Frei Paulo	2	2	44	Carira
	TOTAL	456	2.513	25.722	

Fonte: SIG/SAC/PNCF- EMDAGRO – PRONESE

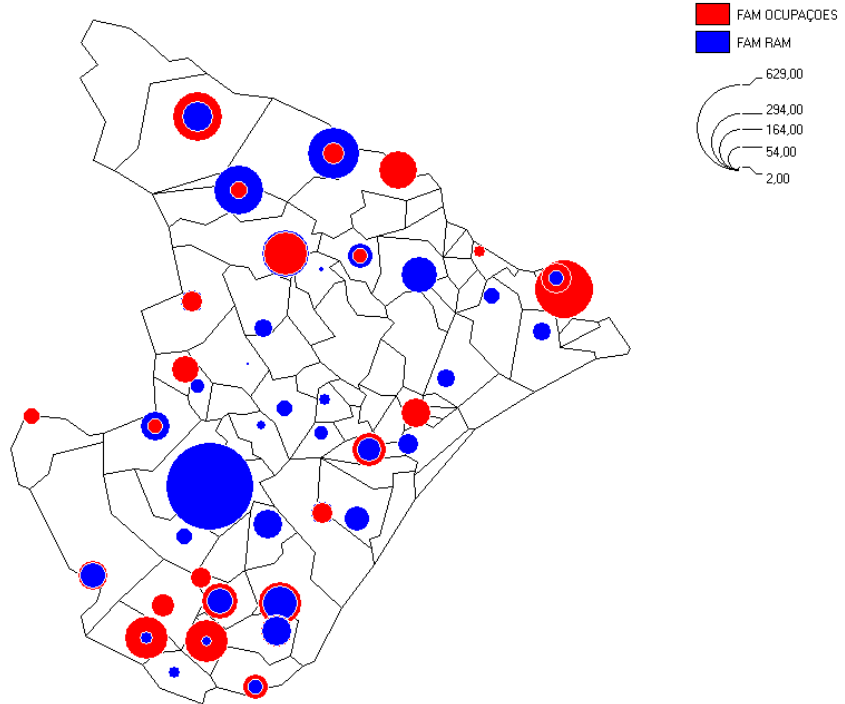
Tomando como referência a figura 5, constata-se que no período 2001 – 2007 a RAM se territorializou de modo pulverizado em todo o estado de Sergipe, enquanto que a reforma agrária concentrou-se ao longo do Vale do São Francisco, seja nos municípios próximos da foz ou no Alto Sertão. Em boa parte destes municípios, a RAM se faz presente. Por sua vez, a figura 6 demonstra que as ocupações de terras concentram-se no Alto Sertão, no sertão oriental e na porção centro-sul do estado. Ao confrontarmos com a localização das famílias em empreendimentos de reforma agrária de mercado, verificamos a existência de várias localidades, as quais co-existem estas últimas e as ocupações de terras. O que pode, de certa forma, atender aos interesses de desmobilização das famílias em luta pela reforma agrária, tendo em vista que o tempo mais curto de negociação e implantação dos empreendimentos de RAM pode variar de 186 a 661 dias (PRONESE, 2008), enquanto na reforma agrária o tempo do acampamento é incerto e pode durar de meses a cerca de uma década.

Figura 5 - Famílias em RA e RAM - 2001 - 2007



Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>
Eraldo da Silva Ramos Filho

Figura 6 - Famílias envolvidas em ocupações e RAM - 2001 - 2007



Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>
Eraldo da Silva Ramos Filho

Diante do exposto aqui referente ao processo de (des)(re)territorialização dos camponeses mutuários do crédito fundiário e beneficiários da reforma agrária, no intuito de melhor o compreender as condicionantes que levaram cada uma das duas categorias do campesinato a criarem-se e recriarem-se por meio da luta pela terra ou através do capital, assim como o conteúdo dos diferentes territórios criados, analiso a seguir as respectivas trajetórias de vida.

1.2. As trajetórias de vida e a relação com a terra dos mutuários e assentados

Marx e Engels, na Ideologia Alemã, advogaram que as formas de viver dos indivíduos revela o que são e este ser depende diretamente das formas materiais de produção a que estão submetidos e o que produzem. Tais formas e resultados da produção resultam do estabelecimento de relações sociais entre os indivíduos que se estabelecem espacialmente, com conteúdos, dinâmicas e processos específicos. No estudo em tela, sobre os processos de criação e recriação do campesinato o conhecimento das trajetórias de vida é elucidativo das características componentes do perfil de cada uma das categorias do campesinato em análise. A compreensão da trajetória de vida das famílias configura-se como o ponto de partida para identificação e análise dos diferentes espaços que são construídos no processo de criação e recriação do campesinato.

Nas últimas décadas, a criação e recriação do campesinato se colocaram em evidência na sociedade, em face da intensidade das lutas pela terra. O caráter reivindicatório destas ganha proeminência, assim como a dimensão política das relações sociais. Assim, edificando o que Fernandes (1996) denominou de espaço de socialização política que discutirei no item seguinte. A construção destes espaços é importante na recriação do campesinato, seu conteúdo depende dos sujeitos envolvidos, das suas histórias de vida, das ideologias, das intencionalidades, da forma organizativa de um grupo social para alcançar um dado objetivo, das relações de produção praticadas. Sua construção se dá previamente à sua criação e recriação. Do dimensionamento da estrutura, processo, função e forma de um dado espaço (SANTOS, 1985) resultam as distintas formas-conteúdo que poderão compor os territórios camponeses. Deve-se, portanto, considerar a diversidade de sujeitos, processos e as dinâmicas que os antecederam.

Nesse item, apresento e analiso a trajetória de vida dos sujeitos atingidos pelo crédito fundiário e assentados da reforma agrária. Volto-me, portanto, para as histórias das trajetórias de vida dos sujeitos ainda desterritorializados em sem movimento sobre o espaço, em busca, primeiramente, por sua sobrevivência e, posteriormente, pela sua (re)territorialização. Para tanto, utilizo-me das entrevistas concedidas durante a realização do trabalho de campo e, em momento oportuno, resultados para Sergipe da pesquisa *Avaliação dos Programas de Crédito Fundiário do Banco Mundial no Brasil* (2006), realizada pela Via Campesina – Brasil, através da Rede Terra de Pesquisa Popular (RTTP). Em Sergipe, a RTTP aplicou, junto às famílias mutuárias dos programas BT, CF e CPR, 193 questionários contendo 67 questões cada, dentre perguntas abertas e fechadas.

Desse rol, elegi os resultados de três questões que se relacionam com os objetivos e temática deste item. Busquei, portanto, identificar o local de moradia do mutuário, anteriormente ao ingresso no crédito fundiário, e a respectiva atividade laboral, praticada para subsistência familiar, a existência de vínculos trabalhistas com os antigos proprietários de terras, bem como, se a operação de compra e venda de terras, por estes programas, têm isentado os antigos proprietários do pagamento de dívidas trabalhistas.

A referida avaliação revelou que as famílias mutuárias de RAM, em Sergipe, têm sua trajetória de vida historicamente associada à terra pois, 76% dos entrevistados, antes de entrarem no Programa, trabalhavam no campo e praticavam atividades agrícolas e 24% trabalhavam na cidade, em atividades não-agrícolas. Daqueles que atuavam no campo, 12% trabalharam para o antigo proprietário da fazenda, todavia, apenas 2% souberam informar a existência de dívidas trabalhistas. E, em parte destes casos, a dívida trabalhista foi sanada com a negociação da própria terra. E quando estas são sanadas, mesmo que em parte pela negociação da terra com os antigos funcionários, o ônus da resolução de uma obrigação legal dos proprietários é partilhado com o grupo de trabalhadores, por meio da aquisição do financiamento e compra da terra, e, com a sociedade em geral, na medida em que os recursos que garantem a compra das terras vêm em parte de empréstimos internacionais, pagos por toda a sociedade.

Dentre aqueles que trabalhavam no campo e não tinham vínculo com o antigo proprietário do imóvel, 39% trabalhava na condição de trabalhador rural temporário ou bóia-fria. Outra forma de condição de trabalho, bastante praticada preteritamente pelos mutuários, era o trabalho por conta própria, muitas vezes, associado à condição de diarista.

Outras atividades praticadas com menor frequência foram a de posseiro, agregado, meeiro, assalariado rural e desempregado. Dentre aqueles que atuavam na cidade, a principal atividade laboral praticada foi como diarista ou fazendo “bicos” (11%) e as demais respostas sofreram grande pulverização entre muitas atividades como a de assalariado, conta própria e outros.

A trajetória de vida revelada pela pesquisa da RTPP demonstra estreita relação com os relatos das famílias entrevistadas nos empreendimentos de crédito fundiário. D.M., mutuária em Porto da Folha, membro da Associação Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim, relatou que, ainda quando criança, ajudou sua mãe que recebia terras em regime cessão de pecuaristas sertanejos. Nestas, cultivava feijão, milho, e, após a safra, deixava o restolho para o dono das terras que o utilizaria para atender a necessidade do gado. Esta condição de trabalho, iniciada na infância, perdurou por toda a mocidade e permaneceu na fase adulta; pois, com a emancipação de D.M., esta permaneceu como fundamental da sua subsistência e dos seus filhos. Sempre contando com a incerteza de poder dispor da terra na safra seguinte para nova semeadura, pois os “fazendeiros lá, as vezi dava um pedacinho, as vezes num dava (Entrevista, D.M., 2005).”

Por sua vez, J.E.A.S., 39 anos, mutuário no município de Tobias Barreto, tesoureiro da Associação dos Moradores do Povoado Campo Grande, relatou que ele, assim como a maioria dos mutuários deste empreendimento, sempre habitou o povoado Campo Grande, vizinho do imóvel adquirido e sua trajetória de vida está ligada às atividades rurais. Antes de entrar no crédito fundiário, trabalhava “Na, roça, trabalhava braçal, diarista, né. Aqui é arrancar mato, roçar...esse tipo de coisa..cavar tanque...” (Entrevista, J.E.A.S, 2005) Na mesma área, um camponês, ingressante no empreendimento em substituição a um desistente, desenvolveu atividades trabalhando como tratorista para os fazendeiros da região. Uma condição diferente dos demais acima é o caso de G.J.N., mutuário no município de Salgado, membro da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado, relatou que:

...Eu no meu caso eu trabalhava pra mim mesmo, né? Mas, bastante...muita gente aqui trabalhava vendendo o dia, né? Se eu for falar por mim...no meu caso eu trabalhava muito no terreno de meu pai e de meu sogro. Num é muita terra não, mas dá pra sobreviver. Eu trabalhava pra mim mesmo, eu planto mamão, maracujá, macaxeira, milho. E vendia na feira mesmo, chegava aqui, chegava acolá e vendia minha mercadoria. Em Aracaju no CEASA e outras feira lá [...] Aí no meu caso é esse, sempre trabalhei pra mim, né. Só que lá eu trabalhava no terreno dos outros e aqui tem uma diferença, eu trabalho pra mim, a grande diferença é essa. [...] Eu produzia

pra mim mesmo nas terras deles. [...] Pra mim a vida lá era mais ruim porque eu não poderia plantá tudo aquilo que eu queria. Aqui eu já posso. Lá eu poderia plantar uma plantação de...vamo dizê...que durasse no máximo...2 anos, a plantação sempre tinha que tá reformando [inaudível] Aqui é diferente. Aqui eu posso fazê uma plantação que dure 20, 30 anos. Por exemplo: um sítio de laranja nunca eu ia fazê lá, aqui eu já posso fazê! Porquê de uma hora pra outra você pode...hoje eu vou querer o terreno! É pai mas...terreno de pai, principalmente, pai que tem muito filho você não pode dizê que é seu! Aqui eu posso planta o que eu quiser. Então a vida passa ser igual em termos de custo assim...principalmente custo familiar mas, só que...o sossego aqui pra mim é outro, eu tenho muita vantagem aqui. (Entrevista, G.J.N., 2005)

O grupo de mutuários, entre eles alguns diretores da Associação Comunitária Santa Clara do Piauí de Baixo (localizada no município de Japoatã), relatou que o conjunto das famílias, anteriormente ao assentamento, morava na sede municipal e trabalhava em atividades rurais para fazendeiros da região (seja como diarista ou vaqueiro), alguns atuaram na Usina Grande Vale, até o seu fechamento. Outro relatou que trabalhou no Platô de Neópolis, carregando caminhões de coco para a Empresa Samam. (Entrevista, Associação Piauí de Baixo, 2007)

Por sua vez, o senhor J.M.S. de 58 anos, mutuário na Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado (situada no município de mesmo nome), tem sua trajetória de vida ligada às práticas agrícolas, desde o nascimento. Ainda quando vivia em Salvador: “Eu trabalhava mais meus pais ni roça. Era de roça...” Ainda muito jovem, migrou para Aracajú com vistas a superar a condição insuficiente de reprodução da vida. Nesta cidade, na década de 70, trabalhou em um sítio produtor de leite localizado na então franja peri-urbana da cidade. Posteriormente, vinculou-se à construção civil. Afirma que “Depois que eu sai de...do ramo de meus pai fui trabalhar assim, de...de construção civil. Aí aprendi a arte de trabalhá de pedreiro. Aí num deu mais pra eu trabalhá de pedreiro, porque eu escuto pouco. Aí parei a arte...” O mutuário segue apresentando mais detalhes das nuances do desemprego, provocado pela deficiência auditiva adquirida ao longo dos anos de trabalho, e assinala como alternativa de sobrevivência o retorno para as atividades do campo.

Eu tava trabalhando num banco aí ni Aracaju. Tava com poucos dias...,antes de eu pegá esse terreno. Quando fez 15 dias o mestre chamou o apontadô, aí me chamô aí disse que num dava pra mim trabalhá. Aí eu perguntei porquê. Aí dele disse é por causa dos seus documentos que tá errado. Aí disse: meus documento tá tudo certo , num tem nada errado! Aí o meu colega foi lá onde tava ele e perguntô. Não, é porque ele num escuta e aqui num pode trabalhar assim. Aí eu saí. Foi quando saiu essa terra, aí eu peguei pra tabalhá, né. Aí fiquei ainda hoje tô aqui, né. (Entrevista, J.M.S., 2007)

Situação semelhante foi relatada pelo Sr. R.E., de 57 anos, de origem camponesa direta, por meio dos seus pais e familiares, depois de anos vivendo na cidade, a qual atuava como pedreiro para criar e sustentar a esposa e seis filhos. Ele sofreu um deslocamento no ombro, não dispôs de tratamento adequado e seguiu realizando atividades de construção civil, que exigiam grande esforço físico. O resultado foi, obviamente, o agravamento da lesão e uma condição de incapacidade para tal atividade laboral, ainda que os direitos indenizatórios e de previdência por incapacidade não tenham sido garantidos. Como forma de escapar do desemprego, aceitou o convite de um amigo para adentrar na luta pela terra e ocupar um imóvel em Estância, reencontrando suas raízes camponesas.

Seu R.E. participou, em abril de 2004 juntamente com a esposa, da ocupação da fazenda Vera Cruz, localizada às margens da BR-101 sul, município de Estância. Durante a fase do acampamento os trabalhadores, descobriram que o proprietário do imóvel Alto da Colina, localizado em frente ao acampamento, desejava vendê-lo a outro grupo de trabalhadores rurais pelo crédito fundiário. Diante disso, os trabalhadores se organizaram, ocuparam este imóvel e conquistaram o assentamento 17 de Abril. Já a Fazenda Vera Cruz foi dividida, originando a fazenda Planalto. Durante a finalização deste trabalho, ambas seguiam ocupadas pelos trabalhadores, conforme maior aprofundamento que apresento no subcapítulo seguinte. Sr. R.E. e esposa seguem acampados na porção que constituiu a Fazenda Planalto e que é reivindicada para a compra pelo crédito fundiário, uma vez que sua dimensão não permite que seja desapropriada para fins de reforma agrária. Portanto, é diante desta conjuntura que, há cerca de 4 anos, este casal busca a sua realização mediante a entrada, e porque não afirmar o retorno para a terra. Enquanto não ocorre uma definição desta condição, realiza a reprodução familiar, fundamentalmente por meio de auxílio financeiro dos filhos e pequenos cultivos de subsistência praticados no acampamento Geraldo Garcia (Figura 7)

FIGURA 7 – VISTA PARCIAL DO LOTE DE PRODUÇÃO NO ACAMPAMENTO GERALDO GARCIA



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, 2007)

Os depoimentos arrolados acima revelam, primeiramente, que os entrevistados têm uma ligação de trabalho com a terra durante toda a vida ou desde há muitos anos. A condição de trabalho exercida é fortemente marcada pelo elevado grau de subordinação, assumindo diferentes formas como diaristas, arrendatários e agregados. Dentre aqueles que retiravam sua sobrevivência diretamente da terra, constata-se a percepção de que o acesso à propriedade da terra proporciona um salto qualitativo no processo de construção da autonomia do camponês, inclusive não apenas identificando a necessidade, mas praticando o controle da comercialização da sua produção. Há, ainda, o caso dos que viveram de atividades urbanas, sobretudo, na construção civil na qual desempenharam a função de pedreiros. Para estes, o retorno ao campo significa uma possibilidade de superação do desemprego, ocasionado pela idade avançada e desenvolvimento de problemas físicos gerados pelos excessos do próprio ofício. A autonomia sobre o próprio tempo de trabalho converte-se no atrativo de retorno à terra, o que condiciona um reencontro com as raízes na prática das atividades que foram iniciadas ainda quando crianças, pelos próprios pais e/ou familiares.

Quanto aos assentados de reforma agrária, as entrevistas concedidas revelaram um elemento distinto da trajetória de vida dos mutuários: todos os entrevistados passaram pelo processo de ocupação de terras e viveram alguns anos em acampamentos rurais. Trata-se de uma vivência permeada por muitas privações, partilhada com diferentes famílias que se encontravam na mesma condição. Uma vivência coletiva, na medida em que se dá sob a organização de um movimento social. A fase do acampamento acompanha e, em alguns momentos, sucede a vida como meeiro, posseiro, agregado, proletário rural ou urbano. E, a possibilidade de superação, na maioria das vezes, somente se faz presente com a conquista do assentamento de reforma agrária. Tais histórias de vida são marcadas por muitas idas e vindas, resultantes da efemeridade dos acampamentos rurais.

Um exemplo emblemático a esse respeito é a trajetória de vida de G.G.N., 42 anos, assentado no Projeto de Assentamento 13 de Maio, localizado no município de Japarutuba, zona da mata canavieira do Estado. Filho de pequenos agricultores pernambucanos e família numerosa, saiu de casa, em 1979, quando ainda tinha 15 anos. Tal saída deve-se ao fato de ir a busca de recurso financeiro, que garantisse sua própria sobrevivência, a dos seus pais e a dos demais membros da família. Seu movimento migratório conduziu-o, primeiramente, ao sertão sergipano e, posteriormente, para os canaviais da Zona da Cotingüiba, nos quais:

... eu levei minha juventude plantado dentro de canavial, não tive nenhum futuro. Porque esse de negócio de canavial, usineiro e trabalhador de canavial é uma ilusão pra quem tá trabalhando dentro do canavial, porque no futuro você vai passar as mesmas dificuldades a qual você tem medo de encarar ela longe do canavial. E... eu não pensava isso antes, não me preparei. Venho de uma família que... tradicional... achava melhor os canaviais. E eu sei que eu acompanhei por um bom tempo. *Quando* eu vim saí do canavial foi puxado por alguns amigos, pra ir embora pra Aracaju, fui trabalhar na capital, eu já tava com 30 anos, já não tinha profissão, não tinha leitura... Fui encarar a dificuldade. (Entrevista, G.G.N., 2006)

Na sua migração para a capital, foi operário da indústria alimentícia sergipana, trabalhou como servente de pedreiro e construiu sua moradia em uma área de ocupação irregular, sobre a lama dos manguezais do bairro Coroa do Meio. Ficou desempregado e utilizou-se dos recursos do seguro-desemprego para sanar dívidas familiares. Foi cortar cana nos canaviais do sul do estado de Alagoas, retornando para Sergipe após a safra. Por incentivo de um amigo, pôs-se a vender vassouras de palhas pelas ruas da cidade, produto que, em pouco tempo, aprendeu a confeccionar sozinho. Durante a realização da

pesquisas do mestrado, encontrei-me com este camponês, em um dos 3 acampamentos da antiga Usina Santa Clara, momento em que revelou-me o seu sentimento diante deste trabalho informal:

Aí chegou um rapaz lá e me convidou pra ir vender vassoura dessas de palha, até hoje de vez em quando eu faço. Graças a Deus foi o único meio que eu achei de me libertasse das garras de patrão, que foi o único caminho que eu achei de adquirir o meu pão mais fácil. Por que? Porque eu trabalhava durante o dia e durante todo dia eu tinha dinheiro. Então, era uma forma de trazer o pão todo dia pra casa, “- faltou isso” eu tava com o dinheiro “ - tá aqui”. Até nesse período era bom de vender, eu saía de 6 hora, 6 e meia, quando era 9,9 e meia, 10 hora eu tava em casa com 10,12,15,20 reais, até 30 reais se possível eu já tinha feito. Mas de vim aquele desemprego da prefeitura aí parou pra todo mundo, eu passei a sair de casa, tinha dias que eu saía e não vendia, malmente fazia o dinheiro da passagem, outras vezes nem o da passagem eu fazia e pedia carona aos motorista e voltava com a mercadoria pra casa, né? Mas sempre foi o único meio de sobreviver foi vendendo vassoura, o único melhor de sobreviver, né? (Entrevista, G.G.N., 2001)

A forma como relata sua inserção no mercado informal, na condição de vendedor ambulante de vassouras, expressa a prática dessa atividade como uma melhoria da situação anterior. Na sua raiz, não está a maior frequência, tampouco, a quantidade de dinheiro que esta atividade lhe rendeu. O que me parece significativo é a percepção da possibilidade de libertar-se da exploração realizada pelos proprietários dos meios de produção sob o trabalho. Para, além disso, tornar-se vendedor ambulante de vassouras artesanais e a necessidade de caminhar para realizar o trabalho, levou-o ao encontro do espaço de construção de sua consciência de classe.

Aí fui buscar umas palha no dia de...de domingo lá na Vaze Grande e lá eu vi a bandeira e vi as pessoas passando e comentando. Eu num sabia nem o que era assembleia nem reunião, aí eu tava com sede e me aproximei lá do povo, tinha umas pessoa lá eu procurei saber o que era aquilo. Aquela bandeira significava o quê, aí o rapaz me disse: “ - isso aqui é o sem-terra e se você quer se cadastrar vá logo que já tá findando o cadastro. Você desce por aqui, procura alguém aí em baixo, diga que não tá no meio. Peguei a bicicleta descí lá, cheguei lá conversei com ela, ela me disse amanhã bem cedo você esteja aqui. Eu voltei pra casa, avisei para minha mulher, quando foi na 2ª feira peguei um caderão, um vaso, uma coberta e fui pro sem-terra. E por não gostar da cidade, fiquei lá, era nas periferia de Aracaju, então lá não era tão difícil de sobreviver...” (Entrevista, G.G.N. 2001)

Desde este dia, entrou, decididamente, para a luta pela terra. Acampou por 1 ano e 6 meses na Várzea Grande, no município de São Cristóvão, foi despejado cerca de 4 vezes, “...e no último despejo que houve, já era época de inverno, nós já tinha brocado roça

pra plantar e... fomos expulsos da terra...” . Algumas famílias deste grupo foram transferidas para a antiga Usina Santa Clara, a qual constituíram o acampamento Analício Barros, um dos três territorializados na antiga Usina Santa Clara, localizado no município de Capela integrante do vale do Rio Cotingüiba. Local que o entrevistado cresceu e fez-se homem; sob o fio da foice e da fuligem da cana despertou-se para a contestação da sua condição de subordinação. Em parte dos 4 anos e 6 meses, que resistiu neste acampamento, contribuiu com sua coordenação, até o seu assentamento no PA 13 de Maio, em dezembro de 2005, conquistando fração do território dos antigos produtores de cana-de-açúcar (Entrevista, G.G.N. 2006). E diante dessa trajetória de vida sintetiza sua condição atual da seguinte maneira:

... a luta tem que existir, e a gente tirar isso dela: se a gente não lutar nós não chega lá nunca. [...] Então é um processo de uma luta sua, porque você quer chegar no seu objetivo, e você vai lá e consegue. Bem assim é a luta pela Reforma Agrária. Porque se eu parasse na época, eu ainda hoje estaria dentro do canavial, apesar de toda a dificuldade que tá existindo no campo, de Usina e... enfim, eu estaria dentro do canavial, passando as maiores dificuldade. E uma coisa eu posso assegurar: desde quando eu descobri a bandeira, lá na Várzea Grande, que eu entrei para um acampamento, e até hoje, apesar de toda dificuldade, eu até hoje não fui mais empregado de ninguém, sou patrão de mim mesmo. Ou bom, ou ruim, sobrevivo à minha custa. E era isso o que eu mais queria, e o que eu mais quero ainda hoje. (Entrevista, G.G.N. 2006)

Também no PA 13 de Maio, P.N. relacionou a sua ligação com a terra desde a infância e ao exercer a função de pároco, com longa história de atuação na Pastoral da Terra ligada à Diocese de Própria, na mediação dos conflitos de terras. Disse ainda ter, posteriormente, morado no assentamento Ladeirinhos antes de acampar às margens da BR-101 para reivindicar o Assentamento 13 de Maio. Outro entrevistado, E.D.P.S., natural de Japaratuba, filho de camponês, 9 filhos sendo destes 3 nascidos em acampamentos rurais. Afirmou que exerceu a função de agente de saúde, foi funcionário público estadual trabalhando no Corpo de Bombeiros:

Trabalhei em umas firma aí bem... bem conceituada mas não... não achei muito bom não, achei melhor ser livre. Tem dificuldade o campo? Tem. Mas é muito vantajosa, quando você passa a viver sobre sua... seu próprio domínio, você faz aquilo que você quer... Sabe que tem que trabalhar? Sabe. Então não há porque esperar. Tenho aí duas família, essa aqui é já a última geração, tenho filho já formado também. Tem uma diretora de colégio, tem enfermeiro, outro... Tem um que estuda lá... lá na Tiradentes, o Vinícius, a Ana Paula também e tem outra que... tá no... na UNIT, que é o Wesley. Esses são meus filho, é os quatro. E os seis mais velho são os irmão, que são três irmãs e dois irmãos que são universitários. (Entrevista, E..P.S., 2006)

No município de Nossa Senhora da Glória, alto sertão sergipano, a Fazenda Poço do Capim foi ocupada no dia 05 de outubro de 2000, por 43 famílias de trabalhadores rurais sem terra, que resistiram às margens de uma rodovia vicinal, mesmo após a realização de um despejo. Somente no dia 11 de março de 2005, foi criado o PA Luiz Beltrano. Das vinte famílias assentadas na localidade, uma entrevista, realizada simultaneamente com cinco assentados, revelou que uma assentada, antes da sua entrada na luta pela terra, trabalhou muitos anos migrando entre Sergipe, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia. Sempre em busca de trabalho, desenvolveu atividades diversas que vão desde a construção civil até o trabalho no campo. Já, em outro assentado, trabalhou por 20 anos, como funcionário público estadual, ligado ao Departamento Estadual de Estradas e Rodagens – DER e desligou-se com o Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Saí no PDV. Aí foi por motivo de não administra o que recebi, não é, fui comprar carro véio, e tal e tal... Aí o dinheiro voou, foi embora. [riso]. Recebi na época dezoito mil e trezentos reais... [inaudível] Mas aí comprei um caminhão, depois do caminhão passei pra carro pequeno e depois do carro pequeno passei pra... [riso]. Aí foi quando acabou o dinheiro, aí foi quando surgiu o conhecimento do movimento. Ali em [inaudível], como eu falei atrás, lá não deu certo porque a terra era produtiva, aí vim praqui. (Entrevista, J., 2006)

Por fim, outro assentado J. relatou o seguinte sobre sua trajetória de vida:

Porque eu vivia muito sofrido demais, né, eu vivia muito sofrido com a minha família. Fazendo roça nos terreno nos outros, fazendo a prefeitura e ia pra os outro, meus filho trabalhando mais eu e fazendo benfeitoria pra quem já é mais rico... E tudo isso... vivia sofrido e pegando as experiências. Deixei um fazendeiro com mais de vinte tarefa de tábuas plantada com... De minha parte, de minha família... Ao invés de eu enriquecer quem já era rico, eu ia trabalhar mais minha família pra ir pode me melhorar, não melhorar fazendeiro que já seja rico. E, além do mais, minha família era pobre, eu pobre... e enriquecer mais o fazendeiro! Aí não podia! (Entrevista, G., 2006)

Outro depoimento foi dado por M.S.S. de 44 anos, viúva e mãe de 4 filhos, assentada e coordenadora do PA 17 de Abril, situado em Estância. Filha de pequenos agricultores do município de Santa Luzia do Itanhhy, que trabalhavam nas terras próprias e de fazendeiros para garantir a subsistência; migrou para a cidade de Estância e Aracaju, local este que trabalhou, desde jovem, como empregada doméstica. Relata a motivação para a entrada na luta pela terra da seguinte forma:

Porque..é na época meus filhos ficaram pequeno. O pai morreu num acidente e aí eu tive que criar eles, e eu não criei...Deus, eu olhei eles, né. E aí veio as conseqüências de despesas, de comida...na cidade tem qui tê gás, essas coisas diferente da roça qui a gente vai arruma uma lenha, já disfarça um pouco. Qui foi muito difícil pra mim essa etapa dos menino pequeno. Muito difícil mesmo! Foi o que me levou a enfrentar um acampamento, porque eu via todo mundo ir, eu admirava, sempre admirei a força de vontade e o espírito de luta. Qui pessoa morar debaixo de um barraco também não é bom não! É muito difícil! Mais, tem pessoas qui mora na cidade qui é melhor morar num barraco. Porque num barraco você tá com o futuro pela frente e na cidade não. Qui futuro você tem? Às vezes você não tem o grau escolar adequado, você num tem esperança de arrumar um bom trabalho, né? Aí chega casa de famílias, é contada as casas de família que paga salário, que assina que dá, (choro de criança), que assina carteira, né? Quando pega umas pessoas compreensivas é bom, mas quando não...Aí você tem que ser bastante objetivo, bastante né? Foco naquilo que você quer, saber superar todas as crises.

[...]

Mais aí foi quando eu entrei no Movimento, entrei no acampamento, fui me acampar e eu tinha que...assim, o pessoal lá tava precisando de pessoas pra ajudar a organizar. E aí me colocaram, eu, pra ajudar na organização e aí eu deixei trabalho, deixei estudo, deixei tudo e segui a organização do Movimento.

[...]

será que vai valer a pena eu deixar meu trabalho pra ir pro acampamento, as vezes minha mãe não gostava, achava que eu, cheguei a... assim eu pensava que eu ia passar fome né? Com meus filhos, eu digo: eu vou sair do trabalho, aqui é ruim, mas eu ainda tenho esse, e seu sair e não for trabalhar, como é qui eu vou viver com meus filhos, mas não num mudou nada não. (Entrevista, 2007)

No Assentamento 17 de Abril, conheci, no dia 25 de agosto de 2007, o senhor J.R.P.L., conhecido popularmente como “Baiano, coincidentemente, a data de comemoração do seu aniversário. Iniciamos a conversa às 9:45 a.m. na sua casa, que já se encontrava decorada com muitas palhas de coqueiro e folhas de diversas árvores. Ao passo em que íamos conversando, amigos, vizinhos, parentes iam chegando à sua residência, para a comemoração, que iniciaria por volta das 13 horas. Natural de Camacã, município localizado na porção sul do estado da Bahia, Baiano é filho de pequenos agricultores, migrou para Feira de Santana, onde viveu por 8 anos; casou-se, teve filhos e migrou, posteriormente, para a cidade de Estância, local que habita por 9 anos. Quando questionado sobre o que fazia antes de entrar na luta pela terra, esclareceu “Pronto, eu era propagandista... no mei de feira. Vender remédio, vender produtos, vender remédios naturais. Eu trabaiava com prantas, cascas, sementes de raiz.” (Entrevista, J.R.P.L., 2007)

Os assentados, contatados nesta localidade, identificaram-no como o organizador e o responsável pela ocupação da fazenda. Sobre isso, o mesmo relatou com ar de orgulho que:

Eu era do Movimento Sem Terra, eu era apenas...fazia parte de uma direção do Movimento Sem Terra. [...] Eu fiz...é... Eu fiz...é...Milton Santos, Santa Luzia, aonde eu cheguei 750 famílias. É...Geraldo Garcias com 770 famílias, Geraldo Garcias que é esse aqui. Esse aqui eu fiz com 120 famílias. Fiz o Apolônio de Carvalho, fiz o Apolônios onde eu tinha 80 famílias e fiz o Madre Cristina com 78 famílias. E teve a contribuição da Capivara que hoje ta 90 família assentadas, né. (Entrevista, J.R.P.L., 2007)

Quando questionado sobre o que o levou a abandonar o trabalho na feira de Estância e entrar para a luta pela terra, o MST afirma o seguinte:

Pronto! Aí é uma decisão que sempre os companheiro que vem aqui eles me pergunta isso. Até hoje eles queria descobri de mim uma coisa que eu disse o seguinte...Eu trabalhei 8 anos na feira, eu pagaria 100 reais de aluguel na cidade. Eu tinha carro, eu tinha um aparelho de som e num consegui comprá um terreno na feira, na cidade pra morá. Num consegui tê uma casa, né. Que meu sonho era tê uma casa, tá entendendo. Que eu tinha uma mulé, tinha um filho, uma filhazinha minha. E eu tinha o sonho de eu tê uma casa na cidade. Como eu trabalhava num consegui uma casa, um certo dia chegou um companheiro, um amigo meu e me convidou deu trabalhá no Movimento Sem Terra. Eu fui, eu trabalhei. Só que eu desenvolvi um trabalho grande no Movimento Sem Terra que você vê aqui foi feito tudo por mim. Que eu cheguei uma época de...eu estorei no Movimento Sem Terra, dei uma estorada,tendendo. Porque eu estorei porque eu fiz muita ocupação, muito acampamento...

[...]

Eu toda vida eu fui da produção. Só que eu estorei no Movimento Sem Terra, no momento que tudo eu fiz! Sozinho, né, com a ajuda dos companheiro, né. E aí me trouxe o Movimento Sem Terra. Comecei tê orgulho, comecei gostá, comecei tê carinho. E aí eu cumeci a desenvolvê meu trabalho dentro do Movimento Sem Terra e me parei nessa casa hoje, né. Minha casinha com piso, meu banheirinho bom, minhas coisinha, né. Parei aqui, to alegre porque, né. Hoje eu agradeço ao Movimento Sem Terra porque eu to parado, porquê nunca consegui comprá um terreno! E hoje eu tenho 27 hectares de terra aqui pra trabaia. Foi isso que paro no Movimento Sem Terra, foi isso.

[...]

É! De tê! Criar o que eu queria, né. Tê, né. Eu queria tê essa possibilidade de eu tê minhas coisas. Criá minhas galinha, que eu crio, que vou lhe mostrá. Criá minhas galinha. Tê meus amigo na minha casa. E eu tê um lá meu, que digo assim esse lá aqui é meu! E hoje eu tenho, graças a Deus, né. Eu agradeço muito ao Movimento Sem Terra que me ajudou muito pra eu chegá até aqui, cheguei. Parei porquê trabalhei 8 ano, tinha que pará porquê eu tinha que cuidá do que é meu. Se eu passasse o resto da minha vida trabalhando pru Movimento Sem Terra eu também ia esquecer, ia ficar o seguinte...eu não ia tê nada. Mas hoje o que eles quisesse, to...fiz demais, né! (Entrevista, J.R.P.L., 2007)

Durante a visita ao PA Karl Marx, localizado no município de Lagarto, entrevistei a liderança local que afirmou ser bisneto de indígenas da região centro-sul do estado de Sergipe e filho de pequenos agricultores expropriados. Sua trajetória de vida está marcada pela migração para o estado de São Paulo, onde atuou como operário em fábricas. Quando realizou a migração de retorno, estabeleceu-se novamente em sua cidade natal, Lagarto. Localidade que conseguiu emprego de operário na fábrica do grupo Maratá. Afilhou-se ao Sindiquímica, no qual tornou-se um dos dirigentes.

Daí eu comecei a trabalhar em algumas fábricas, mas também por pressões... Eu entrei no Movimento Sindical e por pressões dos... dos burgueses, os patrões, que impuseram que eu pedisse demissão. Como eles não poderiam me botar porque eu tinha estabilidade no emprego, era o Grupo Maratá que era o meu ex-patrão, eu fui obrigado a pedir demissão pra que minha família não fosse demitida toda, tinha 14 pessoas da família que trabalhava no Grupo. Então eu participei da direção do sindicato, Sindiquímica, e foi feita uma assembléia e, então, a companheirada pediu que eu saísse que eles bancariam o meu salário e eu ficava à disposição do sindicato. Daí eu fiquei algum tempo em Aracajú trabalhando em um sindicato como dirigente e... fazendo trabalho de base nas cidades que tinha a Petroquímica. [...] Daí eu passei a ser funcionário militante do... do sindicato. Passei alguns anos lá. Nisso eu engajei também, também na CMP [Central de Movimentos Populares] [...]

Fui também... quando eu morava na grande Aracajú, secretária da associação dos moradores de bairro e depois eu falei: “Vou dar uma descansada.” Fiz um acordo com o pessoal do sindicato pra retornar pra minha cidade. Fui também motorista, arrisquei um pouco a vida, mas depois... trabalhei um tempo e digo: “Vou descansar e lidar com o público, com o povão.” Mas quem nasce com sangue pra luta nunca deixa de... Aí fui convidado pro companheiro Flamarion pra participar dessa ocupação que teve aqui na Fazenda Contador, na qual hoje é o Assentamento Karl Marx. Então daí eu vim. Dia 15 de março de 2001 nós fizemos a ocupação desta área que na época nós colocamos o nome de acampamento Chico Mendes. (Entrevista, J.E.T.S., 2007)

Nesse mesmo assentamento, entrevistei a senhora L., 75 anos, aposentada por idade, tem suas origens familiares ligadas ao trabalho agrícola, mas, até o momento do seu assentamento no Karl Marx, nunca teve o seu lote para realizar sua produção e trabalhou muitos anos a terra cedida por outrem. Situação marcada pela incerteza e humilhação, com bastante pesar, relatou que, após a morte do pai da sua nora, o seu filho a convidou para cultivar uma parte do sítio deixado como herança,

Aí eu fui, comprei o adubo, sobrou um dinheirinho e eu comprei o adubo, plantei a roça... Aí quando elas chegaram, que elas moram em São Paulo, eu tava na luta do feijão, plantei 6 curral, tava na luta do feijão. Aí chega uma filha e diz: “Mãe, porque a senhora deu essa terra pra ninguém plantar? Aqui não se pode dar a ninguém, só pode trabalhar a família, isso, aquilo outro...”

Aí minha nora respondeu pra ela: “Fulana, é família. Hoje ela é família, porque ela é minha nora, ela pagou por mim.” Não foi essa a palavra?. Aquilo eu fiquei sentida, chocada... Fiquei sentida, chocada, aí nada deu certo mais pra mim, aí fui, falei com o meu filho... Fui pra uma mini-padariazinha, trabalhando.. Cheguei lá e falei pro meu filho: “Eu vou arrancar aquela plantação, não me serve mais.” “Não, mãe, não! Deixe.” [...] “Meu filho, não me serva mais, nada serve pra mim! Eu vou voltar pra cidade e vou lutar a minha vida. Eu já cansada, vendendo minhas ropinha, tomando prejuízo, outros eu ganhava uma besteirinhas... Mas só dava só sempre com aquela luta. Aí.. “Não, meu filho.” “Não, mãe, deixe aí.” Aí surgiu esse Sem Terra como eu já falei. “Não, mãe, não dá, a senhora já tá de idade, como é que a senhora...” Eu digo: “Vou, meu filho. Meu filho eu vou lutar pelo Sem Terra, não tem quem me tire, só Deus. “Eu vou lutar, eu vou pro mato, eu vou pro campo, que no campo eu vou lutar por alguma coisa”. “Não, mãe, isso aí é só conversa, é só enganação.” Tô aqui e aqui fiquei. Morei 2 ano e 9 mês dentro de um barraco. (Entrevista, L. 2007)

Desses fragmentos de depoimentos, foi possível inferir que, entre os assentados da reforma agrária assim como nos revelou os dados quantitativos para a RAM, o acesso à terra configura-se como uma importante alternativa de trabalho, geração de renda, acesso à direitos sociais, etc., tanto para os trabalhadores do campo, como para os da cidade. Esta categorização relaciona-se diretamente ao espaço, no qual os sujeitos entrevistados identificaram ter maior tempo de trabalho ao longo da sua trajetória de vida. Contudo, faz-se mister enfatizar que todos os sujeitos entrevistados demonstraram ter suas raízes históricas no campo e declaram, em algum momento da sua vida, ter desempenhado atividades laborais neste espaço.

Para aqueles que têm origem no próprio campo, a exploração do trabalho na condição de diaristas, arrendatários também lhes é comum. Ambos os grupos de camponeses compõem a massa dos pobres que, historicamente, estão privados do acesso à terra de trabalho. Um elemento marcante dentre os assentados da reforma agrária é a sua forma de acesso à terra. Todos assentados de reforma agrária entrevistados passaram por um processo de organização política e luta social para conquistar o assentamento, condição que pode ser estendida para o conjunto dos camponeses deste grupo. Esta organização e a luta se dão com a participação dos sujeitos em um movimento social, no contato com diferentes grupos de famílias, nas trocas de experiências, no reconhecimento de sua condição social. A condição de superação é vista pelo conjunto dos assentados como possível, a partir da organização coletiva de classe e da luta social. Segundo Thompson,

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente,), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (2001, p. 274)

Pode-se, portanto, afirmar que a diferença fundamental existente entre as duas categorias de camponeses é que aqueles ingressantes na reforma agrária de mercado foram estimulados a organizar-se em associações de trabalhadores por agentes externos, algumas vezes, atuando em interesse do próprio capital. As associações são destinadas exclusivamente à escolha e compra de imóveis rurais, cujos trâmites e conteúdos das relações sociais estabelecidas foram meramente burocráticos. De modo que o conteúdo dos espaços de socialização política não permitiu a organização política dos sujeitos, o contato com diferentes grupos de famílias e a reflexão crítica sobre suas realidades. Dificultando a sua descoberta como classe e a construção de sua consciência no momento, ainda, de sua criação e recriação. Estou seguro que esta condição poderá ser superada ao longo do processo histórico de produção da sua existência, por qualquer um dos grupos inseridos na RAM.

1.3. O processo de organização das associações de camponeses e a construção do espaço de socialização política no processo prévio do acesso à terra dos mutuários e beneficiários

Neste item, analiso o conjunto de relações sociais que dão corpo à produção de espaços que antecedem à (re)territorialização dos segmentos de camponeses perscrutados. Conforme mencionado anteriormente, enquanto os camponeses assentados da reforma agrária protagonizam sua recriação por meio das lutas por terras que podem resultar na conquista de frações do território do capital, os mutuários do crédito fundiário são criados e recriados pelas regras de mercado e a mediação de atores políticos e/ou públicos, mediante acesso aos financiamentos bancários e à compra de frações do território do capital.

Parto do pressuposto que os movimentos socioterritoriais, quando implementam suas formas organizativas e respectivas lutas reivindicatórias, produzem relações sociais. Estas, por sua vez, ocorrem em dado momento histórico e porção espacial, provocam, inevitavelmente, transformações nos sujeitos envolvidos, produzem mudanças nos espaços preexistentes e/ou produzem novos espaços. No tocante aos processos de criação e recriação do campesinato em tela, o que está em jogo é a alteração da propriedade fundiária e a função a que esta atende na sociedade. Portanto, ambas as categorias de camponeses objetivam aceder à terra, construir a autonomia sobre o controle do seu tempo e o processo de trabalho e, por meio destes, realizar a sua (re)territorialização.

Em contrapartida, os proprietários fundiários implementam ações em um sentido negativo, ou seja, no caso da reforma agrária, utilizam-se de diferentes instrumentos, artifícios e expedientes a fim de impedir que o processo de (re)territorialização do campesinato se efetive, podem, também, atuar no sentido de impedir a concretização da emancipação do território do camponês; mediante imposição de formas de sua subordinação aos interesses do capital nas dimensões produtiva, econômica, política, tecnológica, ambiental e cultural. Esta dinâmica também pode ser encontrada na reforma agrária, um exemplo é o arrendamento de áreas de assentamentos para a produção de cana, voltada às Usinas de produção de açúcar e álcool.

Nesse contexto, os tipos de relações, dinâmicas e processos que, ocorrem anteriormente à transferência de imóveis rurais, seja através da conquista mediante a luta política ou da compra no mercado em funcionamento, que se convertem, respectivamente, em assentamentos de reforma agrária ou empreendimentos de crédito fundiário, assim, definirão um conjunto de características que poderão contribuir para a permanência na terra e a conquista de outros direitos, ou, até mesmo, ao enfraquecimento destas possibilidades, aprofundamento da subordinação e, em alguns casos, para a evasão da terra.

Ambos os grupos de camponeses estão, de forma geral, ligados às duas maiores e mais importantes organizações camponesas do país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o sistema da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura do Brasil (CONTAG). Há, entre estas duas organizações, diferenças históricas de formação, metodológicas e ideológicas na forma de atuar junto ao Estado para garantir a criação e a recriação do campesinato. Isto se desdobra em distintas formas de ação, formação política da base, convergências e divergências nas reivindicações,

etc. Logo, resulta em diferentes formas-conteúdo dos respectivos territórios.

Parto da contribuição teórica de Fernandes (1996; 2001) ao realizar uma leitura geográfica dos processos de criação e recriação do campesinato por meio das lutas por terras e por reforma agrária, primeiramente no estado de São Paulo e, posteriormente, no Brasil. Este autor enfatizou que tais lutas ocorrem mediante dois processos geográficos complementares: a espacialização e a territorialização da luta pela terra. Para este autor, a luta pela terra constrói, cotidianamente, um espaço de socialização política multidimensionado e a territorialização encerra-se no processo de alteração da propriedade fundiária, principalmente, através da desapropriação do latifúndio e a decorrente criação dos assentamentos de reforma agrária. O que está em jogo nesta perspectiva é a alteração da propriedade jurídica da terra.

O espaço de socialização política é constituído de três dimensões. O *espaço comunicativo* constitui a primeira dimensão. Caracteriza-se pela apresentação, pelo reconhecimento da(s) entidade(s) mais engajada(s) na luta, pelo auto-reconhecimento, bem como, pela definição dos objetivos. A segunda dimensão é o *espaço interativo*, no qual as famílias, a partir do resgate e troca de suas experiências vividas, constroem uma identidade política, fazem articulações, relações e alianças. Por fim, o *espaço de luta e resistência* seria a terceira dimensão, identificada pelo autor como o acampamento em si, o qual os trabalhadores partem, diretamente, para o conflito contra o latifundiário. Estes espaços não, necessariamente, precisam ser construídos nesta ordem, pois a sua sucessão depende da conjuntura política da luta.

O decurso desse estudo tem evidenciado que a criação e a recriação do campesinato, por meio dos mecanismos e agentes de mercado, promove um conjunto de relações sociais com vistas a uma alteração da propriedade territorial, mediante a compra de fragmentos do território do capital edificadores, também, de um espaço multidimensionado; cujos conteúdos, evidenciados na empiria deste trabalho, permitem-me comprovar a validade do conceito: espaço de socialização política e, ao mesmo tempo, a necessidade de sua atualização para realizar uma análise do processo de criação e recriação do campesinato, em face da existência de conteúdos, dinâmicas, processos, estruturas distintas daqueles encontrados e decifrados por Fernandes (op. Cit.).

A fim de elucidar, compreender e analisar em oposição as duas realidades, realizo, a seguir, primeiramente, a discussão do processo de formação das associações de trabalhadores rurais nos empreendimentos de crédito fundiário, os procedimentos e/ou critérios adotados na escolha das áreas ocupadas, desapropriadas ou compradas, assim como, a trajetória nos/dos acampamentos de sem-terras; que antecederam à conquista dos assentamentos de reforma agrária perscrutados, já que, neste caso, a criação das associações de trabalhadores rurais decorre da criação dos assentamentos de reforma agrária.

1.3.1. As associações de camponeses no Crédito Fundiário

O empreendimento, implantado na antiga fazenda São José das Quebradas, em 10 de abril de 2003, por meio do financiamento às 25 famílias da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado, foi um dos primeiros de Crédito Fundiário a ser implantado durante a segunda fase da RAM no Estado de Sergipe. Situada, estrategicamente, às margens da rodovia estadual SE – 216, que liga a BR – 101 Sul sergipana ao Sertão Ocidental, contou , na cerimônia de inauguração, com a presença do então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. Este empreendimento representa para as entidades envolvidas (PNCF, PRONESE, FETASE) a área com potencial para se tornar a experiência modelo do estado, tendo em vista a localização, a fertilidade dos solos e a disponibilidade de água para irrigação. As famílias que compõem a referida associação são originárias de diferentes povoados do município e da cidade de Salgado.

A mobilização das mesmas, estímulo à organização e coordenação inicial, foi realizada pela, então, líder comunitária do município, Maria Vasconcelos, conhecida popularmente pelo apelido de Preta. Segundo os mutuários, havia a Associação de Moradores de Salgado (ASDECO) liderada por Preta (P.), com cerca de 200 membros afiliados. Estes passaram a participar das reuniões convocadas pela ASDECO, destinadas à apresentação do projeto de crédito fundiário e à articulação da associação para a compra das terras. Foram convocados a participar, também, integrantes de outras comunidades do município de Salgado. Vejamos um dos relatos sobre este processo:

...Aqui já era uma associação já fundada. E a diretoria dessa associação convidou gente assim...só nos povoado, avisando um e outro e formou através dessa associação, formamos outra associação. E aquela associação primeira formou daquele pessoal juntado, quer dizer juntado...aí formamos outra associação dentro daquela e foi essa associação que consegui pegar o projeto a outra dando o apoio. A outra era associados que tinha conseguido

fazê casas, fazê casas assim...com projeto também, num é esse projeto não...tinha um projeto uns tempos atrás que você conseguia fazer casas pra aquele pessoal que não tem condições, banheiros. Essa associação já tinha conseguido parece que 20 casa, banheiros [...] (Entrevista, G.J.N., 2005)

Na RAM, as associações de trabalhadores rurais são criadas anteriormente à entrada na terra, já que o associativismo é um pré-requisito para a compra da terra pela linha de financiamento Combate à Pobreza Rural e a dívida é contraída, solidariamente, entre seus membros junto ao agente financeiro. O depoimento acima evidencia que a criação da associação em tela ocorreu no interior de outra associação pré-existente. Outros depoimentos coletados na comunidade fizeram referência ao protagonismo da líder comunitária, na organização dos trabalhadores para comprar a terra. Sua perspicácia, aliada ao maior acesso às informações, à capacidade de articular comunidades e a elaborar projetos, assim como, seu fácil trâmite nos espaços políticos-institucionais lhe confere maior aproximação e conhecimento das possibilidades/oportunidades de acessar programas e políticas públicas, destinadas aos pobres do campo e da cidade, desprovidos e/ou com acesso precário à informação.

Dentre os mutuários adeja um *status* de elevada credibilidade e gratidão para com a líder comunitária. Neste caso, em particular, quando da fundação da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado, P. recebeu o cargo de coordenadora (mesmo que isto não confira os poderes de comando, atribuição reservada ao presidente), teve seu nome registrado e grafado em negrito na placa de fundação/criação do empreendimento. No dizer dos mutuários, reconhece-se a importância da mediação realizada por ela; mas se afirma, incisivamente, que a Associação tem autonomia, tendo em vista que as decisões são tomadas internamente pelos membros nos fóruns deliberativos adequados. Por sua vez, P. concebe a Associação, desta forma, resulta do seu trabalho, em particular, conforme está explicitado na seguinte afirmação: “...Dei a presidência a ele [Zé Domingos, atual presidente da Associação], fiz ele presidente, tudo certo, um homem digno...”. Em outro trecho da entrevista retoma o pensamento, agora com uma personalização da ASDECO em sua figura “...Que hoje, que aí a gente elegeu Zé Domingo e eu sai da, fiquei só como coordenadora ajudando ele, mas aí gerou uma associação lá dentro daquela comunidade, mas até chegar lá foi ASDECO que comprou, foi ASDECO que negociou, foi ASDECO que conversou...” (Entrevista, P., 2007)

As reuniões coordenadas por P., destinadas à formação da Associação, objetivavam informar sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), articular a formação da associação de trabalhadores rurais, destinada, especificamente, para comprar a terra e selecionar seus membros. Sobre este último objetivo remeto ao leitor o seguinte depoimento:

Reunimos... a partir de quando estava informados de que existia esse projeto de crédito fundiário. A gente passou a acreditar com um grupo de 35 pessoas... a partir da reuniões aí teve muita gente que não se encaixa no projeto por causa de dívida, né. Que tava no SPC e outros projetos que aderiram no banco anteriores e não conseguiram encaixar no projeto. Aí, em todas a associação [reunião] uma pessoa ia eliminado mas, não pela gente mas, por causa do crédito, o banco é que eliminava, NE. Aí chegou o total de 25. E toda final de semana a gente tinha reunião pra explicar como é o andamento do projeto todo. E a partir daí a gente formamos uma associação e registramos ela. Colocamos nas câmaras e as câmaras aprovaram, fomos até a PRONESE, em Aracaju, e até a FETASE, e, foi aprovada. E a partir disso a gente foi à busca da fazenda que a gente é que tem que ir atrás da fazenda. Procuramos a fazenda. Levamos o documento da fazenda para FETASE e pra PRONESE pra puder que eles avaliasse o terreno da fazenda aqui. Eles avaliaram e a partir disso foi feito a análise da água, da terra, foi feita a análise do solo. E a partir disso eles aprovaram a fazenda que realmente seria uma fazenda muito boa pra agricultura familiar. Eles entraram em contato com a fazenda, com o fazendeiro e negociaram a fazenda junto com a diretoria da associação. Sendo que os 25 aprovaram também, a compra também, porque a compra dependia dos membros aprová a compra, não é eles que aprova a compra é a gente, eles só faziam negocia com o fazendeiro. O fazendeiro com eles e fazendeiro com eles. Eles é que negociavam. Sendo que eles queriam que negociasse, o máximo que eles podiam pagar pela terra seria 400 tarefa, porque era um preço máximo. Essa fazenda valia mais, mas só podia 400 [mil reais] porque sobrava mais dinheiro pra que a gente investi no caso na casa que foi feito com a sobra da fazenda. Foi feito aqui também, a área aqui irrigada que foi feito com a sobra. Porque vinha pra cada família 15 mil reais agora que sendo que esses 15 mil reais seria para comprar a terra e o restante seria investido nas casa, nas terra lá de cima, você ia ganhar um salário pra construir sua própria casa e poder trabalhar na sua terra durante 6 meis. Então era isso que o projeto queria, que você pudesse construir sua casa, comprar sua terra, e, trabalhar na sua terra e ainda poder trabalhar na sua terra até que esse dinheiro...até que você tivesse condições de sobreviver por sua conta. (Entrevista, G.J.N., 2005)

Embora o princípio do programa seja o do comprador-disposto vendedor-disposto na lógica de transferência de terras mediante empréstimos concedidos por agências bancárias, predomina a força do mercado no processo seletivo dos futuros mutuários, um indicador disto reside na exigência da adimplência comprovada, em detrimento do direito dos sujeitos de acesso à terra e promoção da justiça social. De modo que o sujeito pode enquadrar-

se no perfil dos programas e ter necessidade e disposição de entrar na terra para trabalhar e produzir as condições de sobrevivência familiar e renda, mas; se comprou um rádio à prestação e encontra-se inadimplente com a loja ou com a empresa de crediários, é impedido de acessar o crédito fundiário, como em qualquer programa imobiliário. Outro destaque é o fato relatado das propostas de preços elevados da parte dos proprietários que, cientes da existência de créditos públicos, superfaturam seu patrimônio, a fim de, neste caso, eliminar débitos pré-existentes.

Sobre a criação da Associação, P. posiciona-se da seguinte forma:

...aí consegui trazer eles pra sociação, pra ASDECO. Eu era presidente na época, comecei a esclarecer, né, na cabeça deles o que era a cidadania, mudá de vida, aquelas pessoas, ter oportunidade de ter um pedacinho de terra, de ter sua casa digna, invés de tá na roça dos outro trabalhando, dando rendimento pros outro, que ele poderia tá na dele. Até que teve pessoas que no final entrou, pessoas que não precisava nem ter entrado, que devia tê passado um, mas aí a gente não teve como fazer mais, porquê na verdade entrou pessoas ali que realmente não é trabalhador rural, só da dor de cabeça a Zé Domingo, mas, infelizmente, existe o bom e existe o ruim...(Entrevista, P., 2007)

Com relação à compra da terra, P. relatou que se interou do PNCF no ano de 2002, através do noticiário radiofônico, em seguida, buscou informações em Sergipe, onde afirmou que ninguém sabia do que se tratava. Buscou informações em Brasília, local este que foi atendida e, segundo sua versão, contribuído com o estado de Sergipe para a criação do Programa em nível estadual. Sua percepção sobre estes fatos verbalizou da seguinte maneira:

Aí o que foi que eu fiz, reuni um grupo de pessoas, em 2000, aí a gente lutou junto com esse grupo teve pessoas que acreditou, ficou e os que não acreditaram foi saindo. Quando foi em 2001, ainda tava na luta, 2002 foi quando a gente comprou, final de 2002. [...] A gente invadimos a PRONESE junto com o pessoal, botemo o presidente da FETASE na época Seu Júlio, da FETASE, dentro. [...] Por que o Governo não queria pagar essa fazenda, foi no final de Albano pra João, aí não queria pagar essa fazenda e aquela confusão! Sei que a gente botou, tomemo, entremo mermo na PRONESE na tora! Eles arrumaram uma Topic, tivemo que negociá, i no Banco do Nordeste, o projeto já todo arrumado. Tudo, eles exigia tudo, a gente conseguimos [...] Foi, 2002 pra 2003. Final de 2002, final de 2002, eu sei que bateram o martelo e em 2003, né. [...] Aí ca luta, com muita, né. Aí a gente começemos a fazer as casas, aí parou o dinheiro por causa de uma denúncia que houve, aí a gente arrumemo a documentação, agilizou, encaminhei documento, e-mail pra Brasília, aí fiz amizade com o pessoal do crédito fundiário de Brasília, foi aonde surgiu Paulo da FETASE que me deu também apoio, aí Seu Júlio também, que deu bastante apoio, o sindicato daqui não acreditava nesse projeto, mais também quando saiu a terra ele começou a dá apoio. Aí foi aquelas pessoas que não acreditaram e

começaram a acreditar, entendeu? Aí hoje tá e a gente fez as casas, conseguimos trazer o ministro, né. Miguel Rucete que da reforma agrária, aí ficou o projeto internacional praticamente, do Estado de Sergipe foi o primeiro, aí ele considerou praticamente o do Brasil, porque sempre tem a reforma agrária diferente, era aqueles assentamentos que os sem-terras entrava e eles comprava, né. Mas esse mesmo em si foi praticamente do Brasil. Aí foi, a hoje é modelo pra o estado, pra o Brasil, entendeu? Aí o presidente Lula era pra vim naquela inauguração, mas foi quando não conseguiu o ministro veio, né. Tivemos a honra de conseguir muitas autoridades, aí daí foi quando começou a todo mundo acreditar e muitas cidades tentaram fazer (incompreensível) pra me imitar e eu fui pra muitos, vários lugares dá entrevista, reuniões, entendeu? (Entrevista, P., 2007)

O presente depoimento remete às diferentes reflexões dentre as quais destaco: primeiramente, a incompreensão ou omissão intencional de que a eliminação do processo não se dava apenas por descrença, discordância ou questionamentos em torno do crédito fundiário, mas sim, primeiramente, pelas regras de mercado, mediante a comprovação da condição de adimplência por parte do futuro mutuário. Outro posicionamento interessante é a identificação do processo de organização das famílias em associações e a realização dos trâmites burocrático-institucionais, como uma verdadeira “luta”, equiparando a luta social a meros trâmites burocráticos e contratuais, esvaziando, assim, o conteúdo político da luta camponesa por direitos e justiça social. Além disto, tanto os relatos dos mutuários quanto os da líder revelam a ausência do sindicato de trabalhadores rurais do município e da Federação na maior parte do processo. Embora P. reconheça a relevância da participação destas entidades no processo, o protagonismo está centrado na sua ação. Demonstra, ainda, orgulho em conseguir realizar a inauguração do projeto com a presença de autoridades ministeriais.

A experiência acumulada na compra da fazenda em questão e a implantação do referido projeto possibilitaram o envolvimento da líder comunitária na criação de outras associações e a compra de mais terras pelo crédito fundiário no município, assim como, a elaboração de projetos para acessar outras políticas do governo federal, em particular, de financiamento de casas e banheiros para a população de baixa renda. Além disso, a repercussão na mídia da criação do referido empreendimento favoreceu a promoção da líder comunitária. A referência abaixo é confirmativa neste sentido:

Aí com isso eu desenvolvi meu nome, né, praticamente. Porque a pessoa sai, praticamente eu era o quê? Uma presidente de associação, que coordenei um projeto e que veio a tona, né, no Brasil, que foi inaugurado pelo ministro, e aí agora tomou conhecimento no Estado, né. [...] aí fui descobrindo outros projetos do governo federal, aí eu descobri um projeto da Caixa Econômica, [...] que foi a que eu fiz cento e quarenta e seis casas. [...] O Governo Federal

da sete mil, [...] aonde o povo dava uma contrapartida de mil e quinhentos e comprava o terreno, essa casa ficava no valor de oito mil, de oito mil e quinhentos, o povo pagava o quê? Quinhentos Reais do terreno e dava uma contrapartida no próprio nome dele de mil e quinhentos, que era pra construir a casa e o Governo botava sete mil, de graça né. [...] Aí depois quando eu tava no processo, terminando essas casas, eu descobri o projeto do CAF, no Estado também nós foi o primeiro, foi o pioneiro. (Entrevista, P., 2007)

O reconhecimento de P. ampliou-se e aprofundou-se. Nas eleições de 2004, foi eleita vereadora do município de Salgado. Certamente, a credibilidade criada junto às comunidades *atendidas* por P. tenha se convertido em fidelidade eleitoral. Atualmente, esta líder comunitária exerce seu primeiro mandato de vereadora e atua como coordenadora de associações e uma ONG voltada à mobilização de famílias e à construção de projetos para captação de recursos do governo federal, com vistas à implantação dos projetos já mencionados. O discurso da vereadora revela uma intenção positiva no sentido de possibilitar o acesso dos pobres da cidade e do campo aos direitos fundamentais como: trabalho, moradia e alimentação. Contudo, a personificação das políticas públicas caracteriza uma prática política de conotação populista.

Ainda sobre a RAM, vale destacar o seguinte posicionamento com relação à linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar (CAF):

...Aí quando eu descobri o Projeto do CAF ficou melhor de se trabalhar, por quê? Porque vai ter individual, aquele que não for, não pagar, vai se responsabilizar, porque você dá uma terra (...) o governo federal lhe dá um rebate de trinta por cento, fica o quê? Setenta por cento pra você pagar, mais vem, você tem três ano de carência, e vinte anos pra pagar, e por ano a prestação de trezentos, quatrocentos reais e se você não paga, é por que realmente você não quer crescer. Concorda?!? (Entrevista, P., 2007)

Esses fatos apontam indícios de comprovação da hipótese que as políticas de RAM, em face do baixo nível de acesso à informação dos pobres do campo, podem ser apropriadas por líderes políticos ou comunitários locais que, ao viabilizar a propagação da informação e a articulação do acesso aos direitos sociais básicos, fortalece-os politicamente e, conseqüentemente, cria uma rede social de dependência, demonstrada, muitas vezes, na fidelidade eleitoral. Tal ação possibilita ações típicas do populismo. Isto ocorre devido à desinformação, ao baixo grau de escolaridade, baixa capacitação (para a elaboração dos projetos de captação de recursos) dos pobres do campo e da cidade, a ausência de agentes públicos, que difundam as políticas sociais. Ainda que estas sejam compensatórias, proporcionam um ambiente favorável para a atuação de oportunistas, o que, muitas vezes,

conduz à erosão de sentidos de uma dada política pública e agrava, ainda mais, os impactos da política compensatória.

Um dos princípios da reforma agrária de mercado é o funcionamento perfeito do mercado, no qual os camponeses têm liberdade para escolher os imóveis que desejam comprar, a possibilidade de negociar com os proprietários dispostos a vender: possibilitando a aquisição das melhores áreas por preços justos. A fim de melhor compreender como ocorre na prática esta premissa, questionei os camponeses e a líder comunitária local sobre os fatores determinantes da escolha da Fazenda São José das Quebradas. Segundo G.J.N.,

A gente, nós mesmo que procuramos assim. Porque o projeto já diz que você tem reunir um grupo e ir em busca procurar a fazenda e foi isso que a gente fez. Reunimos um grupo, encontramos várias fazendas, mas a gente só se engraçou dessa. O dono vendeu aqui, porque ele tava devendo muito no banco mas, muito fazendeiro vende porque tá fim de vender mermo. Mas esse aqui vendeu porque tava vendendo [devendo] muito. (Entrevista, G.J.N., 2005)

De acordo com as memórias de P., a partir da realização das reuniões, foi deliberado que 5 trabalhadores iriam procurar, no município, imóveis que pudessem ser adquiridos. Após a procura sem êxito em diferentes localidades, tomou-se conhecimento de nota de venda da fazenda São José das Quebradas, publicada no jornal de classificados Cinform e a aposição de placa de venda na entrada do imóvel, imediatamente, procederam-se contatos com seu proprietário e, em visita à localidade e mediante concordância dos membros da associação, iniciaram os procedimentos para a compra. P. declarou, ainda, que tinha aproximação com o proprietário do imóvel, por meio de amigos próximos ao primeiro e que este

...devia no banco, no Banco do Brasil, ele tinha um débito muito alto, na época era um milhão e a fazenda foi vendida por duzentos e pouco. Aí a gente foi até o Banco do Brasil, negociar o débito. Como a fazenda já ia pra leilão, então o Banco não tinha interesse de tomar, né, de pegar, o interesse do Banco era pegar o dele, o dinheiro dele! Não é verdade? Aí o que aconteceu, o Banco negociou com Osmundo [então proprietário da fazenda], diminui o valor e vendeu, que o dinheiro era... foi Osmundo assinando a escritura da terra pra os beneficiário. Foi os vinte e cinco pro cartório e o [...] Banco do Nordeste pagando ao Banco do Brasil, entendeu?. Ali tava no Cinform porquê já tava penhorado no Banco do Brasil, e até isso eu fui negociar no Banco do Brasil pra pudê comprar ali, por que era melhor acesso a tudo, a BR ali, né, as condições de vida ali ficariam, ficou bonito, né. Cê vê que ali é uma comunidade.
[...]

O dono queria negocia pelo um valor pra sobrar e o Banco queria receber o dele, que já tava devendo meio mundo, né, o Banco já tava diminuindo pra receber o que ele tava recebendo.

[...]

Foi, eu tive que negociar com o banco, porque o banco... não dava a certidão do cartório quando a partir do momento que a fazenda ficou penhorada, nois não comprava a fazenda, por quê? Por que tava penhorada no cartório.

[...] Ficou, foi a leilão duas vezes, aí a partir do momento que ela tava penhorada não podia pegar a certidão negativa e a PRONESE, o pessoal do Governo queria a certidão negativa, aí pra isso tive que negociar o débito do... homem, o dono da fazenda, pra pude liberar a certidões, pra pude o cartório fazer, é tanto nesse dia o cartório fez vinte e cinco escritura, fez a escritura da fazenda que ali é uma só, com o Banco do Nordeste presente e o Banco do Brasil, o Banco do Brasil liberando a certidão, porque se não, não comprava. (Entrevista, P., 2007)

O presente depoimento indica que a definição de compra da referida fazenda ocorreu pelos seguintes motivos: a) localização estratégica, qualidade das terras e proximidade de curso d'água (elementos estes imprescindíveis para realizar e escoar a produção para os mercados); b) proximidade para acessar serviços básicos como transporte, educação, mercado e saúde; c) a divulgação da venda da propriedade. Outro aspecto a destacar refere-se à condição de endividamento do antigo proprietário, sendo que a penhora da propriedade pelo banco determinou sua posta à venda. Diante desta circunstância, observa-se que a RAM ao mesmo tempo em que proporciona a possibilidade de entrada na terra para a parcela do campesinato empobrecido e inadimplente cria uma possibilidade para os proprietários liquidarem dívidas no sistema financeiro. Situação paradoxal quando camponeses pobres adimplentes vão reivindicar o saneamento de dívidas de fazendeiros ricos inadimplentes, isto para entrar na terra mediante a contração de uma dívida que não sabem se conseguirão arcar. É possível que, a depender do estado de utilização das terras e a existência de uma atuação do MST, no município, a mesma tivesse sido ocupada por famílias de sem-terras para reivindicá-la para reforma agrária.

No sertão ocidental, no município de Tobias Barreto, 17 famílias organizaram-se em torno da Associação dos Moradores do Povoado Campo Grande e efetivaram a compra da Fazenda Riacho das Pedras, em 16 de setembro de 2003. O processo foi um pouco diferenciado do exposto no município de Salgado, tendo em vista o seguinte relato:

Primeiro veio um rapaz de Lagarto, né? Ele era conhecido do dono da fazenda aqui, né. O rapaz chegou falando “que eu vou vendê a fazenda” e era bom combinar que ia tocar outro lá em Lagarto, né. “Vamo combinar que você toca o de Campo Grande, né. Faz o grupo, né. E eu vendo o terreno e vocês ajunta tudo e compra esse terreno daí pra vocês, né. Foi assim, então. O rapaz veio de lá pra cá com ele, chegou aqui e se reunimo e compremo o terreno, e aqui nós tem que pagá. [...] O vendedor conversou com o rapaz que tava querendo tocá outro lá, em Lagarto, né. Então esse que é o presidente, que mora naquela casa ali, que organizou as famílias aqui. Porque é tudo aqui mesmo. Só o presidente que é de Lagarto. (Entrevista, J.E.A.S., 2005)

A formação foi desencadeada pela atuação de um corretor fundiário, diretamente articulado com o proprietário do imóvel. Mediante o conhecimento das regras operacionais do PNCF, estimulou uma liderança local a organizar as famílias para adquirir as terras. Sua ação antecede à tomada de atitude e à organização das próprias famílias em buscar acesso ao Programa, deixa indícios de existência de agenciamento de terras por parte de atravessadores fundiários, tendo em vista o relato da existência de outra área para a negociação no município vizinho de Lagarto. Este processo é o oposto daqueles casos, nos quais a associação é criada no interior de uma associação pré-existente. Neste caso, reside a atuação de agentes do mercado, atuando no fomento à criação de associação destinada, especificamente, para a compra do imóvel. Diante da oferta de crédito fundiário, as famílias, que já viviam toda a vida próximas ao imóvel, decidiram entrar na terra na localidade de origem.

...Achamos que essa aqui...tinha outra, né, pra vender. Mas achamos que essa aqui é mais próximo pra gente, mais perto, né. Perto do povoado, ficava melhor pra gente, a gente é nascido e criado aqui mesmo, já conhecia o terreno, então resolvemos ficar com esse aqui mesmo. E não o de lá que o outro era lugar de serra, era difícil, era difícil de cuidar. [...] Tudo daqui mesmo. Tem vários, tem tia, tem sobrinhos, tem irmão, tem um monte de gente aqui. [...] É, olha eu mesmo tenho três irmã minha, duas irmã mulher e um homem. Tudo aqui no assentamento, sobrinhos, primos, tudo aqui. (Entrevista, J.E.A.S., 2005)

A compra da Fazenda Senhor do Bonfim, localizada no município de Porto da Folha, no Alto Sertão Sergipano, ocorreu no dia 8 de abril de 2003, pela Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim, formada por 29 famílias. Estas últimas, que apresentavam com frequência laços de parentesco entre si, viveram praticamente por toda a vida no Povoado Lagoa do Roçado, município de Monte Alegre de Sergipe. Nesta comunidade, havia uma Associação de Moradores presidida

pelo Sr. R. que nos informou da decisão de aquisição de uma máquina agrícola, que possibilitaria a realização de prestação de serviços na região, gerando renda para a comunidade.

A máquina foi adquirida e a prestação de serviços de aluguel de horas de trator iniciada. Contudo, as famílias, que dispunham de pouca ou quase nenhuma terra para plantar e sobreviviam do arrendamento de áreas e trabalho como diarista nas fazendas próximas, tiveram seu trabalho substituído pela tal máquina que seria sua *salvação*. Aliado ao agravamento das condições econômicas de subsistência das famílias e o sonho camponês de possuir sua parcela para realizar seus cultivos, essas famílias criaram uma condição para o ingresso na RAM. Portanto, após a tomada de conhecimento da operação do crédito fundiário no estado, por meio de campanha publicitária veiculada no rádio, o supracitado líder comunitário relatou que:

A gente, primeiro, a gente trouxe o pessoal do Crédito Fundiário [PRONESE]. Já estava trazendo através de jornal, que tinha um programa novo que era de crédito fundiário, que reunia o grupo que comprava as fazendas. Aí a gente que é de um povoado Lagoa do Roçado de Monte Alegre a gente reuniu as famílias e trouxe o pessoal do crédito fundiário pra explicar para a gente. Quando o pessoal chegaram, a gente explicou, veio ver a fazenda e..., e a gente também tinha um anseio de adquirir um pedacinho de terra para que se pudesse plantar que não tinha, né? O pior é você ver a chuva chegar e não ter onde plantar e depender dos outros! [...] E aí por está circunstância a gente veio à fazenda, né?

As reuniões realizadas pelos técnicos da PRONESE, com vistas a informar e qualificar a comunidade para a organização de uma associação, obtiveram êxito mediante a operacionalização de todo o processo necessário pelo líder comunitário. Procedeu-se, em seguida, por parte da comunidade a busca por um imóvel à venda e de acordo com a mutuária M.O.S.:

...Assim, como a gente não sabia de nada achava que... Quando você não tem onde botar uma roça, você pegando uma tarefa de terra pra botar uma roça você acha que é uma coisa boa. Foi igualmente nós. [...] Nós viemo, visitemo a terra, andemo dentro do mato... Nós visitemo tudo aí. Foi comprado com nós visitando. [...] Nós achamo que 25 tarefa nós ia sobreviver de folga. Nós achava, nós achamo, mas só que depois viemo pra aqui...Mas foi engano, foi engano. 25 tarefa, quando bota os viventezinho dentro, com 8 dia, 15 dia já acabou o pasto, já acabamo tudo. Nós achava que... Quando nós chegou aqui que nós panhamo a terra que... “não, é de vocês”... nós ouvimo dizer dos meninos que... “mas não dá”... “Mas depois, mas já que vamos pegar, vamos.” (Entrevista, M.O.S., 2007)

A possibilidade de obter créditos para a compra da tão sonhada terra de trabalho imbuíu os camponeses da Lagoa do Roçado de uma enorme ansiedade, dada a possibilidade de conquista do sonho. Tal manifestação acometeu os associados de uma cegueira coletiva que ofuscou a experiência acumulada em anos de trabalho na terra. E, no escuro da cegueira da ansiedade, a propriedade foi comprada com área insuficiente para a subsistência do conjunto dos associados. Contudo, a exigüidade de terras por famílias também pode ser compreendida como resultante da atuação das próprias forças do mercado, sobre isto vejamos o que aporta o senhor R.:

Mas o valor era tão alto que não dava para comprar com menos de 29 família. Porque não dava pra pagar e ainda faze as casa! Aí a gente foi obrigado a comprar 280 tarefas [322 ha] e que na realidade num tá cara. Mesmo assim no sertão essa terra num tá cara. Porque se quisezemo, se fosse pra vende a gente vendia sem nenhum problema, até por mais, né. Não vende porque não pode vendê e também não deve, né. Agora a questão maior é a quantidade que foi pouca. Que essa terra não dá para manter esses animais, nem viver com 25 tarefa. Porque quando for o período de chuva cada produtor desse tem condições de botar 5 hectares. Ele num tem terra suficiente pra colocar isso, porque tem os animais, vai botar onde esses animais. Se ele bota cinco hectare ele vai bota onde os animais. Mas mesmo chovendo...se você pegá a precipitação pluviométrica de Porto da Folha e de Monte Alegre você vê que de um determinado mês do ano chove pro ano todo e não chove mais. É irregular a distribuição das chuvas. Agora deu uma chuvada aqui no mês passado, e aí num instante o capim saiu, Mas nim uma semana veio um sol abrasador, aqui tem 2 semanas que eu não vi tão quente, nunca vi uma temperatura tão forte aqui no Sertão como está este mês que passou, é abrasador mesmo, eu acho que está chegando a mais de 38° C! Aqui ta calor, está abrasando tudo! E as folhas que o gado não come, que é catingueira, que é o Juazeiro, estamos orando a Deus para chuva, porque se não cair, dois meses aqui...(Entrevista, R, 2005)

De acordo com a tabela de preço de terras do INCRA aprovada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, o preço médio da terra nua vigente na microrregião geográfica do São Francisco é de R\$ 1.650,00/ha. A Fazenda Senhor do Bonfim, de 322 há de área, foi adquirida por R\$ 304.400,00, o que representa que o valor pago foi de R\$ 945,34/ha, preço bem abaixo da média estipulada pelo INCRA, comprovando, assim, a procedência da avaliação de R. de que o imóvel não foi adquirido por preços elevados. Contudo, o problema reside na aquisição de uma propriedade com área e condições edafoclimáticas insuficientes para garantir a sobrevivência das famílias. A média é de 11 hectares/família enquanto o módulo fiscal na microrregião é de 70 hectares. É impossível que um projeto de assentamento rural logre êxito diante de um processo de minifundização e

quando sua viabilidade produtiva somente se concretiza mediante a existência de chuvas. O fato é ainda pior quando isso ocorre em uma zona semi-árida, marcada pela irregularidade e escassez pluviométrica.

Na ânsia de entrar na terra de trabalho, os camponeses formaram a associação estimando o número adequado para adquirir o financiamento do montante suficiente para comprar o imóvel, desprezando, assim, a capacidade de famílias a ser assentada na localidade. O mais grave é que o próprio órgão encarregado de executar a supervisão das áreas e constatar a viabilidade dos projetos cede às pressões dos trabalhadores, como também, aprova a concretização de um negócio nessas condições. É evidente que estes trabalhadores não conseguirão produzir os recursos necessários à subsistência familiar, quiçá com o cumprimento dos compromissos assumidos junto ao mercado financeiro. Neste caso, o sonho da terra de trabalho vai cedendo passagem para o pesadelo da dívida impagável. Quando este mediador foi interpelado sobre a posição dos gestores do programa diante deste impasse provocado pela exigüidade de terras para o montante de famílias, emergiu-se a conivência do órgão gestor com esta esdrúxula situação:

Eles acharam viável [PRONESE], uma terra fértil, uma terra boa, quando chove produz muito bem. Só que...pelo valor não daria para comprar menos de que essas famílias, e foi uma briga também da gente para adquirir, mesmo o PRONESE e os próprios técnicos do MDA sendo contra, a gente foi a favor! E que a gente não está arrependido porque adquiriu não. Porque depende só da natureza, né. É pequeno, mas a gente tem com muito cuidado, é pouco, mas para gente é um tesouro, ter assim seu pedaço de terra, ter sua vaquinha. A gente tem a dificuldade, porque a gente não está conseguindo se manter e não está chovendo, mas que para a gente é alguma coisa, e o pior é não ter. A gente nunca teve e hoje a gente é o proprietário, somos considerados proprietários, mesmo com uma parte pequena, né. (Entrevista, R., 2005)

Por sua vez, a Associação Comunitária Santa Clara do Piauí de Baixo, localizada no município de Japoatã, distante cerca de 10 quilômetros da sede municipal, trafegando por estradas de terras em péssimas condições, adquiriu 88 ha por R\$ 121.558,00, em 2004, da Fazenda Piauí I e II. Os investimentos comunitários foram da ordem de R\$ 107.241,00. De acordo com entrevista realizada com dirigentes da supracitada associação, seu processo de formação foi iniciado por iniciativa da então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Japoatã. Primeiramente, o grupo estava formado por 20 famílias que almejavam comprar, pelo crédito fundiário, uma propriedade no município de Neópolis, depois, em Própria. Como os preços solicitados pelos fazendeiros eram superiores

ao montante/família disponibilizado pelo PRONESE, o negócio não foi firmado. O grupo encontrou o imóvel atual e realizaram as negociações. Algumas famílias não se dispuseram a comprar este imóvel e se retiraram da associação, outras migraram para os estados Paraná e São Paulo para aventurar melhores condições de vida. Com as famílias que permaneceram no grupo, iniciou-se um processo de mobilização de novas famílias até formar o grupo atual. Quando questionados sobre a escolha desta fazenda relataram o seguinte:

Porque aqui num foi a escolha...Aqui foi a escolha assim... de Dona Lindaura com o pessoal do PRONESE e do otro rapaz que tava... O dono tinha pra vendê, ofereceu a Dona Lindaura. Dona Lindaura foi lá e segurô o negócio, que nós já tava envolvido ni uns de Própria e o de Brejo dos Cajueiro que sempre num dava certo que o preço era alto. E ele [PRONESE] só queria de quinhentos pra baixo [...] E as outra so incrontava de mil, de oitocento. E o preço do PRONESE era de quinhento pra baixo. A mais baixo foi essa aqui. (Entrevista, J.P.R., 2007)

Este depoimento revela que dentre todas as áreas de RAM perscrutadas, somente esta associação foi construída mediante atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais municipal. Contudo, observa-se que efetivamente quem realizou a escolha da área, negociou com o fazendeiro foi a então presidente do sindicato, indicando a fragilidade da organização dos trabalhadores e a dependência direta do Sindicato.

Os trechos de depoimentos, arrolados acima, conduzem a um conjunto de constatações. A primeira é que a seleção das famílias obedece às normas de operação do PNCF, tendo em vista que o acesso dos mutuários ao crédito para a compra de imóveis rurais somente se efetiva com a criação de uma associação de trabalhadores rurais, certificada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e sua aprovação pelos órgãos gestores do programa e conselhos de desenvolvimento rural. Na fala de G.J.N., ganha proeminência que o critério eliminatório do ingresso no programa é a idoneidade financeira do candidato para acessar o empréstimo bancário. Se esta condição não for cumprida, o próprio agente financeiro, neste caso o Banco do Nordeste do Brasil, exclui o candidato da possibilidade do negócio e de associar-se, já que as associações são criadas exclusivamente para a compra da terra. O aval final da composição da associação é dado pelo agente financeiro, pelo órgão gestor e pelos respectivos conselhos, ou seja, o reconhecimento da associação se dá por sua capacidade de ingressar no mercado financeiro e não por sua competência política ou produtiva.

As associações perscrutadas comprovaram que sua criação está diretamente relacionada com a perspectiva de comprar terra. A sua criação é estimulada com maior frequência por atores políticos como líderes comunitários (que podem converter-se em vereadores com apoio das respectivas associações); do esforço da organização e da mobilização do sindicato de trabalhadores rurais; além da atuação de corretores fundiários que atentem aos interesses dos fazendeiros. Em geral, no primeiro caso, ou seja, quando criadas por lideranças comunitárias, a criação ocorre no interior de outra associação pré-existente, que, geralmente, mobiliza as famílias na comunidade de atuação. Quando o número de famílias, por algum problema, não atinge o quantitativo mínimo para comprar uma dada propriedade, os convites são estendidos para as comunidades dos povoados adjacentes.

É comum nessa forma de mobilização a formação de novas associações, compostas por grande número de parentes e/ou relações de compadrio. Esta composição é potencial para o desenvolvimento das atividades no empreendimento. A criação das associações também pode ser fomentada por agente externo à comunidade e ligado ao fazendeiro. Verifica-se que quando uma associação é criada por outra pré-existente, mesmo que haja um fortalecimento do personalismo dos respectivos presidentes, há uma menor possibilidade de intervenção dos agentes imobiliários que realizam a intermediação entre os fazendeiros interessados em vender as terras e os trabalhadores rurais. Em ambas as origens, são realizadas reuniões com a PRONESE, cujo objetivo é a *qualificação* dos candidatos para o acesso aos créditos.

Outra constatação se refere à existência de um processo de *capacitação* prévia dos trabalhadores realizada, segundo os depoimentos, pela PRONESE. O relato de R. sugere que o conteúdo destas reuniões é centrado nos procedimentos financeiro-burocráticos, necessários à aquisição dos financiamentos. Não há reflexão sobre as condições materiais das famílias. Os gestores do programa podem promover, ainda, outros eventos voltados a difundir a concepção do programa, angariar apoios estruturantes que garantam a sua territorialização. Entre maio e junho de 2002, aproximadamente um ano antes da compra das primeiras fazendas na fase da *consolidação e diversificação* da RAM em Sergipe e visitas durante esta pesquisa, a PRONESE realizou 4 seminários regionais, com vistas a discutir a implantação e a execução do crédito fundiário no estado, em diferentes localidades a saber: em Salgado, na porção centro-sul do estado, no município de Itabaiana na zona do agreste; em Nossa Senhora da Glória, cidade polarizadora do alto sertão sergipano e Propriá no vale do São Francisco.

Participaram destes: lideranças de trabalhadores rurais, membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e secretários municipais de Agricultura do Estado de Sergipe (NEAD, 2002).

A distribuição espacial dos eventos demonstra uma estratégia espacial e escalar bem pensada de forma a contemplar/atrain as diferentes regiões do estado para a discussão do Programa. O público envolvido é aquele que tem a possibilidade de propagar a proposta local e regional, além de envolver diretamente os beneficiários. Na medida em que os gestores públicos, as lideranças comunitárias e outros sujeitos envolvidos no processo dispõem energia para concretizar a operação de compra e venda de terras pela RAM, e, criam outros espaços voltados ao convencimento dos camponeses na proporção que o pensamento difundido é incorporado pelos presentes e desencadeia ações positivas no sentido de ingresso, as idéias se territorializam, imaterialmente, o que poderá desdobrar-se na territorialização da RAM, mediante a implantação dos empreendimentos comprados pelos camponeses. A discussão da construção de territórios imateriais está estruturada no capítulo 5.

Em dois dos empreendimentos visitados, os relatos indicaram que a composição quantitativa da associação não é, em certa medida, determinada pela relação tamanho da área - condições edafoclimáticas - número de famílias. Os recursos financiados são liberados por família de forma que os projetos são elaborados priorizando a quantidade de famílias necessárias, portanto, de recurso disponível para totalizar o valor da propriedade resultante da *negociação* praticada entre camponeses e fazendeiros. No empreendimento de Salgado, o número de famílias da associação foi determinado pelo valor necessário para comprar a terra e construir a moradia das famílias, incumbindo estas de negociar a venda do imóvel pela dívida do fazendeiro. Já no empreendimento do município de Porto da Folha, esta definição foi *a reboque* do número de famílias e dinheiro suficiente para pagar o valor solicitado pelo fazendeiro, isto, apesar de aparente discordância dos gestores do programa, determinou a aquisição de um imóvel com área insuficiente para a reprodução das famílias mutuárias, conforme enfatizou R. em seu depoimento. Este último fato, em particular, revela a força que tem a realização da renda absoluta da terra no processo de territorialização da RAM, evidenciando que os camponeses mutuários têm pouco ou nenhum poder de escolha no território do mercado.

1.3.2. As lutas pela terra que antecederam os assentamentos de reforma agrária

Nos assentamentos de reforma agrária, advindos da luta pela terra, as associações de camponeses são criadas apenas posteriormente à entrada na terra, mediante a conquista do assentamento de reforma agrária. Seu objetivo *lato sensu* é organizar as famílias para debater, deliberar e encaminhar sobre diferentes questões da vida cotidiana, política, produtiva da comunidade que está em formação. Previamente à criação das associações, ocorre um processo de luta pela terra, que conduz ao dimensionamento do espaço de socialização política (FERNANDES, 1996).

No caso dos Projetos de Assentamento José Emídio dos Santos, 13 de Maio, Luiz Beltrano, 17 de Abril e Karl Marx, as diferentes dimensões do espaço de socialização política foram construídas partindo, inicialmente, da mobilização e da organização das famílias sem-terra, residentes em povoados e municípios próximos ou distantes das propriedades e/ou a transferência de famílias de outras ocupações que não deram certo em outras partes do Estado. Em seguida, procederam à realização de ocupações, manifestações em frente a latifúndios ou margem de rodovias, acampamentos e outras diferentes formas de luta e protesto até a conquista do assentamento.

Durante a realização das entrevistas, foi perceptível que a associação é um espaço político-organizativo comunitário fundamental e sua criação visa, principalmente, obter uma pessoa jurídica destinada à captação de investimos e à realização de projetos de desenvolvimento da comunidade. De modo que a referência organizativa principal é o MST, cuja organicidade¹² comporta, no seu interior, as brigadas, os grupos de famílias e as associações dos assentamentos. Por sua vez, a organicidade da associação de camponeses é formada após a conquista do assentamento ou até mesmo a criação de mais de uma associação, em um mesmo assentamento, depende do número de famílias; mas, sobretudo, da organicidade das famílias ao longo da trajetória de luta pela terra durante a fase do acampamento. Neste sentido, os depoimentos coletados apresentam mais aspectos da

¹² A cada média de 20 famílias, acampada ou assentada, forma-se um grupo de família. Deste deve ser indicado um coordenador e uma coordenadora. Esses representantes de grupo agrupados por área formam a coordenação dos assentamentos ou acampamentos. Essa coordenação comporá a formação das microrregionais que levam em consideração o agrupamento de aproximadamente 500 famílias. No agrupamento da microrregional se escolhe uma direção, dentre a qual, por sua vez será escolhida a coordenação estadual do MST-SE. Cada microrregional esta estruturando sua secretaria e setores. Destes é que são escolhidos aqueles que comporão a direção do Movimento. Atualmente em Sergipe são cerca de 26 microrregionais, 800 coordenadores e uns 70 dirigentes.

organização dos trabalhadores durante a luta pela terra.

O Projeto de Assentamento Karl Marx, localizado no município de Lagarto, resultou da ocupação de uma das fazendas da família Fraga (realizada no dia 15 de março de 2001, com 368 famílias mobilizadas através de trabalho de base nos municípios circunvizinhos de Poço Verde, São Domingos, Itabaiana e principalmente da periferia da cidade de Lagarto). Segundo a coordenação do assentamento, a fazenda reivindicada no passado dedicou-se à criação de gado de corte e encontrava-se improdutiva, desde que o patriarca da família faleceu. Relatou, ainda, que a administração do latifúndio esteve a cargo do atual secretário de finanças da prefeitura municipal de Lagarto, Paulo César Fraga. Após a ocupação, o acampamento, que foi batizado de Chico Mendes, foi territorializado na entrada da fazenda, mesmo local o qual, hoje, encontra-se edificada a agrovila do PA Karl Marx.

Naquele momento, o latifúndio encontrava-se sob o domínio apenas do vaqueiro que arrendava algumas áreas de pasto, a fim de garantir a sobrevivência da sua família, uma vez que, os proprietários não lhe realizavam os pagamentos cabíveis. Os trabalhadores permaneceram no interior da propriedade até 15 de maio de 2001, quando receberam uma ordem despejo. Neste momento, iniciou uma longa e incerta fase de idas e vindas. Estes negociaram com um fazendeiro de Lagarto, cujo imóvel encontra-se próximo ao latifúndio reivindicado, a permanência por um período no interior da propriedade. O mesmo cedeu uma área de cerca de um hectare por 3 meses para que as famílias armassem seus barracos, em troca, deveriam, ao final do prazo, replantar o capim que seria danificado.

Os sem-terra, sem ter para onde ir, avaliaram a proposta como justa e, assim, permaneceram até 15 de agosto de 2001. Nesta data, as famílias cumpriram o acordo e deslocaram-se para uma área de reserva integrante do PA Camilo Torres, também próximo da área contestada. Naquele local, passaram um ano e oito meses acampados. Em 17 de Abril de 2003, tiveram que se retirar da área e acamparam na Fazenda de Marta, próximo a Serra do Qui. Ficaram naquela área até a conquista do assentamento, em 15 de dezembro de 2004. Após longo período de idas e vindas, os trabalhadores decidiram demonstrar para a sociedade a vitória da sua luta pela terra. A memória da liderança local resgata que a entrada na terra foi antecedida de um ato político que mobilizou as famílias como, também, marcou posição frente à sociedade do município de Lagarto:

E aí no dia 15 nós fizemos uma passeata. Menino, caminhão, trator, carroça, os barraco tudo em cima, cachorro, gato, velho, tudo. Fizemos uma passeata. Do acampamento onde nós estávamos lá do povoado da Serra do Qui até a

cidade com a passeata, e viemos pra o lugar que... queria que fosse nosso, não, que *era* nosso, queria e é, que é hoje o Assentamento Karl Marx. Como a gente sabe que as áreas não dá o número de famílias que a gente gostaria que fosse comportado... Então hoje, nós temos aqui hoje, residindo, 40 famílias, e se você for somar em média 40 famílias, 4 pessoas por família, dá 160 pessoas hoje no assentamento, né. Quer dizer, uma terra que só era de um latifundiário, hoje comporta 40 famílias, E é uma diferença muito grande de 1 pra 40, não é? (Entrevista, J.E., 2007)

O Projeto de Assentamento José Emídio dos Santos, localizado no município de Capela, foi criado no dia 12 de dezembro de 2005, na área da antiga Usina Santa Clara, após 10 anos de ocupação na área. A ex-Sociedade Usina Santa Clara representou, desde o início do século XX até aproximadamente o final dos anos 80, o lócus da hegemonia açucareira sergipana (sob a ótica econômico-produtiva), sendo considerada uma das usinas mais importantes de Sergipe. Esta usina explorou a terra com o cultivo de cana-de-açúcar, voltado para o fabrico de açúcar em sua unidade industrial, desde o final do século passado até o mês de março de 1991, quando paralisou as atividades de renovação dos canaviais e desativou a unidade industrial, em função da eliminação dos incentivos governamentais ao setor verificados no Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). Também contribuiu para a desterritorialização, em sua face econômica, a reorientação da divisão espacial do trabalho no país, mediante a ascensão de novos grupos agroindustriais, no Sudeste do país, como também, de atritos entre os irmãos acionistas e outros familiares decorrentes do decurso de inventário desencadeado pelo falecimento do seu sócio majoritário.

No início da década de 1990, a Usina Santa Clara faliu e o imóvel Fazenda Santa Clara foi abandonado pelos seus proprietários. Em decorrência de tais acontecimentos, a Fazenda passou a ser utilizada apenas para pastagem de um pequeno rebanho de gado bovino com a velha finalidade de forjar o uso das terras. Este fato tornou a área ociosa e desencadeou a ampliação do desemprego na região. Os compromissos financeiros com seus funcionários permanentes que, desde 1988, não vinham sendo cumprido plenamente não foram quitados. Os débitos estendem-se, também, aos créditos captados junto ao Banco do Brasil, aos tributos devidos ao município, além de débitos para com a Receita Estadual e Nacional.

Essas dívidas promoveram a penhora do imóvel, e, posteriormente, o bloqueio de parte do recurso depositado, em juízo, para a desapropriação. O imóvel chegou a ir a leilão na cidade de Capela, em 1993, não obtendo a oferta mínima. Em novembro deste ano, pressionada pelo aumento vertiginoso do desemprego estrutural no município, a então prefeita do município solicitou à Secretaria de Estado da Irrigação e da Ação Fundiária a aquisição da fazenda para prover o assentamento de famílias de trabalhadores rurais. Esta, por sua vez, passou a atribuição para o INCRA, que realizou, no mesmo ano, a vistoria preliminar do imóvel, a qual constatou, pela análise das condições edafoclimáticas e dos Graus de Utilização da Terra - GUT (33%) e de Eficiência na Exploração - GEE (49%), que a propriedade era extremamente viável para a prática agrícola, embora não estivesse cumprindo com a sua função social, sendo, dessa forma, classificada como Grande Propriedade Improdutiva e viável para assentamento de 220 famílias de trabalhadores rurais.

Nesse contexto, cientes da condição de improdutividade do imóvel e perante a brutal elevação do desemprego, da pobreza, da fome e da miséria na região, o MST desencadeou o dimensionamento do espaço de socialização política, que culminou em uma assembléia com milhares de pessoas, durante dois dias no Ginásio de Esportes da cidade de Capela, na qual as famílias

...deliberaram pela ocupação imediata da Usina Santa Clara. Na manhã do dia 28 de Novembro de 1995, 800 famílias¹³ partiram do Ginásio SESI no município de Capela, caminharam cerca de 10 quilômetros pela rodovia SE-422, até a sede da Usina Santa Clara. Além do MST e padre Gerard que puxavam, respectivamente, palavras de ordem e cânticos religiosos, ambos entoados com veemência ao longo do caminho por homens e mulheres, adultos, jovens, crianças e idosos, também caminharam junto com as famílias os Sindicatos de trabalhadores rurais de Japarutuba, Carmópolis, Rosário do Catete e de Nossa Senhora das Dores. (RAMOS FILHO, 2002, p. 84)

A memória de M., dirigente estadual do MST – Sergipe e participante da coordenação da ocupação em 1995, é elucidativa do que representava a ocupação da Usina Santa Clara para a organização e os sentimentos dos sem-terras, em luta pela sua (re)territorialização:

¹³ Há divergências entre este número. Um dos coordenadores da Santa Clara fala em 822 famílias, outro se refere a um número que varia de 800 a 1000 famílias e o Padre Gerard, que também participou da ocupação, lembra de 250 famílias. O INCRA relata 800 famílias. Muitos acampados, que participaram daquele ato, falam em 800 famílias. Considerando a maior incidência no número de 800 famílias, indicada pelo conjunto dos acampados e registros do INCRA, acatamos, neste trabalho, tal quantidade de famílias na ocupação inicial.

...quando a gente conversava com as famílias aqui em 95, até chegar a desembocar a ocupação em novembro, pra gente seria uma questão assim... muito importante a gente fazer uma ocupação importante como era a da Santa Clara, na zona canavieira e num latifúndio improdutivo que era da família dos Barretos, não é? Uma família que era uma família de Coronel respeitado aqui na região e a gente, então, encaminhou essa ocupação. Muita gente passou por aqui, muitas famílias desistiram... Nós entramos aqui, eu lembro, no dia 27 de novembro pela manhã quando a gente marchou [...] do Ginásio de Esportes ali de manhã, e vinha gente que desistia na estrada, dava frio na barriga... Porque todo mundo que vinha na estrada parava e dizia: “Vocês são doidos? Vocês vão lá, é?! Eles tão lá com capanga, pistoleiro lá na Usina, tudo lá. Se chegar lá morre todo mundo, não se escapa um.” Aí algum desistiu no caminho, mas a gente foi. E naquele momento era importante e encorajava o pessoal porque Déda marchou junto com nós aqui, a prefeita de Capela na época, Léia, na época de apoio, de um apoio muito grande. Aí marchou com nós lá Déda, o padre Geraldo e Zé Eduardo, até próximo. “Aqui, como a gente... somos políticos e nós não pode estar entrando lá dentro junto com vocês, mas aqui a gente dá um abraço de despedida e vocês entram pra lá e nós vamos apoiar no que puder.” E nós entramos pra dentro da área e ficamos lá. Era engraçado. Aí quando era no outro dia de manhã, quando a gente fez o cadastro tinha 811 famílias que toparam chegar até lá. E montamos os barracos, cadastrou as famílias... Tinha gente de Dores, Capela tinha muito pouco... Por causa do medo também das pessoas, muita gente daqui também trabalhou pra eles e infelizmente na consciências das pessoas carentes eles acham que fica devendo favores, porque trabalhou na Usina e tal... (Entrevista, M., 2007).

Essas famílias instalam-se no interior da propriedade, amedrontando funcionários e jagunços da fazenda, ainda que fortemente armados. Com a ocupação, uma série de embates e articulações políticas passou a se dar no espaço. Os proprietários, objetivando garantir a manutenção da referida Usina, ajuizaram, na 2ª Vara Federal de Sergipe, a Ação Cautelar Atípica contra o INCRA (processo nº 95.4982-1), e, assim, exigiram tratamento de “Sociedade Usina Santa Clara” e não “Espólio de Ariosvaldo Barreto” (liquidado em favor do proprietário), a Ação Ordinária de Revisão Cadastral e da Exclusão de Desapropriação (processo n.º 95.5396-9); na qual se afirmava que a propriedade sempre foi produtiva e, baseando-se no Estatuto da Terra, defendeu-se que a área não era passível de desapropriação por se tratar de uma Empresa Rural. Tais argumentações expressam um caráter ardiloso, à medida que são anacrônicas, pois sua fundamentação deu-se, em conceito da Lei que não mais vigorava no país à época, o Estatuto da Terra, mas sim, o previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei infraconstitucional nº 8.629/93. Como reação à ocupação das terras, o latifundiário colocou de prontidão seus jagunços, que encerraram por assassinar, em 14/04/96, um trabalhador rural membro do movimento de ocupação, e, ainda,

ajuizou, no poder judiciário local, a Ação de Reintegração de Posse x MST (processo nº 97.00000026-5).

Assim, as duas ações (Ação Cautelar Atípica contra o INCRA e a Ação Ordinária de Revisão Cadastral e de Exclusão de Desapropriação) marcaram apenas o início de uma longa batalha judicial, travada ora entre a referida Usina e o INCRA, ora entre a Santa Clara e o MST. Revelam o ilimitado poder político e econômico do latifundiário e a parcialidade do judiciário, que, com celeridade, garante o uso indevido da ação possessória ao emitir sentenças favoráveis à Ação de Revisão Cadastral, cujas argumentações beiram o absurdo, além das Liminares de Reintegração de Posse contra os trabalhadores. Esse processo exemplifica, portanto, uma das dimensões do histórico processo de judicialização da questão agrária, que se expressa, também, através “do despejo dos interesses e dos privilégios dos latifundiários, em detrimento da vida dos trabalhadores” e do “não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito (FERNANDES, p.36, 1997).”

A judicialização da Usina Santa Clara deve ser compreendida também como uma estratégia para reverter a franca desterritorialização desse grupo capitalista, verificada no contínuo de processo de perda do controle político e do espaço físico e concreto da propriedade, uma vez que o controle econômico já se encontrava decaído há mais tempo. Enquanto o grupo usineiro utilizava-se de tais meios para garantir a posse da terra, agravava-se a questão social no município e sua circunvizinhança diante do incremento do desemprego, proporcionado pela desativação do parque açucareiro ali localizado.

Para Raffestin, o poder visa ao controle multidimensional sobre o homem e sobre as coisas. Permeia todas as relações e mobiliza uma combinação variável de energia e informação (RAFFESTIN, 1993, p. 52-55). É, portanto, o conhecimento da condição de improdutividade do imóvel que desencadeia o trabalho de base para a organização e a mobilização das famílias de trabalhadores rurais sem-terra para a ocupação da Usina Santa Clara. Este combinado com a energia (o ato e o processo de ocupar) altera a dinâmica espacial, até então vigente.

Os trabalhadores, após “cortarem a primeira cerca da questão agrária”, proposta por Fernandes (1997), naquele momento, depararam-se com a cerca do Judiciário. Com a ocupação, os trabalhadores passaram a chamar a atenção da sociedade para seu problema e a utilizaram como mecanismo de pressão junto ao Estado e Judiciário. A dinâmica territorial da Usina Santa Clara passou a ser alterada, juntamente com suas redes instituídas e respectivas relações de poder. Diante dessa conjuntura para manter seu poder sobre a propriedade, o inventariante, além de conseguir judicialmente o despejo dos sem-terra, recorreu à violência direta caracterizada pelo uso do aparato repressivo dos seus jagunços, que impuseram o terror perante as famílias acampadas. Neste período, ocorreu o assassinato de um sem-terra (o primeiro morto nas lutas no campo implementadas pelo MST, em Sergipe), em Abril de 1996. Indubitavelmente, o assassinato do acampado nas terras da tradicional Usina intensificou a atuação do MST e seus mediadores, junto ao poder executivo, na busca da reforma agrária. Conquistando assim, em 24 de julho de 1996, o decreto presidencial que declarou o imóvel denominado Usina Santa Clara de interesse social para fins de reforma agrária, bem como, o abrandamento das ações do poder Judiciário, no que tange a emissão de liminares de reintegração de posse em favor do grupo latifundiário.

Percebe-se que, a partir de então, gradativamente, o ex-usineiro enfraqueceu-se diante da derrota junto ao poder executivo, e, dessa forma, foi perdendo, para o MST, o controle multidimensional do imóvel e foi se desterritorializando. Entenda-se a desterritorialização, no sentido sugerido por Corrêa, como: “... perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território” (CORRÊA, 1994, p.252). Sua trincheira de luta para manter a propriedade das terras ou conseguir um melhor preço na indenização delas passou a ser somente o poder Judiciário.

Contudo, não se pode afirmar que houve uma concomitante falência desse grupo econômico, pois o grupo ex-usineiro reterritorializou suas práticas capitalistas em outras atividades produtivas como: fazendas pecuaristas, posto de combustível e empresas distribuidoras de alimentos e bebidas. Frente a esta conjuntura, os sem-terra, reunidos em assembléia, reafirmaram seu objetivo de conquista da posse da terra. Concluíram que a luta deveria prosseguir no interior da propriedade e não mais na margem da rodovia, como se encontravam há 15 meses, assim como, identificaram o momento como oportuno para a (re)ocupação da propriedade. Ignorando a presença dos jagunços, novamente entraram na

sede da fazenda e ocuparam a “Casa Grande”, habitação que funcionava o escritório gerencial da Usina, araram a terra e iniciaram o plantio.

É a partir dessa apropriação, ainda em caráter efêmero e incerto do espaço, que se verificou o início da reterritorialização dos trabalhadores na fazenda, firmando, assim, os limites do Acampamento Santa Clara. A desterritorialização do grupo usineiro limitou-se, inicialmente, à perda do controle produtivo da sede da fazenda. Porém, continuou utilizando as pastagens em outras partes da propriedade, como na antiga Fazenda Junco. Naquele local, a manutenção de algumas poucas cabeças de gado bovino servia, unicamente, como um alibi para justificar a utilização agrícola da propriedade, monitorar as ações dos sem-terra e estabelecer um controle do acesso à fazenda. Diante deste panorama, os coordenadores do acampamento perceberam a necessidade de expandir a área ocupada, para, definitivamente, tomar para si o controle político-espacial de toda a área da fazenda, em detrimento do latifundiário.

Em meados de 1999, com a demonstração de acúmulo de forças, os sem-terra prosseguiram a luta construindo o Acampamento Analício Barros, com 105 famílias transferidas de uma ocupação mal sucedida na Grande Aracaju, e ergueram o Acampamento Junco, com cerca de 40 famílias de filhos de acampados que, posteriormente, foram substituídos por ex-funcionários da Usina, que, ainda, encontravam-se desempregados e passando necessidades. Feito isso, os camponeses passaram a controlar todos os acessos da Fazenda Santa Clara, em detrimento do grupo latifundiário, até a conquista definitiva do Projeto de Assentamento José Emídio dos Santos, em 12 de dezembro de 2005. Em virtude do longo tempo de ocupação, do sistema agrário predominante na microrregião, da potencialidade das terras, esta área, na atualidade, é considerada, simultaneamente, um desafio e uma referência para o Movimento. Para fins conclusivos neste subcapítulo e exemplificativo disto remeto o leitor à avaliação do atual coordenador político do assentamento:

...Então a justiça emitiu e o INCRA deu posse. No dia 09 à tarde, às 2 horas então o INCRA veio e nós gravamos as palavras de Fontinelli quando ele emitiu aos trabalhadores a posse. E daí teve uma definição do Movimento e foi pedido pra eu vim pra cá, que eu tava no sertão, e aí a direção fez uma avaliação e pediu que eu viesse praqui com... com... por três motivos importantes: primeiro porque tinha sido um assentamento muito sofrido, uma luta de 10 anos, tinha muito problema interno de organização, de convivência com as famílias... Porque pelo longo tempo, muita gente pelo cansaço desistiu e houve uns problemas de organização interna com pessoas

que trouxe problemas pra nós... Então, segundo, é um assentamento prioritário pra nós e aí queríamos que discutisse melhor a parte de organização da produção e a organização política do assentamento. E aí... terceiro é porque é um assentamento que tem aqui dentro da região canavieira e que a gente não vamos poder evitar também que se produza cana. Porque nós não somos contra a produção da cana, nós somos contra o processo de... de financiamento, de industrialização da cana dentro do agronegócio. Aí então a gente fez toda essa discussão e aí montamos uma equipe de companheiro militantes aqui pra poder fazer essa discussão com as famílias. E aí entra a parte da questão da organização (Entrevista, M., 2007).

O Projeto de Assentamento 13 de Maio, localizado no município de Japaratinga, foi criado no dia 31 de março de 2004, mediante conquista de desapropriação da Fazenda Cabral e assentamento de 41 famílias. Com uma área de 482,33 hectares, pertenceu à tradicional família Cabral que praticou, por longo período, o cultivo de cana voltado à produção de açúcar. O desencadeamento da sua ocupação ocorreu em face da constatação, por parte dos líderes camponeses, da condição de subutilização das terras e descompromisso do proprietário em reverter este quadro. Interpretando as memórias do líder local sobre o processo de escolha da área para realizar a ocupação, constata-se a existência de concepções opostas acerca da finalidade da terra que se confrontam, permanentemente, na disputa espacial. Enquanto os camponeses têm a preocupação de realizar o uso produtivo da terra, produzindo alimentos e criações gerando trabalho e renda no município, o latifundiário concebe a propriedade da terra como reserva de valor, voltado para a especulação e reserva patrimonial familiar. Em relato de E.P.S., afirma-se que:

...essa fazenda, em 2000 nós passamos por aqui, vindo da Santa Clara [usina ocupada no município vizinho de Capela, que originou o assentamento José Emídio dos Santos] ... E aqui o fazendeiro não trabalhava, não fazia nada, não tinha nada. Tinha um gadinho, tal, uma criação de ovelha mais ou menos boa... Mas só que a terra tava toda parada, criada aí... a ver navios. Aí eu conversando com o companheiro Zé Roberto eu disse: “Zé Roberto, olha aí, que tal a gente passar aqui e fazer uma bela de uma ocupação?” Demos risada e fomos conversando, fomos até a Santa Clara. Aí ele disse: “Rapaz, tá aí um caso pra se pensar.” Aí a gente... desse dia pra cá surgiu a idéia da ocupação, por conhecer a fazenda, porque somos filho da região, e... o potencial da terra, que é muito bom... Depois disso ainda, fomos conversar com o fazendeiro falamos pra ele... “Porque o senhor não faz um plantio aí pra que dê trabalho pro pessoal da região?” Isso foram palavras dele: “Essa porra aqui não é meu não, essa porra aqui é de herança.” “Então, quer dizer que o senhor não tem interesse em plantar, em fazer nada naquela terra?” Ele disse: “Rapaz, eu já tô velho, isso aí é pra nós anistiar e repartir entre os irmãos pra ver o que é que vai dar.” Nós nos calamos e partimos pra... Foi aí que surgiu o interesse da ocupação. (Entrevista, E.P.S., 2006)

O controle monopolístico e improdutivo da terra gera e agrava as desigualdades sociais, delimitando a conjuntura propícia para o desencadeamento de conflitos territoriais. Estamos diante da oposição, ou melhor, do confronto da terra de trabalho à terra de negócio. Neste contexto, os trabalhadores desencadeiam o dimensionamento do espaço de socialização política, mediante à realização de mobilização de famílias originárias de municípios e/ou outras ocupações de terras do estado. Assim, relata E.P.S:

Convidamos um pessoal da cidade, um grupo de 47 famílias aqui da cidade e, na verdade, desses 47 ficaram apenas 6. 1 ano e 7 meses de ocupação ficamos ali na beira da BR [101]. Eu não estava, porque eu era acampado ali na Usina, mas o pessoal dos que nós cadastramos pra ficar, só ficou 6. Porque devido a demora... Porque foi quase dois anos esperando, o frio, o sol, a fome, a necessidade de medicamento... A falta de assistência como um todo. Aí muitos desistiram. Eu tenho aqui o Almeida, o Pedro, Raimunda, Dái e outro, mais três companheiro dos que iniciaram a luta. Daí pra cá a gente... seguimos aquela meta de não ocupar, ficar organizados sem fazer ocupação direta. Pronto, ficamos esperando. (Entrevista, E.P.S., 2006)

O assentado P.N. complementou a informação sobre a mobilização para a ocupação da seguinte forma:

O pessoal ia na cidade [...] então descobriram que a propriedade estava improdutivo. Companheiro [Zé] Roberto o articulador primeiro, então ele convocou para uma reunião. (...) E aí começou o primeiro passo, vieram primeiro a turma de Japarutuba, depois vieram uma turma que eram acampado na margem da BR de Propiá, depois vieram o filhos dos assentados de São José [...] os filhos dos assentados do [PA] Ivan Ribeiro [assentamento no mesmo município da ocupação] vieram os casados e que não tinha lote lá [localizado no mesmo município] (...) e quanto foi para receber a posse nós recebemos mais gente do acampamento Santa Clara [localizado no município, Capela] (Entrevista, P.N., 2005)

Diante da explicitação por parte do proprietário de possuir a fazenda como instrumento de rentismo fundiário e não viabilizar ações produtivas, urgiu-se o desencadeamento do conflito para denunciar à sociedade e ao INCRA o descumprimento da lei e a necessidade de realização da reforma agrária na área. Além disso, a Fazenda Cabral, localizava-se na zona da mata do Baixo Cotingüiba, zona de extrema desigualdade social, pobreza e miséria no campo e na cidade, causada pela histórica concentração fundiária, e o predomínio, por décadas, do modelo produtivo açucareiro de larga escala. Em princípios dos anos 90, a modernização e a ascensão do setor sucro-alcooleiro paulista levaram a decadência deste setor, nesta zona, a exemplo da falência das Usinas Santa Clara e Vassouras, localizadas

no município de Capela. Decorre disto, a proliferação do desemprego na região, a refuncionalização das terras que passam por processos de pecuarização e de pastiginização. Com a elevação das desigualdades, ocorre a organização dos excluídos do campo em ocupações de terras e a exigência de realização da reforma agrária.

A manifestação na frente do imóvel e a ocupação da rodovia do imóvel ocorreram, no dia 15 de maio de 2002, sob a vigência da Medida Provisória nº 2.183-56 de 2001 (conhecida como MP das Ocupações), promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme mencionado alhures, tal medida impedia a vistoria e a desapropriação dos imóveis ocupados e excluía, da reforma agrária, as pessoas envolvidas nestes atos. Portanto, as famílias, em luta contra o latifúndio, atualizaram a metodologia de luta diante da conjuntura desfavorável, não cortando a cerca do imóvel. Dessa forma, as 47 famílias acamparam [segundo Relatório Sintético dos Conflitos, fornecido pelo INCRA-SR 23, em 23 de dezembro de 2003, havia 32 famílias no acampamento] entre a cerca do imóvel contestado e a rodovia BR da BR-101 norte, especificamente, defronte ao trevo de entrada para o município de Japaratuba e principal acesso ao litoral norte de Sergipe.

Nesse contexto estrutural foi que o MST mobilizou filhos de camponeses de Japaratuba, deslocou alguns acampados da numerosa ocupação da Usina Santa Clara (discutida anteriormente), e acampados no município de Propriá. A transferência das famílias acampadas ocorreu, considerando a existência nestas áreas de número maior de famílias que a capacidade de assentamento das áreas, transferindo-se, então, àquelas que apresentavam maior tempo nos acampamentos e tinham papel de destaque na organicidade local e da organização camponesa.

Por sua vez, o PA Ivan Ribeiro, localizado em Japaratuba, distante do PA 13 de maio cerca de 10 quilômetros, foi criado, em 05 de março de 1990, para assentamento de 43 famílias. Ao longo dos aproximadamente 12 anos de assentamento, a evolução geracional demonstrou a insuficiência de terra para subsistência e geração de renda para os filhos dos assentados e suas respectivas famílias constituídas. Demonstrando que a política de reforma agrária do momento e as condições de criação do assentamento desconsideraram a evolução do núcleo familiar a médio e longo prazo e buscou solucionar o conflito, apenas, em curto prazo. Esta concepção é uma permanência na política agrária atual e merece correção imediata, sobre pena dos assentamentos de reforma agrária se esgotar em curto período.

No Projeto de Assentamento Luiz Beltrano, a ocupação do latifúndio Fazenda Poço do Capim, de propriedade do médico Marcelo Lisboa, foi realizada dia 05 de outubro do ano 2000, por 43 famílias [segundo Relatório Sintético dos Conflitos, fornecido pelo INCRA-SR 23, em 23 de dezembro de 2003, havia 32 famílias no acampamento], originárias dos municípios de Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória e do povoado Barra Nova. A memória dos assentados revela que a realização da ocupação foi motivada pelo suspeita pela condição de improdutividade do imóvel deflagrando, a partir do espaço de luta e resistência, a realização de vistoria da propriedade realizada pelo INCRA, que revelou a condição de improdutividade do imóvel e sua viabilidade para a criação de assentamento de reforma agrária.

Contudo, “...Aí... que manejo de latifundiário, né... Só as negociações... Aí ele conseguiu remanejar, guardar um pouco da vistoria que foi feita lá com o INCRA, foi feita a vistoria e deu improdutiva, mas por motivo de ele ter um médico conhecido socialmente...(Entrevista, J., 2006)”. Escondendo o resultado da vistoria o latifundiário articulou com a associação comunitária dos trabalhadores rurais do povoado Mandacaru, localizado nas imediações da fazenda, a venda da propriedade pela linha de financiamento Banco da Terra. Segundo J.,

Geralmente eles procurou a Associação do Mandacaru, né. Aí a Associação do Mandacaru procurou os grupo deles. Os sócios, da associação. Então teve lá, a negociação com o fazendeiro, com o rapaz de Glória, que faz o projeto, elabora o projeto, aí apresentaram pra outras pessoas pra poder é... assim que houvesse a negociação pelo Banco Terra, eles tomariam conta da área, né, e nós praticamente tinha que sair (Entrevista, J., 2006)

Não obtendo êxito na venda pelo Banco da Terra, o latifundiário tentou realizar a venda pelo Crédito Fundiário. Desta vez, a venda não logrou êxito, tendo em vista dificuldades encontradas na própria associação do Mandacaru. Buscou-se, portanto, outra associação, mas, “... foi quando nós resistimos a luta, né, conquistemos, e não demo sucesso pra ele, né. Foi depois que veio o Crédito Fundiário, né, o Banco Terra. Mas aí procurou outra associação, porque não deu certo com a do Mandacaru. Aí também o Crédito Fundiário não teve sucesso, porque nós resistimo na luta (Entrevista, J., 2006).”

As memórias da luta pela terra, apresentadas acima, são reveladoras de que os trabalhadores, ao realizar a luta política para entrar na terra, precisam romper a primeira *cerca da questão agrária*, mediante a realização das ocupações, necessitam *romper a cerca do judiciário*, conforme demonstrado nas lutas para a conquista do PA José Emídio dos

Santos, e, mais recentemente, têm que romper, ou melhor, manterem-se vigilantes para evitar que seja erguida *outra cerca contra a reforma agrária*, configurada pela apropriação das políticas fundiárias neoliberais de que trato ao longo deste documento. O depoimento revela, ainda, que, neste processo, os latifundiários contam com sujeitos que podem articular as comunidades, e, diante da falta de qualificação dos trabalhadores, podem elaborar os projetos de compra. Certamente, estes sujeitos prestam serviços particulares, cujos *pro labores* devem ser pagos com parcela dos recursos repassados também para a compra do imóvel e/ou para a construção da infra-estrutura comunitária recaindo, portanto, sobre os trabalhadores.

A contestação do latifundiário, junto ao judiciário, ocasionou o despejo das famílias aproximadamente dois anos após a ocupação. Com este ocorrido, as famílias não mais regressaram para o interior da propriedade, até a sua desapropriação e a imissão do INCRA na posse do imóvel em virtude de, após a execução da liminar de reintegração, por estar vigorando a MP das Ocupações. Todavia, as famílias resistiram acampadas ao lado da rodovia estadual que dá acesso ao latifúndio até a conquista do Projeto de Assentamento Luiz Beltrano, com área de 536,28 hectares, no município sertanejo de Nossa Senhora da Glória, que beneficiou 20 famílias, em 14 de abril de 2005.

Nos dois casos, PA 13 de Maio e Luiz Beltrano, as famílias desencadearam uma situação conflitiva com os latifundiários, a fim de denunciar para a sociedade e exigir do INCRA a realização dos trâmites legais de vistoria e desapropriação em caso de comprovada a improdutividade. Uma forma de luta comum nos dois conflitos fundiários foi a necessidade que os sem-terra tiveram de atualizar a forma de luta, em virtude da vigência e aplicação pelo governo federal da MP das Ocupações. Enquanto no acampamento da Fazenda Poço do Capim, os trabalhadores tiveram que alterar a tática de resistência durante o processo de luta. Na Fazenda Cabral, estes sujeitos não realizaram a ocupação direta da propriedade, pois a condição de improdutividade do imóvel foi denunciada pelos trabalhadores sem-terra, já no momento em que vigorava a MP das Ocupações. Esta atualização perpassa a supressão da ocupação direta do latifúndio e instituiu a edificação dos acampamentos fora dos limites do latifúndio, dificultando o exercício da pressão sobre os latifundiários, Estado, INCRA e Judiciário.

Esta metodologia não ocorreu de forma isolada nestes imóveis. Trata-se da adoção de uma tática nacional de luta pelo MST, e, em Sergipe, os acampamentos foram construídos às margens das rodovias estaduais e federais. Quando João Alves Filho assumiu o governo de Sergipe em 2003, determinou que todos os acampamentos nas margens das rodovias estaduais fossem destruídos, para tanto, utilizou-se do aparato da polícia militar e das máquinas do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER), conforme discutido no subcapítulo 1.1..

Estes dois acampamentos foram uns dos poucos que não foram violentamente destruídos e incendiados a mando do governador. Isto se deve, porque o acampamento “Luiz Beltrano” localizava-se em uma estrada vicinal de pouco fluxo no sertão sergipano e o 13 de Maio, dentre outras questões, porque estava em rodovia federal (BR-101 Norte), fora da jurisdição do DER. Mesmo que este, com uma localização estratégica (bem em frente ao trevo que dá acesso à cidade de Japaratuba e às praias do litoral norte sergipano), provocasse um choque entre os que passavam pelo local, despertando, assim, reações de apoio e repúdio.

Outra ocupação que seguiu a mesma metodologia, em virtude da conjuntura política e ordenamento jurídico, foi na Fazenda Vera Cruz, localizada às margens da BR – 101 - Sul, município de Estância. Segundo liderança do MST, no dia 13 de abril de 2003, aproximadamente 700 famílias vindas de diversos municípios do centro-sul sergipano e da capital Aracaju acamparam nas margens da rodovia para denunciar a improdutividade do imóvel. No ínterim da ocupação, a edificação do acampamento Geraldo Garcia, como ficou conhecido, e os trâmites legais do INCRA para proceder a vistoria do imóvel, os sem-terra descobriram que a proprietária da Fazenda Colina do Sol, localizada vizinho ao acampamento às margens da rodovia, estava articulando a negociação deste imóvel pelo crédito fundiário a uma associação formada por 40 famílias. Provavelmente, a proprietária, ao deparar-se com um acampamento de sem-terras, vizinho ao seu imóvel e temendo sofrer pressão semelhante, decidiu vender a propriedade por uma política fundiária, cujo pagamento é realizado à vista, ou seja, adotando uma política pública como tática para fugir da ameaça da desapropriação.

Diante desta situação, o então coordenador do Acampamento Geraldo Garcia tratou de mobilizar e organizar as famílias. No dia 17 de Abril de 2004, as famílias realizaram a ocupação na frente da Fazenda Colina do Sol, passando a pressionar o INCRA para a realização da vistoria e a desapropriação para fins de reforma agrária. Criando, assim,

através do conflito, um fato político, que foi relatado da seguinte maneira:

...a dona daqui tava querendo vendê pra associação. Foi...quando eu descobri que ela tava vendendo pra o crédito fundiário eu aí articulei o pessoal pra nós ocupá. Porque se nós ocupasse num vendia mais porquê, estaria o Movimento Sem Terra [...] convidei no dia 16 de abril, eu convidei os companheiro, porque o dia 17 de abril eu queria fazê essa ocupação porquê foi o Massacre do Eldorado dos Carajás. Você sabe né. Aonde morreu vários companheiro nosso do Movimento Sem Terra, né. [...] eu queria fazê uma homenagem linda, bunita. Aí eu digo...Chegou a hora deu fazê minha homenagem...Aí convidei os companheiro, nós chegou...aí nós viemos. No dia 17 de abril, 6 da manhã a gente entremo aqui, 106 famílias. Entremo aqui e fizemo essa ocupação aqui. Pena que nós ficamo só 3 dias aqui. Após de 3 dias a Justiça veio, deu liminar de despejo, nós se retiremo da área. Os companheiro ficou aflito, eu peguei os companheiro...peguei 30 companheiro e botei na beira da pista...Aqui nós tava em 106, aqui dento, né. Só que as 106 era o reforço. (Entrevista, J.R.P.L., 2007)

A manifestação criou um fato político, exigindo a vistoria do imóvel, que constatou a improdutividade da fazenda, seguida da sua desapropriação para fins de reforma agrária, e, também, culminou na criação do Projeto de Assentamento 17 de Abril, no dia 10 de maio de 2005. Efetivamente, as fazendas vizinhas Colina do Sol e Vera Cruz eram, na localidade, a expressão do latifúndio improdutivo. A sagacidade e a organicidade, norteadas para a luta política dos trabalhadores, impediram a efetivação da transação pelo crédito fundiário e a consolidação de uma ação contra-reforma agrária, mediante a venda do latifúndio pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Vejamos como se colocou J.R.P.L. a esse respeito:

Deu improdutiva e aí a preferência de se chamasse, pra quem tivesse debaixo de uma lona. Por isso que nós ganhamo, por causa disso. Eu tive grande sabedoria nesse momento, quando eu descobri...eu fiz reunião...quando eu fiz reunião, no dia seguinte, com a associação aqui nessa fazenda eu descobri que a fazenda não, era improdutiva. Nós tinha que ganhá a fazenda, de todo jeito! Eu digo, não vou perdê essa fazenda! Aí quando eu ocupei essa fazenda, foi que, quando foi pra o INCRA, o INCRA mandô pra Brasília e nós ganhamu a fazenda. Ainda tive o bom senso, né. Porque eu num podia também pegá o pessoal do crédito fundiário e botá aqui. Foi obrigado eu pegá só um companheiro do crédito fundiário, hoje tá aqui dento.

[...]

A véia lutô, lutô, lutô até que um dia chegou o momento da Justiça...Aqui foi com 6 mês foi desapropriada pra gente. Aí eu fiz uma seleção e hoje nós temos aqui 30 famílias beneficiadas pelo INCRA, com casa com água, que cê vê aí. Tem águas, foro beneficiado cum gado, cum casa, cum carroça, cum burro. (Entrevista, J.R.P.L., 2007)

Contudo, neste íterim, de acordo com os relatos dos acampados, enquanto os trabalhadores prosseguiam o acampamento inicial, os latifundiários realizaram a divisão da Fazenda Vera Cruz em duas glebas: uma de mesmo nome e a outra batizada de Fazenda Planalto, em uma manobra artilosa para fugir do avanço da reforma agrária. O acampamento inicial multiplicou-se em dois, passando a reivindicar, agora, as duas propriedades conforme se pode visualizar na figura 8 que registra a estrada vicinal que limita os dois imóveis, captura a disposição espacial dos dois imóveis e os respectivos acampamentos: à esquerda da foto, está o acampamento da Fazenda Planalto em negociação pelo crédito fundiário e, à direita, o acampamento que reivindica a desapropriação da Fazenda Vera Cruz. Ainda, segundo os acampados no Geraldo Garcia, o INCRA realizou os estudos de produtividade e constatou que a Vera Cruz era improdutiva e passível de desapropriação para fins de reforma agrária e a Planalto apresentou dimensões inferiores ao mínimo necessário para os procedimentos desapropriatórios.

FIGURA 8 – ESTRADA VICINAL QUE CORTA O ACAMPAMENTO GERALDO GARCIA



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, 2007)

Dessa forma, o espaço de luta resistência, constituído com o Acampamento Geraldo Garcia, prosseguiu, desde então, reivindicando a arrecadação dos dois imóveis. O latifúndio pela reforma agrária, mediante a resistência na luta pela terra pela desapropriação da Vera Cruz, enquanto parte dos sem terra continuaram reivindicando à PRONESE a compra da Planalto, através do crédito fundiário. Durante visita à localidade, encontramos posturas ambíguas das famílias que utilizam, como tática para entrar na terra, a ocupação e o cadastro de um membro da família na ocupação que reivindica a reforma agrária, enquanto outro membro se mantém cadastrado e ocupando a área solicitada para a aquisição pelo crédito fundiário.

A fragmentação do imóvel Vera Cruz conduziu, também, à fragmentação do movimento de luta pela terra na localidade. É bem verdade que as divergências entre militante da frente de massas J.R.P.L. e a direção do MST deixaram as famílias um pouco desorientadas com relação a que rumo seguir na luta pela terra, uma vez que o sujeito, que realizou a liderança das famílias, foi excluído da liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Falando sempre em primeira pessoa, personalizado o que anteriormente representava ação coletiva de um movimento socioterritorial, J.R.P.L. mantém sob sua influência algumas famílias no Assentamento 17 de Abril de dois dos três agrupamentos de famílias no Acampamento Geraldo Garcia, contando com maior base entre o grupo que reivindica a compra da Fazenda Planalto.

Na ótica de alguns camponeses acampados, que vivenciam, cotidianamente, a fome e a miséria, o calor, o frio, a chuva e todo tipo de privações, pouco importa qual será o mecanismo de entrada na terra, o sonho é a entrada na terra de trabalho, para quanto antes poder realizar ações no sentido de superar sua condição. Na minha avaliação, esta postura, de certa forma ambígua, decorre da morosidade da reforma agrária, das privações, instabilidades e incertezas vividas cotidianamente nos acampamentos, e, principalmente, da fragmentação do poder político na localidade. Mas isso não é tudo nesta complexa conjuntura, vejamos os depoimentos a seguir:

Pois reuniu tudo, fez associação... Mas só que tinha uma associação antes da gente entrar, uma associação feita aqui há muitos anos pra entrar aqui, mas não entraram. Como a gente entrou na associação, fez a associação, aí ficou aquele rém-rém-rém, né? Eles queria entrar, porque foi primeiro, aí fizeram um acordo no INCRA, aí tirou 12, era 24 ficou 12, botou 12 do lado do Calombê, pra ficar unido. Os doze veio pra cá, e os 12 do Colombê entrou na associação, ficou 24 pessoas (Entrevista, R., 2007).

Por sua vez, J. relata que,

...Era vinte pessoas aquilo lá da associação. Tinha essa outra associação do lado do Calumbi que era aqui dentro também, e era aquele jogo de empurra, aquele vai-não-vai, vai-não-vai, e eles queria passar a mão desse lado, porque eles já tavam na frente, e era aquela confusão toda... Aí até que a gente foi lá no INCRA e lá resolveu, pra botar 12 daqui e 12 da outra parte dela. Aí combinou isso. Já tinha 20 desse lado, saiu 8, ficou 12. Eu fiquei. Só que aí chegou o cara aí e ele mesmo disse: “Você é quem sabe, se quiser passar pro Movimento Sem Terra, passe.” Porque tinha a associação... Aí eu fiquei, fiquei, fiquei e depois eu passei isto aqui pra minha menina, uma menina que eu tenho, uma senhora, já casada. Isso aqui é dela, mas só que ainda isso aqui, só bota isso aqui pro nome dela quando sair tudo, resolverem todos os problema (Entrevista, J., 2007).

Os depoimentos, arrolados acima, demonstram duas questões. A decisão dos camponeses de continuar na terra reivindicando, agora, a compra do fragmento do imóvel. Com isso, deparou-se com a pré-existência de outra associação de trabalhadores. Este fato exigiu que os trabalhadores mantivessem a ocupação das fazendas, a fim de politizar o processo de aquisição do imóvel, por um lado, para pressionar os órgãos competentes a definir-se, em seu favor, a prioridade de comprar a área, por outro lado, para que, na negociação com os proprietários, a ocupação atuasse como instrumento de pressão para baixar o preço do imóvel.

Diante do exposto, cabe uma breve digressão. Verifica-se que nos PA's 17 de Abril e Luiz Beltrano os latifundiários buscaram apropriar-se de uma política pública fundiária neoliberal para impedir o cumprimento do preceito constitucional, no que tange ao cumprimento da função social da terra; revelando que se os trabalhadores não estiverem atentos ao processo de territorialização do crédito fundiário e se os órgãos gestores deste programa e do INCRA não mantiverem uma postura idônea, poderão ocorrer casos de graves desvios na política fundiária neoliberal. Mas, o encontrado no trabalho de campo já permite inferir a existência de disputa territorial entre ambas as políticas, descartando a condição de simples complementaridade propalada pelo governo e as instituições de apoio à RAM.

Estamos diante de um fato novo de pesquisa, tendo em vista que ocorre uma mudança de tática na luta do movimento socioterritorial, MST. Este, ao promover negociações entorno de uma política fundiária referenciada nas políticas do Banco Mundial, descumpra uma diretriz nacional da organização e da Via Campesina e, busca fortalecer os interesses das famílias e mantém a ambigüidade da ação. Durante o caminhar de pesquisa, o fato de ter participado da estruturação e planejamento nacional da pesquisa de Rede Terra de

Pesquisa Popular (RTPP), da coordenação e da execução desta investigação na escala estadual de Sergipe e análise dos resultados na escala nacional, surpreendeu-me encontrar, no site do PRONESE, em 24 de abril de 2007, matéria jornalística que tratava da realização de um curso de capacitação em elaboração de projetos de crédito fundiário, ministrado pelo referido órgão estadual para o MST de Sergipe.

Na ocasião, o presidente da PRONESE, José Macedo Sobral declarou que:

... o acesso à terra por meio do Crédito Fundiário permite vantagens como o acesso sem conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais. Há rapidez no assentamento das famílias, ou seja, enquanto uma propriedade desapropriada leva no mínimo 2 anos para a legalização no Incra, o Programa Crédito Fundiário permite entrega das escritura em menos de seis meses. O acesso à terra vem acompanhado de recursos não reembolsáveis para infra-estrutura capacitação e assistência técnica imediatas.gerente (Secretaria do Estado de Planejamento, 2007).

Já Cezar Valadares, diretor de operações argumentou, segundo o site da Empresa que, “Nos primeiros meses de governo, o MST já apresentou uma lista com mais de 100 propriedades para serem avaliadas quanto à viabilidade de aquisição e seus representantes estão sendo capacitados para a elaboração das propostas técnicas (Secretaria do Estado de Planejamento, 2007).”

Diante deste novo elemento na pesquisa, estabeleci consulta informal com o então dirigente estadual do MST de Sergipe, durante a realização do V Congresso Nacional do MST, realizado em junho de 2007, em Brasília, sobre a veracidade da matéria de informativo eletrônico. Confirmada esta, em agosto do mesmo ano, realizei longa entrevista com este dirigente, com o intuito de obter informações mais precisas e aprofundadas sobre esta alteração de postura política. Momento em que E.L. revelou que a mudança de posição está relacionada, também, com a alteração do pacto político no plano do governo do estado, em Sergipe, com a eleição do governador Marcelo Déda.

Em função de uma conjuntura local no que tange a escassez de terras passíveis para desapropriação, elevado número de famílias acampadas em todo o estado, a existência de diversas propriedades ocupadas e que não se enquadram nos critérios de desapropriação, o MST – Sergipe decidiu, contraditoriamente, flexibilizar sua posição. Mesmo tendo a clareza que:

...na verdade esse instrumento tá sendo utilizado pra assim boicotar a reforma agrária, pelo menos foi pensado desse jeito, então como existe um, muitos conflitos no campo e o no governo Fernando Henrique principalmente tava muito intenso, e se utilizou desse instrumento, que na verdade é internacional, a variação nossa de vários países, a Via Campesina faz uma avaliação extremamente negativa com relação a isso e assim, se valeu desse instrumento pra resolver os conflitos, sem passar pelo MST e vender números como se fosse reforma agrária de verdade, né. Então a gente, da forma com sendo feita, principalmente como foi feita no governo Fernando Henrique, a gente assim, questiona se pode chamar de reforma agrária. Primeiro porquê e num mexe com a estrutura do campo, você compra em geral supervalorizado e aí possibilita que o fazendeiro compre num outro lugar, na mesma quantidade ou mais terra; segundo que a discussão não passa pelo povo, então reforma agrária pra gente, você tem que discutir modelo e tem que discutir com o povo, não um decreto que você baixa e tá resolvido, então tem que, tem que ter, tem que haver assim um movimento social. E nesse caso assim as pessoas envolvidas não são agentes sociais em geral, eu tô falando de uma forma geral. Se cria associação, muitas vezes articulada pelo próprio fazendeiro ou por um política local, superfatura a terra e os assentados, público excluído que na verdade público nosso, mais sem nenhuma conscientização e com argumento de que vai conseguir a terra fácil, acaba aderindo sem ter noção nenhuma com relação a financiamento, assim, na verdade só assina, assina que é sócio no início e assina que é dono no final, mais não sabe juro, não conhece o programa, não conhece a fazenda, não sabe quanto foi o financiamento. Tô falando de uma forma geral isso, a gente conversando com os beneficiários a gente percebe isso. Então a gente questiona esse, esse instrumento e assim, acha, acha problemático que governo considere isso como reforma agrário, tendo no caso Brasil que é [preceito] constitucional (Entrevista, E.L., 2007).

Mesmo diante dessa clareza com relação aos impactos explícitos e implícitos da política de crédito fundiário, o MST – Sergipe decidiu, no atual governo de Sergipe, participar como organização camponesa do Programa Nacional de Crédito Fundiário em Sergipe. A metodologia para reivindicar a compra de áreas, segundo o dirigente estadual, parte do pressuposto de solicitar a compra das áreas que não se encontram nos critérios desapropriatórios, o que nada difere do regulamento que rege o programa. Em geral, antes da compra das áreas, o movimento mobiliza as famílias e realiza a ocupação das áreas requeridas, isto quando, anteriormente, não já tenha sido estabelecido o conflito mediante a realização das ocupações. Outro critério é priorizar, para entrada na terra, àquele conjunto de famílias que têm longo período em acampamentos de sem-terra e demonstram alinhamento político com os preceitos do MST.

Particularmente, vejo com extrema preocupação esta posição do MST – Sergipe tendo em vista: este ser uma referência para outros movimentos socioterritoriais; a maior agilidade de entrada das famílias na terra possibilitar o surgimento de questionamentos e confusão dentre os integrantes da sua base, levando à dissidências; a possibilidade, de fomentar, o agravamento de dissidências internas e a criação de outros movimentos que teriam, agora, uma política “ágil” de entrada na terra; e por fim, a possibilidade de esta postura contraditória e conciliadora se propagar para outros estados, reduzindo a resistência e enfrentamentos a esta política neoliberal. Outra preocupação, com relação a esta postura, é se no caso do modelo organizativo para a produção viabilizar o empreendimento, poderá servir como referência para divulgar o programa, à custa da organização do Movimento.

A análise dos depoimentos dos mutuários e dos assentados sobre a formação das associações e da trajetória de luta para a conquista dos assentamentos de reforma agrária me conduziu a um conjunto de reflexões sobre os processos socioespaciais de criação e de recriação do campesinato por meio destas políticas, que procuro sistematizar nesta parte conclusiva do capítulo.

Uma primeira constatação segue na direção de afirmar que há a construção de espaços de socialização política na criação e recriação do campesinato, tanto no crédito fundiário quanto na luta pela terra e pela reforma agrária. Todavia, as condições propostas pelo ordenamento jurídico conduzem a conteúdos distintos entre os espaços de socialização política produzidos e os processos previstos e, as relações sociais diferentes contribuem para um dimensionamento, também, diferenciado.

Nas lutas pela terra e pela reforma agrária, a construção do espaço de socialização política se deu a partir do dimensionamento das suas três dimensões. O espaço comunicativo constituiu o primeiro momento, caracterizando-se pela apresentação, pelo reconhecimento da entidade mais engajada na luta, pelo auto-reconhecimento, bem como, pela definição dos objetivos. Isto foi alcançado a partir de um conjunto de reuniões que ocorreu antes e posterior à ocupação. No espaço interativo, as famílias, a partir do resgate e troca de suas experiências vividas, construíram uma identidade política que pode ser constatada na visão de mundo expressa na matriz discursiva comum. Fizeram, ainda, articulações, relações e alianças. E, por fim, decidem a construção dos acampamentos, lócus da luta e resistência cotidiana, o qual os trabalhadores protagonizam a realização do conflito contra o latifundiário e o Estado.

A ocupação é o ato *de cortar a cerca* e adentrar as terras do latifúndio, da grande propriedade, ou área de alguma instituição que não cumpra, desde a ótica dos trabalhadores, a sua função social. Segundo Fernandes (2000, p. 282) resulta da

...necessidade de sobrevivência [grifos do autor]. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar a terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação.

Quando as famílias decidem permanecer na terra e constroem seus barracos, *cortam* a terra e iniciam a produção, o espaço se converte em um acampamento. É a construção e a resistência deste território efêmero, articulado com um conjunto de alianças políticas, mobilizações nas cidades (marchas, caminhadas, ocupação de prédios públicos, etc.) que têm gerado a pressão necessária para a conquista da maioria dos assentamentos de reforma agrária, criados nas últimas décadas no país.

A conjuntura política, vigente no final do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mediante as medidas provisórias de criminalização pela terra e das lideranças camponesas, criou uma condição desfavorável para a realização da luta pela terra e pela reforma agrária. De forma que a metodologia de ação foi alterada para seguir a luta, não realizando a ocupação direta dos latifúndios, mas sim, com as manifestações em frente os imóveis contestados e acampamentos nas margens das rodovias.

No tocante aos empreendimentos de crédito fundiário, verifica-se que também resultam dos processos geográficos de espacialização e territorialização. A espacialização é formada por duas dimensões distintas, articuladas e complementares que sucedem a deliberação da amplitude e regras de funcionamento do Programa pelas instituições financeiras (Banco Mundial e bancos federais) e Estado. A primeira dimensão que conta com a participação dos camponeses é o *espaço jurídico-institucional*, no qual se realiza a elaboração, aprovação, execução e controle das normas operacionais do programa. Essa dimensão reúne os diferentes sujeitos envolvidos no processo como: as três esferas de governo e seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, entidades sindicais de trabalhadores rurais e movimentos camponeses, instituições financeiras, gestores

do Programa nos níveis estadual e federal e associações de camponeses.

Para que as diretrizes e metas definidas se concretizem, é necessário que um conjunto de condições seja criado, como: a disponibilidade de recursos financeiros, a criação de ambiente institucional favorável à sua utilização, bem como, a existência de uma conjuntura política propícia à implantação do Programa. Nesse sentido, os gestores públicos, em níveis federal e estadual, políticos locais, associações comunitárias pré-existentes e/ou líderes comunitários dimensionam o *espaço da subalternidade*, cuja intencionalidade é forjar um imaginário coletivo favorável à proposta. Realizam reuniões de planejamento e/ou de *capacitação* com o intuito de capturar a forma de interpretar e atuar diante destes programas, ou seja, busca o controle do pensamento e ação dos sujeitos, forjando territórios imateriais. A informação produzida para a *capacitação* pode também ser difundida pela mídia (programas de rádio, propagandas na televisão, páginas na internet, cartazes, panfletos, cartilhas, etc.) e almeja controlar o modo de pensar de um dado grupo social, no tocante às linhas de crédito fundiário.

Um exemplo emblemático deste é a divulgação de matéria publicada na *home page* da PRONESE, da realização de um curso de capacitação para integrantes do MST para a elaboração da proposta de compra de imóveis pelo crédito fundiário. A direção da PRONESE avalia a adesão do MST à RAM, como uma possibilidade de acelerar o acesso à terra das famílias acampadas no Estado. A argumentação, em favor da RAM, não passa de uma reprodução daqueles argumentos adotados pelo Banco Mundial e governo federal, ou seja, acesso à terra sem conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais, celeridade no assentamento das famílias, disponibilidade de recursos não reembolsáveis para infra-estrutura, capacitação e assistência técnica (Secretaria de Estado do Planejamento, 2007).

A territorialização da RAM ocorre após o dimensionamento do *espaço jurídico-institucional* e do *espaço da subalternidade*, condiz com a contratação de empréstimos bancários, destinados, especificamente, à aquisição de um imóvel que originará o assentamento. Portanto, enquanto, na RA, o campesinato é protagonista da sua criação e/ou recriação, através da luta política promove sua (re)territorialização enquanto classe e desterritorialização do latifúndio, principalmente, via desapropriação. Na RAM, o campesinato é criado e recriado pelo capital, mediante a contratação pelo camponês de um empréstimo bancário destinado à compra (à vista) de fração do território do capital. Evidentemente, neste processo, o sujeito que detém o controle efetivo da criação e da

recriação do campesinato e do território, até que o camponês integralize o pagamento de todas as parcelas do financiamento, é o capital financeiro. A desterritorialização dos proprietários ocorre apenas na venda de um imóvel, cujo valor pago possibilitará a sua reterritorialização, mediante investimentos em outros locais e/ou setores de atividade. Portanto, é o próprio capital que se territorializa nesta operação mercantil: o capital rentista ao vender as terras e o capital financeiro ao se apropriar dos juros.

Há que considerar, ainda, que o Crédito Fundiário pode servir para os fazendeiros fugirem dos processos desapropriatórios. As fazendas podem ser propostas para a negociação antes de tornarem-se improdutivas. Os fazendeiros podem sugerir sua venda quando observam o avanço dos conflitos de terras em uma dada região, ou até medidas argüosas de fragmentação de fazendas em mais um imóvel, com vistas a dificultar ou impedir a realização da reforma agrária. Estas dinâmicas demonstram que a territorialização da RAM pode se dar como uma estratégia contra-reforma agrária.

O campesinato também inicia seu processo de (re)territorialização mediante a aquisição da terra e implantação dos empreendimentos de reforma agrária de mercado. É no *espaço jurídico-institucional* que está o poder de decisão do quantitativo de famílias que entrarão na terra, da dimensão das áreas que serão compradas, das condições disponibilizadas para sua recriação (áreas, valores disponíveis por família, regras de financiamento, etc.). Neste programa, o poder de recriação do campesinato está concentrado nas mãos das agências multilaterais, dos gestores públicos, dos agentes financeiros e apresenta, nos seus objetivos, a condição de uma política compensatória, que apenas mascara os problemas sociais, através da propaganda, como também, a condição de sua recriação, importando muito mais o efetivo de famílias que uma área com dimensões adequadas à reprodução das famílias camponesas.

Na RA, no *espaço comunicativo*, as famílias discutem suas realidades e as condições de sua recriação. No *espaço interativo*, as famílias na interação entre si e suas histórias da vida tomam consciência da sua condição e decidem dimensionar um *espaço de luta e resistência* para transformar suas vidas e entrar na terra. Na RAM, por sua vez, as famílias precisam ser convencidas por agentes externos da possibilidade e *benefícios* de tomar empréstimos bancários, além de receberem uma *capacitação no espaço da subalternidade*. No capítulo seguinte, realizo uma interpretação das territorialidades em construção nos dois processos de criação e recriação do campesinato em tela.

2. AS TERRITORIALIDADES DOS EMPREENDIMENTOS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO E DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Tomando como base o exposto e analisado até então, neste capítulo, remeto à discussão do processo de implantação dos empreendimentos de crédito fundiário e assentamentos de reforma agrária à luz das territorialidades em construção. Trato territorialidade em conformidade com Corrêa (1994, p. 251-252): “...refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”. A territorialidade é a expressão da apropriação social do espaço, não apenas enquanto objeto material controlável e controlado, mas também enquanto símbolo que encerra por forjar as identidades territoriais, “ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica.” (HAESBAERT, 1993, p.50).

Discuto as territorialidades em construção nos empreendimentos de crédito fundiário e, posteriormente, nos assentamentos de reforma agrária, a partir da análise de alguns fatores constituintes das dimensões: social, política, econômica, e ambiental. Para sua identificação, utilizei como ferramentas a observação direta da realidade e os depoimentos concedidos pelos camponeses. Os relatos sobre a implantação do empreendimento ou assentamento, a garantia de direitos sociais para a comunidade, a condição atual de produção e subsistência das famílias, a participação política dos mutuários e assentados no município são enfocados a seguir e fornecem pistas para analisar comparativamente os processos de territorialização e as territorialidades em construção pelo campesinato mutuário e assentado.

Conforme apresentado na metodologia, durante o período desta investigação, foi possível realizar trabalho de campo em 9 empreendimentos de crédito fundiário no estado de Sergipe, dos quais 5 foram visitados durante a realização da pesquisa da Rede Terra de Pesquisa Popular (RTTP). Não tratarei nesta parte, efetivamente, dos resultados desta pesquisa, mas utilizarei as impressões obtidas durante o trabalho de campo realizado nas respectivas comunidades. Meu intuito com isto é estabelecer relações com os processos em implantação nas comunidades eleitas como áreas deste estudo. No tocante aos

assentamentos de reforma agrária, tratarei das territorialidades a partir da observação da realidade e da análise das informações fornecidas nas entrevistas concedidas.

2.1. O processo de implantação das áreas, as políticas sociais, a condição de subsistência nos empreendimentos do Crédito Fundiário, e os projetos de reforma agrária

2.1.1. Os casos dos empreendimentos do Crédito Fundiário

O processo de implantação dos empreendimentos de crédito fundiário, em particular da linha de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR), conforme discutido anteriormente, se dá pela contratação de um empréstimo bancário por uma associação de trabalhadores rurais, cuja experiência profissional é certificada pelo sindicato rural ou movimento camponês, ao qual o sujeito está vinculado. Isto se justifica, segundo o Diretor do Crédito Fundiário em Sergipe, porque:

O papel dos movimentos sociais é dar legitimidade [...] é dar o controle social que a gente necessita, entendeu? [...] porque quando uma proposta ela nasce dos movimentos sociais pra gente ela tem um sentido muito forte, ela tem uma credibilidade muito forte, entendeu? Ela tem uma credibilidade porque ela vem com todo, todo o controle social que a gente quer pra condução do processo. (Entrevista, V., 2007)

Quando questionado sobre o seu entendimento de controle social, o Diretor do Crédito Fundiário respondeu da seguinte forma:

É a sociedade civil chamando pra si a responsabilidade da política governamental, entendeu? Pra gente o entendimento que a gente tem de política pública é essa, é quando a sociedade civil organizada é quem conduz o processo, é quando ele chama pra si a responsabilidade, ele quando ele diz assim: “óii, essa política eu quero conduzir dessa forma, é pra esse público que eu quero, que eu quero, que eu quero essa política do governo”, entendeu? (Entrevista, V., 2007)

Esta enfática posição do atual diretor do Crédito Fundiário, sobre a participação no processo, é validada quando lembramos que em Sergipe, assim como em todo país, o FETASE mantém um diretor sindical prestando consultoria ao PNCF. Participa também do PNCF o Movimento de Luta Camponesa (MLC) e recentemente o MST flexibilizou sua posição política e incorporou-se ao crédito fundiário. Embora estas organizações participem nos fóruns da UTE e dos CMDRS, as regras operacionais das condições do financiamento e da forma de estruturação do território do empreendimento para a produção estão dadas para as famílias mutuiárias, de tal modo que o controle social exercido

pelos Movimentos serve apenas para homologar a demanda dos camponeses, divulgar a proposta, e legitimar a concepção do programa, mesmo que o financiamento demonstre ser mais favorável ao proprietário vendedor e promova o endividamento dos camponeses. Se o objetivo de uma política pública é viabilizar a criação e a recriação do campesinato com vistas a proporcionar a ressocialização, a construção de uma vida digna, com autonomia sobre o processo de trabalho, é fundamental que tal política pública esteja sob a responsabilidade do Estado e que os trabalhadores tenham espaço para debater as propostas, deliberar sobre as condições, e acompanhar suas aplicações, promovendo alterações na medida em que os resultados de implantação não contemplem suas necessidades.

O financiamento de R\$18.000,00/família é contraído solidariamente, sendo que aproximadamente 2/3 serão destinados à compra da terra (Sistema da Aquisição de Terras–SAT) e 1/3, para a implantação de infra-estrutura comunitária (Sistema de Infra-Estrutura Comunitária-SIC), que inclui: construção de habitação popular em alvenaria, abertura de estradas e caminhos, construção de cercas, implantação de irrigação, compra de ferramentas, custos cartoriais, capacitação, assistência técnica, etc. Dez por cento do valor do projeto competem a mutuários como contrapartida, podendo ser pagos em espécie, instalações, e materiais. Contudo, como os ingressantes são potencialmente pobres, tal pagamento tem se limitado à concessão de mão-de-obra voltada à implantação do próprio projeto (geralmente na construção dos equipamentos sociais). A organização territorial está predeterminada do seguinte modo: cada família disporá de um lote moradia, uma parcela produtiva familiar, além de uma área comunitária, da qual a renda extraída servirá para quitar a anuidade junto ao Banco credor.

Quando a Associação paga sua anuidade na data prevista, recebe um bônus de 40% do valor da anuidade, um estímulo para aqueles sujeitos adimplentes, não importando ao agente financeiro as condições em que vivem as famílias. Creio que uma política de criação e recriação do campesinato, que promova alguma forma de incentivo a beneficiários da reforma agrária, deve priorizar a viabilização de condições materiais, ampliando sua capacidade produtiva ou melhoria do bem-estar, em detrimento de meramente *reduzir* a parcela de apropriação da renda da terra produzida com o trabalho familiar.

Posteriormente à criação dos empreendimentos, as famílias têm direitos de acessar créditos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Uma vez que tenha ocorrido o acesso à eletrificação rural, viabilizado pelo programa federal Luz para

Todos, o serviço de fornecimento de água cabe à empresa de abastecimento estadual, assim como o acesso a escolas e a assistência de saúde passam à competência dos municípios. O que desejo sinalizar com esta breve apresentação é que as famílias, ao entrar na terra por esta política, fazem-no organizadas em algum sindicato ou movimento social. Os empréstimos devem cobrir a compra da terra, a implantação de condições de moradia e a produção no local, e os mutuários devem ter acesso às políticas públicas federais, estaduais ou municipais. Pressupõe-se que a escolha da área a partir da livre negociação possibilite, entre outras *vantagens*, adquirir propriedades de boa qualidade a preços acessíveis, que, mediante a produção agropecuária, possibilite gerar a a renda necessária para a reprodução das famílias. Da mesma forma, a existência da área comunitária deve possibilitar a produção necessária para garantir o pagamento da dívida anual.

Todas as áreas visitadas são territórios em construção, cujas novas territorialidades estão em curso, uma vez que os componentes da produção em larga escala, a subutilização da terra, as relações de exploração da força de trabalho assalariada, entre outros, cedem lugar à construção de territorialidades baseadas em relações não-capitalistas de produção, na força de trabalho familiar, no empreendimento como território de moradia e trabalho, no processo de ressocialização dos sujeitos, e na formação e desenvolvimento da vida comunitária.

O fato de o mercado não ser perfeito e de as políticas públicas, em particular, os direitos sociais voltados aos pobres, também não se realizarem de forma plena e no tempo necessário, faz com que a implantação dos empreendimentos de crédito fundiário seja desafiadora para os gestores do Programa e um dilema para os mutuários. De todos os empreendimentos visitados, apenas as famílias da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado declararam que não precisam desenvolver atividades laborais fora do lote para garantir a subsistência da família, exemplo que apresentarei ao final deste sub-item. daquelas áreas nas quais membros das famílias necessitam assalariar-se, destaco dois casos emblemáticos das condições de implantação encontradas nos empreendimentos visitados durante a realização do trabalho de campo da Rede Terra de Pesquisa Popular (RTTP), em agosto de 2005.

O primeiro empreendimento de reforma agrária de mercado criado em Sergipe ocorreu mediante a contratação de um empréstimo no valor de R\$ 686.165,00 (Seiscentos e oitenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais), pelo Banco da Terra, a 27 famílias que compunham a Associação Fruto da Terra Simão Dias. Desse montante, 447.840,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta reais) foram pagos pelo BNB diretamente aos proprietários, o advogado Hernani Romero Libório e a renomada juíza Rosalgina Almeida Prata Libório, pela venda da Fazenda Fabiana, com 373 hectares, localizada no povoado Salobra, município de Simão Dias, em 30 de Janeiro de 2001. Segundo o presidente da Associação, a venda da fazenda foi articulada por Luiz Alberto, ex-prefeito do município de Simão Dias, e o valor recebido contribuiria para que o filho dos proprietários comprasse outra fazenda no estado do Maranhão.

O restante do recurso deveria ser empregado na construção de casas para moradia dos mutuários, um tanque para piscicultura, um silo *banker* de 150t, cercas internas, além de cobrir os custos da documentação de transferência da propriedade, despesas cartoriais de registro do contrato de compra e venda, custos com licenciamento ambiental, levantamento topográfico, elaboração de projeto, e até mesmo dispêndios com a confecção de placa indicativa do projeto Banco da Terra. Porém, os poucos mutuários encontrados ressaltaram que os investimentos comunitários previstos no projeto inicial, por motivação desconhecida, não foram implantados na totalidade, havendo falta de eletricidade e de cisternas em cada habitação.

Foi possível verificar que, do que fora previsto na escritura de compra e venda, apenas as casas, as cercas internas e os custos cartoriais foram, respectivamente, implantados e quitados com o empréstimo. Em virtude disso, as condições de fixação no local são extremamente limitantes. Diante das adversidades e da falta de perspectivas de solucionar o impasse da incompletude na implantação do projeto, muitas famílias desistiram do empreendimento, repassando o financiamento para outros sujeitos ou abandonado o projeto. Apenas 9 mutuários seguem trabalhando na localidade, e, entre estes, aqueles poucos que dispõem de condições financeiras um pouco melhores preferem morar na cidade ou no povoado vizinho, devido à comodidade de uma habitação melhor e ao acesso a serviços básicos, tais como, água encanada e eletricidade. Encontramos ainda terceiros mutuários e muitas casas desabitadas, ou seja, há um predomínio na localidade de uma territorialidade do abandono (Figura 9).

FIGURA 9 – HABITAÇÃO ABANDONADA NA ASSOCIAÇÃO FRUTO DA TERRA SIMÃO DIAS



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, ago. 2005)

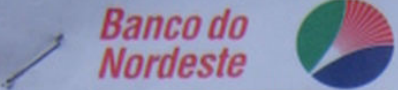
As famílias afirmaram ter recebido duas parcelas do PRONAF-A, as quais foram investidas na compra de uma vaca e dez ovelhas, sendo estas as principais fontes de geração de renda, complementada pela prática de agricultura de auto-consumo e pela exploração de uma “balança embarcadeira”, comprada como benfeitoria da Fazenda. A balança, especificamente, constitui importante ferramenta para a geração de renda dos mutuários, já que o empreendimento está inserido em zona pecuarista, determinando a necessidade de serviços de pesagem e embarque de gado nos caminhões que se destinam aos abatedouros. Contudo, em virtude de intensas chuvas, esse equipamento encontrava-se inacessível pela destruição da via de acesso. Como o empreendimento é tratado, pelo poder executivo municipal, como propriedade particular e não como assentamento, a manutenção da estrada compete aos mutuários. Estes, desprovidos de condições econômicas, seguem com a estrada deteriorada e sem condições de explorar a balança.

Diante disso, os trabalhadores relataram que têm como prioridade pagar as parcelas do PRONAF-A, mas que é impossível arcar simultaneamente com tais parcelas e com o compromisso do financiamento da terra. No momento de nossa visita, além da precariedade do desenvolvimento de atividades de geração de renda e da incompletude na implantação do projeto, que determinaram a ausência de condições de reprodução das famílias, o então presidente da Associação, com uma explícita angústia, apresentou-nos uma carta do Banco do Nordeste do Brasil, solicitando que o ajudasse a compreender o seu conteúdo, carta essa que reproduzo abaixo.

Ao verificar que o documento tratava-se de uma carta-cobrança, exigindo o pagamento antecipado de todo o montante devido, o presidente da Associação foi acometido de profundo pesar, tendo de esclarecer que se tratava de condição legal, imposta pelo contrato de compra e venda, assinado pelos mutuários e ex-proprietários, junto ao agente financeiro, e que lhes restava negociar o pagamento com o Banco, resistir organizadamente ao pagamento ou arcar com a perda do imóvel. Segundo o presidente da Associação, em visita de vistoria, o técnico do PNCf da equipe de Brasília declarou que “...nós morre, filho morre e essa dívida não é paga nunca! (Entrevista, J.B.C., 2005)”. Diante desse contexto, verifica-se na localidade que a paralisação, por motivações desconhecidas, da implantação da infra-estrutura produtiva e comunitária conduziu a um processo de desterritorialização das famílias envolvidas nesse empreendimento, enquanto que os antigos proprietários, ao receberem o pagamento à vista, inauguraram a possibilidade de reterritorialização econômica mediante a compra de terras em outra parte.

Este momento se faz oportuno para remeter o leitor aos dados da PRONESE sobre o pagamento das anuidades dos empreendimentos do PNCf. Dos 10 contratos, nos quais o período de carência tenha se esgotado em 2007 ou anteriormente a essa data, a metade das Associações não conseguiu realizar o pagamento até o fechamento desta tese (PRONESE, 2008). Um exemplo dessa situação é a problemática das famílias da Associação Comunitária de Desenvolvimento Agropecuário da Zona Sul de Sergipe - Agrosul, criada por 30 famílias em 16 de setembro de 2003, no município de Estância. Segundo depoimentos concedidos pelo seu então presidente, a situação não é menos grave.

FIGURA 10 – CARTA DE COBRANÇA DO BNB AOS CAMPONESES DA ASSOCIAÇÃO. FRUTO DA TERRA SIMÃO DIAS



Banco do Nordeste

Referência: 2005/0051 - 114
Simão Dias-SE, 08 de Março de 2005

PARA: José Batista de Carvalho
Pov. Pau de Leite
Simão Dias - SE
CEP: 49.480-000


OP. - A100377801/001 ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA/CONTRATO DE FINANCIAMENTO/PACTO ADJETO DE HIPOTECA

Reportamo-nos ao título acima, da Ass. dos Prod. Rurais Fruto da Terra Simão Dias, do qual V.Sª é fiador, a fim de comunicar-lhe que ele se encontra inadimplido, cujo saldo devedor total perfaz o montante de R\$ 764.386,44 (setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), na posição de 08/03/2005. Tal situação, a teor do art. 11 do Decreto-lei nº 413, de 09/01/1969, importa em vencimento antecipado do título, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

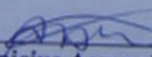
Nestas condições, solicitamos de V.Sa. a gentileza de comparecer à agência do Banco do Nordeste do Brasil S/A, na R. Felisberto Prata, nº 214, Centro, nesta cidade, com o fim de regularizar a pendência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento desta, sob pena de serem adotadas as medidas judiciais cabíveis.

Assim, a presente notificação objetiva cientificar-lhe que estão sendo considerados vencidos antecipadamente todos os financiamentos concedidos ao emitente por este Banco, consoante o disposto no art. 11, § 1º, do Decreto-Lei nº 413, de 09/01/1969.

Pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A
Agência de Simão Dias (SE)



MARIA ZAREMA Lobato Nunes
Gerente de Negócios



ALEX Vinicius Assunção Moreira
Gerente de Célula de Retaguarda de Negócios
em exercício

(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, ago. 2005)

Em virtude da desaprovação da prestação de contas da Associação por parte do órgão gestor do programa, foram determinados a suspensão da liberação do restante dos recursos e o término da construção das casas de moradia. Diante desta problemática, no momento da visita, nenhuma das 30 famílias mutuárias moravam no local, pois as casas não estavam cobertas com telhas. As famílias também produziam com dificuldade, pois é longo o deslocamento desde o povoado onde habitam até a propriedade comprada e, como o projeto não foi implantado, elas estavam impedidas de acessar créditos agrícolas pelo PRONAF-A. O sentimento de todos é de indignação pelo ocorrido, e completa desinformação de como proceder nesta situação. A visita dos pesquisadores populares da RTPP ao bairro estanciano, onde vivem os mutuários, possibilitou reuni-los em um mesmo local, algo que não ocorria há bastante tempo. Reunidos, os trabalhadores, espontaneamente, desencadearam a discussão de suas realidades e decidiram sobre ações para enfrentá-las.

Perscrutei dois empreendimentos localizados na área do sertão semi-árido, nos quais a incompletude ou a inviabilidade determinava às famílias, como única forma de reprodução, o assalariamento nas fazendas do entorno. A inviabilidade dos empreendimentos pôde ser observada na aquisição de propriedades localizadas em áreas áridas, nas quais as condições de produção necessitam de grandes investimentos em infra-estrutura, sobretudo hídrica, tornando praticamente inócuo, do ponto de vista de médio e longo prazo, o *Crédito Adicional para Convivência com a Seca*, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), liberado pelo PNCF.

Visitei, em março de 2005, o projeto dirigido pela Associação dos Moradores do Povoado Campo Grande, município de Tobias Barreto, que naquele momento encontrava-se com um ano e seis meses de implantação. Deparei-me com uma estrada de péssima conservação, com extensão de aproximadamente 2 km, entre o imóvel e o longínquo povoado Campo Grande. As famílias, que nada mais tinham além de uma roça de mandioca e duas cabeças de um magro gado, reclamavam da falta de acesso ao serviço de eletricidade e da falta de disponibilidade e acesso à água. A ausência do primeiro serviço desmotiva algumas famílias a residirem na área. Isso faz com que elas mantenham suas habitações no povoado e desloquem-se até os lotes para a realização das atividades agrícolas. Já o acesso à água apresenta-se como o principal problema. Toda a localidade do Povoado Campo Grande não dispõe de água encanada, provendo-se de água potável no chafariz da comunidade (Figura 11 e 12). Por sua vez, os mutuários estão obrigados a deslocarem-se até o referido

chafariz para abastecer-se de água, tarefa destinada geralmente às mulheres e crianças.

FIGURA 11 – CHAFARIZ COMUNITÁRIO NO POVOADO CAMPO GRANDE



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, mar., 2005)

FIGURA 12 – MULHERES COLETANDO ÁGUA POTÁVEL NO CHAFARIZ COMUNITÁRIO



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, mar., 2005)

No que tange à água para a produção agropecuária, a situação é ainda pior, conforme declarou o vice-presidente da associação.

Da água, principalmente, porque a água a gente espera chovê. Esperando enche um tanque, cavemos um tanque, tamo esperando quase um ano e nunca encheu o tanque. É a falta de chuva. É esse o problema. [...] Tem é um pouquinho no açude, é puxado no açude que também tá secando aos pouquinho. [...] O que eu queria, o que eu pensava, o que eu mais queria de ter aqui dentro era um poço astesiano aqui. Era muito bom o poço astesiano aqui que resolvia o problema da água. Tem lá no povoado, mas assim mesmo a água é salgada e ninguém bebe, num pode nem tomar banho. É, não dá pra lavar nem louça e nem nada, se lavar uma louça fica cinzento (Entrevista, J.E.A.S., 2005).

O momento de realização das entrevistas coincidiu com um verão seco e, em meio à caatinga adusta, o senhor J.E.A.S. declarou que a comunidade já sofria com a mortandade do gado, por fome ou por sede, revelando uma situação de extrema gravidade que beirava o absurdo.

A gente tá trabalhando nas roça dos fazendeiro, tamo trabalhado fora. Ninguém recebe uma cesta básica, ninguém recebe nada aqui! Nada! Nada! Nada! (...) É disso que a gente vive. Todos que tá aqui assentado vive da roça dos outro. (...) a gente vive trabalhando fora pra pagar o aluguel do gado! Alugando os pasto dos outros, pagando aluguel. Aluguel de 20 reais, entendeu? Como é que a pessoa vai pra frente desse jeito? (Entrevista Seu J.E.A.S., 2005)

É inconcebível que uma política compensatória que se propõe ao combate à pobreza crie assentamentos onde os mutuários não disponham de acesso à água e fiquem reféns da dinâmica da natureza, forçando-os a assalariarem-se para alimentar seu rebanho, em detrimento do bem-estar da família.

No Alto Sertão do São Francisco, perscrutei a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim, localizada em Porto da Folha, em duas visitas, sendo uma no dia 10 de março de 2005 e outra no dia 2 de setembro de 2007. O primeiro contato que tive com a comunidade, criada em setembro de 2003, ocorreu quando a mesma encontrava-se com aproximadamente um ano e seis meses de implantação. Naquele cálido verão de 2005, pude realizar uma reunião em volta de uma mesa de madeira (na cozinha, localizada no fundo de uma das casas) à qual nos sentamos eu o presidente da Associação, o articulador do projeto e o técnico agrícola que acompanhava a área. Ao redor de nós, na única janela do cômodo e na porta ao fundo, muitas crianças, adultos, homens e mulheres espremiavam-se para presenciar a conversa. Durante todo

o tempo, a condução da conversa foi dada pelo articulador da Associação, e não por seu presidente.

Foi relatado que o empreendimento estava realizando investimentos com recursos repassados pelo PNCF, ou seja, com a sobra da aquisição da fazenda, foram construídas 29 casas dispostas linearmente em agrovila, inseridas em lotes de moradia. Cada família dispunha de uma parcela de produção, além da área comunitária e reserva legal (Figura 13). Com os recursos do Sistema de Investimentos Comunitários (SIC), previa-se a construção de cercas, a reforma do curral pré-existente, a escavação de uma aguada mediante a contratação de 200 horas de trator, e a compra uma vaca. Os mutuários já haviam retirado uma primeira parcela do PRONAF-A, no valor de aproximadamente R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por família, destinada à compra de trinta vacas e um reprodutor, quarenta ovelhas e um reprodutor, além da construção de um açude comunitário e outro em cada lote familiar, e do plantio de capim e palma, os quais forneceriam forragem dentro de 5 anos, ou seja, em 2008/2009. De imediato, questionei M., técnico de empresa particular que presta assistência técnica na localidade, sobre a viabilidade dos investimos em curso, e ele me contestou com otimismo.

Ah! É boa, é economicamente viável, vai aumentar a renda, ah...eh...a renda mínima de cada um, por família sossegadamente. Na medida que for caminhando, como hoje eles já tão com as matrizes aí, bovinos, já aumentou. Antes eles não tinham o leite, hoje eles já tem essa receita básica na... no dia a dia deles (Entrevista, M., 2005).

Todavia, o articulador da comunidade, R., afirmou que a realidade não era bem assim, pois as condições de produção apresentavam forte dependência da existência de chuvas, e, como a área era exígua, não havia cultivos forrageiros, determinando, assim, grande dependência da aquisição destes para alimentar os rebanhos, de modo que o custo de criação superava os custos de comercialização do leite. Vejamos abaixo.

Quer dizer, foi investido esse recurso, trabalho não tem na comunidade, num tem onde se ganhe o dia e esse povo vive de 20 litro de leite de 10 litro de leite que tira, pra uma família até de cinco pessoas que tem uma renda de 30,00 reais por semana. Aí fica uma situação muito difícil, né? [...] Para você mantê quatro vaca você compra um saco de soja e quantos de farelo? A vaca comi é três saco! [...] Pra vendê o leite a trinta centavos não dá nem para pagar as dispesas das vacas! Aí você fica, mas como choveu aqui na região e tem um capinzinho seco ainda, esse restinho, é Deus que ajudou, porque se não fosse isso não tinha mais nenhuma vaca aqui. Ou tinha morrido ou tinha que vendê, porque eles não tinham como manter essas vacas. [...] Imaginava-se que trazê essas vacas melhoraria a situação, mas não melhorou muito. Só melhorou poque você pega um leite pra a uma criança, olhando esse lado.

Mas que veio assim melhorar as condições econômica da comunidade...O projeto era viável se tivéssemos uma área maior, se tivéssemos reserva forrageira que não se tem. A situação tá difícil! Digo a você, se não chovê esse mês, se num chovê no outro, ninguém fica com uma vaca aqui dentro! (Entrevista, R., 2005)

FIGURA 13 – PORTO DA FOLHA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE SENHOR DO BONFIM



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, mar., 2005)

O presidente da Associação complementou que poderiam ser gastos até 700 reais ao mês com palma para alimentar o gado, obrigando os mutuários a decidirem sobre a venda de um animal para pagar a alimentação dos demais animais, enquanto não ocorriam chuvas e o rebrote dos pastos. Caso contrário, os mutuários veriam o gado morrer de fome e de sede, e permaneceriam em condições ainda piores, sem o gado e com a dívida da palma para pagar, sem ter formas de produzir renda. R. relatou ainda a ocorrência de grande mortandade de galinhas na comunidade e afirmou que a inexistência de um acompanhamento veterinário dificultava o controle da epidemia. Conforme se pode constatar, a situação das famílias era muito precária e os investimentos produtivos realizados estavam se esvaindo em função das limitantes condições de produção, fato agravado em virtude da exigüidade da área

para o grupo de famílias, conforme discutido no capítulo 1. Sobre essa condição, o líder comunitário R. descreveu o seguinte:

Tem dois anos que foi comprado, mas como foi esse processo todo, construção de casa, divisão de lote, a gente tem um ano que está morando aqui, um ano e pouco. Então por conta disso tudo não deu para transferir os títulos, né? E aí a gente tá vendo que ninguém sabe mais se vai ficar aqui. Porque aqui tá se tornando uma favela, a gente vai voltar para nosso habitat mesmo sem ter a terra, mas tem a casa de um parente, tem uma casinha por lá...porque aqui não vai ter condições desse pessoal ficar, se não tiver um incentivo por parte dos governantes, das autoridades competente. A gente não vai ter como ficar aqui, permanecer aqui, porque a situação é de calamidade, você viver em 25 tarefa de terra para cuidar de 5 vacas, sem palma e sem capim, vai ser muito difícil! A terra é pequena, não tem condições de você se manter com 25 tarefa não. É muito pouco a terra puma área tão seca que nem aqui. (Entrevista, R., 2005)

Nesse período, a comunidade declarou não acessar qualquer das políticas sociais compensatórias, como bolsa escola ou bolsa família, uma vez que não havia, na comunidade, escola, posto de saúde, eletricidade, telefone ou telefone público. Disto decorria a realização de difíceis e longos percursos a pé ou no lombo de animais, na busca destes serviços essenciais (Figura 14). O abastecimento de água canalizado era realizado por meio da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). A essa altura da reunião, o técnico agrícola abriu mão do seu pensamento inicial e declarou o seguinte:

O guerno. ele num tá tendo noção, acredito eu, da situação crítica! Aí ele acha que por ele estar com esse financiamento para comprar as matrizes essa coisa tá tudo bem, mas não tá! A verdade é que tem que vim recurso para se mantere, porque se não chover breve, o financiamento, eles vão ficar só devendo e sem a matéria prima, sem os animais, né? (Entrevista, M., 2005)

À medida que a comunidade ia realizando um conjunto de reclamações e lamentações, em que eram apresentadas as posições do líder comunitário e do técnico da área, transparecia cada vez mais a profundidade dos problemas e a inviabilidade do projeto. O então presidente da Associação, calado, seguia ouvindo tudo e a todos, e dava-se conta de toda a gama de problemas que recaíam sob sua responsabilidade. Logo após a declaração do técnico remetida acima, o presidente da Associação foi acometido de uma profunda crise de nervos, levantando-se abruptamente da mesa onde estávamos e saindo em disparada pela agrovila aos gritos. Este fato revela o quão angustiantes são as condições de vida das famílias nesse assentamento.

FIGURA 14 – PORTO DA FOLHA – CRIANÇAS SE DESLOCANDO PARA A ESCOLA



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, mar., 2005)

Quando retornei à comunidade, um pouco mais de dois anos depois, estávamos no final do inverno e, ainda que esporadicamente, havia chuvas. Realizei uma longa entrevista com quatro membros da Associação em tela. Constatei que o empreendimento já tinha sido contemplado com o fornecimento de eletricidade, por meio do programa federal Luz para Todos, de modo que algumas famílias já dispunham nas suas casas de geladeira, televisão, aparelho de som e outros equipamentos básicos. A água encanada seguia sendo fornecida pelo DESO. Mas a ausência de posto de saúde na comunidade ainda os obrigava a deslocamentos para a cidade de Porto da Folha; o telefone público ainda não havia chegado à localidade e a comunicação era realizada por meio de aparelhos telefônicos móveis, pertencentes a poucos mutuários.

Com relação à educação no empreendimento, as famílias declararam não ter havido ou participado de cursos de capacitação desde a entrada na terra. Por sua vez, no tocante à educação formal, ainda inexistia na localidade uma escola. Os membros da Associação revelaram que o prefeito anterior, no final do seu mandato, comprometeu-se a deixar encaminhada a implantação de uma escola na comunidade. Contudo, até a presente

data, isso não se efetivou. Nesse contexto, as crianças que necessitam cursar as séries iniciais devem deslocar-se a pé até o Povoado Caatinga. Após uma caminhada de duas horas, um grupo de crianças tem aulas das 7 às 10 horas da manhã e outro, das 10 às 12 horas. Isso ocorre porque as dependências da escola são reduzidas para abrigar o número de 45 crianças e há apenas uma professora no local. Aquelas crianças que estudaram no primeiro turno devem permanecer esperando as outras, do segundo turno, para regressarem juntas. “Eles vão, mas chega tudo reclamando: “Tô com dor de cabeça.” “Tô com fome.” “Tô com isso, tô com aquilo” (Entrevista, M.O.S., 2007)”. Algumas crianças da comunidade ainda são demasiadamente pequenas e não agüentam fisicamente percorrer essa distância, e, portanto, permanecem sem estudar até que alcancem o porte físico suficiente.

Anteriormente, e por curto período, a escola mencionada funcionou na sede da Associação Senhor do Bonfim, facilitando o acesso das crianças dessa comunidade. As mães comprometeram-se, e realizavam voluntariamente o preparo da merenda escolar estudantil. Contudo, dada a alteração no poder executivo municipal de Porto da Folha, no mandato do atual prefeito, a escola voltou a funcionar apenas no Povoado Catinga. Já com relação àqueles estudantes que cursam os 3º e 4º ciclos do ensino fundamental, a prefeitura, após mobilização e reivindicação dos mutuários, destinou o transporte escolar para levar os estudantes à escola no Povoado Lagoa do Rancho, no turno noturno. Vale pontuar que o transporte recolhe e deixa os estudantes às margens da rodovia, que passa acerca de 3,5 km do empreendimento.

Ainda sobre educação, a comunidade foi contemplada com o programa federal Brasil Alfabetizado, destinado à alfabetização de jovens e adultos, que, inicialmente, funcionava no período noturno e com 20 pessoas. Porém, a primeira turma sofreu grande evasão e terminou com apenas 3 estudantes. Há promessa de abrir uma segunda turma na comunidade. Encontrei, ainda, o caso de uma estudante que cursa o ensino médio. Diariamente seu pai a leva até a rodovia, onde um transporte particular a recolhe e a conduz até a escola no município vizinho de Monte Alegre. No final da tarde, seu pai tem de buscá-la na mesma rodovia. Inquiri esta adolescente sobre a existência de discriminação por parte de colegas ou professores, tendo em vista sua condição de assentada, ela me respondeu “tem, mas isso é normal”.

Um grupo de mutuários declarou estar sendo contemplados com repasses mensais, anteriormente com o Programa Bolsa Escola, e, atualmente, com o Bolsa Família. Uma senhora declarou receber mensalmente R\$ 76,00 (setenta e seis reais), enquanto outro senhor recebia R\$ 112,00 (cento e doze reais). Foram enfáticos ao afirmar que essa política compensatória constitui um importante complemento de renda. As políticas compensatórias criadas pelos governos para atender as reivindicações dos excluídos, na prática, representam paliativos para uma realidade crítica, amenizando os problemas. Os sujeitos beneficiados observam pequenas melhorias, que, para aqueles que nada têm, transparecem como um grande feito. Os resultados transformam-se em propagandas que expõem uma falsa realidade para o conjunto da sociedade, favorecendo, assim, os governos, e quando a política é suspensa, os problemas retornam com maior intensidade. Diante dessa concepção, perguntei de pronto o que passaria se houvesse a suspensão do Bolsa Família e recebi a seguinte resposta:

Pronto, o meu já cortou duas vez, o meu. Se... como é? Uma vez cortou, ficou só 15 reais. Eu digo: “Ai, Jesus, como eu vou fazer?” Mas sempre eu continuei indo lá no Social, pedindo ao menino, o menino tava... Aí ele disse: “Não, mas é porque seu menino não tá estudando ainda.” Aí agora o menino começou a estudar. “Aí não sai o menino da escola que vai aumentar.” E aumentou, chegou... Tô prometendo a Deus pra ele não acabe de novo, porque... quando a pessoa tira do mês, já sabe que vai comprar um quilo de açúcar, um quilo de sal, e é ruim, tem que sobreviver disso. (Entrevista, M.O.S., 2007)

Por sua vez, outro mutuário complementou o raciocínio:

Já eu não pensava de ter de precisar nem de Bolsa Família, nem de Bolsa Escola e nem de... Eu acho que se o governo pensasse de um modo diferente e investisse no pequeno e desse... crédito, mas mantendo o preço do produto, aí sim, eu acho que a gente poderia viver melhor. Porque a gente... se o governo investir no agricultor, mas se ele não der garantia de preço, não tem como sobreviver também. Não adianta nada. (Entrevista, B., 2007)

Sobre a evolução do processo produtivo, os recursos do PRONAF-A foram investidos. Entretanto, a empresa contratada para realizar as escavações das aguadas nos lotes individuais recebeu o pagamento, mas não realizou serviço tal como foi contratado. Outro problema refere-se à não liberação dos recursos dessa linha de crédito, destinados ao cercamento dos lotes individuais. A ausência das cercas criou um grave problema para os mutuários. Parte dos créditos foi utilizada no cultivo de palma forrageira, que deveria alimentar o gado a partir de 2008/2009, mas a ausência das cercas para isolamento dessa área e dos lotes individuais permitiu que o gado se alimentasse das palmas antes do período

estimado de colheita, ocasionando o agravamento da disponibilidade futura de alimentos para o rebanho. Quando da visita, os mutuários haviam replantado palma e cercado as áreas com recursos próprios.

Em virtude das péssimas condições de produção e vida na localidade, doze famílias abandonaram o empreendimento, sendo que as vagas foram preenchidas por famílias originárias do povoado Belo Monte, em Porto da Folha. O sistema agrícola segue sendo a pecuária leiteira de baixo rendimento. Apesar de muitos mutuários apresentarem laços de parentesco, eles afirmam não realizar a troca de dias de serviço nas roças, e isso se justifica, segundo eles, porque, toda segunda-feira, eles têm de prestar um dia de serviço na roça comunitária, e ainda têm de dedicar um ou dois dias de trabalho no lote familiar, sendo que, no restante do tempo, necessitam assalariarem-se nas fazendas circunvizinhas, quando encontram oferta de trabalho, algo cada vez mais escasso, devido ao avanço da *modernização* no campo sergipano. “O único serviço de roça que tem aqui na região é o em Aquemi, ali ainda tem. Mas o serviço de roça não tem mais, porque quase não tem roça, as roça quem limpa é os veneno e não tem mais... trabalho assim (Entrevista, B., 2007).”

Quando conseguem serviços como trabalhadores rurais temporários, os mutuários recebem uma remuneração por dia de serviço, que pode variar de 12 a 15 reais. Em suma, a subsistência das famílias vem se realizando por meio da prática de uma escassa agricultura de auto-consumo, dos poucos recursos adquiridos com a venda do leite, e do assalariamento temporário fora do empreendimento. Os gastos básicos, segundo as famílias, atingem R\$ 115,00 (cento e quinze reais), sendo R\$ 13,00 (treze reais) de água, R\$ 40,00 (quarenta reais) de eletricidade, R\$ 26,00 (vinte e seis reais) de botijão de gás, R\$ 10,00 (dez reais) da Associação, e R\$ 26,00 (vinte e seis reais) do sindicato), sem contar as despesas com alimentação e outros gastos básicos.

Nesse contexto, as famílias continuavam se queixando da exigüidade da área para realizar os cultivos e criações necessárias à subsistência, de forma que uma das alternativas, para não perder por morte todo o rebanho, durante o verão, foi utilizar a área de reserva ambiental de caatinga como pasto. Tal situação demonstra que qualquer legislação, ou política ou programa de recuperação e/ou preservação ambiental, deve considerar primeiramente o homem como integrante do ambiente, viabilizando suas condições de vida plenamente, para que a ação preservacionista obtenha um resultado positivo.

Mas, isso ainda não é tudo. Além de viverem profundas privações, as famílias estão passando, a cada ano, em virtude da estiagem prolongada e da exigüidade de terras, e também da falta de incentivos, por um processo de perda de seu patrimônio, como afirmou o vice-presidente da Associação.

Você pegava muito dinheiro, você comprava vaca. Mas você comprava vaca de quanto? De mil e cem e você vende por 700 pra não morrer de fome. Teve que vender uma pra dar de comer às outra. Acabou secando, porque teve que vender uma pra dar de comer às outra. E aí acabou... Você produzia mas não tinha preço, você produzia mas era pra o dono ali da cidade, o comerciante da cidade, e você ficava na pior. Então tem que ter o crédito e a coisa voltada pra questão de preço, né. (Entrevista, G., 2007)

A senhora M.O.S complementou este raciocínio da seguinte forma:

Cheguei aqui... Não vim com muita coisa, mas também não vim com pouquinha. Mas... aqui, pra gente criar é muito difícil, não posso tá criando muito gado. Eu peguei e comprei as vaca do projeto, que a gente... ganha uma da associação... Mas só que assim, só palma pra sobreviver, o pasto é muito pouquinho, 25 tarefa, com planta de palma. E planta roça de milho pra o gado pastar, o gado comer. A sorte é que ainda dá um jeito porque causa que tem a... florestal aqui que a gente bota o gado dentro, senão... Porque muitos morre. Bezerro mesmo agora eu perdi, ficou as vaca só, os bezerro foram embora, só as que tão na pena que tão... se criando. Até aqui, né, amanhã eu não sei. E continua assim a vida. Pra sobreviver aqui dentro, comê daqui morre de fome, porque não tem recurso aqui não, tem que sair de fora pra ir trabalhar em qualquer lugar. Aqui dentro, pra só ficar aqui dentro, “vou sobreviver daqui”... não tem como sobreviver. (Entrevista, M.O.S., 2007)

O processo de entrada das famílias na terra materializa a conquista do sonho camponês da terra de trabalho e de moradia própria, e, indubitavelmente, verifica-se uma melhoria relativa das condições materiais das famílias, que, anteriormente, pouco ou nada possuíam. Entretanto, as condições de implantação demonstram a inviabilidade de as famílias conquistarem sua emancipação e autonomia. As formas-conteúdos dos territórios demonstram uma territorialidade da permanência da pobreza, da subordinação da força de trabalho, da dependência de políticas compensatórias, e da degradação ambiental, que se inicia com a ausência de condições de vida digna para as famílias, e provoca até a degradação das áreas de reserva ambiental.

As lamentações das famílias sobre tais condições anunciavam antecipadamente o futuro. Passado o prazo de carência, as famílias não conseguiram, obviamente, realizar a amortização da primeira anuidade. A comunidade, diante da inexistência de uma renda nela excedente suficiente para pagar as dívidas com o Banco,

avaliou a situação e decidiu que deveria realizar um esforço para quitar os compromissos assumidos com o crédito agrícola. Porém, a dívida do crédito fundiário somente teria condições de ser quitada mediante a venda de uma vaca por família. Ao vender parte do rebanho, as famílias ficariam adimplentes com o BNB, porém, com menos meios de produção para a geração de renda ou mesmo para alimentar o próprio gado, já que este vinha sendo sustentado mediante uma trágica autofagia. Em poucos anos, não lhes sobraria absolutamente nada mais que a dívida e a terra.

As famílias convocaram para reunião na comunidade o gerente do BNB, o representante da PRONESE, FETASE, e tentaram renegociar a dívida. Não obtiveram êxito e a Associação passou a figurar no quadro de inadimplentes do Relatório de Atividades 2003–2007 da PRONESE e Banco do Nordeste. Diante desta sombria conjuntura, pode-se inferir que dialeticamente há um processo de reterritorialização dos camponeses. Ao acessar financiamentos do programa e entrar na terra de trabalho, vislumbra-se uma territorialização no plano físico-material. Contudo, as características e dinâmicas das condições socioeconômicas são tão proeminentes que me permitem afirmar a existência de um processo de desterritorialização no plano econômico e social. Emblemático sobre este processo é o sentimento de R.:

...Não tinha terra, era sem terra. Hoje é com pouca terra e sem sossego, porque deve, né? (...) e com fome também! Porque você pegá essas terra numa área semi-árida que nem o sertão, sem chuva, pra você pagá é inviável! Não tem como você pagá! [...] Não se pode conseguí mais nada que seja reembolsave. A gente aqui já tá muito endividado, não tem meio de conseguí mais recurso porque a gente vai se endividar mais, então não vai ter condição de pagar (Entrevista, R., 2005).

O empreendimento adquirido pela Associação Santa Clara do Piauí de Baixo foi contratado no dia 15 de dezembro de 2003, de modo que, no momento da pesquisa de campo, encontrava-se com 3 anos e 7 meses de implantação. Desde então, o único investimento que recebeu foi a sobra do recurso liberado para comprar a fazenda (SIC), cujo investimento viabilizou a construção de 12 casas destinadas à moradia das famílias, a compra de uma moto-bomba e de parte dos equipamentos de irrigação, de uma carroça com burro para cada família, e a construção de cercas. Desde então, a Associação, por meio de seu presidente, está viabilizando a documentação necessária para acessar o PRONAF-A, com vistas a implementar as condições de produção agrícola. Isto tem implicado na realização de muitas idas e vindas para a capital, Propriá e Neópolis, na busca de resolver a liberação dos

créditos agrícolas junto ao BNB. Por sua vez, a ausência total de participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a indefinição por parte do agente financeiro conduziram o conjunto dos trabalhadores a uma profunda desolação, conforme a fala do seu presidente.

Porque não adianta, como eu disse, ficar avisando... “vai sair tal dia! Vai sair tal dia”, e no dia não sai. Fica só enganando os coitado. Aí ficam tudo o quê? Naquela ânsia de alegria e no fim da conversa só dá tristeza. Quer dizer: “Sai tal mês! Sai tal mês!” Quando chega o dia... “Cadê? Cadê?” Eles me cobra. E têm razão de me cobrarem, né? Cobra esse daí que...quem mais correu até...do início até agora fui eu. Aí quando vêm me cobrar, coitado. Eu digo: “Rapaz, tenha paciência. Não saiu não, mas eu não tenho culpa não”. Mas eu passo por mentiroso por causa deles. “É, saiu um projeto”, como eu disse ao Zé, “mas não diga a ninguém não, senão eu posso sair por mentiroso. Deixa eu ver se sai pra mais tarde nós falar pro pessoal.” Se não eu ia passar por mentiroso de novo! É ou não era?! (Entrevista, P., 2007)

O empreendimento encontra-se inserido em uma zona produtora de cana e também pecuarista em larga escala, distante da sede municipal cerca de 8 quilômetros. Seu acesso se dá por meio de estradas vicinais arenosas, sendo que há um trecho de aproximadamente três quilômetros de péssima qualidade, cujo trânsito torna-se difícil tanto em períodos muito chuvosos, em virtude do alagamento, como também no período seco, quando as estradas convertem-se em um grande areal. Sobre isto, o presidente da Associação relata o seguinte: “Porque as estrada tá aí, você veio e você viu as estrada como tá. Se você ver aqui por dentro, essa tá melhorzinho por módi a gente, mas se você for por outra que tem aqui, é capaz do seu carro não passar. Tanto faz reclamar como não reclamar”. O empreendimento encontra-se às margens do Rio Piauí de Baixo, que batizou o empreendimento, e que apresenta disponibilidade de água o ano inteiro. Na sua planície de inundação, as famílias aproveitam a umidade, a melhor qualidade do solo e a disponibilidade de irrigação para realizar uma horticultura de auto-consumo, com pequena variedade além de um pouco de cana, bananas, etc (Figura 15).

No entorno do lote de moradia, as famílias estão produzindo feijão, amendoim, milho, mandioca (Figura 16), enquanto, na parcela produtiva, priorizaram a produção de bananas e coco. Contudo, há uma reclamação generalizada de que os solos são muito fracos, impondo uma dificuldade de desenvolver qualquer cultivo, o que acaba por aumentar as necessidades das famílias de acessar os créditos agrícolas que possibilitariam investimento na correção dos solos. A fertilidade é tão baixa que “de tudo o que foi plantado, se não amarelou, morreu”. Na figura 17, os mutuários demonstram que o cultivo de amendoim que não morreu apresenta pouco desenvolvimento do seu tamanho.

FIGURA 15 – VALE DO PIUAÍ DE BAIXO. ROÇA DE FEIJÃO, AO FUNDO CASA DA BOMBA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, set., 2007)

FIGURA 16 – LOTE DE MORADIA E ROÇAS FAMILIARES



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, set., 2007)

FIGURA 17 – TAMANHO MÁXIMO ATINGIDO PELO AMENDOIM NO PIAUÍ DE BAIXO



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, set., 2007)

As condições geográficas determinam uma pequena produção agrícola, e os mutuários, quando questionados sobre a suficiência para o abastecimento familiar, afirmam o seguinte:

Rapaz, se for sozinho dá. Agora, como não é sozinho... Porque tem que ficar um pouco aqui e mandar outro pra rua. Então se é uma pessoa que você passasse 15 dias, você vai passar 8 dia, 5 dia. Assim mesmo é pouco. É pouco. Comendo bem cedo, meio-dia não come e come de noite. E se comer meio-dia não come de noite. Faz café puro e bebe café puro e atravessa a noite. Quando tem macaxeira ainda vá lá, quando não tem...Então a situação daqui é essa. (Entrevista, P., 2007)

Diante desse conjunto de limitações (o relativo isolamento geográfico da sede municipal, a dificuldade de transporte, a má qualidade dos solos, a inacessibilidade ao crédito agrícola, a baixa escolarização dos membros da comunidade, que intensifica a dificuldade de obtenção de informações, o baixo envolvimento dos sindicatos nos problemas da comunidade, e ainda a ausência de uma escola na comunidade ou próximo a ela), as famílias têm buscado como alternativa o envio das esposas e dos filhos em idade escolar para a casa de parentes, que residem na sede municipal, para estudar. Isto provocou, após a conquista do sonho de entrar na terra de trabalho, a dolorosa separação das famílias por

semanas, assim como a necessidade, daqueles que permanecem no empreendimento, de buscar formas de assalariamento temporário nas fazendas circunvizinhas, plantando e cortando cana, principalmente. Alguns integrantes da comunidade vivem um impasse, porque afirmam ter recebido oferta de emprego permanente com registro em carteira de trabalho, mas não aceitaram a proposta, porque são obrigados a morar no empreendimento. Vejamos um depoimento emblemático desta condição de subordinação.

Tá pior do que antes. Porque antes todo final de semana a gente tinha o dinheiro da gente, e hoje já não tem. Antes eu não tinha terra, mas chegava o dia da feira não faltava comida. Eu tava me virando em outros negócio. Aí eu parei com meus negócio pensando em melhorar de vida. Porquê? Ganhei a terra, vou trabalhar, vou produzir, vou negociar, vou crescer. Foi pior! Fiquei pior. Porque nem negoçoio, nem troco, nem vendo, nem tenho comida. [...] Roupas pra vestir só se outra pessoa dar, porque comprar... Pode comprar sim, quando trabalha 3, 4 dia, tira um pouquinho dali e compra uma camisa, um short... Mas daqui de dentro não. [...] O projeto diz assim: “Nós vamos arrumar as terra pra vocês e vocês vão ser empresário.” Foi assim que o Dr. Renato [ex-gerente do crédito fundiário em Sergipe] falou pra gente: Vocês vão ser empresário, vocês vão poder pagar uma diária pra um trabalhador que vem de fora, mas não vocês vender a sua diária pra outros. Aqui todo mundo é empresário! [risos] Possa ser que a gente arrume uma funerário, compre os 12 caixão... Porque esses eu tô vendo que vai sair, vai sair! (Entrevista, C., 2007)

A Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado foi investigada em três momentos: primeiramente, em 09 de março de 2005; posteriormente, em agosto de 2006, retornei com os pesquisadores da Rede Terra de Pesquisa Popular. No dia 21 de agosto de 2007 voltei à localidade para entrevistar a direção da Associação e acompanhar a assembléia geral com a participação da FETASE, STR – Salgado e PRONESE, convocada exclusivamente para discutir e deliberar sobre o pagamento da primeira anuidade. Tal como os empreendimentos anteriormente debatidos, este encontrava-se, no momento da primeira visita, com aproximadamente um ano e seis meses de implantação. De todas as áreas perscrutadas de crédito fundiário, esta é a única que apresenta uma excelente localização às margens de rodovia estadual, e solos mais propícios.

Exatamente como nos demais empreendimentos, essa área conta com uma agrovila de 25 casas dispostas linearmente ao longo de uma rua principal e inseridas na entrada dos lotes de moradia (0,5 ha). Herdada da Fazenda São José das Quebradas, há uma casa onde funciona a sede da Associação e onde são realizadas as reuniões da comunidade. Há ainda um lote de produção individual (4 ha), uma área destinada à produção coletiva (7 ha), e reserva ambiental (30 ha). O empreendimento em um dos limites é cortado por um

riacho, cuja água é utilizada, por meio de moto-bomba, para a irrigação por aspersão dos cultivos desenvolvidos no lote de moradia e na roça comunitária.

Conforme discutido no capítulo anterior, este empreendimento é considerado como uma referência para os gestores do programa em nível federal e local e para a FETASE. Indubitavelmente, essa condição, aliada à idoneidade dos diretores da Associação e à proximidade das vias de circulação, possibilitou a estruturação da área com a implantação dos equipamentos comunitários e o oferecimento dos serviços de água encanada e eletricidade. As famílias dispõem de eletrodomésticos básicos, tais como: fogão, geladeira, televisão, aparelho de som. Alguns possuem motocicleta. Contudo, até o fechamento deste documento, a comunidade seguia sem perspectivas de implantação de escola, posto de saúde, telefone ou telefone público. Enquanto as escolas são acessadas em povoados próximos mediante a disponibilização de transporte escolar pela prefeitura de Salgado, os postos de saúde são de difícil acesso, em função da falta de um transporte que realize o deslocamento dos sujeitos em caso de necessidade.

Tais condições objetivas, somadas à experiência e ao conhecimento das práticas agrícolas de quatro mutuários, que têm laços de parentesco entre si, proporcionaram a viabilização de uma produção agrícola diversificada, com destaque para a inserção da fruticultura irrigada, que, durante a primeira visita, encontrava-se bastante desenvolvida e difundida entre o conjunto dos mutuários. (Figuras 18 e 19)

Durante o primeiro ano de implantação do empreendimento (2003/2004), alguns membros da Associação afirmaram ter de se assalariar nas fazendas do entorno, em particular na Fazenda Quebradas II, para viabilizar os recursos necessários à reprodução das famílias. Isso ocorreu por um período muito breve, já que, a partir de 2005, nenhum dos depoentes relatou a existência dessa prática na localidade, de modo que todas as famílias tinham a garantia de sua reprodução com base no trabalho familiar na própria terra. Os recursos do PRONAF-A foram liberados a partir de 2004/2005 e investidos na construção de cercas dos lotes individuais, na construção de granjas familiares, e na compra de matrizes (Figura 20). Todavia, as galinhas foram acometidas de uma enfermidade, e a inexperiência da comunidade com essa atividade somada à ausência de um acompanhamento veterinário causaram a perda de todas as matrizes. Hoje, desafortunadamente, as granjas mudaram de função e servem como depósito de ferramentas. Embora não tenha sido possível precisar a origem dos recursos (se PRONAF-A ou Sistema de Investimentos Comunitários), foram

adquiridos, ainda, uma moto-bomba, um aparato completo (tubulações, aspersores, acessórios) destinado à irrigação, uma carroça e um animal de carga por família, e ferramentas de trabalho.

FIGURA 18 – PRODUÇÃO DE MUDAS DE MAMOEIRO AO LADO DA HABITAÇÃO FAMILIAR



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, abr., 2005)

FIGURA 19 - FRUTICULTURA IRRIGADA



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, abr., 2005)

FIGURA 20 – SALGADO - GRANJA NO LOTE DE MORADIA - 2005



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, mar., 2005)

Mesmo diante dessa distorção, a comunidade realizou, durante cerca de 4 anos, o trabalho comunitário nessa área específica. Eram cultivados: mandioca, maracujá e banana. Como a coordenação, na época, estava a cargo de um mutuário que, de acordo com os diretores da Associação em 2007, não tinha profundo conhecimento de agricultura, além de ter dificuldade de coordenar e mobilizar as famílias, e de não saber gerir os recursos ingressantes da comercialização dos resultados da produção, após a realização de duas colheitas, as famílias se distanciaram do trabalho comunitário, de modo que, em 2007, a roça comunitária encontrava-se totalmente paralisada. Durante a última visita, verifiquei a alteração na coordenação da roça comunitária, e novos esforços para rearticular as famílias em torno dessa prática produtiva caída no descrédito.

Ainda sobre as relações de produção, enquanto predomina o trabalho familiar realizado em cada um dos lotes familiares, apenas o grupo formado pelos 4 parentes e mais outra família que mantém afinidade realizam, entre si, a troca de dias de serviços nos respectivos lotes familiares. Se observarmos as condições socioeconômicas desse grupo em comparação às 20 famílias restantes, é expressiva a diferença entre o primeiro e as últimas. As

evidências podem ser verificadas na propriedade de maior variedade de eletrodomésticos, motocicleta e realização de obras de ampliação e/ou acabamentos nas moradias. Verifica-se um processo de diferenciação social do campesinato, decorrente de relações de trabalho solidárias entre o grupo que demonstra maior conhecimento e gestão da agricultura e os demais mutuários, processo esse que constitui fato seminal para compreender as diferentes possibilidades de pagamento das anuidades junto ao Banco e as posturas sobre o assunto. Vejamos o que coloca G.J.S. sobre o tema.

Então sempre existe aquelas pessoa... A área aqui é coletiva. Sempre existe aquelas pessoa que... mesmo a pessoa dizendo é assim, é assim, o técnico acompanhando e tudo e mesmo você falando tem aquelas pessoas que nunca vai se desenvolver, tem gente que nunca se desenvolve, sempre... pequeno, como diz o ditado. E tem aquelas pessoas que se desenvolve. Então você acha que aquelas pessoa que mais se desenvolve vai pagar por aquelas pessoas que não se desenvolveram, que não fizeram por onde se desenvolver? Não vai. Não vai de maneira alguma. Se as pessoas que mais se desenvolve o banco fizesse um acordo pra aquelas pessoa que tem mais condições pagar, aí sim, aí aquelas pessoa poderia pagar e aquelas pessoa que não puderam pagar, que não fizeram por onde, aquelas pessoa que ia ficar corre o risco. Só que nesse caso vai correr risco todo mundo, porque uns não vai pagar por causa dos outros que não vai ter condições. E se todo mundo não chegar com aquela quantia, naquele determinado prazo, vai ficar todo mundo devendo, correndo risco todo mundo (Entrevista, G.J.N., 2007).

As conversas e visitas às áreas de produção revelaram uma grande quantidade de trabalho, seja manual ou moto mecânico alugado, invertido para a viabilização dos cultivos. Visualmente, cada lote agrícola e de moradia compunha um colorido mosaico que ia desde o cultivo de pimenta, cheiro-verde, mamão, bananas, maracujá, mandioca, nas áreas irrigadas, até o cultivo de fumo e a implantação de pomares de laranja. A mandioca foi relatada como o cultivo predominante em termos de quantidade nos três momentos em que estive na área. Disto repetiu-se a reivindicação de haver na comunidade uma casa de farinha, na qual fosse possível beneficiar o produto e agregar valor, escapando do circuito controlado dos atravessadores.

Uma coisa que eu acho que precisa e Associação não está cobrando é uma casa de farinha comunitária. Aqui precisa. Porque aqui precisa? Porque aqui é uma área de muita produção de mandioca e aqui por falta de uma casa de farinha comunitária o pessoal aqui, vende e não faz um saco de farinha, não faz um sequer! Você tem a mandioca e num pode fazê um saco de farinha! Você é obrigado a vendê aos comprador, que eles compra por tonelada assim. Os caminhão aqui sai cheio e eles vão fazer em outra casa de farinha pra eles mesmo. Eles compram a produção em grosso, vamo dizer. Você num faz porque você não tem a casa de farinha comunitária. Se você tiver a renda é outra. Agora eu não sei se o governo, o banco, tem esse projeto pra

esse tipo de coisa, eu não sei se tem. Agora precisa o mais rápido possível. Vamos dizer que eu vou produzir 30 ou 40 toneladas de mandioca, uma comparação minha, vamos dizer que a gente produza mais ou menos ou ele vai produzir essa média, o outro vai produzir essa média. Então aquilo que você faz, que você vende, que você faz sua farinha se você for vender você vai vender num preço bem melhor. Se você vender em grosso o cara lá vai fazer, ao invés da renda ser sua é dele, né? Então se você quiser comprar um saco de farinha, você tem a mandioca e num pode fazer, você tem que vende a mandioca e comprar o saco de farinha. Você vai comprar bem mais caro que se você fizesse. Então isso aí é uma coisa que precisa dentro dessa comunidade, só que num tem. E eu também num sei se tem projeto, né? Pra casa de farinha, mas sei que precisa (Entrevista, G.J.N., 2005)

A fumicultura ocupava partes do território apenas nas duas primeiras visitas (2005 e 2006), ocasiões em que foi declarado que a comercialização do fumo e seu preço eram controlados por três grupos: a Empresa Maratá¹⁴, o Grupo Coringa de Arapiraca (AL), e por Zezé Rocha (então prefeito do município vizinho, Lagarto). Segundo os agricultores, considerando os elevados custos de produção de fumo para a confecção de cigarros feitos à mão e a necessidade de grande quantidade de mão-de-obra, o preço pago pelas três empresas de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) estava muito abaixo dos R\$ 8,00 (oito reais) a R\$ 10,00 (dez reais) considerados justos. Com relação aos demais cultivos, os mutuários declaram que realizam a venda diretamente em feiras, no próprio município ou em Aracaju.

Apesar de apresentar, desde 2005, em relação aos demais empreendimentos analisados, maior potencialidade para a moradia e produção, e maior diversidade de cultivos, o consenso entre os agricultores era de que o volume da produção seria insuficiente para gerar o auto-consumo, a reprodução familiar e para que fosse possível saldar o pagamento do crédito agrícola (PRONAF-A) e o financiamento da terra. Vejamos o depoimento concedido em 2005.

¹⁴ O Grupo José Augusto Vieira, também conhecido como Grupo Maratá, nasceu na década de 70, quando seu fundador, José Augusto Vieira, dedicava-se à comercialização de fumo, produzido nos estados de Sergipe e Alagoas. Ampliando sua atuação, ainda na década de 70, dedicou-se à agropecuária e deu os primeiros passos no ramo da torrefação de café. Hoje, o Grupo José Augusto Vieira é um conglomerado de empresas de sucesso, que abrange desde o comércio de café (situa-se entre os maiores torrefadores do Brasil, segundo o ranking da ABIC), fumo, sucos naturais concentrados, aguardentes, até automóveis, agropecuária, fábrica de plásticos, dentre outras. Atuando também no âmbito social, o grupo mantém uma fundação que leva o nome do seu fundador, Fundação José Augusto Vieira, na qual recebe crianças carentes de Lagarto e adjacências, proporcionando-lhes educação, saúde e iniciação à profissionalização.” Disponível em <<http://linux.alfamaweb.com.br/marata/new/empresa.php>>, acessado em 15 de abr. 2008 às 18:17.

Olha, eu acredito que aqui, no futuro... Eu acredito que a previsão aqui no futuro é que dessa maneira a gente não vai conseguir pagar, a verdade é essa. Porque é coletivo, e a área coletiva não vai ter condições da gente pagar. Agora, muitos vai ter condições ao menos de, daqui por diante, conseguir sobreviver das suas terra. Mesmo devendo ao banco, mas vai ter condições de sobreviver, de conseguir alguma coisa a mais, em termos de conseguir ter uma vida melhor, isso daí você pode ter certeza que o pessoal vai ter, uma condição de vida melhor. Mas só que pagando o banco eu acredito que ninguém vai conseguir não. Vai ficar devendo, mas vai conseguir ter uma condição de vida melhor. Porque... eu não posso responder assim... por mim, porque é coletivo. Se eu fosse responder por mim eu poderia dizer que daqui há alguns anos eu poderia pagar essa dívida, pouco a pouco eu ia pagando. Só que eu não posso responder por mim porque... a área é coletiva, eu não posso pagar sozinho. Então eu vejo que todos vão ficar devendo (Entrevista, G.J.N., 2005).

Diante do exposto, gostaria, antes de encerrar esta sessão, de relatar o ocorrido durante a realização da Assembléia dos mutuários, ao discutir a questão do pagamento da anuidade vencida no ato da visita. Este procedimento pode ser elucidativo das posições dos órgãos gestores do PNCF e do dilema das famílias mutuárias. Estavam presentes, nesse fórum, sentados à mesa dos trabalhos, o presidente da Associação, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado, o gerente geral do Crédito Fundiário em Sergipe e o consultor da FETASE no PNCF - Sergipe. Com relação ao conteúdo da reunião, as famílias solicitaram esclarecimentos sobre a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Os representantes da FETASE e PRONESE, por sua vez, informaram que os empreendimentos do crédito fundiário têm um duplo tratamento, qual seja, para algumas questões é tratado como projeto de reforma agrária e para outras questões é tratado como propriedade privada. Portanto, fazia-se necessário verificar a legislação em vigor sobre essa questão para esclarecer se esses empreendimentos poderiam ser isentos do referido imposto. Caso isso fosse possível, a FETASE providenciaria o encaminhamento para o conjunto dos empreendimentos de Sergipe.

O principal tema da reunião foi o vencimento da primeira anuidade no início do ano. Como o conjunto das famílias não dispunha de recursos para o pagamento da anuidade, a Associação procurou o agente financeiro para negociar a dívida. Este, por sua vez, recebeu, isoladamente, o montante referente ao pagamento de 18 dos 25 mutuários, e prorrogou o prazo para a integralização da anuidade até 30 de agosto de 2007. Na assembléia, quando da discussão desta matéria, o representante da FETASE iniciou o debate perguntando quais dos 7 mutuários que não haviam integralizado suas partes e comunicando que poderiam

fazê-lo até o prazo estipulado. Cinco mutuários levantaram a mão e afirmaram que conseguiriam levantar os recursos para saldar o débito até o final do mês de agosto. Um mutuário estava ausente à reunião, e outro (N.) afirmou não ter condições, nem previsão de quando poderia quitar a dívida, já que sua esposa encontrava-se acometida por grave enfermidade.

De pronto, o sindicalista da FETASE, leu para a comunidade alguns artigos sobre legislações e o estatuto da Associação, esclarecendo que a comunidade poderia decidir pela exclusão daqueles que não realizassem o pagamento da dívida, conforme deliberado pela Assembléia. Uma calorosa discussão tomou o recinto. Enquanto o mutuário “N.” justificava enfaticamente o problema de saúde na sua família, outro se levantou e disse que não pagaria a dívida, porque suas condições financeiras não eram favoráveis. O representante da FETASE afirmou categoricamente que o segundo mutuário não merecia estar no empreendimento, porque não participava dos fóruns e atividades da comunidade, nem realizou, ao longo do período, esforços para viabilizar a produção em seu lote, o que não permitiu que ele obtivesse a renda necessária ao pagamento da anuidade. O gerente do PRONESE adotou uma postura conciliatória, afirmando que a exclusão do mutuário do empreendimento seria uma medida drástica, a ser tomada como último recurso, o que foi visto com simpatia pela FETASE

No decurso da discussão, a FETASE informou que os trabalhadores adimplentes já tinham sido prejudicados pelos inadimplentes, pois, uma vez que estes não cumpriram o prazo previsto para a integralização da amortização do financiamento, todos, adimplentes e inadimplentes, tinham perdido o direito ao rebate de até 40%, além de que, todos os CPF estavam bloqueados, impedindo-os de comprar qualquer objeto financiado no mercado. Particularmente, senti que as famílias estavam atônitas diante da situação em que se encontravam e aflitas para encontrar uma saída ao problema.

Após muita discussão entre a mesa coordenadora dos trabalhos e os mutuários, a FETASE impôs a aprovação da seguinte proposta: os 6 mutuários inadimplentes realizariam o pagamento do montante devido e a anuidade de “N.” seria rateada entre o conjunto dos 24 mutuários, que contribuiriam com cerca de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) cada um. “N.” assinaria uma nota promissória junto à associação, responsabilizando-se por ressarcir os mutuários em cerca de 30 dias. Além disso, se o mutuário ausente da reunião decidisse pelo não cumprimento da deliberação *coletiva*, poderia sofrer um futuro processo de exclusão do empreendimento Compulsoriamente, as famílias votaram a favor da proposta,

tendo sido a reunião encerrada.

Mesmo que as áreas compradas pelo crédito fundiário apresentem condições edafoclimáticas e localização propícias, o conhecimento técnico é fundamental para a geração de atividades produtivas e de renda, no interior dos empreendimentos. Neste sentido, é importante a troca de experiências entre os camponeses, mas isso deve ocorrer juntamente com um acompanhamento técnico regular. A fragilidade de conhecimento técnico, a organização política da comunidade, seus anseios e potencialidades, e as limitações na efetivação das relações comunitárias podem inviabilizar a capacidade de geração de renda do grupo ou de algumas famílias.

Dessa forma, as condições materiais de geração de renda na comunidade confundem-se com obrigatoriedade contratual de pagamento do financiamento ao agente financeiro. Assim, a renda da terra passa a ser apropriada pelo capital financeiro, mediante o pagamento das anuidades. O capital financeiro tem como aliados a gerência do Programa e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, que defendem incondicionalmente o pagamento das anuidades, sem realizar qualquer tipo de reflexão com os trabalhadores sobre as causas que conduziram ao endividamento, com vistas a adotar alternativas para o futuro.

Posso pensar que a dimensão econômica do território assume proeminência na RAM, por meio da paradoxal situação de apropriação da renda da terra do campesinato. Ao mesmo tempo, essa conjuntura leva a diferentes compreensões entre as famílias mutuárias, com relação à obrigatoriedade de pagamento das anuidades. Assim, algumas famílias avaliam que devem, a todo custo, pagar a dívida, ao passo que outras defendem o não pagamento da dívida. Possivelmente, a cobrança provocará abalos nas relações sociais entre as primeiras e as segundas.

2.1.2. Os casos dos assentamentos de reforma agrária

A grande maioria dos assentamentos de reforma agrária, implantados nas últimas décadas, e as políticas sociais e agrícolas implementadas no Brasil derivam dos processos de luta e resistência dos trabalhadores. Os assentamentos de reforma agrária, especificamente, conforme discuti no capítulo anterior, resultam dos processos de espacialização e territorialização da luta pela reforma agrária. No caso sergipano, que trato nesta seção, a inexistência de um Instituto de Terras, ou de outro organismo dessa natureza, determina que todos assentamentos de reforma agrária, aqui perscrutados, sejam criados e

geridos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Portanto, as normas de implantação emanam desse Instituto, e as dinâmicas e formas-conteúdos assumidas pelos territórios em questão são produto ora da interação, ora do conflito entre o INCRA e as formas de organização sociopolítica dos sujeitos sem terras, além da organização camponesa a que tais sujeitos estão vinculados, neste caso, o MST.

Ainda durante o período da luta pela terra, os trabalhadores, ao desencadearem o conflito, seja por meio de uma ocupação de terra ou de uma manifestação, a fim de denunciar o descumprimento da função social da propriedade de um dado latifúndio, são cadastrados, inicialmente, pelo INCRA, como público demandante e potencial beneficiário da política de assentamentos. A obtenção da área, dependendo da propriedade, de sua dimensão e dos indicadores de função social da terra, pode assumir três formas distintas: desapropriação, aquisição e obtenção não-onerosa. Esta última tem como destino o Programa Nacional de Reforma Agrária de terras pertencentes ao Estado. A aquisição refere-se à compra direta do imóvel pelo proprietário, e ocorre, geralmente, quando a área particular não se enquadra no ordenamento jurídico desapropriacionista, e o fazendeiro está disposto a vendê-la.

Já a desapropriação decorre da constatação do descumprimento da função social da terra (nas dimensões produtiva, social e ambiental), mediante laudo de vistoria do imóvel realizado pelo INCRA, no qual o judiciário deve decidir sobre a desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária, obrigando-se o Estado a pagar os valores determinados das benfeitorias à vista e, da terra, em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em até 20 anos. O imóvel arrecadado incorpora-se ao patrimônio da União, que tem a atribuição de criar, implantar, monitorar e contribuir com o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, de forma a viabilizar as condições necessárias para a fixação dos camponeses na localidade, e com a realização de atividades produtivas.

Os camponeses, por sua vez, recebem a terra, anteriormente de domínio privado, do domínio público federal, em regime de cessão de uso, e estão impedidos de vendê-la até que o assentamento de reforma agrária se emancipe. Poucos assentamentos no Brasil atingiram esse grau de desenvolvimento, algo que, diante das deficiências das políticas de reforma agrária, parece-me desvantajoso para os camponeses, tendo em vista que transfere a responsabilidade de gestão dos projetos do INCRA para os assentados, ao mesmo tempo em que os trabalhadores historicamente têm demonstrado, por meio de suas lutas e

reivindicações, que desejam e necessitam de um maior comprometimento por parte do Estado, com relação ao desenvolvimento dos assentamentos criados e à recuperação daqueles já existentes.

A lógica neoliberal estende seus tentáculos até a política de assentamentos, com o objetivo de acelerar o processo de desresponsabilização do Estado para com essas áreas. Exemplo emblemático é o Programa de Consolidação e Emancipação (PAC), resultante de acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e executado pelo INCRA. Este programa realiza investimentos em infra-estrutura socioeconômica, assessoria técnica e treinamento, forjando a consolidação dos assentamentos e proporcionando a descentralização da gestão.

Mas deixemos esta digressão de lado e voltemos ao processo de implantação das áreas, às políticas sociais, e às condições de subsistência das famílias nos assentamentos de reforma agrária. Em Sergipe, todos os cinco projetos de assentamentos de reforma agrária perscrutados foram criados por meio de medida desapropriatória. Portanto, há que considerar que são áreas que estiveram subutilizadas durante anos, em um dos casos, por mais de uma década. Os latifúndios desapropriados, quando do seu funcionamento, adotavam práticas predatórias social e ambientalmente. Portanto, as áreas onde estão sendo criados os projetos de assentamentos (PA's) encontram-se em estágio de profunda degradação e exigem recuperação. Por sua vez, os trabalhadores encontravam-se há anos excluídos do processo produtivo e, com a criação dos assentamentos, estão vivenciando a conquista do sonho de uma vida inteira, que inclui a necessidade de ressocialização mediante a entrada na terra de trabalho.

A implantação dessas áreas é normatizada por um conjunto de legislações constitucionais, infraconstitucionais, e de instruções normativas do próprio INCRA, de tal modo que, posteriormente, a definição da relação de famílias beneficiárias, tomada pelo INCRA em conjunto com o movimento camponês, começa com a liberação de Crédito Instalação, das Obras de Infra-Estrutura, e dos Serviços de Implantação. O Crédito Instalação tem por objetivo precípua criar as condições mínimas de alimentação, habitação e produção nessa fase inicial de implantação. Está estruturado em seis modalidades, cujos valores são liberados por família e aplicados coletivamente, a saber:

1) Modalidade Apoio Inicial – no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), destina-se ao auxílio alimentação, compra de ferramentas, insumos diversos, animais e/ou outros itens indispensáveis para desencadear a fase produtiva;

2) Modalidade Aquisição de Materiais de Construção – destina-se à construção ou reforma das habitações no projeto de assentamento, incluindo também o pagamento de mão-de-obra. Em junho de 2007, o governo elevou o valor desta modalidade de R\$ 5.000 (cinco mil reais) para R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

3) Modalidade Adicional do Semi-Árido – no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), objetiva garantir a estrutura hídrica às famílias assentadas em regiões semi-áridas, mediante a construção de objetos de captação, armazenamento, e distribuição de água;

4) Modalidade Recuperação e Materiais de Construção – direciona-se para a promoção da melhoria física das residências que demandam reforma ou ampliação devido a deterioração. Também em junho de 2007, o governo reajustou a modalidade de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

5) Modalidade Fomento – No valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), destina-se à aplicação em bens de produção, tais como: sementes, mudas, matrizes, etc, para a geração de renda;

6) Modalidade Reabilitação de Crédito Produção – criada em junho de 2007, destina R\$ 3.000,00 (três mil reais) à recuperação da capacidade de acessar novos créditos às famílias que contrataram financiamentos do Programa Nacional de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

Estes créditos devem ser pagos pelos beneficiários em parcelas anuais e sucessivas, amortizados em até 20 anos, e com carência de 3 anos, contada a partir da efetiva liberação do crédito para a Associação, e, no caso de o pagamento ser realizado até a data do vencimento das anuidades, será concedido um rebate do total concedido. Há exceções que serão totalmente subsidiadas, como as modalidades Apoio Instalação e Adicional Semi-Árido (INCRA, 2004a).

A respeito dos serviços de implantação do PA, está prevista a destinação dos seguintes montantes por famílias para aplicação coletiva: a) até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para a execução de serviços de medição e demarcação topográfica; b) até R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), Capacitação, Supervisão e Acompanhamento da fase de implantação dos Projetos de Assentamentos; c) até

R\$ 200,00 (duzentos reais), para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Caso este seja realizado pela equipe de ATES, contratada pelo INCRA, será acrescido ao valor da ATES o correspondente a R\$ 200,00 (duzentos reais), para fazer jus a esses serviços; d) R\$ 100,00 (cem reais) para a elaboração do Plano de Recuperação de Assentamento (PRA). Ocorre o mesmo que no item “c”, quando a equipe de ATES assumir estes serviços. Sobre a implantação de serviços de infra-estrutura básica, predeterminada no Plano de Desenvolvimento do Assentamento, prevê-se, também com repasse por família e aplicação coletiva, a aplicação de: a) até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para estradas; b) até R\$ 2.000,00 (mil reais) para energia; c) até R\$ 1.000,00 (mil reais), por beneficiário, para água; d) até R\$ 1.000,00 (um mil reais), por beneficiário, para manejo de recursos naturais a título de Recuperação de Assentamento - Recursos naturais (INCRA, 2004a).

Nessa política agrária, diferentemente do crédito fundiário, a aquisição de terras ocorre mediante uma ação do Estado e a incorporação ao seu patrimônio, concedendo aos trabalhadores o direito de explorar produtivamente as terras. Para tanto, contam com uma política de créditos destinada a viabilizar a infra-estrutura necessária à moradia, produção, e geração de renda. Esses créditos apresentam valores pré-estabelecidos por família e são reembolsáveis aos cofres públicos. A natureza dos créditos iniciais assemelha-se muito ao Sistema de Investimentos Comunitários da CRA (não reembolsável na linha de financiamento CPR e reembolsável na linha CAF).

Contudo, há que se observar ao menos duas questões importantes. A primeira refere-se ao fato de que, enquanto na RA os valores são fixos por família e independem do custo da aquisição da área, na RAM os valores são variáveis até um teto pré-determinado regionalmente, mas o valor da área pode influenciar no montante disponível para o SIC, promovendo distorções tais como aquelas apresentadas no sub-item anterior. A segunda questão refere-se ao fato de que o montante do valor do crédito instalação supera o teto da estabelecido na RAM, em particular em Sergipe, onde o teto varia de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Dito isso, a partir deste ponto, remeto o leitor às territorialidades em construção nos assentamentos de reforma agrária.

Durante a primeira, de três visitas ao Assentamento Treze de Maio, tive a oportunidade de entrevistar simultaneamente o assentado e líder religioso da comunidade, e um dos dois técnicos agrícolas que realizam assessoria técnica, social, e ambiental, junto à comunidade. Naquele março de 2005, em que o assentamento completaria um ano de implantação, as famílias já haviam recebido o crédito para a aquisição dos materiais de construção e tinham realizado a construção das casas nos lotes destinados à moradia. As 41 habitações foram construídas em uma disposição linear, com lotes de 20 metros de frente, e, uma vez que os lotes se encontram dispostos paralelamente entre a rodovia BR-101 (na parte frontal do imóvel) e o Riacho Cafundó (ao fundo), as famílias decidiram que a metragem de fundo do lote ficaria a critério de cada família, de acordo com sua capacidade de ocupar produtivamente o espaço até esses dois limites.

Durante todo o período da investigação, a paisagem esteve marcada por uma composição entre o novo e o velho. Refiro-me à edificação das novas casas de alvenaria, rebocadas e pintadas, cobertas com telhas, avarandadas (ou não), de acordo com a escolha de planta realizada pela família, casas essas em cujo *quintal* era freqüente a permanência dos barracos de lona, metais, madeira, etc, que serviram de moradia durante a fase do acampamento, e que agora, refuncionalizados, destinavam-se a guardar as ferramentas de trabalho.

No momento da primeira visita, a Associação de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente do Assentamento 13 de Maio acabara de ser criada e registrada, de forma que se pode compreender a não liberação pelo INCRA dos recursos do crédito fomento no primeiro ano, uma queixa muito presente em todos os assentados contatados. As parcelas produtivas destinadas a cada umas das famílias somente passaram a ser divididas a partir do ano de 2006. Foi relatado, ainda, que o crédito de apoio inicial, previsto para ser liberado em parcelas de aproximadamente R\$ 200,00 (duzentos reais), sofreu atraso de 90 dias. Isto representou para a comunidade uma fase de dificuldades, pois, no momento em que os trabalhadores conquistaram a terra de trabalho, desprovidos de ferramentas e recursos elementares para iniciar a produção, passaram por um período de extrema escassez, com a suspensão do auxílio governamental de doação de cestas básicas. Por sua vez, a primeira parcela do crédito fomento somente foi liberada após o inverno de 2006, ou seja, após o período propício para realização dos cultivos. Elucidativo desta condição é o depoimento da liderança local, colocado a seguir:

E... a princípio o INCRA também... amarrou um pouquinho, sabe, sufocando muito o pessoal que morava aqui. Por exemplo, os crédito, pra sair o primeiro créditos foi uma... dificuldade tremenda, que é o fomento propriamente dito. É deliberado 2.400 reais pra passar dois anos. Com 2.400 reais veio pra passar muito bem. E assim mesmo, quando passou a primeira parcela de 200 reais, levou quase 90 dias pra... pra trazer a segunda parcela de 250 reais. E dizendo que era pra passar *bem* com esses 200 reais. Quer dizer, aí o pessoal ia ficando desapontado, nós tivemos que dar de cara com alguns funcionários do INCRA que... parece... fazem parte do sistema mas não tem interesse que dê certo, o sistema de Reforma Agrária. Até mesmo nas áreas de assentamento do Movimento tem alguns camaradas aí que pega muito forte, impossibilitando até o bom andamento do processo. Isso aí a gente fica... isso a gente não concorda. Por incrível que pareça a gente ficou mais de 90 dias sem receber o crédito [...] Aí nós agimos de maneira a ir cobrando a todo instante. Aí o camarada diz: “Não, como é que o sem-terra vai pegar o assentamento, com o objetivo de sair o assentamento e aí você... passa noventa dias sem nenhum centavo?!” É suspensa a cesta básica, o governo delibera... Aí já é suspensa a cesta básica contando com o fomento, que é o crédito de sustentação, até que tenha produção. E esse crédito foi... repassado de uma maneira muito... muito humilhante! Porque você passar noventa dias pra receber 200 reais é um... O camarada com três, quatro filhos, a produção ainda sem... sem nenhum crédito pra você investir... É brabo! (Entrevista, E.P.S., 2006)

A fim de superar as dificuldades da fase inicial do assentamento, foi criado, a partir da luta cotidiana, um conjunto de estratégias. Os trabalhadores decidiram pela organização das 41 famílias em 4 grupos de 10 ou 11 famílias, agrupados espontaneamente de acordo com os laços de afinidades construídos no local de origem e nos acampamentos em que viveram. A criação dos grupos atende a uma orientação do MST e tem, ao menos, duas finalidades: a) facilitar o processo de discussão e aprofundamento de temas de interesse da comunidade; e b) estimular e organizar a realização do trabalho produtivo comunitário. Quando o tema discutido apresentar maior polêmica, a discussão prossegue nos grupos e a deliberação ocorre em Assembléia. Mesmo após a criação da Associação, esta forma organizativa persistiu e compõe a real forma de organização político-produtiva da comunidade, em detrimento da Associação, que figura apenas como um instrumento político-burocrático, destinado basicamente à captação de recursos.

Os membros dos grupos organizaram-se em torno do trabalho comunitário, em diferentes atividades produtivas, com vistas a superar as limitadas condições de produção, predominantes na fase de implantação do assentamento. Os resultados da produção eram divididos entre os membros do respectivo grupo, proporcionalmente ao total hora-trabalho de cada integrante. Outra estratégia adotada foi a construção de uma rede de aliados para

conseguir apoio externo à viabilização das condições produtivas ou potencializar uma atividade já em desenvolvimento. Um apoio marcante nesse processo foi o do Prefeito do município de Japaratuba, Padre Geraldo¹⁵, que, por meio da Secretaria Municipal da Agricultura, concedeu, a princípio, 120 horas-máquina, e distribuiu sementes para iniciar a produção. Vejamos como os trabalhadores se posicionam a respeito.

A nossa sorte é que no 13 de Maio foi o potencial do prefeito, Padre Geraldo, que nós conversando com ele, a gente como presidente da associação... Conversamos com ele e aí ele deliberou uma média de 120 horas-máquina, pra que o pessoal pudesse fazer uma roça. Foi daí que veio uma boa produção e a gente começou... a tirar o sustento. Mas se dependesse do crédito seria um sufoco danado! (Entrevista, E.P.S., 2006)

Além das boas condições edafoclimáticas da localidade, outro fator determinante para que a diversidade agrícola apresentasse a prosperidade verificada foi a assistência técnica engajada à realidade da comunidade. Os serviços de Assessoria Técnico Social e Ambiental (ATES) são prestados pelo Centro de Capacitação Canudos - CECAC, entidade jurídica ligada ao MST. Dos técnicos indicados para assessorar a área, um reside no município vizinho e o outro, assentado neste projeto, já cursava Engenharia Agrônômica, curso oferecido pela Universidade Federal de Sergipe, em parceria com o MST e o INCRA, em turma especial para assentados e filhos de assentados de reforma agrária. A conclusão do curso está prevista para este ano de 2008. Evidencia-se, assim, uma concepção estratégica de possuir e manter organicamente, na comunidade, profissionais qualificados de nível superior com formação, qualificação e engajamento político, para contribuir com o desenvolvimento da localidade. Vale aqui dar *voz* ao técnico engajado.

Eu participo mais da questão do setor de produção do Movimento e da questão da militância. A parte política, a parte de organização dos assentamentos a gente está envolvido sempre, não só na parte técnica, mas também acompanhar, por exemplo, quando o INCRA vem aqui discutir a construção das casas, a gente tem que estar presente, a gente tem que dar as idéias do movimento e passar o que o movimento quer para esses assentamentos e para os outros e acordar as pessoas para não cair na jogada de certa pessoas que existe nestes órgãos, o INCRA de Sergipe hoje, tem uma Superintendência muito boa, é Superintendente que é voltado para as

¹⁵ Padre Gérard Lothaire Jules Olivier, nasceu na Bélgica e veio para o Brasil em 1965, a convite de Dom José Brandão de Castro, então bispo da Diocese de Própria. Foi vigário da Igreja Nossa Senhora da Saúde, em Japaratuba, onde passou a ser chamado pela população como Padre Geraldo. Popagador de uma mensagem progressista, sua trajetória de vida está marcada pelo apoio incondicional à luta pela terra e contra o latifúndio, sobretudo na zona da mata sergipana (Cf. RAMOS FILHO, 2002). Foi prefeito de Japaratuba, entre 1989 e 1992, e de 2001 a 2004, quando foi reeleito para o terceiro mandato, de 2005 – 2009.

questões sociais, mas no entanto os funcionários não se mostram com vontade de fazer a sua parte enquanto gestor público... (Entrevista, A., 2005)

Outro passo foi a indicação de uma militante do MST, que atua na secretaria da organização na capital, para ser beneficiária no PA 13 de Maio. Além do seu engajamento político, vislumbra-se que essa jovem, também estudante do curso de Engenharia Agrônoma, venha contribuir com o desenvolvimento da comunidade. Contudo, há divergências por parte do INCRA em reconhecê-la como sem-terra. A esse respeito, vejamos a compreensão de um assentado sobre a situação.

a Luciene, essa agrônoma, seria pra... até pra fazer da própria direção, pra nos estimular pra que viesse... desenvolver melhor a ADESAN, com os seus conhecimentos...[...] Inclusive não tá fixado o nome dela no assentamento, por conta que o INCRA ainda tá... O de Pedro sim, tá concretizado, mas o de Luciene ainda não está. Nós tamo lutando pra... pra que ela tenha casa, tudo certinho, tal... Mas o INCRA não concorda, porque achar que ela não vai viver da terra. Mas ela, queira ou não queira, ela vai viver... das questões agrária, porque... é agrônoma, e é filha de assentado. Hoje ela não está bem ligada por conta de estar trabalhando na Secretaria do Movimento, mas caso contrário seria uma professora ou estaria prestando serviço aqui no assentamento. Mas... mesmo assim o INCRA rebate contra. [...] Segundo ele, eles diz que ela nunca vai ser uma agricultora. Então o que é que ela é? Ela tem tudo pra ser uma agricultora, rapaz. Mas quem rebate isso é o Gonzaga, e a gente acha isso absurdo, essa versão dele. Porque um é e outro não é?! A tendência dela é se casar, e casar com um técnico, um técnico agrícola. Vai viver da terra, meu filho. Tinha mais é que botar... Queira ou não queira... Ela pode até não pegar na enxada, mas que vai fazer roça sim, isso eu quero crer que sim. Que vai ter produção no lote isso vai, sem dúvida. E ele não concorda, o pessoal do INCRA. E eu acho isso um absurdo! (Entrevista, E., 2006)

Compreendo que o profissional que atua na assessoria técnica, social e ambiental, é um gestor de políticas públicas, cuja atribuição é atuar em consonância com os assentados, contribuindo para a concretização do desenvolvimento territorial do assentamento em sua multidimensionalidade (social, política, econômica, ambiental, cultural, democrática, etc). Sua ação deve contribuir para que os assentados aprendam a aprender, aprendam a fazer o seu desenvolvimento territorial com autonomia, e façam-no aprendendo e ensinado. Para tanto, é fundamental que o profissional tenha amplo domínio do conhecimento, autonomia de aprender e ensinar, e esteja profundamente engajado com as comunidades onde atua. Se existe a possibilidade de viver na comunidade onde atua, não apenas o desenvolvimento desta poderá ser mais amplo, como também a própria comunidade poderá servir de referência para a construção de experiências e modelos alternativos.

Tomando como referência a polêmica em tela, o desencontro reside na concepção de perfil de beneficiário adotada pelo INCRA e pelo MST. Enquanto o primeiro demonstra uma compreensão conservadora, de que o sujeito potencial para ingresso no Programa de Reforma Agrária é aquele miserável, de baixa ou nenhuma qualificação, com trajetória de vida ligada diretamente à produção agrícola, o segundo compreende que os critérios de ingresso na terra devem ser respeitados para que se evite distorções que levem a deslegitimação da própria política. Porém, ainda na visão do MST, as pessoas a serem contempladas não apenas poderão viver diretamente da agricultura, como poderão atuar nos assentamentos, contribuindo com a construção do conhecimento, da tecnologia e da produção nos/dos territórios.

Portanto, advogo que, desde que atendidos os critérios de elegibilidade da política de assentamentos, um engenheiro agrônomo, um geógrafo, um professor, um médico, ou qualquer profissional, pode ser eleito como beneficiário da política em questão. Na prática, a ação dos assentados traduz a ânsia de superar-se, desenvolver-se, contribuir com a sociedade, emancipando-se frente às debilidades e distorções verificadas nas incompletudes, intermitências, e desvinculação desse estratégico serviço para as comunidades camponesas. Para a liderança estadual do MST-SE, a questão é vista da seguinte forma:

Pois é, aqui, em alguns estados, a assistência técnica é feita através do Estado ou de, de entidades privadas não tem assim vínculo com o campo, na verdade empresas são criadas e ganho licitações e vão lá atuar no campo, ou seja, e acaba virando um problema né, porque [...] você não dá pra botar um técnico no assentamento que num saiba o que é reforma agrária, num sabia a luta que eles passaram até chegar ao assentamento. Aqui em Sergipe nós desde o início, nós fizemos essa opção de, de criar as nossas condições pra ter as nossas equipes técnicas, não só reconhecidas dentro dos, dos, dos programas. E nós temos, por exemplo, vários técnicos que se formaram na Paraíba, bancado pelo Movimento, pelo PRONERA ou não, tem técnicos filhos de assentados que nós bancamos pra fazer curso em, em assim na Escola Agrotécnica Federal de Sergipe, então nós fizemos a opção de criar uma, uma equipe de técnicos militantes, filhos de assentados. [...] Na verdade num tem uma política efetiva e permanente de assistência técnica, nem o Estado não se preocupa em fortalecer suas empresas que seria o ideal o Estado ter condições, que parte disso que eu tô colocando o Movimento acaba fazendo o que é papel do Estado. Porque *não tem opção*, na verdade o ideal seria que o Estado tivesse estruturado suficiente pra prestar uma boa assistência técnica, pra dar educação, pra saúde nos assentamentos, nos acampamentos, na sociedade como um todo. Como isso não acontece a, o Estado não tem técnicos suficientes, não tem equipamento, não tem carro,

não tem estrutura pra fazer assistência técnica, nós conseguimos esse tipo de parceria [Lumiar, ATES, CONTRACAP, etc] pra fazer esse trabalho e assim mais o grande desafio nosso é a continuidade. Esses programas são temporários, muda o governo muda o programa, não é uma política pública efetiva, são programas passageiros, então, por exemplo, nós ficamos, nós passamos um ano tendo assistência técnica, essa assistência técnica dependia de um convênio que atrasava então nós passamos meses assim alguns períodos de quatro, cinco meses sem nenhum técnico receber recurso, devido a um atraso numa questão burocrática do INCRA. Toda equipe parava, parava ou continuavam fazendo um trabalho de militância, mais sem transporte, sem combustível, sem salário e assim além de mesmo nesse período de onde, de vigência do, do programa, do projeto tinha esses problemas e, há um ano, há mais de um ano que o projeto acabou. [...] O ideal seria isso, mais se o Estado não tem condições nós temos que ver as alternativas, [...] essa é a nossa diferença, tem que ser o Estado, mais o Estado não tem condições então fica sem assistência técnica, mais então, o quê que acontece, alguns funcionários do INCRA criam barreiras pra renovação dos convênios, criam dificuldades e os convênios acabam virando, virando ano numa sala, numa gaveta e o povo sem assistência técnica, então assim resumindo nossa maior dificuldade é a continuidade, ou o Estado presta de verdade assistência técnica ou cria condições pra que os assentados possam escolher seu, sua empresa, seus técnicos e aí fazer uma assistência técnica alternativa respeitando o que Estado propõe pra o campo, pra agricultura, os PRONAF's. [...] se não tiver uma boa assistência técnica pra você ta reeducando, [...] é interessante que ele tenha uma boa assistência técnica que mostra uma técnica nova, que mostre um equipamento novo, um... até um... modelo também [...] então uma assistência técnica é dos gargalos do movimento, por isso essa briga nossa ou o Estado dá ou cria as condições pra gente se virar, o que não dá é ficar sem! (Entrevista, E.L., 2007) [grifos do autor]

Nesse contexto, deparei-me com uma área comunitária de 0,8 hectares, destinada à produção de hortaliças, e outras duas áreas, respectivamente, de 1 e 2 hectares, que estavam sendo preparadas para iniciar a produção, cuja a meta era atingir 3 hectares, enquanto que outra porção comunitária dedicava-se à produção de mandioca. Em mutirão, foram construídos dois viveiros para a prática da piscicultura, mediante o represamento do Riacho do Cafundó, limítrofe ao assentamento. O abastecimento de água é viabilizado por uma bomba emprestada por uma Associação de Trabalhadores ligada à Igreja Católica, de outra localidade, com a qual P.N. mantém relações próximas. Os alevinos foram doados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), organismo com o qual os camponeses em 2006, a implantação de um projeto de irrigação da horta comunitária.

Além das roças familiares de mandioca, milho, feijão e frutíferas, plantados nos lotes de moradia, quando do meu retorno, em 2006, foi relato que a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, havia doado 3 ovelhas para 12 famílias que

tinham experiência com esse tipo de criação. Segundo relatos dos assentados, em 2005, a produção de mandioca chegou a 70 toneladas e, em 2006, a 140 toneladas, somadas ainda à diversidade de cultivos, dentre os quais, pude registrar: quiabo, abóbora, maxixe, frango, e tomate. Sobre a horticultura, o técnico entrevistado deixou claro que o projeto é desenvolver o conhecimento para atingir uma produção orgânica certificada, agregando valor à produção e viabilizando alimentos saudáveis para as famílias. Em 2006, os camponeses afirmaram já ter recebido a primeira parcela do PRONAF-A, sendo que foi possível identificar que parte do recurso foi investida na aquisição de uma vaca leiteira por família.

Outra atividade de destaque na geração de renda, introduzida por P.N. e difundida junto à comunidade, foi a apicultura. Segundo os assentados, cada família aprendeu as técnicas de produção do mel e agora dispõe, no fundo do lote de moradia, de pelo menos duas caixas destinadas à criação de abelhas. P.N. declarou que o mel produzido na comunidade é de boa qualidade e tem mercado garantido, sendo que a produção é vendida diretamente a um comerciante da capital Aracaju, o qual o recolhe o mel no próprio local de produção. Antes disso, o mel é engarrafado e rotulado, e uma pequena parte dele é destinada à exposição e venda na *lojinha da agricultura*, mantida na Secretaria Municipal da Agricultura de Japarutuba, proporcionando, dessa forma, tanto agregação de valor ao produto, como geração de renda e divulgação do assentamento (Figura 21).

Contudo, nessa área, os relatos, dos técnicos, lideranças e assentados, foram todos enfáticos ao afirmar que nenhuma das famílias necessita trabalhar fora do lote de produção para garantir recursos à subsistência. Isto se dá, em primeiro lugar, em virtude das condições geográficas da propriedade, que incluem a qualidade dos solos, a disponibilidade de água para produção irrigada, as vias de acesso estruturadas, e a proximidade de mercados consumidores, além da grande quantidade de trabalho a ser executado no interior do assentamento.

Essa diversificada produção, com exceção do mel, está destinada prioritariamente para o consumo das famílias, sendo que o excedente das hortaliças é comercializado nas feiras livres dos municípios circunvizinhos, em uma banca de um dos assentados, na feira. Estava em curso uma articulação/negociação com a prefeitura do município para vender diretamente a ela as hortaliças produzidas, a fim de suprir parte da necessidade do programa de merenda escolar. Uma atividade considerada de importância na

geração de renda foi a venda de grande quantidade de mandioca para o programa federal Compra Antecipada/CONAB.

FIGURA 21 – JAPARATUBA - MEL 13 DE MAIO - 2005



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, mar., 2006)

Sobre a implantação da infra-estrutura comunitária, em 2006, já havia estradas internas implantadas, água encanada e luz elétrica, em cada domicílio, sendo a última um serviço resultante do programa federal Luz para Todos. Não havia na comunidade um posto de saúde, algo que, a meu ver, não é tão problemático em face da proximidade da sede municipal e da facilidade de acesso. Além disso, a comunidade destinou a um agente de saúde aliado, que atua no posto de saúde de Japaratuba, espaço em seus lotes, para que construísse a moradia de sua família. Em contrapartida, este sujeito, quando necessário, retira as fichas de consulta médica na cidade para as famílias que necessitam de atendimento. A prefeitura destina ainda, periodicamente, um médico para visitar o assentamento, o que torna possível o acompanhamento das condições de saúde da comunidade. Em caso de emergência, as famílias telefonam para a cidade e a ambulância do município desloca-se até a localidade para atender ao caso.

Com relação à educação, os assentados acessam diferentes modalidades. A educação formal é acessada no município, sendo que os estudantes em idade regular (crianças e jovens) são atendidos pelo transporte escolar municipal. Assim como em outras áreas, as crianças que cursam o ensino fundamental estudam no turno diurno, e os jovens e adultos, no período noturno. Foi aberta, ainda, uma turma de alfabetização de adultos, cujo responsável as famílias não souberam precisar. Entre aqueles que estudam à noite, fora do assentamento, há reclamações de que, no trajeto de retorno para casa, o grupo do assentamento é penalizado por ser entregue por último, o que implica uma longa permanência dentro do ônibus, apesar de serem, entre os usuários do transporte escolar, aqueles que vivem mais próximos da escola.

Com relação aos estudantes de educação infantil, foi relatada a existência de uma grave prática de discriminação da parte de colegas de escola, do transporte escolar, e de professores da unidade de ensino. A discriminação se realiza com ofensas verbais, tais como, *neguinho* e/ou *ladrão de terras*. Esses fatos levaram a liderança local a pressionar o prefeito para melhorar o transporte escolar, com a ameaça de retirar as crianças em bloco da escola, caso a prática continue. Houve também a reivindicação da implantação de uma unidade de ensino no próprio assentamento.

Há ainda duas modalidades de ensino não-formal, acessadas pelos assentados. Uma delas refere-se aos cursos destinados à formação política da base dos movimentos sociais. Durante a visita, em agosto de 2007, estava sendo realizado, no casarão antigo da fazenda, um seminário do coletivo de juventude do MST, que reuniu jovens de diferentes partes de Sergipe. Cabe aqui uma digressão. Há uma preocupação com a ação de formação política da juventude do PA 13 de Maio, para que evitem *desvios de conduta*, tendo em vista a influência que podem sofrer, devido à proximidade do PA em relação à cidade, à zona turística e à rodovia federal.

Outra modalidade de ensino não-formal refere-se aos cursos de capacitação, ministrados na comunidade, em Japarutuba ou em Brasília. Tais cursos derivam de parcerias realizadas com EMBRAPA, CODEVASF, INCRA, Prefeitura Municipal ou com o próprio MST. As temáticas abordadas estão relacionadas com os sistemas produtivos praticados na localidade, ou seja: horticultura, cooperativismo e associativismo, crédito agrícola, e agroecologia.

Enquanto algumas famílias declaram ser beneficiários do Bolsa Família, outras demonstravam descontentamento por não terem sido contempladas. Todavia, a posição predominante entre beneficiários é sintetizada no depoimento abaixo:

Já me inscrevi. Já tem umas três vezes que eu me inscrevo e não tem resposta nenhuma. Então é aquilo que eu digo, se eu... Eu quero que o governo me dê as condições de eu fazer minha cesta básica, porque a dele não tá chegando. Então ele me dando condições eu não vou esperar por a dele mais não. Eu quero que ele me dê condições de eu ir caminhando, porque o transporte dele vai atrasar muito pra mim (Entrevista, T., 2007).

Na Associação de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente do Assentamento 13 de Maio, o técnico local declarou que uma das prioridades é a revitalização do Riacho Cafundó, que corta o imóvel. Contudo, é muito presente, na comunidade, a denúncia sobre uma seqüência de impactos produzidos por despejo de dejetos industriais e represamentos, realizados ilegalmente por fazendeiros, a montante do assentamento. Neste, constatei uma condição de assoreado e a ausência de cobertura vegetal em suas margens, confirmando a necessidade de esforços para sua recuperação do Riacho Cafundó (Figura 22).

FIGURA 22 – ASSOREAMENTO E USO PARA COLETA DE ÁGUA NO RIACHO CAFUNDÓ - PA 13 DE MAIO – JAPARATUBA



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, abr., 2006)

Em 2007, as famílias relataram que houve intervenção da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), obrigando-as a alterar a forma de uso do respectivo riacho. O fato é que uma das áreas localizadas às suas margens estava sendo ocupada com a horta comunitária. As declarações sobre este fato, embora estejam truncadas, acusam a ocorrência inclusive da detenção de um assentado. Interessa-me, neste ponto, referir que a medida proibitória de utilização dessa área determinou que os assentados deslocassem a horta comunitária para uma área sujeita a alagação no inverno, de forma que esse sistema agrícola, apesar de ter tido a área plantada ampliada para 18 hectares, agora está limitado ao período do verão. Esse constrangimento é decorrente de o licenciamento ambiental de competência do INCRA ter ocorrido somente após a entrada das famílias na área e do início espontâneo das atividades produtivas. Essa inversão, frente à necessidade de criação de condições alimentares imediatas, levou as famílias a utilizar inadequadamente o Riacho Cafundó.

O Projeto de Assentamento Luiz Beltrano, no momento da pesquisa de campo, em abril de 2006, encontrava-se em fase de instalação, e completaria um ano de criação. As famílias haviam recebido do INCRA o crédito Aquisição de Material de

Construção e também as primeiras parcelas dos créditos Apoio Inicial e Fomento. Enquanto o primeiro proporcionou a construção de casas de alvenaria, o segundo está sendo liberado em parcelas destinadas à garantia da alimentação familiar. Contudo, as famílias têm uma postura de crítica e de denúncia, idêntica a que encontrei nos demais assentamentos de reforma agrária, uma vez que o INCRA não repassa o recurso em espécie para os assentados, mas sim em produtos, neste caso, alimentos fornecidos em quantidade padronizada para todas as famílias, de acordo com o montante da parcela a ser liberada (em média de R\$ 200,00 (duzentos reais)), independentemente da sua composição. Os assentados afirmam que esse procedimento gera o superfaturamento da mercadoria pelo supermercado fornecedor, o qual lhes entrega mercadoria de baixa qualidade, com alimentos insuficientes para famílias mais numerosas, e desperdício entre as famílias menores, como vemos no depoimento a seguir.

[...] o INCRA faz um trabalho errado, porque a gente pode dividir o dinheiro... Se a gente tem o dinheirinho lá, ainda se a gente... com a ajuda do... dos trabalho, a gente trabalhando fora, e com a ajuda daquele dinheiro. Mas a gente vai, compra aquela coisa, aquela comida toda, às vezes pra quem tem dois filho aquela comida tá ruim, ele já sacode fora, porque não vai comer uma comida [inaudível]. Então saca fora. Porque minha casa, que é dez pessoas, tem compartimento que se eu fosse tirar até 150 de comida, gasta naquela semana. Agora tem casas aí que é duas pessoa. Será que vai gastar toda essa comida? Não vai, aquela comida se perde. É coisas que o INCRA passa e passa errado esses negócio. Agora na minha casa, até 200 reais de comida bastava numa semana. Então quer dizer que não se perde nada. (Entrevista, H., 2006)

Por sua vez, o crédito fomento foi investido na compra de rebanho ovino e na implantação dos primeiros cultivos de milho, feijão e quiabo. As famílias relatam que a opção pela compra de rebanho ovino foi um equívoco induzido pelos técnicos da área, pois, como não há pastos em abundância e os lotes familiares ainda não estão cercados, essa criação tem gerado muita fadiga, uma vez que necessita que alguém permaneça todo o dia pastorando as ovelhas. Tendo em vista que as parcelas produtivas ainda não tinham sido demarcadas e nem o licenciamento ambiental tinha sido elaborado, até aquele momento, as famílias ainda não haviam acessado créditos do PRONAF-A.

O preparo da terra é realizado por meio de trabalho comunitário e os tratos culturais da roça e destinação da produção, realizados por cada família em particular. Os produtos ainda são pouco diversificados e produzidos em pequenas quantidades, as condições edafoclimáticas da zona sertão semi-árido, onde está inserido o assentamento, são limitantes, em particular, com relação à disponibilidade de água. Tais fatores, associados à lentidão da

legalização ambiental da área, à divisão das parcelas, e à concessão dos créditos agrícolas, têm determinado que os assentados - assim como a maioria dos mutuários da RAM - tenham que vender sua força de trabalho como diaristas, para os fazendeiros da região, como forma de garantir a subsistência familiar. Conforme explicitado abaixo.

O projetinho que nós tiramo aqui foi o quê? Foi umas ovelha, né, só. Assim mesmo não tinha cercado suficiente pra nós prender as criação. Porque desgostaram e muitos já vendeu. Eu mesmo tô com as minha aí, mas tô de dor de cabeça porque... não tem um lote dividido pra eu poder cercar pra poder... ter a renda mais pra frente. Invés de render... tô com dez criação de ovelha num quintalzinho de duas tarefa. E se eu tivesse no lote? Elas ia passar pra quinze, pra vinte... Eu eu não ia precisar vender, pra poder não andar cansado, trabalhando fora, lá no gado, e cansado de caminhar atrás das criação pra poder elas sobreviver na terra. [inaudível] Porque elas caminham o terreno todo, porque a comida é pouca, aqui no verão a comida quase não tem. Com os lote já dividido eu tinha como fazer vinte tarefa de... pasto pra poder elas sobreviver ali dentro, não tinha filho meu atrás, cansando as perna atrás das criação [...] Eu mesmo, quando ele [filho] tá estudando, eu atrás. Ao invés de estar trabalhando pra dar adquirir o pão pra ele, tô atrás, caminhando pra poder as criação sobreviver, rodando o quadro da gente todo pra poder elas encher a barriga. Entonce tudo isso adianta, pra um pai de família adianta as coisa. (Entrevista, H., 2006)

O Projeto de Assentamento Karl Marx, visitado em agosto de 2007, apresentava cerca de 3 anos de implantação. Já havia sido liberado o Crédito Instalação nas modalidades cabíveis, de forma que as famílias, em cerca de 45 dias, já tiveram suas casas construídas, e, em 6 meses, obtiveram a eletricidade pelo programa federal Luz para Todos. Considerando os custos previstos, as famílias puderam alterar a planta original das casas, para melhor adequá-las ao tamanho da família e aos hábitos cotidianos. Foram adquiridas algumas ferramentas e implantadas criações de um gado leiteiro, de ovinos, de galinhas, e os cultivos de milho, feijão, mandioca, árvores frutíferas, tais como, manga, coco, além de cana, ervas medicinais, etc.

A organização interna do assentamento acompanha a diretriz do MST, ao criar uma associação, em face da necessidade de ter uma pessoa jurídica, e ao fomentar a organização das famílias em grupos, tal qual ocorre no PA 13 de Maio. Todas as atividades produtivas estão sendo realizadas no lotes familiares, tendo em vista que, mesmo após ter decorrido o tempo, as parcelas não tenham sido demarcadas. Trata-se ainda de uma agricultura estritamente de auto-consumo, que ocorre, segundo J.E., liderança local, “Na raça, na força bruta mesmo! Porque projeto mesmo de investimento, a gente não tem (Entrevista, J.E., 2007).”

Para compreender o fundamento da problemática na qual pretendo determe, referente ao caso desse assentamento, faz-se necessário recordar que o PA Karl Marx resulta da desapropriação do latifúndio Fazenda Contador, que ficou abandonado por anos, até a implantação do assentamento, de modo que a vegetação nativa iniciou um processo de recuperação. Com a desapropriação do latifúndio, as famílias entraram na terra, mediante a demarcação inicial das parcelas produtivas, e iniciaram o processo de corte da vegetação que rebrotava, para dar início ao processo de exploração das parcelas, seguindo orientação do INCRA, referente àquilo que poderia ser limpo, mesmo que o licenciamento ambiental não houvesse sido realizado, nem os créditos agrícolas liberados. Contavam com a disposição de superar-se e a necessidade de produzir sua subsistência imediata.

Segundo os assentados, entre abril e maio de 2007, o Ministério Público de Sergipe (MP), por meio do promotor de justiça da comarca de Lagarto, Antônio César de Carvalho Leite, denunciou que o assentamento estava cometendo crime ambiental, ao promover o desmatamento da área de reserva ambiental de Mata Atlântica no seu interior. A denúncia ocupou espaço na mídia televisionada e impressa do estado de Sergipe. O jornal CIFORM, de 2 de maio de 2007, publicou matéria informando que o referido promotor havia realizado visita a 11 assentamentos de reforma agrária no município, e apenas 3 possuíam a licença ambiental. Enquanto o MP realizava um conjunto de reuniões com representantes do Governo de Sergipe, IBAMA, INCRA e MST, as famílias encontravam-se em dificuldade de prover seu sustento, impedidas de trabalhar nas parcelas produtivas, e de acessar o crédito agrícola do PRONAF-A, de modo que a produção dava-se apenas no lote destinado à moradia. Segundo versão dos assentados:

O Promotor, que achou que nós távamos desmatando essa área de reserva permanente. Quer dizer, nós fomos numa reunião lá em Aracajú, no INCRA, saímos daqui eu, o Valdemir e outros companheiros de todas as áreas, fomos a direção do Movimento, o INCRA, Promotoria Pública, IBAMA, ADEMA, todo mundo junto. Então, eles estavam acusando os assentados de desmatamento nas áreas de reserva permanente. Então nós mostramos esse croqui pra eles, explicamos que não era verdade, que nós estávamos desmatando o lote que o próprio técnico do INCRA tinha orientado que era pra desmatar só 13 tarefas. Pra quê essas 13 tarefas? Era 13 tarefas onde a gente plantaria o capim de pisoteio e 3 tarefas faria uma roçazinha e plantaria o capim de corda, o popular capim elefante. Mas aí eles questionaram dizendo que a gente tava questionando a área de reserva. E por sinal nós tamo ainda nessa... Tamo aguardando, por sinal, eles vim aqui hoje, entre hoje e amanhã, pra ver realmente, aí eu vou sair com eles pra mostrar todas as áreas. [alguém fala muito perto do gravador – dificuldade de ouvir]. Aí o banco disse que só libera os nossos investimentos quando for um

documento desses órgãos ambientais, na verdade... Que o promotor só libera quando for feita essa avaliação e fizer um documento e mandar pro banco dizendo que tá tudo ok. Caso contrário a gente não vai ficar aqui. Mas um ano sem plantar de novo. Já é 3 anos. E aí é um pouco complicado. Então o problema que nós tamo tendo é só nesse sentido, 40 família parada sem poder nem trabalhar (Entrevista, J.E., 2007). (Figura 23)

Quando questionados sobre as conseqüências desse impasse, os assentados contestaram da seguinte forma:

O que é que implicou?! Implicou aí, olha, olha como nós tamos, com roça tudo parada, sem poder trabalhar, olhando um pra cara do outro...o pessoal indo pra cidade porque não tem o que comer... A realidade é essa, não pode trabalhar como vai produzir? E vai comer o quê? 40 famílias, em torno de 160 pessoas comer o quê? Água?! Não tem, beber água de tanque aí, junto com os cavalos e tudo. A realidade é essa, o que a gente tem que dizer (Entrevista, J.E., 2007).

FIGURA 23 – PA KARL MARX - VISTA PARCIAL DAS PARCELAS PRODUTIVAS - 2007



(Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, ago., 2007)

Diante da problemática exposta, busquei informações da situação junto a técnicos do INCRA, ligados ao setor de licenciamento ambiental. Recebi mensagem

eletrônica em outubro de 2007, da qual constava, anexada a ela, um relatório preliminar das condições ambientais dos assentamentos denunciados em Lagarto, a partir de vistoria realizada entre 1º e 5 de outubro de 2007. A primeira revelação foi que o PA apresenta uma vegetação predominantemente de tipo Caatinga, do tipo herbácea a arbustiva, e não de mata tropical atlântica, conforme propalado na denúncia.

Na visita de campo, os técnicos constaram que a área que sofreu desmate não pertence ao INCRA e, sim, a particular, e tem limites geográficos com o assentamento Por fim, o relatório atesta que a área de preservação permanente do assentamento respeita às normas contidas no Código Florestal e à Resolução CONAMA nº 302 e 303/02, principalmente, quanto à distância das margens, ao longo dos rios, e à conservação das matas ciliares, e que “...**todas as áreas de reserva encontram-se em um ótimo estado de conservação**, e destaque-se que o percentual destinado à reserva, provavelmente, deverá estar acima de 20%, conforme a Lei 4.771/65 (Código Florestal)” (SANTOS, 2007). A presente mensagem informou ainda que o PA já se encontrava com licença ambiental prévia, o órgão ambiental estava aprovando o local, e o INCRA já estava solicitando a averbação da área da reserva, e uma que vez ela estava preservada, não precisaria, obviamente, recuperada (SANTOS, 2007).

O Projeto de Assentamento 17 de Abril encontrava-se com 2 anos e 3 meses de criado, quando realizei o trabalho de campo. Localizado estrategicamente às margens da rodovia BR-101 Sul, ao lado da fábrica de bebidas Ambev, sua proximidade à fábrica era encarada como uma possibilidade interessante de emprego para algum membro da família, embora os assentados fossem céticos quanto a que isso ocorresse, tendo em vista o baixo nível de escolarização e qualificação profissional dos membros da comunidade.

O assentamento já havia recebido os créditos para a construção das habitações, que foram organizadas em duas agrovilas, sendo uma em defronte à rodovia e outra, em estrada vicinal que corta a propriedade. Todas as casas já contavam com eletricidade e água encanada. Estavam recebendo as parcelas do crédito apoio instalação e fomento. Com a primeira parcela dele, foi declarado que realizariam, dentre outros investimentos, a compra de 11 cabeças de gado, coletivamente. Mas, o projeto não foi adiante, porque o pasto não era suficiente para alimentar o gado, e os assentados não dispunham de recursos para comprar ração para alimentá-lo.

A segunda parcela havia sido liberada recentemente e as famílias decidiram realizar, com os recursos, investimentos individuais, como a construção de cercas e aquisição de galinhas. Sobre esta criação, houve relatos de grande mortandade de aves, em função de doenças que não conseguiram identificar e controlar, fato agravado pela inexistência de um acompanhamento veterinário no local. Os tratos culturais do pomar e os rendimentos possíveis destinam-se à coletividade do assentamento e para outras estruturas, tais como, curral e uma área onde será implantado um minhocário para produção de matéria orgânica.

Os assentados planejam implantar, futuramente, uma horta comunitária, para atender as necessidades do assentamento e gerar renda mediante a comercialização do excedente. Ao caminhar pelo assentamento, deparei-me com roças de milho, batata, feijão, abacaxi, maracujá, mandioca, além da presença de várias nascentes que se encontravam totalmente desprovidas de cobertura vegetal, e que estavam sendo exploradas inadequadamente para abastecer de água parte do rebanho bovino e equino. A principal queixa das famílias relaciona-se com a demora na demarcação da parcela produtiva, conforme depoimento abaixo.

...só saiu o lote pequeno e depois é uma demora imensa pra sair um lote grande, isso é desgastante pra gente por que o mato tá crescendo, e mais tarde nois que vamo perder com isso. Porque se o mato crescer aí vai vim o Imbama e aí agente não brigar com o IBAMA, a gente não desmatar, daqui a três anos isso aqui ta fechado, nem esse ralo que tem aí se ninguém buli vai fechar, e como vai desmarcar? Vai desmatar? Se a gente, se a gente, a gente preserva o meio ambiente, quem... nois não podemos fazer esse desmatamento, então o lote tem que ser demarcado e um processo que marque desde pequeno pra pasto, porque não tem gado a tendência é de crescer mato, não tem gado, não plantam capim, ta parado a tendência é de crescer e se cresce o prejuízo é pra gente, por que depois de grande não vai ter como desmatá, nem demarcar nada! E esse lote pequeno aqui num dá pra gente sobreviver o resto da vida, num tem como, a gente pode tentar outro, maracujá, pode encher o lote pequeno de maracujá ou de outra coisa qui chegue rápido, mas o que a gente quer, o que a gente vive no lote pequeno é a alimentação rápida, é a batata é as coisas qui dá rápida, porque a gente vai plantar que num passe mais de dois anos, a gente vai ficar morrendo de fome, então a mandioca que ainda vai um ano, né? A gente com ela cum ano, mais agente tem qui ter outra coisa pra implementar, enquanto a mandioca chega, e que é o maracujá que dá com seis meses, mais as vezes pra isso falta o recurso, falta a madeira e aí essa a questão (Entrevista, S., 2007).

Com a ausência da demarcação da parcela produtiva, as famílias não puderam acessar ao PRONAF-A, e uma alternativa a esta deficiência tem sido a exploração coletiva do pomar formado por mangueiras, laranjeiras, coqueiros e sapotizeiros, herdados do latifúndio, e cujos frutos, principalmente do sapoti, são levados de ônibus pelos próprios assentados para o CEASA, na capital, onde são vendidos diretamente para um revendedor, gerando, assim, uma alternativa de renda.

Da fruta, e outro é vendido e dividido o dinheiro pra cada um, no caso quando que é o verão, como no ano passado, nois tava aqui uma situação precária, e essa safra salvou nossa luz, nossa água, agente tirou qui, tirou deu pra arrecadar dinheiro e pagar a energia da água pra todo mundo, das trinta família, então...[...] É não, só foi uma safra só, ela só bota duas vezes (Entrevista, S., 2007).

Aqueles que necessitam de acesso à educação têm que deslocar-se em transporte escolar municipal até a Colônia Entre Rios, na qual há uma escola. Já os adultos recebem aulas de alfabetização no próprio assentamento, 3 dias por semana; porém, não foi possível identificar o programa.

O Projeto de Assentamento José Emídio dos Santos, quando da visita, encontrava-se com 1 ano e 8 meses de criado. A organização interna seguia a mesma referência dos assentamentos de reforma agrária anteriormente apresentados, dentre os quais, ele é o maior em número de famílias e em área, estando dividido em 8 agrovilas, cada uma composta, em média, por 35 famílias, agrupadas pela proximidade espacial. O crédito para a aquisição de materiais de construção havia sido liberado há pouco tempo e as famílias aguardavam com ansiedade a construção das casas. Foram formados ainda grupos com até 10 famílias e fundada a Associação de Cooperação Agrícola e de Desenvolvimento Agroindustrial Povo Livre do Assentamento José Emídio. Nessa área, o tempo de ocupação foi prolongado por 10 anos, de forma que, na maior parte desse período, as famílias, sem dispor de qualquer financiamento ou crédito, produziram alimentos na localidade. Atualmente, ao caminhar pela localidade, é possível encontrar criações de gado de leite, de galinha, de peixe, e cultivos de banana, mandioca, feijão, milho, e cana, entre outros.

Este último cultivo tem atenção especial por parte da Secretaria Estadual do MST, que enviou para a localidade um dirigente estadual com larga experiência de trabalho na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a fim de realizar a coordenação política do assentamento. Isto porque, o PA está circundado por

usinas canavieiras e, ao longo do período de acampamento, arrendou lotes dos acampados para o cultivo da cana.

Hoje, com a retomada dos incentivos do cultivo de cana voltados à produção do etanol, a cana tem se expandido na microrregião e integrado um número crescente de assentados. Ademais, pesquisa realizada na comunidade pelo MST, revelou que, dentre os sonhos das famílias, em 90% dos casos aparece o cultivo da cana. Em agosto de 2007, já eram 90 assentados integrados, e a projeção da organização é que este número possa atingir 50% das 280 famílias beneficiárias. No sistema de integração, os assentados entram com a terra e os tratos culturais do canavial, que são realizados com força de trabalho familiar, a usina fornece sementes, insumos, maquinário, e compra toda a produção a preço abaixo do mercado, alterando a balança a favor do usineiro. Mesmo assim, os assentados afirmam que a atividade *compensa* do ponto de vista econômico.

A busca das agroindústrias por assentados que desejem integrar-se ao processo produtivo justifica-se em virtude da elevada fertilidade dos solos do assentamento, potenciais para a produção de cana. Segundo o coordenador político do PA, a produtividade é de 150 toneladas de cana por hectare cultivado. Os assentados integrados à agroindústria canavieira fazem-no por duas razões principais: estratégia de sobrevivência frente às privações do acampamento e busca por maiores rendimentos. Há um número considerável de assentados que não quer em hipótese alguma semear a cana, pois, em seu imaginário, isso representa violência, arrogância, escravidão e subordinação. Em geral, os que pensam desta forma foram os pioneiros na ocupação da antiga Usina Santa Clara, viveram 10 anos no acampamento, perderam um companheiro assassinado na luta, e/ou foram funcionários da referida Usina, e sofreram, na pele, a exploração dos usineiros. É ilustrativo deste posicionamento o relato de M.

Tem pessoas que trabalhou pro proprietário da Usina 30 anos e hoje ele é assentado e ele fala assim que pra ele é uma questão assim de orgulho quando ele... houve um tempo que ele foi explorado, sofria um monte, acordava de madrugada, pisava na lama pra... pra plantar cana, pra colher a cana, e hoje pra ele assim é um... é uma recompensa que enche o coração dele de alegria. Quando ele pisa na terra de manhã ele diz assim: “Hoje eu sou dono dessa terra, hoje eu sou proprietário aqui. Há 30 anos atrás eu recebia ordem de tudo quanto era lado, mas hoje eu acordo 5 da manhã, 6 da manhã, tomo meu café e vou cuidar das minhas plantas, então... eu me

orgulho por isso. E sinto muito porque muitos companheiros não tiveram a coragem de fazer o que eu fiz na época, de enfrentar, e eu não estou arrependido.” (Entrevista, M., 2007)

Por sua vez, a coordenação do assentamento tem a preocupação de criar um meio termo entre as duas posições. Em uma postura sensata, assume que não pode negar a existência das diferentes influências que o cultivo da cana exerce sobre os assentados; porém, acredita que o desafio diante desta ofensiva possibilita a construção de um modelo alternativo de agricultura, conforme explicitado abaixo.

...a gente precisa ter, dentro da idéia da proposta da Reforma Agrária, dentro da idéia do setor nacional de produção, do setor de produção do Estado, que é trabalhar a poupança viva, a poupança verde, a agroecologia, a produção pra sustentabilidade das famílias dentro de uma proposta sustentável, que possa ter a cana, que possa ter a vaca do leite, que possa ter frango e outras culturas. E pra nós aqui nós estamos vivendo em um assentamento que ele é muito cobrado pela sociedade porque... existe a maior reserva de mata atlântica do Estado do Sergipe, tá na Santa Clara, que é conhecida pela sociedade, é chamada Mata do Junco, que é uma área de aproximadamente uns 500 hectares de mata atlântica, e onde tem a Nascente do Lagartixa. Quer dizer, nós tem esse compromisso com a sociedade (Entrevista, M., 2007).

A fim de consolidar o território camponês em detrimento da monopolização do seu território pelo capital agroindustrial canavieiro, o MST tem buscado conhecer experiências, em particular, aquela da Cooperativa Pindorama, em Alagoas¹⁶, onde o cultivo da cana, voltado à produção de álcool e açúcar, é realizado no contexto da agricultura camponesa. Isto com o intuito de desenvolver o conhecimento necessário para difundir junto aos assentados um modelo semelhante. Para tanto, já buscam formar um *lobby* junto à Secretária de Estado de Planejamento (SEPLAN), ao Banco de Nordeste do Brasil, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim captar recursos destinados aos investimentos necessários à implantação do modelo produtivo. A fim de complementar o ideário deste projeto, faz-se necessário remeter ao leitor ao seguinte depoimento.

¹⁶ A Cooperativa Pindorama foi criada pelo suíço-francês René Bertholet, no contexto do plano de colonização nacional, em 1956. Atualmente, possui aproximadamente 32 mil hectares entre os municípios de Feliz Deserto, Penedo e Coruripe. A cooperativa é comandada por pequenos agricultores, que fornecem a matéria-prima, são proprietários do negócio e participam dos lucros. Em 2003, inauguram uma usina de açúcar e diversificaram a produção com sucos, álcool e derivados do coco, além do desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda, destinados a jovens e mulheres como realização de hortas comunitárias, grupo de costureiras, fabrico de doces e vinagres. (<<http://www.cooperativapindorama.com.br/>>, Acessado em 22 de jul. 2008, às 15:25.)

Então ela é... uma das linhas de produção que tá definida como prioridade pro assentamento. A nossa preocupação é que quando nós chegamos aqui essa situação já existia, o sonho e a perspectiva das pessoas, dos assentados, de plantar cana, de ganhar dinheiro com a cana sem muita mão-de-obra, sem usa muita mão-de-obra você produz ela. Então hoje a gente tamos discutindo a questão do projeto, da produção de... de uma escala de produção definida numa parcela do lote de cada um mas que... sem perder a questão do ponto de vista da agricultura familiar, do projeto de Reforma Agrária e da resposta que a gente tem que dar pra sociedade de produzir o alimento. Capela é uma cidade que 100% dos seus produtos e frutos de hortifrutigrangeiro vem tudo de fora, nós não tem aqui... Apesar de ter... de estar localizada numa região que tem bastante água, nascente, solo adequado, mas as pessoas não tem aptidão da produção da verdura, de frutas. Vem tudo de fora. Você anda aqui na região e você percebe, aqui é cana, cana e cana, e onde não é cana é boi. Você chega até na agricultura familiar, nos camponeses, os pequenos agricultores aqui da região e o que eles produzem é mandioca e coco. Não tem um gado, quando tem é uma vaca de leite pra o consumo da família. Mas a produção deles é farinha e coco, eles não tem... Em algumas já despertou umas idéia do peixe. Então, na Santa Clara nós tem 5 mil de produção definida pelas famílias num... numa colocação que eles fizeram, que tá em primeiro lugar a questão da cana, segundo lugar é a fruticultura, em terceiro lugar é a pecuária – que é as vaca de leite –, quarto lugar é a criação de pequenos animais – caprinos, ovinos e frangos – e em quinto é piscicultura. Então tem essas 5 linhas de produção que eles definiram e avaliaram e está devidamente selecionada as famílias com aquelas idéias e aptidão que eles tem na área de produção de peixe, de frutas, de verduras, da cana... Nem todo mundo quer cana, 100% do pessoal não quer cana, vai 140 famílias no máximo, pelo que a gente já analisou (Entrevista, M., 2007).

Outro desafio para a implantação do PA José Emídio dos Santos é a questão ambiental. Conforme apresentado em depoimento acima, a área comporta uma área de Mata Atlântica, denominada Mata do Junco, com grande diversidade da flora e fauna, inclusive com a existência do primata endêmico denominado popularmente como *Macaco Gigó* e da nascente do Riacho Lagartixo, que abastece de água o município de Capela. A Mata do Junco tem uma abrangência que extrapola o PA, e espraia-se por propriedades particulares que se dedicam ao cultivo da cana. Nestas, o estágio de degradação é assustador, enquanto que, no assentamento, suas condições estão mais preservadas, em que pese o longo período de ausência de investimentos nessa área, em função do litígio da propriedade.

A coordenação política informou que os assentados têm consciência da importância da Mata e estão tentando aprovar um PRONAF – Floresta para promover a recuperação, preservação e conservação. A previsão de recursos é da ordem de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por família, totalizado R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), não

reembolsáveis ao Tesouro Nacional. O projeto prevê ainda um programa de educação ambiental voltado à comunidade, conforme explicitado a seguir.

E esse projeto envolve uma cerca de isolamento da Mata do Junco, pra proteger ela. Envolve a juventude do assentamento... Não é porque eu não acredito mais nas pessoas mais velhas, é porque a gente acha que os jovens têm mais facilidade de trabalhar o projeto ambiental. E aí o nosso interesse é transformar essa juventude em agentes ambientais, em agente multiplicador de preservação do meio ambiente e trabalhar agroecologia no assentamento, pra nós produzir nossas verduras, nossas frutas, sem usar agrotóxico. Vem com adubo orgânico, com forma de controlar a questão ambiental de... de produzir alternativo. Se for... a base de plantas, de sementes, de... outras formas pra tentar controlar e manter o equilíbrio do meio ambiente. E aí já aconteceu palestras, cursos, e nós tamos selecionando 20 jovens que vão fazer um curso de... agentes ambientais, que vão ser futuramente... O nosso sonho, a nossa perspectiva é inserir esses jovens no Programa futuro que vem. (Entrevista, M., 2007)

Por fim, merece destacar que os assentados já estão articulando, com o Governo de Sergipe, a implantação, na comunidade, de uma escola de ensino fundamental e médio, cujo projeto já se encontrava em trâmite no Ministério da Educação. Outra questão importante, a qual desejo pontuar antes de concluir esta sessão, diz respeito à relação dos assentados com a sociedade do município de Capela. Há que se ter em conta que a antiga Usina Santa Clara, no passado, foi o signo do progresso na região. Com sua falência, o desemprego, a pobreza e a miséria tornaram-se mais explícitos e, durante os 10 anos de acampamento na localidade, as famílias e seus filhos sofreram todo tipo de discriminação. Contudo, com a conquista do assentamento e a apresentação dos resultados da produção, essa postura de discriminação, parece-me, começa a alterar-se. Sobre isso, o seguinte depoimento é ilustrativo.

E após a primeira liberação do crédito, do fomento – que eles chamam o crédito de instalação – então houve pesquisa de preço na cidade, houve aquisição de alimento na cidade... Então o pessoal viu que era importante. O pessoal que era contra começou a ver que os Sem Terra começou a comprar um chinelo, um calçado, uma enxada, um carrinho de mão, uma cesta básica... e aquecer o mercado. Então eles começam a achar que é importante, o assentamento é importante. Então começou a mudar. E aí também a gente começou a trazer alguns produtos pra cidade, não é, e o pessoal assim... Eles sabe, você sai pra lá, e coloca o boné na cabeça e pode vender seu produto lá, a galinha, os ovos, o coco, a banana, que é pra eles ver que é do Sem Terra. Aí o pessoal encosta... Uns passa direto, mas outro encosta e vê aquelas banana bonita e diz: “É do assentamento mesmo isso aqui?” E diz:

“É.” “E como é que vocês produz lá?” Aí explica que é sem usar adubo químico, sem usar agrotóxico aí o pessoal começa e tem um relacionamento bom. E hoje tem três assentados aqui que fornece macaxeira nas portas, já direto, o pessoal já compra, já é conhecido. “A macaxeira do Seu Antonio é boa, heim” E eles vem e compra. São três que vende de dois em dois dias aqui, eles passam aqui na rua (Entrevista, M., 2007).

2.2. A participação política dos mutuários de Crédito Fundiário e assentados de Reforma Agrária

Neste item tomo como referência as interpretações das diferentes categorias de camponeses para identificar as diferentes formas de participação política das associações. Objetivo, com esta análise, compreender como se dá a inserção e a atuação política dos mutuários e assentados em diferentes escalas, no intuito de levantar pistas para a identificação, a interpretação e a análise dos processos de construção da consciência de classe, produzidos nos projetos de criação e recriação do campesinato em estudo.

2.2.1. A participação política dos mutuários do Crédito Fundiário

De acordo com as diretrizes do PNCF, as associações de camponeses devem promover uma *auto-seleção* dos sujeitos sociais para a aquisição dos imóveis, o que pressupõe que, em seguida a isto, a *auto-seleção* dos sujeitos sociais se configure como uma instância de representação imediata de si mesmos. Acredito que o papel das associações de camponeses é de atuar no sentido de defender e reivindicar os interesses e as demandas dos mutuários para a produção agrícola, seja no lote individual, seja na área coletiva, espaço obrigatório no projeto, com a finalidade de geração de renda para quitar as anuidades advindas do financiamento. Sem menosprezar as demais formas de atuação, quero destacar a relevância deste último papel das associações, tendo que elas constituem o local de produção dos recursos destinados à amortização da dívida, que é contraída de forma solidária. No município de Salgado, os depoimentos dos mutuários demonstraram que a compreensão do papel da Associação é limitado, pois eles crêem que:

[...] A associação sobre a organização das famílias...ela organiza...ela só organizou, aqui assim, as famílias, no início pra entrá aqui dentro, né? E organiza assim, que num é no caso, a associação num organiza as família aqui dentro porque organizou no início. Vamos dizê que as família agora teja organizada. Eu acredito que teja organizada já, né. Porque todo mundo com o seus pedacinho de terra aqui. Aí ela organizou as família através de reunião, pá trabalhá, assim, o colhê, na colheta na parte comunitária. É a parte que a Associação organiza. Caso sai, quando tem uma reunião, já é

passo pra todos que naquele dia seguinte, daqui uma semana, ou duas, ou menos, ou amanhã vai tê uma colheta. Aí organiza todo mundo, as famílias aqui pra ir pá colheta colhê e vendê ao compradô que vai receber a mercadoria e deposita o dinheiro na conta da Associação. Aí só existe organização nesse termo da área coletiva, onde as família tão organizada. (Entrevista, G.J.N., 2005)

Para estes mutuários, a Associação, para desenvolver suas atividades, conta com a contribuição de três instituições: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado – STR, a Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Sergipe – FETASE, e a PRONESE. A contribuição dessas entidades (sobretudo as de classe) é vista como limitada ao esclarecimento sobre a elaboração de projetos para a captação de recursos, aplicação dos mesmos, e mediação de problemas dos mutuários com os bancos. Têm, portanto, uma atuação meramente explicativa sobre os procedimentos que as famílias devem tomar, conforme o relato abaixo.

[...] Eles também orienta é...sobre os projetos, também. Como você deve fazê para conseguí um projeto. E também eles indicam também como vocês, como aplicar o projeto, né? Como aplicar o projeto. E quando a Associação enfrenta algum problema em termos de...vamos dizer de banco mesmo, as vezes em termo de outro órgão que a gente fica interferi nim algum projeto da Associação. E a FETASE junto com o sindicati, eles vem aqui, e, senta com os outros órgão que as vezes quer interferi, não quer aceitha, vamos dizê, a decisão da Associação. Aí ele vem, a FETASE vem junto o sindicati, e vem aqui, reúne os sócios, reúne os outros órgãos que quer interferi em alguma coisa, senta e conversa e no causo deixa tudo ok, no causo. Resove, tanto pra o lado da Associação, tanto pra o lado de algum órgão que tenta interferir em alguma coisa. A Associação vai abri um projeto vamo dizê. (Entrevista, G.J.N., 2005)

Quando questionado sobre a atuação política da Associação, o mutuário afirmou que a mesma não participa da política local, até mesmo porque “[...] só tivemos uma política [eleições] depois dessa Associação, mas só que a Associação não se envolveu com a política de Salgado” (Entrevista, G.J.N, 2005) A compreensão de atuação política deste sujeito está restrita à participação nos processos eleitorais, apoiando um determinado candidato, como pode-se notar na seguinte afirmação:

O pessoal aqui votaro, agora votaro...Teve um candidato que Associação, é... votou em quantidade. Mas só que ela não teve apoio, assim, pedi voto, saí pedindo praquele. Não teve apoio, votou em quantidade, até ele ganhou, se elegeu. Só que num teve, assim, a Associação não apoio aquele candidato, ele num viero faze comício assim. A Associação, o presidente não pediu voto pra ele, se empenha em ajudá não teve isso. Ele ganhou, a

maioria votaro com ele, mas não impenhou nenhum tipo de ajuda, no caso de pedi voto que acontece, das pessoa se impenhá e ajudá mesmo, né? Num acho que ajudou e cada um votou de livre e espontânea vontade, assim. (Entrevista, G.J.N., 2005)

Os mutuários relatam ainda que, até a realização da pesquisa de campo, os sócios mobilizaram-se apenas uma vez, para reivindicar da prefeitura do município vizinho, Itaporanga, a liberação de um documento que lhes custava R\$ 3.000,00, sendo que foi a Associação a entidade que encaminhou os ofícios e documentos necessários para tal pleito, que foi concedido por Itaporanga. Foi relatado ainda que a atuação junto à Prefeitura de Salgado era praticamente inexistente, em virtude de, por um lado, a então presidente da Associação ter uma posição política de oposição ao prefeito que exercia o mandato no período de implantação do assentamento, e, por outro lado, com a alternância de poder político neste município, concretizada com as eleições municipais de 2004, os mutuários, quem têm laços de parentesco entre si, avaliaram que ainda era cedo para promover algum juízo de valor sobre a nova administração, e angariam promessas que esperam ver cumpridas em breve.

Agora esse prefeito agora [...] ele começou agora, né? Então a gente não podemos nem falar se a gente temos ainda ou não. A gente já foi até ele, falamos lá o que tava precisando aqui na Associação e ele falou que ia ajudar, ia ajudar o máximo que pudesse. Só que tem só dois meses e a gente não pode nem cobrar tanto, porque é início, né? Tamo começando. Mas ele tem uma proposta aqui em ajudá a fazê um campo, aqui, pra pessoal aqui que gosta de jogá uma bola, e é um tipo de lazer que quase todo mundo gosta, é um esporte que a maioria gosta, de criança à adulto. E também, essas estradas aqui ele disse que ia mandá máquina, também, pra abrir tanto essa parte aqui quanto a parte de lá da agricultura. Só que a gente tamo aguardano um contrato que ele vai faze com o DER, que eu acho que ele já fez. Mas só que a máquina no momento tá trabalhando na rodagem, nas estradas, mas ele disse que depois vai mandá pra aqui, né. Aí eu acredito que a gente vai ter apoio da prefeitura. (Entrevista, G.J.N. e L., 2005)

Algo que me pareceu marcante nos depoimentos tomados nesta localidade é que, mesmo que as famílias tenham se mobilizado pontualmente e comparecido com o conjunto dos seus sócios nas prefeituras circunvizinhas, além de receber a mediação e orientação de órgãos oficiais e de classe, os mutuários concebem uma certa personalização das atribuições da Associação ao seu presidente, em detrimento da construção de uma entidade coletiva e participativa. Esta condição foi verificada em todos os demais empreendimentos estudados. Vejamos o seguinte depoimento: “E aqui a atual presidente não está cobrando nada, porque tem que ser a presidente, né? Ela que tem que cobrar! Correr atrás de projeto pra vim praqui. Ela não está cobrando nada, tá aí parado. Só veio esse projeto

mesmo: o PRONAF, que nós estamos encaminhando aí, só.” (Entrevista, L., 2005)

Por sua vez, a situação discutida no subcapítulo anterior, sobre a Assembléia de discussão do pagamento da amortização do financiamento, demonstra que a entidade comunitária ainda possui baixa autonomia na tomada de decisões, necessitando da intervenção externa para elucidar o ordenamento jurídico de suas condições e deliberar sobre estas últimas.

Na Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim, município de Porto da Folha, todas as conversas revelaram que não há uma instituição externa que conceda algum tipo de apoio, nem sequer o STR ou a FETASE foram citados. A Associação foi formada mediante articulação realizada por uma liderança comunitária do povoado¹⁷ Lagoa do Roçado, e, embora tenha uma diretoria definida, a representação efetiva é exercida pelo referido atravessador de terras, pessoa reconhecida como a grande referência do grupo. Uma mutária, quando interpelada sobre a rede de apoios da Associação, respondeu que:

Tem muitos, primeiramente Deus, vocês, também Rubes aí, né. Dá [apoio] muito forte né? Muitas coisa, percura, vai atrás, caminha muito, batalha muito pura gente aqui. Ele acha que a gente merece, né? Aí ele tem que ir atrás para gente, né? Às vezes, tem...nu lugar que tem muitos que não dá apoio a isso, né? Tem muitos que dá, o trabalho dele, né? né? (Entrevista, D. M., 2005)

Este depoimento também expressa a personificação da Associação na figura de uma liderança. Neste caso, uma modalidade diferenciada até do exemplo anterior aflora: trata da personalização da liderança na figura de um indivíduo externo à estrutura burocrático-formal da entidade. A incursão de campo realizada parece ser suficiente para especular um certo nível de dependência, por parte da comunidade, desta representação. Sobre esta questão, o fato da crise nervosa do então presidente da Associação, relatada anteriormente é confirmativo desta situação.

¹⁷ Sr. R. é licenciado em Geografia pelo PQD, convênio UFS-SEED, e líder comunitário no povoado Lagoa do Roçado, local onde as famílias, por meio de financiamento bancário, compraram um trator na expectativa de gerar renda, alugando a máquina por horas para comunidades e fazendeiros vizinhos. Contraditoriamente, a compra da máquina eliminou a necessidade de boa parte da força de trabalho na comunidade, bem como substituiu a necessidade de sua contratação nas adjacências pelo aluguel do trator. Diante disso, R. situou a motivação para organizar as famílias do Senhor do Bonfim para entrar no CPR. Disse, também, ter organizado 29 famílias para a criação da Associação Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Judas Tadeu, que adquiriu a Fazenda São Judas Tadeu pelo CPR, no mesmo dia que o primeiro empreendimento. Informalmente, afirmou que está ajudando outras famílias a comprar e ingressar no PNCF, e que disputou uma vaga no parlamento municipal de Monte Alegre de Sergipe, nas eleições municipais de 2000, não obtendo êxito.

A personificação da liderança toma corpo na fala do próprio articulador, que interpreta a entrada na terra pelo PNCF como uma grande luta, cuja força motriz é atribuída às suas ações. Esta posição em nenhum momento foi questionada ou negada por qualquer mutuário com quem teve contato. Vejamos esta postura no trecho de entrevista a seguir: “Ói, pra você vê, eu corro sem pará pra dá assistência a essas comunidade. Eu sempre tô lá junto com o gerente, com o pessoal da PRONESE. Já fui até me humilhar ao governador, a alguns deputados, porque eu tenho alguns projetos, pra ver se consegue colocar alguma coisa pra comunidade (Entrevista, R., 2005)”.

O Sr. R. prosseguiu demonstrando que, em sua compreensão, a relação com os gestores da RAM ocorreu por meio de relações norteadas pelo clientelismo político, em detrimento do fortalecimento das próprias associações camponesas e de seu sindicato de classe.

Você sabe, lá tem uma queda de braço, lá quem tiver mais força é quem consegue, né? Você chega lá, no PRONESE tem o deputado A, deputado B, quem é mais amigo do governo e aquela coisa toda...Quem é mais amigo do governo? libera isso aqui que é amigo do governo” “E esse aqui? Não, num é. Esse só se sobrar”, aí fica essa situação. Aí tem os peixões que tá lá...né? E as vezes você luta e não consegue, mas a gente não vai parar não. A gente tá lutando e vai lutar mesmo de unhas e dentes para ver de consegue alguma coisa; Se não conseguir aí a gente vai ter que sentar com o banco, com o MDA para ver qual é a maneira mais viável para que a gente possa permanecer na comunidade ou até dar tchau, né? (Entrevista, R., 2005)

Todavia, a lucidez sobre este processo permitiu-lhe afirmar que essa situação poderia ser passageira, pois a PRONESE teve uma ligação com a comunidade apenas durante a fase de liberação de recursos e execução do projeto, sendo que, posteriormente, “eles não tem mais nada a ver.” (Entrevista, R., 2005) Na escala do município, o articulador da comunidade relatou que a PRONESE não tem poder de interferência no município de Porto da Folha, porque:

[...] Como a gente num vota ni Porto da Folha porque num deu...Porque a gente é recentemente chegado...Aqui somo recém chegado...Tem dois anos que foi comprado, mas como foi esse processo todo, construção de casa, divisão de lote, a gente tem um ano que está morando aqui, um ano e pouco. Então por conta disso tudo não deu para transferir os títulos, né. [...] (Entrevista, R., 2005)

O fato de ser migrante no município, somado à divergente orientação política da liderança da Associação com relação à administração municipal, determina a perda de serviços sociais oferecidos para a comunidade, em particular, a transferência de uma escola

de educação básica das adjacências do empreendimento para uma área distante, forçando as crianças a se deslocarem por grandes distâncias a pé ou em lombo de animais. Sobre esta situação, foi relatado o seguinte.

Não só por isso, a questão política é também partidária, porque o presidente da Associação daqui da comunidade. Num é dessa, é vizinha: chama-se Catinga, até onde a energia chegou, lá tem 4 casas e 6 meninos que estuda, aqui tem 30, mas porque nós não somos daqui de Porto da Folha...somos...porque estamos, já estamos em Porto da Folha. A escola foi fundada...a gente conseguiu em Porto da Folha na gestão anterior, mas hoje está saindo daqui a escola para ir para outro lugar sem a mínima condições. Só porque lá pertence a um presidente de Associação que é amigo do prefeito, que votou no prefeito, que o prefeito é do PT, aquela coisa toda! Eu não tenho partido político! A gente vota naquele que merece, o nosso negócio aqui não é partido político. Nosso negócio aqui não é partido! É uma política social, uma política que melhore a situação do povo! É isso que a gente quer! (Entrevista, R. 2005)

A consciência é construída no decurso do processo histórico, à medida que as relações sociais de produção apresentam diferentes desafios para os sujeitos. Conforme estes buscam superar os desafios, estabelecendo diferentes relações interna e externamente à comunidade, a consciência de classe pode desenvolver-se. Durante a última visita à localidade, a matriz discursiva já demonstrava uma transformação, as famílias não mais apresentaram o Sr. R. como referência e como detentor das informações. Acredito que isto ocorreu em virtude das dificuldades enfrentadas ao longo dos anos e da criação de formas cotidianas de resistência na localidade. Outro fator que me parece relevante foi a entrada de um sujeito na cota dos desistentes, o qual me disse que fora acampado e participante do MST, onde realizou cursos de formação política. Seu potencial político e sua capacidade de liderança foram reconhecidos pela comunidade, e ele já assumiu a presidência da Associação.

Em declarações particularizadas, informou-me que está tentando, aos poucos, politizar a comunidade para uma intervenção mais organizada futuramente. Parece-me que há transformações em curso, já que falas do vice-presidente da Associação, que trabalha diretamente com o primeiro, já apontam no sentido da necessidade de organização, como no trecho de entrevista abaixo.

A FETASE só representa o trabalhar, né, que às vezes ele leva pro Governo Federal... mas não vem discutir com a base aqui. Eu acho que a gente pensa em movimento e... e entidade que venha primeiro discutir com a base pra depois levar as reivindicação do trabalhadorr aos governante. Eu não sei se eles trabalha dessa maneira, eu vejo eles levar direito pro governo ao invés

da base. Tem que falar com a pessoa primeiro, saber do que a pessoa necessita naquela região... [inaudível] Traz coisa até... mas a cidade não desenvolve bem, porque vem de cima pra baixo, não veio de baixo pra cima. [...]

Eu já acho que é porque os Sem-Terra luta pelos direitos deles, aqui a gente não sabe luta pelos direito, né. Aqui a gente não se organiza pra fazer isso. Porque se a gente organizar a comunidade e ir buscar mais outro assentamento de crédito fundiário pra... Em busca de ir negociar, ir pra frente ou liberar... (Entrevista, G., 2007)

A situação da Associação dos Moradores do Povoado Campo Grande não é muito diferente dos casos anteriores. Os relatos demonstraram que esta Associação é ligada ao STR de Tobias Barreto, mas essa entidade de classe atua de forma limitada, distribuindo sementes, divulgando formas de plantio, e orientando sobre a elaboração de projetos destinados à captação de recursos. No tocante à rede de apoio da Associação, foram identificadas a PRONESE e a LUMINEG (empresa privada que presta assistência técnica no local). Somente a contribuição da primeira foi mais bem delimitada. Ela atua na orientação da comunidade, para a execução do projeto, mediante a aplicação dos recursos advindos do financiamento. Em alguns momentos, o papel da instituição foi atribuído ao diretor-presidente da PRONESE: “Ói só que dá apoio aqui mesmo é o chefe que é o Dr. R., ele é quem comanda todos os assentamentos, vocês sabe né. [...] sempre ele vem aqui e dá uma orientação. é ele...pra construir as casas foi tudo ele, ele que orientou tudo.” (Entrevista, J.E.A.S., 2005)

Quando insisti em saber a origem das orientações sobre as práticas produtivas na área, o então tesoureiro da Associação disse que: “Aí seria a LUMINEG, também tem a PRONESE, que fez uma planilha para sair um empréstimo pelo PRONAF-A, eles que orientam as pessoas aqui. Eles vêm e orienta como pode fazer, e como não.” (Entrevista, J.E.A.S., 2005)

No tocante à participação política no município, reaparece a compreensão de política como limitada à política partidária, e ligada, especificamente, aos processos eleitorais. Aqui, como na Associação Senhor do Bonfim, a comunidade também apresenta dificuldades de relação com a prefeitura local, neste caso, por uma condicionante distinta. Apesar de habitarem historicamente o município de Tobias Barreto, conforme apresentado anteriormente, os mutuários são eleitores no município vizinho de Tomar do Geru, fato que dificulta o poder barganha dos mutuários com a prefeitura municipal de Tobias Barreto.

Porque antigamente o pessoal daqui votava tudo com Tobias Barreto, aí depois eu não sei porque e decidiram...acho que abandonaro um pouco, e aí Geru decidiu tomá conta, acho que fizeram algum acordo, né? Aí o povo

daqui passou tudo pra Tomar do Geru, o prefeito que trabalha por aqui é Tomar do Geru, tudo o que faz aqui é comandado por Tomar Geru. Tobias Barreto acho que não tem quase ninguém daqui não. [...] A Associação não tem nada a ver com a prefeitura. [...] Aos vereadores sim. Os vereadores sempre, a gente que ajuda eles, né. Dá o voto né. Mas não que eles ajudam aqui, não. [...] A relação da gente com a prefeitura é votou, quem ganhou, ganhou e quem perdeu, perdeu e acabou. (Entrevista, J.E.A.S., 2005)

Já, a Associação Santa Clara do Piauí de Baixo, frente ao conjunto de dilemas que vive, apesar de deliberar coletivamente sobre sua realidade, delega a seu presidente a atribuição de *caminhar atrás* do Sindicato, da FETASE, do PRONESE, do Banco, etc, para pedir ajuda e a resolução dos seus problemas. Tratam o representante da FETASE com uma autoridade (Dr. Paulo), e avaliam que os problemas da comunidade somente serão resolvidos quando conseguirem um deputado estadual ou federal para apadrinhar a comunidade. Até mesmo quando da minha visita, senti que fui recebido pela comunidade com bastante expectativa de que eu pudesse, de alguma forma, como professor da Universidade, conseguir algum tipo de ajuda ou apoio à resolução de seus problemas.

2.2.2. A participação política dos assentados de reforma agrária

A questão da participação política no Projeto de Assentamento Treze de Maio configura-se, a partir da compreensão dos assentados, com o dimensionamento de espaços políticos, no âmbito do assentamento, na construção e ampliação de uma ampla rede de apoios, na participação política dos assentados no município, e na prefeitura municipal. Estas diferentes dimensões da atuação política estão articuladas entre si e são fundamentais para o desenvolvimento do território.

A Associação de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente – ADESAN - foi fundada com o objetivo de constituir uma personalidade jurídica para elaborar projetos e captar investimentos. Tem 39 sócios, das 41 famílias assentadas na área, cuja organização segue a orientação político-metodológica do MST. As famílias estão organizadas em 4 grupos e cada um destes escolhe dois coordenadores. Os grupos estão voltados para realização de trabalhos internos do assentamento, que vão desde o trabalho comunitário da terra, passando pela elaboração estatutária da entidade, até a discussão e identificação de pontos polêmicos mais gerais, que são encaminhados para deliberação na assembléia geral. A organização das famílias em grupos apresenta-se como uma continuidade do processo de socialização política. Já a coordenação do assentamento é formada pelos oito representantes de grupo, e debate os

encaminhamentos estratégicos e táticos a serem fomentados nas práticas dos grupos.

E ainda sobre a questão da divisão de grupos, quando a gente entrou aqui, essa é uma proposta nova do Movimento, eu acho que esse assentamento é um dos poucos no estado que foi dividido em 4 na sua organização na questão dos grupos até para melhorar a questão do acesso as informações. Você sabe que numa Assembléia se a gente fosse reunir sempre em Assembléia né Padre? Algumas pessoas não assimilam aquilo que a gente quer passar o que a gente quer discutir, algumas pessoas pela questão de ter muita gente, aquele zum zum, aquela conversa, não assimilam bem e já nos grupos de 10 as pessoas já tem afinidade bem um com o outro e já participam mais das discussões. (Entrevista, M., 2005)

No tocante à rede de apoios ao assentamento, foi possível identificar a construção de parcerias com outra Associação de trabalhadores rurais, localizada no povoado Morada dos Bois. Esta última emprestou um motor que foi utilizado para bombeamento de água desde o rio até as roças de horticultura. Esta parceria contou com a mediação de P.N. e com as irmãs religiosas que atuam naquela comunidade. Foi também apontado o apoio do Centro de Formação Canudos – CECAC, de órgãos governamentais como a EMBRAPA, o CONDEVASF, e do prefeito de Japaratuba, Padre Geraldo, conforme comentado alhures. A rede de apoios é fortalecida com a vinculação do assentamento ao MST, a participação orgânica de parte dos assentados, e dos dois técnicos neste movimento socioterritorial. A coordenação local demonstra a intencionalidade de ampliar as relações, incorporando profissionais ao assentamento, a exemplo da inclusão como agregado de um agente municipal de saúde.

Já a participação política da comunidade, em nível municipal, na ótica das famílias:

É boa, acho que todas as famílias estão participando politicamente da política de Japaratuba, por ter no início muito o apoio moral, apoio em todos os aspectos do padre Geraldo, e quando nós na questão da transição da emissão de posse do acampamento pra cá teve muito conflito da oposição pelo PFL, então eles entraram com 3 ações contra a gente, nós ganhamos todas, com isso reforçou o amor mais pela política atual que está governando agora. Então provavelmente outro partido não governou durante a campanha, então há uma paixão muito grande pela administração geral, também há uma atenção muito grande de uma parte da prefeitura daqui, da questão da cultura, da questão ação social, da educação, então tem uma atenção muito especial, com isso o pessoal demonstra, até as crianças lidam muito com o governo do padre Geraldo. Aí a gente, por exemplo, nas questões das campanhas, nas campanhas políticas, a gente teve esse cuidado grande não por pensar que por exemplo, eu e Pedro e outros companheiros que estão liderança desse assentamento, não pela questão partidária de cada um, mas pela questão social, pela questão política de que cada grupo político desses

representa para nós, por exemplo, a gente tem de um lado o Padre Geraldo que é uma pessoa simples que atende sempre bem a gente e do outro lado nós temos o PFL que é comandado aqui pelo grupo da família dos Moura, que a gente conhece muito bem, que são pessoas perseguidoras, que são pessoas que querem que a gente se rasteje nós pés deles e que não quer ver isso aqui ir pra frente, a fazenda que o antigo dono era muito amigo deles, então a gente segurou esse barco, segurou essa pressão durante a campanha de não deixar de jeito nenhum essas pessoas virem aqui, mas não era uma decisão do pessoal da frente, mas uma questão do grupo. (Entrevista, M., 2005)

P.N. complementa o raciocínio da seguinte maneira:

Eles [latifundiário] entraram com uma ação depois da posse já com o milho abunecando, os quintais todos cheios, eles entraram numa ação na justiça para despejo depois da posse, uma coisa que nunca houve na história, então os caras apavoraram, e aí corre pra Brasília, e aí a gente foi ganhar á em Recife, com isso marcou muito os assentados, era o maior comentário na cidade que a gente iria ser despejado, o INCRA mais o Movimento tiveram 30 dias para recorrer e isso correu muito boato, a alegria dos inimigos, o pessoa queria que a gente fosse despejado depois da posse né? E depois aquela menina advogada que mora em São José, qual é o nome dela, ela me disse que foram os dois advogados da prefeitura que recorreram disso. Então não foi nem o caso do fazendeiro, foi uma questão política. [...] O padre Geraldo o prefeito ganhou [as eleições municipais de 2004] com uma diferença de 49 votos, foi uma luta do dinheiro que comprou muita gente mesmo por aí, a luta do dinheiro. E nós temos consciência que o desempate foi aqui no assentamento que só votô para o Padre (Entrevista, P.N., 2005).

Percebe-se, portanto, que ao menos as lideranças dos assentados têm uma posição de classe, identificando a correlação de forças vigentes no município e o que pode representar, para o desenvolvimento territorial do assentamento, ter a prefeitura municipal controlada por seu aliado político ou por forças político-econômicas de direita. Ademais, percebem que é necessário criar e ocupar espaços políticos em diferentes dimensões e escalas sociais, para que a experiência em construção possa ter seus logros difundidos e ampliados para outros segmentos da sociedade, na escala local.

Isto foi confirmado, recentemente, com a incorporação de representação dos assentados ao governo municipal, mediante a nomeação de P.N., para o cargo de Secretário Adjunto da Agricultura do município de Japarutuba. Pode-se concluir que o engajamento dos assentados na campanha foi reconhecido pelo prefeito, e a concessão do cargo político fortaleceu o apoio atribuído pelo governo ao assentamento, anunciando, assim, a possibilidade de trocas de experiências com outras realidades e a difusão da concepção de desenvolvimento territorial do campo, em curso no Treze de Maio.

Por sua vez, no Projeto de Assentamento Luiz Beltrano, a participação política, assim como no PA Treze de Maio, apresenta-se como uma construção cotidiana que perpassa diferentes espaços de vida e de produção. Apresenta uma forma de organização interna da Associação igual ao outro assentamento de reforma agrária investigado, mas a lógica de incorporação dos sócios acata a participação de outros membros da família, além do beneficiário do projeto de reforma agrária. Desta forma, a Associação local tem 28 sócios, de um total de 20 famílias, no projeto. Esta opção é explicada porque a Associação, enquanto entidade jurídica, ao apresentar maior diversidade na sua composição, poderá captar maior variedade de recursos. Um exemplo disto pode ser visto quando o marido é o beneficiário da RA e a esposa se associa para acessar recursos voltados apenas para o trabalho da mulher.

No tocante à rede de apoio, foi revelado que os assentados buscam articula, de diferentes formas, instituições e personalidades, para contribuir com a conquista das demandas da comunidade. Uma prática semelhante à adotada no Treze de Maio foi a incorporação, ao assentamento, de uma professora da educação básica, que atuava nos povoados adjacentes, em escolas da rede municipal. Este fato se deu primeiramente porque a professora se tornou esposa de assentado, facilitando sua incorporação à área. E como passou a habitar na localidade, procedeu-se a um conjunto de articulações para que a prefeitura acatasse a solicitação de transferência do local de atuação desta profissional para a escola existente no assentamento.

Esta demanda, apresentada pela comunidade ao prefeito municipal de Nossa Senhora da Glória, teve mediação, junto à Câmara de Vereadores, de um parlamentar que, segundo os assentados, apóia a luta dos sem terra. A transferência da professora serviu como trunfo para garantir o funcionamento da escola no assentamento. Além disso, essa foi uma tática desenvolvida para garantir o controle da educação, que é realizada junto às crianças da comunidade, e de povoados adjacentes que ali estudam.

Eles [escola tradicional] são mais burguesia, capitalismo. Então é o seguinte, hoje, pra você entender, o que a educação mais desenvolve é quando ela é assim... reconhecida pelo próprio Movimento, porque é a formação de caráter, de ser humano. Agora você vai pra sala de aula hoje, existe mais burguesia do que uma educação sadia. Não existe não. [...] nós queremos avançar contra a burguesia. É nascente aqui. Então nós explicamos para os alunos próprios daqui o que é o MST, o que é uma educação sadia. Fora a burguesia, o capitalismo... Então... isso aqui vai existir sim, porque eu tô na direção, a Cléa principalmente sempre vem aqui pra fazer um trabalho com a professora, pra que a professora passe um pouco desse conhecimento para os aluno... O MOBREAL [PRONERA] já é um monitor que é do MST também,

ele já entende um pouco... Então a gente tem que aprender mais, porque a gente não tem ainda bem completo o conhecimento...(Entrevista, G., 2006)

Outra dimensão de participação política refere-se à importância da participação dos assentados na estrutura orgânica do MST, nos seus fóruns de discussão, estudos e deliberação. Isto foi enfatizado:

Esses dia mesmo, em março, ele tava presente, num encontro das mulheres, e ele viu o quanto é importante todo mundo dormir ali naquele acampamento e todo mundo junto. Então não tem diferença, são todos igual, né. E os homem daqui são ignorante. Aqui você não vê uma mulher do lado de um homem que não seja marido e mulher. (Entrevista, M1, 2006)

Neste sentido, G. complementa, “Eu acho que o respeito se encontra em qualquer lugar. Eu, por exemplo, sou casado, eu tenho que caçar meu lugar de casado. Se, no exemplo, uma pessoa não tem companheiro, ela é sozinha, mas eu tenho que levar um comportamento com respeito à luta [...]” (Entrevista, G., 2006)

A política municipal também é encarada como estratégica para o desenvolvimento territorial do assentamento e da propagação do seu ideário. Nas eleições municipais de 2004, os assentados afirmaram ter apoiado, por orientação do MST, o candidato a prefeito do Partido dos Trabalhadores – PT, Arsênio Correia, derrotado pelo candidato do PFL. Esta posição se justifica porque “esse outro faz parte do grupo do governo [João Alves Filho], que hoje o governo estadual é uma fera contra o Movimento. Ele prefere ver nois quanto pior, melhor. E o pior é que esse prefeito faz parte do grupo dele. É do 25, PFL.” (Entrevista, G., 2006)

Todavia,

[...] não sei se é porque tem aí uma campanha próxima aí, né, pra governo e deputado, ele tá querendo dar uma visão aqui. No alcance dele, como ele garantiu, o que ele puder fazer vai fazendo aos poucos. Então a gente vamos ver a atenção dele. Agora na política é sempre política. Porque eu vejo [inaudível], que ele vai apoiar Deda. Ele tá um pouco querendo... Porque, primeiro, o governo tá meio fracassado aqui na região, pelas pesquisas, né. E Deda... [inaudível]... E tá querendo passar pra o PT. É uma mudança, né, se unir. E 90% ele tá garantindo que vai apoiar Deda nas eleição. Então aí é que vai ter mais um alcance pra nossa melhoria aqui. Se ele trazer essa vitória junto com o PT... Mas, por enquanto também eu não sei porque é que ele tá tão ruim não. Ele fez coisa aqui que os outro não fizeram. Porque você vê, considerar a educação, médico... Isso aí tudo é pelo município. Água... Pouquinho, mas veio água aqui, com pipinha, né. (Entrevista, G.)

2006)

Além das questões aqui elencadas, os entrevistados também ressaltaram a importância de ampliar a rede de apoios junto aos deputados estaduais progressistas e parlamentares da Câmara Federal, conforme o seguinte discurso:

Vereador nós temos um aqui que... sempre ele tá presente mais nós. Até inclusive ele também deu muita força com a educação aqui. Foi um dos primeiro a votar a respeito da educação, e juntou o resto do grupo. E ele sempre vem aqui. Por acaso é porque ele fosse uma exceção. No começo ele era junto com o prefeito. O indivíduo pegou algumas frequência de promessa junto com o prefeito, o prefeito não fez o que ele pediu, ele foi e entregou o cargo de ser líder. Ele é líder do sindicato, e ele tá apoiando muito o partido dos trabalhadores. E agora ele vai pegar muita força através dessa ligação com o PT. E ele garantiu que vai fazer alguma coisa. E... na Câmara dos Deputados, por enquanto nós não temos nada amarrado com deputado não. Mas eu já tive com alguns lá na Assembléia semana passada, inclusive vou levar a conhecimento da associação, vou passar pela Câmara e aí eu vou conversar... A Ana Lúcia é quem sempre tá presente com nós. A Ana Lúcia é uma pessoa muito forte. Ela é deputada, apoiada pelo movimento. E aí agora, inclusive, ela não tem conhecimento tanto desse assentamento. Porque é um assentamento muito ao contrário do transporte, né, ela sempre conheceu mais aquela região de Poço, Monte Alegre, Canindé, Poço da Folha, aqui pra esse outro lado também, que tem assentamentos maiores... E aqui nós não tem nada fechado de conhecimento com deputado não. Não tem assim deputado federal, estadual... Nós quer mesmo trazer de um ou dois aqui, de deputado federal ou estadual pra conhecer nosso assentamento, pra que ele veja de perto o que é que o assentamento precisa. (Entrevista, G., 2006)

No PA 17 de Abril, além da organização em grupos, da coordenação de assentamento, e da Associação, as famílias ligadas ao MST declararam que a conjuntura política local estava ligada ao PFL, e, apesar de terem realizado audiência com o Prefeito, não tinham muita esperança de que as promessas de construção da escola de ensino fundamental, de melhoria das condições das estradas internas, e de concessão horas-máquina para arar a terra, fossem cumpridas facilmente. Foi apresentada a perspectiva futura de ampliar a contribuição do assentamento para a formação política do campesinato, uma vez que há um plano de transformar as dependências da antiga sede da fazenda em um centro de formação política para integrantes de diferentes movimentos do campo e da cidade.

A liderança do PA Karl Marx, ao explicar o funcionamento da organicidade do assentamento de reforma, delimitou, de modo elucidativo, a diferença entre a forma organizativa da Associação com regime presidencial e o modelo organizativo das coordenações e grupos, adotado nos assentamentos de reforma agrária.

Bom, porque é assim... geralmente, quando é a figura do presidente, aí você chega num assentamento... “Quem é que coordena aí?” “Sou eu o presidente.” Então ninguém mais existe dentro daquele assentamento, só ele, ele e ele. Essa é a diferença de presidente, só é ele, mandão, como se fosse o dono do assentamento. E coordenação não, coordenação já tá dizendo, é um conjunto de pessoas trabalhando (Entrevista, J.E., 2007).

No tocante à participação na política local municipal, a liderança do assentamento afirmou que o MST apoiou a candidatura do atual prefeito, Zezé Rocha, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi avaliado, internamente, que a esdrúxula coligação formada entre Partido Liberal (PL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Verde (PV), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e apoiada pelo Marcelo Déda, principal referência do Partido dos Trabalhadores (PT), proporcionaria uma melhor correlação de força para a reforma agrária localmente. Neste pleito eleitoral, o MST de Lagarto decidiu lançar como candidato o militante Antonio José Flamarion de Carvalho Déda pelo PT. Porém, embora este tenha recebido apoio massivo da sua base no município, e arrecadado 1.010 votos, segundo J.E., a escassez de recursos para fazer campanha e o boicote do grupo político não permitiram que ele fosse eleito. Quando questionado sobre a importância da organização e de os assentados terem um vereador ligado a eles na câmara municipal, J.E. respondeu:

A importância... pra gente seria muito interessante, nós teríamos uma voz, uma voz lá no parlamento pra brigar por nós. Pra se contrapor. Você sabe que tendo ele lá... tem um projeto pra beneficiar a gente. Quem iria pra lá na hora da sessão? Nós estaríamos lá pra cobrar os outros vereadores pra ser aprovado um projeto que beneficiasse não só nós que fazemos parte do MST com os pequenos agricultores e assim sucessivamente, mas a sociedade como um todo. E você não tendo uma pessoa que represente a maioria pobre – que é a maioria, não é isso, a maioria é pobre – vai ter lá quem? Pessoas que vão... Candidatos... Candidatos não, representantes da burguesia. Então jamais vai vim um projeto que beneficia a classe trabalhadora, seja ela qual for, do campo ou da cidade. Jamais! Vai beneficiar o dito eles, como eles chamam, os currais eleitorais deles. Ele não vai beneficiar, digamos, o Assentamento Karl Marx se ele sabe que ele não foi eleito por nós, não é? Digamos que Pedrinho ali é um vereador eleito pela burguesia. Ele vai olhar pra mim? Pra nós aqui do assentamento? Jamais! Ele vai olhar a burguesia que tá lá mais ele comendo farinha do mesmo saco. O trabalhador rural que se lasque! Ele pode até pensar: “Quando for na próxima eleição eu vou lá, dou um saco de cimento aqueles idiota e ganho o voto deles.” É a realidade da política brasileira (Entrevista, J.E., 2007).

Ao perscrutar o PA José Emídio dos Santos, consegui identificar uma maior diversidade das formas de manifestação, dimensões e escalas da participação política,

fato determinado pelo maior tempo de duração da luta pela/na terra na localidade. A organização e participação política, em nível local, do assentamento acompanham a organicidade orientada pelo MST no estado. Mesmo que a Associação do assentamento tenha mais relevância burocrático-formal do que política, a resistência nos acampamentos, no interior da antiga Usina Santa Clara, construiu nos sujeitos um aprendizado e uma postura frente à luta de classes vigente na sociedade. Uma das formas de expressão foi a elaboração do nome da Associação - Associação de Cooperação Agrícola e de Desenvolvimento Agroindustrial Povo Livre do Assentamento José Emídio - o qual mostrou que a luta política não se encerrava com a conquista do assentamento, mas que também era importante demarcar o campo das forças que estavam inseridas.

Contudo, apenas o nome de uma Associação não garante o exercício da política como prática de construção da liberdade, conforme proposto por Arendt (1998). O PA insere-se, conforme debatido alhures, em uma zona de revitalização e expansão da produção em larga escala da cana. Portanto, está em curso uma ofensiva deste sistema agrícola sobre as práticas sócio-produtivas dos camponeses, mediante um processo de monopolização do território dos camponeses. Com o intuito de não apenas resistir a esta ofensiva, mas também de construir um modelo alternativo que enfrente a ofensiva do capital, gerando renda para as famílias e apresentando resultados para a sociedade, o MST designou a criação de uma coordenação política do assentamento, função que não encontramos nas demais áreas. Esta coordenação política, diretamente articulada com a coordenação de assentamentos, com os grupos de famílias, e com a Associação, vem promovendo um conjunto de discussões nas comunidades, com vistas a formar e desenvolver uma consciência acerca da correlação de forças na qual as famílias estão inseridas, e forjar uma relativa unidade em torno de um projeto político dos dominados.

Durante as eleições municipais de 2004, as famílias então acampadas, receberam um pedido de apoio do candidato a prefeito Sukita. Como a processo de emissão de posse encontrava-se tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF), as famílias debateram e *trocaram* o apoio à candidatura pelo exercício de pressão junto ao STF, com vistas a agilizar o processo da área em litígio.

Apesar que o INCRA informa nas reuniões, nas audiências, que tem um procurador indo lá, vendo como é que tá, fazendo os processos, não sei o quê... Aquelas conversa que parece mais enrolação. Aí após a eleição, ele eleito, ele foi à Brasília junto com Valadares, que já era Senador, e aí nessa

viagem dele pra lá foi cobrado esse processo e lá vai... E acabou esse processo, por sorte, ou por um sonho que a gente já vinha grudado nele há muito tempo e não ia soltar mesmo... Então, eles pensavam que matava a gente pelo cansaço, mas a gente continuou em pé e lutando pela área. Conseguiu. E aí melhorou um pouco, porque o discurso do prefeito nos palanque era que os Sem Terra tava ali mas não podia ser discriminado, que era importante o assentamento pro município, um município pobre desse, que era importante, pra ele era importante nesse sentido, pra ele era importante porque ele sabe que o assentamento traz desenvolvimento econômica pra cidade e segundo porque os outros políticos era contra o Movimento Sem Terra lá na região, porque eles eram muito amigos dos empresários na época (Entrevista, M., 2007).

Portanto, o apoio político à candidatura, que saiu vitoriosa, não se encerrou meramente no apoio e na pressão junto ao STF, com vistas à criação dos Assentamentos. O Prefeito passou a realizar a defesa política do PA, ressaltando sua importância para o desenvolvimento territorial municipal, viabilizou um conjunto de serviços básicos, e ofereceu para o MST a Secretaria da Agricultura Municipal. Porém, a avaliação da Secretaria Estadual do MST é de que:

Não valia a pena porque... era um... um relacionamento com um prefeito que tava chegando, que tem um discurso de esquerda, de democrático mas é muito liso e não... não via segurança também nele com relação à questão do assentamento. E a resposta hoje tá lá, né, porque apesar dele ter conseguido montar uma patrulha de máquina aqui na prefeitura, mas a assistência às estradas... deixa muito a desejar pra dizer a verdade. Eu falei, é isso. Então bom, a gente tem sempre essa linha... Não é uma linha radical de não querer... A gente discute, vai pro diálogo... Mas não querer participar porque não sente muita segurança, seriedade, e aí na hora que nós quiser descer lá na dele e rachar (Entrevista, M., 2007).

Com a mesma visão política da realidade, apresentada acima no caso do MST de Lagarto, no PA José Emídio, as famílias estavam discutindo a apresentação e o apoio à candidatura de vereador do assentado João Pecebinho. Outra ação política tática refere-se ao estreitamento de relações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela. De acordo com o coordenador político local, a atual direção do STF era contrária ao assentamento. Compreendendo que são entidades que atuam em luta semelhantes, buscou-se uma aproximação entre o Sindicato e os assentados, de modo que algumas arestas já puderam ser dirimidas. Os sem terra estão se filiando, tendo em vista a prerrogativa de o sindicato viabilizar a aposentadoria. E, na medida em que vão afiliando-se à entidade, e, conseqüentemente, participando dos fóruns, sentem a necessidade de transformar a própria entidade. Sobre isso, vejamos a declaração a seguir.

Levamos ela [presidente do STR de Capela] pra reunião da coordenação que colocaram a visão deles também, porque... não é só separado porque o presidente do sindicato, há alguns anos atrás, é contra os Sem Terra lá dentro, é porque tem momentos que eles precisam da gente e a gente precisa deles. Então, pra nós não é só viver de avaliação crítica ou se separar, mas a gente tem que fazer aliança com as outras entidades. Porque em alguns momentos, a nível nacional, a gente tem as nossas divergências políticas, tem nossas... temos os nossos objetivos diferentes da FETASE, ou da CONTAG, mas em alguns momentos a gente senta junta pra discutir uma coisa que é interesse nosso, dos trabalhadores de um modo geral. Então tem momentos que a gente tem que estar discutindo em comum. O sindicato precisa de nós e nós também precisa deles em alguns momentos pra encaminhar a questão da aposentadoria, pra discutir a questão da... do salário maternidade, de algum benefício que tá ligado à área rural... E o sindicato tem que ter a legitimidade da instituição do INSS pra nos representar. Então começou a abrir um pouco e hoje... nós só não temos mais companheiros do Movimento, do assentamento aqui porque o presidente do sindicato sempre bloqueia, tal, bota dificuldade... Porque ele tem medo que a gente vai tomar o sindicato no futuro, porque é um sindicato meio parado, então tem medo de perder. Mas devargarzinho nós vamos, já tamos com 32 companheiros já filiados, sendo que há possibilidade de ir filiando mais... Mas vai se filiando, porque tá próximo da aposentadoria, daqui há 10 anos... E ele vai aceitando. Nas próximas eleições nós já começamos a discutir. Agora, recentemente nós já começou a abrir essa discussão, da gente participar da eleição do sindicato, as próximas eleições. Se der clima a gente já disputar já a presidência do sindicato (Entrevista, M., 2007)

Por fim, quero enfatizar que as articulações junto às cooperativas de trabalhadores e aos órgãos estatais e federais, para viabilizar um modelo de produção alternativo, assim como a implantação de escolas, serviços, e equipamentos comunitários no assentamento, debatidos anteriormente, são compreendidos sob minhas lentes como formas de participação política que visam à construção da liberdade, ou seja, da autonomia das famílias do PA José Emídio dos Santos.

2.3. As territorialidades em construção dos mutuários e assentados: semelhanças e diferenças

O estudo das condições de implantação dos empreendimentos de crédito fundiário e dos assentamentos de reforma agrária, assim como as diferentes formas de manifestação e compreensão da prática política, demonstram a existência de diferenças organizativas consideráveis entre os camponeses do crédito fundiário e da reforma agrária, mesmo que o objetivo dos dois grupos seja a entrada da terra de trabalho, com vistas a viabilizar as condições de subsistência das famílias de forma digna. De modo que, busco,

neste item, reunir e sistematizar comparativamente as principais características, relações e dinâmicas construídas por estes sujeitos.

O grande desafio desta investigação reside na análise de realidades que se encontram em processo de construção, tendo em vista o pouco tempo decorrido desde a implantação dos empreendimentos de crédito fundiário e assentamentos de reforma agrária, de um lado, e a realização da pesquisa, de outro. Contudo, isto não inviabiliza a análise aqui proposta, nem a percepção de semelhanças, diferenças e peculiaridades evidentes ainda neste processo de implantação, mesmo que tais características possam ser alteradas, fortalecidas, ou recriadas pelos camponeses frente às suas realidades.

As análises do real demonstraram a construção de dois tipos diferenciados de territorialidades, existentes entre os mutuários do crédito fundiário e os assentados da reforma agrária. Mas faz-se necessário explicitar que a materialidade dos territórios não apresenta grandes diferenças entre as duas categorias de sujeitos. Os dois modelos de assentamentos humanos encontram-se em fase de implantação, e as respectivas políticas apresentam incompletudes e/ou distorções, que determinam uma materialidade ainda precária, sob o ponto de vista de garantia da totalidade de condições produtivas e dos direitos sociais às famílias ingressantes na terra.

Quando me refiro à existência de duas territorialidades distintas em construção, refiro-me, principalmente, às relações sociais estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos, entre os sujeitos e o espaço que se converte em territórios, e entre as subjetividades incorporadas à materialidade do território. As formas que vão assumindo dependem dessas relações, além das interações e interferências decorrentes das trajetórias de vida dos sujeitos, anteriormente à entrada na terra, dependem ainda da organicidade da organização camponesa e/ou sindical, e do ordenamento jurídico das respectivas políticas públicas.

Compreendo que cada uma das políticas públicas em análise são territórios, cujo poder está concentrado no capital rentista e financeiro. No caso do Crédito Fundiário e no caso da reforma agrária, os trabalhadores disputam, o tempo todo, com o capital, o controle das ações do programa nacional de reforma agrária, de tal modo que as territorialidades em construção resultam dessa conflitualidade. Enquanto isso, o crédito fundiário pré-estabelece uma forma de organização do território do empreendimento (moradia, parcela de produção individual e parcela de produção coletiva) e o perfil dos

sujeitos e relações sociais que antecedem ao ingresso na terra. Na reforma agrária, é a ação dos trabalhadores que impulsiona realização da reforma e a entrada na terra. Apesar de haver um ordenamento jurídico que determina a forma, o preço e a temporalidade da valorização do espaço, mediante a concessão dos créditos, os trabalhadores seguem se organizando para delimitar a construção e o desenvolvimento territorial, de acordo com seus interesses e com seu projeto produtivo, social e político.

Embora o ordenamento de uma política apresente poder de definição sobre a forma de produção de um território camponês, estou certo de que sua concretização depende não das letras frias e mortas de um ordenamento jurídico ou um de manual de operações, mas das relações sociais envolvidas diretamente em sua construção. Deste modo, verifica-se que o poder de definir as formas-conteúdos dos territórios depende da autonomia de ação das famílias envolvidas em cada processo. Isto, por sua vez, resulta da trajetória de vida das famílias e de sua forma de organização política.

Observe-se que, de forma geral, as associações de crédito fundiário foram criadas por agentes externos (fazendeiros, políticos, corretores fundiários, líderes comunitários), com o objetivo específico de adquirir as terras. Após a realização do negócio, essa entidade é, ao mesmo tempo, entidade política, organizativa, produtiva dos camponeses. A relação destes com o Sindicato Rural municipal e com a Federação dos Trabalhadores é esparsa, burocrática e pontual, em situações limites. A estes fatores soma-se a inexistência de espaços para que as famílias discutam suas realidades, e adquiram, com isso, uma compreensão geral de que a Associação é a principal entidade para encaminhar as demandas da comunidade, e a responsabilidade de fazê-lo não pode ficar restrita ao seu presidente, porque isso delimita uma personalização do poder inerente à coletividade. Essa condição, que perpassa uma baixa politização das famílias, determina que os sujeitos estejam mais permeáveis à intervenção de agentes externos e mais *acomodados* com relação à dependência de políticas compensatórias e intervenções assistencialistas.

Por sua vez, os assentados de reforma agrária têm nas associações de camponeses uma referência meramente burocrática, destinada à captação de recursos para investimentos nas respectivas comunidades. Isto resulta de maior acúmulo de formas de organização política, tendo em vista a construção de uma consciência maior sobre suas realidades ao longo da luta pela terra, e da organicidade das famílias junto ao MST. Estes sujeitos esforçam-se cotidianamente para seguir a linha política da Organização, fortalecendo

uma coordenação escolhida entre grupos de famílias que contemplem, inclusive, a representação de homens e mulheres.

A forma de estruturação do território, embora dependa dos investimentos, deve resultar, na prática, das discussões e desejos das famílias. Exemplos disto estão na definição das plantas das moradias, das formas de ordenamento territorial com vistas à produção, na incorporação de outros profissionais na área, etc. A postura é manter a organização devida, que garanta o acesso às políticas públicas, inclusive as compensatórias. Mas, quando estas não chegam ou não chegam a contento, as famílias não esmorecem e criam elas próprias alternativas para superar suas realidades, independente da ação do Estado ou de agentes externos. Sobre a diferença entre mutuários e assentados, vale mencionar as posturas frente ao Programa Bolsa Família, uma vez que, os primeiros entendem tal Programa como algo fundamental para permanecer nas localidades, enquanto que os assentados reconhecem que ainda necessitam dessa política compensatória, deixando explícito, porém, que devem ser garantidas as condições estruturais de construção de suas possibilidades, em detrimento de auxílios parciais, pontuais e esporádicos.

Outra dinâmica emblemática da condição acima pode ser destacada no tocante à destinação programática do programa de crédito fundiário, que delimita uma área onde deve ser realizada a produção comunitária, e os rendimentos advindos dessa prática devem ser utilizados para saldar as amortizações junto ao agente financeiro. Considere-se que no crédito fundiário e a implantação do programa são extremamente ágeis, de tal modo que, ao entrar na terra, as diferentes parcelas já estão em processo avançado de delimitação e distribuição entre as famílias. Contudo, as famílias produzem um conjunto de relações comunitárias próprias, que muitas vezes dificulta a apropriação do trabalho comunitário e a realização deste para a finalidade pré-determinada. Fatores como equívocos, descontinuidade e falta de engajamento da assistência técnica nas comunidades têm conduzido ao fracasso dessa atividade, que considero de suma importância nos dois contextos estudados.

Por outro lado, nos assentamentos de reforma agrária, os sujeitos atualizam a orientação política do MST e esforçam-se, desenvolvendo práticas laborais comunitárias, inicialmente com o intuito de superar a morosidade no repasse de recursos e na implantação da infra-estrutura produtiva e comunitária, a indefinição da demarcação das parcelas produtivas familiares, e a falta de experiências que possibilitem a utilização dos territórios

para gerar condições imprescindíveis à sobrevivência das famílias. Vejo que o desafio, para os mutuários da reforma agrária de mercado assentados de reforma agrária é consolidar a produção e gerar renda para além dos financiamentos contratados, e, para os assentados da reforma agrária, o desafio reside na consolidação da produção mediante a geração de aprendizados que possibilitem o avanço de experiências de cooperação mais amplas.

A relativa agilidade na implantação dos empreendimentos, caso não ocorra problemas na prestação de contas dos recursos repassados, possibilita que as famílias tenham mais facilidade de acessar os créditos agrícolas, em particular do PRONAF – A, e assim desencadear a realização dos primeiros cultivos. Contudo, as condições materiais dos empreendimentos criados (semi-aridez, pouca disponibilidade de água ou ausência do seu controle, exigüidade da área dos projetos, isolamento geográfico, etc), associadas à baixa capacidade de mobilização política das famílias, dificultam a geração de renda necessária para garantir a sobrevivência das famílias, que, mesmo no contexto da terra de trabalho, necessitam continuar assalariando-se no entorno, criando situações macabras, como aquelas que fazem os mutuários se assalariar para alimentar o gado, comprado com o PRONAF-A, ou aquelas que destinam área de reserva legal para alimentar seus rebanhos.

No caso da reforma agrária, também me deparei com a necessidade de assalariamento como forma de viabilizar a produção das condições de existência. Neste caso, pareceu-me que as causas estavam relacionadas, naquele momento, à incompletude e morosidade na implantação dos projetos, devido a problemas como: atrasos na demarcação das parcelas produtivas, impossibilidade, por isso, de acessar ao PRONAF-A, inexistência de licenciamentos ambientais ou de intervenções dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente que determinaram a paralisação de atividades produtivas já em curso, equívocos da assistência técnica, etc. É bem verdade que a maioria dos dois sujeitos (mutuários e assentados) encontrava-se em condições de subordinação, mas o diferencial é que enquanto os assentados de reforma agrária realizavam, concomitantemente, práticas criativas para superar esta limitante condição, além de mobilizações, articulações e pressões políticas, os mutuários, por sua vez, pareceriam *esperar* que os governos tomassem uma posição sobre suas situações.

Os depoimentos das duas categorias do campesinato, assentados e mutuários, revelam compreensões e práticas políticas diferenciadas. Os mutuários demonstram, de forma geral, uma compreensão da participação política, como, por exemplo, o ato de apoiar e votar em candidatos em nível local, resumindo a política aos processos

eletivos dos representantes da sociedade. Algumas vezes, a compreensão e a ação vinculam-se à possibilidade de trocar o apoio político pela concessão de algum tipo de ajuda daqueles que teriam *poder*. No caso dos assentados da reforma agrária, parece-me que estes compreendem, embora isto não tenha sido verbalizado diretamente, como um fazer cotidiano, que se inicia na luta pela terra, e avança na estruturação dos núcleos de famílias, da militância no MST.

Encontramos também situações em que os agricultores negociaram o apoio eleitoral da comunidade em troca de serviços, apoio político às lutas, viabilização de acesso às políticas públicas, etc, mas, fizeram-no a partir de uma leitura da luta de classe para definir o apoio ou não a uma candidatura, e compreendem que o que foi acordado não é um favor, mas sim um direito que deve ser atendido pelo poder público. Ademais, os agricultores estão se organizando nas escalas municipais, tomando como trunfo o território e a numerosa base de sem terras, para entrar nas instituições, seja como parlamentares ou executivos, não apenas para viabilizar as demandas dos assentados, como também para angariar apoios importantes na produção de modelos de desenvolvimento territorial que contribuam com a construção de outro modelo.

Diante do exposto e frente às diferentes manifestações do real, percebe-se que, no crédito fundiário, a dimensão que ganha proeminência é a econômica, em particular no que tange à necessidade de gerar excedentes suficientes para saldar os compromissos com o agente financeiro, enquanto que, na reforma agrária, a politização dos diferentes elementos, dinâmicas, e do processo da realidade traz para o centro do debate a política como prática de construção da liberdade. Creio que ambas as realidades são dinâmicas e podem sofrer alterações, tanto positiva ou como negativamente. Mas, infiro que os mutuários, se agravadas condições materiais, sofrerão um processo de desterritorialização, podendo buscar sua reterritorialização nas lutas pela terra. Por sua vez, vejo que, entre os assentados, a organização política é fundamental para construir a superação e viabilizar a territorialização de suas famílias, avançando na reforma agrária. Contudo, é importante que o Estado, nos dois casos, assuma a responsabilidade de valorizar os espaços com vistas a viabilizar a permanência das famílias na terra, com dignidade.

3. ESTADO, POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL (RA E RAM)

Estes capítulos buscam discutir as diferentes formas de tratamento da questão agrária, especificamente da reforma agrária nos diferentes períodos de governo. Detenho-me à discussão dos programas de reforma de cada governo e às principais ações dos camponeses no seu movimento de luta política pela conquista da reforma agrária. Neste sentido, discuto, primeiramente, os governos Sarney, Fernando Collor e Itamar, em seguida, discuto o aprofundamento das diretrizes neoliberais, no campo, nos dois mandatos FHC para, posteriormente, tratar do governo Lula. Por fim, apresento um conjunto de gráficos, figuras e tabelas a fim de situar e analisar a territorialização da reforma agrária e da reforma agrária de mercado no Brasil, desde sua criação, em 1998 e 2006. Neste estudo, recorro ao longo de todo o capítulo das informações constantes no Banco de Dados da Luta pela Terra, publicado, anualmente, pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), ligado à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”.

3.1. Reforma agrária por período de governo: Sarney, Collor e Itamar. Ruralistas 10, camponeses 0

No período em que o Brasil foi governado pelos militares, a política agrária teve como objetivos acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, privilegiando as grandes empresas nacionais e estrangeiras, mediante incentivos financeiros a favor da expansão da agropecuária. Pouco antes do golpe militar, o grupo que compunha o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) concebeu a política agrária da ditadura militar, que deu origem ao Estatuto da Terra. Na prática, essa Lei não passou de uma estratégia para dissimular o discurso da reforma agrária (RA). Desta forma, tal Lei consagrou-se como um instrumento para o controle dos conflitos sociais e as desapropriações somente corriam com o intuito de amenizá-los. Havia a previsão de ocupação de frentes pioneiras para amenizar as tensões e os conflitos em outras regiões, para tanto, foi utilizado o programa de colonização pública e privada. Apesar de defender a desapropriação por interesse social, contraditoriamente, pregava também a compra, a doação e a venda de terras. Outra questão, em destaque, foi a exclusão da empresa rural da passividade de desapropriação. Nesta lógica, os governos militares desenvolveram a política

de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Desta forma

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número de latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram assim a *modernização* [grifo do autor] da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. Dessa forma, a estrutura fundiária sofreu alterações profundas... (FERNANDES, 1996, p. 39).

Os últimos anos da ditadura e o processo de redemocratização do país marcaram um momento de novo fortalecimento dos movimentos sociais de modo que, em 1985, o MST, a CONTAG, a Igreja Católica, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vários partidos políticos e outras entidades, a favor da reforma agrária, organizaram-se para exigir do governo Sarney a elaboração de um Plano de reforma agrária. Concomitante à origem e a realização da Campanha das Diretas, as duas principais organizações do campesinato brasileiro (MST e CONTAG) realizavam seus congressos e deliberavam sobre sua pauta política e suas formas de ação.

Em maio de 1979, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) realizou seu 3º Congresso Nacional no qual se deliberou que, dentre os eixos centrais, o programa de colonização, em curso, deveria ser combatido pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) tendo em vista em ser um instrumento de contra-reforma agrária, de modo que sua realização somente ocorresse com a participação dos trabalhadores e, com vistas à criação *massiva* de unidades de produção familiar em benefício dos trabalhadores. A reforma agrária deveria ocorrer de forma *massiva e drástica*, alterando a distribuição, o regime de posse, os usos e a propriedade da terra. Desta forma, beneficiaria os trabalhadores de forma a atender os princípios de justiça social e o aumento da produtividade.

Em janeiro de 1984, os trabalhadores rurais, reunidos no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, evento que fundou o MST, elaboraram uma carta política que dentre as diretrizes vale ressaltar a defesa de que o acesso à terra deveria ser através da pressão e da luta política, enquanto se rejeitou, como instrumento de acesso à terra, o crédito fundiário e os programas de colonização em curso na região Norte. A terra deveria estar sob o controle daqueles que a trabalham, de modo que reivindicavam terras das multinacionais, dos latifúndios extensivos, do Estado, áreas mal aproveitadas e utilizadas como reserva de valor.

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, mais conhecido como José Sarney, foi o primeiro presidente a governar o Brasil após a ditadura militar. Com a derrota no Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da República, o Colégio Eleitoral elegeu, em janeiro de 1985, a chapa da Aliança Democrática (PMDB, PTB e PFL), encabeçada por Tancredo Neves cuja vice-presidência competia a José Sarney. Em 14 de março de 1984, o presidente eleito adoeceu, foi internado, vindo a falecer em 21 de abril de 1985, causando grande comoção nacional, tendo em vista a esperança de mudança com a eleição de Tancredo, que pairava sobre a população brasileira. Nestas circunstâncias, José Sarney assumiu a Presidência da República em uma aliança complexa e delicada, cujo poder dos militares, dos ruralistas e dos políticos conservadores se fazia presente no interior governo.

A pressão popular por reforma agrária intensificou-se no campo e nas cidades e conquistou, novamente, o espaço no governo, mesmo que pela via legislativa. Com a entrega do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) ao paraense Nelson Ribeiro e a nomeação de José Gomes da Silva para a presidência do INCRA, o projeto político de realizar a reforma agrária, de acordo com os princípios do Estatuto da Terra, ganhou força. Em maio de 1985, o governo José Ribamar Sarney apresentou, no 4º Congresso da CONTAG, a *Proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República* (I PNRA), em atendimento ao previsto no Estatuto da Terra 21 anos após sua criação. A *Proposta* apresentava como justificativa da sua elaboração, dentre outras questões, o agravamento da concentração fundiária e a evolução crescente do número de conflitos e de mortes no campo brasileiro, conforme expresso na tabela abaixo.

TABELA 7 – BRASIL - CONFLITOS PELA TERRA E MORTES – 1971 – 1984

Ano	Ocorrências	Nº Mortos
1971	109	20
1976	126	31
1981	896	91
1984 (*)	950	108

Fonte: CONTAG, CPT, ABRA. Apud: Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, 1985. (*) Estimativa.

Seu objetivo central era

Mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando, progressivamente, o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso que atenda aos princípios de Justiça Social e o aumento da produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural. (MINISTÉRIO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 1985)

Essa Proposta propunha a realização da reforma agrária mediante a desapropriação dos latifúndios e a restrição dos projetos de colonização às terras públicas, atingindo os proprietários de terras duplamente, seja na ameaça de extinção do latifúndio, seja nas terras públicas tão almeçadas pelo capital que se territorializava no campo. Assim, estabeleceu a delimitação de Áreas Prioritárias para a reforma agrária, considerando a existência de latifúndios, de conflitos agrários, de posseiros e de outras categorias de sem terras. A *Proposta* inscreveu a meta de 1 milhão e 400 mil famílias a serem assentadas no governo Sarney, ou seja, de 1985 a 1989, sendo 100 mil no primeiro ano, 300 mil no segundo ano, 450 mil entre 1987 – 1988 e 550 mil em 1988 – 1989. Até o ano 2000, deveriam ser assentadas 7 milhões e 100 mil famílias, sendo 2 milhões entre 1989 – 1993, 2 milhões entre 1993 – 1997 e 1 milhão e 700 mil famílias entre 1997 e 2000.

A *Proposta* recebeu apoio da CONTAG, do MST, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA) formada pela Comissão Pastoral da Terra, ABRA, Conselho Indigenista Missionário, CONTAG, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Instituto Brasileiro de Pesquisas Socio-Econômicas (IBASE), do Partido dos Trabalhadores, dentre outros partidos e entidades que tinham algumas ressalvas. Na contramão do curso histórico da reforma agrária, estavam a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, a Família e Propriedade (FTP), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Frente à possibilidade de alteração da questão da propriedade da terra, os ruralistas se organizaram e criaram a União Democrática Ruralista (UDR). Reuniram-se, nesta, tanto latifundiários antigos quanto grandes proprietários modernos que passaram a exercer pressão sobre o governo, contestando, dentre outras questões, os critérios para a desapropriação por interesse social. Estes argumentavam, delirantemente, que a *Proposta* era uma armação da CIA e da KGB para destruir a possibilidade do Brasil chegar à condição de potência, dado a pujança da agricultura (SILVA, 1987, p. 76). A entidade “orquestrou ondas

de violências armadas” contras os camponeses e lideranças religiosas no campo, com o intuito de desestabilizar o governo e os movimentos, forjando uma falsa condição de que, se o Plano fosse levado a cabo, haveria uma explosão de violência no campo.

Diante da complexa aliança que estruturava o governo Sarney, a pressão dos ruralistas foi acatada em detrimento do apoio dos trabalhadores à *Proposta*, de modo que o lançamento do *Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República* foi adiado por diversas vezes e foram elaboradas doze versões até a assinatura do decreto presidencial nº 91.766 de 10.10.1985, aprovando o PNRA. Sarney rendeu-se aos latifundiários e optou por manter o pacto político que o sustentava, e, por meio de atos e omissões, conduziu à não implementação do PNRA.

A cada nova versão, a *Proposta* ia sendo mutilada em favor dos ruralistas. Dentre as modificações, uma das que mais a descaracterizou foi a substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesse social, como principal meio de obtenção de terras; com indenização por meio dos TDA's Títulos da Dívida Agrária, sendo introduzida a possibilidade da *negociação* com os proprietários. Da proposta inicial de “mudar a estrutura fundiária do país”, o texto final contentou-se em “contribuir para modificar o regime de posse e uso da terra (SILVA, 1987, p. 125)”.

O Decreto assinado pelo Presidente da República, instituindo o PNRA, não delimitou as áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária e remeteu para os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA) esta atribuição. No dizer de Silva: “(...) o PNRA sem as áreas prioritárias não é um PNRA, porque não satisfaz a primeira das exigências da Lei que obriga sua elaboração, o Estatuto da Terra (SILVA, 1987, p. 123).” Além disso, sem a definição das áreas prioritárias, a RA não poderia começar no país, atrasando, portanto, o início do PNRA. Na prática, os sete primeiros Planos Regionais, assinados por Sarney em 2 de maio de 1986, referentes aos estados do Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, definiram toda a área rural dos respectivos estados como área prioritária da reforma agrária, uma generalização que decidia exatamente nada. Se toda a área de um estado é prioritária, não há um ponto preciso do local para iniciar política de tal natureza. Os ruralistas elogiaram o Plano!¹⁸

¹⁸ Um exemplo emblemático dessa situação foi a declaração do presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, concedida ao Jornal Estado de São Paulo, elogiando o fato de o governo não demarcar, nos PRRA's, as áreas prioritárias, com o argumento de que “isso representaria uma discriminação entre municípios do mesmo Estado, levando a algumas regiões o temor e o desestímulo e também criando situações propícias

Além disto, paralelamente ao PNRA, foi criado um conjunto de projetos especiais com a finalidade de esvaziar o conteúdo político do PNRA e da reforma agrária. Assim, instituiu-se, dentre outros planos: o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado (PONDERI) em uma tentativa de subordinar a reforma agrária à política agrícola, espaço controlado pelos grandes proprietários de terras; O Programa Interministerial de Fluxo Migratório com vistas a estabelecer um controle sobre os fluxos migratórios para o campo, a fim de desarticular os pontos de conflito no território nacional; o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), que dissolveu os recursos da reforma agrária canalizando-os para grandes projetos de irrigação que, na prática, beneficiavam o grande capital (SILVA, 1987).

Porém, foi, com a Constituinte em 1987, que viria, de fato, o golpe no PNRA e a grande derrota da reforma agrária. Na Constituição de 1988, o conjunto das entidades pró-reforma agrária apresentou uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, todavia, a correlação de forças, na Assembléia Nacional Constituinte, foi mais favorável ao prevalecimento das posições dos ruralistas, que, por meio da UDR, exerciam a pressão sobre o Centrão para a aprovação dos seus interesses. Dentre estes, um dispositivo genérico que tornava a propriedade produtiva inatacável. Astutamente, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo de legislação complementar. Este fato atrasou, mais uma vez, o deslanche da reforma agrária, pois, somente, em 1993, já no governo Itamar Franco, é que foram promulgadas as leis complementares, regulamentando estes artigos da Constituição e definindo o Rito Sumário das Desapropriações. Mais uma vez, ganharam os latifundiários.

No íterim da Constituinte, embora houvesse o conjunto de entidades pró-inserção da reforma agrária na Constituição, as duas maiores organizações do campesinato brasileiro adotaram posturas diferenciadas. Enquanto a CONTAG decidiu agir apenas na via institucional para pressionar os parlamentares, o MST optou, também, por realizar isto, mas definiu a tática de política de intensificar a luta pela terra, mediante a multiplicação das ocupações de terras. A UDR reagiu com mais violência armada e mais pressão sobre o governo Sarney. De modo que conquistaram a fragilização do MIRAD/INCRA e a subordinação da RA à política agrícola. Sobre este episódio Coletti (2005, p. 113) recupera que,

para conflitos sociais”. REFORMA agrária: as reações aos planos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 maio 1986.

Em 21.10.1987, ocorreu mais um retrocesso, dessa vez imenso, do governo Sarney relativo à reforma agrária, fato comemorado, como era de esperar, pela UDR: através do Decreto-Lei n. 2.363, o governo Sarney extinguiu o INCRA, criou o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER) - cuja finalidade era exercer as atividades de Procuradoria-geral do extinto INCRA - e passou as demais atividades do INCRA para o MIRAD, cujo ministro, na época, era Jader Barbalho. Tal fato ocorreu poucos dias antes da votação da questão agrária pelo Congresso Constituinte e, segundo avaliação de José Gomes da Silva, “acabou ferindo de morte o Estatuto da Terra, arquivando a Reforma Agrária pelo resto do período Sarney e atropelando a própria soberania do processo constitucional”.

Antes de terminar o mandato, Sarney publicou a Medida Provisória nº 29, de 15 de janeiro de 1989, extinguindo o MIRAD e passando as atribuições dele para o Ministério da Agricultura, que passou a denominar-se Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, assim transferiu, integralmente, o controle da reforma agrária para o território dos ruralistas.

Sobre os resultados da questão agrária na Constituinte vale resgatar a análise de Silva (1997, p. 75 - 77).

A questão da dimensão da propriedade rural pode ser estudada na história das Constituições Brasileiras através de dois vetores: I) o aumento da superfície que o constituinte tem atribuído ao instituto do usucapião e à faculdade para os posseiros adquirirem terras públicas; II) Diminuição que tem sido imposta à concessão de grandes glebas de terras públicas. No primeiro caso, a autorização constitucional, inicialmente estabelecida de 10 hectares ocupados durante 10 anos na Constituição de 1934, foi progressivamente ampliada até atingir os 100 hectares na Constituição de 1969, com a limitação do prazo de ocupação (apenas 5 anos no usucapião especial) fixado em lei ordinária. Em contrapartida, o limite para a concessão ou alienação de terras públicas, sem autorização, em cada caso, do Senado Federal, diminuiu de 10 mil hectares para três mil hectares em 1969. Tomando apenas esses quatro parâmetros, é possível concluir que a Constituição Federal de 1988:

- a) Recuou, lamentavelmente, afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social tanto na abrangência (art. 185), como no tocante à exigência do prévio pagamento (art. 184);
- b) Não resgatou o critério decretado pelo Governo Costa e Silva (com as assinaturas dos Constituintes de 1987/88 Delfim Netto e Jarbas Passarinho) de fixar o valor declarado para fins de pagamento do ITR como limite para o valor das indenizações;
- c) Recuou, na perspectiva da tradição constitucional, também rebaixando de 100 para 50 hectares o limite do instituto de usucapião, o que permitiria uma área maior que aquele limite, dependendo da região;
- d) Manteve praticamente inalterado o limite para alienação ou concessão de terras públicas, já que passou de três mil para 2.500 hectares, quando na etapa interconstitucional anterior, a redução foi de 10 mil para 3 mil ha.

De uma maneira expedita, a eficácia de uma constituição qualquer pode ser aferida, com vistas à realização de uma RA, pela maneira como é

feito o pagamento das indenizações, pela rapidez como o Estado se imite na posse e pelo valor atribuído às terras desapropriadas. Assim, as palavras “dinheiro” (como forma de pagamento), “prévio” (para mostrar a precedência do pagamento) e “justo” (para definir valor) podem ser utilizadas como parâmetros válidos para este tipo de análise.

Não se pode, numa avaliação que mesmo crítica tenta ser imparcial, deixar de reconhecer que a nova CF apresentou, em relação à questão agrária, umas poucas vantagens, listadas a seguir.

- a) Deu, pela primeira vez na história constitucional, como já visto, um tratamento diferenciado à RA, dedicando-lhe capítulo especial;
- b) Trouxe para o texto a explicitação da função social;
- c) Criou o instituto da perda sumária para as glebas que cultivarem plantas psicotrópicas;
- d) Determinou a reavaliação das terras indígenas dentro de cinco anos;
- e) Dispôs sobre a demarcação das terras indígenas dentro de cinco anos;
- f) Obrigou à revisão, dentro de três anos, de todas as concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares realizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1987.

Nesse contexto, ao fim do período 1985-1989, foram criados 800 assentamentos, beneficiando 122.598 famílias, em uma área reforma de 8.248.899 hectares. (Tabela 8). Se considerarmos apenas o período de vigência do PNRA que previa a meta de assentar 1.400.000 (Hum milhão e quatrocentas mil) novas famílias em 43.000.000 ha (Quarenta e três milhões de hectares), verifica-se o fracasso da meta, pois, somente 6,19% e 15,22%, respectivamente, foram de fato realizados. Por outro lado, ao longo do mesmo período, verifica-se a evolução crescente das ocupações de terras e do número de famílias envolvidas, totalizando, no período, 229 ocupações realizadas por 34.333 famílias. (Tabela 9). Diante dessa conjuntura, verifica-se que uma importante oportunidade histórica de fazer a reforma agrária foi deixada de lado, em virtude da correlação de forças desfavoráveis aos camponeses e suas organizações, restando-lhes intensificar suas formas de luta, a fim de construir as possibilidades históricas para alcançar seu intento.

TABELA 8

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governo Sarney			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
1985	83	9.266	489.851
1986	174	26.618	1.210.605
1987	181	32.219	2.083.042
1988	203	37.158	2.084.265
1989	159	17.337	2.381.136
TOTAL	800	122.598	8.248.899

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra - DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

TABELA 9

Brasil - A luta pela terra - Governo Sarney		
ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
1985*	NI	NI
1986*	NI	NI
1987	67	11.772
1988	72	9.986
1989	90	12.575
TOTAL	229	34.333

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha. Obs.*: NI - Não Informados.

A Constituição Federal de 1988 instituiu as eleições diretas para Presidente da República, que foram realizadas no ano de 1989. A chapa foi encabeçada pelo empresário e político alagoano, Fernando Affonso Collor de Melo, do Partido da Renovação Nacional (PRN), cuja vice-presidência competia a Itamar Franco (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de Minas Gerais). Tal chapa contou com o apoio da ala mais conservadora do Partido da Frente Liberal, das principais corporações de comunicação do país como o Grupo Roberto Marinho, dos grandes proprietários de terras, dentre outras forças conservadoras. Fernando Collor teve uma campanha publicitária massiva e bem elaborada. Auto declarou-se o *caçador de marajás*, culpou o governo Sarney do conjunto de mazelas que passava o Brasil (como corrupção, inflação exorbitante, etc.), associou o candidato Luís Inácio *Lula* da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), ao campo socialista, em crise naquele momento, e valeu-se da queda do campo socialista, vinculando-o à incapacidade de governar os *descamisados* e *pés-descalços*, uma alusão ao eleitorado mais pobre. Argumentação ardilosa para fugir do estigma de candidato das elites. Sua candidatura foi vitoriosa no segundo turno contra o candidato Lula.

Durante a campanha político-eleitoral Collor prometeu assentar 500 mil famílias, anunciando, de antemão, que o I PNRA seria abandonado, fato comprovado nos primeiros meses do mandato. Na prática, este presidente representou a vitória do projeto neoliberal no país, que foi continuado por Itamar Franco, aprofundado, posteriormente, por Fernando Henrique Cardoso e seguido por Lula. O projeto do novo presidente incorporou a abertura econômica do país, desenvolveu um programa de privatizações, de redução dos gastos sociais, de repressão e de criminalização dos movimentos sociais e sindicais.

Herdando do governo anterior o esvaziamento político das instituições encarregadas da reforma agrária, Collor criou a Secretaria Nacional da Reforma Agrária para realizar as atribuições do INCRA e entregou o Ministério da Reforma Agrária para o grande proprietário rural Antonio Cabrera Mano Filho. Em março de 1990, a Secretaria foi extinta, ficando o INCRA como o único responsável de realização das ações da RA, estando, porém, subordinado ao Ministro Cabrera que compreendia que a reforma agrária somente teria sentido se ligada, diretamente, à política agrícola. Validaram-se, mais uma vez, os anseios dos ruralistas.

Seguiu a este arranjo institucional um conjunto de ações e declarações para impedir a realização da RA. Segundo Coletti (2005), o próprio Ministro atacou o governo anterior, acusando-o de corrupção, nos processos desapropriatórios realizados, em beneficiar sem terras desprovidos de *vocação agrícola*, e vinculou a intensidade da luta pela terra à CUT e ao PT, na tentativa de desgastar politicamente as forças de oposição ao governo. Decidiu não desapropriar terras em áreas de conflitos e, em outubro de 1990, através do Decreto 99.616 extinguiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e desativou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), desta forma, o Ministro as atribuições da EMBRATER para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Tal mudança institucional conduziu ao vertiginoso declínio da participação financeira do governo federal no desenvolvimento da agricultura de pequena escala, realizado por diferentes segmentos do campesinato brasileiro.

Aproveitando-se do vácuo jurídico, uma vez que a Lei de Reforma Agrária somente seria promulgada em 1993, da contenção orçamentária e do sucateamento administrativo, foi aprovada a Lei 8.173/91, do Plano Plurianual 1991-1995. Assim, definiu, como meta, o assentamento de 227 mil famílias até o ano de 1994, o que representava menos da metade das 500 mil famílias prometidas durante a campanha eleitoral. Em janeiro de 1992, foi lançado o Programa da Terra com a previsão de assentar, até 1994, o quantitativo de 400 mil famílias, meta que não seria cumprida. Todavia com o *impeachment* Collor, esse programa acabou não sendo realizado.

Ao mesmo tempo em que o MST tentou intensificar a luta pela terra, o governo implantou um processo sistemático de repressão e criminalização dos trabalhadores sem terra, conforme publicado no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em julho de 1991, quando a Direção Nacional do MST denunciava que

a política federal está agindo em todo o país, perseguindo e prendendo lideranças da luta pela terra. Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos. [...] Em Marabá, chegaram ao ponto de prender sete companheiros, todos da executiva estadual do MST, *com a suspeita* de que estavam preparando uma ocupação de terra. [...] Romeu Tuma, chefe da polícia federal, foi à câmara dos deputados denunciar que o MST enviava camponeses para treinamento de guerrilha em Cuba.

Ocorreram, por parte do governo, invasões de secretarias do MST e prisão de lideranças em diversos estados. Esta repressão causou um refluxo nas ações dos sem terra, travando o processo de luta e reduzindo a territorialização dos assentamentos. A tática foi de voltar-se para dentro com vistas a ampliar a mobilização e fortalecer a Organização. Nesse intuito, articulou-se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que originou, em maio de 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) com o objetivo de realizar a “representação política dos assentamentos ligados ao MST, bem como, coordenar a organização da produção em todos os assentamentos (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 54)”.

Em princípios do ano 1992, ocorreram denúncias de corrupção contra o presidente Collor, as apurações revelaram seu envolvimento direto e de outros componentes do governo. Foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Forte mobilização social, liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo MST, tomou as ruas em todas as grandes cidades brasileiras, que contou com o apoio da grande imprensa, a mesma que, anos antes, havia apoiado a candidatura do Presidente corrupto. Em 2 de outubro deste ano, Fernando Collor renunciou ao mandato de presidente da República para fugir da cassação do mandato, mas o julgamento no Senado da República prosseguiu e aprovou o *impeachment* e a cassação dos direitos políticos por oito anos. Com a renúncia, assumiu a Presidência da República o vice-presidente Itamar Augusto Cautieiro Franco.

Nesse ínterim, o aumento da violência no campo, em particular das ações armadas da UDR, favoreceu a ação dos deputados do Núcleo Agrário do PT, que aprovaram a criação da “CPI da Pistolagem”, e, desta forma, recolocaram no debate nacional a RA. Decorrente de um acordo com partidos de centro-esquerda, tais deputados conseguiram, em julho de 1992, votar e aprovar, na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei nº 65 de 1992, que tratava da regulamentação do capítulo constitucional dedicado à RA. Os debates seguiram no Senado Federal e somente em 1993, já durante o comando do presidente Itamar Franco, é que

a Lei de Reforma Agrária (nº 8.629/93) foi promulgada, assim como a Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o Rito Sumário nas Desapropriações.

O projeto da Câmara apresentava os anseios da UDR inseridos através da bancada ruralista. Um exemplo emblemático era o artigo que estabelecia, como critério de prioridade para realizar as desapropriações, o Grau de Utilização da Terra (GUT) em nível nacional. Segundo Fernandes (1996, p. 52), com a retirada deste dispositivo, “eliminou-se a possibilidade de realizar, primeiro, desapropriações em regiões, as quais o GUT possua um percentual menor, ou seja, na proposta enviada pela Câmara, não era possível desapropriar um imóvel no estado de São Paulo, com um GUT de 50 %, enquanto existissem imóveis nos estados do Pará ou do Amazonas com GUT's inferiores ao imóvel em questão”.

Nela, constavam alguns artigos que viriam a dificultar a execução da reforma agrária. No artigo 7º, era estabelecido que “não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico...”, desde que, tal projeto “haja sido registrado no órgão competente no mínimo 6 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social” (inciso IV). “Tal determinação significava um perigoso precedente, pois poderia criar uma verdadeira ”indústria de projetos frios”, forjados pelos proprietários dos imóveis pura e simplesmente para evitar a desapropriação (COLLETTI, 2005. p. 129)”. Outro ponto problemático constava, no artigo 12º, o qual estabelecia a justa indenização das áreas desapropriadas. Essa indenização teria como base os valores de mercado.

O presidente Itamar adotou uma postura mais branda com relação aos sem terra se comparado com Fernando Collor. Em fevereiro de 1993, o governo recebeu uma ampla comitiva do MST, que reivindicava alterações no projeto de Lei. Parte das proposições foi acatada, sendo que a Lei de Reforma Agrária e do Rito Sumário foram promulgados com vários vetos. Dentre aqueles, os que travancariam o processo de reforma agrária, vale ressaltar a recusa de confiscar as propriedades envolvidas em trabalho escravo e a aceitação da possibilidade de contestação por parte do judiciário dos laudos de vistoria do INCRA, contida na Lei do Rito Sumário.

Com a abertura do diálogo com o presidente Itamar, os camponeses voltaram a intensificar a luta pela terra e as ocupações. De maneira que, em todo o período Collor – Itamar (1990-1994), a luta pela terra seguiu uma crescente, enquanto que a política de implantação de assentamentos sofreu um retrocesso se comparado ao período anterior, conforme explicitado pelos dados do DATALUTA, sistematizados nas tabelas abaixo.

TABELA 10

Brasil - A luta pela terra - Governos Collor e Itamar		
ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
1990	50	7.314
1991	85	14.990
1992	93	17.838
1993	116	19.442
1994	163	23.016
TOTAL	507	82.600

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

TABELA 11

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governos Collor e Itamar			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
1990	29	6.454	2.042.300
1991	35	10.445	559.236
1992	93	10.892	555.376
1993	127	13.281	538.813
1994	177	20.753	790.228
TOTAL	461	61.825	4.485.953

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

3.2. Reforma agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998): a despolitização da luta camponesa

Com a eleição do sociólogo, professor universitário e político brasileiro Fernando Henrique Cardoso (FHC), através da aliança política firmada entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), com apoio político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o projeto neoliberal não apenas teve prosseguimento como foi aprofundado. Segundo Coletti (2005, p. 198), “aprofundou-se o processo de abertura comercial e financeira da economia brasileira aos produtos e capital estrangeiros, o processo de privatização das empresas estatais, o processo de desregulamentação do mercado de trabalho e o processo de supressão dos direitos sociais”. O período de redemocratização e os anos 1990 estavam marcados por forte desestabilização econômica e exorbitantes índices

inflacionários, foi somente quando o FHC assumiu o Ministério da Fazenda, durante o governo de transição do presidente Itamar Franco e com a implantação do Plano Real, elaborado por uma equipe de economistas da PUC do Rio de Janeiro, que o combate à inflação e a estabilidade monetária apresentaram resultados concretos. De modo que se pode compreender a vitória no primeiro turno das eleições de 1994 e 1998 como uma capitalização da candidatura FHC, em virtude do *sucesso* do Plano Real.

O presidente FHC herdou dos governos anteriores uma estrutura administrativa para a implantação da política agrária. Sua conformação se deu no final do governo Sarney, na qual o Ministério da Agricultura era o responsável de realizar a reforma agrária (RA) através da vinculação das atribuições do INCRA ao primeiro. Obviamente, que o Ministério da Agricultura, historicamente território dos ruralistas, não iria realizar esforços para realizá-la, assim que o governo foi iniciado. Ainda durante a campanha eleitoral, Cardoso declarou sobre esta política pública que:

...os conflitos agrários existentes no Brasil são consequência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças no campo. Com o aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir a cem mil famílias no último ano do governo. Essa é uma meta ao mesmo tempo modesta e audaciosa, já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20 mil famílias. Executar a reforma agrária estabelecida pela Constituição, com paz e estrito respeito à lei. Adotar uma política agrária realista e responsável, com assentamento de 40 mil famílias no primeiro ano; 60 mil no segundo ano; 80 mil no terceiro ano e 100 mil famílias no quarto ano (CARDOSO, 1994, p. 101 – 103).

Na prática, o programa de reforma agrária foi lançado em 24 de março de 1995, em ato público, no município cearense de São João do Jaguaribe, confirmando a meta de campanha de assentar, até 1998, 280 mil famílias. Ao mesmo tempo em que o governo se vangloriava de apresentar uma meta *audaciosa*, pois a marca de famílias assentadas por ano nunca superou a marca de 20 mil famílias. Desta maneira, verifica-se que, efetivamente, as metas do I PNRA estavam enterradas e com uma pá de cal em cima. Tampouco, foram envidados esforços para a elaboração de outro Plano Nacional de Reforma Agrária.

A esta época, o MST havia se tornando o principal movimento socioterritorial de camponeses do Brasil, suplantando a posição da CONTAG. Isto em virtude de, mesmo sob as perseguições realizadas no governo Fernando Collor ter, ao longo da primeira metade dos anos 90, prosseguido na estruturação dos setores organizativos internos da Organização e investido na construção do seu sistema de cooperativas agrícolas de reforma

agrária. A história lhes havia ensinado que a RA somente se realizaria através da pressão política, cujo principal instrumento de luta eram as ocupações de terras e a construção de acampamentos rurais. De modo que, desde início, o governo FHC foi marcado pela massificação da luta pela terra. Francisco Graziano Neto, então assessor direto do Presidente da República diante dos fatos, confessou:

O governo parecia trabalhar sempre a reboque dos acontecimentos. Isso significava que não se conseguia elaborar um plano estratégico para a política fundiária, que definisse objetivos maiores a ser alcançados. Continuava havendo apenas uma meta física, definida desde a campanha eleitoral: assentar 280 mil famílias durante os quatro anos de governo. Fora disso, atuava-se no varejo.

Havia as dificuldades de funcionamento da máquina governamental. Até aí, nada de estranho. Paradoxalmente, porém, era o próprio MST, a entidade mais aguerrida na defesa da reforma agrária, que impedia uma ação mais planejada do governo nessa matéria. Estava impossível organizar qualquer coisa. O governo apenas corria atrás do prejuízo (GRAZIANO NETO, 1996, p. 17).

No mês de julho de 1995, o MST realizou o seu III Congresso Nacional, o qual atualizou a palavra de ordem vigente entre 1989 – 1994 *Ocupar, resistir e produzir*, para *Reforma agrária: uma luta de todos*, ampliando e reforçando o debate no tocante à questão agrária para diferentes setores da sociedade. Deste Congresso deliberou-se, ainda, como prioridade “continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo (MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1995)”. De acordo com a principal liderança da organização:

...nossa reflexão nos levou à conclusão de que, para conquistar a reforma agrária, tinha que mudar o plano neoliberal. Ou seja: a reforma agrária depende das mudanças no modelo econômico. Para ela avançar, é necessário que toda a sociedade a abrace como uma luta legítima dos sem terra, dos pobres do campo, com reflexos positivos para a própria sociedade. Foi ali, então, que sistematizamos a palavra de ordem “a reforma agrária é uma luta de todos” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, 55).

Portanto, é neste quadro de perplexidade do governo, relatado por Graziano Neto, e massificação da luta dos camponeses que deve ser compreendida a elaboração do programa agrário, cujas principais diretrizes destaco a seguir. O primeiro ponto importante já explicitiei e, algumas linhas acima se referem à meta de assentar 280 mil famílias, até o final do mandato. Tal implantação atribuiu-se ao INCRA, que estava ligado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Os primeiros meses do governo ocorreram em clima de tranqüilidade e euforia, tendo em vista a elevada popularidade do presidente FHC

que conseguirá *ajustar* a economia.

A questão agrária, de certa forma, havia sumido do debate nacional, em que pese à intensificação da luta pela terra, praticada pelo MST, CONTAG e outros movimentos socioterritoriais, até que a classe dos latifundiários respondesse, com violência e graves descumprimentos, aos direitos humanos. Na região mais desenvolvida do país, no Pontal do Paranapanema, São Paulo, a violência psicológica, através da perseguição política, aprofundou-se; mas foi na Amazônia que a violência física da eliminação chegou a seu ponto máximo, em agosto de 1995, com o Massacre de Corumbiara, no estado de Rondônia. E, no dia 17 de abril de 1996, com o Massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Nestes episódios, respectivamente, foram assassinados pela polícia militar (que atuava na defesa da propriedade privada) 11 posseiros e 19 trabalhadores sem-terra e outros tantos foram torturados e/ou feridos. Passados 12 meses dos massacres, o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego e Justiça, que chegou a Brasília, em abril de 1997. A violência praticada pelos latifundiários e a resistência dos sem terra recolocaram, na agenda política da sociedade, a questão agrária e a urgência de uma RA no país.

O governo, mais uma vez, havia que *correr atrás do prejuízo*. A repercussão dos massacres converteu-se em escândalo internacional, um descumprimento grave dos Direitos Humanos e, para o governo, mais que isso, a repercussão internacional dos fatos eliminava a confiança no Brasil por parte dos investidores internacionais, em particular do capital especulativo. Era preciso recuperar a imagem do país e, nesta perspectiva, em 1996, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) (cerca de um ano depois foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA), que passou a ser comandado por Raul Belens Jungmann Pinto, vinculando a este o INCRA, cuja presidência foi concedida a Francisco Graziano Neto. Este, por sua vez, acreditava que “talvez um bom emprego seja preferível ao assentamento. Ou então, tratá-las [as famílias sem terra] como mecanismo de política social, assistindo-as devidamente, garantindo-lhes alimentação e saúde (GRAZIANO NETO, 1996, p. 19).”

Portanto, a RA assumia, já no primeiro mandato do governo FHC, a condição de política compensatória. Acreditava que, para solucionar os conflitos agrários, bastava ampliar o número de assentamentos e de famílias assentadas eliminado, assim, parte dos sem terra. Ao mesmo tempo em que, com o desenvolvimento do agronegócio, haveria a geração de empregos que incorporaria a maior parcela do campesinato. O equívoco deste

raciocínio reside em desconsiderar que o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma desigual, contraditória e combinada, ou seja, na medida em que o capital se expande no campo, expulsa um número crescente de camponeses do campo, gerando mais sem terras. Uma parte destes tende a migrar para as cidades, outra tende a se proletarizar no campo e uma outra porção engrossará os cordões de sem terras em luta, ampliando as ocupações e a pressão pela RA.

Retornando o programa de RA, vale mencionar a existência de outros três mecanismos de criação e recriação do campesinato. Um deles é a regularização fundiária para posseiros e comunidades remanescentes de quilombolas. Outro era o Projeto Casulo, que consistia em um ensaio de descentralização da RA do governo federal para as esferas estaduais e municipais. Com a colaboração do INCRA, as Prefeituras e Governos Estaduais realizariam o cadastramento dos trabalhadores sem terra, identificariam as terras públicas a incorporar-se ao programa de RA ou áreas possíveis de serem comparadas, especialmente, aquelas localizadas no entorno dos núcleos urbanos. O governo federal garantiria os créditos e dividiria, com estados e municípios, os custos de implantação da infra-estrutura social.

Segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), no ano de 1995, os movimentos socioterritoriais realizaram, em todo país, 186 ocupações de terras com a participação de 42.746 famílias. No ano seguinte, realizaram 459 ocupações de terras, envolvendo 78.281 famílias; em 1997, foram 514 ocupações de terras realizadas por 69.485 famílias. A luta pela terra apresentava uma tendência crescente, em número de ocupações e de famílias participantes, alcançava na escala nacional e envolvia diferentes movimentos socioterritoriais. Frente à intensidade da luta, o governo decidiu incorporar aos mecanismos de criação e recriação do campesinato as diretrizes fundiárias que emanavam do Banco Mundial, criando, em agosto de 1997, o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza mais conhecido como Cédula da Terra (PCT), cuja intenção era gerar uma “experiência-piloto de um novo modelo de política fundiária, integrada ao mercado e sem depender do governo em todas as etapas do processo, principalmente, na execução, como ocorre hoje (BRASIL, 1997)”.

Portanto, como passava a existir uma linha de financiamento de terras para os trabalhadores rurais sem terra não haveria mais sentido para a realização das ocupações de terras, ou seja, a intencionalidade era de eliminar os conflitos fundiários mediante o funcionamento do mercado de terras. No segundo ano de implantação da reforma agrária de

mercado (RAM), consegui apurar, nos cinco estados de atuação deste projeto-piloto (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais), a implantação de 144 empreendimentos, totalizando uma área de 131.348 hectares que foram adquiridos por 5.552 famílias. Contudo, a luta pela terra era maior e mais forte. Os movimentos camponeses deram prosseguimento à massificação do seu processo de espacialização para conquistar sua territorialização mediante a realização, em 1998, de 828 ocupações de terras, envolvendo o número recorde de 111.396 famílias. Confirmar-se-ia, nos anos seguintes, que a reforma agrária de mercado é ineficaz para eliminar a luta pela terra e a reforma agrária e firmar-se como alternativa substitutiva à reforma agrária.

Com relação ao desenvolvimento dos assentamentos, o governo afirmava, como principal ação, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Criado em 1985, no governo Sarney, garantia aos assentados da reforma agrária recursos para o custeio das práticas produtivas com subsídio de 50%. Prioritário, porque afirmava uma ampliação de verbas para a ordem de R\$ 89 milhões e o atendimento de 18 mil famílias, em 1995; em 1996, deveria atender 42 mil famílias e investir R\$ 213 milhões; em 1997, beneficiaria 50 mil famílias e investiria R\$ 250 milhões. Contudo, os trabalhadores seguiam afirmando que os recursos não estavam sendo liberados, conforme previsto.

Sob forte reivindicação do MST, foi criado o Projeto Limiar, com o intuito de criar equipes de assistência técnica e realizar a capacitação profissional para orientar e contribuir com o desenvolvimento dos assentamentos de RA. Na contramão do projeto anterior, foi criado o Programa Emancipar, voltado à emancipação dos assentamentos mais antigos mediante a realização de estímulos e investimentos com recursos financeiros, advindos de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Depois de emancipados, os assentamentos deixariam de depender dos investimentos do governo federal no tocante à sua manutenção e desenvolvimento, expressando uma típica estratégia neoliberal de retirada do Estado desta obrigação.

Frente ao processo de territorialização dos assentamentos, os sem terra deparam-se com necessidade urgente de erradicar o analfabetismo das áreas de reforma agrária e acampamentos rurais e viabilizar a escolarização das comunidades. Nesse sentido, o Setor de Educação do MST articulou a realização, em julho de 2007, do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), resultado de uma articulação entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-

RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (UNESCO) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Deste encontro, deliberou-se sobre a necessidade de promover ações, no sentido de ampliar as articulações para construir ações estruturantes na perspectiva de conquistar um programa de educação do campo, que atendesse as especificidades dos sujeitos que aí vivem. Tendo em vista que:

- O alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização entre os beneficiários do Programa de Reforma Agrária;
- A preferência do Ministério da Educação pela política de reforço do ensino regular;
- tendência verificada entre os dirigentes municipais de considerar os assentamentos áreas federais e, portanto, fora do âmbito de sua atuação. (www.incra.gov.br)

Parceiras foram realizadas com diferentes universidades brasileiras para construir um projeto educacional das instituições de ensino superior nos assentamentos. Foi elaborado um documento apresentado no III Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, nos dias 6 e 7 de novembro de 1997. E somente a partir da pressão exercida, principalmente, através da Marcha sobre Brasília, em 1997, que, em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria N°. 10/98, o MEPEF criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculando ao Gabinete do Ministro. Em 2001, o Programa foi incorporado ao INCRA e com a edição da Portaria/INCRA/nº 837, aprovou-se um novo Manual de Operações. De modo que, o processo de territorialização dos movimentos camponeses, neste caso do MST, criava as condições para impulsionar as lutas para permanecer na terra mediante a conquista de direitos sociais.

Nesse contexto, o primeiro mandato FHC finalizava-se, com um acúmulo de 1.987, ocorrências de ocupações de terras, praticadas por 301.908 famílias em todo o território nacional. Os dados do DATALUTA demonstram que foram conquistados, no período, 2.211 assentamentos de reforma agrária, beneficiando 240.819 famílias, sendo 60% destes, na denominada Amazônia Legal, lócus da maior concentração de terras públicas, incorporando terras públicas ocupadas há anos por posseiros como se fosse RA. Porém, diante da situação alarmante, o governo construiu, através da mídia, um território imaterial com intenção de confundir/capturar a opinião pública a seu favor, divulgando os controversos números da *maior reforma agrária do mundo contemporâneo*, que estava em curso no Brasil. FHC ancorava o seu discurso na superação das metas estabelecidas, durante a campanha

eleitoral de 1994. Porém, como demonstrei, anteriormente, o governo somente agia a reboque da luta dos trabalhadores, promovendo uma política de assentamentos rurais e não ação sistemática, ampla e massiva, com planejamento de início e final, com centralidade no ataque à estrutura fundiária concentradora, características inerentes a um verdadeiro programa de reforma agrária. Buscava-se, com este conjunto de medidas, despolitizar a luta camponesa.

3.3. Reforma agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002): aprofundamento das políticas agrárias neoliberais

Na campanha eleitoral de 1998, FHC conquistou a reeleição no primeiro turno para o seu segundo mandato. Em março de 1999, sentindo-se legitimado pela vitória eleitoral, através do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, divulgou para a imprensa o documento que serviria de base para a política agrária deste mandato. Há alguns anos já se falava no governo e em alguns setores da academia da existência de profundas transformações no campo brasileiro. O documento *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, afirmava a inauguração de uma *nova etapa do desenvolvimento rural brasileiro*.

O Novo Mundo Rural, como foi popularizado, provocou forte polêmica entre os movimentos como o MST e a CONTAG e institucionalizou um pacote de políticas para o campo que determinava as diretrizes do desenvolvimento rural. Algumas delas já se encontravam em operação antes da sua promulgação, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o citado Cédula da Terra. O Novo Mundo Rural de FHC incorporou, explicitamente, às políticas agrárias brasileiras o marco teórico, os pressupostos e os princípios das políticas fundiárias do Banco Mundial (BM) para os países do Sul e das políticas de desenvolvimento rural, aplicadas na União Européia, provocando uma forte alteração na forma de tratamento da questão agrária. Implementou um conjunto de programas centrados na inserção dos pequenos e médios agricultores no mercado globalizado, mediante: os incentivos à sua integração à agroindústria; a valorização das atividades não-agrícolas, como moradia, turismo e prestação de serviços no campo; a alteração da política de financiamento da produção.

Pressupunha uma conjunção de ações entre o MEPF/INCRA e o Ministério da Agricultura, com vistas a somar “esforços e recursos para formular e implementar uma política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e na sua inserção competitiva no mercado, estabelecendo, como marco conceitual, a abordagem do Novo Mundo Rural (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 1999, p. 4).” Tal perspectiva reside na substituição da análise do campo, a partir das conflitualidades territoriais inerentes à questão agrária, por uma análise fundamentada no desenvolvimento do capitalismo agrário na qual as alternativas perpassam a inserção e a integração do campesinato no mercado, com vistas a realização do *desenvolvimento rural sustentável*. Nesta perspectiva, prega-se que os sem terra, o campesinato metamorfoseiem-se em agricultores familiares, como se fossem um processo de evolução natural para um patamar superior, no qual este último apresentasse maior capacidade produtiva e, sobretudo, empreendedora ignorando, deste modo, a perspectiva das economias de subsistência de grande parcela da classe camponesa. Sobre esta concepção, vejamos a argumentação abaixo:

Os agricultores familiares brasileiros, integrantes ou não dos projetos de reforma agrária, situam-se num contexto de rápidas e grandes transformações do meio rural. Novas atividades econômicas estão cada vez mais presentes na realidade dessa população, a exemplo de indústrias, turismo, lazer, comércio, artesanato, serviços profissionais especializados, habitação, etc. Ao mesmo tempo, a atividade agropecuária é cada vez mais dinâmica, tanto do lado tecnológico quanto em relação ao comportamento do mercado, exigindo "agricultores" cada vez mais "empresários" para atuar no "agronegócio". Já não basta agregar valor à produção por meio de agroindústrias; é preciso verticalizá-la de forma competitiva e ter sempre presente a visão da cadeia econômica do produto, na qual o mercado corresponde, em geral, à fase mais decisiva (Ibidem, p.5)

A concepção do *desenvolvimento rural sustentável* sustenta a preocupação da competitividade no mercado, modernização técnica e desenvolvimento da capacidade de gestão em uma perspectiva empresarial eficiente. Para tanto, propõe-se investimento em pesquisa científica e capacitação técnica das comunidades, para que as propostas logrem êxito. O mercado é concebido como um espaço homogêneo, neutro e não determinado pelas relações sociais. Desconsideram-se as desigualdades existentes entre a pequena e a grande produção; o papel exercido pelos atravessadores e das agroindústrias no processo de subordinação, integração do campesinato, definição de preços e determinação de processos técnicos e escalas de produção; ignora-se a institucionalização do mercado determinando

novos padrões agrícolas. (ALENTEJANO, 2000).

Com vistas a promover a capacitação técnica, o Novo Mundo Rural extinguiu o Projeto Lumiar no qual os camponeses tinham o controle dos serviços de assistência técnica, realizado, muitas vezes, por profissionais ligados aos movimentos camponeses e instituiu a *liberdade* para a contratação dos serviços de assistência técnica de empresas, ONG's, etc. Definiu a extinção do PROCERA e sua substituição por linha específica do PRONAF, atrelando aqueles camponeses beneficiários da reforma agrária a uma linha de crédito agrícola universalizada e com menores subsídios.

A substituição do PROCERA pelo PRONAF foi justificada, porque a primeira linha de créditos apresenta um elevado patamar de subsídios governamentais, na ótica do governo, causa principal da elevada inadimplência; nos últimos anos, apresentou uma demanda crescente por parte das famílias já beneficiadas pela reforma agrária, cuja tendência é ampliar-se, ainda mais, em virtude da expansão da política de assentamentos do governo, criando uma situação de estrangulamento financeiro para o INCRA.

Com esta mudança, os assentados de reforma agrária que, em geral, são sujeitos que estão ingressando na terra, advindos de condições de miséria, logo, encontram-se desprovidos de recursos elementares para viabilizar a produção e garantir a subsistência das famílias, perdem os subsídios que viabilizavam se não para alavancar a produção, mas sim, para viabilizar os recursos básicos de subsistência das famílias. Na prática, o que está por trás destas decisões é o esvaziamento do poder que os camponeses tinham sobre a utilização destes recursos para promover, com relativa autonomia, suas estratégias de desenvolvimento. Estamos diante de uma ofensiva de subordinação destas práticas às diretrizes programáticas do Novo Mundo Rural.

Outro ponto fundamental deste documento para a pesquisa, em foco, foi o tratamento dado à reforma agrária, que passa ser encarada como uma estratégia de *ampliação da agricultura familiar*. Para o governo, o acesso à terra mediante processos depropiatórios envolve um longo tempo dado as disputas judiciais, a indisposição dos proprietários para negociar, as situações conflituosas, a dificuldade e os custos adicionais para a realização da emancipação dos assentamentos, que permanecem, por longos anos, sob a tutela do INCRA. Tal situação seria insustentável, sendo necessário a criação de

outros instrumentos que possam, a um só tempo, reduzir os custos (aumentando a quantidade de beneficiários) e dar agilidade e transparência ao processo. A instituição do Banco da Terra e a experiência recente do Projeto Cédula da Terra apontam na direção de que a diversificação de instrumentos para a obtenção de recursos fundiários, em uma conjuntura em que as resistências dos proprietários foram extremamente reduzidas, favorecerá a manutenção dos resultados obtidos no atual governo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 1999, p. 4).

Diante desses acontecimentos, o governo FHC, que já tratava a reforma agrária como uma política compensatória, destinada a promoção do alívio da pobreza, implementou um conjunto de medidas, cuja intencionalidade era forjar um consenso social em torno da solução pacífica para os conflitos no campo. Aprofundou a RAM, não somente ampliando o número de famílias atingidas e territorializando o programa por novos estados da federação, mas, sobretudo, institucionalizando esta forma de obtenção de terras, mediante a alteração do marco legal com a aprovação da Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, que instituiu a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra. Portanto, ignorando a forte oposição realizada pelo MST, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, organizações que, de imediato, opuseram-se à implantação da RAM no Brasil; denunciaram os impactos negativos gerados e a intencionalidade de substituir a realização de uma legítima reforma agrária e exigiram a implantação do Painel de Inspeção pelo BM, frente aos escândalos de corrupção na implantação dos projetos, compra de propriedades passíveis de desapropriação para a reforma agrária, superfaturamento dos projetos, dentre outros desvios.

Os argumentos do governo FHC para a implantação da RAM coincidem com os apresentados pelo BM, em diferentes países, os quais as políticas semelhantes estavam em curso. Denotam a busca em promover uma assepsia na questão agrária, substituindo-a por políticas de “desenvolvimento rural sustentável” (e, posteriormente, “desenvolvimento territorial rural”). Nesta perspectiva, os problemas do campo seriam solucionados a partir dos mecanismos de mercado à medida que tais políticas deslanchassem. Por esta via, não haveria espaço para a burocracia e as disputas judiciais típicas dos processos desapropriatórios por interesse social, agilizando a realização da *reforma agrária*. Esta, por sua vez, ao ser praticada em um ambiente de pleno funcionamento dos mercados de terras, tenderia a apresentar um menor custo que a *via tradicional*, possibilitando a ampliação da abrangência do programa.

Além disso, a RAM promoveria uma atitude colaborativa entre os trabalhadores e os proprietários de terras, uma vez que os primeiros podem escolher, livremente, as terras que desejam adquirir, e negociar seus preços, eliminando os confrontos.

O processo de implantação da RAM, durante o mandato de FHC, deve ser compreendido como uma disputa territorial entre o governo e as organizações camponesas, cuja corporificação reside no plano da indissociabilidade entre a territorialização material e a imaterial. A primeira perspectiva condiz com a implantação dos milhares de empreendimentos de crédito fundiário, financiados nas diferentes regiões do país e está relacionada com a construção, concomitante, de territórios imateriais, delimitados com o intuito de disseminar este ideário de reforma agrária mercantil como única alternativa. Na contramão, as organizações camponesas delimitam outro território imaterial para deslegitimar esta compreensão e impedir a territorialização material da RAM, elaborando pesquisas e conhecimentos. Esta discussão estruturarei no capítulo 5.

Frente à ofensiva do projeto neoliberal do governo Cardoso, os camponeses intensificaram seu processo de espacialização mediante a realização das ocupações de latifúndios, prédios públicos, a realização de marchas regionais, a construção de acampamentos rurais, bloqueio de estradas e saques de caminhões no interior do Nordeste, acometido pelas longas estiagens, destruição de cultivos transgênicos, início de enfrentamento ao agronegócio, e articulação da Via Campesina Brasil, dentre outras táticas de luta.

Nesse contexto, a luta pela terra atingiu um patamar jamais visto na história brasileira com a realização, no ano de 1999, em todo território nacional, de 903 ocupações realizadas por 119.905 famílias. A partir de 2000, quando as medidas de FHC começaram a surtir efeitos, houve uma considerável redução neste processo, com 529 ocupações de terras, envolvendo 83.900 famílias. Diante da intensidade da luta pela terra, que provocava, no governo, inevitável desgaste político. Por sua vez, este cedeu às pressões dos ruralistas e editou duas medidas provisórias com o intuito de eliminar os conflitos mediante a judicialização¹⁹ da questão agrária, bem como, criminalizar e deslegitimar os movimentos camponeses.

¹⁹ Cf. Fernandes, 1997.

Nesse contexto, foram editadas as Medidas Provisórias nº 2.109-48, de 26 de janeiro de 2001, nº 2.109-49, de 27 de fevereiro de 2001, reeditadas meses depois, sem perda de conteúdo, com o nº 21.183-56, de 24 de agosto de 2001, dando a seguinte redação à Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, no Art. 2º:

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo **não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação**, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será **excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal** quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente **identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado** em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e **bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.** [grifos meus]

Esse dispositivo legal, em face da sua natureza, ficou conhecido como MP das Ocupações. Expressa uma reação do governo que, acuado pela intensidade e escala dos conflitos fundiários e pressão popular pela RA, entrincheira-se por detrás das cercas do judiciário e atende às pressões dos ruralistas, blindando a propriedade privada rural. Assim, tal governo criminaliza, portanto, a luta popular encampada pelos diferentes movimentos socioterritoriais que atuam no campo, mesmo que o direcionamento principal desta medida autoritária e antidemocrática seja seu principal opositor, o MST.

Ainda com a finalidade de impedir as ocupações de terras, no mesmo ano, o governo criou o Programa de Arrendamento Rural, protegendo as propriedades rurais da desapropriação, enquanto estiverem arrendadas e o esdrúxulo Programa de Acesso Direto à Terra, baseado na inscrição via Correios do interessado em obter um lote de reforma agrária. Uma dispendiosa campanha publicitária foi realizada nos meios de comunicação, ocupando os horários nobres sob o slogan: *Pra quê pular a cerca se a porteira está aberta?* No dia marcado para início do cadastramento, as portas dos correios, em todo o Brasil, estavam

abarrota das de camponeses, boa parte destes, mobilizados pelo MST, que transformou o cadastramento em um ato político contra o governo. No município de Canindé do São Francisco, sertão sergipano, a quantidade de formulários não foi suficiente para o número de *candidatos*. Até hoje, pelas andanças campo brasileiro afora, não conheci uma única família que tenha ingressado na terra resultante da RA Correios. Há, ainda, que rememorar, que, nesse 2001, foi tomado novo empréstimo junto ao Banco Mundial para a implantação do Programa Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural, que substituiria os desgastados Cédula da Terra e Banco da Terra.

Evidentemente, o impedimento da realização de vistorias dos imóveis ocupados, a exclusão do programa de reforma agrária dos envolvidos nas ocupações representaram um forte golpe na luta camponesa em curso, até então. No ano de 2001, foram realizadas 285 ocupações de terras, envolvendo 45.767 famílias, já, em 2002, foram 274 ocupações com 41.006 famílias. Frente às medidas impeditivas que impunham o retrocesso na luta pela terra, o movimento camponês necessitou re-atualizar o principal instrumento de luta, passando a promover manifestações diante dos imóveis contestados e construir os acampamentos nas margens das rodovias, entre as cercas dos imóveis. Este foi um período muito difícil para os movimentos, pois, manter as famílias nos acampamentos tornou-se um desafio tendo em vista, dentre outras questões, a dificuldade de iniciar os cultivos alimentares realizados no interior dos latifúndios. Outra dificuldade vivenciada relaciona-se com a perseguição e as prisões de lideranças dos movimentos camponeses.

Mesmo diante desta conjuntura adversa, no período em análise, foram criados 1.712 assentamentos de reforma agrária, a grande maioria resultante dos processos de ocupação de terras, beneficiando 149.140 famílias, incorporando à reforma agrária 7.296.429 hectares, em que pese a tendência declinante do número de assentamentos e famílias, ano a ano. (Tabela 12) No caso da RAM, foram criados 3.431 empreendimentos, abrangendo 642.838 hectares adquiridos por 29.096 famílias, superando a RA em número de projetos e representando, respectivamente, 13,22% e 8,8% do número de famílias e área da reforma agrária, neste segundo mandato.

TABELA 12

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governo FHC			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
1995	251	34.037	1.402.958
1996	566	62.756	3.610.859
1997	632	74.186	2.622.416
1998	762	69.840	3.070.132
1999	586	47.606	1.909.628
2000	327	25.833	1.398.357
2001	429	34.607	1.656.342
2002	370	41.094	2.332.102
TOTAL	3.923	389.959	18.002.794

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra - DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

Enquanto o governo vangloriava-se de ter promovido uma reforma agrária, jamais vista ao longo da história brasileira, o movimento do real, atestado pela correlação entre os números de ocupações, quantidade de assentamentos criados e famílias beneficiadas, atestava que a política de reforma agrária seguia impulsionada pela luta popular, em particular, pelas ocupações de terras. Uma análise sobre a distribuição geográfica destes processos apresentarei no final da análise dos períodos de governo.

3.4. Reforma agrária no governo Lula (2002 - 2006)

No início de 2003, presenciamos, na sociedade brasileira, a retomada das esperanças por alterações sociais direcionadas para a redução das desigualdades, para o resgate e para a garantia da cidadania para uma parcela maior da população. Um importante fator para este sentimento foi a eleição e posse (em janeiro de 2003) na Presidência da República do ex-líder sindical Luiz Inácio *Lula* da Silva. Uma parcela destes anseios emergia da expectativa de ações voltadas à implementação de políticas públicas que caminhassem na direção do cumprimento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA).

Tal Plano foi elaborado devido à pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária junto ao governo federal. Este nomeou um grupo de trabalho formado por intelectuais das universidades e institutos de pesquisa brasileiros, ligados à causa agrária e aos movimentos sociais, coordenado pelo economista Plínio de Arruda Sampaio, cuja tarefa era elaborar um documento que constituísse um plano nacional de reforma agrária da envergadura desta problemática. A proposta ficou conhecida como *Plano Plínio* e estipulou, dentre outras metas, o assentamento de hum milhão de novas famílias em áreas de reforma agrária.

Todavia, as alianças políticas formadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e setores conservadores ligados a partidos de direita como, por exemplo, o Partido Liberal (PL), manteve a correlação de forças verificada durante o governo FHC. A formação do governo Lula é contraditória, pois o PT, partido governista, defendeu durante anos a bandeira da reforma agrária em defesa dos movimentos de luta pela terra. O governo capitulou frente às pressões do setor ruralista e rejeitou o documento, substituindo-o por uma proposta mais tímida, de formulação teórico-conceitual alinhada com princípios liberais. Elaborado por técnicos do próprio governo, foi publicado oficialmente em novembro de 2003 e intitula-se *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural* (II PNRA). Diante da derrota imposta pelo governo, restou aos movimentos sociais intensificar a mobilização e pressão para exigir o cumprimento das metas previstas no referido plano.

Vale ressaltar dois momentos importantes de mobilização do campesinato para pressionar o governo para o cumprimento do II PNRA. O primeiro foi a Conferência Nacional da Terra e da Água, realizada de 22 a 25 de novembro de 2004, em Brasília, promovida pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, na qual milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem terras, agricultores familiares e camponeses, quilombolas, povos indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco-babaçu reuniram-se para debater o tema da *Reforma agrária, democracia e desenvolvimento social*. Ao final dos 4 dias de discussões, deliberaram e assinaram a carta seguinte carta:

É fundamental e urgente democratizar o acesso à terra, garantir a autonomia dos territórios das populações tradicionais, fortalecer a agricultura familiar e camponesa e garantir o direito à água, ao acesso aos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, a soberania alimentar e a preservação da biodiversidade.

A atual política macroeconômica prioriza altas taxas de juros, o acordo com o FMI para alcançar superávit primário, o pagamento de serviços da dívida pública e as exportações, incentivando a expansão do agronegócio. Essas políticas acabam tirando recursos das políticas sociais, aumentando a exclusão, concentrando recursos e riqueza, beneficiando bancos e empresas transnacionais.

Essa política, formulada no governo FHC e mantida no governo Lula, é a principal causa do agravamento da situação social e da degradação ambiental com a manutenção da pobreza e da desigualdade e de patamares insustentáveis nas taxas de desemprego, que atinge um quarto da população ativa nas principais regiões metropolitanas. Essa política traz como consequências a escalada da marginalização, da criminalidade, da impunidade e da insegurança das grandes e médias cidades brasileiras,

afetando igualmente a população rural. Exemplos disso são os recentes crimes cometidos contra os sem terra em Minas Gerais e contra os povos indígenas da reserva Raposa-Serra do Sol.

É fundamental, portanto, realizar uma mudança profunda na atual política macro-econômica, reduzindo as taxas de juros e o superávit primário. Utilizar esses recursos em programas de geração de renda e empregos, na expansão de serviços públicos como reforma agrária, educação, saúde, previdência, habitação popular e em investimentos de infra-estrutura com a construção de estradas, saneamento básico, energia, entre outras políticas sociais e ambientais.

Conseqüentemente, os participantes da Conferência da Terra e da Água exigem a promoção de uma verdadeira democratização social, econômica e política através da valorização do mercado interno e de uma política de distribuição de renda e da riqueza. Para implementar um novo projeto econômico e agrário, o atual governo deve:

- ☛ realizar uma reforma agrária ampla e massiva, destinando os recursos necessários para implementar todas as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- ☛ assentar, imediata e prioritariamente, todas as famílias acampadas;
- ☛ aplicar o princípio da função social da propriedade de forma plena, enfatizando as exigências trabalhistas e ambientais como estabelece a Constituição, ao processo de desapropriação de terras por interesse social para fins de reforma agrária, e também atualizar, imediatamente, os índices de produtividade da terra;
- ☛ fortalecer a agricultura familiar e camponesa, retirando incentivos ao agronegócio, destinando recursos para criar e/ou ampliar programas públicos de crédito e comercialização, fornecendo assistência técnica gratuita e de qualidade, visando transformar esse segmento em principal setor produtivo no meio rural;
- ☛ implantar um programa de financiamento e fomento de pequenas agroindústrias associativas e cooperativadas no meio rural;
- ☛ aprovar o projeto de lei para confiscar todas as terras que praticam trabalho escravo e mantém trabalhadores e trabalhadoras em situação de escravidão;
- ☛ promover o respeito aos direitos humanos das populações rurais, especialmente no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e ribeirinhas com o reconhecimento e a demarcação das terras coletivas dessas populações;
- ☛ criar imediatamente, por decreto presidencial, a figura jurídica da reserva da terra de uso comum e regularizar as unidades de conservação, beneficiando todos os povos que vivem dessa modalidade de uso tradicional da terra, fundo de pastos, gerazeiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos;
- ☛ prevenir e combater todo tipo de violência contra os pobres do campo, especialmente através da criminalização das milícias privadas e a condenação dos autores e mandantes de assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras;
- ☛ apoiar programas de desenvolvimento agro-ecológico e de produção e controle das sementes por agricultores familiares e camponeses, inclusive criando e fortalecendo um programa público de assistência técnica e pesquisa em agro-ecologia e agrobiodiversidade;
- ☛ assegurar a adoção do princípio de precaução, adotado pelo Estado brasileiro ao ratificar o Protocolo de Cartagena, proibindo a produção

comercial de transgênicos até que se tenha garantias de riscos mínimos para a saúde e o meio ambiente, e exigindo, conforme a Constituição Federal, estudos de impacto ambiental (EIA) para as pesquisas com organismos geneticamente modificados;

☛ garantir água e energia, dois bens estratégicos para a nossa soberania, sob controle e a serviço do povo brasileiro, acabando com a privatização e a mercantilização desses bens e assegurando o direito à água e energia a toda a população, especialmente a das regiões mais carentes;

☛ priorizar investimentos em pesquisa, no desenvolvimento e na implantação de fontes energéticas alternativas, respeitando critérios de economicidade e sustentabilidade ambiental, retirando os subsídios às grandes empresas eletro-intensivas;

☛ garantir o direito humano à alimentação saudável, assegurando a soberania alimentar do povo brasileiro;

☛ criar e/ou fortalecer políticas públicas e gratuitas de saúde, educação, assistência social e previdenciária para o conjunto da população brasileira, em especial garantindo o atendimento da população rural;

☛ garantir a preservação da biodiversidade, inclusive mantendo o controle público sobre todas as florestas do País e criando mecanismos legais para combater a biopirataria;

☛ reformular e fortalecer o MDA, o INCRA, a CONAB, a EMBRAPA e os demais órgãos relacionados com a reforma agrária, agricultura familiar e camponesas, populações indígenas e quilombolas, ampliando recursos e contratando novos servidores públicos.

As/os participantes reafirmam as suas posições e disposição de luta contra a ALCA, a OMC e o acordo Mercosul-União Européia que visam apenas favorecer os interesses de transnacionais e países ricos. Reafirmam suas lutas pela solidariedade entre os povos pobres e na cooperação Sul-Sul.

Lutarão pela implementação do direito constitucional de decidir em plebiscito popular todos os temas importantes da sociedade, conforme proposta da OAB/CNBB.

Os/as participantes reafirmam e conclamam toda população brasileira a se manifestar em favor da auditoria da dívida pública, cumprindo o texto da Constituição Federal, da reforma agrária, da agricultura familiar e camponesa e do respeito à autonomia das populações tradicionais, inclusive suas lutas pelo domínio de seus territórios.

Comprometem-se a buscar uma relação diferente, respeitosa e integral, com a terra, a água e todos os seres vivos, através de uma luta por profundas mudanças na estrutura fundiária e nas relações sociais, criando a visão da terra, água e natureza como bens universais e não produtos de mercado ou simples meios de produção ou negócio.

A luta e o compromisso dos/as participantes da Conferência Nacional Terra e Água são pela construção de um projeto de sociedade justa, igualitária, solidária, democrática e sustentável.

Brasília/DF, 25 de novembro de 2004.

Outra mobilização de grande envergadura foi a realização, pelo MST, da Marcha Nacional pela Reforma Agrária. No dia 1º de maio de 2005, cerca de 12 mil sem terras integrantes de brigadas provindas de todos os estados da federação em que o MST está organizado, reuniram-se na cidade de Goiânia e partiram para percorrer, por 17 dias, cerca de

210 quilômetros até Brasília. Ao chegar à capital federal, um ato político foi realizado em frente ao Palácio do Planalto, enquanto uma comitiva entregava ao presidente da República uma carta com as reivindicações dos marchantes. A audiência estendeu-se pelos dias 17 e 18 da qual, sem terras e o governo saíram com o seguinte acordo:

1) Cumprimento das metas do PNRA em 2005

a) O governo reafirma seu compromisso com as metas do II PNRA: 115 mil famílias assentadas em 2005 e 400 mil assentadas até o final de 2006.

b) Envio ao Congresso Nacional, até 31 de maio, de Projeto de Lei de suplementação orçamentária com os recursos necessários para cumprir a meta.

2) Revisão dos Índices de Produtividade

O governo federal já tomou a decisão de atualizar os índices de produtividade. Portaria Interministerial será publicada nas próximas semanas.

3) Reestruturação e fortalecimento do Incra

a) O Ministério do Planejamento autorizou a contratação de 137 servidores já aprovados em concurso, principalmente agrônomos.

b) Autorizar a realização, ainda em 2005, de novo concurso para o Incra, com abertura de 1300 vagas.

c) Nova estrutura organizacional do Incra

4) Priorizar na seleção para os assentamentos, observadas as demais condições legais, as/os trabalhadoras/os em acampamentos mais antigos

5) Assegurar uma cesta básica mensal para todas as famílias acampadas

6) Descontingenciar os recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera

7) Mais qualidade para os assentamentos - acesso ao crédito pelos assentados

a) Reajustar o teto de financiamento do Pronaf A de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil (1,15% ao ano, carência de até 5 anos, 10 anos de prazo para pagar, desconto de 46% para pagamentos em dia).

b) Aumento de um para três dos créditos de custeio aos assentados (juros de 2% e rebate de R\$ 200,00 para pagamentos em dia), no valor de até R\$ 3.000,00 cada, sendo os dois primeiros com risco da União e o terceiro com garantia de compra da produção.

c) Instituir um Crédito de Recuperação de Assentamentos, no valor de até R\$ 6.000,00 por família (1% de juros, carência de até três anos e até 10 anos de prazo para pagar), com disponibilidade de recursos fixada a cada Plano Safra.

d) Assegurar a disponibilidade de R\$ 100 milhões para acesso exclusivo dos assentados ao Pronaf Agroindústria (até R\$ 18 mil por família, 3% de juros para pagamentos em dia, até três anos de carência e 8 anos para pagar) através de fundo de aval ou outro instrumento de garantia.

e) Instituir, além do atual crédito de instalação/fomento de R\$ 2,4 mil, um segundo recurso de fomento aos assentados, no ano seguinte, no mesmo valor.

f) Aumentar de R\$ 1.000 para R\$ 1.500 os recursos para construção de cisterna no semi-árido. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS, 2005)

A revisão dos índices de produtividade, até o fechamento deste documento, ainda não havia sido assinada pelo Presidente da República. Isto porque há uma disputa entre aqueles que são a favor da proposta, representados pelos movimentos pró-reforma agrária e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e os contrários à revisão, os ruralistas e seu Ministério da Agricultura. A promiscuidade de relações mantidas entre o governo Lula e o setor ruralista diminui as possibilidades de que a tal revisão seja de fato assinada. Sobre a reestruturação do INCRA, o governo tem realizado, lentamente, algumas ações como a realização de concurso público e a contratação dos aprovados. Neste mandato, o PRONERA contou com uma maior dotação orçamentária que o período anterior, ampliou o número de ações e expandiu o programa para cursos de nível superior (graduação e pós-graduação). Os recursos para a implantação de assentamentos sofrerão reajustes e o crédito para a recuperação dos assentamentos foi criado e já está sendo liberado, conforme mencionei no capítulo 2.

Tendo como princípio a necessidade de execução uma *reforma agrária ampla e massiva*, o II PNRA rompeu com a prática dos governos anteriores ao estabelecer onze metas a serem cumpridas até o final do primeiro mandato do governo Luís Inácio *Lula* da Silva, em 2006. São elas, a saber: 1) assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária; 2) regularização fundiária para 500 mil famílias; 3) promoção do acesso à terra pelo Crédito Fundiário de 130 mil famílias; 4) recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica dos assentamentos existentes; 5) gerar 2.075.000 novos postos de trabalho permanente no setor reformado; 6) cadastramento georreferenciado dos imóveis rurais; 7) regularização de 2.200.000 imóveis rurais; 8) reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas; 9) reassentamento de ocupantes não índios de áreas indígenas; 10) promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; 11) garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas; 12) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Passados quatro anos do primeiro mandato o governo divulgou, no final de janeiro de 2007, o documento *Desenvolvimento agrário como estratégia: MDA Balanço 2003 - 2006*, vangloriando o cumprimento de 95,35% da meta “estabelecida no início da sua implementação” (p. 10), ou seja, nos quatro anos, assentou 381.419 famílias, das 400 mil programadas na meta 1. Enfatiza, também, o crescimento do número de famílias assentadas

em comparação ao governo anterior. Este crescimento resultaria de uma ampliação significativa dos recursos, pois “foram aplicados mais de R\$ 4 bilhões na obtenção e regularização de terras” (p. 10). Neste trecho, explicita-se a concepção de reforma agrária do governo. Sua contabilidade engloba a aquisição de terras correspondente às grandes propriedades improdutivas desapropriadas, a retomada de terras públicas griladas, a compra de terras, bem como, a regularização fundiária.

Compreendo a regularização fundiária como o reconhecimento do direito de posse às famílias, que utilizam as terras públicas por longo período. Em relação à reforma agrária, deve proporcionar uma alteração na estrutura de propriedade da terra, adquirindo-a, prioritariamente, por meio da desapropriação, conforme previsto na Constituição Federal. Estudo recente demonstrou que parte significativa das famílias computadas na reforma agrária do governo foi assentada na Amazônia, justamente, região em que se localiza a maior quantidade de terras devolutas e de posseiros. Na prática, ocorreu, meramente, a concessão dos títulos de propriedades às famílias que, há décadas, ocupam terras públicas. Portanto, nestes casos não há alteração da estrutura de propriedade, pois, o Estado somente reconhece a transferência de uma parcela das suas terras que sempre foram utilizadas por posseiros. (OLIVEIRA, 2006)

Fernandes (2006) constatou que, no período de 2003 a 2005, somente 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. A maioria das famílias foi assentada em assentamentos antigos, em assentamentos já existentes, em terras públicas, processo denominado pelo autor de *autofagia*. A reforma se deu, por um lado, prioritariamente sobre terras da própria reforma agrária, preenchendo lotes de famílias evadidas devido a incompletude das políticas públicas, e, sobre terras do próprio Estado. Neste contexto, os números apresentados pelo governo, como a maior reforma agrária de todos os tempos, não condizem com a realidade.

O próprio Ministério, em nota encaminhada ao jornal Folha de São Paulo, assumiu que houve uma “inversão” na prioridade, inicialmente traçada como meta no II PNRA, de assentar 71% das 400 mil novas famílias de forma onerosa e 29% de forma não onerosa²⁰ (VALENTE, 2007). Na prática, “40% das famílias teriam sido assentadas por meio

²⁰ O assentamento de famílias de forma onerosa, segundo o governo, diz respeito à desapropriação prevista na Constituição Federal e à compra de terras, conforme previsto no decreto 433. A forma não onerosa inclui a utilização de terras públicas federais ou estaduais.

de obtenção onerosa e 60% via forma não onerosa.”, ou seja, o governo assentou mais famílias em terras públicas em detrimento da desapropriação dos latifúndios, propalada como o instrumento central para assentar famílias em reforma agrária. (II PNRA, p. 19) Com esta inversão de prioridade, o governo esvazia o conceito de reforma agrária, reduz o enfrentamento às terras improdutivas e àquelas que descumprem a legislação trabalhista e ambiental, apropriadas pela classe dos rentistas. Nesta realidade, os números da reforma agrária, no governo Lula, retratam a conseqüência de uma estratégia de reprimarização da economia, priorizando o agronegócio, principal responsável pela geração dos superávits primários da economia nacional. Portanto, ganharam mais uma vez os proprietários de terras.

Os resultados de cumprimento das metas quantitativas, divulgadas pelo governo, causaram mais divergências entre os estudiosos da questão agrária brasileira, os representantes dos movimentos camponeses e o governo. A apuração do DATALUTA revela que este número é bem inferior ao anunciado pelo governo. Lula cumpriu, apenas, 48,1% da meta de assentar 400.000 novas famílias, ou em dados absolutos, 192.257 (ver tabelas 13 e 14). Vale ressaltar que o ano de origem, adotado na análise do DATALUTA, é o ano de obtenção do assentamento, o que exclui os assentamentos criados pelo governo Lula obtidos em outros governos. Segundo Rocha (2008)

Nossa sistematização e atualização, permanente, do DATALUTA, categoria assentamentos, permitiu verificar uma prática corriqueira dos governos brasileiros, a de contabilizar, em suas estatísticas, dados de assentamentos obtidos em governos anteriores. Nossa metodologia nos permite analisar o que foi, efetivamente, realizado em relação à implantação de assentamentos, por cada governo (p. 26)

TABELA 13

Brasil - A luta pela terra - Governo Lula		
ANO	Ocupações	Famílias em ocupações
2003	562	93.483
2004	703	118.475
2005	569	73.283
2006	553	58.717
TOTAL	2.387	343.958

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

TABELA 14

Brasil - Implantação de Assentamentos - Governo Lula			
ANO	Assentamentos	Famílias	Área
2003	304	23.856	5.558.942
2004	450	35.050	1.966.052
2005	646	75.412	5.316.658
2006	479	57.939	4.250.972
TOTAL	1.879	192.257	17.092.624

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha

Os dados do INCRA contabilizam todos os assentamentos criados durante o governo Lula. Todavia, o grande equívoco é incluir nos dados, referentes ao assentamento de novas famílias, o assentamento de todas as famílias que tiveram suas posses regularizadas ou que tiveram seus direitos nos assentamentos antigos reconhecidos ou foram reassentadas em virtude da construção de barragens, como se fossem novas famílias. Os beneficiados pela regularização e reordenamento fundiário fazem parte da outra meta, a de beneficiar 500 mil famílias. Este fato distorce a realidade do que tem sido feito, efetivamente, pelo governo a respeito da implantação de novos assentamentos. José de Souza Martins (2000) defende que a incorporação dos beneficiários é uma forma de se fazer reforma agrária e contribuir para a diminuição das desigualdades no campo brasileiro. A regularização, apesar de não desconcentrar a propriedade da terra, impede, ao menos no âmbito legal, o avanço do agronegócio sobre as reservas e as áreas florestadas, principalmente, na região Norte do país.

Outro instrumento de acesso à terra para o campesinato, previsto no II PNRA, foi o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), cuja meta era o ingresso de 130 mil famílias. Herdado da política agrária do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), este programa inspira-se nas diretrizes agrárias do Banco Mundial (BM). Para o governo Lula, este é um instrumento complementar à *reforma agrária tradicional*, mas, na prática, como apresentado no capítulo 1 no qual tomo como referência o estado de Sergipe, ele é concorrente da RAM. Entre os seus princípios está a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, a substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável, a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar, como negação do camponês, enquanto sujeito político de sua própria recriação. A concepção de campo assume um caráter neoliberal ao passo em que o mercado detém centralidade na criação e recriação do campesinato. Nesse contexto, a reforma agrária assume um caráter mercantil e sua defesa passa a ser realizada com veemência pelos ruralistas²¹ como alternativa pacífica, ágil, econômica e viável.

O primeiro mandato de Luís Inácio *Lula* da Silva (2002 – 2006) teve como realização importante no setor agrário, a elaboração, pelos técnicos do governo, do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA): *Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Embora este documento não contemple a amplitude e profundidade dos anseios das

²¹ Cf.: LUPION, Abelardo. **Voto em Separado**: relato dos trabalhos da CPMI “da terra”. Brasília: Congresso Nacional, Comissão Mista Parlamentar de Inquérito “da Terra”. nov. 2005.

organizações camponesas que lutam pela terra e pela reforma agrária, indubitavelmente, representa, em parte, uma ruptura com a postura adotada pelo governo anterior, frente à questão agrária. Enquanto FHC, no setor agrário, agiu apenas em resposta às pressões dos movimentos sociais, o governo Lula, no seu II PNRA, estabeleceu metas a serem cumpridas até o final do mandato, no tocante às diferentes dimensões do campo, conforme discutido alhures. Reconheceu-se o protagonismo dos movimentos sociais do campo e se estabeleceu uma interlocução entre o governo e os mesmos.

Contraditoriamente, deu continuidade às linhas de financiamento para compra de terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), identificado no II PNRA como meta 3: compra de terras por 130 mil famílias no interstício 2003 – 2006. Este montante representava 32,5% das 400 mil novas famílias programadas para serem assentadas na reforma agrária. Uma meta bastante ambiciosa se compararmos com o governo Cardoso que de 1995 a 2002 assentou 389.959 famílias em áreas de reforma agrária (DATALUTA, 2007) e 34.648 famílias (entre 1998 e 2002) em programas de reforma agrária de mercado (banco de dados do autor baseado em informações fornecidas pelo PNCF), montante este que representa 8,88% das famílias assentadas via desapropriação.

A meta 3 do II PNRA demonstrou que o primeiro mandato *Lula* não só incorporou este modelo de *desenvolvimento* rural mas, sobretudo, teve a intencionalidade de ampliar o número de famílias atingidas. Todavia, um balanço do desempenho do Crédito Fundiário, divulgado no início de 2007, revelou que o executado ficou muito aquém dos objetivos traçados, ou seja, entre 2003 e 2006, de acordo com o governo, teriam sido atingidas pela RAM 35.564 famílias, em 18 estados da federação (MDA, 2007). Porém, consegui apurar o quantitativo de 40.819 famílias atingidas pela RAM, no período 2003-2006. Este montante representa 21,23 % das 192.257 famílias, efetivamente beneficiadas pela RA. Comparado com o governo Cardoso, verifica-se que o governo Lula, em termos absolutos e relativos, atingiu mais famílias com a RAM que seu antecessor, ampliando-a.

Ao longo do primeiro mandato, Lula não revogou a MP das Ocupações, criada no governo FHC, mas não promoveu ações ao seu cumprimento e de criminalização dos movimentos socioterritoriais camponeses. Edificou-se uma conjuntura de maior diálogo e entre ambos os sujeitos de modo que a luta pela terra foi novamente massificada pelas organizações camponesas que, na atualidade, são em número de 86. Foi registrado o recorde

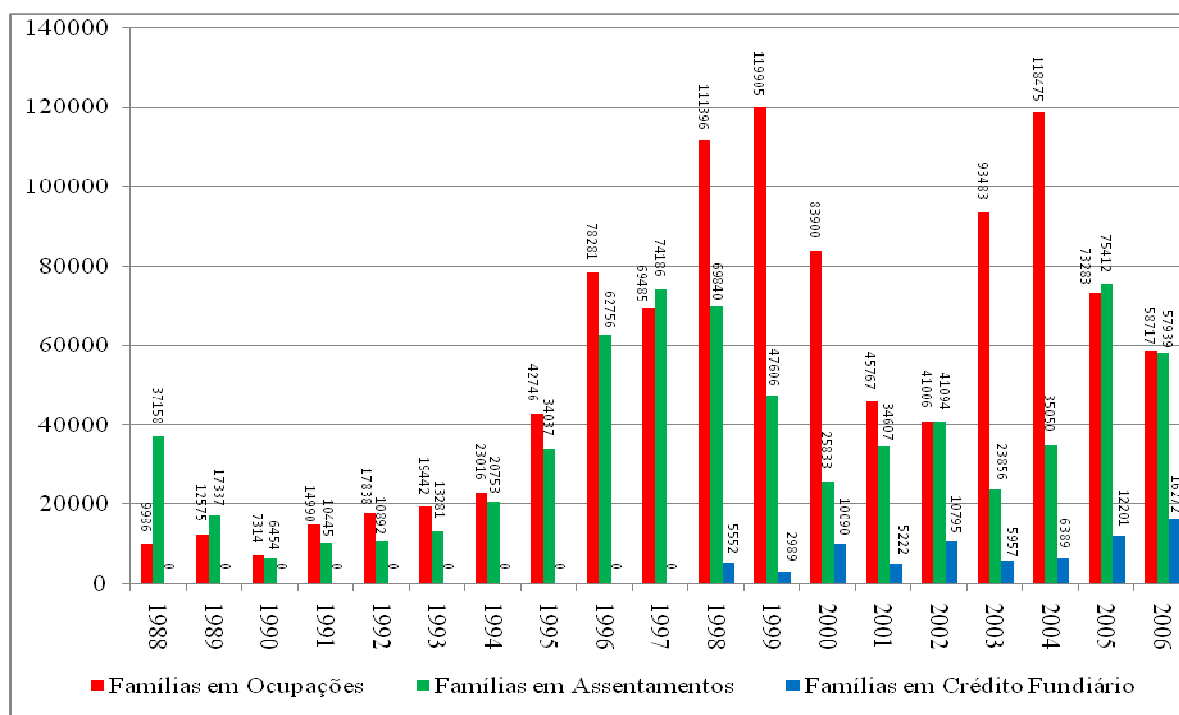
nas ações dos movimentos socioterritoriais, 2.387 ocupações de terras, envolvendo 343.948. Embora tenham oscilado bastante, durante este primeiro mandato, a média de ocupações de terras foi de 596 por ano e a de famílias nestas ações de 85.989, por ano, apresentando patamares maiores que as médias registradas entre 1985-2006.

3.4. A territorialização da reforma agrária de mercado e reforma agrária no Brasil

Conforme discutido anteriormente no capítulo 1, a reforma agrária e a reforma agrária de mercado têm ocorrido no Brasil por meio dos processos geográficos de espacialização e territorialização. Os assentamentos rurais, conquistados pelo MST, resultam, na grande maioria, do dimensionamento do espaço de socialização política, formado pelo espaço interativo, comunicativo e de luta e resistência. De modo que a organização política das famílias possibilita a tomada de decisão, por parte de grupos de trabalhadores sem terra, para a realização das ocupações de latifúndios e mais, recentemente, do agronegócio, com vistas a desencadear seu processo de territorialização mediante a conquista dos assentamentos de reforma agrária. Por sua vez, os empreendimentos do crédito fundiário resultam, também, do dimensionamento do espaço de socialização política, contudo, a existência de diferenças na natureza das relações sociais conduz ao dimensionamento de outros espaços. Neste caso, o espaço jurídico-institucional, o qual as decisões sobre as condições, a magnitude e as formas de criação do campesinato são decididas pelos gestores, pelas instituições multilaterais, pelos conselhos etc., e o espaço da subalternidade, no qual agentes também externos realizam o convencimento das famílias para promover sua entrada na terra mediante a tomada de empréstimos bancários.

Análise das diferentes formas de tratamento político da questão agrária e, em particular, da reforma agrária no Brasil, expressa a permanência em todo o período da ocorrência de ocupações de terras, fato que pode ser constatado na Figura 24. Em que pese uma grande oscilação do número de famílias envolvidas, há um processo crescente do número de famílias envolvidas até a virada do século XXI. Quando ocorre, no país, o aprofundamento das políticas neoliberais para o campo e a perseguição e a criminalização dos movimentos camponeses, verifica-se um comportamento declinante dos envolvidos em ocupações de terras.

FIGURA 24 – BRASIL – NÚMERO DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM OCUPAÇÕES DE TERRAS E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA (1988-2005)



Fonte: DATALUTA, 2006

A postura do governo FHC atualizou a truculência contra os trabalhadores, usada pelo governo Fernando Collor, com a criação de dispositivos jurídicos para frear a luta pela terra e proteger a propriedade privada latifundiária. Com o governo Lula a luta pela terra atingiu novamente patamares alarmantes, em que pese a existência de políticas compensatórias de transferência de renda que retira precariamente as famílias da condição de miséria, e, portanto, suponho que, reduzindo a quantidade de famílias com perfil de ingresso na luta pela terra, que em outras circunstâncias encontrariam alternativa somente nesta forma de luta.

Ainda sobre o governo Lula, vale ressaltar que a oscilação das ocupações percebida, ao longo do governo, decorre, no primeiro ano, da retomada das lutas, tendo em face uma conjuntura política mais *tolerante*. No segundo ano, a percepção de que não estavam diante de um governo em disputa, tendo em vista a marcante a força dos ruralistas no governo, o MST decidiu a massificar as ocupações. No terceiro e quarto, a aproximação das eleições pode ter contribuído para que os movimentos camponeses tenham reduzido a realização de ocupações, na tentativa de um desgaste político para a candidatura Lula, mais favorável na correlação de forças.

Outra evidência sacada da análise da figura 24 é que a criação de assentamentos de reforma agrária resulta da realização das ocupações. Os períodos de maior número de famílias em ocupações coincidem com aqueles de maior número de famílias assentadas e, quando as ocupações caem, o número de famílias seguem esse comportamento.

As tabelas 15 e 16, abaixo, apresentam o resumo da luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais entre 1985 e 2006. Os destaques ficam por conta da luta pela terra, no governo Lula, 34% do número de ocupações e 33% do número de famílias em ocupações. A implantação de assentamentos teve seus melhores índices no primeiro mandato do governo FHC, com 31%, entre 1985-2006, e 31% do número de famílias assentadas. Já em relação às terras destinadas à reforma agrária, o destaque fica por conta do governo Lula com 17.092.624 hectares ou 36% de toda a área destinada à reforma agrária no período estudado.

Retomando a figura 22 e observando o número de famílias nos programas de reforma agrária (RA) e reforma agrária de mercado (RAM) no intervalo de 1998 a 2005, por período de governo, constata-se que, em todo o período, a reforma agrária é predominante como instrumento de recriação do campesinato. Contudo, evidencia-se um processo de declínio do número de assentamentos de reforma agrária de 1999 a 2003. Sobretudo, o período de 1999 a 2002 pode ser compreendido como resultante de um conjunto de medidas praticadas pelo governo Cardoso, com o seu Novo Mundo Rural, e para controlar a conflitualidade no campo mediante a criação de *vias pacíficas de reforma agrária* (Projeto Casulo e RAM) e a promulgação das medidas provisórias de criminalização dos movimentos sociais e da luta pela terra. Conforme mencionado alhures, os assentamentos de reforma agrária resultam, em sua grande maioria, dos processos de ocupação da terra. A repressão destas contribuiu para o seu arrefecimento. As *vias pacíficas de reforma agrária*, particularmente a RAM, não surtiram efeito. Não atingiram o objetivo de eliminar os conflitos, nem conseguiu deslanchar como mecanismo substituto da reforma agrária constitucional.

TABELA 15

Brasil - A luta pela terra entre 1985-2006				
GOVERNOS	Ocupações	%	Famílias	%
SARNEY (1985-1989)	229	3	34.333	3
COLLOR E ITAMAR (1990-1994)	507	7	82.600	8
FHC (1995-1998)	1.987	28	301.908	29
FHC (1999-2002)	1.991	28	290.578	28
LULA (2002-2006)	2.387	34	343.958	33
TOTAL	7.101	100	1.053.377	100

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

TABELA 16

Brasil - Implantação de Assentamentos entre 1985-2006						
GOVERNOS	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
SARNEY (1985-1989)	800	11	122.598	16	8.248.899	17
COLLOR E ITAMAR (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.712	24	149.140	19	7.296.429	15
LULA (2002-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
TOTAL	7.063	100	766.639	100	47.830.270	100

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

Os primeiros anos de implementação da RAM (1998 e 1999) apresentam o menor desempenho do período, tendo em vista ser este o momento de divulgação do programa e realização das articulações políticas com os governos locais. Ressalta-se que no interstício 2000 – 2002, apesar da oscilação do número de famílias ingressantes, esta é a fase de forte propagação do programa e de maior participação relativa no montante de famílias que entraram na terra no período. Isto ocorre em face da significativa diminuição de famílias assentadas na reforma agrária. Já no governo Lula, percebe-se que a RAM se mantém com desempenho semelhante ao governo Cardoso, com uma leve ampliação do número de famílias a cada ano. Mesmo diante do descumprimento da meta de ampliação do montante de famílias, prevista no II PNRA (130 mil famílias), a evidência importante é que, neste primeiro mandato, houve a permanência deste instrumento na política agrária e a ampliação em termos relativos e absolutos, em relação ao número de famílias na reforma agrária. Entre 1998 e 2006 foram assentadas 411.237 famílias em projetos de reforma agrária e 75.467 famílias em empreendimentos de RAM, representando 18,35% das famílias em reforma agrária e 15,5% do total de famílias, que entraram na terra por estes instrumentos no período.

Com vistas a identificar a territorialização da RAM no Brasil, nesta primeira década de sua operação, elaborei a tabela 17 na qual é possível constatar sua operação em 21 estados e em todas as regiões brasileiras. Surgida no Ceará (1996), no mandato do então governador Tasso Jereissati (PSDB), a RAM expandiu-se durante o governo FHC para os estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais com o PCT (a partir de 1997), com o Banco da Terra (a partir de 1999) para o Piauí, Rio Grande de Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e, por todo Minas Gerais. Já os estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia foram incorporados ao crédito fundiário durante o governo Lula (a partir de 2003).

Tais dados levam à constatação de que o governo FHC foi o maior articulador da amplitude espacial que o programa apresenta atualmente, sem desprezar os esforços envidados pelo governo Lula na manutenção do funcionamento do programa em todos os Estados. Como também, na promoção de sua expansão para 3 estados (Tocantins e mais, recentemente, Mato Grosso do Sul e Rondônia) e incorporação da região norte ao referido programa. Somente o decurso do 2º mandato Lula confirmará se a RAM será territorializada por todo o Brasil. Por sua vez, o quantitativo de famílias atingidas se revela mais expressivo, justamente nos estados em que a implantação da RAM tem maior antiguidade. Faz-se necessário frisar também a correlação entre o número de projetos, o número de famílias e área, especialmente nos estados integrantes da região Sul. Nestes, o número de empreendimentos é quase o mesmo de mutuários. Isto ocorre em virtude de, nestes estados, o Banco da Terra e, posteriormente, o CAF terem sido as linhas de crédito implementadas, ambas com prioridade para o ingresso individual.

TABELA 17 – BRASIL - FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM RAM (1998 - 2006)

Estado	Famílias	Área	Empreendimentos
Maranhão	11.159	303.283	385
Piauí	8.259	211.402	430
Bahia	7.488	147.247	196
Ceará	6.623	232.027	423
Rio Grande do Sul	6.556	68.446	6.185
Pernambuco	6.302	79.391	291
Minas Gerais	4.486	79.399	289
Santa Catarina	4.306	52.238	3.861
Rio Grande do Norte	3.611	69.447	319
Paraíba	2.738	64.120	226
Sergipe	2.298	22.498	327
São Paulo	2.186	14.489	104
Alagoas	1.683	21.008	97
Espírito Santo	1.364	8.127	135
Paraná	756	5.307	685
Goiás	738	11.383	143
Mato Grosso	463	4.826	446
Tocantins	209	5.804	9
Rio de Janeiro	85	1.481	78
Rondônia	43	325	4
Mato Grosso do Sul	7	30	7
TOTAL	71.360	1.402.278	14.640

Fonte: Dados fornecidos por SRA/PNCF; SIG/SAC; PRONESE; EMDAGRO e sistematizados pelo autor no segundo semestre de 2006.

A seguir, remeto três cartogramas com a finalidade de demonstrar a distribuição espacial das ocupações (Figura 25), família em assentamentos de reforma agrária (Figura 26) e famílias em empreendimentos de reforma agrária de mercado (figura 27), no período 1998-2006, tendo em vista a intenção de correlacionar os fenômenos com a RAM e entre si. A primeira figura permite-nos observar que as ocupações de terras ocorrem em todas as unidades da federação, embora haja uma grande variação da quantidade de famílias. Observe-se que a concentração ocorre em três principais pólos: zona da mata nordestina, em função da concentração fundiária provocada pelo histórico cultivo da cana, atividade de que nas últimas décadas sofreu forte declínio com a falência de muitas usinas, em face, dentre outros elementos, do fim dos subsídios do PROÁLCOOL e reorientação da divisão territorial do trabalho, na qual a atividade sucroalcooleira concentrou-se no estado de São Paulo; eixo centro-sul destaque para a região paulista do Pontal do Paranapanema, na qual há a condição de grandes propriedades rurais sem títulos de propriedades tendo em vista originarem-se de atividades de grilagem; e sul e sudeste do estado do Pará, fronteira agrícola dos anos 80, onde há significativo estoque de terras públicas apropriadas por processos de grilagem.

Por sua vez, a figura 26 demonstra que as famílias assentadas em reforma agrária estão distribuídas por todo território brasileiro, em 18 diferentes modalidades de assentamentos²², sendo sua concentração na região amazônica, onde há o maior estoque de terras públicas. Demonstrando assim que a reforma agrária é realizada não exatamente nas localidades onde estão os conflitos, mas sim onde é mais fácil para o governo assentar, por deter terras públicas. Minimizando, portanto, o enfrentamento à problemática do rentismo fundiário

Sobre as famílias em reforma agrária de mercado, verifica-se uma distribuição pulverizada entre os estados das regiões nordeste, sudeste, sul e centro-oeste. A região nordeste apresenta maior concentração de famílias atingidas em virtude de a região de implantação do projeto piloto e, posteriormente, incorporada a todas as linhas de financiamento criadas até o momento. Outro pólo de concentração dos empreendimentos é a porção noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. Chama à atenção da presença da RAM nas localidades onde há assentamento de reforma agrária e ocupações de terras e, também onde estes não se fazem presentes.

²² Cf. Rocha, 2008.

Diante destas análises remeto o leitor para as condições assumidas pela RAM em diferentes países do mundo.

FIGURA 25

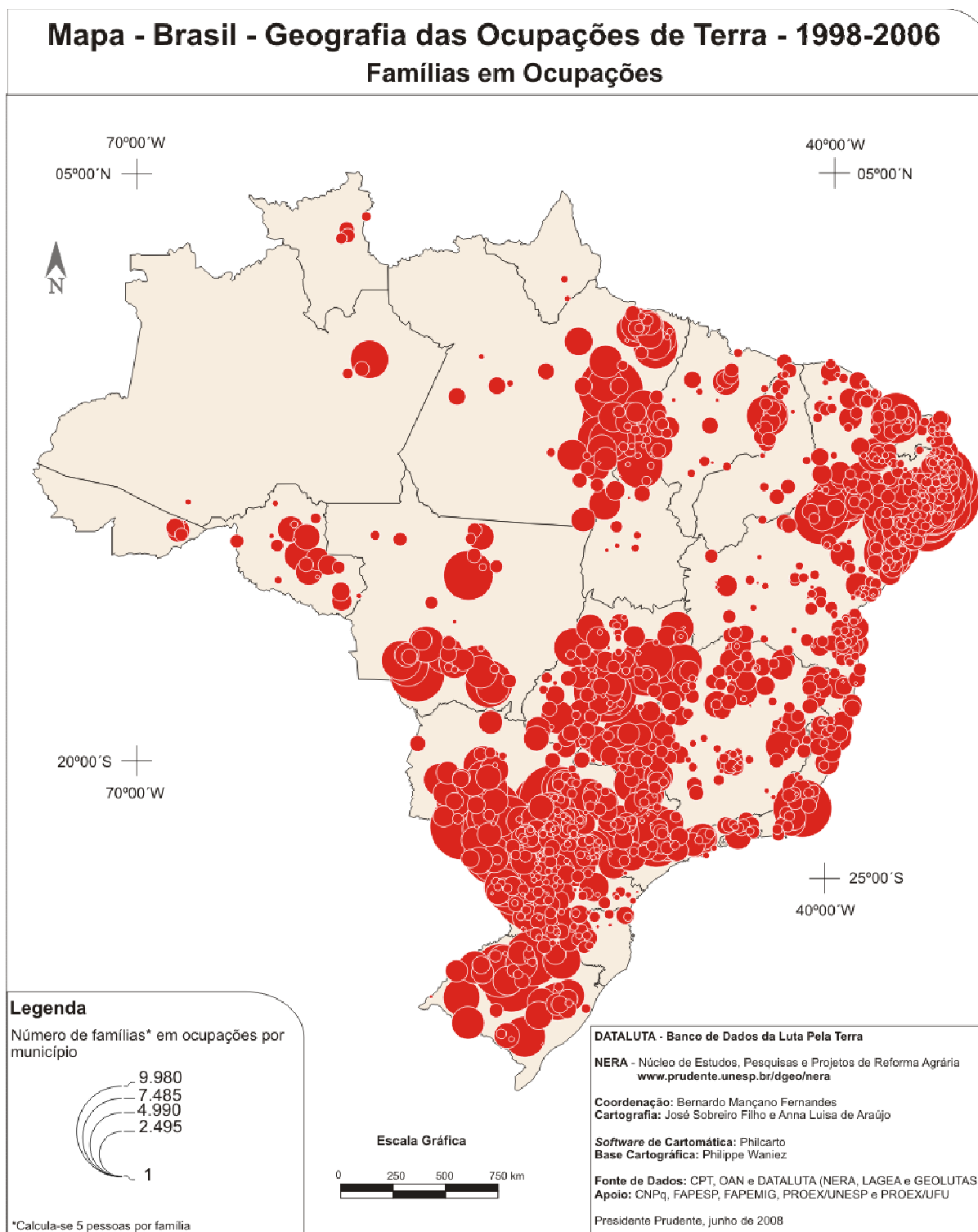


FIGURA 26

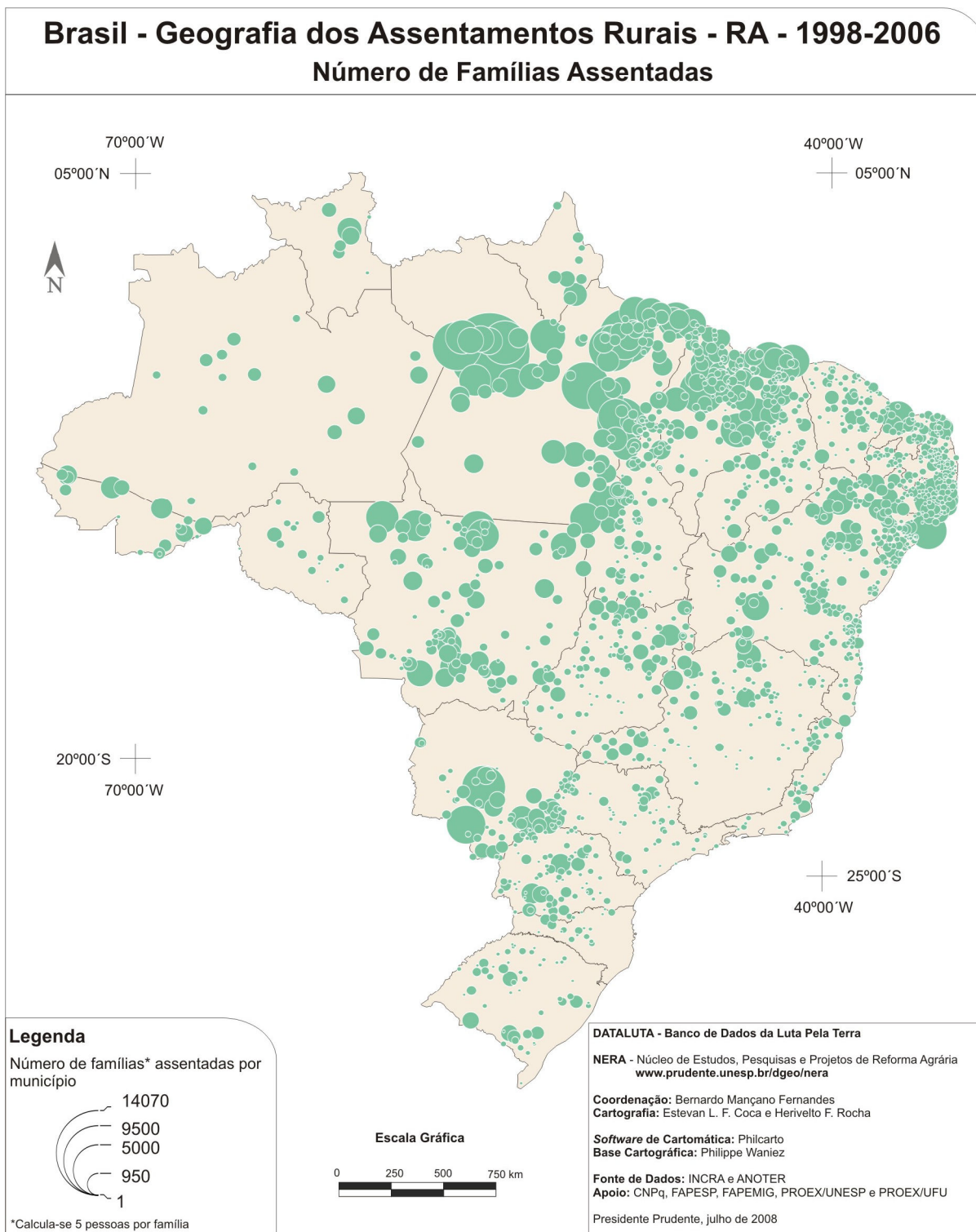
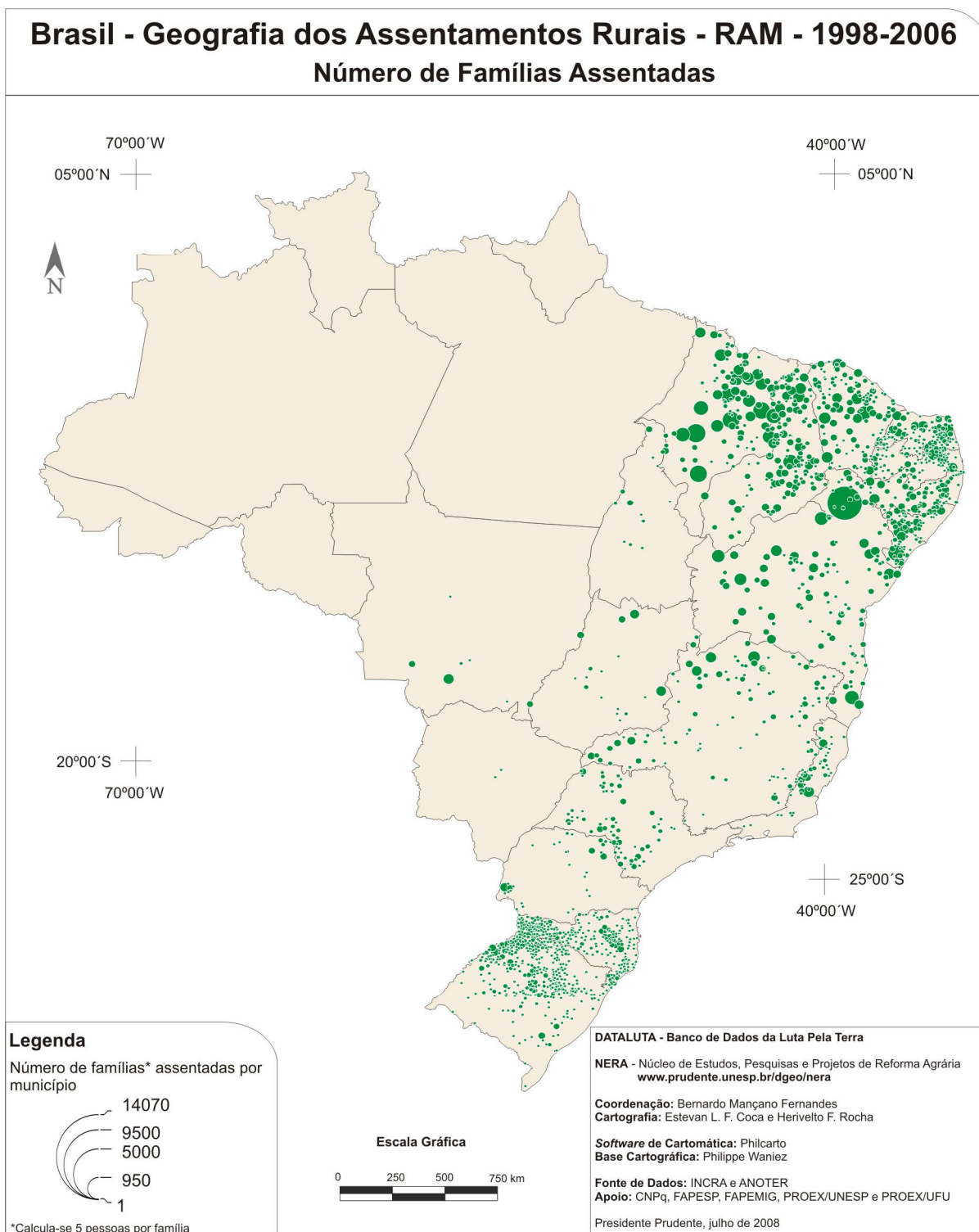


FIGURA 27



4. A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO MUNDO

Desde a década de 1960, até início dos anos 1980, a reforma agrária foi uma expressão, de certa forma, proibida em muitos países, devido à concepção ideológica socialista que estava na base das argumentações dos movimentos sociais e partidos políticos que a protagonizaram. Nos anos 80, a crise dos regimes socialistas, o fim da Guerra Fria, e a crise das dívidas externas dos países pobres abriram caminho para ampliação da influência dos organismos multilaterais junto aos países pobres. Durante a segunda metade dos anos 80 e início da década de 90, a atuação do Banco Mundial (BM), em particular, foi marcada pela difusão dos ajustes estruturais, financiamento de infra-estrutura e megaprojetos, com o objetivo de garantir o pagamento dos serviços das dívidas externas e de transformar as economias nacionais em um padrão liberal. Resultaram, destes programas, sociedades mais desiguais e injustas, e uma conjuntura favorável à intensificação das tensões sociais, irrompendo, em 1994, com o Movimento Zapatista, no México.

Diante do acirramento da tensão social e da intensificação da oposição ao modelo neoliberal nos países que implementaram os ajustes estruturais, o BM viu-se na necessidade de controlar as pressões e os movimentos sociais, bem como aprofundar a implementação do modelo neoliberal. A forma definida para este programa foi conduzir, a partir dos anos 90, uma segunda onda de ajustes, cujos fundamentos residem no aprofundamento da redução do papel do Estado, nas ações de alívio da pobreza, e na liberalização do mercado de terras. Foi nesse contexto que a instituição passou a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural e o tema da reforma agrária, capturado por suas diretrizes.

Desde então, os *think tanks* do Banco têm difundido o pensamento de que as políticas de terras têm um papel estratégico no *crescimento sustentável*. (BANCO MUNDIAL, 2002) Para tanto, é necessária a criação de um ambiente estável, jurídico, político e economicamente, no qual o pressuposto é a *propriedade segura* [privada] da terra. Parte-se do pressuposto de que os países da América Latina, África e Ásia configuram-se como áreas de baixos investimentos privados no meio rural e, portanto, estes são *locus* para estimular a promoção de programas voltados à atração de investimentos privados. Estes, por sua vez, somente ocorrerão mediante a implementação da titulação *segura* da terra nas áreas rurais. Todavia, é fundamental a desconcentração deste bem, desde que viabilizado por instrumentos

de mercado que, ao mesmo tempo em que promovem a titulação *segura* necessária para atrair investimentos econômicos, transferem estes bens para “produtores mais eficientes” (DEININGER, 2003). Desta forma, estaria em curso a chave a para o alívio da pobreza, mas nunca se apresenta como meta a sua eliminação.

Estas são as diretrizes do pacote agrário neoliberal, que o tem sido imposto por essa instituição multilateral, junto aos países credores, nos citados continentes. A forma, ritmo e intensidade de aplicação dependem da conjuntura política e da forma de organização do agrário em cada país. Este receituário independe do espaço e do tempo em que é implantado, e compõe-se de um conjunto de políticas setoriais agrárias, cujas principais formas foram sistematizadas por Rosset (2004), em cinco conjuntos, que podem ocorrer aleatoriamente ou na seqüência proposta, a depender da conjuntura inerente a cada nação.

O primeiro conjunto de políticas agrárias neoliberais visa conhecer a posse das terras, organizar os negócios, cadastrar e registrar a propriedade da terra. A titulação alienável da terra passa a ser prioritária para que, em um futuro próximo, possa entrar em operação o mercado de terras. O Banco denomina tais projetos de *administração da terra* e em diferentes países podem ser chamados de titulação, registro ou mapeamento. A defesa é a de que, sem a existência de um mercado de terras, não haverá transferência de terras para os mais pobres, nem investimentos nas áreas rurais. Esta interpretação da realidade desconsidera o papel estratégico que tem a atuação do Estado na distribuição da riqueza entre os integrantes de uma nação. Não será a lei da oferta e procura, que rege o mercado, que criará as condições necessárias para que os mais pobres acessem a terra em quantidade e qualidade suficiente para a subsistência familiar e o abastecimento alimentar. O mercado é um território do capital cujos fundamentos são o dinheiro e o lucro. Sugerir-lo como possibilidade para a recriação do campesinato, expressa a intencionalidade de promover a sua subordinação ou manter sua exclusão, em detrimento da promoção da vida com dignidade essencial para a classe.

Na concepção do BM, os produtores precisam da garantia dos empréstimos da mesma forma que os investidores precisam da garantia dos pagamentos. Portanto, é importante assegurar o direito de propriedade, a fim de que a terra seja ofertada como garantia e/ou estímulo nas operações financeiras. Com a *administração da terra* é possível fazer um balanço da sua oferta e procura. Tal medida dá suporte a uma segunda política, que é a de privatização de terras públicas e comunais, implementada sob a forma de concessões a corporações que se comprometem a realizar investimentos nas áreas rurais e/ou realizar um

tipo de *reforma agrária* orientada pelo Banco.

A terceira política institui o direito legal de vender, alugar, arrendar ou hipotecar as terras como garantia de empréstimo. Como os títulos da terra passam a ser alienáveis, caso o camponês não consiga pagar os empréstimos, pode perder a terra. A terra pode ainda servir como moeda em um empreendimento, no qual os capitalistas entram com os investimentos e o camponês com a terra. No caso do fracasso do empreendimento, todos perdem. O capitalista perde o montante investido, e o camponês perde a terra. Evidentemente, perde mais quem investiu tudo o que tinha, mesmo que pareça pouco do ponto de vista de quem tinha mais. Para o camponês, que só tem a terra, perdê-la é ser reduzido à completa pobreza. Com este tipo de posse, frente aos períodos de alta dos preços da terra ou de baixas da safra, os camponeses podem vender suas terras. Ocorre que, ao vender este bem, tão logo o dinheiro acaba, ficam sem a terra e sem emprego, portanto, mais empobrecidos.

Formado o mercado de terras, forjam-se as condições necessárias para a implementação dos chamados *bancos da terra* ou *fundos de terras*, mediante alterações institucionais ou jurídicas. Estes, por sua vez, consistem em fundos formados inicialmente por empréstimos financeiros realizados pelo BM, voltados à concessão de créditos fundiários para agricultores pobres, implantados em países onde se verifica uma forte concentração fundiária e, portanto, dificuldade de crescimento econômico. Uma vez realizados os financiamentos para a criação dos *fundos de terras*, os países credores devem criar, ao longo do tempo, seus próprios fundos creditícios, com a finalidade de conceder créditos fundiários aos sujeitos sociais que demandam terras, para que estes possam comprá-las no mercado já em funcionamento. Embora esta política seja propagada como uma forma ágil de *redistribuição* de parte da riqueza, na prática, o seu fundamento é o estímulo ao funcionamento do mercado de terras.

Inicialmente, essa política foi denominada, pelo Banco, de *reforma agrária dirigida pelo mercado*, *reforma agrária assistida pelo mercado* ou *reforma agrária baseada na comunidade*. Os movimentos sociais e estudiosos do tema têm preferido chamá-la de Reforma Agrária de Mercado (RAM) (SAUER, 2001; BARROS et. al., 2003; PEREIRA, 2004; RAMOS FILHO, 2005; RESENDE e MENDONÇA, s/d). Indubitavelmente, o Banco Mundial, ao atribuir à sua política neoliberal de acesso a terra a denominação de reforma agrária, objetiva esvaziar o conteúdo político e conflituoso embutido neste conceito. A política de *reforma agrária* neoliberal busca a resolução do conflito histórico entre sem terra e

latifundiários, em países em que a concentração fundiária é exacerbada. Segundo o Banco, a *reforma agrária tradicional*²³, via desapropriação, não é possível no momento atual, porque as elites econômicas resistem à reforma, e isso gera muito conflito. O objetivo é não incomodar as elites mediante medidas desapropriatórias, mas comprar as terras daqueles que estão dispostos a vendê-las, pelo preço que pedirem.

Por outro lado,

Os “beneficiários” desse programa adquirem uma pesada dívida com crédito usado para comprar a terra. O tamanho dessa dívida é baseado no preço pelo qual a terra é vendida. (...) Observamos que a terra comprada por pessoas pobres não é apenas de má qualidade, mas também superavaliada. Em alguns casos, esses programas têm contribuído para uma tremenda inflação no preço da terra. Então, é provavelmente seguro dizer que a “reforma agrária de mercado” tem sido mais benéfica para os latifundiários, que podem vender terras de pouca qualidade a altos preços. [grifos do autor] (ROSSET, 2004, p. 23)

Tal pacote de políticas de *desenvolvimento* já se encontra em curso em diferentes países, com roupagens e impactos variados. Na África, podemos citar os casos da África do Sul, Malauí e Zimbábue; na Ásia, está implantado na Indonésia, Tailândia e Índia; e, por fim, na América Latina, evidencia-se o caso da Guatemala, Honduras, El Salvador, México, Colômbia e Brasil. (MARTINS, 2004; BARROS, et. al. 2003) Os impactos negativos evidenciados em todos os países onde atuam as políticas agrárias do BM têm demonstrado que, embora tal pacote agrário tenha centralidade na redução da pobreza, essa problemática não será solucionada a partir do mercado, seja com a titulação alienável das terras e/ou por meio do crédito fundiário. A seguir, partindo das características principais da questão agrária, discuto as condições de implantação das diferentes políticas de terras do Banco Mundial e seus respectivos impactos na África do Sul, Zimbábue, Índia, Tailândia, Filipinas, México, Colômbia, Guatemala e Brasil.

²³ No caso brasileiro, este conceito assume a intenção de esvaziar o caráter punitivo para os proprietários de terras que não cumprem a função social da reforma agrária, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.629 de 25/02/1993.

4.1. Políticas de terras do Banco Mundial na África

4.1.1. O contexto da África do Sul

A reforma agrária na África do Sul assume relevância na pauta política do país a partir do fim do *apartheid* e ascensão ao governo do Congresso Nacional Africano (CNA), em 1992. Neste momento, defendia-se que a reforma agrária contribuiria para promoção da redistribuição de riqueza e compensação racial, o que seria realizado mediante um processo desapropriatório e outros mecanismos de não-mercado. Contudo, no decurso do governo, o CNA passou por um processo de transformação profunda em seu pensamento, transitando da esquerda nacionalista para o pensamento neoliberal. Evidentemente, junto com essa transição, transformou-se a concepção de reforma agrária. Em 1997, o *Documento Branco sobre a Política Sul-Africana de Terras* incorporou o mercado como o principal e único mecanismo de transferência de terras no país.

Adotou-se o princípio do *comprador disposto, vendedor disposto*, herdado da Lei de Desapropriação de 1975, que previa que o valor a ser pago por uma propriedade desapropriada - para a realização de obras públicas, por exemplo - seria estabelecido com referência no preço do mercado livre, influenciado pelos documentos de políticas fundiárias do Banco Mundial. Apesar de a Constituição prever que as propriedades destinadas à reforma agrária seriam privatizadas por preços inferiores aos vigentes no mercado, prevaleceu, na prática, a estratégia macroeconômica neoliberal. Isto porque os preços das terras são fixados por avaliadores imobiliários profissionais, que têm por referência os preços de mercado. O Departamento de Questões Fundiárias (DLA) a partir destes, estabelece seu preço, considerando ainda operações semelhantes praticadas na região.

Quando uma proposta do governo fica abaixo do proposto pelos proprietários, estabelece-se uma negociação entre os últimos e o governo, geralmente pelo correio, e sem nenhuma possibilidade de interferência dos candidatos na compra das terras. Os proprietários, por sua vez, têm o poder final de aceitar ou não a proposta de valor de compra. Há acusações de conluio entre proprietários, corretores de imóveis e funcionários do governo e de que os valores pagos são em média maiores que aqueles de mercado. Portanto, no tocante à definição de preços da reforma agrária de mercado na África do Sul, os proprietários encontram-se em uma situação privilegiada e os candidatos à compra, em uma posição desconfortável. Outros fatores que corroboram em favor dos proprietários é o

limitado número de propriedades ofertadas para reforma agrária, isto porque, “freqüentemente, os candidatos têm forte preferência por uma propriedade específica, devido à proximidade de sua moradia atual ou por laços ancestrais, por causa do custo adicional que significaria, para governo e candidatos, as negociações fracassassem e o longo processo de planejamento ter de recomeçar em relação à outra propriedade (LAHIFF, 2006, p. 114).”

Segundo este autor, pode-se concluir que, enquanto os preços de mercado servirem como guia para os valores pagos em transações da reforma agrária, o processo será passível de manipulação, uma vez que a negociação e o tempo envolvido apresentam pouca semelhança com negociações mercantis convencionais. Os futuros *beneficiários* da *reforma agrária* são incapazes de competir no mercado livre imobiliário, sendo compelidos a se conformar com vendas “fechadas”, negociadas entre proprietários de terras e funcionários públicos. A complexidade burocrática do processo não o torna atraente para proprietários de terras e é provável que, no mínimo, alguns proprietários de terras entrem nas transações de reforma agrária, para livrar-se de propriedades que, de outro modo, não conseguiriam vender, ou porque acreditam que podem obter um preço mais favorável do que no mercado livre.

Ao final do *apartheid*, todas as terras empresariais cultivadas no país (86% da terra agricultável e 68% da superfície total) estavam concentradas nas mãos de 60 mil proprietários, todos pertencentes à minoria branca. Em 1994, sob forte influência do Banco Mundial, o governo do CNA “fixou como meta para todo o programa de reforma agrária (redistribuição, reforma da posse e restituição) restituir 30% da terra agrícola, detidos em mãos dos brancos, dentro de um período de cinco anos (LAHIFF, 2006, p. 110).” Esta meta foi prorrogada para 20 anos, o que, atualmente, não se acredita que possa ser cumprido, tendo em vista que o Programa de Redistribuição de Terra para o Desenvolvimento Agrícola (LRDA), lançado em 2001, até o momento, alcançou apenas 40% das metas, em face dos elevados preços das terras. Em julho de 2005, os dados oficiais apontavam que 3.137.214 hectares haviam sido transferidos pelo vários instrumentos de reforma agrária em vigor, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 18 – Transferência de terras pelos programas de reforma agrária na África do Sul

Programa	Hectares distribuídos	Parcela do total
Redistribuição	1.347.943	42,97
Restituição	916.470	29,21
Alienação de terras públicas	772.626	24,63
Reforma da posse	100.175	3,19
Total	3.137.214	100,00

Fonte: Ministério de Agricultura e Questões Fundiárias (África do Sul, 2005). Apud, LAHIFF, 2006.

Esse montante (3.137.214 ha) equivale a apenas 3,1% das terras agrícolas nas mãos de brancos, em 1994. Se levarmos em consideração que mais de 50% das terras redistribuídas mediante restituição, alienação de terras públicas, e reforma da posse encontravam-se nas mãos do Estado, verifica-se que o impacto desconcentrador da propriedade foi ainda menor. Ao mesmo tempo, um número considerável de trabalhadores rurais, arrendatários e seus familiares, perderam o acesso às terras de fazendas estatais, nesse período, por outros processos de mercado, que não a reforma agrária.

A reforma agrária de mercado na África do Sul instituiu que a deliberação de venda das terras compete aos seus respectivos proprietários, não havendo nenhum mecanismo que os obrigue a vender como negociações coletivas. A burocracia prevê que a área a ser vendida deve estar vinculada a um grupo de compradores, mediante um acordo de venda assinado pelo proprietário de terras, e o preço deve estar dentro dos patamares do mercado, com a certificação de um avaliador, além de ter um plano agrícola detalhado. Desta forma, os futuros compradores, durante o tempo em que a áreas estão sendo negociadas, ficam impedidos de participar do mercado de leilões e contratos privados. Os vendedores também se obrigam a esperar a definição da transação pelo Estado, sob o risco de ter a proposta indeferida por inviabilidade técnica ou indisponibilidade de fundos.

Apesar de existir na África do Sul um mercado imobiliário ativo, estima-se que a maior parte das terras negociadas não contempla os beneficiários da reforma agrária. Ocorreram denúncias de que, esporadicamente, ocorre conluio entre proprietários de terra, contrários à reforma agrária, em uma ação racista. As terras de boa qualidade, ao chegarem ao mercado, são vendidas em leilão público ou contrato privado, e a transferência se dá em até 3 meses, enquanto que a venda na reforma agrária pode ser concretizada no prazo de 3 meses até 2 anos.

Por outro lado, os proprietários dispostos a vender suas terras para os processos de reforma agrária realizam queixas freqüentes, porque suas ofertas são ignoradas pelo governo, alegando que os procedimentos oficiais estão voltados apenas para atender aos potenciais compradores e não aos vendedores, ou seja, os proprietários, ao ofertar suas terras ao programa de reforma agrária, já devem indicar os potenciais beneficiários, caso contrário, a oferta é ignorada pelo Estado. O autor presume que, diante deste mecanismo, somente os proprietários realmente comprometidos com a reforma agrária ou que não conseguem vender suas terras por outros meios entrarão espontaneamente nas transações de reforma agrária. Além disto, o Estado realiza repressões sobre os trabalhadores envolvidos em ocupações de terras para reivindicar a reforma agrária.

Nas políticas de terras sul-africanas, há pelo menos duas diferenças fundamentais em relação à política de terras do BM. A primeira delas diz respeito à não opção pela implantação de um imposto sobre a propriedade territorial, atendendo simultaneamente, a pressão dos proprietários de terras, e tendo em vista o objetivo do governo de reduzir a tributação, com vistas a encorajar os investimentos do setor privado. A segunda diferença está relacionada com a proibição do parcelamento da propriedade rural. Esta legislação remonta à época do *apartheid*, e, embora tenha sido revogada há três anos, aguarda o referendo do presidente. Ademais, o parcelamento da terra envolve um processo caro e burocrático, desestimulante aos proprietários. Resulta disto que as terras, quando chegam ao mercado, estão em lotes relativamente grandes, obrigando os grupos de compradores a adquiri-las em dimensões superiores às suas necessidades. E não existe qualquer estímulo ao parcelamento após a aquisição dessas terras pela reforma agrária.

Em decorrência, financiamentos restritos, orçamentos limitados, processos de aprovação longos e restritivos, e o preconceito dos proprietários de terras convergem para assegurar que possíveis beneficiários da reforma agrária fiquem limitados a uma pequena porção da terra que entra anualmente no mercado. Com freqüência, acabam obtendo terra de qualidade e mais extensa do que desejariam. Candidatos à reforma agrária relativamente pobres, sem experiência, e mal-informados consideram praticamente impossível competir no mercado com compradores mais experientes e com maiores recursos. Uma parcela considerável de “redistribuição” de terras envolve, na verdade, terras públicas que não carecem de uma transação de mercado e, mais importante, em termos políticos, deixa intactas as propriedades em mãos de brancos. (LAHIFF, 2006, p.113)

A RAM parte do princípio de que os beneficiários se auto-selecionarão para ingresso no programa, o que, teoricamente, eliminaria as pessoas não interessadas na reforma agrária. Todavia, a auto-seleção não garante que, na África do Sul, todos aqueles que demandam adquirir terras consigam fazê-lo. Contudo, em virtude de falhas e/ou inexistência de mecanismos de monitoramento e de avaliação dos empreendimentos de RAM, tem-se pouca informação básica sobre eles no país.

Os poucos e intermitentes estudos realizados revelam que “somente uma pequena parte dos sem-terra e os com pouca terra vem obtendo acesso ao programa. São predominantemente homens alfabetizados, acima dos quarenta anos de idade e, cada vez mais, trata-se de pessoas com salários (inclusive pensões), em lugar de desempregados, gozando de acesso relativamente bom à informação. (LAHIFF, 2000; WEGERIF, 2004; JACOBS, LAHIFF & HALL, 2003; HALL, 2004b)” (LAHIFF, 2006, p. 117) Assim, pressupõe-se que o programa não esteja chegando até os mais pobres dentre os pobres, isto em face tanto das diferenças na capacidade dos indivíduos de acessarem o programa, como de uma atitude deliberada dos políticos e gestores dele.

Oficialmente, o público-alvo da RAM é constituído por mulheres, jovens, desempregados, trabalhadores rurais e aspirantes a empresários rurais, mas, desde 2001, contraditoriamente a isso, o programa vem favorecendo mais os empresários rurais. Isto ocorre em virtude da contratualidade estabelecida na liberação dos recursos. Ou seja, o candidato à RAM deve apresentar uma contrapartida ao programa, que pode ser em dinheiro (espécie), produtos, ou equipamentos (implementos agrícolas, por exemplo). O subsídio do programa varia proporcionalmente ao montante comprovado pelo candidato. No geral, as contribuições próprias não são utilizadas para comprar terras. Estas são adquiridas com recursos dos subsídios e/ou dos empréstimos bancários. “Os subsídios também podem ser usados para melhores empréstimos no Banco Agrícola estatal, e vice-versa, ou seja, empréstimos podem ser usados como “contribuição própria” para aumentar subsídios, favorecendo ainda mais quem consegue comprovar mais ativos (LAHIFF, 2006, p. 117).”

Longe de ser uma *contribuição* para o empreendimento agrícola, assegurando assim o comprometimento (ou “inserção econômica”), como alegariam os defensores da RAM, a “contribuição própria”, no caso sul-africano, simplesmente qualifica o candidato a um grau maior ou menor de apoio financeiro, já que as estimativas de valor dos ativos são usadas para “recompensar” os candidatos com níveis variáveis de subsídios e empréstimos. Isso parece ser uma prática tosca de “apoiar o vencedor” (ou pelo menos, o mais bem situado), que pode muito bem render projetos mais

“viáveis” ou “bem-sucedidos” para os pouco afortunados, porém não pelas razões geralmente apresentadas. Enquanto a tabela da “contribuição própria” determina o montante do subsídio, a provação do financiamento depende da elaboração de um plano de negócios aceitável que demonstre “viabilidade econômica”. [...] O constante fracasso em definir com clareza os beneficiários previstos pela reforma agrária, a falta de uma estratégia específica de mitigação da pobreza, a ênfase na viabilidade econômica e as falhas crônicas em monitorar o programa sugerem que a exclusão dos grupos pobres e marginalizados deverá continuar. (LAHIFF, 2006, p. 118) [grifos do autor]

A RAM na África do Sul é orientada pelos princípios da viabilidade comercial e econômica. Nesta perspectiva, os órgãos estatais, que implantam os programas, que buscam o cumprimento de planos produtivos, enfatizam a aplicação de modelos agrícolas empresariais, voltados para a obtenção de lucros. Tais planos exigem uma enorme monta de capital de giro, que geralmente não se encontra disponível entre os beneficiários da RAM. Isto gera a um impasse, pois, de um lado, ocorre a negação de concessão de empréstimos, e, de outro lado, ocorre a exigência de cumprimento dos planos por parte dos técnicos.

Outro problema central reside no modelo adotado no imóvel adquirido, ou seja, a fazenda deve ser operada como uma única propriedade. Diante da falta de estímulos para o parcelamento da terra, os mutuários são obrigados a comprar imóveis maiores que o necessário e, muitas vezes, com a finalidade de obter os créditos necessários para a aquisição da terra, reúnem um número grande de famílias pra comprar um único imóvel, o que resulta em empreendimentos maiores que o previsto e no surgimento de problemas de convivência grupal, quando propriedades individuais se convertem em coletivos agrícolas. Pode-se concluir que a imagem da reforma agrária na África do Sul é de empresas agrícolas de grande escala.

No tocante à prestação de um conjunto de serviços aos atingidos pela RAM, na África do Sul, verifica-se uma ausência de políticas públicas voltadas para esse público, no tocante a créditos produtivos, capacitação, assistência técnica, serviços de transporte e aração, atendimento veterinário, e acesso a mercados de insumos e produtos. A atribuição da prestação destes serviços é dos governos provinciais, enquanto que compete ao governo federal a criação dos projetos de reforma agrária. Ausência destes pode, em parte, ser atribuída à falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e entre as diferentes instituições de governo.

A alternativa do campesinato é realizar de forma autônoma e improvisada os serviços que não são oferecidos. Uma alternativa é a contratação de empresas privadas que geralmente atuam de acordo com a lógica do agronegócio para a prestação destes serviços. Contudo, um entrave é que geralmente os beneficiários da reforma agrária não dispõem de recursos para a contratação dos serviços. Desta forma, um dos principais problemas dos projetos de reforma agrária tem sido o desenvolvimento pós-assentamento, tendo em vista essa limitação fundamental para o sucesso das atividades produtivas nas áreas recém-adquiridas e implantadas.

4.1.2. O contexto do Zimbábue

A questão agrária do Zimbábue, assim como nos demais países africanos e nos latino-americanos, tem sua origem no processo histórico de colonização. Neste caso, a ocorrência é bastante recente, iniciando-se apenas em 1890, quando uma “coluna pioneira”, comandada por John Cecil Rhodes, cruzou o norte do Limpopo, na África do Sul, motivado pela busca de abundantes reservas de ouro existentes no Rand, atual Johannesburgo, expandindo-se até atingir as terras altas do Zimbábue. Embora a coroa britânica tenha concedido autorização à Companhia Sul-Africana Britânica para explorar minérios na região, no Zimbábue, o ouro não se encontrava em filões como na África do Sul, mas sim em áreas dispersas, fato que dificultou o acúmulo de grandes lucros com a mineração na região. A fim de viabilizar lucros para a região, a Companhia patrocinou a ocupação e o assentamento de homens brancos com objetivos agrícolas.

A empreitada ocasionou um processo de expropriação da população tradicional, que aí habitava, e sua subordinação às atividades a serem desenvolvidas nas novas fazendas. Este processo gerou discordâncias, protestos, e resistências por parte da população nativa. O primeiro *Chimurenga* irrompeu em 1896, quando os africanos tentaram expulsar os colonos brancos, por meio da luta armada, e reconquistar seu território. Essa rebelião durou até 1897, quando foi derrotada pelas armas européias. As terras altas do Zimbábue, semelhantes ao planalto sul-africano, não são particularmente férteis, e, portanto, a agricultura não era uma atividade fácil ou lucrativa. Os colonos enfrentaram muitas dificuldades até as primeiras décadas do século XX. (LEBERT, 2004, p. 161)

Por volta de 1923, a Companhia se retirou do território, os brancos, por meio de plebiscito, decidiram criar um auto-governo, ou seja, uma colônia britânica autônoma. Em 1930, o Ato de Indicação de Terras estabeleceu, na então Rodésia, uma divisão das terras, a partir de critérios raciais, tanto em termos de quantidade, como em termos de qualidade. Ou seja, 51% das terras localizadas nas áreas mais férteis foram destinadas aos brancos. Aos africanos, maioria da população, foram destinados 30% das terras, predominantemente localizadas no planalto descendente, até o Vale Zambezi, e áreas de escarpas montanhosas, localidades das terras comunais. Foi destinado 0,05% da área para compra ou arrendamento por africanos ricos ou grupos de africanos. O restante das terras foi destinado às companhias comerciais, ao governo colonial, ou configuravam-se como áreas de preservação.

No período compreendido entre 1930 e a independência em 1980, o quantitativo de terras em poder dos brancos diminuiu de 51% para 40%, e o dos negros saltou de 30% para 40%. Todavia, a densidade demográfica era muito maior nas áreas dos africanos, além do que os brancos usufruíram, em todo período, de terras em condições agroecológicas boas, receberam investimentos governamentais em infra-estrutura de comunicações, comercialização, assim como subsídios e empréstimos. Neste período, os salários pagos na África do Sul eram mais elevados que os da Rodésia, resultando em forte migração para o sul e escassez de mão-de-obra nas fazendas dos brancos. Com o crescimento da economia agrícola comercial branca, estabeleceu-se uma crise de força de trabalho, sendo tomadas algumas medidas: a) a criação de uma comissão de suprimento de mão-de-obra; b) o acesso restrito às companhias de recrutamento sul africanas; c) a importação de mão-de-obra do Malauí; e d) a limitação do número de pessoas para deixar a colônia.

Na década de 50, as áreas comunais passaram por uma ampliação da densidade populacional, com degradação ambiental e crise de produção. Com o advento da modernização da agricultura, grande número de negros foi expulso das fazendas dos brancos, agravando ainda mais as condições das áreas comunais. A abissal desigualdade entre brancos e negros levou à segunda *Chimurenga*, em meados de 1960.

...liderado pela União Nacional Africana do Zimbábue e pela União dos Povos Africanos do Zimbábue. Ambos os movimentos de libertação, reunidos na Frente Patriótica, comprometiam-se a fazer uma reforma agrária radical quando tomassem o poder. A expropriação de africanos permanecia ainda viva na memória, com muitos idosos lembrando o primeiro *Chimurenga*. Os movimentos conquistaram grande apoio camponês e a

guerra foi travada, sobretudo em zonas rurais. Os sindicatos e as organizações civis não se envolveram. Os guerrilheiros e camponeses enfrentaram um exército moderno do regime branco; era uma luta na terra e pela terra.

A guerra civil durou aproximadamente duas décadas, e as negociações iniciadas no fim dos anos 1970. As desigualdades do Zimbábue são ainda acentuadas: a densidade populacional nas áreas comunais é três vezes maior do que nas áreas agrícolas comerciais; a estrutura fundiária reflete a divisão racial, com 6 mil fazendeiros brancos possuindo aproximadamente 42% das terras do país. (LEBERT, 2004, p. 163)

Em 1979, as negociações da Casa Lancaster começaram. O Fundo de Desenvolvimento, debatido previamente à mudança de governo no Reino Unido, foi usado como *isca* para conseguir um acordo entre os movimentos de libertação e as autoridades da antiga Rodésia. Contudo, o Fundo foi cancelado e o governo britânico ofereceu outro acordo. Em troca da garantia de manutenção dos direitos de propriedade no Zimbábue, o Reino Unido iria assumir a metade dos custos de recolonização, e, em 1980, empenhou uma quantia inicial de 20 milhões de libras. O governo do Zimbábue teria que completar os recursos necessários ao programa de *compra e venda voluntária* da terra. Os fazendeiros brancos que quisessem continuar suas atividades agrícolas estariam livres para fazê-lo. Não haveria nenhuma expropriação em massa de terras pelo Estado pós-colonial. Este retinha o direito de expropriação para interesse público e recolonização, sendo a compensação paga em moeda estrangeira. Sob pressão dos Estados vizinhos, os movimentos de libertação aceitaram o acordo. As restrições impostas permaneceriam por dez anos. (LEBERT, 2004, p. 164)

Os acordos de independência traduzem a cooptação dos movimentos de libertação pela Inglaterra e criam as condições para a manutenção do quadro agrário caracterizado pela concentração de terras nas mãos dos brancos, além de dificultar uma redistribuição fundiária significativa. Ao mesmo tempo em que permanecia o colapso da produção camponesa, o abastecimento de 90% dos alimentos consumidos era produzido pelos fazendeiros brancos, que controlaram o poder político após a independência.

A reforma agrária implantada após a independência, tinha como princípio a promoção do acesso igualitário à terra, para a maioria da população. Seus objetivos eram: promover a estabilidade política e um regime de concordância com os direitos de propriedade; promover o crescimento econômico mediante a redistribuição das terras, com equidade e eficiência; realizar a segurança alimentar nacional e a auto-suficiência, mediante uma produção familiar intensiva; e otimizar a produtividade e o retorno dos recursos investidos. As

metas ampliaram-se de 18 milhões de famílias, em 1981, para 54 milhões, em 1982, e 164 milhões de famílias a serem alcançadas em 1984. Nenhuma das metas foi cumprida. Neste bojo, a reforma agrária no Zimbábue pode ser dividida em duas partes: a primeira, de 1980 a 1996, e, a segunda, a partir de 1997, quando foi publicado o decreto desapropriatório de 1.471 fazendas.

No primeiro período, a reforma agrária foi implantada de acordo com os Acordos da Casa Lancaster, ou seja, o Estado comprava a terra dos proprietários brancos, que desejassem vendê-la, mediante pagamento em divisas, e a redistribuía a pessoas selecionadas por funcionários públicos distritais. Foi limitada a capacidade de redistribuir terras de forma significativa, uma vez que dependia da oferta voluntária para venda, limitando-se a uma política de “...colonização planejada e ordeira nas terras adquiridas pelo Estado (LEBERT, 2004, p. 165).” Nos dois primeiros anos, em virtude de um estoque de terras abandonadas em função da guerra e da saída do país de alguns proprietários, houve maior dinamicidade na aquisição de terras e assentamentos de famílias. Posteriormente a este período, a reforma agrária caiu na lentidão e foi necessário, em 1986, criar o Ato de Aquisição de Terras, que atribuía prioridade de venda das fazendas ao Estado e instituía a desapropriação de imóveis subutilizados ou abandonados. Foram quatro, os tipos de assentamentos criados pela reforma agrária, nesta primeira fase:

- Assentamento em bases familiares

A terra adquirida pelo Estado era redistribuída aos beneficiários, que deveriam renunciar ao direito à terra na área comunal de origem. Estes recebiam lotes cultiváveis (10 hectares e 65 hectares) e tinham acesso à terras de pasto comunal (55 hectares ou equivalente, dependendo da região agroecológica). A posse era garantida por três permissões anuais para assentamento, cultivo e pastagem. Este foi o modelo dominante de reforma agrária (mais de 80%).

- Assentamento em cooperativas agrícolas

Nas grandes fazendas comerciais, a produção agrícola era organizada em cooperativas, sendo as decisões tomadas por comitês. O acesso ao crédito dar-se via cooperativa, e os excedentes, destinados quer às famílias quer ao investimento na fazenda. Aproximadamente cinquenta cooperativas foram estabelecidas, mas muitas faliram.

- Fazendas estatais cultivadas em parceria

Os beneficiários eram reassentados ao redor de uma propriedade estatal. Esta fornecia-lhes certos serviços e, em troca, os assentados trabalhavam na fazenda. A terra agricultável era alocada em bases individuais. As famílias tinham acesso à terra de pasto, administrada comunitariamente. A propriedade estatal era gerenciada por um profissional. Esse modelo não foi extensivamente implantado.

- Áreas comunais para pasto

O Estado comprava ranchos comerciais próximos às terras comunais, que eram utilizados para engordar os rebanhos das famílias dessas áreas. Deste modo acreditava-se reduzir a pressão por pasto nas terras comunais. Esse modelo foi implantado na zona árida do sul do Zimbábue. (LEBERT, 2004, p. 165-166)

Ao longo dos anos, verificou-se alguma redistribuição de terras em favor dos negros, contudo, as compras de terras foram decrescendo ao longo do tempo, sendo que descontinuidade e lentidão foram as marcas. LEBERT (2004) elenca um conjunto de supostos motivos, a saber:

- De 1980/1981 a 1982/1983 houve um esforço intenso de redistribuição, executado a partir de fazendas abandonadas durante a guerra ou logo após a Independência;
- Depois de 1983, pouquíssimas fazendas entraram no mercado, o que tornou difícil o planejamento governamental. Além disso, os fazendeiros mantiveram suas terras produtivas e venderam propriedades secundárias, especialmente após a alta no preço das terras devido à estabilidade política;
- Fazendeiros brancos eram legalmente obrigados a oferecer as terras primeiramente ao Estado. Se este não quisesse, seria emitido um certificado válido por um ano permitindo a venda da propriedade no mercado. De acordo com Palmer (1990), nos anos 80 houve um excesso de oferta de terras ao Estado. A nova elite negra e membros do governo puderam adquirir terras agrícolas, totalizando mais de um milhão de hectares, de modo vantajoso;
- A União Comercial de Fazendeiros argumentava que uma reforma agrária rápida iria minar a confiança dos brancos, ameaçar os lucros com exportações e desemprego. Por intermédio da pressão sobre o governo, a União assegurava os interesses dos fazendeiros e retardava o ritmo dos assentamentos.
- Em 1983, havia grande pressão sobre o orçamento do Zimbábue. O governo enfrentava crescente imposição do Banco Mundial e do FMI, além de países ocidentais, para diminuir despesas. O governo cortou as verbas para os assentamentos, mas continuou a financiar escolas e postos de saúde em áreas rurais;
- Em meados dos anos 1980, com a severa seca na sub-região e particularmente no Zimbábue, alguns dos novos assentados retornaram às áreas comunais em busca de melhores condições. (p. 168)

Durante os quatro primeiros anos da reforma agrária, no Zimbábue, os camponeses realizaram ocupações de terras comunais, especificamente fazendas abandonadas ou subutilizadas, como mecanismo de pressão para avançar o Programa de Reassentamento Acelerado. Na prática, após a ocupação, o governo comprava, a preços de mercado, as fazendas ocupadas e destinava-as ao assentamento das famílias. Geralmente, estas áreas encontravam-se nas terras altas do leste, local da guerra e de condições agroecológicas regulares. A partir de 1986, uma onda de criminalização das ocupações de terras, mediante

uma legislação específica e repressão praticada pelo Estado e/ou fazendeiros, conduziu à redução do número de famílias envolvidas nesta ação reivindicatória.

A experiência do mercado de terras, ao longo 1980 e 1990, levanta questões-chave: a quantidade, a qualidade, a localização e o custo da terra são definidos pelos proprietários (em benefício próprio); nem o governo nem os beneficiários dirigem o processo em termos de suas necessidades; o Estado na condição de principal comprador distorce o mercado de terras em relação a preço e localização, influenciados pela estrutura mais ampla do planejamento governamental. (p. 168)

Como consequência, mais de 70% das terras compradas no programa de reforma agrária encontram-se em condições agroecológicas marginais e localizadas nas regiões semi-áridas. O modelo de reforma agrária e assentamento estão diretamente subordinados às condições impostas pela Inglaterra por meio do Acordo de Lancaster, e, posteriormente, às instituições supranacionais, especialmente no tocante ao *modelo vendedor-comprador voluntário*. Os preços das terras aumentaram seguidamente, gerando dificuldades para o governo do Zimbábue cumprir as contrapartidas que deveriam ser dadas, de acordo com os financiamentos dos britânicos. O governo do Zimbábue logo se viu desprovido dos recursos para realizar vistorias e implantar a infra-estrutura prevista como sua parte.

Este último fato provocou crescente discordância e pressão dos britânicos que alegavam que o governo do Zimbábue não cumpria sua parte no orçamento; era moroso na realização dos projetos; as compras e vendas não eram voluntárias, tendo em vista a ocorrência de ocupações de terras; os recursos estavam sendo utilizados para fazendas estatais, que eram repassadas para negros ricos.

Em meio a essas desavenças, a Administração para Desenvolvimento Estrangeiro do governo britânico avaliou o modelo de assentamento em bases familiares em 1988. Apesar de os avaliadores não acreditarem na redistribuição de terras como um fator de desenvolvimento, concluíram que o reassentamento alcançara uma escala impressionante. O programa atingira os seus principais objetivos e, nesse sentido, a entidade classificou o empreendimento como um sucesso. A maioria dos beneficiários aumentara sua renda e passara a ter acesso a escolas e a postos de saúde. A média de retorno dos investimentos estava em impressionantes 21%. O programa também foi considerado um investimento válido em termos de suas contribuição ampla à economia nacional. (p. 169)

Contudo, a relação política entre o Zimbábue e os britânicos seguia se deteriorando até atingir o seu ponto máximo em 1990, quando foi iniciada a política de desapropriações de terras, mediante indenizações, momento em que os britânicos romperam os aportes financeiros para a política de terras. O Zimbábue avaliava que havia estabilidade política suficiente para adotar dois mecanismos de aquisição de terras, o modelo desapropriatório e o modelo comprador-vendedor disposto. Os britânicos defendiam a existência apenas do segundo modelo. As pressões internacionais seguiram também com o Banco Mundial, que introduziu um Programa de Ajuste Econômico Estrutural (1991 – 1995). A operação deste programa beneficiou, principalmente, os padrões coloniais de posse da terra, alimentou disputas entre as elites agrícolas branca e negra, pelos mesmos recursos, marginalizou os pobres, e acirrou os conflitos agrários no país.

A segunda fase da reforma agrária foi iniciada em 1990, quando o governo do Zimbábue (1) desencadeou ações para alterar a Constituição que apresentava travas jurídicas à reforma agrária, legalizando a desapropriação de terras; e (2) introduziu o sistema dual e permitiu ações de reforma pela lógica desapropriacionista, por mecanismos de negociação no mercado, e pela abolição das compras em divisas. No ano 2000, emendas à Constituição e à Lei de Terras eliminaram o sistema dual de obtenção de terras, permitiram a indenização em títulos públicos, e autorizaram o Estado a recusar a compra de terras muito caras. Por fim, vale ressaltar duas questões. Com as alterações legislativas ocorridas a partir de 1990, o número de famílias assentadas nos processo de redistribuição de terras voltou a crescer em comparação à estagnação do período anterior. E, desde 1995, os camponeses e veteranos de guerra têm intensificado as ocupações de terras, de modo que é possível inferir que as ocupações de terras têm forte influência na determinação da forma como se realiza a reforma agrária e na velocidade com que ela deslança.

4.2. As políticas de terras do Banco Mundial na Ásia

4.2.1. O contexto da Índia

O neocolonialismo praticado na Índia, pela Grã-Bretanha, teve como sustentáculo a dominação/apropriação das terras e o controle das reservas e recursos naturais. Com a instituição da propriedade privada, esmagou-se a cultura do uso comunitário das terras e as relações de uso da terra existentes entre os sem terra e a classe dos proprietários,

eliminando a possibilidade de produção, ao menos, dos recursos de subsistência dos primeiros. No momento da independência em 1948, a concentração e o rentismo fundiário eram preponderantes no país. Como as rendas eram elevadas e as condições de trabalho péssimas, os trabalhadores não recebiam estímulos (em renda ou condições de trabalho), a produtividade agrícola decaiu, e a opressão aos trabalhadores resultou na deterioração das colheitas.

Após a independência, a questão da redistribuição de terras foi vista como uma questão emergencial para a construção da nação. Nos primeiros quinquênios, foram alocados recursos para a realização da reforma agrária e focadas algumas dimensões como, por exemplo, a abolição de intermediários, a proteção dos trabalhadores, a racionalização dos sistemas de posse e a limitação do tamanho das propriedades rurais. Contudo, ao longo dos anos, a concentração de terras e a desigualdade aumentaram, e a questão agrária, em face de atitudes deliberadas, desapareceu da consciência coletiva popular. Os proprietários criaram e implementaram ações no sentido de proteger seu patrimônio, enquanto os pobres ficaram ainda mais oprimidos. Ademais, a terra para uma elite urbana tem sido difundida como uma questão de moradia, investimento e infra-estrutura, em detrimento da terra como base da vida, justiça social e dignidade humana.

Condição inerente à questão agrária é a disputa territorial que a delimita. Apesar de existir, na Índia, um reconhecimento da sua gravidade, as classes proprietárias detentoras do poder político e econômico agem de forma a impedir a alteração dos componentes que lhes sejam desfavoráveis. Assim, *brechas* na legislação impediram que se efetivasse a limitação do tamanho da propriedade da terra, burocratismo e morosidade na implantação da reforma agrária conduziram à sua retirada da pauta política nacional, e cooptação dos beneficiários da reforma agrária.

Assim, problemas como concentração fundiária, acesso à terra, direitos e segurança da posse continuam a desafiar a Índia. A importância da questão agrária pode ser estimada pelo fato de que, apesar do declínio da participação da agricultura no Produto Interno Bruto do país, aproximadamente 58% da sua população depende da terra para sobreviver. Desse total, 63% possuem propriedades rurais de menos de 1 hectare, enquanto os estabelecimentos com 10 hectares ou mais estão nas mãos de menos de 2% dos proprietários. Os sem terra, ou com parcelas de até 0,2 hectares, representam 43% do total de famílias camponesas. Apesar da reforma agrária ter sido, intencionalmente, esquecida pelos governos

das décadas de 1970 e 1980, a partir da década de 1990, ela é lembrada. Se no passado sua solução visava dar respostas a questões de maior equidade, justiça social e dignidade, a interpretação da questão agrária, atualmente, e as propostas em vigor, sob forte influência do neoliberalismo, das instituições financeiras supranacionais, dirigem-se ao mercado e buscam concretizar objetivos macroeconômicos.

Para as instituições financeiras supranacionais, um dos problemas básicos que leva à pobreza rural é o acesso à terra e a segurança da posse. Para que ocorra uma redução da primeira, propalam-se reformas na estrutura da posse e no estímulo ao mercado de terras. Para tanto, deve haver uma estrutura político-jurídica-institucional favorável para: a proteção de recursos culturais e ambientais, a facilitação de trocas, o aumento da produtividade, a integração entre a terra e os mercados financeiros, a utilização da terra como fonte de receitas para os governos locais, e a melhoria do acesso aos pobres.

O pacote oferecido pelas instituições financeiras internacionais engloba abrangentes reformas na posse da terra, incluindo titulação, levantamento cadastral, registro de terras, melhoria no sistema de impostos, política de assentamento, legislação agrária, administração rural, transações de compra e venda de terras e remoção de restrições ao arrendamento. Em 1975, o *Relatório de Políticas de Reforma Agrária* produzido pelo Banco Mundial apontava a titulação e o registro de terras como os principais instrumentos pra aumentar a segurança e da propriedade; em outras palavras, para estabelecer prósperos mercados de terras e permitir o uso da terra como garantia do crédito. Contudo, a ênfase nesses aspectos era então muito menor. Hoje, esses ingredientes constituem a infra-estrutura do mercado de terras conduzido pelo Banco ao redor do mundo. [grifos do autor] (PIMPLE, 2004, p. 184)

Segundo Pimple (2006), nessa perspectiva, a reforma agrária teria duas fases. A primeira, denominada *Desmonte de Políticas Distorcidas*, objetiva eliminar todos os entraves à política de compra e venda de terras, incluindo os limites de propriedade, restrições ao arrendamento de terras, eliminação de zoneamento, com algumas poucas exceções. A segunda fase, denominada *Reformas Institucionais e Legais*, tem por objetivos:

... a redução dos custos de compra e venda no mercado de terra; a expedição de títulos corretos; a disponibilidade de informações cruciais de mercado aos interessados; a promulgação de leis de terra que removam incertezas, que facilitem o acesso ao sistema de administração fundiária; a criação de órgãos para arbitragem de disputas; e a institucionalização dos direitos de propriedade privada. (op. Cit., p. 184)

Acredita-se que o mercado possibilitará que a terra seja transferida dos *produtores menos eficientes, para os mais eficientes*, e, com a titulação segura, comprar e vender terras será mais seguro. Para o autor, este modelo está pensado para viabilizar créditos para os pobres do campo, créditos esses voltados à compra de terra e insumos, à assistência técnica, ao apoio à comercialização, à habitação, e à produção de acordo com as exigências da agricultura moderna. Tudo às custas de endividamentos que, geralmente, comportam-se de forma ascendente. Até que, em determinado nível, os camponeses seriam levados à ruína, e, uma vez falidos, seriam forçados a vender as terras para ricos proprietários e/ou corporações.

Ao mesmo tempo em que o Banco Mundial proclama um crescente acesso à terra, pelos pobres rurais, por intermédio do crédito fundiário, encoraja políticas macroeconômicas que ameaçam sua viabilidade econômica. A liberalização do comércio, os cortes nos subsídios aos produtores de alimentos, a privatização do crédito, a promoção excessiva da exportação, e a pesquisa de tecnologias caras, como a engenharia genética, afetam os pequenos produtores, causando sua falência, a venda em massa de suas terras, o aumento dos trabalhadores sem terra, a concentração fundiária, a degradação ambiental, e a migração rural-urbana. Qual seria então a eficiência de tal “reforma agrária”?

A transformação da terra em mercadoria nega sua condição de bem comum, de posse e uso coletivo, enfim, das relações sociais que eram até então implícitas. A titulação das terras, ao violar os direitos, há muito estabelecidos por comunidades nativas, pode torná-las mais vulneráveis. Portanto, a privatização da terra traz graves conseqüências para os que têm sobrevivido dela por gerações, mas não possuem documentos legais para prová-lo. A garantia de títulos seguros de terra pode ser anulada quando ela é usada para investimentos e especulação, um efeito inevitável do desenvolvimento de um mercado de terras. A especulação inflaciona o valor da terra, dificultando o acesso a ela. Como prover a “posse segura para todos”, a grande motivação alegada pelo Banco Mundial? A emergência do mercado de terras não facilitaria a venda das áreas comunais? Que impacto traria à titulação da terra, aos povos da floresta, e às mulheres?

A economia de mercado enfatiza o lucro de curto prazo com poucas preocupações pelas pessoas e pelo meio ambiente. Por exemplo, a conversão de terras não agrícolas em agrícolas ou vice-versa pode não ser o melhor uso da terra, mas é efetuado com o objetivo de maximizar lucros. A primazia de interesses comerciais leva a que terras de fronteira ou faixas de floresta densa, de incalculável valor ecológico, sejam percebidas como *recursos*

usados de forma não-otimizada. O meio ambiente não se tornaria vítima de um mercado que não considera o valor ecológico da terra? [grifos do autor] (PIMPLE, 2004, p. 185-186)

Uma economia baseada no processo industrial imprime alterações significativas na agricultura, promovendo em curto período sua artificialização. No caso indiano, a década de 60 foi o marco de introdução dos procedimentos e da tecnologia da Revolução Verde, especificamente, no Punjab. O Banco Mundial e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) estimularam a modernização da agricultura por meio da importação de fertilizantes, sementes, pesticidas, maquinário agrícola. Para tanto, foram ofertados créditos, cujo objetivo era promover a substituição da agricultura tradicional por um sistema agrícola de uso intensivo de capital.

Além dos empréstimos para subsidiar a agricultura moderna, o Banco Mundial pressionou o governo para obter condições favoráveis aos investidores estrangeiros, na indústria de fertilizantes da Índia, liberalizar as importações e eliminação de barreiras nacionais, e substituir os cultivos alimentares por monoculturas à base de sementes importadas. Foram liberados 4 empréstimos do Banco Mundial para homogeneizar os sistemas produtivos da Índia, privatizar as empresas de sementes, e garantir o monopólio do setor pelas corporações transnacionais, a exemplo da Sandoz, Continental, Cargill, Pioneer, Hoescht e Ciba Geigy. Como resultado deste modelo de produção, estudos posteriores demonstraram que o crescimento da produção de alimentos indiano foi pífio (5,4% em 1994), e 6% das terras agrícolas foram perdidas por danos ambientais, como enchentes e salinização. Estimularam-se cultivos de exportação, em detrimento daqueles que formam a base alimentar dos pequenos produtores, prejudicando a auto-suficiência destes.

A agricultura é o setor que recebe maiores investimentos do Banco Mundial em qualquer país. Na Índia, 130 projetos agrícolas receberam US\$ 10,2 bilhões desde 1950. Esses projetos incluem apoio à indústria de fertilizantes, exploração de lençóis freáticos, introdução de variedades de semente de alto rendimento, estabelecimento de bancos e instituições para financiar a agricultura capitalista, entre outros. (PIMPLE, 2004, p. 188)

Não há dúvidas de que qualquer processo de reforma agrária e/ou desenvolvimento rural deve levar em consideração o fornecimento confiável e regular de água, para que os projetos logrem êxito no tocante a tornar a terra produtiva. No caso da Índia, onde 2/3 da produção agrícola é irrigada e 83% do consumo de água na sociedade advém desta atividade, esse insumo assume relevância ainda maior. Contudo, a forma de

utilização dos recursos hídricos causa muita polêmica e controvérsia tendo em vista os diferentes modelos de desenvolvimento. A construção de uma barragem para implantar um grande projeto de irrigação pode eliminar o acesso à água e inviabilizar o uso da terra para comunidades que, historicamente, beneficiavam-se de um dado curso d'água. No sentido de regular essas controvérsias, o Banco Mundial decidiu ofertar seu *apoio* promovendo uma reforma do setor hídrico mundial, no caso indiano, propõe-se uma *revolução total na agricultura irrigada*. A tarefa deste projeto é:

...modernizar as agências de irrigação para torná-las autônomas e confiáveis, melhorar os sistemas de irrigação, organizando os agricultores para se responsabilizarem pela sua operação e gerenciamento; formar associações de usuários de águas; reestruturar o financiamento da irrigação visando tornar os departamentos estatais auto-suficientes; racionalizar as taxas de cobrança da água e as taxas de coleta; instituir um sistema de direitos da água (World Bank, 1999, p. xiii). (PIMPLE, 2004, p. 189)

A propalada reforma do setor hídrico parte do pressuposto de que, diante do processo crescente de escassez da água, é preciso gerenciar os recursos hídricos por meio de grandes projetos de estocagem de água e de transposição de rios. Para que isto se concretize, é preciso a participação do setor privado, tendo em vista os elevados custos das obras. E, para assegurar a conservação e sua distribuição, é preciso estabelecer mercados de água estáveis. O que está por trás disso é a criação de mercados de água que, uma vez estabelecidos, promoveriam a equidade, a justiça social e a sustentabilidade. As palavras-chave do BM são *gerenciamento comunitário, participativo, conjunto, e compartilhado*.

Dessa forma, existem apreensões de quanto a gerenciar canais afluentes e terciários, historicamente administrados pelos agricultores, deixando o controle dos canais principais com os departamentos de irrigação dos estados. Agências governamentais de água provavelmente se entusiasmarão em repassar a administração de tanques de vilas e poços públicos aos agricultores, uma vez que esses bens representam pequenos investimentos estatais e altos custos de gerenciamento.

Quanto às associações de usuários de água, parece que o Banco Mundial prevê seu envolvimento mais na execução do que no planejamento dos sistemas de irrigação. [...] A participação para o Banco Mundial inclui agências governamentais, representantes do setor privado, ONG's, pesquisadores e, em graus variados, comunidades locais. Essa interpretação ampla pode aguçar conflitos, especialmente entre técnicos do governo e grupos locais ou ONG's, fragmentando os processos decisórios e resultando em situações de atraso ou, até mesmo, no abandono de projetos. (PIMPLE, 2004, p. 191)

Em um país populoso e de elevada densidade demográfica, como a Índia, uma justa distribuição das terras e o acesso às águas são fundamentais para garantir a geração de oportunidades econômicas para um maior número de membros da sociedade, produzir alimentos que garantam a soberania e a segurança alimentar, ampliar expectativas, alimentar sonhos, auto-estima e autoconfiança. “Devido ao atual modelo econômico, com ênfase na industrialização, privatização e globalização, significativas mudanças têm ocorrido na taxa de crescimento e composição do setor agrícola, na estrutura fundiária e no acesso à terra, no uso do solo e da água, no volume e condições de crédito e nos padrões de colheita (PIMPLE, 2004, p. 194).”

Contraditoriamente, tem-se perdido terras férteis agrícolas para a expansão urbana e/ou implantação/expansão industrial, enquanto que nem sempre a agricultura ocupa as terras de melhor fertilidade. Esta lógica está centrada na dinâmica do mercado e dos processos de especulação imobiliária e rentismo fundiário. “Em sociedades com uma distribuição concentrada de recursos e oportunidades, o jogo do livre mercado marginaliza uma crescente porcentagem da população, a menos que o Estado intervenha. Nessas circunstâncias, a reforma agrária é um elemento-chave para quebrar as correntes da exploração e da pobreza (PIMPLE, 2004, p. 194).”

4.2.2. O contexto da Tailândia

Na Tailândia, a agricultura é um importante setor da economia por diversos aspectos, dentre eles: por empregar cerca de 54% da força de trabalho do país, o que representa 33,4 milhões de trabalhadores; porque é no campo que se concentra a maioria dos pobres da sociedade, especificamente, os sem terra e aqueles com insuficiência de terras e solos de baixa qualidade; porque os rendimentos do campo são os mais baixos da sociedade, conforme demonstram dados de 1995, em que a renda familiar média da população de outros locais era de US\$ 318,00/mês, enquanto das famílias na agricultura atingia US\$ 24,00/mês; e, finalmente, porque a terra segue como referência identitária e comunitária. Dados da Fundação Instituto da Terra demonstram que 30%, dos 5,5 milhões de famílias, que se dedicam à agricultura, não dispõem de terra na quantidade suficiente para garantir o sustento da família. (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004)

O número de sem terra vem aumentando gradativamente a cada ano, em virtude de inúmeros processos, dentre os quais: o crescimento populacional; a demarcação artificial de áreas de reservas florestais; a subtração de áreas agricultáveis ou a manutenção na improdutividade; os investimentos especulativos em propriedades rurais. No tocante a estas últimas, verifica-se que muitas foram utilizadas como garantias de elevados empréstimos que não foram pagos. Com a crise financeira de 1997, o governo tailandês assumiu as dívidas dos credores inadimplentes, transferindo o ônus da dívida para toda a sociedade.

O Programa de Titulação de Terras da Tailândia resulta de um acordo do país com o BM, firmado em 1980. Dividido em 4 fases, o Programa tem os seguintes objetivos: “acelerar a emissão de títulos para aqueles que têm direito à terra, melhorar a eficácia da administração fundiária, elaborar mapas e cadastros das áreas urbanas e rural, com base em um sistema homogêneo e que mostre todas as parcelas de terra, e melhorar a eficiência da Autoridade Central de Avaliação (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 206).” Houve um ajuste de objetivos em 1994, durante a terceira fase: “...fornecer posse segura para os que têm direito à terra, desenvolver a capacidade institucional de longo prazo do Departamento de Terra, melhorar a administração dos serviços fundiários e desenvolver uma efetiva função nacional para avaliar a propriedade (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 206).” As três fases do Programa despenderam 183,1 milhões de dólares advindos de empréstimos do BM, que emitiu 8,7 milhões de títulos de terra. Embora este seja um número considerável, esperava-se um desempenho maior (apesar de não haver metas), uma vez que o valor é inferior ao número de famílias beneficiadas. Por sua vez, a quarta fase será implantada com recursos próprios do governo tailandês.

O Código de Terras da Tailândia (1954) exigia a comprovação da posse para, posteriormente, emitir um certificado de propriedade. O Programa de Titulação de Terras foi criado para agilizar a emissão do título final de propriedade. Nesse sentido:

Dada a urgência de ter informações completas, foram feitas mudanças legais de modo a agilizar o processo de titulação. Assim, modificou-se o Código de Terras para permitir a transformação de certificados de uso em títulos de propriedade mediante requisição, sem vistoria. E, ainda, emitiram-se títulos definitivos mesmo onde não havia documentos de posse nem reivindicações da terra. A maioria dos textos oficiais destaca as várias garantias do processo de vistoria e titulação, que prevêm o testemunho de lideranças da vila, funcionários e proprietários de terrenos vizinhos. Todavia, devido à existência de lacunas na legislação, essas garantias eram facilmente

contornadas. Outra mudança na legislação envolveu a substituição do governador da Província como a instância oficial responsável pela titulação por um funcionário local do Departamento de Terra. (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 207)

As mudanças na legislação visavam acelerar o Programa para concluir a titulação em 20 anos, algo que o Instituto faria em mais de 200 anos. Contudo, as terras florestais não participaram do Programa de Titulação, todas as ações foram realizadas em áreas não-florestais, desconsiderou-se que a existência de numerosos grupos tradicionais e minorias étnicas, geralmente muito pobres, que habitam as florestas e altas florestas do país. O receio do governo era de que, com a titulação de partes da floresta, iniciasse um processo de desmatamento dela. Em contrapartida, este contingente populacional permaneceu em situação de insegurança, dadas as ameaças de despejo, restrição de práticas agrícolas, e assédios de funcionários. Essa condição cria ambiente favorável para que “... os políticos elejam as minorias étnicas como bode expiatório para todo tipo de problema nacional. O programa não aproveitou a oportunidade para *regularizar* o direito à terra desse expressivo grupo de pessoas, muitas das quais têm ocupado as terras de suas vilas por centenas de anos (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 208).”

Não se planejou ou preparou um projeto para registrar o direito às áreas comuns das vilas ou à posse comunitária de recursos. O Programa é direcionado ao registro de direitos territoriais existentes, de maneira que sejam validados pela legislação nacional. Entretanto, a única opção possível foi o registro de direitos individuais. Se os sistemas locais de posse que reconhecem direitos comuns aos recursos comunitários são substituídos dessa maneira, há o risco de tais direitos continuarem extralegais como antes e perderem sua legitimidade. Ao não reconhecer a validade da propriedade comunitária, foram deixadas terras sob a administração comunitária insuficientemente protegidas da apropriação indébita por grupos poderosos internos e externos. Como o caso da província de Lamphun ilustra, reivindicações falsas de propriedade individual sobre tais terras forma efetuadas com um mínimo de aviso às comunidades e sem maiores empecilhos burocráticos. (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 208)

Nas avaliações realizadas periodicamente pelo BM sobre o Programa de Titulação de Terras, verificam-se como impactos significativos: elevação do preço das terras (127%); maior acesso ao crédito institucional (132%); e uso de insumos agrícolas industriais (117%), na produtividade das áreas tituladas. Contudo, o Distrito de Baan Hong, na província de Lamphun, no norte do país, contraria praticamente todos os indicadores. Neste distrito, sete vilas e fazendas vizinhas foram construídas em 2.400 hectares de terras comunais, e o acesso

foi determinado a partir de características tradicionais, até a introdução do Programa de Distribuição de Terras, de 1960.

Este, a partir de uma decisão verticalizada e unilateral, decidiu realizar uma redistribuição de terras com base em um mapa elaborado sem a participação dos membros da comunidade, desconsiderando, portanto, as práticas agrícolas desenvolvidas, outras terras dos beneficiários, etc. Os lotes estavam numerados no mapa, poucos beneficiários sabiam onde poderiam plantar, outros receberam terras inadequadas para o cultivo e se mudaram para outra localidade. O lote recebido, em algumas circunstâncias, era cultivado por pessoas que não tinham recebido os certificados de propriedade, enquanto que outros camponeses que receberam os lotes não puderam produzir na terra certificada. A fim de resolver os conflitos, o Departamento de Terras, em 1970, emitiu outro mapa, criando mais confusão. Na década de 1980, revogou todos os títulos emitidos anteriormente, para realizar nova titulação.

No final dos anos 80, a rápida expansão da economia gerou uma liquidez que deveria rapidamente ser investida em ativos de longo prazo. Uma alternativa encontrada foi a compra de terras a preços baixos, com titulação garantida e grande possibilidade de valorização, em curto período. Durante o surto econômico de 1990-1993, emitiram-se títulos de terras para extensas propriedades, sem o conhecimento das comunidades, que se deram conta da situação quando suas terras estavam sendo cercadas por outrem. O distrito de Baan Hong é emblemático desta situação de uso do Programa de Titulação de Terras para a apropriação indébita. Os 2.400 hectares de terras, anteriormente comunitárias, que se esperava que fossem distribuídos entre a comunidade, foram vendidos e titulados a favor de empresários e indivíduos de outras regiões, sem que os agricultores locais tenham sido comunicados de qualquer vistoria. Os títulos foram emitidos com diversas irregularidades, como nomes falsos, vendedores inexistentes, etc. Os agricultores foram expulsos/impedidos de entrar em suas terras comunitárias, com o cercamento das mesmas.

Em 1997, criou-se um comitê formado pelos camponeses e o governo, para investigar a apropriação indébita de terras, fato que foi comprovado. Contudo, as terras continuam nas mãos dos empresários, em face da ausência de ação oficial para revogar os títulos. Na atualidade, a área encontra-se subutilizada, possivelmente aguardando valorização para ser comercializada mais tarde, enquanto as famílias continuam enfrentando sérias dificuldades pela exclusão. Durante os anos 90, muitos títulos de terras passaram por diversas

mãos de forma irregular. A cada transferência, os valores aumentavam, e somente após cerca de 8 anos, quando as terras aparecem em nome de um único dono, geralmente uma empresa, a partir de estudos realizados por ONG's, foi possível constatar quem são os proprietários *legais*. Diante da paralisação do Estado e das ações fraudulentas, os camponeses organizados passaram a realizar ocupações de terras abandonadas, para reivindicar a propriedade em seu favor. Isto vem ocorrendo de modo cada vez mais amplo em termos de número de famílias e áreas ocupadas. Leonard e Ayuttahaya (2004) registraram a existência de 3.798 famílias em ocupações de terras.

Após a ocupação, as famílias organizam-se em comitês com a finalidade de definir a área florestal e a forma de parcelamento da fazenda em lotes familiares. Busca-se, em algumas localidades, mesmo diante da precariedade da posse, investimentos a longo prazo, e o cultivo de árvores frutíferas. A venda para pessoas de fora do grupo comunitário está proibida e o próprio comitê tem criado regulamentos de transferência das parcelas para membros do grupo e familiares. A partir da organização em comitês, como no Código de Terras, não há a figura da terra comum, os camponeses repartem os custos de um levantamento dos limites de toda a terra e da localização dos lotes individuais, para, em seguida, apresentarem um *título comunitário*. Esta é uma estratégia da comunidade para assegurar o acesso a longo prazo e criar condições para gerar seus próprios empréstimos.

Contudo, desde 2002, o Estado vem adotando medidas repressivas e de criminalização das ocupações de terras. Suas lideranças tiveram as prisões decretadas, e somente após longo período de negociações as fianças foram acatadas; porém, apesar de novas prisões terem sido suspensas, 74 lideranças camponesas e um presidente de ONG aguardam julgamento.

Os casos relatados evidenciam a resistência das comunidades do norte da Tailândia à transferência de terras para pessoas de fora e sua necessidade de colocar as terras abandonadas para produzir, sobretudo onde há endividamento e pobreza. Em ambos os exemplos relatados, a terra foi transferida ilegalmente. Revogar títulos ilegalmente emitidos em Lamphum e em outros lugares do país e devolver as terras aos seus legítimos donos aliviaria a tensão entre agricultores e o governo, além de representar um passo importante para solucionar significativos problemas ocorridos durante a implementação do Programa de Titulação da Terra do Banco Mundial. (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 213)

Na prática, a política de titulação do Banco Mundial e a constituição de um mercado livre de terras deslocam o sentimento da terra enquanto raiz histórica, componente das normas sociais, de responsabilidades, de outros elementos não-econômicos, etc., para imbuir a terra de um aspecto comercial-econômico. A questão refere-se a que o custo da terra seja compensado pelo seu preço. Entretanto, a realidade nos demonstra que nem sempre o mais lucrativo é o mais produtivo. “Lucros altos podem ser obtidos pela especulação, sem um único produto ser plantado. O maior acesso a informações e o maior poder de barganha dos ricos e politicamente influentes favorecem a acumulação e concentração da terra pelos grandes proprietários (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 214).”

Contraditoriamente, o Código de Terras limita em 8 hectares o tamanho do lote titulável na Tailândia. Todavia, não estabelece um limite para títulos que um indivíduo pode possuir. Ao longo do funcionamento da referida política, empresários arditosamente adquiriam vários títulos de propriedade com dimensões iguais e ou inferior ao limite estabelecido, de forma a agravar ainda mais o problema da concentração. No país, não há uma publicação oficial sobre a estrutura agrária. Geralmente, a obtenção de dados sobre a estrutura fundiária de um distrito torna-se uma tarefa árdua, demorada e dispendiosa, dificultando estudos e diagnósticos sobre a realidade. Possivelmente, essa situação seja intencional, para encobrir a desigualdade estimulada pelo Programa de Titulação de Terras do Banco Mundial.

O Banco Mundial reconhece que mercados de terras frequentemente existem de maneira autônoma, sem um registro nacional de terras e sem a necessidade de títulos formais. Isto é evidenciado em Sritia, Raidong, e outras vilas na Tailândia, que integram o movimento de reforma agrária pelas comunidades, nas quais as transações de terra ocorrem sem títulos formais, baseadas na autorização da comunidade, na confiança e em redes de responsabilidade social. Transações envolvendo certificados de posse podem ser consideradas economicamente menos eficientes que transferências com títulos formais e mercados de terras. Contudo, tais operações tradicionalmente têm tido mais sucesso em manter a terra nas mãos de um grande contingente de pequenos proprietários do que o mecanismo do livre mercado. (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 215)

Avaliações sobre o Programa demonstraram que, na terceira fase, as terras tituladas tiveram seus preços valorizados entre 75% e 197%. Aí reside um paradoxo, pois se o pressuposto do Programa é distribuir a riqueza mediante a titulação de terras, como pode haver distribuição quando o preço da terra se eleva? Fica mais difícil para os mais pobres acessarem este bem, inclusive as gerações futuras. Além do que, a mercantilização da terra a transforma em um bem livremente comercializável. A existência de títulos e a valorização nos

preços privilegiam os ricos e as pessoas com acesso à informação, que adquirem a terra como fonte de especulação, para obter lucros rápidos. O caso da Tailândia demonstrou que, com o funcionamento do mercado de terras, estas passaram das mãos dos pobres para as mãos dos ricos especuladores.

Certamente, se possuísem títulos, os agricultores pobres poderiam se beneficiar da *transferência implícita de riqueza* da titulação, por estarem legalmente habilitados a vender suas terras e dispor do dinheiro. Atribuir um valor de mercado à terra dá às pessoas um meio objetivo de quantificar o valor total de suas posses. Em tese, o Banco Mundial prevê que o mercado deveria lhes permitir tomar decisões racionais sobre a melhor forma de comercializar seus bens e maximizar seus ganhos. Mas os camponeses são pouco propensos a vender seu meio primário de subsistência, exceto sob pressão. Talvez, eles sejam os que tenham as mais limitadas alternativas de escolha de seu tipo de vida ou de trabalho. Agricultores podem não ter interesse em vender suas terras, por exemplo, se elas são importantes para a identidade social ou uma parte da herança familiar, bem como a principal fonte de comida e renda regular.

Por outro lado, ricos proprietários de terras podem tirar o proveito da vulnerabilidade dos camponeses quando ocorrem mudanças climáticas, flutuações nos preços de produtos ou outras dificuldades, e comprar suas terras quando a demanda e os valores de mercado estão caindo. Em uma situação em que os preços da terra crescem rápida ou consistentemente, ricos fazendeiros têm um incentivo para comprar terras mesmo que seja para deixá-las improdutivas, como no caso do auge de compras em Lamphun. (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004, p. 217)

Na concepção do Programa em foco, a equação perfeita estrutura-se na titulação segura da terra, como garantia de maior acesso ao sistema de créditos. A titulação, por sua vez, mediante o funcionamento do mercado de terras, promoveria a valorização dos preços das terras ampliando as possibilidades de acessar mais créditos. Como estes estão voltados para adoção de novas tecnologias, da ampliação da produção, da elevação de renda dos agricultores, em face da elevação da produção e melhor qualidade dos produtos, haveria uma considerável redução da pobreza entre os agricultores. Contudo, há que considerar que quanto maior o volume de créditos acessados, maior é o montante da dívida a ser paga.

Parte do problema do aumento da oferta de crédito é que, apesar dos empréstimos iniciais poderem ser obtidos de instituições oficiais, se eles não forem quitados a tempo, outros empréstimos precisam ser obtidos de modo informal com taxas de juros mais altas. Acompanhando a crise econômica, a proporção de dívidas do setor informal cresceu para 17% das dívidas totais

(Bramford, 2000). Em um contexto de crescente elevação dos insumos, preços dos produtos em declínio e condições climáticas adversas, tornou-se praticamente impossível para muitos agricultores escapar do ciclo de empréstimos. Dados macroeconômicos apontam para um crescente endividamento em vez de um aumento da renda líquida dos camponeses. (LEONARD & AYUTTAHAYA, 2004,p. 219)

No caso do campo tailandês, propostas de movimentos sociais e acadêmicos estão sendo consideradas neste momento, com vistas à implantação de alternativas como taxação progressiva da terra e zoneamento.

4.2.3. O contexto das Filipinas

Nas Filipinas, a agricultura também é um setor de grande relevância econômica e social, pois emprega 50% da força de trabalho ativa e abriga 60% da população residente. Historicamente, a terra agrícola foi monopolizada por uma classe de poucos proprietários, detentores de forte poder político e econômico. Estes, até o momento, impediram a realização de uma reforma agrária redistributiva, mediante a adoção de medidas políticas para controlar os conflitos existentes no campo, entre movimentos camponeses e proprietários. Durante a ditadura, a reforma agrária era tema proibido, e as transformações políticas ocorridas entre 1986 e 1988, junto com o conjunto de protestos e pressões populares (dentre elas as lutas por reforma agrária), conduziram o país à transição para uma democracia nacional eleitoral clientelista. Com isto, criaram-se as condições para a implantação de uma legislação pró-reforma agrária.

O CARP [Programa Abrangente de Reforma Agrária] é uma política pública que não se enquadra em nenhum dos tipos ideais de reforma voluntária-não-redistributivista ou desapropriatória-redistributivista. Embora possua certo grau de poder de desapropriação, incorpora elementos que são voluntários e não-redistributivos. A lei do CARP estabelece que todas as áreas agrícolas, privadas e públicas, independentes das condições de posse e produtividade, são sujeitas à reforma agrária (com relativamente poucas exceções como reservas militares e religiosas e espaços educacionais). Há três tipos genéricos de reforma: 1) redistribuição fundiária de terras privadas e públicas; 2) arrendamento, inclusive arrendamento em terras legalmente retidas por proprietários, e contratos de administração de algumas terras públicas; e 3) em pequena escala e limitada aos primeiros anos de implantação do CARP, um opção de distribuição acionária para algumas grandes fazendas empresariais. A cobertura formal de leque amplo da lei do CARP faz com que ela seja mais progressista que qualquer outra lei de reforma agrária liberal pós-1980. Essas leis, em outros lugares, como no

Brasil e Zimbábue, não atingem terras agricultáveis e produtivas. (BORRAS, 2006, p.142)

O CARP constituiu-se em um espaço de disputa política, que pode propiciar, ou não, a reforma agrária. Há cinco formas básicas de aquisição de terras, a saber: 1) Operação de Aquisição de a redução de Terra (OLT), utilizada, na era Marcos, em áreas de arrendamento de arroz e milho; 2) Oferta Voluntária para Venda (VOS), que eleva em 5% o montante em dinheiro vivo, na indenização dos proprietários, com igual percentual na parcela em títulos; 3) venda da propriedade ao Estado; 4) Transferência Voluntária de Terra (VLT), cujo objetivo é atrair a cooperação dos proprietários ao Programa; neste caso, a venda da propriedade é realizada aos camponeses; por fim, há a Aquisição Compulsória (CA), em que o Estado tem o poder de desapropriar a terra, independentemente de seu proprietário querer ou não vendê-la. Na correlação de forças entre a sociedade e o governo filipino, a modalidade de aquisição de terras que se afirmou foi a VLT, isso porque, beneficia diretamente os interesses dos proprietários. Ou seja,

A VLT providencia a transferência direta da terra a camponeses sob condições mutuamente acordadas entre estes e os proprietários, limitando o papel do governo ao fornecimento de informações e à legalização de contratos. Espera-se que um proprietário interessado em se adequar à lei do CARP, através da VLT, negocie e acerte com os potenciais beneficiários as condições da transação: preço da terra, forma de pagamento e conjunto de beneficiários. Após o acordo, as partes submetem a proposta de VLT ao Departamento de Reforma Agrária (DAR), que aprova ou rejeita o plano. Quando a proposta é rejeitada, recomeça o processo do CARP; podendo ou não usar o caminho da VLT. Sendo aceita, a transação é considerada um processo bem-sucedido de redistribuição de terra via CARP; sendo oficialmente divulgada como tal. (BORRAS, 2006, p. 143)

Relatórios de auditorias realizados por organismo específico do DRA, para fiscalizar e avaliar os projetos implementados de VLT, revelam ao menos 4 tipos de distorções na implantação destes projetos: “1) evasão direta da reforma agrária; 2) procura secundária, porém freqüente de ganhos; 3) esquema de arrendamento para ser proprietário; 4) esquemas de VTL que combinam venda e arrendamento da área ao próprio vendedor (BORRAS, 2006, p. 146).”

A evasão direta da desapropriação, por meio do VLT, ocorre de três formas. A primeira delas é a utilização de uma brecha na legislação, que permite que parentes e até mesmo jovens de 15 anos sejam os beneficiários *preferenciais*, desde que cultivem ou pretendam cultivar a terra. Nos procedimentos administrativos, essas transferências são

registradas como não-reforma agrária. Contudo, ao ocorrer a transferência por meio da VLT, a catalogação é feita como reforma agrária. Estudos recentes do próprio DRA trazem evidências de que muitas transferências ocorreram entre familiares e crianças. O mais grave é que boa parte destes ou não exerce atividades na fazenda negociada ou atua em outros setores de atividade não-agrícola. Essa tática, além de retirar as propriedades da possibilidade de passar pela desapropriação, facilita a divisão de imóveis entre latifundiários e herdeiros, de forma que as taxas de documentação, transferências, pesquisas, titulação sejam custeadas por fundos do CARP.

Outra forma de burlar a desapropriação é a utilização de *laranjas*, ou seja, a prática de declarar como beneficiárias pessoas que estão desavisadas da transação. “A lei do CARP impõe uma proibição de dez anos para arrendar ou vender a terra. Depois desse período, prevê que a terra será formalmente *revendida* ao dono *anterior* ou a membros de sua família, contemplando, assim, um ciclo de transferência de terra no papel, sem qualquer mudança nos direitos reais de controle sobre a propriedade e nas relações fundiárias (BORRRAS, 2006, p. 147).” Um terceiro forma de burlar a desapropriação é quando há a coação de camponeses para que concordem em ser tornarem-se beneficiários formalmente.

Nesse caso, declara-se que o proprietário se enquadrou na lei da reforma agrária, embora continue o antigo acordo de arrendamento entre proprietário e arrendatários e trabalhadores rurais, a despeito das formalidades de transferência de terras nos documentos oficiais. Novamente, o proprietário prevê uma recompra, no papel, depois do prazo de dez anos que proíbe arrendamentos e vendas. Esse tipo de evasão talvez seja o mais difícil de documentar, porque, quando ocorre, envolve um latifundiário política e economicamente poderoso e despótico. (BORRRAS, 2006, p.148)

A política da VLT também pode ser utilizada por funcionários públicos corruptos, para fazer dinheiro em benefício próprio. O esquema pode ocorrer de duas formas, pelo menos. A primeira delas utiliza-se do *segredo público* para treinar proprietários a fugir da reforma agrária por meio da lei do VTL. O esquema funciona da seguinte forma: funcionários públicos selecionam os supostos beneficiários, que são imediatamente aprovados pelo latifundiário e inseridos no rol final de beneficiários. As auditorias realizadas evidenciaram que, entre estes beneficiários, encontram-se crianças menores de 15 anos (idade mínima para ingresso no programa), lavradores não-residentes no empreendimento, transferências para filhos de agricultores que não habitam ou trabalham nos empreendimentos, transferências para parentes de 1º grau e, até mesmo, para funcionários

públicos. A segunda artimanha é a de informar, por parte dos funcionários do governo, vendas comuns de terras como operações do VLT. Com esta fraude, facilita-se o acesso à estrutura e aos recursos para pesquisas, emissão de títulos grátis, isenção de taxas de transferências, etc.

O esquema de *arrendamento para ser proprietário*, comum entre empresas do agronegócio, latifundiários e funcionários do DAR, funcionava da seguinte forma:

...o proprietário e o beneficiário entram em um acordo de VLT: desse modo, o proprietário é classificado com tendo obedecido à lei da reforma agrária. Um aspecto fundamental do arranjo é que o conjunto de beneficiários precisa ser totalmente aceitável e aprovado pelo proprietário, caso contrário não transferirá voluntariamente a terra. Naturalmente, os beneficiários prioritários – os mais aceitáveis para o latifundiário – são os filhos do proprietário, seus parentes e outros *laranjas*. Contudo, em muitas ocasiões, arrendatários legítimos e trabalhadores rurais igualmente se tornam beneficiários. Na seqüência, submetem-se os termos do contrato ao DAR local que, segundo parece, automaticamente aprova esses contratos e depressa informa a transação com o feito de distribuição de terras. Então, o latifundiário e os beneficiários, junto com os funcionários locais do DAR, submetem o mesmo latifúndio a uma companhia multinacional – a Dole no caso da província de Cotabato do Norte – para um acordo especial de arrendamento. (BORRAS, 2006, p. 150)

Há ainda mais três tipos de esquemas associados com a VLT e que favorecem diretamente os latifundiários e as corporações do agronegócio, gerando profundo impacto negativo à reforma agrária nas Filipinas. Segundo Borrás, embora não hajam indicadores seguros sobre estas ocorrências, estima-se que 10 mil trabalhadores encontrem-se atingidos por estes esquemas. São eles: a *joint venture* Danding; o *arrendamento* de ex-propriedade Floirendo; o esquema Marsman de partilha de lucros.

a. O esquema *joint venture* de Danding Cojuangco

Este esquema refere-se a um pomar moderno, de 4 mil hectares, pertencente a Eduardo Danding Cojuangco Jr, um dos empresários latifundiários mais poderosos do país, parceiro do ex-presidente Ferdinand Marcos, articulado aos governos de transição e recentes, e acusado de acumular milhares de hectares de terras de forma duvidosa. Em meados dos anos 90, este latifundiário começou uma negociação para implementar o CARP em suas terras, de forma que usaria a VLT para possibilitar que seus trabalhadores comprassem suas terras, por meio da formação de uma *joint venture* entre sua companhia e a criada cooperativa de trabalhadores que produzem frutas, cujos rendimentos seriam utilizados para o pagamento das terras. A proposta apresentava os seguintes termos:

...o governo não gastaria dinheiro na aquisição de terras, porque seria uma transação direta entre Danding e seus trabalhadores, via VLT; 2) Danding manteria a propriedade sobre a infra-estrutura da recém-instalada plantação moderna, como os tubos de irrigação e o maquinário agrícola; 3) Danding investiria na implantação de indústrias de processamento e em um moderno sistema de gerenciamento; 4) o preço de terra seria fixado em PhP\$ 350.000/ha (US\$ 8.500); os trabalhadores seriam empregados na companhia da *joint venture*; 6) a propriedade da terra seria coletiva, em nome da cooperativa dos trabalhadores rurais beneficiários; 7) as ações do empreendimento conjunto seriam divididas na proporção de 30%-70% em favor de Danding; 8) o acordo de *joint venture* vigoraria durante 25 anos, renováveis por outros 25 anos, condicionados à opção exclusiva de Danding; 9) a cooperativa dos beneficiários colocaria seu CLOA como patrimônio conjunto na companhia. No entanto, não foi concluída a negociação, à época, como uma transação de reforma agrária especial, porque o mandato de Ramos terminou (em meados de 1998), embora o CLOA tivesse sido gerado na transação. (BORRAS, 2006, p. 152)

Efetivamente, esse esquema atribuiu ao proprietário, dentre outras coisas, o poder único de definir quem seriam os *beneficiários compradores* de suas terras, de forma a excluir todos opositores deste ardil. Apesar de ter apresentado o preço de US\$ 8.500/ha, em 1998, durante a visita do presidente do país ao seu pomar, Danding fez o anúncio de que doaria suas terras gratuitamente aos trabalhadores, desde que fossem trabalhadas sob a forma de *joint venture*. Esta atitude levou o presidente Estrada a declarar Danding como “o padrinho da reforma agrária”, causando protesto dos movimentos camponeses pela reforma agrária. E diante das críticas e pressões públicas, o DRA fez a seguinte proposta:

...o patrimônio que os trabalhadores colocariam na *joint venture* seria o *uso da terra* e não o título da terra (ou o CLOA), assim, o direito dos trabalhadores à terra ficaria protegido em caso de falência do empreendimento. Como segundo ponto, o governo, representado pelo DAR, teria permissão de participar da *joint venture* mediante o seguinte arranjo: participação de 30% para os beneficiários, 65% para Danding e 5% para o governo. Pretensamente, esse arranjo era para impedir que Danding tivesse voto majoritário de dois terços na companhia e para que o governo pudesse fornecer assistência e proteção aos beneficiários. Por fim, a duração do empreendimento conjunto seria reduzida para 10 anos, renovável em acordo mútuo de toas as partes envolvidas. Não foi surpresa que Danding rejeitasse a proposta do DAR, o que levou o caso a um logo impasse (até a época do presente escrito, em fins de 2003).

b. O esquema de arrendamento da antiga propriedade de Floirendo

A família Floirendo, assim como Danding, é influente tanto política como economicamente, desde os anos 60, permanecendo nesta posição após a alternância política de fins dos anos 80. Proprietária de milhares de hectares, produz bananas em associação com a transnacional Del Monte e controla terras arrendadas do Estado. Em 1997, os Floirendo, a fim de escapar da reforma agrária, colocaram suas terras, onde cultivavam bananas, a venda por US\$ 15.000/ha. Em 1998, o Banco Agrícola, pertencente ao Estado, decretou que a propriedade valia US\$ 5.500/ha. Contudo, em 2001, um tribunal definiu as terras no valor de US\$ 26.000/ha e, espantosamente, em 2002, os bananais foram vendidos por US\$ 1.900/ha.

Mas venda foi feita como VLT, vinculada a um contrato de arrendamentos da antiga propriedade. O contrato tinha cinco características principais: 1) a terra seria comprada da família Floirendo diretamente pelos trabalhadores rurais; 2) os trabalhadores beneficiários arrendariam a terra de volta para família Floirendo durante 30 anos, renováveis para outros 30 anos por opção exclusiva dos Floirendo; 3) o pagamento pela terra seria amortizado em 30 anos e seria deduzido, automaticamente, da renda devida aos trabalhadores beneficiários; 4) os trabalhadores beneficiários permaneceriam empregados como operários da fazenda e 5) a família Floirendo teria o direito exclusivo de comprar de volta a terra de todo beneficiário que deixasse a terra ou fosse desqualificado, mais tarde, como beneficiário. (BORRAS, 2006p. 153)

A contratualidade deste empreendimento denota uma atitude contra-a reforma agrária dos proprietários latifundistas. Note-se que, a decisão de baixar os preços das terras está vinculada à subordinação das famílias a um contrato de arrendamento, cuja lógica é a de quanto mais baixo o valor da terra mais baixo é o valor da renda. O arrendamento por 60 anos é praticamente o tempo de uma vida, o que certamente levará um conjunto de beneficiários a não alcançarem a propriedade de suas terras antes da morte. Ademais, os Floirendo ofereceram o dinheiro da renda para *desalistar* os camponeses ligados a organizações que defendiam a desapropriação das plantações de bananas, em detrimento dos pagamentos, provocando divisão entre os trabalhadores.

c. O esquema Marsman de partilha dos lucros

Outra companhia bananeira, localizada próxima da fazenda dos Floirendo, propôs outro esquema de alienação de terra e fuga da reforma agrária.

A terra seria doada, não vendida a trabalhadores rurais beneficiários (transação classificada como VLT), mas com quatro condições: 1) os trabalhadores beneficiários permitiriam à Marsman usar a terra gratuitamente por 30 anos, renováveis para outros 30 anos, por opção exclusiva da Marsman; 2) os trabalhadores beneficiários seriam contratados como mão-de-obra da fazenda; 3) ao contrário do arrendamento direto da antiga propriedade pela família Floirendo, a fórmula da Marsman era propiciar a partilha anual da produção e do lucro aos beneficiários, alegando ser melhor que o arranjo de arrendamento, porque lucros e participação nos lucros poderiam subir, ao contrário de uma renda fixa pela terra; 4) a Marsman teria o direito exclusivo de comprar de volta a terra de todo beneficiário que deixasse sua terra ou fosse desqualificado como beneficiário (Marsman, 2002) (BORRAS, 2006, p.154)

A proposta recebeu apoio do *staff* político ligado à reforma agrária e ordem para a aprovação da proposta, da presidenta Gloria Macapagal-Arroyo, durante a 31ª reunião do Conselho Presidencial de Reforma Agrária (PARC). Borrás (2004) revela-nos ainda que, lamentavelmente, cerca de 70% das transações do VLT foram manipuladas por proprietários de terras, na tentativa de burlar a reforma agrária. De modo que, o controle da propriedade e das políticas públicas fundiárias permanece concentrado na classe dos latifundiários, indicando que a reforma agrária, da forma como esta sendo encaminhada, não promoverá redistribuição da riqueza e do poder.

4.3. Políticas de terras do Banco Mundial na América Latina

4.3.1. O contexto do México

A história mexicana está marcada pelas lutas camponesas por direitos. Na Revolução Mexicana de 1910, reivindicava-se a expropriação dos latifundiários para conceder acesso às terras, florestas e recursos hídricos aos *ejidos*, que foram definidos pelo governo posterior como uma forma de organização produtiva, de representação camponesa e instrumento de controle político. Da década de 1915 até 1940, as gestões governamentais mexicanas, mediante a pressão camponesa, adotaram um conjunto de medidas e políticas públicas que conduziram gradativamente ao fortalecimento da agricultura camponesa, e, portanto, dos *ejidos*. Em 1917, foi aprovada a Constituição, em cujo artigo 27 garantiram-se, segundo Tanaka (2004, p. 121), “... o direito à terra para todos os camponeses, a expropriação

do latifúndio, e a alocação de terras, não de forma individual, mas para os *ejidos*.” De 1915 a 1934, foram redistribuídos 10 milhões de hectares. Entre 1934 e 1940, durante o governo Cardenas, redistribuíram-se 19 milhões de hectares de terras, mediante a desapropriação de fazendas em regiões produtivas, tornando o *ejido* o modelo produtivo que impulsionaria o desenvolvimento nacional e a industrialização do país.

No período de 1940 a 1958, com a alternância de poder, veio a contra-reforma. Modificou-se a política agrária, destinando-se as melhores terras para os médios e grandes fazendeiros; ampliou-se o limite da pequena propriedade para 100 hectares de terra fértil, estimulou-se a difusão das propriedades individuais, e os grandes proprietários da desapropriação foram protegidos. Tais medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram o volume da produção agropecuária, aumentaram os problemas ambientais e sociais.

Entre 64 e 70, realizou-se um esforço para ultrapassar o volume da reforma conduzida por Cardenas. O governo Ordaz redistribuiu 25 milhões de hectares para 278 mil *ejidatários*; contudo, apenas 8,5% desta área era cultivável, refletindo, segundo a autora, a pequena disponibilidade de terras férteis. Na década de 70, a agricultura camponesa e seu conjunto de técnicas tradicionais foram abaladas pela modernização tecnológica difundida e implantada por organizações governamentais, de pesquisa e desenvolvimento rural. Assim como em outras partes da América Latina, a política de substituição de importações converteu-se em obstáculo ao desenvolvimento sustentável da economia. Em 1971, com Lei da Reforma Agrária, regulamentou-se a organização interna dos *ejidos*, que deveriam ser constituídos por uma assembléia geral, uma diretoria executiva e um conselho fiscal. Em 76, promulgou-se a Lei Geral de Crédito Rural. Diante das duas legislações, o campesinato “tornou-se, novamente, alvo de apoio legal e governamental para promover a produção (TANAKA, 2004, p.123).”

De 1976 a 1988, o campo passou por uma nova onda contra-reforma. Realizaram-se mudanças que substituíram a reforma agrária pelo aumento da produtividade e priorizou-se a agricultura de larga escala e os pecuaristas na destinação de subsídios e ajudas financeiras. A partir da década de 90, o México direcionou sua política para inserir-se na economia globalizada, e optou por redirecionar os investimentos do campo para outros setores da atividade produtiva, a fim de tornar o país globalmente competitivo. Para tanto, foi proposto um conjunto de reformas estruturais e de incentivos para investimentos estrangeiros na agricultura, sem uma política de soberania alimentar. Foram ainda introduzidas políticas de

livre mercado, sob a influência do Banco Mundial e a pressão dos Estados Unidos. Frente às negociações do NAFTA, o artigo 27 da Constituição Federal Mexicana foi alterado. Este conjunto de medidas provocou, no país, um conjunto de mobilizações por parte dos camponeses.

Após mais de seis décadas, a reforma agrária mexicana apresentava, como principais resultados, os seguintes aspectos: os pequenos produtores intensificaram a produção e a comercialização, atendendo suas demandas embora cultivassem áreas menores; o êxodo rural da população, que de outro modo poderia estar desempregada nas cidades foi evitado; a inquietação no meio rural foi impedida enquanto a economia se desenvolvia; seus beneficiários tornaram-se os principais produtores de alimento no país. Contudo, teve aspectos falhos, tais como: pouca preservação ou conservação dos recursos naturais existentes nas áreas integradas ao processo produtivo agrícola; lenta distribuição dos títulos de terra; fornecimento tardio e inadequado de crédito e assistência técnica, deixando muitos beneficiários desiludidos e acarretando a diminuição de seu potencial econômico. E, ainda, alguns proprietários rurais não foram afetados pela reforma agrária devido às suas conexões políticas ou subterfúgios, gerando certa injustiça no processo; a distribuição de terras foi usada como forma de apadrinhamento político, freqüentemente servindo para reprimir os camponeses e mantê-los em *seu lugar*; muitos camponeses não se beneficiaram. (TANAKA, 2004, p. 125)

]Para Tanaka (2004, p. 126-127), baseando-se em estudos de Corneliu & Myhre (1992), a alteração do artigo 27 da Constituição visou:

- ao fim da expropriação das grandes propriedades e da obrigação constitucional do governo, distribuir terra, apesar de existirem mais de quatro milhões de trabalhadores sem terras, número maior do que antes da Revolução;
- às disputas pelos direitos à terra entre *ejidatários*, ou entre estes e o proprietários privados, para que deixassem de ser mediadas pelo Ministério da Reforma Agrária, passando para a alçada dos Tribunais Agrários autônomos e descentralizados;
- ao fato de os *ejidatários* poderem obter títulos individuais de suas parcelas de terra, se o *ejido* concordar em participar de Programa de Certificação de Direitos Agrários e Titulação da Habitação Urbana (Procede), tendo o direito de, legalmente, vender, alugar, arrendar ou hipotecar suas terras como garantia de empréstimo;
- ao fato de os *ejidatários* não exigirem mais do que trabalhar pessoalmente na terra, podendo formar associações com indivíduos e empresas privadas de fora ou entre eles, para aumentar o tamanho da unidade produtiva e maximizar as economias de escala;
- à limitação do tamanho máximo de propriedade foi dada continuidade para prevenir as concentrações excessivas das terras de *ejidos* privatizados (fazendas individuais são limitadas a 100 hectares de área irrigada e as fazendas de empresa, a 2500 hectares);

- à abertura do setor de *ejido* ao investimento estrangeiro direto, eliminando a proibição legal de serem formadas associações produtivas entre investidores privados estrangeiros e *ejidatários*;
- à falta de alternativas para organizações de trabalhadores e ao desenvolvimento de redes de seguridade social para trabalhadores rurais.

Além do sistema legal, as instituições públicas sofreram várias alterações com o intuito de: controlar os conflitos decorrentes das mudanças, dar encaminhamento às novas leis, e aplicar as novas políticas agrárias e agrícolas. Como uma expressão das políticas de terras do Banco Mundial, o Procede “objetivava mensurar, mapear e titular as terras do *ejido*.” (TANAKA, 2004, p. 127) Uma vez titulada a terra, ela poderia ser transferida para algum familiar, alguém do *ejido*, por meio da venda, uma vez que “o certificado é convertido em um título de propriedade privada, mediante a solicitação à assembléia geral do *ejido* e de sua aprovação na assembléia geral pela maioria. Se a permissão for concedida e o título conferido, então, a terra pode ser vendida como propriedade privada e passar para fora do *ejido*.” (TANAKA, 2004, p. 128)

Para Tanaka (2004, p. 130), as principais conseqüências das mudanças no artigo 27 são “a ruptura do contrato social rural, a privatização do *ejido*, a destruição das comunidades agrárias indígenas, a criação de novas formas de concentração fundiária e a expulsão de milhões de famílias rurais para as cidades.” Até então, as principais formas de acesso à terra no México eram o arrendamento, o aluguel, a hipoteca, o empréstimo e a parceria. Depois da reforma da Constituição, e com o Procede, estimulou-se o mercado de terras entre componentes de comunidades rurais e gente de fora. Historicamente, a distribuição da terra era algo essencial, e atualmente, isso se realizava somente a partir de herança, compra, aluguel ou empréstimo. No caso dos pobres que nada têm, o acesso às terras costumava ser apenas por meio de heranças. Além de que, onde prevalece o mercado de terras, “...uma minoria de proprietários locais ou estrangeiros controla as melhores áreas do *ejido* ou privatiza a terra comunal, enquanto um crescente número de camponeses está perdendo o acesso à terra (op. Cit, p. 130).”

Com a eliminação, a extinção ou a privatização de instituições estatais para o setor rural, ampliaram-se as possibilidades e condições para acessar créditos, seguros, mercados, fomentos modernos, sementes, água, assistência técnica e infra-estrutura básica. Ao mesmo tempo em que foram cortados os financiamentos e recursos para os camponeses, ampliou-se o montante destinado para a agricultura capitalista. “O acesso ao crédito bancário,

hoje, requer a certificação de posse da terra, mas, quando os camponeses percebem que têm que entregar seus certificados ao banco, dão meia volta e procuram subsídios (op. Cit., p. 131).”

Outra questão preocupante tem sido a ausência de investimentos produtivos de longo prazo no setor *ejidatário*. Nas áreas de frutas e verduras de alto valor, percebe-se uma elevação dos investimentos; porém, o alto custo dos empréstimos e a limitação dos créditos dificultam investimentos mais modernos e dispendiosos. Ao mesmo tempo, os investimentos privados nacionais e estrangeiros, no setor *ejidatário*, têm sido limitados e quase inexistentes. “A falta de investimento financeiro reduz a produtividade agrícola, a qualidade dos produtos e a capacidade local de reter algum controle social sobre a comercialização de frutas e verduras.” (Ibid., p. 131)

A cultura e técnicas produtivas dos *ejidos* não apenas carecem de investimentos para se desenvolverem, como vêm sendo bombardeadas pela ortodoxia tecnicista da revolução verde, que avança no campo mexicano. Apenas 10% dos *ejidos* ocupam terras boas e têm uma modernização compatível com uma produção inserida no mercado globalizado das *commodities*. Frente ao conjunto de limitações, já se percebe a transfiguração das práticas agrícolas tradicionais, a migração de *ejidários* dos cultivos para a pecuária (48%), e a incorporação/ampliação (46%) da renda de trabalho não-agrícola (proletarização). A economia rural mexicana tem longa trajetória de migração nacional e internacional para fugir da pobreza. As alterações sobre os *ejidatários* não mudaram as condições de migração destes, de modo que os determinantes dessas alterações continuam sendo os fatores socioeconômicos, mas, no geral, os *ejidatários* migram menos que os donos de terras, enquanto que os trabalhadores sem terras são os que mais migram.

Junto com a emenda ao artigo 27, foram modificadas as leis florestais, de recursos hídricos e da pesca. Com as novas leis, há uma ameaça de aumento da degradação ambiental, devido à mecanização agrícola, ao aumento no uso de agrotóxicos, à abertura de pastagem para a pecuária, ao desflorestamento do *ejido* no perímetro urbano por meio da ocupação, da desregulamentação do setor florestal e de outras atividades que podem piorar a poluição do ar, da água e do solo. De Janvry et. al. (1997, p. 209) argumentam que “as pressões ambientais nessas terras frágeis, muitas das quais já estão seriamente degradadas, têm aumentado, enquanto a capacidade de o *ejido* organizar-se para proteger esses recursos do uso predatório e regularizar a pastagem permanece fraca e subdesenvolvida.

[...]

Nas regiões costeiras, as modificações no artigo 27 e na Lei de Pesca fomentaram uma “Revolução Azul”, onde a piscicultura produzirá

mercadorias das áreas lacustres e costeiras do país. O desenvolvimento da piscicultura está ocorrendo amplamente entre os investidores privados, que agora vêem novas possibilidades e incentivos, com poucos benefícios para as cooperativas, os *ejidos*, e o meio ambiente. Como em qualquer lugar na América Latina, em Nayarit, Veracruz e Chiapas já existem conflitos sociais pelo acesso a zonas-chave de recursos costeiros, além do aumento da degradação ambiental. (TANAKA, 2004, p.133)

Vale ressaltar que as alterações advindas da nova lei agrária mexicana provocaram, também, maior marginalização de minorias, tais como, mulheres, jovens e indígenas. Verifica-se a perda da autoridade das esposas e dos filhos dos *ejidatários*, uma vez que são desconsiderados os direitos femininos do código civil mexicano, e as terras podem ser vendidas por pessoas que possuem os direitos agrários, deixando às esposas somente a preferência de compra. No caso dos indígenas, suas terras estão permanentemente ameaçadas de invasão e privatização.

4.3.2. O contexto da Colômbia

O ponto de partida fundamental para compreender a questão agrária colombiana, a conflitualidade presente no campo, em particular, a situação de guerra e ações do Banco Mundial no país, é a concentração de terras e seu processo de intensificação, verificado nos últimos anos, mediante a redução do número de grandes imóveis e da ampliação das respectivas áreas. Simultaneamente, ocorre uma ampliação do número de pequenas propriedades e a redução da área ocupada por estas. Esta dinâmica é ainda mais grave quando se observam estudos que demonstram que quanto maior a propriedade, menor a área cultivada. Ou seja, três processos estão em curso: a fragmentação da pequena propriedade, a concentração de terras, e sua maior subutilização.

No tocante à dinâmica demográfica, verifica-se uma redução da população rural em termos relativos e seu crescimento em termos absolutos, de 6 milhões, em 1936, para 11,6 milhões, em 1996, ocorrendo a mesma dinâmica para a população economicamente ativa do setor agropecuário, que aumentou, nesse período, de 1,9 milhão para 2,7 milhões. Esta tendência passou a ser confrontada por pesquisadores adeptos do paradigma do capitalismo agrário, que, advogando a favor do desenvolvimento do capitalismo no campo e das corporações de alimentos, defendiam a aplicação de projetos que intensificassem a saída do campesinato e a entrada da produção agrícola moderna e globalizada. Mondragón (2004) esclarece que, na atualidade, o campo colombiano tem dois modelos de desenvolvimento: de

um lado a agropecuária industrial, ligada a megaprojetos rodoviários e de investimentos nas áreas petrolífera, e, do outro, a economia camponesa nacional. De modo que,

O campesinato já não enfrenta apenas, nem principalmente, a *via latifundiária*, mas fundamentalmente o capital transnacional e seu modelo de *globalização*, o qual necessita *limpar* do território as pessoas *ineficientes*, o que vem sendo feito através da guerra. Os *desalojados* existem não somente porque há guerra, mas principalmente há guerra para que existam *desalojados*. (MONDRAGÓN, 2004, p. 85)

As lutas camponesas contemporâneas apresentam registros, ao lado das lutas indígenas e dos afro-colombianos, desde o início do século, mas é somente em 1926 que a luta camponesa conquistou a Lei nº 74, que instituiu a função social da propriedade, a desapropriação das terras agricultáveis não exploradas, além de outras medidas em favor dos colonos. Os anos 20 e 30 são marcados pela organização do campesinato em movimentos como as Ligas Camponesas e as agremiações políticas e partidárias de esquerda. Entre 1934 e 1936, a luta de massa do campesinato atingiu seu apogeu com a conquista da Lei nº 200 de 1936, que propunha realizar a reforma agrária para além do simples parcelamento. Tal legislação foi precedida da reforma constitucional de 1936, que definiu a função social da propriedade, introduzindo o dispositivo de “...extinção de domínio ou perda da propriedade se o proprietário a mantém inexplorada economicamente, durante determinado período de tempo (Mondragón, 2004, p. 86).”

Evidentemente, esse dispositivo causou reação da classe latifundiária, que organizada na *Asociación Patriótica Económica Nacional* (APEN), aprovou a Lei nº 100, de 1944, que estabelecia o congelamento, até 1956, da Lei nº 200, “...no tocante aos benefícios e garantias para os parceiros e arrendatários, e ao declarar de utilidade pública os contratos de *parceria*.” (Ibidem, p. 86), favorecendo a violência no campo. Os camponeses organizaram-se em torno da Federação Camponesa Indígena, da qual originou a Confederação Camponesa Indígena, e realizaram mobilizações contra a Lei nº 100, de 1944. Mas a reação dos latifundiários, especificamente, contra as lideranças camponesas, foi violenta. Os líderes camponeses foram assassinados sistematicamente. Neste ínterim, o governo publicou, em 1948, o Decreto-Lei nº 1.483, que criou o Instituto de Parcelamento, Defesa Florestal e Colonização, posteriormente denominado Instituto de Colonizações, regido pelo mercado de terras e crédito hipotecário.

A violência além de ignorar as conquistas camponesas e assassinar suas lideranças, matou cerca de 200 mil camponeses e despejou outros 2 milhões de suas terras, que foram substituídas por cultivos capitalista, como cana-de-açúcar e algodão. A resistência camponesa, em alguns pontos do país, deu-se a partir da luta armada. Somente em 1958, foram assinados tratados de paz com todos os grupos guerrilheiros, abrindo caminho para o “surgimento de medidas ligadas à reforma agrária e reorganização classista do campesinato (MONDRAGÓN, 2004, p. 87).” Em 1961, com a Lei nº 135, diante das turbulências da Revolução Cubana, foi criado o Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA), mas sua implantação foi obstruída nos anos seguintes pela ação das forças conservadoras, aliadas a uma posição de ataque aos movimentos de ex-guerrilheiros, reacendendo, assim, os conflitos armados. Em 1967, por força do Decreto nº 755, ordenou-se o registro de todos os camponeses usuários dos serviços estatais, desencadeando a criação da Associação Nacional de Usuários Camponeses (ANUC). Por sua vez,

...a Lei nº 1 de 1968 estabeleceu penalidades e obrigações sobre os imóveis inexplorados e/ou explorados inadequadamente, a entrega da terra a parceiros que nela trabalhassem e, ainda, flexibilizou vários dos seus procedimentos. Essa lei, complemento indispensável à nº 135 de 1961, tinha um enfoque não comercial sobre a indenização e avaliação, diferenciando claramente as operações de reforma agrária das de um mero mercado de terras e, com isso, provocou a baixa do preço e da renda da terra. (MONDRAGÓN, 2004, p. 87)

Contudo, a alternância de governo, na década de 70, limitou as ações do INCORA, que se reduziu à aplicação de penalidades aos latifundiários e à condução de métodos de controle sobre a organização do campesinato, tais como:

- a) A divisão da ANUC em diversas linhas;
- b) A execução de uma série de medidas repressivas, como: militarização do campo; censura à imprensa; assassinato de líderes camponeses, de indígenas, e de vereadores eleitos pela oposição em municípios rurais. O governo de Turbay decretou o Estatuto da Seguridade e generalizou as torturas;
- c) O aumento das penalidades para o delito de invasão de terras, a partir do Decreto nº 100, de 1980, que foi estendido dos dirigentes a todos os participantes de invasões (MONDRAGÓN, 2004, p. 88).

Como conseqüências, houve a redução em massa das lutas do campesinato, em particular, a quase eliminação das ocupações de terras. Todavia, do aumento da truculência, militarização e violências decorreu a multiplicação da luta de guerrilhas. Foi exatamente em Caquetá, para onde o Banco Mundial enviou 27 milhões de dólares em crédito, que a guerrilha e o narcocultivo proliferaram. “A atual colonização na Colômbia tem sido armada, não só por falta da presença do Estado, mas como resposta às constantes manobras do latifúndio para eliminá-los como potenciais competidores no mercado (MONDRAGÓN, 2004, p. 88).” Neste ínterim, o movimento indígena se fortaleceu criando sua própria organização.

Somente na década de 80, o campesinato conseguiu retomar a força da sua organização, cuja principal metodologia foram lutas cívicas por estradas, serviços e ocupações de terras. Em 1982, a Lei nº 35 enfatizou as ações do INCORA nas zonas de violência, mediante um Plano Nacional de Reabilitação. A lógica era a compra de terras, mediante avaliações comerciais, algumas vezes, com preços superiores aos praticados no mercado nacional, resultando, assim, na redução das desapropriações, até o seu desaparecimento, e na promoção de uma confusão entre reforma agrária e venda de terras. Em 1988, a Lei nº 30 “substituiu o conceito de necessidade de terra, por parte dos camponeses, pela da oferta, por parte dos proprietários. Essa lei fortaleceu os processos de compra, tornando quase impossível o procedimento da expropriação.” (MONDRAGÓN, 2004, p. 89)

No que tange às políticas do Banco Mundial para setor agropecuário, pode-se dizer que os primeiros empréstimos ocorreram ainda em 1949 e 1959, voltados à aquisição de maquinário agrícola, decorrendo deles uma seqüência de outros acordos. Em 1966, foi concedido empréstimo para fomentar a pecuária. Contudo, os recursos foram reorientados para favorecer as articulações políticas do presidente Lleras Restrepo, consolidando créditos destinados ao programa de irrigação, à colonização dirigida e à titulação de terras, à infra-estrutura, e ao fomento às instituições do conjunto do setor agropecuário. Na década de 70, novos créditos foram recebidos e destinados ao fortalecimento do programa de colonização, em detrimento da reforma agrária.

Em 1976 e 1982, foram concedidos créditos de 52 milhões de dólares para a implantação do programa de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), que se manteve longe da reforma agrária e que apoiou apenas o segmento do campesinato como maior acesso ao mercado, na implantação de infra-estrutura. A princípio, o DRI, com auxílio do Instituto

Colombiano Agropecuário (ICA), praticava a transferência de tecnologia para o campesinato, até que o órgão se transformasse em uma espécie de instituto de co-financiamento para estados e municípios e fosse desmontado, ou passasse a atender aos interesses dos políticos em repassar recursos às suas clientelas. Em 1993, um crédito de 250 milhões de dólares foi aprovado para aprofundar as medidas neoliberais de abertura econômica. Evidentemente, que a reforma agrária nunca esteve contemplada nesses empréstimos e acordos. Desde 1995, o BM tentou *descentralizar* o sistema de transferência tecnológica. Neste ano, aprovou 51 milhões de dólares para o Programa Nacional de Transferência de Tecnologia Agropecuária; porém, o sistema não funcionou devido ao clientelismo político e à baixa capacidade técnica.

Foi proposto pelo Banco Mundial, em 1994, um programa de mercado subsidiado de terras, cuja implantação ocorreu em junho de 1996, mediante a concessão de um empréstimo de 280 milhões de dólares, denominado *crédito de indução* para a criação de uma Unidade Técnica, voltada a preparar um conjunto de projetos de RAM. O programa foi anunciado como a solução para os problemas de burocracia e intervenções desnecessárias do Estado. Na prática, adotou altas taxas de juros, o que teve como decorrência dificuldade e atrasos nos pagamentos das parcelas pelos mutuários, levando, portanto, a uma descapitalização do ICORA, gestor do programa, e conduzindo este à crise. Na sua criação, o programa recebeu a oferta dos proprietários de 1.141.303 hectares, mas somente foi possível adquirir de forma subsidiada 42.527 hectares (3,7%). Inscreveram-se 38.451 famílias, mas somente 3.113 foram selecionadas. A partir de então, o número de famílias e áreas subsidiadas passou a sofrer redução anualmente, levando o programa ao fracasso. Contudo, até a atualidade o Banco Mundial insiste em difundir que o programa *está em preparação*. (MONDRAGÓN, 2004).

O programa apresenta dois dilemas: se por um lado há uma enorme demanda de famílias por terras, a seleção destas é extremamente difícil, porque a maioria tem experiência com a terra. Outro dilema refere-se ao fato de que a oferta de terras por parte dos proprietários foi maior que a capacidade orçamentária do programa, proliferando pressões para garantir a venda de terras ao Estado. O perfil dos vendedores de terras é o de pequenos e médios proprietários, arruinados pela abertura econômica, e que vêem, na RAM, uma alternativa para livrarem-se das terras e saldar suas dívidas com os bancos. Ou seja, o programa converteu-se em um mercado entre pobres, que funciona fora do circuito comercial.

O programa destina 70% do preço do imóvel como subsídio e, os 30% restantes, o mutuário se compromete a pagar com taxas de juros de mercado variáveis, de modo que os maiores juros ficam a cargo dos mutuários. Tais taxas de juros são mais elevadas que a valorização dos imóveis e quase a totalidade dos mutuários está em moratória. Como as regras financeiras persistem, logo, os novos mutuários se encontrarão na mesma situação. Ou seja, o subsídio não cumpre seu papel: permitir que a rentabilidade do imóvel permita pagá-lo. Além disso, o programa não prevê recursos para a instalação de habitações e infra-estrutura produtiva e comunitária.

Condenado a ser um mini-programa, surgiram duas alternativas para mantê-lo. A primeira era continuar a ter o camponês pobre como perfil do beneficiário, concedendo-lhe, além do subsídio para a compra da terra, outro para taxas de juros (previsto no item b do Art. 21 da Lei n. 160), e, ainda, estabelecer legalmente a possibilidade de expropriação pela via administrativa, quando um grande proprietário se negar a negociar ou vender a preços compatíveis com a rentabilidade. Além disso, concentrar o programa em áreas de reforma agrária e desenvolvimento rural, como as reservas camponesas. Por fim, reconhecer, como prioridades para a seleção dos candidatos, a experiência nos trabalhos agropecuários e a organização camponesa comunitária.

A segunda alternativa era converter o programa em um subsídio para aquisição de terras, destinado a pessoas com capacidade de investimentos e possibilidade de aportar ativos produtivos e qualificação administrativa. Seria um programa para subsidiar *empresários experientes*, em vez de um programa para transformar os camponeses pobres em pequenos empresários, assalariados rurais, minifundiários e parceiros. (MONDRAGÓN, 2004, p. 95)

Esta proposta, na Colômbia de 1998, fez parte da estratégia de relativização do governo Andrés Pastrana, que chamava o programa de *alianças estratégicas*, enquanto o Banco Mundial o denominava de *associações para produção*. Contudo, independentemente da denominação, a intencionalidade era fortalecer a grande propriedade e ampliar a subordinação da agricultura camponesa, promovendo a expropriação das suas terras. Esse programa recebeu recursos somente em 2002, após o fracasso das negociações de paz que abriram espaço para o avanço da reforma agrária na Colômbia.

Efetivamente, conforme comentei, anteriormente, estavam em disputa dois projetos: fortalecer o setor latifundiário e dividir os latifúndios entre os camponeses. Em janeiro de 2002, o BM aprovou um empréstimo de 32 milhões de dólares para a implantação

do programa de *associações produtivas*, no qual as organizações camponesas poderiam acessar os mercados por meio de associações produtivas com empresas do setor privado. Enquanto os pequenos produtores contariam com créditos bancários, as empresas agroindustriais teriam a oportunidade de expandir as atividades de processamento e abastecimento, tendo em vista a integração dos pequenos produtores.

A ênfase desse projeto está na criação e no fortalecimento de *associações produtivas*, correspondentes às *alianças estratégicas* do Plano de Desenvolvimento de Pastrana e do Plano Colombia. São financiados, também, subprojetos de capacitação, técnicas para melhorar a produção agrícola, incluindo canais de irrigação, instalações de aquicultura, estufas, maquinaria, equipamentos e estudos especiais. O crédito a preço fixo vence em 13,5 anos e tem um período de carência de 8,5 anos. (MONDRAGÓN, 2004, p. 96)

As zonas escolhidas para a implantação deste projeto referem-se às principais áreas produtoras de dendê e localizam-se nas áreas de maior concentração de grandes propriedades. “É possível que a equação, dendê – alianças, esteja no centro da dinâmica do programa, que teria relação com a situação de guerra, violência e relativização (MONDRAGÓN, 2004, p. 97)”. Além disso, o programa visa subsidiar os grandes proprietários nos momentos de crise do mercado e garantir a ampliação das suas terras sobre as restantes, pequenas. Pode-se inferir que, o Banco Mundial, na Colômbia, age orientado na contramão da reforma agrária e na direção da guerra.

Como afirma a Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC), as plantações de dendê são um triste exemplo do coquetel de latifundismo com aspirações de ‘eficiência’ ou ‘modernidade’, que reafirma sua origem excludente e monopolista da terra. E ainda, trata-se com esse sistema de incrementar os rendimentos monetários por hectares sem alterar em absoluto a estrutura de posse e uso da terra. Os novos senhores feudais propõem alianças produtivas que exploram os camponeses. As alianças são uma saída legal para os latifundiários não cumprirem suas obrigações com os trabalhadores. Ao transformar o trabalhador em sócio, o latifundiário poupa em jornadas de trabalho, elimina as horas extras e as obrigações sociais. A classe proprietária considera que a administração das alianças deve ficar a seu encargo, dada sua experiência.

Em outros casos, os neolatifundiários propõem sociedade aos pequenos e, também, aos médios proprietários, induzindo-os a associarem-se aos projetos de monocultura, mediante um sistema de endividamento com o sofisma da *economia camponesa do dendê*. Na realidade, trata-se de poder contar com uma oferta de mão-de-obra permanente sem ter nenhum vínculo trabalhista. Além disso, os latifundiários controlam os processos de elaboração e comercialização. Esse sistema beneficia as empresas transnacionais comercializadoras do azeite de dendê. (MONDRAGÓN, 2004, p. 97)

Neste contexto, as atuais organizações camponesas têm apresentado, ultimamente, as seguintes propostas para o campo colombiano:

1. Dar poder de decisão às comunidades rurais e às suas próprias organizações, em vez de entregar o poder, por meio de *descentralização*, para os caciques locais e estaduais;
2. Renegociar os tratados de comércio internacional para o setor agropecuário colombiano, a fim de proteger a produção nacional e garantir a comercialização;
3. Levar a cabo uma reforma agrária em massa que beneficie um milhão de famílias e iniciar a produção em 5 milhões de hectares de terras agricultáveis, não exploradas, retidas pelos especuladores;
4. Executar um programa de crédito em massa com taxas de juros especiais para os camponeses;
5. Desenvolver um programa camponês cooperativo ou associativo de comercialização e processamento agroindustrial de produtos rurais;
6. Valorizar e priorizar a programação da produção, reprodução ou conservação de recursos naturais renováveis e o respeito à propriedade comunitária dos recursos genéticos;
7. Firmar contratos com comunidades camponesas, afro-colombianas e indígenas, para o controle de zonas de importância ecológica.

4.3.3. O contexto da Guatemala

Com um índice de Gini de 0,84, resultante de uma estrutura fundiária na qual, em 2003, 92,06% dos pequenos produtores cultivavam 21,86% das terras, enquanto 1,86% dos produtores comerciais controlavam 56,59% da área agrícola, a Guatemala colocase como um dos países de maior desigualdade na distribuição de terras, sendo este fator uma das bases dos últimos 36 anos de guerra. Em meados do século XX, as políticas agrárias no país foram marcadas por programas de colonização que reproduziram o modelo latifúndio – minifúndio e mantiveram a estrutura fundiária intocada. Ademais, ocorreram casos de corrupção, roubo e monopólio de terras, deslegitimando a política de reforma agrária. Resultou, deste período, uma dualidade de modelos: o setor agro-exportador moderno e a produção de consumo interno, na qual predomina a pobreza. Resultam, deste modelo, conflitos sociais, instabilidade, e atraso político.

A partir dos anos 80, com a introdução dos ajustes estruturais, a solução para os problemas e conflitos fundiários passou a ser o mercado, mediante a liberalização do comércio, a redução de tarifas de produtos alimentícios básicos, a promoção de um enfoque empresarial, a aquisição de terras por meio do mercado, e a compensação dos expropriados com fundos sociais. A partir dos Acordos de Paz de 1996, foi introduzida a reforma agrária de mercado do Banco Mundial, concebida como uma solução para os conflitos agrários e, particularmente, no caso guatemalteco, concebida como instrumento de pacificação, uma vez que a desigual distribuição de terras era uma das causas do conflito.

Os Acordos de Paz estabeleceram, então, que o mercado funciona como um mecanismo central para promover a transformação da propriedade e para incrementar a eficiência e a produtividade. Propostas para fomentar o mercado de terras incluíam o fortalecimento dos direitos de propriedade (via regularização; titulação de terras, cadastro, registro de propriedade), a implementação de imposto territorial, o melhoramento de mecanismos financeiros para facilitar o acesso à terra (compra de terras), assistência técnica e investimentos econômicos e social complementares. [...]

Depois de 9 anos de assinatura dos Acordos de Paz e de mais de 20 anos de políticas de ajuste estrutural, o acesso, o uso e a propriedade da terra, assim como a pobreza rural continuam iguais, ou ainda piores que antes do conflito armado. Em 2003, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta dados de uma pobreza rural de 72,2% e uma pobreza extrema rural de 31,1% na Guatemala. (GAUSTER, 2006, p. 78)

Segundo Holt-Giménez (2006), o discurso do desenvolvimento fundamenta as ações práticas do BIRD, que, independentemente da sintonia de objetivos entre os grupos políticos e o capital internacional, especialmente do Norte, estabelece acordos que favorecem aos primeiros, promovendo a transformação das relações sociais, econômicas, culturais e dos espaços. Essa transformação se dá mediante um conjunto de tensões geradas pelos sujeitos (camponeses, indígenas e movimentos sociais), que resistem à implantação de um modelo de desenvolvimento que lhes exclua. Para que logrem êxito em suas lutas, é importante, além de desmascarar as estratégias das instituições supranacionais, do capital e de seus aliados, identificar as “fissuras inerentes às suas alianças”. (p.51)

Na Guatemala, o pacote institucional e financeiro do BIRD é formado por concessão de empréstimos para a realização de políticas fundiárias, projetos ambientais e projetos de infra-estrutura. A articulação dentro desse pacote de políticas, para Holt-Giménez (2006), tomando como referência para estudos realizados nos Altiplanos Ocidentais, demonstra a intenção de abrir caminho para que a empresa canadense-americana *Glamis Gold*

Ltd. atue na reabertura e exploração da mina de *Marlin*, no Departamento de San Marcos, de onde se extrairá ouro, níquel e, brevemente, urânio.

A seguir, busco apresentar as principais políticas fundiárias, ambientais e de infra-estrutura realizadas no país, no âmbito da discussão proposta. A reforma agrária de mercado deve ser compreendida como apenas uma das políticas de reestruturação territorial do país, cuja natureza ameaça a cultura indígena, a sobrevivência camponesa e o meio-ambiente.

O desenvolvimento da mineração na Guatemala, pós 36 anos de guerra civil, está caracterizado por um Estado fraco e por tentativas fracassadas de acordos econômicos regionais, como: o Plano Puebla-Panamá, lançado em 2001 - que tinha como objetivo a integração regional entre a América Central e os 9 estados a Sudoeste do México - e o DR – CAFTA, Acordo de Livre entre América Central Republica Dominicana e Estados Unidos (2004).

Diante da incapacidade desses planos de promoverem benefícios sociais, os últimos governos da Guatemala adotaram a mineração como estratégia de desenvolvimento rural, com vistas à produção de recursos econômicos. Pode-se citar como determinante desta decisão, além do fracasso dos planos de integração econômica, a elevação nos preços internacionais do ouro, que passou de US\$ 227,00, em 2001, para US\$ 400,00, em 2004, e, mais recentemente, US\$ 650,00 a onça.

“De acordo com a IFC, a elevação dos preços de ouro deve-se, em grande parte, ao dólar fraco, às baixas taxas de juros reais, ao baixo crescimento econômico, ao risco geopolítico maior, à mineração em queda, à diminuição de medidas compensatórias de perdas da maioria dos produtores, e à incerteza no mercado de capitais (IFC, 2004, p. 13). Acrescente-se a isso a explosão da demanda nas classes médias altas da Índia e China, em rápido crescimento. Ao redor do mundo, minas antigas, de baixa qualidade, esgotadas ou difíceis de serem exploradas, de repente tornaram-se potencialmente lucrativas.” (HOLT-GIMÉNEZ, 2006, p.55)

Na Guatemala, as minas de ouro localizam-se nos Altiplanos Ocidentais, onde vive, historicamente, a maioria da população indígena. Após os Acordos de Paz, em 1996, o Banco Mundial aconselhou o governo a reativar a atividade mineradora, de modo que foi aprovada uma nova legislação. Com base nesta, atualmente, 100% das empresas mineradoras são estrangeiras, a imensa quantidade de água necessária para mineração é fornecida pelo Estado, gratuitamente, os 6% de pagamentos obrigatórios de *royalites* foram rebaixados a 1%, e o imposto de 58% sobre os lucros passaram a 31%. Ademais, agilizou-se o

licenciamento e os Ministérios de Minas do Meio Ambiente, embora atuando com base em regulamentos ambientais mais rigorosos, adotaram uma postura de “fazer vistas grossas”.

A argumentação do governo guatemalteco é que essas concessões atrairão novos investimentos nesse setor tão arriscado, e que os rendimentos advindos da mineração de ouro possibilitarão o desenvolvimento econômico e social, de que o país necessita. Contudo, há que considerar que o ouro é um minério finito, que haverá uma estabilização das moedas, e que o FMI, proprietário, hoje, de US\$ 40 bilhões em ouro, poderá comercializar suas barras no mercado internacional, diminuindo a rentabilidade dessa atividade e eliminando minas de baixa produtividade. Até lá, as corporações estrangeiras já haverão extraído lucros exorbitantes e, possivelmente, deixarão a Guatemala entregando as minas esgotadas para companhias nacionais e os prejuízos ambientais e sociais para o conjunto da população.

Nitidamente, o apoio do Banco Mundial á mineração do ouro no Guatemala é uma estratégia de curto prazo para a exploração intensiva, que não apenas requer a manipulação direta do arcabouço jurídico do país, mas também o controle extensivo sobre as estruturas territoriais nos Altiplanos Ocidentais, para garantir extração eficiente – se não predatória – de excedentes. (HOLT-GIMENEZ, 2006, p.56)

São condições essenciais para a indústria extrativista mineral: o controle sobre a terra, a mão-de-obra, os conflitos sociais e políticos, as políticas ambientais e, portanto, estes são os objetivos centrais do BIRD. Assim a influência das indústrias mineradoras nos Altiplanos vai desde o controle de minérios e águas, até o controle de terras, mão-de-obra, estradas, madeira, etc, manipulando todas as dimensões do espaço de acordo com seus interesses.

Privilegiar interesses de mineração *insere estruturalmente* o acesso do setor a matérias-primas e *exclui estruturalmente* qualquer repartição significativa ou distribuição dos lucros. Igualmente, exclui estruturalmente qualquer alternativa séria ou estratégias de desenvolvimento sustentável que poderiam melhorar a vida rural. Desse modo, exacerbam a deterioração das condições socioeconômicas na zona rural dos Altiplanos. Assim, enquanto alguns recursos na área de mineração (como terra, água e eletricidade) fluem para a mina, outros, como a mão-de-obra rural, fluem integralmente para fora da área rural. Sem medidas atenuantes efetivas, a mineração drenará, direta e indiretamente, os recursos naturais e humanos dos Altiplanos.

Em conseqüência, não é nenhuma coincidência que a área de mineração, no mapa dos Altiplanos Ocidentais, coincida totalmente com as áreas de influência dos projetos do BIRD para infra-estrutura, desenvolvimento econômico, serviços ambientais, e reforma agrária. Coincide, igualmente, com a maioria da população do país, sobretudo rural, pobre e indígena, as

mesmas comunidades devastadas pela guerra civil. (HOLT-GIMÉNEZ, 2006, p. 56)

A Guatemala, ao mesmo tempo que apresenta a maior economia da América Central, ostenta um dos maiores indicadores de desigualdade da América Latina: segundo maior Índice de Gini (0,57), a pobreza concentra-se nas áreas rurais e entre as comunidades indígenas. No caso do Altiplanos Ocidentais, os vários grupos indígenas representam a maioria da população, e mais de 70% dos habitantes da região vivem como agricultores pobres de subsistência.

O Banco Mundial opera no país, tanto por meio de seu ramo voltado para questões sociais, BIRD, como de seus ramos voltados ao setor privado, IFC (Cooperação Internacional de Financiamento) e MIGA (Agência Multilateral de Garantias de Investimentos). O primeiro desembolsa recursos para esferas da educação, nutrição, saúde materno-infantil, desenvolvimento local, rural e ambiental, administração agrícola, e gestão do serviço público. Já a IFC e a MIGA complementam os investimentos do BIRD para mudanças políticas e institucionais, ajuda técnica ao setor bancário, de seguros, infraestrutura, indústrias extrativas, manufaturas e setor de exportação de valor agregado.

O plano de governo do presidente Berger, *Vamos Guatemala!*, incorporou os pressupostos do Banco Mundial, juntamente com o desenvolvimento rural, mediante a utilização de três componentes: *Guate Solidaria Rural*, *Guate-Invierte*, *Registro del Información Cadastral*, todos voltados para reduzir a pobreza rural e fortalecer a Secretária de Questões Fundiárias. Por trás das cortinas deste plano de desenvolvimento, reside a intencionalidade de abrir a área rural para a penetração do acordo regional DR-CAFTA. Para o BIRD, os indígenas e os camponeses precisarão de auxílio para atualizar suas tecnologias, substituir culturas ou para sair da agricultura, com vistas ao estímulo de desenvolvimento de mercados financeiros mais fortes, assim como deverão realizar investimentos na recuperação, criação ou reestruturação da malha viária e de infra-estrutura do país.

Sob o argumento de que os Altiplanos Ocidentais concentram maior parte da pobreza, e diante da necessidade de reduzi-la, a implantação das medidas propostas pelo BIRD causariam impactos positivos na região. “Contudo, os Altiplanos são territorialmente estratégicos em termos de mão-de-obra, agroindústria, serviços ambientais e minerais.” (p.58) Busca-se, assim, estabelecer programas de infra-estrutura, desenvolvimento de indústrias

locais, criação de um código das águas, para favorecer os interesses do capital privado internacional, na sua ânsia de penetração no espaço guatemalteco.

Muitas vezes, tais projetos geram conflitos entre os poderosos setores privados e as estatais. Isto porque, os programas produzem uma dívida interna, que os capitalistas nacionais, muitas vezes, não estão dispostos a pagar, como o déficit advindo de uma reforma fiscal. Com a reforma agrária, os capitalistas nacionais alteram/solapam o controle sobre as matérias-primas. Esses são exemplos de mudanças que podem favorecer alguns grupos em detrimento de outros, ou não oferecer oportunidades de ganhos para os que buscam lucros elevados. Dessa forma, as políticas resultam de disputas e negociações nacional-internacional-intranacionais, sobre ganhos e matérias-primas, em escala territorial.

A geografia do enfoque territorial do Banco é definida vagamente por uma área física extensa com camadas de projetos, circunscrita por acordos comerciais regionais e emoldurada por políticas nacionais. A convergência de políticas nacionais, projetos do BIRD e acordos regionais, em uma escala sub-nacional, produz uma arena de desenvolvimento ou *hiperespaço* no qual capitais poderosos desalojam capitais mais fracos ou não consolidados para acessar recursos e extrair riquezas. A criação institucional do *espacial* desse hiperespaço por seu turno, define o lugar da área geográfica em que se concretiza a reestruturação territorial, menos pelo traçado inteligente do BIRD que pela conformidade com a lógica do capital e do território, articulada pela mais proeminente instituição do mundo para o desenvolvimento capitalista internacional.

Obviamente, qualquer reestruturação dentro de um território pobre, densamente povoado e predominantemente agrícola, forçosamente tratará de questões fundiárias, embora não necessariamente com o objetivo de redistribuir ativos, aliviar a pobreza, ou até mesmo intensificar a produção agrícola da pequena propriedade. (HOLT-GIMÉNEZ, 2006, p.59)

Após os Acordos de Paz em 1996, a Guatemala recebeu uma gradativa ampliação dos empréstimos oferecidos pelo Banco Mundial, em diferentes setores esferas, dentre os quais destacam-se: US\$ 13 milhões, em 1997, para preparar as condições da privatização da companhia telefônica, de estradas, e portos estatais; em 2004, US\$ 45 milhões para a mina de *Marlin* da companhia Glamis Gold Ltd., além de 30 outros projetos, sendo o período 1997 – 2005 o de maior volume de empréstimos do BM, se comparado com os últimos 40 anos.

A última década, em particular, foi caracterizada por incentivos no setor privado, com vistas a proporcionar a desregulamentação e privatização da zona rural, necessária ao processo de acumulação capitalista. Quase um terço dos investimentos foram realizados nos Altiplanos Ocidentais. Dentre os projetos, destacam-se:

- O Projeto de Reconstrução e Desenvolvimento (US\$ 33,5 milhões), voltado a San Marcos e a Hehuetenango, para o desenvolvimento comunitário em nível de aldeias.
- O Projeto Fundo de Terra (US\$ 23 milhões), introduzido em janeiro de 1999.
- O Segundo Projeto de Estradas Rurais e Principais (US\$ 46,7 milhões), destinado especificamente a San Marcos e a Huehuetenango, nos Altiplanos Ocidentais, acrescentado em 2003.
- O Projeto de Gestão dos Recursos Naturais do Planalto Ocidental, formado de um projeto de US\$ 8 milhões do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e de um projeto de US\$ 32,8 milhões do BIRD, aprovado em maio de 2003.
- O Projeto de Apoio a um Programa de Desenvolvimento Econômico Rural (US\$ 30 milhões), partilhado com o BIRD, e aprovado em março de 2006.
- O Projeto de Administração Fundiária II (US\$ 50 milhões), que se constitui em um esforço para aplicar aos Altiplanos Ocidentais as *lições aprendidas* com o primeiro Projeto de Administração Fundiária no Petén [...].
- A mina de *Marlin*: houve empréstimo de US\$ 45 milhões para que a *Glamis Gold Ltd.* da IFC reabrisse a mina de ouro de *Marlin*, em San Marcos. [grifos do autor] (HOLT-GIMÉNEZ, 2006, p. 60)

Em 1998, foi introduzida, na Guatemala, a reforma agrária de mercado com o Projeto de Administração Fundiária, cujos objetivos eram: “a) aumentar a segurança legal da propriedade da terra e b) fortalecer o marco legal e institucional para registro da terra e os serviços de cadastro em âmbito nacional” (p. 60). Com este projeto de âmbito nacional (não foi implantado nos Altiplanos Ocidentais), o BIRD buscou reforçar o FONTIERRAS: “a) estabelecendo um programa para facilitar o acesso à terra para beneficiários; b) apoiando beneficiários para acessar a assistência técnica e financiar subprojetos produtivos; e c) melhorando o arcabouço legal e institucional, para que o mercado imobiliário funcionasse de forma mais eficiente. Na prática, o FONTIERRAS fracassou, pois incorporou apenas 4 mil famílias para a aquisição de terras financiadas, subsídios e assistência técnica. Não conseguiu estabelecer um mercado imobiliário e privatizou, principalmente, terras públicas. Repentinamente, o governo decidiu pelo cancelamento do projeto, tendo em vista o pequeno apoio.

O Projeto de Gestão de Recursos Naturais do Planalto Ocidental (MIRNA) constituiu a estratégia ambiental do BM para os Altiplanos, cujo valor foi de 50 milhões de dólares. Seus objetivos eram:

- a) Aumentar o capital social em torno da gestão de recursos naturais, pelo apoio a comunidades, organizações e autoridades locais (tradicionais e municipais), para definir e implementar, conjuntamente, uma visão de desenvolvimento local que levasse em conta os objetivos da gestão de recursos naturais e sustentabilidade;
- b) Aumentar as oportunidades de melhorar, de forma sustentável, a produtividade e a diversificação da agricultura, bem como outros sistemas de subsistência (não-agrícolas);
- c) Ampliar e fortalecer esforços existentes de comunidades indígenas para estabelecer áreas de conservação permanentes dentro de zonas mais amplas de biodiversidade de relevância global e conservar os habitat que sustentam essa diversidade;
- d) Estabelecer e monitorar uma conjuntura para mercados de serviços ambientais, visando a assegurar incentivos locais à conservação. (HOLT-GIMÉNEZ, 2006, p. 62).

Na visão do BM, este projeto realizaria o desenvolvimento dos povos maia, mediante assegurar a sobrevivência sustentável e a conservação da biodiversidade. O projeto propunha medidas para reduzir o avanço sobre os recursos disponíveis nas florestas, água, terras apropriadas privadamente, embora não mencionasse a questão do ouro, frente à intensificação da atividade agrícola e não-agrícola. Buscava-se solidificar o controle comunal dos indígenas sobre a terra e recursos naturais, inclusive com a responsabilização destes no processo de gestão. Para que isso fosse colocado em prática, buscava-se a privatização da terra, a partir da garantia dos direitos de propriedade, da titulação (da terra comunal e privada) e de regularização fundiária, ou seja, objetivava-se realizar, por meio de uma política ambiental, o que o Projeto de Administração Fundiária foi incapaz de fazer. Contudo, as elites latifundiárias, beneficiárias de relações sociais consolidadas por meio da irregularidade da propriedade das terras no Altiplano Ocidental, resistiram ao programa, e o Congresso Guatemalteco rejeitou o projeto em 2004.

Na essência, o Banco Mundial colidiu com a recusa das elites guatemaltecas em pagar impostos o desinteresse da burguesia rural pela reforma agrária e a incapacidade das classes governantes de ver alguma vantagem em conferir às comunidades indígenas qualquer controle substantivo (ainda que limitado) sobre 43 recursos naturais nos Altiplanos. A lição de casa do FONTIERRAS e do MIRNA é: os interesses dos capitais nacionais nem sempre estão em consonância com os dos capitais internacionais. (HOLT-GIMÉNEZ, 2006, p. 63)

Diante do fracasso em obter um acordo com a classe política do país, no tocante à implementação de uma política ambiental, o BM criou, em 2005, o Primeiro Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Base em Crescimento Amplo, no valor de US\$ 100 milhões. O objetivo central era promover o comércio e os investimentos orientados

pelo DR-CAFTA. Já se previam dificuldades na aprovação e implantação do programa, tendo em vista a possibilidade de *congestionamento político* do Congresso, tensões sociais e resistências à maior liberalização comercial, maior participação da iniciativa privada na infraestrutura, e direitos de propriedade sobre a terra. Assim, criou-se, em 2006, o Projeto de Apoio a um Programa de Desenvolvimento Rural, no valor de US\$ 60 milhões (BIRD/BID).

“O projeto está centrado na infra-estrutura rural, em facilidades de internet de banda larga, em planos de gestão territorial e investimentos estratégicos nos Altiplanos Ocidentais. Especificamente, introduz o Modelo de Gestão Territorial (TMM). Espera-se que o TMM “influencie a política nacional de políticas setoriais, bem como prioridades de investimento público... por meio de um sistema integrado e descentralizado de informação territorial estratégica...”. Também se espera que “tenha um impacto positivo no aumento das competitividades, das atividades produtivas de base agropecuária, que, por sua vez, causarão impacto na expansão empresarial e no credenciamento das exportações, ajudando, desse modo, a explorar os benefícios potenciais para a Guatemala trazidos pelo Acordo de Livre Comércio da América Central, recentemente ratificado. (CAFTA)” (Banco Mundial, 2006, p. 4)” (HOLT-GIMÉNEZ, 2006, p. 64)

O BM não teve problemas na aprovação governamental para o empréstimo e implantação do programa, já que não estava previsto qualquer tipo de alteração de propriedade ou redistribuição de patrimônio. Certamente os grupos mais favorecidos economicamente serão aqueles que tirarão proveito do plano de capitalização dos Altiplanos.

Em meio às disputas e acordos em torno das agendas sociais, ambientais e de infra-estrutura, o único acordo entre o governo Berger e o BIRD constituiu a abertura dos Altiplanos à mineração. Somente em 2005, foram concedidas pelo governo 115 novas licenças para mineradoras estrangeiras, boa delas parte nos territórios indígenas do Altiplano. Foram concedidos 45 milhões de dólares em empréstimos à empresa Gladis, para reabertura da mina de *Marlin*, sem qualquer ônus para o Estado, e mediante a garantia de que seriam evitados conflitos sociais e degradação ambiental.

Com a concessão de 11 anos de exploração, por apenas uma mina, a mineradora canadense receberá US\$ 1 bilhão de lucro líquido, dos quais US\$ 273 milhões serão arrecadados pelo governo guatemalteco, sob a forma de impostos, e US\$ 6,6 milhões serão reinvestidos nas comunidades próximas ao local da mina. A controvérsia refere-se ao fato de que o BM investiu 228,2 milhões em fundos para a reestruturação territorial do Altiplano.

Se apenas a metade dos ganhos com a mina de *Marlin* fosse aplicada em programas de desenvolvimento naquela mesma área geográfica, ainda assim totalizaria mais de duas vezes a quantia do investimento público do Banco Mundial. Considerando-se que, na realidade, os investimentos do BIRD são empréstimos a taxas de mercado ao governo da Guatemala, a nefasta ironia do cálculo de desenvolvimento é que os cidadãos da Guatemala estão pagando ao Banco Mundial pelo privilégio de tornar muito mais ricas companhias estrangeiras como a Gladis Gold Ltd. (Ibid., p. 66-67)

O Programa de Acesso à Terra do Fundo de Terra (FONTIERRAS) foi criado em 1997, posteriormente aos Acordos de Paz. Conta com autonomia funcional, personalidade, patrimônio e recursos próprios. Foi criado com base em forte apoio do Banco Mundial, inicialmente político e com contratação de empréstimos no ano 2000. Entre 1997 e 2003, operou com a regularização fundiária e créditos para compra de terras. Em 2004, incorporou um programa de arrendamentos. No tocante ao eixo acesso à terra, o FONTIERRAS apresenta os mesmos princípios da RAM do Banco Mundial: transferências voluntárias de terras; livre negociação do preço; auto-seleção dos compradores; fiscalização e orientação do preço negociado da terra realizados pela agência estatal, que oferece subsídios aos camponeses (60% destinados ao crédito, 30%, ao capital trabalho, e 10%, à segurança alimentar), além de facilitar o acesso à assistência técnica por meio da contratação de serviços privados, destinados a tornar os produtores mais competitivos nos mercados.

O Conselho Diretor do FONTIERRAS é composto por diversas instituições, dentre elas: Ministérios e Organizações Indígenas e Camponesas. Para a Gauster (op. Cit) é preciso questionar a verdadeira autonomia do FONTIERRAS, tendo em vista que o aporte financeiro depende do Ministério da Agricultura e do Ministério das Finanças. Além disso, os possíveis questionamentos em torno do programa, advindos de uma fiscalização social, estão paralisados, tendo a cooptação de parte dos movimentos camponeses e indígenas.

Entre 1998 e 2006, foram redistribuídos na Guatemala 87.215ha de terras agrícolas, montante que representa 2,3% da terra agrícola do país, tomando como referência o Censo Agropecuário de 2003. Os vendedores podem ser caracterizados como grandes proprietários que vendem suas propriedades em função de diversos fatores. Dentre eles, destacam-se: instabilidade política, crise do café, dívidas, falta de rentabilidade da terra, etc. Já os compradores são camponeses com pouca terra ou sem terras, organizados em grupos de 20 a 500 famílias, existentes previamente ou organizadas para comprar a terra. Há uma

pequena oferta de terras no país e a corrupção nas transações de compra e venda faz com que os preços pagos sejam sempre elevados, conduzindo os camponeses a pesadas dívidas. No geral, as terras são de má qualidade, uma vez que as melhores áreas encontram-se nas mãos de proprietários que não desejam vendê-las, já que se trata de um país em que não existe imposto por improdutividade, propriedade da terra e incentivos para a venda.

Uma situação semelhante ao corrente na Guatemala é a desinformação dos mutuários sobre as condições de aquisição das terras e seu preço. Assim, “muitas propriedades adquiridas carecem de condições adequadas para a produção, com solos de baixa qualidade e/ou desgastados, vias de acessos difíceis, topografia acidentada, disponibilidades de recursos hídricos ou florestamentos escassos ou esgotados, etc.” (p. 84) Outra semelhança com o Brasil é que “...existem poucas terras de qualidade disponíveis no mercado nacional – pelas razões já expostas -, levando a que, em determinadas ocasiões, apesar da comprovada inviabilidade produtiva de uma propriedade, dêem-se pressões por parte dos grupos camponeses para adquiri-la.” (GAUSTER, 2006, p. 84)

Entre 1997 e 2003, o programa atingiu 17.822 famílias e, embora o critério de seleção previsto na legislação vise à população mais pobre com rendimentos até 4 salários mínimos, o FONTIERRAS não tem contemplado as populações em condições de extrema pobreza, tendo em vista que opta por contemplar aquelas famílias com capacidade de retornar os financiamentos adquiridos. “Outro fator de exclusão dos camponeses mais pobres é um processo altamente burocrático na solicitação do crédito. São necessários não apenas recursos econômicos para custear viagens, fotocópias, autenticações de documentos, etc, mas também experiência em gestão junto às instituições estatais.” (GAUSTER, 2006, p. 85). Segundo o Diretor do Programa, 30% dos empreendimentos têm apresentado processos de evasões, motivadas por associações frágeis tanto em termos administrativos como em termos organizacionais; por grupos com membros fora do perfil, o que causa desinteresse de desenvolvimento produtivo; por corrupção a partir dos líderes das associações; por migrações forçadas; por incompletude na implantação dos projetos.

O processo de implantação e desenvolvimento dos empreendimentos é crucial para compreender as causas da elevada evasão, tais como: falta de condições de habitação; 72% têm centros de saúde; 61%, escolas; 67%, moradias; 68%, acesso à água potável; 71%, acesso à eletricidade; e 31%, estradas de acesso. Ademais, as condições de oferta e realização dos serviços de assistência técnica, apesar dos 3 modelos adotados

(sistemas de empresas, sistemas de consultores individuais, sistema de equipes multidisciplinares), apresentam graves falhas que impedem que os empreendimentos deslanchem e garantam melhoria nas condições de vida. (GUAJSTER, 2004, p. 87). A autora relaciona detalhadamente os principais gargalos da assistência técnica no FONTIERRAS:

- Os convênios não são cumpridos em termos de tempo de assistência e qualidade profissional dos técnicos.
- Não há possibilidade, por parte dos grupos, de assumir os custos parciais para a assistência técnica a partir do segundo ano (a regra é que os grupos devem assumir 33% no segundo ano, 66% no terceiro e 100% a partir do quarto ano); portanto, a presença da assistência técnica nas comunidades diminuiu ainda mais.
- Não se reconhece nem se valoriza o conhecimento indígena e camponês; têm acontecido problemas especialmente graves de desconhecimento dos diferentes idiomas do país, por parte dos prestadores de assistência técnica, nas áreas de população Q'eqchí dos departamentos de Alta Verapaz e Petén.
- Não se promove ativamente a segurança alimentar familiar, e quando cultivos alimentícios são considerados pelos prestadores de serviços de extensão, utilizam-se somente de sementes “melhoradas” de duvidosa procedência e composição genética.
- Em algumas comunidades, a assistência técnica não realizou nenhum trabalho de sensibilização sobre a organização e a participação das mulheres, e naquelas onde se trabalhou com mulheres, os esforços se dirigiram, na maioria dos casos, à legalização de um comitê de mulheres na comunidade.
- Tem havido casos de corrupção e favorecimento de amigos, sobretudo nos modelos de licitação e contratação de empresas prestadoras de serviços.
- Não se segue o processo de inovação tecnológica, implementando processos graduais de transferência tecnológica, para que as e os grupos possam aprender fazendo, assimilando adequadamente os usos de novas tecnologias e diminuindo os riscos, além de ter a oportunidade de ganhar experiência de autoconfiança.
- Em termos gerais, é evidente que a empresa privada não pode assumir responsabilidades sociais, já que seu objetivo principal – o lucro – não é compatível com as necessidades de serviço das novas comunidades, em seu processo de desenvolvimento.

No tocante aos rendimentos, a situação é alarmante, tendo em vista que, nos principais projetos, as famílias conseguem obter uma renda média de U\$ 50 dólares, montante que equivale a menos de 1/3 do salário mínimo vigente. Dessa forma, boa parte das famílias de mutuários necessita trabalhar fora dos lotes de produção na condição de assalariados, para obter os recursos necessários à sobrevivência. Tal condição pode ser atribuída ao endividamento e ao fracasso dos projetos produtivos. Não é raro encontrar mutuários que afirmam que viviam melhor anteriormente à entrada na RAM.

O custo médio de implantação por família na RAM guatemalteca é de US\$ 9.146,00, montante considerado elevado. Se considerarmos que este custo está associado à falhas graves nos serviços de assistência técnica e incompletude na implantação dos empreendimentos, a elevada dívida assumida encerra-se por ser impagável, o que, além de tornar os mutuários vulneráveis, compromete o balanço financeiro do FONTIERRAS, que, a partir de 2008, não mais receberá recursos orçamentários do estado. Das famílias que tiveram o prazo de carência vencido apenas a metade conseguiu cumprir os compromissos. Compartilho do pensamento da autora, segundo o qual, “Os únicos ganhadores deste modelo são os proprietários de terra, que têm tido a oportunidade de vender suas terras a preços mais altos que os de mercado e receber em dinheiro vivo.” (GAUSTER, 2006, p. 89)

O programa de arrendamento com estímulo do BM foi criado frente ao fracasso dos programas da RAM. Os princípios do programa são praticamente os mesmos da RAM: os mercados de arrendamento melhoram a eficiência e equidade, requerendo direitos de propriedade fortalecidos, criação ou fortalecimento de instituições, mecanismo de resolução de conflitos, e eliminação de barreiras legais. Os arrendatários devem receber uma dotação mínima de ativos e diferentes convênios. Segundo o BIRD, este modelo é menos exigente que as reformas agrárias tradicionais, é mais econômico que a RAM, e mais eficiente que o mercado livre. Necessita de pouco capital, podendo ainda gerar experiência para que, posteriormente, o arrendatário transite para a condição de proprietário de terras. As desvantagens relacionam-se aos menores incentivos para investimentos, ao curto prazo dos contratos, à não previsão de compra das áreas, e ao menor acesso ao crédito produtivo.

A partir de 2004, com a ascensão ao governo da Guatemala da *Gran Alianza Nacional* (GANAN), o papel do FONTIERRAS na política de terras transformou-se, acompanhando mudanças no pensamento do próprio Banco Mundial. Assumiu proeminência um programa de arrendamentos de terras, a partir da criação do Programa Especial para a Produção e Comercialização Agropecuária em Apoio à População Rural Vulnerável, cujas características principais são: “impulsionar o financiamento subsidiado e sustentado para o arrendamento de terras e a execução de projetos produtivos de curto prazo” (GAUSTER, 2006, p. 90). Parte do crédito está destinado ao arrendamento de terra e, até 9 meses, não há juros; uma parte do apoio econômico é reembolsável ao FONTIERRAS; e há apoio em insumos agrícolas (2 sacos de fertilizante químico, 25 libras de sementes melhoradas de milho

e kit de ferramentas). O programa também tem como população-alvo camponeses pobres e muito pobres.

O fato de esse programa de arrendamentos apresentar um custo mais baixo que o de compra e venda de terras torna sua abrangência maior. Segundo a autora, há especialistas que afirmam uma expectativa da classe política é de que os beneficiários do Programa demonstrem sua *satisfação* nas eleições vindouras. Na prática, o Programa apresenta-se como uma solução paliativa ao problema da fome, pois os contratos de arrendamento são de um ano, renováveis a cada período. Portanto, ele viabiliza apenas cultivos de ciclo curto, não prevê a possibilidade de compra das terras, e muito menos a perspectiva de redistribuição fundiária. Em dois anos, foram arrendados aproximadamente 28.500 hectares e atendidas 30.814 famílias, quase do dobro da RAM em oito anos. Avalia-se que, apesar de não promover transformações estruturais na vida de ninguém, pode render politicamente. Para a autora:

O programa cobre terras de pequena escala, de pouco potencial produtivo, que geralmente permite unicamente a produção de grãos básicos como milho e feijão. O objetivo é contribuir com o acesso a alimentos, e **não** criar um processo de desenvolvimento integral. Isto fica evidente com o fato de que – ao contrário do que argumenta o BIRD – não existe nenhum tipo de assistência técnica, construção de infra-estrutura básica ou serviços básicos no Programa de Arrendamento. (GAUSTER, 2006, p. 91)

Mais duas características merecem destaque. No primeiro ano de operação, o Programa atingiu a população-meta, uma vez que os formulários foram distribuídos pelas organizações camponesas. Porém, no segundo ano, houve uma politização do Programa, e ingressaram pessoas que compraram os formulários pelo equivalente a 7 dólares, possivelmente, pessoas que não têm o perfil exigido. Outra questão diz respeito à escassez para a aplicação do arrendamento de terras, em face da enorme demanda existente.

Um princípio básico das políticas de terra das instituições financeiras supranacionais é concepção do direito de propriedade, como chave para a resolução do problema agrário. A titulação segura da terra permite: a venda desta e a migração para outro setor de atividade econômica; a redução da pobreza; a obtenção de créditos e de investimentos; e a transferência da terra mediante arrendamentos. Para fortalecer os direitos de propriedade, é preciso fortalecer as instituições e organizações responsáveis pela titulação, regularização, cadastro, e registro de terras, bem como aquelas instituições responsáveis pela mediação/resolução de conflitos, e tributação. Ademais, é preciso haver um sistema jurídico funcional e o fortalecimento da governabilidade. Gauster, (2006, p. 93 – 94) a partir da

sistematização de Deininger (*Políticas de terras para el crecimiento y la reducción de la pobreza, Banco Mundial, 2003*), constata que o BM concebe de três formas o fortalecimento da propriedade segura, embora a primeira nunca tenha sido difundida, a saber:

- Reconhecimento legal dos direitos consuetudinários em sistemas consuetudinários; o reconhecimento de instituições existentes geralmente é mais efetivo que as intenções de estabelecer estruturas formalizadas, podendo elevar muito a segurança de propriedade dos que detêm a posse.
- Regularização das terras do Estado: é importante regularizar a posse de terras do Estado, já que, muitas vezes, mesmo com investimentos realizados, os posseiros permanecem vulneráveis às ameaças de despejos.
- Titulação individual formal: quando a opção são os títulos formais e individuais de propriedade, é necessário fortalecer as instituições de administração de terras (cadastros, registro, titulação, resolução de conflitos), pois, caso contrário, a realização de muitos benefícios da propriedade pode ser impedida.

Outra forma de atuação do FONTIERRAS é a regularização fundiária de terras arrecadadas pelo Estado nas décadas anteriores e que não foram legalizadas. O objetivo é a regularização de terras estatais e a expropriação, sem indenização, de terras públicas ocupadas de forma irregular e fraudulenta, em grande maioria concedidas nos anos 80, pelos governos militares. A regularização também goza de uma possibilidade de abrangência maior que a RAM, tendo em vista que não inclui recursos para assistência técnica, nem qualquer tipo de subsídios para os beneficiários. Em contrapartida, isto implica pouca viabilidade produtiva das áreas regularizadas, e quase nenhuma expectativa de superação das famílias. Na prática, o objetivo desta política é a criação, desenvolvimento e fortalecimento de um mercado de terras dinâmico. Até o momento, o programa somente regularizou terras que já se encontravam na posse dos produtores, assim mesmo, por conta de denúncias realizadas pelo movimento camponês. Portanto, o programa de regularização fundiária do FONTIERRAS não tem promovido alteração na estrutura fundiária.

Quanto aos resultados do programa, deve-se pontuar que a regularização fundiária, ao contrário de atacar a concentração da terra, tem promovido a reconcentração, tendo em vista que ao regularizar a propriedade, e na ausência de incentivos produtivos, aqueles proprietários mais pobres têm vendido seus lotes na íntegra ou ficado apenas com aquelas parcelas essenciais à produção de subsistência. Isto se dá em face de:

- Ausência de um esforço concentrado de conscientização e de instrumentos de legais que limitem as vendas a casos excepcionais. Naquelas comunidades, onde o tecido social se encontra fortalecido (bases de organizações camponesas, desalojados, etc.), a venda tem sido menor apesar da titulação individual.
- Sobretudo na região dos Verapaces e na área compreendida pela Franja Transversal do Norte, a venda após a legalização é consequência da estratégia de vários grandes proprietários (tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas), que, através da compra das parcelas próximas àquelas cujo proprietário não tem disposição voluntária para vendê-la, provocam a “asfixia” da propriedade, pressionando a seu proprietário para que a coloque à venda.
- Especificamente no Petén, há denúncias, feitas por algumas pessoas, da prática nociva de comprar, regularizar, vender e trocar por outra terra para repetir o processo, com graves implicações ao meio ambiente com o avanço da fronteira agrícola.
- Necessidades urgentes de dinheiro por parte das famílias, resultantes de diferentes causas derivadas de altos níveis de vulnerabilidade das famílias pobres rurais, como, por exemplo, casos de enfermidade, migração, etc. (GAUSTER, 2006, p. 95)

Pelo que se tem observado, por detrás da necessidade de gerar certeza jurídica sobre a posse da terra, encontra-se o objetivo de fortalecer e agilizar o mercado de terras, privilegiando o direito da propriedade privada das terras, em vez de outras formas possíveis de propriedade juridicamente seguras. Efetivamente, a terra legalizada - sem recursos e capacidades para se fazer produtiva – se desnaturaliza como bem de produção e se converte em um bem de capital (passível de transação comercial e/ou de arrendamento), o que também tem contribuído fortemente para o fenômeno observado de reconcentração das terras por trás da regularização da propriedade. (GAUSTER, 2006, p. 97)

4.4. Políticas de terras do Banco Mundial no Brasil

A partir de meados da década de 1990, o Brasil passou a vivenciar, simultaneamente, os primeiros impactos da adoção do neoliberalismo e a implantação de uma agenda de reformas de segunda ordem. Esta carga, em seu bojo, um conjunto de políticas e ações fundiárias, inspiradas no receituário agrário das instituições supranacionais, especialmente do Banco Mundial. O governo Fernando Henrique Cardoso promoveu a substituição da interpretação e intervenção no campo, a partir do Paradigma da Questão Agrária pelo Paradigma do Capitalismo Agrário, que discutirei com maior detalhamento no capítulo 6. Sob a égide do segundo, buscou-se: o aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo globalizado no campo; o controle do conflito; a criminalização dos movimentos socioterritoriais camponeses; e a implantação de uma política compensatória de assentamentos rurais, como resposta à intensidade das lutas por terras. No intuito de proteger

a propriedade privada fundiária e de desarticular os movimentos de luta pela terra, o governo introduziu formas de ingresso na terra, pela via do mercado, voltadas para o campesinato pobre.

Na atualidade, há um conjunto de políticas fundiárias orientadas pelo Banco Mundial, em operação no Brasil, dentre as quais, vale mencionar: a *administração da terra* mediante a realização do levantamento georreferenciado das terras privadas e públicas em nível nacional; estímulos financeiros do Programa de Emancipação e Consolidação (PAC), para que os assentamentos de reforma agrária possam emancipar-se, desobrigando o Estado da responsabilidade de gestão e manutenção e criando a possibilidade de titulação e alienação da terra; introdução de mecanismos de financiamento de terras para camponeses pobres, de forma a reduzir a pobreza e dinamizar o mercado de terras; a fim de perenizar o Programa, foi instituído, por meio de lei federal, um Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Em virtude dos objetivos deste estudo, enfatizarei dentre o receituário agrário do Banco Mundial em curso no Brasil, a reforma agrária de mercado. Desde o ano de 1997, quando foi introduzida a primeira experiência de RAM no Brasil, o Projeto São José – Reforma Agrária Solidária, no estado do Ceará, que permanece até a atualidade, sucederam-se nove linhas de financiamento de crédito fundiário no país, que, a partir da correlação entre objetivos, às vezes não tão explícitos, temporalidades e conjunturas, em que foram criadas, pode-se estabelecer três fases: a) *Introdução da RAM*, b) *Ampliação e Consolidação*, c) *Mercantilização das políticas afirmativas, de juventude e de direitos humanos*.

A *Introdução da RAM* inicia-se em 1996, com a operação da linha de financiamento Projeto São José – Reforma Agrária Solidária, e tem prosseguimento até aproximadamente 2002, com o funcionamento das linhas de financiamento Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Projeto Cédula da Terra (PCT), e Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra (BT). A introdução da RAM está marcada por uma estratégia escalar, iniciada com a experiência local e estadualizada por meio do Projeto São José – Reforma Agrária Solidária no Ceará. Este laboratório buscava gerar não apenas aprendizado para uma ação em escala regional, mas também, criar uma vitrine para a criação de um novo modelo, não importando os impactos decorrentes.

Tomando as lições da experiência estadual, o governo federal criou o Projeto Piloto Cédula da Terra (PCT), voltado a *aliviar a pobreza* nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais. A escolha destes estados justificava-se em virtude da enorme concentração de pobreza, que deveria ser amenizada por mecanismos de mercado. Buscava-se com o Projeto propiciar um aprendizado para a nacionalização do programa por meio do Banco da Terra que, além de ter promovido uma experiência nacional, transformou a RAM, de um acordo financeiro entre o Estado brasileiro e o Banco Mundial, em uma Lei Federal, dando sustentação financeira de longo prazo para o programa de reforma agrária de mercado, em suas diferentes linhas de financiamento.

A conjuntura que antecede a federalização da RAM no Brasil está marcada por um período de intensificação das lutas dos camponeses pela terra, pela reforma agrária, e em oposição ao governo FHC e sua plataforma neoliberal. Diante da intensificação da luta pela terra, a classe dos grandes proprietários de terras reagiu de forma violenta e, com o auxílio das forças policiais, ocorreram os massacres de Corumbiara (RO), em 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em 1996. Em 1997, o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego e Justiça. Diante deste conjunto de mobilizações e massacres, que, sob a ótica do governo, desestabilizavam a credibilidade internacional do país, o mecanismo de reforma agrária foi incorporado pela via do mercado, defendido pelo governo e pela classe dos proprietários, e inspirado nas diretrizes fundiárias do Banco Mundial.

O ordenamento jurídico previsto na Constituição Federal e nas Leis Infra-Constitucionais, que se baseiam no cumprimento da função social da propriedade, foi desconsiderado, tendo sido criado um instrumento de aquisição de terras, destinado às famílias sem terra ou com pouca terra, de acordo com a lógica mercantil. Sua implantação deu-se com base em uma reorientação na atribuição de papéis, descentralizando as ações fundiárias da esfera federal para os estados. O objetivo foi promover, a partir do Estado, um deslocamento do papel estratégico da reforma agrária, como política de construção de justiça social, por meio da penalização do latifúndio. Buscou-se, ao deslocar o protagonismo do Estado para o mercado, proteger o capital da ameaça conflitiva das ocupações de terras.

Os argumentos apresentados para a federalização da RAM coincidem com aqueles apresentados pelo BM em diferentes países, onde políticas semelhantes estavam em curso. Tais argumentos: a) aceleram a realização da reforma agrária, ao eliminar a burocracia e as longas disputas judiciais, típicas dos processos desapropriatórios por interesse social; b)

têm um custo inferior ao mecanismo desapropriatório, tendo em vista o caráter negociado das operações de compra e venda, fator que possibilitaria sua ampliação; c) estimulam o mercado de terras por meio da compra e venda; d) promovem uma atitude colaborativa entre trabalhadores e proprietários de terras, uma vez que os primeiros podem escolher livremente as terras que desejam adquirir e negociar seus preços, eliminando os confrontos.

Com o advento dos primeiros impactos negativos do PCT, o MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) opuseram-se à federalização da RAM e das políticas de crédito fundiário no Brasil, tendo em vista sua intenção de substituir a realização de uma legítima reforma agrária. Tais políticas foram designados de reforma agrária de mercado (RAM), pelas organizações integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, bem como por diferentes intelectuais (SAUER, 2001; BARROS, 2003; TEIXEIRA, 2004; PEREIRA, 2004; RAMOS FILHO, 2005).

Em outubro de 1998, movimentos camponeses, sindicatos rurais e Organizações Não-Governamentais, organizados Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, solicitaram ao Banco Mundial a instauração de um Painel de Inspeção para investigar as denúncias sobre o PCT. Endossavam a solicitação, dentre outros, os seguintes motivos: corrupção e superfaturamento na implantação dos projetos, e compra de propriedades passíveis de desapropriação para a reforma agrária. No início de 1999, o Painel de Inspeção visitou áreas na Bahia e em Pernambuco. O Painel recusou todas as denúncias e o governo brasileiro, diante dos resultados da *investigação* do Painel, adquiriu fôlego e argumentos para ampliar o raio de ação da RAM no Brasil.

A partir das críticas dos movimentos sociais, foram realizadas algumas *correções* no programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, como a limitação do tamanho das propriedades e a exclusão das propriedades improdutivas, passíveis de desapropriação. Essa linha de crédito priorizou o ingresso no programa individualmente e reduziu o valor financiado como forma de forjar uma ampliação do programa, além de promover a nacionalização da RAM, expandindo-a para os seguintes estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande de Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

Estes dois programas de RAM seguiram sofrendo forte oposição devido a um conjunto de denúncias, críticas, questionamentos, e colecionando resultados de estudos que apresentavam seus impactos negativos em todo o território brasileiro, conforme discutirei no capítulo 5. Os movimentos sociais, os sindicatos rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, as Organizações Não-Governamentais, os Governos Estaduais, Parlamentares e a Controladoria Geral da União denunciavam problemas, como: o desvio de recursos, o superfaturamento do valor das áreas adquiridas, o atendimento de pessoas sem o perfil determinado nas normas do programa, o que resultou em abertura de processos administrativos, inquéritos policiais, comissões de sindicância, além de outros instrumentos de apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal; bem como na desestruturação de muitos projetos.

Por outro lado, o governo seguia construindo um território imaterial institucional, cujo objetivo era legitimar e projetar a RAM, forjando um imaginário social de apoio ao projeto. Sua construção se deu por meio da realização de uma dispendiosa campanha publicitária, e por meio da realização de pesquisas encomendadas tanto pelo governo FHC, como pelo Banco Mundial (GARCIA, 1998a; GARCIA e VEGRO, 1999; GARCIA, 1998b; CORRALES, 1998; BUAINAIN, 1999; BUAINAIN, 2002 e 2003), sendo que os resultados nem sempre conseguiam mascarar, na totalidade, os impactos negativos da RAM. Nos anos que se seguiram, os embates em torno do Cédula da Terra e do Banco da Terra continuaram, e seus impactos negativos ficaram cada vez mais explicitados. Todavia, o governo FHC preferiu atender aos interesses do BM, em tornar o Brasil uma referência na implantação da RAM, e, valendo-se da institucionalização do Fundo de Terras, que funciona como uma contrapartida do Estado aos empréstimos tomados do BM, contratou novos empréstimos junto a essa instituição multilateral, criando, em 2001, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), cuja operação teve início em abril de 2002.

Os novos instrumentos foram implantados sob o argumento de que, com sua expansão, haveria uma pacificação do campo, um barateamento dos custos, e a agilização da reforma agrária, dada a eliminação da burocracia. Todavia, o que está por detrás desse corpo argumentativo e das táticas midiáticas de sua difusão é uma ação prática de universalizar um interesse individual, tornando-o um falso interesse coletivo (MARX & ENGELS, s/d, p. 18). A classe dos proprietários utiliza-se do Estado para forjar um consenso coletivo em torno das soluções para o campo, cooptar a base social das organizações

camponesas que lutam pela terra, e, assim, eliminar os mecanismos de pressão que ameaçavam a todo o momento a legitimidade do governo e do capital.

A segunda fase da RAM no Brasil caracteriza-se pela sua ***Ampliação e Consolidação***. Em virtude do desgaste das linhas de financiamento PCT e BT, provocado pela intensa mobilização e combate dos movimentos socioterritoriais, assim como do encerramento dos acordos de empréstimos com o Banco Mundial e da contratação de novos acordos, essa fase foi iniciada por volta de 2001, com a criação do Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), que efetivou os primeiros empréstimos aos camponeses a partir abril de 2002. A escala de abrangência do programa passou a contemplar os estados das regiões Nordeste e Sul, além de Minas Gerais e Espírito Santo, no Sudeste. Faz-se necessário salientar que, na prática, o Crédito Fundiário foi criado com o objetivo de substituir os já desgastados programas Banco da Terra e Cédula da Terra, em face da forte oposição que estes projetos receberam de vários setores da sociedade, de tal modo que o primeiro encerrou suas operações no final do governo FHC, e, o segundo, no princípio do governo Lula.

Com as alterações programáticas, iniciadas com o programa Banco da Terra, a exemplo da limitação de compra das propriedades não passíveis de desapropriação para a reforma e o rebaixamento dos juros fizeram com que o governo conseguisse o apoio político e operacional de parte do movimento sindical, representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e pela Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja participação está prevista no Manual de Operações do referido programa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2002). Por sua vez, no documento que serviu de base ao 9º Congresso da CONTAG, de 2005, esta organização avaliou da seguinte forma sua participação no programa “A participação do MSTTR [Movimento Social de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais] tem conseguido dar uma grande contribuição ao Programa de Crédito Fundiário, quando divulga o programa, mobiliza o público e organiza a demanda, além do acompanhamento que vem sendo feito recentemente, por meio dos(as) assessores(as), diretores(as) (p. 54).”

Durante o trabalho de campo, a FETASE justificou a adesão da CONTAG ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em face da: existência de uma base formada por minifundiários, trabalhadores rurais sem terra, filhos de camponeses; correção de algumas normas que conflitam com a reforma agrária, a exemplo da limitação da dimensão

das propriedades a serem compradas abaixo dos 15 módulos fiscais; e garantia de participação de membros das entidades na estrutura governamental, com a indicação de assessores para atuar na sede do programa, em cada estado conveniado ao PNCF.

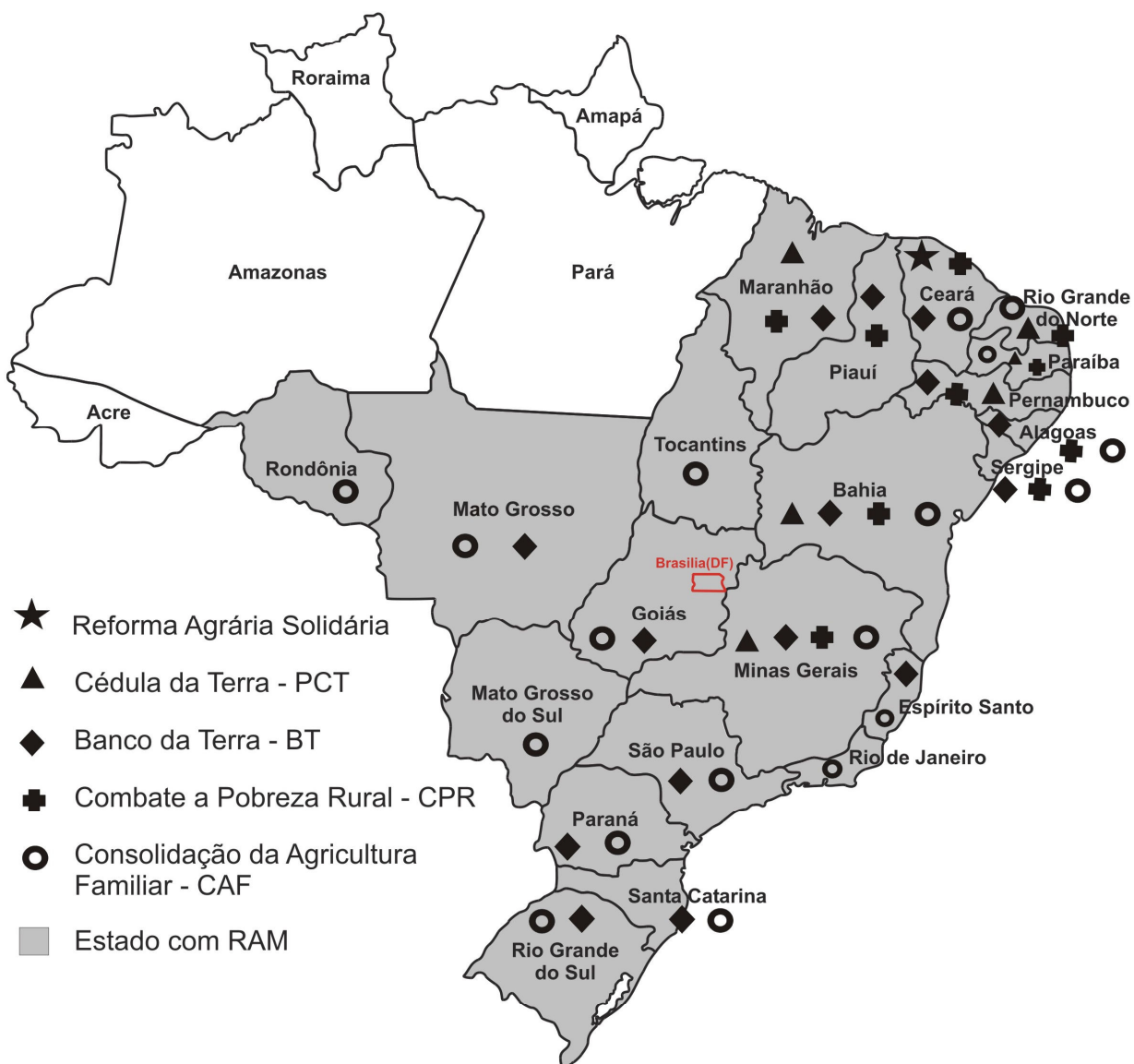
O PNCF é o novo nome atribuído à RAM, durante o governo Lula, e iniciou em janeiro de 2003. A partir de um conjunto de linhas isoladas de financiamento, foi criado um programa institucional incorporado ao II Plano Nacional de Reforma Agrária, intitulado *Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*, que tinha como meta atingir, até o final do governo, em 2006, 130 mil famílias. O programa funciona como uma espécie de guarda-chuva, e todos os programas criados, durante o governo anterior, foram extintos. Todavia, linhas de financiamento substitutivas foram criadas e abrigadas sob o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), integrante da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a operação do Fundo de Terras agora incorporado à política fundiária do Estado brasileiro e funcionando como um instrumento de longo prazo.

Há modalidades de linhas de financiamento da RAM, semelhantes às do governo anterior. Embora cada uma delas tenha passado por um “aprimoramento” das regras operacionais e ganhado um novo nome, a lógica do programa permanece a mesma. No lugar do PCT e do CFCPR, foi criado o Combate à Pobreza Rural (CPR), no qual o ingresso dos mutuários se dá com a formação de associações. O CPR apresenta como principal locus de implementação os estados da região Nordeste. Outra linha é a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), na qual o acesso aos mutuários ocorre individualmente, e embora esteja voltada para os estados da região Sul e Sudeste, faz-se presente em todas as regiões brasileiras, uma vez que substituiu o Banco da Terra. Ademais, no governo Lula, as ações de compra de terras continuaram em todos os estados anteriormente mencionados, além da expansão da RAM nos estados do Mato Grosso do Sul, Rondônia, e Tocantins. (Figura 28)

Portanto, a ampliação da RAM é caracterizada não apenas pelo aumento do número de famílias, pela compra de mais imóveis e incorporação de mais área ao Programa, mas também pela ampliação da escala de atuação em nível nacional. Sua consolidação está sendo verificada na criação de um Programa Federal, formado por diferentes linhas de financiamento, com vistas a atender a um público diversificado; ao funcionamento, a longo prazo, do Fundo de Terras; e às alterações nos regimento dos programas, com vistas a garantir o apoio do movimento sindical dos trabalhadores rurais, de

forma a distencionar o campo de lutas em torno do Programa.

FIGURA 28 - BRASIL: LINHAS DE FINANCIAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO (1998 - 2006)



Fonte: Programa Nacional de Crédito Fundiário

O governo decidiu ampliar o público de abrangência do programa a partir da *Mercantilização das políticas afirmativas, de juventude e de direitos humanos*, por meio do aprimoramento das regras operacionais da RAM, da cooptação do apoio do movimento sindical à política, do funcionamento do Fundo de Terras, e da criação de um Programa bem delimitado, que se voltava para os pobres do campo das regiões mais pobres da região Nordeste (CPR), e para aqueles que não tinham terras ou pouca terra (CAF).

Assim, criou-se o programa Nossa Primeira Terra (NPT), voltado para jovens sem terra, agricultores e filhos de agricultores, e/ou egressos das escolas agrotécnicas e rurais, dentre outras, que se encontrem na faixa etária entre 18 e 24 anos, entre outros critérios de elegibilidade. Também foram criadas as ações Terra Negra Brasil (TNB) e Terra para Liberdade (TL). Com a mesma lógica de funcionamento da RAM, os programas visam atender, respectivamente, populações afro-descendentes não quilombolas e trabalhadores(ras) vulneráveis ou resgatados(das) de situações análogas à do trabalho escravo. O TNB resulta de uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a ONG catarinense Núcleo de Estudos Negros (NEN), e os empreendimentos são implantados por meio de qualquer uma das três linhas de crédito CPR, CAF ou NPT. O TL integra as ações do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, do MDA/INCRA, e está articulado com a linha de crédito CPR, tendo em vista o fato de que o público-alvo encontra-se, principalmente, no Nordeste.

A última fase demonstra uma intencionalidade das políticas agrárias neoliberais em capturar públicos distintos e com uma potencialidade de luta surpreendente, em face dos processos de exclusão e subordinação a que estão submetidos. Por exemplo, a juventude rural organizada nos movimentos camponeses, diante do parcelamento das terras de seus pais e da inexistência de uma política de reforma agrária que contemple este segmento, tem-se caracterizado como um importante segmento, que se organiza para entrar na terra, mediante as ocupações. Observe-se ainda que, nas diferentes unidades da federação, são os jovens que têm assumido a função de direção das organizações mais combativas do campo. Esta linha de crédito (CAF) é uma nova artimanha do Estado, para conter a ameaça da rebeldia da juventude camponesa organizada e que luta pela conquista de seu pedaço de chão.

A introdução da TNB em sua lógica mercantil dificilmente conseguirá resgatar e fortalecer os traços étnicos e culturais de uma dada comunidade afro-descendente. O princípio destas comunidades é o uso comum da terra e a transferência geracional do direito de uso. Contraditoriamente, a RAM baseia-se no mercado e na titulação alienável da terra. Esta ação pretende conter as lutas e a organização dos povos afro-descendentes e remanescentes de quilombolas, em suas lutas identitárias, que reivindicam a demarcação de suas terras, hoje, ocupadas, muitas vezes, por grandes proprietários, disfarçando a solução de litígios pela esfera do mercado. Certamente, os mecanismos de mercado para a compra e venda de terras, em sua natureza, céleres e desburocratizados, afastarão as posturas reivindicatórias pelo reconhecimento identitário de comunidades descendentes de quilombolas, que buscarão empréstimos para comprar terras, em detrimento dos processos de inclusão na reforma agrária.

Por sua vez, a criação da TL contradiz o debate e as disputas políticas atuais em torno da desapropriação dos imóveis rurais atuados por prática de trabalho escravo moderno, transparecendo, novamente, o propósito de proteger a grande propriedade no Brasil. A criação da TL, dificilmente, promoverá a ressocialização dos trabalhadores resgatados de situação análoga a trabalho escravo, tendo em vista que diferentes estudos demonstram que a RAM promove um aprisionamento do camponês à dívida contraída junto ao agente financeiro. Por sua vez, as políticas de juventude e de afirmação têm por objetivo a emancipação de um segmento social historicamente excluído, o que dificilmente será conseguido pela lógica mercantil.

Estas são dimensões do aprofundamento da RAM, durante o governo Lula. Faz-se mister ressaltar que a captura dos segmentos sociais historicamente excluídos também pode ocorrer de forma implícita, ou seja, no interior das linhas creditícias existentes. Uma evidência desta afirmação refere-se à venda de 57,14 ha da Fazenda Travessão à Associação Indígena Pankararu Pataxó – AIPPA, localizada no município de O financiamento no valor de

Ao longo desta primeira década de operação da RAM no país, um conjunto de críticas têm sido formuladas acerca da postura do BM com relação à questão agrária nacional e à reforma agrária. Essa instituição, em linhas gerais, objetiva, com sua política de desenvolvimento rural, promover o acesso à terra, concebido como passo importante para o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza, e o fomento ao mercado de terras, com o

intuito de criar uma alternativa à *reforma agrária tradicional*²⁴. De acordo com Navarro (1998, p.14), em estudo sobre o Projeto-piloto Cédula da Terra (PCT), há

[e] [grifo meu] a possibilidade de uma **completa transparência** [grifo meu] em toda a via processual do PCT, pois os beneficiários, em tese, são os maiores interessados em reduzir preços, examinar cuidadosamente a potencialidade produtiva do imóvel a ser adquirido, etc; [f] [grifo meu], particularmente, a possibilidade de que a proliferação de associações, como primeiro requerimento habilitador, possa também produzir repercussões sociais e políticas nos municípios, pois tais coletivos constituem-se em *representações sociais* [grifos do autor], que poderão potencialmente contribuir para o “adensamento do capital social” [grifos do autor] local, pressuposto para a democratização social e política.

Embora tais argumentos tenham sido incorporados ao discurso e à prática política do governo federal, é preciso refletir criticamente sobre os impactos já materializados no espaço geográfico brasileiro. Quanto à “completa transparência”, faz-se necessário pontuar sua fragilidade. Os mutuários, camponeses pobres e com reduzido acesso à informação, dificilmente dispõem das condições ótimas para negociar a terra com os proprietários, e, além disso, a intermediação da compra e venda da terra foi executada, na prática, pelos técnicos governamentais. Exemplo emblemático foi o da Comunidade Senhor do Bonfim em Porto da Folha, perscrutada nesta tese. A propositura de uma solução sem conflitos (ou seja, não coercitiva *para os proprietários*) desconsidera o caráter histórico da concentração fundiária no país e a legitimidade da organização dos movimentos sociais representativos das trabalhadoras e trabalhadores do campo brasileiro.

A partir do momento em que a reforma agrária passa a ser regulada pela lei da oferta e da procura de terras, o Estado brasileiro dilui o seu estratégico poder de comandar o processo de democratização da propriedade fundiária. Transfere para os proprietários a autonomia de determinar a escala, o preço, o espaço e o tempo da reforma agrária. Enquanto isso, ao Estado cabe apenas o papel de financiar, conceder assistência técnica e avaliar os projetos criados. Em todos os programas, há, ainda, a previsão legal de transferência de poderes do governo federal para a esfera local, com base no estabelecimento de acordos com os governos estaduais, transferindo para estes a atribuição de implementação do programa. Esse conjunto de ações, previstas nos programas, explicita a obviedade da estratégia de desfederalização das ações políticas de reforma agrária.

²⁴ Conceito encontrado em TEÓFILO (1994) e NAVARRO (1998) para denominar a reforma prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.629 de 25/02/1993 (Lei da Reforma Agrária).

A desfederalização da política de reforma agrária de mercado sustenta-se na justificativa de que, em virtude da maior proximidade do local dos governos estaduais e municipais, as intervenções fundiárias poderiam dar-se com maior eficiência, à medida que o poder esteja concentrado no estado e/ou nos municípios. Contudo, a realidade nos demonstra que, na escala municipal e estadual, o poder econômico e político dos grandes proprietários fundiários e grupos econômicos exerce maior influência e controle sobre os governos, instituições, e sujeitos que atuam nas respectivas escalas. Desta forma, as ações de RAM, já regidas e determinadas pelas forças do mercado estariam ainda mais permeáveis a agir com maior parcialidade em favor dos capitalistas do campo que em favor dos camponeses.

Concordo com Sauer (2001) com respeito ao fato de que a questão central da reforma agrária reside na perspectiva de ruptura com a lógica rentista e não produtiva da propriedade da terra, que tem sustentado o latifúndio em nosso país e penalizado o conjunto da população brasileira desde, pelo menos, a Lei de Terras de 1850. Martins (2000^a, p. 24-25), em obra recente, corrobora este entendimento, tendo em vista que, “justamente o pagamento da própria terra em dinheiro, mesmo à prazo, reafirma o caráter rentista do sistema econômico, base institucional do latifúndio improdutivo, e tem sido rima das principais bandeiras do latifúndio da América Latina.” Portanto, a renda da terra é fundamental para compreender a dinâmica da RAM.

Para que o capital utilize-se da terra, é necessário que pague uma licença por seu uso. Esta pode se concretizar por meio de um pagamento ao seu proprietário, um aluguel ou de sua compra. O pagamento é o que chamamos de renda da terra, renda fundiária ou renda capitalizada da terra. O aluguel permite ao proprietário usufruir por mais tempo da renda, enquanto a venda realiza apenas uma única vez a renda capitalizada da terra. Esta representa um óbice para a reprodução do capital na agricultura, que somente pode ser removido com o pagamento da renda da terra. Isto é considerada uma irracionalidade para o capitalismo, porque imobiliza parte do capital que poderia estar dinamizando outra atividade econômico-produtiva e, para efetivamente colocar a terra para produzir, terá, ainda, que realizar investimentos em máquinas, ferramentas, insumos agrícolas, e força de trabalho.

A reprodução ampliada do capital (renda capitalista da terra) somente poderá se realizar, posteriormente, com a retirada dos frutos da terra, sua circulação e conseqüente pagamento do valor do salário ao trabalhador, e com a renda da terra ao proprietário capitalista. O valor da renda da terra não é pago diretamente pelo trabalhador, tão

pouco pelo capitalista, de forma que o valor da renda a ser paga ao proprietário de terras não é pessoal, mas sim social. Em outras palavras, o pagamento pela utilização da terra é distribuído entre toda a sociedade de forma que está diluído no preço das mercadorias, bens e serviços consumidos por todos. Embora a terra não tenha valor porque não resulta do trabalho humano, ela tem preço. O preço é estabelecido no seu aluguel ou na venda, e proporciona aos proprietários apropriarem-se da mais-valia social, sem participar do processo produtivo. Isto se dá apenas por serem proprietários da terra. As formas de realização da renda capitalizada são as seguintes:

a) Renda absoluta - ocorre com o monopólio de classe sobre a terra. Exige de quem deseja acessar este bem a imobilização de elevada quantidade de dinheiro. A classe dos proprietários é formada por aqueles que não desejam se submeter ao pagamento da renda capitalizada da terra. A renda absoluta se realiza por meio do aluguel da terra (arrendamentos, parcerias), de forma prolongada e, imediatamente, por meio de sua venda. Este é caso da RAM.

b) Renda diferencial - Pode realizar-se em função da qualidade natural e da localização da terra (renda diferencial 1), ou em função dos investimentos de capital para aumentar a produtividade ou melhorar a localização (renda diferencial 2). Neste caso geralmente ocorre uma valorização do espaço. (MORAES e COSTA, 1987)

c) Renda de monopólio - Ocorre quando uma área possui um conjunto de condições edafoclimáticas excepcionais e exclusivas para dado produto em qualquer parte do globo e que somente pode ser produzido em quantidade reduzida. As características excepcionais do território são incorporadas ao produto, induzindo, assim, a um preço de monopólio. Um exemplo emblemático é o dos vitivinicultores dos municípios integrantes do Vale dos Vinhedos no Rio Grande de Sul.

d) Renda pré-capitalista - Diz respeito às primeiras formas de pagamento da renda da terra. Seu pagamento se dá com o produto excedente e não com a mais-valia social, como no caso da renda capitalizada da terra. Todavia, na atualidade, o capital já incorporou a renda pré-capitalista da terra no seu processo de reprodução ampliada, e, assim, compõe a lógica contraditória do capital. A renda pré-capitalista é realizada de três modos

principais: 1) Renda-em-trabalho – quando o produtor com seus meios de produção lavra por um prazo determinado previamente (parte dos dias, mês, ano) a terra do proprietário, geralmente de forma coercitiva, em troca de poder trabalhar uma parcela de terra em benefício próprio e/ou da família; 2) Renda-em-produto – Refere-se a quando o trabalhador cede parte da sua produção para o proprietário da terra, como pagamento da sua exploração. No capitalismo, esta forma de renda transmutou-se em diferentes percentuais de parceria: meação, terça, quarta, quinta, etc; 3) Renda-em-dinheiro – É a metamorfose da renda-em-produto em dinheiro. O camponês, ao invés de entregar o produto ao proprietário, converte o produto em dinheiro e o entrega em proporção equivalente ao dono da terra.

Outra questão relevante da RAM diz respeito à defesa, pelo Estado, de que os camponeses atingidos têm garantida a inserção no mercado. Primeiramente, deve-se observar que a trajetória histórica dos produtores familiares no Brasil, muitas vezes, buscou conciliar produção de excedentes com relações de trabalho não-capitalistas. Contraditoriamente, as relações do mercado sempre os excluíram. A produção para o mercado não resgata necessariamente a cidadania. Mas, certamente, força o camponês às exigências do mercado. Contribui, portanto, para a desintegração da autonomia camponesa de determinar o ritmo de sua produção, obriga-o à lógica de produção em larga escala, e a estar de acordo com elevados padrões de qualidade definidos externamente. A fim de alcançar isto, o camponês torna-se refém dos pacotes tecnológicos, como já ocorre com o processo de integração dos camponeses em diversas partes do Brasil, nos sistemas agrícolas do fumo, aves, cana, soja, etc.

Estudo do DESER (1999) já demonstrou, sobre o Banco da Terra, que as regras de financiamento da terra desencadeavam um nefasto processo de escravização do camponês à dívida, uma vez que, além dos elevados juros, havia uma relação inversa de evolução entre a dívida contraída (crescente) e a produtividade da terra (decrecente). Neste documento, embora não seja meu objetivo realizar análise do mesmo tipo, os relatos dos mutuários demonstraram a continuidade da tendência apontada em 1999. No tocante à participação dos mutuários na vida política local, Navarro (1998, p.12) apresenta resultados empíricos de pesquisa realizada nos estados nordestinos contemplados com o PCT, nos quais constata a ocorrência de formação de associações com o objetivo explícito de manipulação dos trabalhadores.

Tais particularismos podem obedecer a motivações diversas, ou de fundo

político-eleitoral, por exemplo, ou, ainda, para atender interesses locais – por exemplo, uma liderança local interessada em adquirir uma área e que, para tanto, escolhe e agrega algumas famílias do local, para socializar os custos, provavelmente esperando adquirir suas parcelas futuramente, o que poderia tornar-se uma situação comum na implantação de um PCT-ampliado [ou seja, Banco da Terra].

Para concluir esta parte, vale retomar a decisão do governo federal de limitar a compra de propriedades de até 15 módulos fiscais, como forma de dissimular as críticas de que a RAM poderia, e estaria, avançando sobre áreas passíveis de desapropriação. Tal medida, ao mesmo tempo em que limita o financiamento para a compra de imóveis fora das exigências da reforma agrária, gera, contraditoriamente, outros problemas: a) a tendência a um processo de minifundização, que, segundo Castro (2001, p.286), “significa a exploração anti-econômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência, que não dá para matar a fome da família.”; b) a ineficiência da RAM, quanto à capacidade de promover alterações na estrutura fundiária, mesmo que no plano local. O programa, ao mobilizar associações para a aquisição de terras com um pequeno número de componentes, impossibilita a aquisição de grandes áreas.

Em todas as dimensões apresentadas, verifica-se que o controle do processo de territorialização da RAM está concentrado no mercado, tendo em vista o incentivo aos fazendeiros para realizar a renda capitalizada da terra mediante a venda de seus imóveis ou partes deles. Nesta política pública, o tempo, espaço e intensidade da criação e recriação do campesinato é a lei da oferta e da procura. Uma reforma agrária concentrada nesses pressupostos expressa a cooptação e a subordinação a um modelo de desenvolvimento onde o capital tem o controle.

4.5. As políticas de terras do Banco Mundial no mundo: quadro sintético

Diante do exposto neste capítulo, pode-se afirmar que as políticas fundiárias neoliberais têm assumido diferentes formas em diferentes países do Sul, a depender da conjuntura política, do estágio de desenvolvimento do capitalismo, e dos componentes da

questão agrária local. De modo geral, as diferentes políticas se articulam como estratégias de promoção de um modelo de desenvolvimento territorial rural, fundamentado no paradigma do capitalismo agrário, cujo discurso apresentado e propalado é o de redução da pobreza por meio da promoção da segurança na propriedade da terra, viabilizado pelo funcionamento livre do mercado.

No conjunto dos países analisados, o pano de fundo é a existência de desigualdades socioeconômicas abissais, em virtude da histórica concentração fundiária e de cenários de mobilização popular reivindicatórios para a redistribuição das terras, como mecanismo de alcance de justiça social e alteração dos pactos políticos que comandam os respectivos países. O receituário liberal, na maioria dos países, foi introduzido a partir dos anos 1960/1970, como políticas de difusão do modelo produtivo da Revolução Verde. Nos anos 1990, delimitaram-se suas ofensivas sobre a forma de acesso à terra para os mais pobres, cujo controle reside, fundamentalmente, nas mãos do capital representado por grupos econômicos nacionais e corporações transnacionais.

A lógica central das políticas fundiárias neoliberais reside na conversão da terra como mercadoria, na liberalização das formas de acesso à terra pelos camponeses pobres, nos estímulos às políticas de arrendamento, na promoção de títulos alienáveis, e na eliminação da posse comunitária. As políticas fundiárias neoliberais são introduzidas para controlar e desarticular conflitos raciais, originados na desigual distribuição fundiária, tentar pacificar guerras ou estimulá-las, eliminar as lutas indígenas e de sem terra. Apesar de se auto-afirmarem ágeis, baratas e pacificadoras, as experiências analisadas demonstram que os preços das terras tendem a aumentar com o estímulo aos mercados de terras, aumentando a necessidade de créditos pelos mutuários e conseqüente aumento das dívidas, inviabilizando, em curto prazo, a própria política, que nada mais consegue adquirir, conduzindo, assim, os camponeses a nefastos processos de desterritorialização.

Um aprendizado importante, neste processo, é a permanência da disputa territorial, referente à apropriação fundiária entre o capital e os camponeses dos diferentes países. Enquanto os primeiros utilizam-se do receituário neoliberal, viabilizado por empréstimos das instituições multilaterais, os camponeses, considerando a conjuntura política e organização de cada país, buscam fortalecer suas instituições, com vistas a pressionar o Estado para a realização de reformas agrárias que promovam a redistribuição da riqueza e do poder político.

Isto se dá mediante a realização de diferentes metodologias, que vão desde a luta armada, como o caso mexicano com o Exército Zapatista de Libertação Nacional, até as ocupações de terras, que se configuram como principal mecanismo contestatório da propriedade privada com fins especulativos, conforme os casos da África do Sul, Zimbábue, Tailândia e Brasil. Neste último país, as organizações camponesas têm investido na sua organização, mediante a articulação dos movimentos camponeses em torno da Via Campesina, e da produção de conhecimento socialmente engajado, que possibilite qualificar ainda mais a luta popular, tema que discutirei no capítulo seguinte.

5. MOVIMENTOS CAMPONESES, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Com o fim da Guerra Fria - do conflito Leste X Oeste-, a atualidade passa a ser marcada por um cenário sombrio de problemas e contradições, resultante de uma injusta divisão internacional do trabalho, dentre os quais: o aumento da dívida de muitos países, intensificando as desigualdades sociais e regionais; a permanente ameaça de estagnação e decadência econômicas; o exagerado desnível entre o crescimento populacional e o crescimento econômico; as exacerbações nacionalistas, os sentimentos xenófobos e racistas; as inúmeras formas de degradação alarmante do meio ambiente; a fome e a morte de milhões de crianças; a ascensão das ondas de terrorismos e as intervenções militares externas, em diferentes partes do globo; o processo acelerado de artificialização da alimentação mundial, entre outros.

A revolução técnico-científica-informacional promove uma aceleração dos diferentes fluxos, sobretudo, dos capitais. De forma, verticalizada os centros decisórios globalizadores, cujas bases estão nos pólos do capitalismo contemporâneo (Estados Unidos, Europa Unificada e Japão), disseminam um ideário pautado no consumo, padronizando valores e comportamentos. Impõe uma forma de pensamento e ação únicos que servem de suporte às ações hegemônicas dos Estados, das empresas transnacionais e das instituições multilaterais como: FMI, BM e OMC. A globalização se instala de forma onipresente na vida social e difunde o ideário da irreversibilidade da sua forma e processo atuais de expansão, desta forma, fortalece a concepção de que não há alternativas para a realidade atual. A ideologia neoliberal tem centralidade neste processo. Todavia, conforme demonstrou Santos (2000, p. 160):

O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é somente o conjunto de formas particulares de realização de apenas um certo número de possibilidades. No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades.

O processo de globalização é acompanhado de um processo socioespacial contraditório e complementar: a fragmentação. Esta pode ocorrer em uma perspectiva de associação e fortalecimento da globalização, bem como, no sentido de contestar e/ou de combater a globalização e sua perspectiva homogeneizadora. Haesbaert (1998) atribui o qualificativo de “inclusiva ou integradora” quando os processos de fragmentação se delineiam

no primeiro caso. São exemplos deste caso, as estratégias produtivas de propagação da sub-contratação e terceirizações, a difusão do trabalho temporário, a fluidez espacial das firmas, a transitoriedade dos produtos, a intensificação da divisão do trabalho, a formação de blocos econômicos, etc.

Fragmentação excludente ou desintegradora qualifica as dinâmicas que derivam do processo de globalização e que se utilizam do ferramental técnico da globalização para promover um outro modelo de globalização, muitas vezes, ligados aos movimentos anti-globalização. Sua gênese é motivada, principalmente, pela constituição de uma multidão de desempregados, excluídos e miseráveis, frente à difusão do consumismo e da mercantilização da vida. Pode ser exemplificada tanto no surgimento dos fundamentalismos religiosos, étnicos e nacionalistas, assim como, na ação das Organizações Não-Governamentais ambientalistas que atuam, globalmente, nos fóruns anti-globalização como é o exemplo do Fórum Social Mundial. A Via Campesina Internacional e suas ações de combate ao neoliberalismo inserem-se, concomitantemente, neste bojo da fragmentação excludente e de territorialização do campesinato no mundo. Busca, portanto, a construção de uma outra globalização, na qual sejam valorizados “os valores fundamentais, essenciais, fundadores do homem, válidos em qualquer tempo e lugar, como a liberdade, a dignidade e a felicidade (SANTOS, 2000, p. 161)”. Sua formação e seus princípios, discutirei nas linhas que seguem.

5.1. A Via Campesina Internacional

A Via Campesina é uma articulação camponesa internacional que congrega organizações camponesas, pequenos e médios produtores, jovens e mulheres rurais, comunidades indígenas, sem-terras, trabalhadores rurais migrantes e cooperativados. Presente em 56 países nos continentes africano, asiático, europeu, e americano sua organização espacial está delimitada em 09 regiões de atuação: Europa, Leste, Sul e Sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África. Foi constituída em 1992 em Manágua, na Nicarágua, por líderes camponeses da Europa e Américas Central e do Norte, reunidos no *Congreso de la Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG)*. Atualmente, a Via Campesina encontra-se em fase de expansão e de consolidação, atua em defesa de interesses profissionais e de classe, em sua multidimensionalidade política, econômica, tecnológica e de gênero. Com 15 anos de existência, atualmente é composta por um total de 144 organizações, que atuam de diversas formas nos respectivos países de origem.

Ocupações de terras, protestos contra as reuniões da OMC²⁵, destruição de cultivos transgênicos, destruição de laboratórios de corporações do monocultivo são exemplos de metodologias de ação que compõem o processo de territorialização mundial desta organização camponesa, cuja configuração pode ser verificada no quadro abaixo.

QUADRO 2 – TERRITORIALIZAÇÃO DA VIA CAMPESINA NO MUNDO- 2007

Regiões de atuação	Nº Membros	Países
África	05	Moçambique, Madagascar, Senegal, Mali, África do Sul
América do Norte	11	México, Estados Unidos da América, Canadá
América do Sul	29	Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina, Colômbia, Equador, Venezuela, Chile, Peru
América Central	09	El Salvador, Costa Rica, Panamá, Belize, Honduras, Guatemala, Nicaragua
Cuba e Caribe	11	Cuba, Haiti, República Dominicana, Ilhas Windward
Sudeste da Ásia	23	Tailândia, Filipinas, Timor Leste, Coreia do Sul, Malásia, Vietnã, Indonésia
Sul da Ásia	20	Nepal, Bangladesh, Índia, Sri Lanka,
Europa	36	Espanha, Turquia, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal, França, Reino Unido, Suécia, Noruega, Holanda, Suíça, Hungria, Espanha.

Fonte: <www.viacampesina.org/main-sp/index.php?option=com-wrapper&itemid=59>

Acessado em 28 fev. 2007, 10:40hs. Informações sistematizadas pelo autor

Seu objetivo é

desarrollar la solidaridad y unidad dentro de la diversidad entre las organizaciones, para promover las relaciones económicas de igualdad y de justicia social, la preservación de la tierra, la soberanía alimentaria, la producción agrícola sostenible y una igualdad, basada en la producción a pequeña y mediana escala. (VIA CAMPESINA, 2006, p. 01)

Esta articulação tem envidado esforços no sentido de articular e fortalecer as diferentes organizações membros, a partir das escalas local-regional-mundial e mundial-regional-local. Outra estratégia da Via Campesina é exercer influência nos centros de poder e de tomadas de decisões dentro dos governos, dos organismos multilaterais, com o intuito de contribuir com a definição de outro rumo nas políticas econômicas e agrícolas que afetem os pequenos e médios agricultores. Apóia, também, o fortalecimento das ações das mulheres em questões políticas, sociais, econômicas e culturais, além de formularem propostas alternativas

²⁵ Os protestos contras as reuniões dos organismos multilaterais têm sido cada vez mais intensos e radicais, o que, por sua vez, leva o Estado a reprimi-los mais violentamente com o uso do aparato policial dos Estados. Em 10 de setembro de 2003, na cidade de Cancun, em virtude da realização da 5ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em um protesto de milhares de camponeses que pretendiam bloquear esta reunião, o camponês coreano, Lee Hyun Hae, apunhalou-se, até a morte, sob palavras de ordem de: “A OMC mata os camponeses”.

nos seus principais eixos de atuação: reforma agrária, soberania alimentar, produção, comércio, pesquisa, recursos genéticos, biodiversidade, meio ambiente e gênero.

Seu enfrentamento principal reside no combate ao neoliberalismo e aos organismos multilaterais, sobretudo, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, respectivamente, com suas políticas agrícolas e fundiárias. Nesse sentido, a Via Campesina tem se aliado com diferentes setores sociais, econômicos e políticos. Este nível organizativo e de enfrentamento exige a produção, a apropriação e o controle de conhecimentos e tecnologias, que têm sido produzidos por seus *think tanks*. Estes podem ser organizações não-governamentais como a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, as redes nacionais ou internacionais de pesquisa e pesquisadores como a *Land Research and Action Network*, os intelectuais ou os grupos de pesquisas de instituições de ensino e/ou pesquisa como o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

5.2. A Via Campesina Brasil e a Rede Terra de Pesquisa Popular

No Brasil, a Via Campesina é formada por quatro organizações camponesas: Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A este último compete a coordenação regional da Via Campesina na América do Sul. As organizações que cito, em seguida, são aliadas, porém, não-membros: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Sua composição traduz certa coerência político-ideológica entre os programas da Via Campesina Internacional e os das organizações brasileiras. Este parece ser um critério para ingresso na Articulação. Afirmei, alhures, que no Brasil destacam-se na luta pela terra cinco movimentos socioterritoriais (MST, CONTAG, MLST, MAST, CUT) entretanto, destes, apenas o MST compõe a Via Campesina. Pode-se inferir que, apesar da intensidade do processo de espacialização e territorialização de um movimento ser importante para o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais, a composição da Via Campesina orienta-se mais pela combatividade da organização camponesa e suas teses programáticas que a intensidade da sua metodologia de ação.

A Via Campesina Brasil também está em processo de estruturação. Em parte dos estados brasileiros, a articulação entre os movimentos e a construção de identidades comuns está sendo construída. Mas, sua criação já apresenta alguns efeitos na luta social, praticada pelas organizações membros e organizações aliadas não-membros. Mediante a articulação da Via Campesina Brasil, ampliou-se a possibilidade de intercâmbio com outras organizações de diferentes partes do mundo, promovendo o aprofundamento da reflexão sobre temas que atingem o campesinato mundial, o estreitamento de relações entre as entidades camponesas de outros países e do Brasil, o conhecimento de dilemas locais e a troca de experiências de formas de luta, as potencialidades e as limitações. Sua criação, no Brasil, inaugura um novo momento da luta camponesa no país, que, neste primeiro decênio do século XXI, incorporou à sua pauta a luta contra o agronegócio. Junto com isso houve, também, a incorporação de novas metodologias de luta, dentre estas a elaboração de conhecimentos para enfrentamento e disputa de modelo de desenvolvimento, seguida de ações no espaço, que traduzem uma crítica radical. Um exemplo emblemático foi a ação realizada no Dia Internacional da Mulher de 2006 pelo Movimento de Mulheres Camponesas em nome da Via Campesina (Figura 29), que destruiu laboratórios de mudas de eucaliptos da Empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, enquanto ocorria na cidade de Porto Alegre a Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), promovida pela FAO e o governo brasileiro, reunindo chefes de Estado e autoridades de governo. Este ato consolidou-se como um ícone da campanha contras os desertos verdes.

Outra ação de semelhante envergadura foi praticada durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no ano 2001, por integrantes da Via Campesina internacional que, sob a liderança do líder campesino francês José Bové, praticaram a destruição de cultivos transgênicos no estado do Rio Grande de Sul. A Via Campesina Brasil também tem promovido uma atuação conjunta com diferentes organizações e setores da sociedade que têm horizontes programáticos afins. A busca pela produção, pela apropriação e pelo controle do conhecimento também é uma preocupação que perpassa a conquista e a realização de diferentes cursos de formação política, técnica e científica, que, na maioria das vezes, realiza-se por meio de parcerias entre as organizações camponesas e suas cooperativas, o governo federal, e as instituições de ensino e pesquisa. Alianças a esta Articulação há, também, a manutenção e o fortalecimento de uma rede de intelectuais e parlamentares que, permanentemente, assessoram a Via e os movimentos camponeses em diferentes questões.

FIGURA 29 – PROTESTO DA VIA CAMPESINA CONTRA O AGRONEGÓCIO



Fonte: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/terror_contra_saber.htm> Acessado em 15 mai. 2007, 15:24.

Percebendo a necessidade de produzir seu próprio conhecimento a fim de potencializar a organização, sua luta e a ação dos seus membros, o ano de 2005 foi marcado pela criação da Rede Terra de Pesquisa Popular. Sob a articulação e a coordenação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e assessoria da Criterium Assessoria em Pesquisa, foram realizados dois seminários para a articulação de uma rede nacional de pesquisadores populares do campo. O primeiro ocorreu no período de 19 a 22 de maio de 2005 no município de Caucaia – CE, local que estiveram presentes representantes MST, MAB, CPT, PJR, no arco sindical, houve a representação da CUT-RN, bem como, de pesquisadores do Projeto GeograFAR – Geografia dos Assentamentos Rurais grupo de pesquisa ligado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estavam representados os estados da região Nordeste com exceção, apenas, de Alagoas.

O segundo seminário realizou-se na Escola Nacional Florestan Fernandes, município de Guararema – SP, entre 31 de maio e 03 de junho de 2005. Estiveram presentes representantes do MST, MAB, MPA, MMC, CPT, PJR, FEAB, EFAS/RACEFAES, no campo sindical o STR de Governador Valadares (MG), arco da Universidade estiveram presentes pesquisadores do NERA-UNESP e da Universidade Federal Fluminense (UFF),

bem como, do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS). Os presentes no seminário vieram de diferentes estados da federação a saber: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A criação da Rede Terra de Pesquisa Popular vem ao encontro da deliberação do Seminário Nacional da Via Campesina Brasil, realizado em fevereiro de 2004, de formação de uma rede nacional de pesquisadores populares do campo, composta pelas organizações integrantes da Via Campesina Brasil e entidades parceiras. O tema de pesquisa é previamente definido pela coordenação da Via Campesina Brasil, considerando as problemáticas mais importantes para a organização e a luta social. Pode incluir temas que componham a estratégia de enfrentamento político (como as políticas fundiárias do BM), questões e dificuldades internas das organizações membros (exemplo da questão de juventude e/ou gênero no campo). Pode-se estudar uma política pública ou a ausência desta e seus respectivos impactos, ou ainda, abordar temas de natureza técnica. Sua atuação, neste momento, ainda se limita ao levantamento diagnóstico de uma dada realidade, dinâmica ou processo social.

As pesquisas são realizadas pelos militantes dos diferentes movimentos sociais e coordenadas por entidades parceiras da Via Campesina Brasil, além de contar com a contribuição de pesquisadores acadêmicos e intelectuais. Estes sujeitos, reunidos nos seminários e laboratórios da RTPP, partem de uma discussão política sobre algum tema de pesquisa que, necessariamente, compõe o cotidiano da luta de cada organização. A interação entre os diferentes sujeitos e as organizações proporciona a troca de experiências, interpretações e posições sobre tal tema, atualizando e ampliando a compreensão da realidade. Este momento proporciona o nivelamento de uma reflexão crítica sobre dada realidade e a problematização partilhada e coletiva do tema proposto. No segundo momento, os diferentes sujeitos participam de uma formação em metodologia de pesquisa, cuja referência é a investigação quantitativa de opinião pública. Coletivamente, definem-se os objetivos da pesquisa, elaboram-se os instrumentos de coleta de informações, discutem-se os procedimentos metodológicos, sempre considerando os interesses e as possibilidades das organizações. Como a RTPP tem uma escala de atuação nacional, as definições de um seminário podem ser revistas, aprimoradas ou acrescentadas nos seminários realizados em outras regiões brasileiras.

Cada um dos pesquisadores populares, participantes destes espaços formativos, tem o compromisso e a tarefa de levar as discussões e as deliberações para as direções dos movimentos nos estados e contribuir com a execução da pesquisa no estado. Tarefas como: articular os movimentos sociais entorno da investigação, coordenar e supervisionar sua execução, multiplicar a capacitação em pesquisa e a formação política de outros pesquisadores populares estão colocadas para estes sujeitos. O terceiro momento de uma pesquisa compete à *Criterium Assessoria em Pesquisa* que realiza o processamento e a sistematização de todos os dados coletados para que, posteriormente, os pesquisadores populares possam contribuir com sua análise em outro seminário. Neste, serão definidos, também, as estratégias de ação entorno da problemática investigada, tendo por referência os resultados obtidos.

A RTPP tem se constituído como importante espaço reflexivo, formativo e mobilizador dos sujeitos integrantes das respectivas organizações, conseqüentemente, dos Movimentos camponeses e da Via Campesina – Brasil. A partir de um esforço coletivo do próprio campesinato, tem-se produzido, de forma autônoma e criteriosa, conhecimento socialmente referenciado, voltado diretamente para os interesses das organizações camponesas. Compreendo este processo de elaboração de conhecimento, sua utilização prática e os resultados, advindos da sua realização espacial, como o processo de construção de um território imaterial, elaborado por *think tank* coletivo ou popular. Tais conhecimentos se confrontam com outros conhecimentos construídos pelos *think tanks* do capital, confrontando a lógica do pensamento único e consensual inerente ao neoliberalismo.

5.3. Os *think tanks* e a produção de territórios imateriais

Neste primeiro decênio da reforma agrária de mercado, o seu processo de territorialização material, conforme mencionado alhures, foi acompanhado da construção de territórios imateriais. Estes foram construídos por diferentes instituições, de distintas formas e objetivos. A imaterialidade territorial, inerente a esta política pública, pode ser observada na elaboração de um conjunto de conhecimentos sobre os programas de crédito fundiário no Brasil, que vão desde documentos elaborados por técnicos do Banco Mundial, como também, inspiram a elaboração de documentos, políticas e procedimentos técnico-operacionais no Brasil, estudos sobre os impactos dos empreendimentos, propagandas na mídia, folhetos, cartilhas informativas e outros.

A produção deste conjunto de informações impacta diretamente a realidade na medida em que se materializa espacialmente criando novos territórios. Neste processo, assume relevância o conhecimento produzido por *think tanks* do Banco Mundial, ligados ao Estado brasileiro em níveis federal, estadual ou municipal, aos sindicatos, assim como, movimentos camponeses, universidades e pesquisadores. Estes sujeitos têm produzido conhecimento com o intuito de promover o programa, alterar sua forma de realização ou de destruí-lo, respectivamente, de acordo com os objetivos político-estratégicos.

Compreendo por *think tanks* os especialistas que produzem conhecimento fundamentado na validade do fazer científico. Pode ser identificado, assim, um pesquisador, grupos de estudos, universidades, institutos de pesquisa, etc., desde que o conhecimento produzido tenha o objetivo de controlar um campo social e determinar uma compreensão da realidade. De acordo com as posturas políticas e ideológicas, estes sujeitos podem ser classificados em, pelo menos, dois tipos: Os *think tanks* conservadores e os *think tanks* coletivos ou populares. (Bourdieu: 2001)

Os *think tanks* conservadores são aqueles que afirmam a ciência como a única forma válida de conhecimento e dissimulam a realidade vigente mediante a defesa da ruptura com o Estado de Bem Estar e restauração do liberalismo com sua roupagem “neo”, proposto como um caminho único e sem retorno. Isto pode ser verificado na destruição de conquistas democráticas no tocante à legislação trabalhista, saúde, educação, previdência e seguridade social, etc., na erosão do papel do Estado, da escola pública e do serviço público.

Os *think tanks* coletivos ou populares são os que se opõem aos especialistas a serviço dos poderosos e reconhecem a relevância do conhecimento científico, mas afirmam a relevância dos saberes produzidos histórica e socialmente pelos sujeitos, bem como, aqueles produzidos por outros profissionais pois

...Os escritores e artistas poderiam, na nova divisão do trabalho político, ou, mais exatamente, na nova maneira de fazer política que se trata de criar, desempenhar um papel totalmente insubstituível: conferir força simbólica, pelos meios da arte, às idéias, às análises críticas; e, por exemplo, dar uma forma mais visível e sensível às conseqüências, ainda imprevisíveis, mas cientificamente previsíveis, das medidas políticas inspiradas pelas filosofias neoliberais. (Bourdieu, 2001: 44)

A ação destes intelectuais ou instituições é norteada pela elaboração de um pensamento contra-ofensivo, dialeticamente, em sentidos negativos e positivos. O sentido negativo abrange: a produção e a disseminação de instrumentos de defesa contra a autoridade simbólica, erigida pela autoridade da ciência; submeter o discurso dominante a uma crítica nas dimensões léxica, metafórica, argumentativa, sociológica, assim como, desvelar os seus resultados; a oposição científica às proposições dos *experts*, em particular, os economistas.

O sentido positivo da atuação do *think tanks* coletivo ou popular refere-se: a contribuição à produção de um trabalho coletivo de criação política, que se envolva de utopias realistas; a organização de pesquisas coletivas de novos modos de organização política, de mobilização, e de atuação; ao auxílio dado aos “grupos de trabalho em seu esforço para exprimir, e, ao mesmo tempo, descobrir, e o que poderiam ou deveriam ser e” contribuir “na coleta e acumulação do imenso conhecimento social sobre o mundo social de que o mundo social está carregado” (ibid., p. 40).

Nessa primeira década de implantação das políticas de crédito fundiário no Brasil, diferentes estudos foram realizados a pedido do governo brasileiro (GARCIA, 1998a; GARCIA e VEGRO, 1999; GARCIA, 1998b; CORRALES, 1998; BUAINAIN, 1999; BUAINAIN, 2002 e 2003; NAVARRO, 1998; SPAROVECK, 2005 e 2006), visando atender as exigências do Banco Mundial em avaliar os impactos advindos da implantação dos projetos. Os resultados destas vêm sendo utilizados pelo governo e BM para alterar regras e procedimentos operacionais, gerenciais e financeiros das linhas de crédito e planejar a expansão geográfica, a ampliação do público participante, assim como, utilizar-se dos resultados para, através da publicidade, forjar uma consciência coletiva favorável a esta política pública. Tais pesquisas são realizadas sob a coordenação de intelectuais ligados às universidades mais conceituadas do país, envolvendo os respectivos grupos ou empresas de pesquisa ou consultoria.

Por sua vez, as organizações camponesas, principalmente as ligadas à Via Campesina Brasil, produziram outro conjunto de pesquisas com o intuito de conhecer os impactos para planejar e executar formas de resistência e enfrentamento às diversas modalidades de reforma agrária de mercado (ALENCAR, 2002; SAUER, 2003 e 2004; RESENDE e MENDONÇA, s/d a e b; VIA CAMPESINA, 2006). Tais investigações são realizadas por intelectuais ligados às organizações, com auxílio de organizações não governamentais e, mais recentemente, com a criação da Rede Terra de Pesquisa Popular, pela

própria Via Campesina e seus militantes. A seguir, realizo uma breve apresentação dos principais resultados das duas últimas avaliações do governo brasileiro sobre o CFCPR (SPAROVECK, 2005 e 2006) e da derradeira investigação produzida pela Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2006).

5.3.1 Os think tanks conservadores e o Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural

Nos meses de outubro a novembro de 2003, uma equipe de entrevistadores, coordenados pelo Eng. Agrônomo e Prof. Dr. Gerd Sparovek, da Universidade de São Paulo/Escola Superior Luiz de Queiroz (ESALQ), visitou 174 empreendimentos de Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural (CFCPR), dos 226 projetos então existentes nos estados nordestinos. Todos estes se encontravam na fase de implantação. Os entrevistadores, contratados da Associação das Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), utilizaram dois mecanismos de coleta de informações: um questionário aplicado junto aos dirigentes das (174) associações de trabalhadores rurais e outro aplicado junto às (735) famílias mutuárias. Entre novembro de 2005 e março de 2006, a equipe da ESALQ retornou a 91 projetos, entrevistou, pela segunda vez, 200 famílias. As duas pesquisas contaram com apoio financeiro do Instituto Americano de Cooperação para a Agricultura.

Na prática, os dois estudos se complementam, tendo em vista a intenção de monitoramento do processo de implantação e consolidação dos empreendimentos. Cumprem, conforme mencionado alhures, parte da exigência do Banco Mundial de mecanismos avaliativos e de controle dos empreendimentos e políticas públicas implantadas com recursos financeiros advindos desta instituição financeira supranacional. As diretrizes investigativas são definidas, previamente, entre o grupo ou empresa de pesquisa, os gestores do Programa e a Unidade Técnica Nacional (SPAROVEK, 2005, p.14). Dentre os pontos investigados, destaca-se a delimitação do perfil dos mutuários com vista a verificar uma adequada focalização do programa, a evolução da implantação da infra-estrutura comunitária e produtiva nos empreendimentos, a capacidade de geração de renda e produção e as condições de prestação de assistência técnica.

No tocante ao perfil dos mutuários, constatou-se que o tamanho médio das famílias é de 6 pessoas, a idade média é 39 anos, sendo que mais de 50% dos mutuários encontram-se na faixa etária de 31 a 46 anos, 28% têm 47 e 65 anos, 9% dos mutuários apresentaram menos de 25 anos, de forma que "...o perfil etário médio pode ser alterado,

diminuindo a idade média dos beneficiários e estimulando jovens empreendedores a se candidatarem ao programa”, mediante a ampliação da ação Nossa Primeira Terra, específica para este segmento (SPAROVEK, 2005, p. 22). Esta sugestão evidencia a utilização destas investigações para programar ações de ampliação de públicos ingressantes na RAM. Segundo o relatório de pesquisa, a faixa média etária (39 anos) é um ponto potencial para o desenvolvimento positivo dos empreendimentos, uma vez que pressupõe maior experiência na prática de atividades agropecuárias. Todavia, deixa uma lacuna ao não abordar que o elevado número de mutuários (28%) se encontra em idade ativa avançada, sobretudo, se considerarmos que os programas têm um prazo de 20 anos para a quitação do financiamento. Quanto à escolaridade, há elevado quantitativo (28%) de mutuários analfabetos, freqüente descontinuidade no ensino de 1ª a 4ª séries e maior escolarização entre as mulheres. Diante destes resultados, o relatório de 2006 conjectura que o processo de “auto-seleção dos beneficiários” (princípio da RAM) esteja promovendo a exclusão dos camponeses de nível educacional mais baixo devido a maior desinformação, menor capacidade de organização e pouca agilidade em lidar com os trâmites burocráticos inerente a este grupo. Em contrapartida, um público mais escolarizado no Programa poderia criar um ambiente de diálogo profícuo entre mutuários, assistência técnica, órgãos gestores, etc., com vistas ao aprimoramento do programa e melhor desenvolvimento das áreas.

Quando cruzados estes dados com os de evolução da renda, constatou-se que ambos os grupos de mutuários obtiveram elevações de renda idêntica, sendo que aqueles, cujo nível instrucional é menor, elevaram sua renda, principalmente, por meio das atividades agrícolas, enquanto os outros o alcançaram por meio do recebimento de salários e diárias. Segundo Sparovek (2006, p. 37),

A menor inclusão de analfabetos é o aspecto mais preocupante da focalização. No CF-CPR certamente há um compromisso (*trade-off*) entre os objetivos de focalização na população mais pobre e os de **recuperação do valor do empréstimo** [grifos meus]. A maior escolaridade dos beneficiários poderia ser um indício de maior capacidade de obtenção de renda e pagamento do crédito enquanto o analfabetismo, geralmente, correlaciona-se positivamente à pobreza, o que poderia justificar, de certa forma, um fator positivo no viés dentro do grupo de elegíveis. Os dados coletados nesta pesquisa, no entanto, não confirmam isto. Os beneficiários de menor escolaridade apresentaram renda comparável ao grupo de maior educação formal. [...] A curto prazo, como medida paliativa, a revisão de procedimentos gerenciais do CF-CPR, que não restrinja o acesso a analfabetos, pode ser recomendada, visando uma inserção mais equânime

deste grupo para o qual o acesso à terra pode ser um dos caminhos mais eficientes de geração de renda e bem-estar.

Diante deste resultado, faz-se necessário inferir que é importante observar que o grupo mais escolarizado corresponde àqueles sujeitos que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental, apresentando, portanto, baixo nível de escolaridade. A elevação de renda, por parte deste grupo, vinculada ao recebimento de salários e diárias, comprova a realização de atividades fora do lote de produção e indica a insuficiência de condições materiais que garantam a subsistência familiar, impondo a permanência da proletarização de parte dos mutuários. Além disto, a preocupação, quase que central, é a promoção de condições para que os mutuários possam quitar suas dívidas com o banco.

Neste estudo, a renda das famílias é formada pela soma de: renda agrícola de auto consumo, renda agrícola advinda da comercialização da produção no mercado, renda de trabalho fora da propriedade (salários e diárias), aposentadorias ou pensões, renda de programas de transferência de renda, venda de produtos não agrícolas ou aluguel de máquinas e doações. Constatou-se, entre 2003 e 2005, uma elevação na renda familiar de R\$1.656,00 (hum mil seiscientos e cinqüenta e seis reais) para R\$ 4.064,00 (quatro mil e sessenta e quatro reais) por ano o que representa uma média de R\$ 338,00/mês (trezentos e trinta e oito reais). Para o autor,

Em três anos, boa parte dos beneficiários superou a renda dos critérios de focalização do CF-CPR, isto é, **deixou de ser pobre**. [grifos meus] O aumento da renda ocorreu por efeitos intrínsecos ao CF-CPR (aumento da produção agrícola decorrente do acesso à terra e aos meios de produção), efeitos secundários mas relacionados ao CF-CPR (salários e diárias, decorrentes da maior estabilidade familiar) e externos (programas de transferência de renda, pensões, aposentadorias e outras fontes não agrícolas). (SPAROVEK, 2006, p. 65)

Apesar da elevação de renda entorno de 145%, apenas para fins de exemplificação do patamar deste rendimento sem ignorar a especificidade das rendas agrícolas de auto consumo, registre-se que o salário mínimo, instituído em 1º de maio de 2005, era de R\$ 300,00 (trezentos reais). De forma que os mutuários alcançaram com esta elevação na renda mensal um patamar superior ao salário mínimo Porém, o Departamento Intersindical de Estatísticas Econômica e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário

mínimo necessário²⁶ deveria atingir R\$ 1.588,80/mês (hum mil quinhentos e oitenta e oito reais), ou seja, mesmo diante de uma elevação considerável dos rendimentos dos mutuários na RAM, não houve, sequer, uma aproximação da eliminação de pobreza, como sugere o relatório. Além disso, há que considerar que esta elevação ocorreu, em parte, com marcante participação das atividades externas ao projeto produtivo, seja sobre a forma de proletarização de membros das famílias, seja pela elevação do número de pessoas e valores das aposentadorias, pensões e de políticas compensatórias.

A proporção de mutuários, que passou a desenvolver cultivos destinados ao autoconsumo ou comercialização, saltou de 37% , em 2003, para 82%, em 2005, indicando um avanço no processo de implantação dos empreendimentos. Essa condição para os pesquisadores indicam a possibilidade de ampliação da compra de bens e serviços ou *quitação dos créditos recebidos*. Todavia, na pesquisa realizada pela Via Campesina as respostas demonstram um sentimento contrário conforme demonstrarei a seguir. Das associações criadas no estado de Sergipe, em 2003, no momento de vencimento do período de carência em 2007, nenhuma delas conseguiu pagar os financiamentos junto ao Banco do Nordeste.

Durante a realização da investigação em 2005, a quase totalidade dos mutuários (99%) desenvolvia atividades agrícolas nos lotes individuais. Apesar do manual de operações prever a implantação de áreas coletivas, cujo resultado da produção deve servir para gerar renda voltado ao pagamento das dívidas, apenas 10% dos resultados da produção vieram desta forma organizativa.

Outra previsão programática são os recursos para contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). A pesquisa revelou que, de um período a outro, houve elevação das famílias beneficiadas com este serviço, porém, deve-se observar que apenas 66% tiveram acesso ao serviço. Em 2003, 30% dos mutuários avaliou este serviço como insuficiente e, em 2005 os que tinham esta opinião aumentou para 40%. Quando interrogados sobre a qualidade da assistência técnica 52% a avalia como boa, 33% a identifica como mediana e 15% como ruim, o que chama à atenção é que o nível de avaliação “bom”

²⁶ Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado, periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). O Dieese considera, em cada mês, o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.

declinou e o médio e ruim aumentaram no período 2003 - 2005.

O estudo não se debruçou sobre as causas deste declínio, mas, apresentou um conjunto de hipóteses.

Na fase de implantação a assistência tem como principal função o auxílio na tramitação burocrática da associação junto ao sistema bancário e órgãos ligados ao CF-CPR, além do planejamento das atividades produtivas e de implantação de infra-estrutura. Após a fase de implantação, a adaptação à nova realidade produtiva (visando mercado de venda e geração de excedentes) muda o foco do trabalho da ATER. O aumento da insatisfação pode estar relacionado por um lado a uma maior exigência e expectativa dos beneficiários e de outro, a uma menor capacidade de resposta dos prestadores desse serviço, que pode estar relacionada ao despreparo ou falta de empenho dos técnicos na temática nova em relação à sua atividade anterior. Outro fator pode estar relacionado à inadequação dos desenhos institucionais para atender essas novas necessidades, principalmente aqueles dedicados a qualificação profissional na área de ciências agrárias. O direcionamento dos cursos superiores e técnicos na formação profissional voltada preferencialmente para um modelo de produção agrícola com elevada utilização de insumos, intensiva em mecanização e tecnologia considerada moderna; focalizando o agronegócio ou a agricultura industrial, pode ser uma limitação conjuntural que restringe a capacidade da ATER atender os beneficiários do CF-CPR, que, na sua maioria, utilizam tecnologia tradicional. Considerando ainda que os projetos do CF-CPR possuem recursos específicos para a contratação de assistência técnica, a criação de novos projetos pode estar gerando uma demanda por serviços técnicos acima daquela que pode ser atendida com qualidade pelo mercado de prestação de serviços. (SPAROVEK, 2006, p. 47)

Diante do exposto, evidencia-se que os estudos realizados buscam a partir das condições de implantação e desenvolvimento dos empreendimentos de crédito fundiário de combate a pobreza rural, gerar um conhecimento que permita realizar alterações nas linhas de crédito, bem como, a partir da identificação de novas demandas, subsidiar a elaboração de novas linhas de créditos ou ações dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Com relação aos resultados, a postura dos investigadores é propositiva com vistas ao aperfeiçoamento desta política pública dentro dos parâmetros da concepção do Banco Mundial e governo brasileiro. Os objetivos centrais residem na identificação se os recursos emprestados foram aplicados e, mediante isso, se promovem a redução da pobreza e geram as condições de pagamento das dívidas. Contudo, não se faz presente uma postura que sinalize a possibilidade de superação da subordinação promovida pela proletarização e dependência das políticas compensatórias como formas de renda.

5.3.2. A Rede Terra de Pesquisa Popular e a avaliação dos programas de Crédito Fundiário do Banco Mundial no Brasil

A primeira pesquisa realizada pela RTPP avaliou de forma ampla os programas de crédito fundiário no Brasil. Ampla porque investigou as diferentes modalidades de RAM (PCT, BT, CPR, NPT, CAF) criadas no país entre 1997 e 2005, no tocante a oito grandes eixos: perfil dos mutuários, obtenção da terra, contrato de financiamento, aspectos e características da terra, investimentos em benfeitorias e/ou produção, gestão dos recursos do programa, qualidade de vida, participação em movimentos sociais. A rede nacional de pesquisadores realizou de julho a dezembro de 2005, 1.677 entrevistas junto às famílias mutuárias dos programas de crédito fundiário do Banco Mundial. Os respondentes foram os indivíduos responsáveis pelos empréstimos de financiamento da terra junto aos bancos públicos.

As entrevistas distribuíram-se entre 161 municípios, em 13 estados da federação: Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nos dois últimos, em que a forma de ingresso no programa é predominantemente individual, foram feitas 292 entrevistas (118 em SC e 174 no RS), em 40 municípios (sendo 16 no primeiro e 24 no segundo). Nos outros estados, onde a forma de adesão é realizada principalmente por meio de contratos coletivos e feitos através de associações, foram realizadas 1.385 entrevistas em 121 municípios. Os resultados da pesquisa foram sistematizados e publicados em uma cartilha (VIA CAMPESINA, 2006) para circulação junto à base dos movimentos sociais, já os dados mais marcantes organizados em cartaz (Figura 30) para afixação em diferentes locais, principalmente onde há circulação de camponeses que se enquadrem no perfil dos mutuários, com vistas a desqualificar tais políticas públicas. A partir dos resultados desta investigação destaco alguns pontos que a seguir.

FIGURA 30 – CARTAZ DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO DO BANCO MUNDIAL – 2006

A ARMADILHA

DO CRÉDITO FUNDIÁRIO DO BANCO MUNDIAL



- 35% das famílias não escolheram a terra que compraram.
- 41% não participaram da negociação da compra da terra.
- 16% citaram casos de corrupção na compra da terra.
- 48% declararam que as terras que compraram eram improdutivas ou ociosas.
- 54% não tiveram acesso ao contrato de compra e venda.
- 48% desconhecem as penalidades se não pagarem a terra.
- 36% não sabem em quantas prestações financiaram a terra.
- 81% não sabem o valor dos juros cobrados.
- 36% das famílias não receberam financiamento para iniciar suas atividades na terra.
- 74% não têm água para a produção.
- 86% não têm assistência técnica com regularidade e 40% nunca receberam assistência técnica.
- 15% citaram casos de desvio de recursos para investimentos em benfeitorias ou produção.
- 76% não têm postos de saúde.
- 72% não têm acesso à ambulância em casos de emergência.
- 48% não têm acesso a escolas ou creches.
- 27% não têm água potável.
- 20% não têm energia elétrica.
- 46% das famílias não produzem o suficiente para o próprio sustento.
- 47% não produzem o suficiente para pagar o financiamento da terra.
- 19% das famílias que estão há mais de um ano nas áreas passam ou já passaram fome, desde que ingressaram no programa.

**NÃO SE ENGANE
ISSO NÃO É REFORMA AGRÁRIA**

Fonte: Pesquisa sobre os programas Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e Nossa Primeira Terra, realizada em 13 estados pela Rede Terra de Pesquisa Popular.



Foram entrevistados 74% de homens e 26% de mulheres, deste universo 54% encontra-se na faixa etária entre 25 e 44 anos o que denota uma potencialidade para desenvolvimento produtivo dos empreendimentos financiados se considerarmos o vigor de trabalho de uma força de trabalho jovem. Por outro lado, 25% dos mutuários têm idades entre 45 e 54 anos e 15% estão na faixa etária dos 55 anos ou mais. Este dado pode ser considerado um fator de preocupação pois 40% dos mutuários ingressaram no programa com mais de 45 anos, ou seja com idade ativa um pouco avançada, tendo em vista o desgaste físico proporcionado pela atividade laboral agrícola. Nas regras de operação, o programa PNCF financia a compra de imóveis com prazos de pagamento de 14 anos (para financiamentos até R\$ 15 mil) e de 17 anos (para financiamentos superiores a R\$ 15 mil), sendo 2 anos de carência, isto significa dizer que parcela significativa dos mutuários, terá que desembolsar o pagamento das anuidades mesmo quando estiverem na fase senil. A preocupação com esta questão aprofunda-se ao constatar que a trajetória laboral pregressa deste campesinato esteve vinculada à atividades precárias, seja para a minoria que trabalhavam na cidade (26%) (como diarista, assalariado, autônomo), ou os 73% que atuavam no campo sob a condição de arrendatários (15%), bóia-frias (12%), meeiros (11%), conta própria (10%), agregado (5%), assalariado (4%).

Este dado é, também, uma evidência de quão excludente é o modelo de apropriação das terras no Brasil, impondo à parcela significativa dos jovens e adultos camponeses a impossibilidade, quase que existencial, de acesso à terra de trabalho, tendo em vista que uma das normas para acessar estes créditos é não ter sido contemplado por nenhum outro programa de reforma agrária, ou ter patrimônio familiar inferior a R\$ 10.000,00. Os mutuários no geral apresentam um baixo nível de formação educacional de modo que 11% nunca frequentou o ensino formal não sabendo ler ou escrever, 29% cursou apenas o primário incompleto e 22% o fez até a quarta série. 20% teve a oportunidade de cursar o ensino fundamental incompleto e 8% conseguiu concluir a oitava série. Apenas 4% cursou o ensino médio sem completá-lo e outros 4% conseguiu concluí-lo. Apenas 1% referiu-se a ter concluído o nível superior.

Contando com o entrevistado, os domicílios abrigam em média 4,7 pessoas e as famílias têm a renda familiar complementadas com outras atividades. Sendo que 52% dos mutuários são contemplados com políticas compensatórias de complementação de renda como o bolsa família (28%) ou o bolsa escola (24%). Como a renda da terra retirada do lote é insuficiente para a subsistência da família, 24% desenvolve trabalhos extras fora do empreendimento na condição de diarista e bóia-fria, e, as famílias que têm membros mais velhos é comum a complementação de renda mediante o recebimento de benefícios previdenciários como aposentadoria e/ou pensões (15%). Há ainda aqueles que desenvolvem o arrendamento de terra de outros (3%). Esta limitação na produção das condições necessárias à subsistência implica também na inviabilidade de quitar o pagamento das anuidades de financiamento da terra. A percepção de 46% dos mutuários indica que a sua terra produz hoje não supre as necessidades para o sustento de sua família e 47% defendem que o que ganham com a produção não é suficiente para pagar as prestações do financiamento.

Conclui-se, que os projetos de RAM apesar de proporcionar o acesso à terra aos camponeses não garantiu as condições materiais necessárias para que as famílias tenham garantida sua subsistência do próprio lote ou honre com os compromissos assumidos junto ao banco. As famílias persistem com suas forças de trabalho subordinadas às demandas da produção capitalista no campo e/ou dependentes das políticas de combate à pobreza o que denota a incapacidade da RAM como uma política voltada a este fim de eliminá-la. É preciso pra garantir uma condição de menos pobreza um conjunto de políticas compensatórias que se complementam.

Apesar de se complementarem, configuram-se como ações paliativas que não alteram os problemas da sociedade, apenas os maquam, e, através da propaganda, apresenta a sua falsa resolução. Neste processo os problemas sociais tendem a se agravar ao longo do tempo, ao passo que os governantes apóiam-se nas propagandas para garantir a manutenção do *status quo*, fortalecer os laços de subordinação, dependência e gratidão afim de continuarem logrando êxitos em processos eleitorais futuros. Parte deste cenário é ocasionado pela limitação dos programas e pode estar expresso na implantação incompleta dos empreendimentos. Segundo os mutuários, um pouco mais da metade (59%) das famílias receberam algum financiamento para dar início às suas atividades produtivas. A outra parte afirma não ter recebido qualquer tipo de incentivo financeiro para iniciar a produção. Esta

incompletude apresenta uma desigualdade espacial, tendo em vista que as famílias que adquiriram propriedade na região sul foram mais contempladas (83%) com este benefício, provavelmente por ser nesta região onde estão localizados a maior parte dos empreendimentos individuais.

Apesar da maioria (65%) opinar que as promessas de investimentos em benfeitorias ou produção foram cumpridas, apenas 26% consideram que foi realizado totalmente e 39% parcialmente. E ainda, na opinião de 29% dos mutuários as promessas não foram cumpridas. Há a reclamação do não cumprimento dos investimentos em benfeitorias ou produção sobretudo as famílias com propriedade na região Centro-Oeste e Sudeste (63% e 49%, respectivamente). De alguma forma, esta questão está diretamente relacionada com a implantação da infra-estrutura. Os principais problemas relacionam-se com a ausência de energia elétrica (20%), de água potável (27%), de escolas ou creches (48%) e de água para produção ou irrigação (74%), a inexistência de postos de saúde (76%), ambulâncias (72%), agentes de saúde (29%) e transporte escolar (22%). Observa-se ainda a falta de assistência técnica especializada tendo em vista que apenas 14% recebem regularmente a visita de algum técnico. Se considerarmos, o perfil etário dos mutuários constata-se que investimentos em educação para jovens e adultos é essencial para elevação dos direitos sociais e para alavancar os projetos.

Os serviços de assistência técnica embora seja algo obrigatório no projeto de aquisição das propriedades, inclusive com parte dos recursos destinados especificamente para esta atividade, as mesmas não têm causado um impacto e a orientação a contento das famílias. As atividades produtivas desenvolvidas nos lotes são definidas na maioria dos casos (68%) autonomamente pelos próprios mutuários. Somente 29% afirmam que foram orientados, seja por uma empresa de assistência técnica (13%), pela associação local (7%), por algum sindicato ou algum órgão público (2% cada). Contam com a experiência de agricultura acumulada ao longo de suas histórias de vidas o que os levam (71%) a considerar que a atividade que vêm desenvolvendo nos seus lotes é a mais apropriada para sua terra. A prática econômica majoritária é a agricultura desenvolvida por 76% dos mutuários contra apenas 14% que se dedicam à pecuária. Em 7% das propriedades não existe uma atividade predominante

O discurso dos diferentes governos, fortemente influenciados pelos documentos do BM, assim como de intelectuais argumentam incisivamente que uma das “vantagens” destes programas é a “completa transparência” proporcionada pela relação de compra e venda, e a “liberdade” de escolha dos agricultores, “(...) pois os beneficiários em tese, são os maiores interessados em reduzir preços, examinar cuidadosamente a potencialidade produtiva do imóvel a ser adquirido, etc.” (NAVARRO, 1998, p.14) Porém, o conjunto das respostas dos mutuários contraria esta concepção, uma vez que demonstram que os principais interlocutores nas negociações de compra e venda, não foram os camponeses e suas associações criadas para gerenciamento dos empreendimentos (35%), mas sim os antigos proprietários (30%), prefeituras locais (10%), e políticos (6%), que juntos totalizam 46% das mediações, em detrimento dos sindicatos e empresas especializadas em assistência técnica, com respectivamente 7% e 5%.

A motivação para ingresso nos programas de crédito fundiário está ligada majoritariamente ao desejo de criação e/ou recriação inerente a toda a parcela do campesinato empobrecido. Destacam-se o sonho de se tornar proprietário (45%), a necessidade e o desejo de um pedaço de chão para trabalhar, plantar, cultivar e cuidar de criações (22%), a vontade de mudar e melhorar a sua atual condição de vida (16%) e ainda a preferência e a paixão pela vida no campo (11%). Porém, somente 22% dos respondentes afirmaram ter a convicção que este programa era a melhor opção para adquirir a terra. O protagonismo do campesinato na escolha e negociação da terra comprada é baixo. Cerca de 35% dos entrevistados não exerceram o direito de escolha das propriedades que foram adquiridas. Esta proporção atinge os 51% entre as famílias em contrato coletivo e 52% entre as famílias que ingressaram em algum programa entre os anos de 2003 e 2005. Das famílias que escolheram (62%) ou participaram da escolha da terra comprada a quase totalidade ocorreu dentre as que firmaram contratos individuais (92%) e as que se cadastraram em algum programa até o ano de 2002 (70%).

Aproximadamente, a metade dos mutuários entrevistados (53%) não recebeu uma cópia do contrato de compra e venda de sua propriedade. Algo que é inconcebível em qualquer transação contratual. Parte da transparência da transação reside exatamente no conhecimento e aceitação das regras contratuais pela partes envolvidas. Destes 36% leram o conteúdo do contrato; 15%, apesar de terem recebido, não o leram. Dentre os

que receberam cópia do contrato e não leram, 7% afirmaram que alguém leu ou lhes passou as informações; os demais (7%), além de não terem lido pessoalmente, nenhuma outra pessoa lhes passou as informações do conteúdo do contrato. Esta situação tem correlação direta com os resultados arrolados acima. Ora, se o mutuário (principalmente o ingressante por meio da associação) em sua maioria não participou da escolha e negociação para a compra da terra, tanto os pressupostos contratuais quanto a escritura de compra e venda, como as normas da transação encerram por serem desconhecidas, determinando um elevado índice de desinformação entre os mutuários.

Nesse contexto, 81% dos mutuários desconhecem as taxas de juros cobradas nos financiamentos, dos quais: 51% realmente não sabem, 11% não lembram e 19% citam taxas incorretas. O desconhecimento assumido das taxas de juros é mais acentuado entre os entrevistados com contratos coletivos (64%) e os que assinaram o contrato entre 2003 e 2005 (68%). Quando interpelados em quantas prestações financiaram a compra da terra, 36% dos mutuários não souberam responder e (26% não sabiam de fato, 7% não lembraram e 3% responderam erroneamente sobre o montante de prestações previstas no contrato). 42% dos entrevistados não souberam responder quais as penalidades previstas em contrato caso não consigam honrar o compromisso com o banco. Estes dados levam à constatação de que é maior o nível de desinformação contratual e mais baixa a participação no processo de compra e venda da terra entre os projetos viabilizados por associações e os implementados no último governo. Estas informações atestam a fragilidade destas associações, formadas na maioria das vezes, exclusivamente, para comprar a terra. Muitas vezes, são articuladas pelos próprios fazendeiros, prefeitos ou políticos locais que buscam o auto-favorecimento à custa da miséria e do desespero camponês de alcançar uma alternativa digna de sobrevivência.

Os líderes das associações, na maioria das vezes, também com baixa informação, deixam de repassar para o conjunto dos sócios as escrituras de compra e venda da terra, de forma intencional ou não, contribuem para a desinformação generalizada presente nas áreas de RAM, e a fragilização do potencial associativo importante para desencadear um processo emancipatório. Diante dessa realidade atesta-se a fragilidade e incoerência da argumentação de que a RAM proporciona completa transparência. Os mutuários, camponeses pobres e com reduzido acesso à informação dificilmente dispõe das condições ótimas para negociar com os proprietários a terra. Além do que a intermediação da compra e venda da

terra ter sido executada, na prática, por agentes do capital. O mercado é um espaço do capital e neste os camponeses não têm a menor chance.

A desinformação predominante nos projetos é acompanhada das seguintes posições quando questionados acerca de qual procedimento adotariam na situação de não conseguir quitar a dívida com o banco: 29% tentariam uma renegociação, prorrogação ou refinanciamento da dívida, 19% devolveriam a terra, 18% buscariam alternativas para cumprir o contrato e continuar na terra, 9% pretendem contestariam a dívida e resistiriam de alguma forma. Outros 7% não admitem a hipótese sugerida, afirmando que irão cumprir o contrato e pagar a dívida com o banco.

Após intensas críticas e enfrentamentos promovidos pelos movimentos sociais contra este instrumento de (re)criação do campesinato e sua diretrizes o governo (FHC) incorporou ao manual de operações do BT a exclusão das propriedades passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária conforme previsto na legislação, da transação de compra e venda estimulada pela RAM. Contudo, a percepção da maioria dos mutuários (48%), com relação à utilização da terra adquirida no momento da compra, é que a encontraram totalmente abandonadas. Isto indica que as políticas de RAM têm beneficiado os proprietários de terras que se apropriaram das terras e a deram à finalidade de especulação e realização da renda fundiária.

A condição de pobreza e miséria vivenciada anteriormente à entrada nos projetos de RAM era tão profunda que questionados sobre a qualidade de vida atual, 67% dos mutuários afirmam que sua vida melhorou. Sendo que 19% afirmam ter melhorado muito e 48% melhorado um pouco. 18% não encontram melhora alguma e 13 avaliam que sua vida piorou. Esta melhoria esta referenciada na posse de uma terra para trabalhar, plantar, cultivar, cuidar das criações (54%), outra parcela significativa (33%) refere-se à eliminação da subordinação formal de sua força de trabalho a um patrão que assalaria ou um rentista que usurpa a sua produção mediante os arrendamentos. Alguns apontaram (22%) a posse de uma habitação própria como condição de melhoria de vida e sem a necessidade de pagar aluguel. Apenas 17% mencionaram um salto qualitativo nas condições para garantia da subsistência da família.

5.4. Os movimentos socioterritoriais, a luta pela terra e pela reforma agrária

Primeiramente é preciso diferenciar luta pela terra e luta pela reforma agrária. A luta pela terra é uma ação praticada no Brasil desde o processo de colonização portuguesa iniciado no século XVI e a luta pela reforma agrária é mais recente, sua incorporação à luta social ocorreu somente no século XX. O latifúndio marca do campo brasileiro desde os primórdios do processo de ocupação do seu território. A primeira forma de apropriação da terra implantada no Brasil foi o sistema das capitanias hereditárias e doação de sesmarias. A instituição destas duas medidas ocorreu mediante a invasão das terras indígenas, promoção da expulsão e o aprisionamento dos povos primitivos que habitavam as terras. Estes, por sua vez, resistiram de diferentes formas à apropriação de suas terras e ao cativeiro, desencadeando guerras contra os bandeirantes, ataques às cidades ou migrações para o interior do território em busca de novas áreas.

Outra forma de luta foi praticada pelos negros agrupados nos quilombos. Os quilombos eram territórios de resistência à escravidão imposta pelo regime econômico do sistema de *plantation*. Nestes, viviam negros foragidos dos engenhos, alguns índios e trabalhadores livres marginalizados pela sociedade colonial. No processo de resistência os quilombolas para se defenderem das ameaças atacavam engenhos e fazendas. Foram criados quilombos em diversos estados brasileiros, dentre eles: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Neste período a centralidade da luta social era o combate ao cativeiro e a luta pela terra apresentava-se como um componente da primeira. Somente na segunda metade do século XIX com a promulgação da Lei de Terras de 1850 e a institucionalização do trabalho livre é que a luta pela terra assume centralidade no processo de formação do campesinato brasileiro.

A partir deste período, o desenvolvimento do capitalismo tardio e inserção subalternizada do Brasil no capitalismo internacional exigiu a eliminação (lenta e gradual) do trabalho escravo. Para tanto, inicialmente foi necessário tornar a terra uma mercadoria a ser apropriada apenas por aqueles que dispusessem de poder econômico para comprá-la. Este fato desencadeou, por um lado, um processo de apropriação de terras mediante a falsificação dos títulos de propriedade da terra, conhecido popularmente como grilagem, praticado pelos coronéis que cercavam a extensão de terra que fosse possível, exemplo emblemático é a

ocupação do Pontal do Paranapanema, localizado na porção oeste do estado de São Paulo²⁷. Por outro lado, criou um bloqueio de acesso à terra aos trabalhadores livres (sitiantes, agregados, posseiros, negros livres, etc.) que geralmente não dispunham de capital suficiente para comprar terras ou poder político e econômico para grilagem.

A abolição do trabalho escravo sucedeu a mercantilização da propriedade da terra, de modo que, toda a população libertada, impedida economicamente do acesso à terra, passou a dispor apenas de sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. O trabalho livre expandiu-se com a expansão do uso da força de trabalho do imigrante europeu. Os latifundiários e os grileiros exploraram e subordinaram o trabalhador livre. Como também, expropriaram e expulsaram os trabalhadores das suas terras originando a categoria dos sem-terra. Como forma de resistência, muitos migraram para o interior em busca de terras, onde o capital ainda não tinha lançado o seu cerco.

...Nessa realidade, surgiu o posseiro, aquele que, possuindo a terra, não tinha o seu domínio. A posse era conseguida pelo trabalho e o domínio pelas armas e pelo poder econômico. Desse modo, o poder de domínio prevaleceu sobre a posse. Evidente que esse processo de apropriação das terras gerou conflitos fundiários, de modo que a resistência e a ocupação eram perenes. (FERNANDES, 2000, p. 27)

Na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, diversas lutas foram realizadas pelos indígenas, posseiros e imigrantes europeus e/ou seus descendentes. Diante do limite da extrema desigualdade, a luta pela terra assumiu formas distintas (como o messianismo, cujos exemplos emblemáticos são: Canudos, na Bahia; Contestado, no Paraná e o cangaço, na região Nordeste, dentre outras) e promoveu conflitos armados, regando com sangue camponês o solo brasileiro. À medida que se expande a agricultura capitalista de larga escala, contraditoriamente, amplia-se a produção de riquezas e, em escala ainda maiores, a desigualdade, a pobreza e a miséria. Como forma de resistência, o campesinato, principalmente a partir da década de 50 do século passado, aprofunda, aprimora e diversifica suas formas de organização política para o enfrentamento com a classe dos proprietários e com o Estado. Neste processo, de forma significativa, contribuíram setores progressistas da Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

²⁷ Cf. LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

Esse é o período de criação das Ligas Camponesas que reuniam camponeses proprietários, parceiros, posseiros, foreiros e meeiros de vários estados da federação. A atuação das Ligas ficou marcada pela defesa da reforma agrária “na lei ou na marra”, cujo intuito era eliminar o poder das elites sobre a propriedade fundiária. As ocupações de terras foram adotadas como principal metodologia de ação. Ainda, em 1954, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), com o objetivo de coordenar as associações camponesas que surgiam no país. Em 1961, realizou-se o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ganhando força a tese das Ligas Camponesas de uma reforma agrária radical. As ligas ganharam força, e, em 1960, com o apoio financeiro de Cuba, algumas Ligas treinaram guerrilheiros para implantar a luta armada. Estas estavam organizadas em sociedade civis e não se submetiam à legislação sindical e ao controle do Ministério do Trabalho. Fatos estes que contribuíram para aumentar, ainda mais, o temor dos proprietários de terras em torno da realização de uma revolta socialista, seguida da alteração da propriedade fundiária. Neste contexto, os latifundiários, com seus jagunços, e o Estado passaram a intensificar a repressão a estas organizações e implementaram a perseguição de seus líderes.

Em 1963, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com o apoio do PCB, do segmento progressista da Igreja Católica e do governo. Este pretendia, mediante a criação de sindicatos sob o seu controle, amortizar o efeito das lutas implementadas pelas organizações camponesas. Nesse sentido, a CONTAG foi originada com a determinação de viabilizar o acesso ao sistema previdenciário para os trabalhadores rurais sindicalizados. Tal determinação foi uma maneira de amortecer a combatividade dos sindicatos. (CARVALHO, 2006) Todavia, com a implantação do regime ditatorial militar, em 1964, os movimentos camponeses e sindicatos rurais foram arrasados. Como consequência, a luta pela terra e pela reforma agrária entrou em pleno refluxo, sendo retomada somente na década de 1980, com o processo de redemocratização.

Durante a década de 70, os setores progressistas da Igreja Católica contribuíram, através da Comissão Pastoral da Terra, com a organização do campesinato de forma que a luta pela terra continuou se espacializando pelo Brasil. A experiência acumulada propiciou as condições necessárias para a criação, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desde então, diferentes

movimentos sociais camponeses têm sido criados pela contradição do próprio capitalismo. Os anos 90 foram marcados, de um lado, pelo crescimento, territorialização e consolidação do MST, como principal organização camponesa do país e, por outro lado, ocorreram cisões internas, neste movimento, que originaram outros movimentos camponeses. Também, surgiram organizações camponesas inspiradas no exemplo histórico do MST e de outras experiências de lutas de resistência.

Os movimentos sociais, quando implementam suas formas organizativas e respectivas lutas reivindicatórias, produzem relações sociais. Estas, por sua vez, ocorrem em dado momento histórico e porção espacial e, inevitavelmente, produzem alterações nos espaços e podem criar novos espaços. Quando se dá a apropriação de uma dada porção espacial, ocorre a construção dos territórios. O movimento do real tem mostrado que somente por meio da ação política coletiva e organizada é que os diferentes setores do campesinato têm conquistado direitos, ainda que de forma incompleta. Nesse contexto, compreendo a luta pela reforma agrária como uma luta popular com características e metodologias particulares em cada tempo e espaço. Origina-se na luta pela terra como o exercício da pressão coletiva sobre o Estado, latifundiários, enfrentamento com o capital e judiciário, entre outras. Seus objetivos extrapolam o acesso a uma porção de terra, direcionando-se para a ruptura da estrutura da propriedade fundiária e a garantia de direitos sociais e políticas agrícolas, compatíveis com a lógica da agricultura de pequena escala.

A presente pesquisa permite inferir que as duas principais organizações camponesas do Brasil (MST e CONTAG), na atualidade, têm, ao longo do tempo como trunfo para a conquista dos objetivos de sua luta, o conjunto dos territórios controlados por sua base. Contudo, as formas organizativas, a formação político-ideológica das referidas organizações são distintas e, na maioria dos casos, diametralmente opostas. De modo que as formas conteúdos dos respectivos territórios tendem a ser distintos, na maior parte dos casos. Em seguida, apresento estas diferenças a partir do resgate das territorialidades encontradas nos dois campos perscrutadas nesta tese.

No caso do MST, a realização da luta pela terra e pela reforma agrária ocorre mediante a realização dos processos de espacialização e territorialização. O envolvimento das famílias nas diferentes dimensões do espaço de socialização política promove um processo de aprendizagem, reflexão da sua condição e construção histórica da

sua consciência de classe. A construção dos acampamentos, ainda no processo de luta, cria um fato político e acirra o conflito com os latifundiários, denuncia, para o Estado e sociedade, a existência da desigualdade no campo e o descumprimento da Constituição Federal, no tocante ao cumprimento da função social da propriedade. É a resistência no acampamento, associada com a construção de redes de apoio e outras formas de pressão, que pode desencadear a desapropriação do latifúndio e implantação de um assentamento de reforma agrária. Portanto, neste caso, ganha proeminência o controle do espaço, a partir de uma relação de poder, o controle do território.

Após a conquista do assentamento de reforma agrária, as famílias organizam-se para dar continuidade à luta. Agora, primeiramente pela viabilização das condições de permanência no assentamento, seguida da garantia, ampliação dos direitos sociais, previdenciários e políticas agrícolas nos assentamentos. Isto ocorre em diferentes escalas. A primeira delas se faz no cotidiano dos assentamentos, com as famílias organizando-se em Associações e grupos de famílias para decidir como produzir e agir no âmbito local. Observe-se que o território é fundamental para a geração da produção que garantirá a subsistência das famílias. Dialeticamente, é esse mesmo território que possibilitará a construção de ações organizadas com vistas a conseguir as condições materiais para viabilizar a conquista de novos territórios para aquelas famílias que ainda estão fora do programa nacional de reforma agrária.

Um exemplo emblemático dessa condição é o caso do PA 13 de Maio. Com a conquista do assentamento, as famílias iniciaram a produção dos recursos necessários à sobrevivência, mas, com vistas a superar a morosidade de implantação do projeto, buscaram realizar um conjunto de articulações com diferentes atores para garantir as condições materiais necessárias à produção dos recursos de vivência. O território do assentamento foi utilizado como trunfo para atuar junto ao poder municipal e angariar apoio para o desenvolvimento das atividades produtivas. Por sua vez, o desenvolvimento das práticas produtivas viabilizou a permanência das famílias na localidade. A organicidade das famílias foi canalizada para apoiar, politicamente, o prefeito ao seu segundo mandato consecutivo. Indubitavelmente, o apoio massivo e incondicional das famílias possibilitou a vitória eleitoral. Esta, por sua vez, resultou na concessão do controle da Secretaria da Agricultura para uma representação do Assentamento, garantindo, assim, o controle da

política agrícola municipal.

O território do assentamento de reforma agrária pode, ainda, contribuir com a conquista de novos assentamentos. Uma forma disto ocorrer é quando as famílias assentadas seguem destinando parte da sua produção e/ou rendimentos para o MST redistribuir entre aquelas famílias e/ou atividades em/da luta política. Outra forma é quando os assentamentos, já conquistados, cedem uma porção por determinado tempo para que as famílias despejadas de acampamentos se abriguem e construam suas roças de subsistência, até que surjam novas áreas para ocupar ou a terra, em litígio, seja conquistada, como ocorreu com as famílias do PA Karl Marx no seu processo de luta.

Por sua vez, o caso da CONTAG e seu sistema de Federações e Sindicatos Rurais apresentam uma dinâmica diferenciada do exposto acima. Apesar de, em Sergipe, a FETASE realizar, como metodologia, as ocupações de terras, pretendo me deter na dinâmica dos empreendimentos de reforma agrária de mercado. É preciso compreender que o programa de crédito fundiário é tido, pela CONTAG em seus documentos do Grito da Terra Brasil, como uma conquista do Movimento Sindical Rural. Isto ocorre, porque a Confederação apresenta uma base social expressiva nacionalmente que lhe confere *status* para negociar, reivindicar e pressionar o governo, frente aos seus interesses programáticos. Parte da base da CONTAG dispõe de territórios, sejam sob a forma de assentamentos de reforma agrária, pequenos sítios próprios ou arrendados pelos camponeses. A contribuição monetária dos trabalhadores destas áreas, somada àqueles trabalhadores rurais que, apesar de não disporem de terras para explorá-las seguem assalariados, viabiliza os fundos necessários à implantação das jornadas de lutas, dentre as quais possibilitou os ajustes no crédito fundiário.

Atualmente, a CONTAG exerce apoio político-operacional ao Programa Nacional de Crédito Fundiário nas esferas nacional, junto à coordenação do Programa em Brasília, assim como, com a indicação de consultores nos estados. A Confederação, as Federações estaduais e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais promovem a divulgação das linhas de financiamento, monitora a execução do crédito fundiário, articula, informa, orienta e certifica as famílias acerca do processo de entrada no Programa. Neste contexto, a atração das famílias, para a adesão a esta política, justifica a participação do sistema CONTAG, na condição de co-gestor do PNCF. Isto leva às situações contraditórias, como as encontradas, em Sergipe, onde o representante da FETASE e o consultor do PNCF (em Sergipe) adotam

uma postura de defesa do pagamento das dívidas pelos mutuários, independente das condições de sobrevivência e de produção das famílias. Como que se fosse mais importante o cumprimento, por parte dos camponeses, das formalidades contratuais para que os cargos políticos sejam mantidos, independente das condições de vida dos camponeses.

Portanto, estamos diante, no primeiro caso, de territorialidades da construção da autonomia camponesa e, no segundo, de territorialidades da construção da subalternidade. Condições que me “fornecem pistas” para compreender a importância do controle territorial para o MST e para a CONTAG/FETASE, permitindo-me compreendê-los como movimentos socioterritoriais. Para tanto, faz-se necessário frisar que, no campo da luta pela reforma agrária, a maior intensidade da espacialização da luta pela terra possibilita aos movimentos a negociação e o enfrentamento com diferentes forças políticas. Por sua vez, nas ações entorno do crédito fundiário, a maior base articulada às organizações camponesas, envolvidas nesta política, amplia as possibilidades de intervenção na própria política e de preenchimento dos espaços políticos criados.

6. QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: REFORMA AGRÁRIA E RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

6.1. A recriação do campesinato e a questão paradigmática

As últimas décadas e este início de século têm sido marcados por intensas transformações nas relações sociais, resultantes de céleres mudanças no desenvolvimento socioterritorial que podem ser interpretadas como estratégias da atual fase do sistema capitalista que objetiva expandir-se a todas as áreas do globo, de modo implacável, intensificando o processo de globalização neoliberal. Diante deste processo, verifica-se a importância assumida pelo conhecimento produzido por *think tanks* que atendem as demandas por acumulação, forjam um imaginário social voltado ao consumo, difundem um padrão de vida urbano e permeado pela utilização da técnica mais avançada. Difunde-se, em todos os pontos do globo, uma realidade marcada pela difusão do desemprego estrutural, pobreza e a miséria de vastos contingentes populacionais. No caso brasileiro, o quantitativo da exclusão atinge índices vertiginosos. Tal cenário resulta, dentre outros fatores, do modelo de apropriação do espaço brasileiro historicamente realizado e mais, recentemente, a forma de inserção do Brasil no capitalismo monopolista.

Frente a este movimento e em diferentes momentos históricos, o povo brasileiro tem perpetrado uma diversidade de formas de luta e resistência aos processos de exploração e expropriação, cuja manifestação tem sido expressiva tanto no campo, quanto na cidade. As relações entre campo e cidade encontram-se ainda mais integradas e interdependentes. As atuais formas de produção no campo, sobretudo a capitalista, apresentam uma relação de interdependência com o urbano, em particular, no tocante à utilização dos pacotes tecnológicos (sementes melhoradas e mais recentemente as sementes transgênicas, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas agrícolas, etc), obtenção de créditos, elaboração de conhecimentos, etc., concebidos e produzidos neste espaço.

A expropriação dos trabalhadores do campo se reflete na cidade mediante os intensos fluxos migratórios que para estas fluíram nas últimas décadas. É na cidade que os trabalhadores do campo realizam seus protestos e que se define a política para o campo brasileiro. Tanto no campo como na cidade, verifica-se a violência dos latifundiários contra os

camponeses e suas lideranças, para mencionar algumas faces da questão. Compreendo, portanto, o campo e a cidade como unidades dialéticas de uma mesma realidade, pois estão unidos quer no processo produtivo, quer no processo de luta.

É preciso pensar o futuro como possibilidade no plano social e, para tanto, há a necessidade de analisarmos o desenvolvimento socioterritorial, porque este pode possibilitar ou dificultar a realização de um dado programa. As interpretações do presente e do passado e as projeções para o futuro, no plano científico, afinam-se a uma questão de método. A opção por um método ou outro implica, diretamente, nestas interpretações e projeções. Nas últimas décadas, presencia-se um aprofundamento da integração da ciência à técnica e, por sua vez, à subordinação de ambos aos interesses do capital. As análises do campo têm seguido também esta tendência. Todavia, este pensamento não é único. A centralidade deste estudo reside na análise de componentes atuais da questão agrária, considerando sua conflitualidade territorial no Brasil contemporâneo. Esta problemática não é de simples compreensão, mas, também, não se trata de uma questão enigmática.

No intuito de compreender sua complexidade, diferentes áreas do pensamento têm debatido este tema a exemplo da economia, sociologia, antropologia, geografia, psicologia, dentre outras áreas do conhecimento. As distintas leituras da questão agrária também se originam a partir do método adotado, que, geralmente, traduz a concepção político-ideológica do sujeito que está realizando a análise. De cada leitura da questão agrária, decorre uma forma peculiar de intervenção desta. Ora promovendo sua atenuação, ora seu agravamento. Disto, conseqüentemente, ocorrerá uma mudança qualitativa na forma de intervir na própria questão agrária, redefinindo os parâmetros para a continuidade da intervenção e as condições em que esta pode ocorrer. (MARTINS, 2000a; FERNANDES, 2005b)

A questão agrária é produto do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo. Refere-se ao conjunto de problemas relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e das lutas dos trabalhadores, está presente na totalidade das dinâmicas sociais. (FERNANDES, 2001; FERNANDES e RAMOS FILHO, 2006) O desenvolvimento do capitalismo é: desigual, porque, no seu processo de expansão, ao mesmo tempo em que se reproduz ampliadamente criando a riqueza, gera, em proporções ainda maiores, a pobreza e a miséria; contraditório, porque ao mesmo tempo destrói o que lhe

impede o desenvolvimento e recria o que destruiu sobre novas bases para garantir sua reprodução ampliada; combinado, porque desenvolve os dois processos anteriores concomitantemente. A questão agrária extrapola o tempo de um governo, pois apresenta características e dinâmicas sociais próprias, em face do estágio de desenvolvimento do capitalismo em uma determinada sociedade, portanto, possui uma temporalidade própria, expressa na sociedade o elenco de

...contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. [...] A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. [...] Ele pode se manifestar com a redução da taxa média de lucro, motivada pela importância da renda quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. (2000a, p. 89-90)

Nesta primeira década do século XXI, esta problemática estrutural do capitalismo está marcada por elementos antigos e novos. Concentração fundiária exacerbada (Tabela 29) e subutilização das terras são duas permanências da questão agrária brasileira. Observe-se que apenas 1,6% dos imóveis concentram próximo da metade (43,6%) da área cadastrada, enquanto que para 85% dos imóveis (considerados pequenas propriedades) restam apenas cerca de 84 milhões de hectares, o correspondente a 20,1% da área. Conclui-se, portanto, que no Brasil temos muita terra para pouca gente e quase nenhuma terra para muita gente. Neste cadastro autodeclaratório, os próprios proprietários indicaram apenas 30% da área dos imóveis classificados como produtivos (OLIVEIRA, 2003, p.18).

TABELA 19 – BRASIL - ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2003

Estratos de área	Nº de imóveis	%	Área em ha	%
Menos de 10 há	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
10 a < de 100 há	2.272.752	53,6	76.757.747	18,3
Menos de 100 há	3.611.463	85,2	84.373.860	20,1
100 a < de 1.000 há	557.835	13,2	152.407.223	36,3
1.000 ha e mais	69.123	1,6	183.564.299	43,6
Total	4.238.421	100	420.345.382	100

Fonte: Cadastro do INCRA, situação em agosto de 2003, in: do II Plano Nacional de Reforma Agrária (MDA/INCRA, 2004)

Outros elementos históricos da questão agrária brasileira são: a manutenção do rentismo fundiário, ausência de uma política de reforma agrária efetiva, superexploração do trabalho e trabalho degradante, grilagem de terras, degradação socioambiental, lutas de resistência dos trabalhadores. Nas últimas décadas, foram incorporados novos elementos como o agronegócio baseado na agricultura de precisão, sementes transgênicas, biotecnologia, nanotecnologia e, mais recentemente, a transição da matriz energética para os agrocombustíveis.

Durante a década de 70 e 80 vigeu, entre alguns intelectuais, a compreensão fundamentada no pensamento clássico de que, com a expansão plena do capitalismo no campo, o campesinato se extinguiria de duas formas distintas. Uma delas se daria a partir de um processo de diferenciação interna do campesinato, advinda das contradições do próprio processo de sua inserção no mercado capitalista. Na prática, o camponês, ao produzir para o mercado, aprofunda sua vinculação a este, tendendo a tornar-se refém dos juros (em virtude dos empréstimos contraídos para adquirir os pacotes tecnológicos) já que os preços dos produtos, por ele produzidos, tendem a cair, dado o aumento da produção. No decorrer deste processo, os camponeses endividados teriam que se desfazer de suas terras e estariam fadados ao assalariamento e à proletarização.

Outra forma de extinção do campesinato se daria pela modernização do latifúndio (mediante a incorporação de máquinas e insumos modernos) transformando-os em capitalistas agrícolas. Assim, haveria a unificação de interesses destes e dos camponeses enriquecidos. Em relação aos camponeses pobres, tenderiam à proletarização. Segundo os seguidores desta teoria, as relações não-capitalistas estariam em vias de desaparecimento, por sua vez, os camponeses e os latifúndios se extinguiriam no plano econômico em virtude da expansão qualitativa das forças produtivas, restando a compreensão destes enquanto classe de fora do capitalismo. Todavia, o próprio decurso do processo histórico demonstrou que, com a expansão do capitalismo no campo, o campesinato não desapareceu superando, portanto, esta compreensão de fim do campesinato.

No caso brasileiro, o movimento do real tem nos mostrado a permanência, a resistência, a criação e a recriação do campesinato, tanto pelo número de camponeses, quanto mediante a ampliação de sua relevância na economia nacional²⁸. Os adeptos desta corrente interpretam o desenvolvimento do capitalismo como um processo contraditório, ou seja, o capital, para se realizar ampliamente, destrói o que ele mesmo criou e, ao mesmo tempo, em locais distintos, recria o que ele mesmo destruiu. O capital, ao buscar sua reprodução ampliada, estabelece relações de produção capitalistas realizando a expropriação do trabalhador, assim como, materializa também relações de trabalho não-capitalistas (a exemplo da parceria, do trabalho familiar camponês, do arrendamento, da meação, etc.). Este é o paradigma da questão agrária (PQA) no qual os pensadores valorizam o protagonismo dos trabalhadores rurais mediante a realização das suas lutas de resistência e análise dos processos de recriação do campesinato (FERNANDES, 2005).

Oliveira (1986, p. 12) contribui com o entendimento de que a produção do capital é uma “espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária à sua reprodução” logo,

...é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada, pois, no capital e no trabalho assalariado. Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da propriedade familiar de tipo camponês, como também, determinadas relações podem não aparecer integrantes do processo do capital, embora o

²⁸ Estudo interessante a respeito da recriação do campesinato no Brasil e a relevância da sua participação na economia nacional consulte OLIVEIRA (2004).

sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra. (MARTINS, 1995, p.)

Para Oliveira (1997 p.19),

A utilização dessas relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital.

Esse processo nada mais é do que o de reprodução do capital, feito através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado este capital, numa próxima etapa do processo de produção, poderá ser destinado à contratação de bóias-frias, por exemplo, e, então se estará implantando o trabalho assalariado na agricultura. Nesta vertente de pensamento, a terra é compreendida como renda capitalizada e o processo aqui em foco constitui-se na sujeição da renda da terra ao capital, seja subordinando a produção camponesa ao capital, o trabalho que se dá na terra, ou mediante a especulação com a terra. Enquanto o capital é compreendido como produto do trabalho realizado pelo trabalhador e não pago pelo capitalista, investido em meios de produção e matérias-primas voltadas para a exploração da força de trabalho, a terra representa uma contradição do capitalismo. Trata-se de um bem natural, finito que não pode ser reproduzido, nem criado por qualquer forma de trabalho humano.

O capital, contraditoriamente, ao se expandir no campo, engendra, ainda, a subordinação econômica do trabalho familiar camponês de duas formas principais. Há o caso dos camponeses que, de posse de seu território, têm a sua produção subordinada aos interesses do capital. Um exemplo é o dos criadores de aves, fomicultores, produtores de leite, etc, integrados à agroindústria. Embora possuam o território e disponham do trabalho familiar são obrigados a atender a determinado índice de produtividade, consumir os pacotes tecnológicos, cumprir as exigências sanitárias, entre outras, determinados pela corporação e entregar os resultados de seu trabalho a esta. Aqui, o capital industrial é uma empresa e o proprietário de terras e o trabalhador uma única pessoa. Estamos diante da subordinação capitalista da relação não-capitalista de produção representada no trabalho familiar, seu intuito é a realização da reprodução ampliada do capital. Outra forma de sua expansão se dá quando trabalhadores

arrendam terra (com pagamento em dinheiro, produto ou trabalho) para produzir, por exemplo, o fumo que será entregue a uma indústria. Temos, então, três personagens: o camponês renteiro, o proprietário rentista e o capitalista industrial.

Nos dois casos, mediante a integração da unidade de produção camponesa à indústria, seu objetivo passa a ser de fornecimento de matéria-prima para a atividade industrial e a garantia de mercado consumidor no campo, voltado aos produtos industrializados (sementes, ração, remédios, agrotóxicos, fertilizantes, maquinário, etc.). Neste processo, realiza-se a metamorfose da renda da terra em capital. Estamos diante da monopolização do território camponês pelo capital, mesmo que o capital não se territorialize. (OLIVEIRA, 1997) Portanto, ao se desenvolver, o capital no campo promove a desigualdade de diferentes formas. Destrói, cria e recria o trabalho familiar mediante o processo de exploração, assim como, com o controle da terra, das formas de produção, das relações sociais, ou seja, sempre busca o controle do território, e, neste movimento, promove a reprodução ampliada das contradições do capitalismo (MARTINS, 1998, p. 21).

O pensamento consensual costuma propalar o agronegócio como a única forma de desenvolvimento possível, ignorando que na medida em que o capital se reproduz ampliadamente agrava, cada vez mais, o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante a exclusão, pobreza e miséria. Determina a política econômica forçando a necessidade de manutenção de uma balança comercial favorável com vistas a garantir os superávits da economia nacional, aprofundando a compreensão da agricultura como um “negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial.” (OLIVEIRA, 2004, p. 13)

O agronegócio é o modelo de desenvolvimento que produz um território marcado pela concentração e padronização, voltado para a atividade agrícola (altamente mecanizada), informatizado e globalizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, cuja produção se dá em larga escala, mediante a exploração de grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora e voltada para a produção alimentar e exportação. Ao mesmo tempo em que o agronegócio apresenta as relações econômico-produtivas modernas, mantém relações sociais atrasadas, típicas do latifundiarismo colonial. Latifúndio, agricultura capitalista, agricultura patronal ou agronegócio não são novos, nem estão desarticulados. Latifúndio é o nome da forma de produção, em larga escala, praticada durante o capitalismo comercial no Brasil, na atualidade, pressupõe grandes propriedades rurais subutilizadas. Agronegócio ou agricultura patronal dizem respeito às formas contemporâneas de produção agropecuária em larga escala de modo que são apenas eufemismos para o conceito de agricultura capitalista.

Agricultura familiar é um conceito criado academicamente em oposição ao conceito de campesinato. Seus defensores, na academia, propagam que a agricultura familiar destaca-se pelo caráter moderno das atividades produtivas e a integração da produção ao mercado como formas modernas de desenvolvimento no campo e uma maior especialização

da produção, enquanto o campesinato permaneceria como a expressão do atraso, utilizando técnicas rudimentares e o acesso aos mercados incompletos. Este marco teórico determinou a elaboração de um conjunto de políticas públicas durante o governo FHC, voltadas para os pequenos e médios agricultores, e inaugurou uma nova forma de atuação do Estado brasileiro, diante da problemática da reforma agrária. A intencionalidade desta abordagem é a redução da pobreza (nunca sua eliminação), a pacificação do campo a partir de estratégias liberais de acesso à terra e a promoção de uma agricultura empresarial integrada ao mercado. (GOMÉZ, 2006, p.62-63)

As formas de produção do agronegócio podem resultar da exploração do trabalho assalariado dos bóias-frias, residentes nas periferias das cidades e da concentração de parcelas maiores de terras. Estamos diante, portanto, de um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. (OLIVEIRA, 1997) De um lado, na medida em que as corporações se territorializam ocorre a eliminação dos trabalhadores do campo, concentrando-os na cidade, onde estarão fadados a constituírem-se em força de trabalho para a indústria, comércio, serviços ou para a agricultura capitalista na condição de bóias-frias. Mediante uma relação capitalista plena, o capitalista-proprietário de terras, acumula, concomitantemente, o lucro da atividade industrial e agrícola, os juros financeiros, além da renda da terra. O campo assume a marca da monocultura e a concentração de terra se intensifica. (Ibid.) Este modelo ao mesmo tempo em que promove a produção de riquezas gera a desigualdade em intensidade, profundidade e escala maiores. A concentração de terras intensifica a expropriação. A modernização da produção promove a ampliação do desemprego, desencadeando forte êxodo rural, favelização e exclusão dos direitos fundamentais.

Todavia, esta não é a única forma de desenvolvimento do campo. Na medida em que o capital se reproduz ampliadamente, agrava, cada vez mais, o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante a exclusão, pobreza e miséria. Como o número de excluídos é cada vez maior, a luta contra o capital tende a um crescente. Portanto, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo é, também, propulsora de condições antagônicas ao próprio capital. Nesse sentido, o campesinato se organiza politicamente para conquistar a (re)criação do seu trabalho em uma lógica contrária ao capital. As lutas pela terra se configuram em lutas contra o capital. Tal medida busca romper com o controle monopolístico da propriedade das terras e instituindo relações sociais de produção não-

capitalistas, fundamentadas no trabalho familiar. Na atualidade, manifestam-se principalmente através das ocupações de terras dos latifúndios, de terras griladas, mais, recentemente, de áreas do agronegócio que causam danos ambientais e/ou descumprem a legislação trabalhista, e, nos dias atuais, de propriedades do agronegócio.

Os trabalhadores têm utilizado diversas ações de resistência aos processos de subordinação, expropriação e exclusão, que perpassam: o trabalho de base, a ocupação de terras, a construção de acampamentos, a conquista de assentamentos, a realização de marchas, a destruição de canteiros de pesquisas de corporações transnacionais, a destruição de cultivos transgênicos etc. A ocupação de terras permanece, na atualidade, como a principal metodologia de luta e pressão popular, que envolve sujeitos do campo e das cidades, para conquistar os assentamentos de reforma agrária. No período compreendido entre 2000 a 2006, 68 movimentos socioterritoriais realizaram ocupações de terras Brasil (SILVA e FERNANDES, 2006). A ocupação de terras permanece, na atualidade, como a principal forma de luta e pressão popular para conquistar os assentamentos de reforma agrária e/ou a regularização fundiária. Nos últimos anos, estudos da Comissão Pastoral da Terra e do DATALUTA têm apontado o crescimento do número de ocupações de terras e de famílias envolvidas. Elas acontecem em todo o Brasil, e, mediante a luta popular, dezenas, centenas e, às vezes, milhares de famílias ignoram a propriedade privada da terra adentrando o latifúndio, a fim de denunciar para a sociedade e para o Estado o descumprimento da função social da terra, nas dimensões produtiva, ambiental ou trabalhista.

Para Fernandes (2001), a política de implantação de milhares de assentamentos no país é exclusivamente resultado dessas lutas por terras, realizadas de diversas formas pelos trabalhadores e não das políticas governamentais, como é costumeiro veicular-se na mídia. A resultante da intensidade das ocupações dos latifúndios, em sua escala nacional, é uma política de assentamentos de reforma agrária conduzida pelo governo federal. Por sua vez, as ocupações de áreas do agronegócio, embora ainda incipientes, estão produzindo jurisprudência e exercendo pressão para concretizar a regulamentação dos itens ambientais e trabalhistas da legislação agrária brasileira. De acordo com Fernandes (2005b, p. 7-8),

A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território do capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social

capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da *lógica da reprodução das contradições do capitalismo*. Este também é seu limite, porque não possui o controle das relações econômicas.

Por causa da lógica desigual e contraditória do desenvolvimento da agropecuária na sociedade capitalista, em seu processo de formação e de transformação, o campesinato para ser protagonista da sua história precisa desenvolver de forma indissociável duas lutas simultâneas: as lutas para entrar e para ficar na terra. A fragmentação dessas lutas é uma forma de enfraquecimento da classe e de sua subordinação como mero coadjuvante no desenvolvimento da sociedade. A luta pela terra, como explicitarei acima, é realizada por meio das ocupações de terras dos latifúndios e do agronegócio. As famílias, ao cortar a cerca do latifúndio e da grande propriedade, mediante uma ação de luta popular, desencadeiam ao mesmo tempo um conflito direto com os latifundiários, com a polícia, com o judiciário e/ou com o Estado. A luta para permanecer na terra é organizada, cotidianamente, no interior dos assentamentos. Inicia-se na organização das famílias para a produção, cuja renda auxiliará no financiamento de outras ações importantes como: cursos de capacitação e/ou formação política, marchas, ocupações de prédios públicos e/ou bancos, dentre outras formas de luta.

Algumas destas formas de luta devem ocorrer nas cidades para que se alcance a repercussão desejada. Muitas das vezes, as lutas para entrar e ficar na terra estão sobrepostas e interligadas. Por exemplo, uma marcha tem a participação de todos. Caminham lado a lado, os sujeitos assentados da reforma agrária e os sujeitos acampados, suas reivindicações sempre contemplam as reivindicações de políticas públicas para os assentamentos como a ampliação do número de famílias a serem assentadas. A intensidade, escala destas lutas, quantidade e diversidade de movimentos envolvidos, provoca na classe dos proprietários de terras um pavor. Como por meio da atuação no espaço político, os camponeses têm a possibilidade de alcançarem êxito, os capitalistas, com o avanço do neoliberalismo, têm deslocado as soluções propostas para o mercado.

No intuito de conter e dissimular esta realidade conflitiva, avança, neste início de século XXI, outro paradigma de interpretação da questão agrária. Sob forte influência das concepções de desenvolvimento rural das instituições multilaterais, difunde-se no Brasil, desde a década de 90, a leitura da realidade do campo baseada no capitalismo agrário. Tais instituições financiam cursos nos institutos de ensino e pesquisa de referência,

bem como, pesquisadores que passam a produzir um conhecimento científico que confere status de legitimidade a sua peculiar forma de interpretação da realidade. Estes estudos também têm originado políticas públicas e forjado uma perspectiva de interpretação do campo a partir de um falso modelo único. A origem do paradigma do capitalismo agrário (PCA) remonta o início da década de 1990, com a publicação do livro *Paradigmas do capitalismo agrário*, originário da tese de doutoramento, em Sociologia, de Ricardo Abramovay. Após isso, rapidamente, da academia, suas proposições foram transformadas em políticas públicas, alterando, consideravelmente, as formas e as possibilidades de intervenção no campo brasileiro.

O PCA tem como fundamentos centrais: a) a defesa de que, com a expansão do capitalismo no campo, o campesinato tende a metamorfosear-se em pequeno capitalista do campo; b) a agricultura familiar destaca-se pelo caráter moderno das atividades produtivas enquanto o campesinato permanece como a expressão do atraso; c) defende a integração da produção ao mercado como formas modernas de desenvolvimento no campo e uma maior especialização da produção. A análise do campesinato, a partir da dimensão mercadológica, não contempla as contradições da sociedade geradora de conflitualidades. O paradigma do capitalismo agrário nega qualquer pensamento contrário, esvazia conceitos carregados de historicidade (a exemplo da substituição do conceito de camponês pelo de agricultura familiar, de agricultura capitalista por agricultura patronal e, atualmente, por agronegócio) e forja novos conceitos para as dinâmicas e os processos antigos. Difunde, como meta, a redução da pobreza e da fome, mas nunca a eliminação destas.

Este pensamento carrega o *modelo de desenvolvimento* que atende aos grupos que o defendem e o propagam e não a sociedade como um todo. Da academia, expandiu-se para a esfera governamental, para os movimentos sociais e sindicais e, até mesmo, para o senso comum. Nesse sentido, principalmente pelas pressões exercidas pelos movimentos camponeses e pelas políticas de Estado, as formas de acesso e de permanência na terra tornaram-se políticas diferenciadas expressas em dois modelos de tratamento da questão agrária. Um modelo que defende prioritariamente a desapropriação como forma de acesso à terra e um conjunto de políticas públicas que garantam a existência e a territorialização das unidades familiares. Um outro modelo, surgido recentemente com o avanço das políticas neoliberais, defende prioritariamente a compra da terra e um conjunto de políticas

determinadas pela lógica do mercado e do agronegócio, voltadas para a agricultura familiar.

A espacialização da luta pela terra fez com que diferentes instituições e o setor ruralista procurassem criar políticas para impedir o seu crescimento e ter o controle político sobre o conflito. De fato, foi uma estratégia de transferir o caráter político do conflito para o mercado. O conflito é um espaço político que exige a participação efetiva do Estado como instituição competente para a sua resolução. Neste espaço, os camponeses sem-terra têm maior poder de ação. O mercado é um espaço político de controle do capital, em que os ruralistas o controlam. Como a ocupação da terra diverge das condições impostas pelo capital para a criação e a recriação do campesinato, foram criados dois tipos de políticas, determinadas pela lógica do mercado: uma de financiamento para a compra de terras, denominada de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e outra de arrendamento de terras vinculada à monocultura e ao agronegócio.

Essas políticas foram criadas sob o codinome de reforma agrária. Assim, chegou-se à criação da esdrúxula expressão “reforma agrária de mercado”. Mesmo uma simples política de assentamentos rurais tem sido denominada de reforma agrária, contribuindo com a banalização do conceito. Com o objetivo de melhor compreender este esvaziamento conceitual em torno da reforma agrária, no próximo subcapítulo, realizo a delimitação teórico-conceitual de reforma agrária. Por fim, diante do exposto, é possível inferir que a questão agrária está diretamente relacionada com a problemática da propriedade da terra. As relações sociais, voltadas para garantir a apropriação da terra, desembocam em um conjunto de conflitos que socializa para toda a sociedade o seu ônus, independente da condição econômica, opção política ou religiosa, raça, gênero ou geração.

A análise da questão agrária para que se aproxime da realidade e possa contribuir com a elaboração de um programa que a amenize deve encará-la como uma totalidade. O solo rural e as relações que envolvem o seu processo de apropriação e valorização nos permitem compreendê-los como uma porção integrante do espaço geográfico, assim, estamos diante de uma questão eminentemente geográfica.

6.2. Delimitações conceituais de reforma agrária

Indubitavelmente que a concentração e o rentismo fundiário no Brasil são elementos centrais da questão agrária brasileira, promovendo um conjunto de contradições.

Sua gênese remonta o processo de ocupação do território brasileiro durante a fase do capitalismo mercantilista. Inicia-se na divisão da América entre as Coroas Espanhola e Portuguesa por meio do Tratado de Tordesilhas e a implantação, por parte desta última, do regime de Capitânicas Hereditárias e a doação de sesmarias, cuja ocupação orientou-se no modelo de produção econômica de *plantation* (grandes extensões de terras, destinadas à monocultura e baseada no trabalho escravo).

Com a promulgação da Lei de Terras de 1850, foi instituída a propriedade privada da terra no Brasil. Antes de entrar em vigor, os grandes proprietários da época tiveram o tempo necessário para promover a apropriação e o cercamento da extensão de terras que estivessem ao seu alcance. Posteriormente, o Estado promoveria o reconhecimento das terras como propriedade legal dos fazendeiros. Este processo, ao mesmo tempo: a) estimulou a concentração de novas terras naqueles que dispunham no momento de recursos disponíveis para “desbravar” o interior da colônia e promover o cercamento; b) expropriou pequenos agricultores descapitalizados, que tiveram que se interiorizar, ainda mais, nos sertões e florestas brasileiras a fim de garantir a produção de seu sustento por meio da prática agrícola. Estes sujeitos constituíram a categoria dos primeiros posseiros; c) a interdição do acesso à terra para aqueles que não dispunham de condições para comprá-la do Estado, especialmente, os escravos libertados em 1888.

Ao longo do século XX, o modelo de desenvolvimento econômico, adotado no país, e o papel destinado à agricultura agravaram o quadro de concentração fundiária. Decorrente da desigualdade surgiram pressões populares, reações violentas dos latifundiários e os debates em torno da realização de uma reforma agrária (RA). Ao longo do tempo, diferentes instituições delimitaram sua concepção de reforma agrária a exemplo da Igreja, sindicatos rurais, partidos políticos, movimentos sociais, gestores públicos, governantes, organizações não governamentais, intelectuais, instituições multilaterais, bancos, e outros. Sua configuração varia, ao longo do tempo e do espaço, entre as instituições e depende da postura ideológica do segmento que elabora a proposta, da correlação de forças na sociedade, dos elementos que compõem a questão agrária, em dado momento histórico e espaço geográfico. Contudo, a concentração de poder econômico, político e territorial na classe dos grandes proprietários de terras impossibilitou e impossibilita a realização da RA no Brasil.

O conceito de reforma agrária tem sofrido, no Brasil, muitas desvirtuações ao longo do tempo. Sendo assim, busco, neste subcapítulo, resgatar algumas concepções elaboradas nas últimas décadas por diferentes instituições que estiveram no epicentro deste debate, sem a pretensão de esgotá-lo aqui. Parto do pressuposto que a profundidade de qual que seja o tipo de reforma agrária que se realize, deve provocar uma modificação, preferencialmente, radical das estruturas fundiária concentradora, seja latifundiária ou de agricultura capitalista moderna, com vistas à alteração total ou parcial das relações de poder vigentes na sociedade, criando outras bases para uma nova forma de desenvolvimento e organização social.

Ao estudar a problemática da reforma agrária na América Latina na década de 60, o sociólogo colombiano Antonio García Nossa propôs a seguinte categorização da realidade dos diferentes tipos e concepções:

- a) *la de las reformas agrarias estructurales*, que integran un proceso nacional de transformaciones revolucionarias liberalizado por un agresivo elenco de nuevas fuerzas sociales identificadas en un objetivo estratégico de cambio, fundamentándose en la substitución de las relaciones tradicionales de poder y de las normas institucionales que las preservan y proyectan;
- b) *la de las reformas agrarias de tipo convencional*, que forman parte de una operación negociada entre las antiguas y nuevas fuerzas sociales, por intermedio del sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas y revolucionarios), intentando modificar el monopolio latifundista sobre la tierra sin cambiar las reglas institucionales de la sociedad tradicional; y
- c) *la de las reformas agrarias marginales*, que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas (relaciones, poder, sistema normativo) sino hacia la reparación superficial de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia las áreas periféricas y baldías, apoyándose políticamente en el sistema tradicional de partidos y en reglas institucionales de la sociedad tradicional. (Ibid., p. 10)

6.2.1. A reforma agrária estrutural ou revolução agrária

A primeira categorização está diretamente relacionada a uma concepção de revolução agrária. Pressupõe-se a uma profunda alteração na estrutura agrária concomitante à transformação do sistema social existente e a construção de uma outra sociedade. Isto pode acontecer no capitalismo, a exemplo do México (1910), ou com a superação do regime capitalista e a implantação de um Estado socialista, como ocorreu na República de Cuba

(1959). Aproveito o ensejo para tecer algumas linhas a mais sobre a revolução agrária neste país.

A Cuba Republicana de Fulgêncio Batista apresentava um modelo de desenvolvimento do campo, cuja estrutura de poder baseava-se na acumulação capitalista advinda, principalmente, da produção de açúcar. A questão agrária do período estava marcada pelo binômio latifúndio – minifúndio. A elevada concentração fundiária, muito semelhante à existente no Brasil contemporâneo, estava dominada pelo capital externo de modo que, em 1950, somente 13 empresas norte-americanas controlavam 10% da área agrícola e 95% das grandes propriedades ocupavam-se com a produção de cana ou pecuária desenvolvida com baixo nível tecnológico. A dependência externa do setor se dava em duplo sentido: ao mesmo tempo em que dependia do mercado internacional para a venda da produção e a compra de insumos, implementos e tecnologia, deixava-se de produzir alimentos internamente, o que determinava uma dependência da importação de comida para a população. Além da subutilização das terras agrícolas, tendo em vista que, em 1957, apenas 22% da área agricultável encontravam-se semeada; do rentismo fundiário absenteísta, nos auspícios do triunfo revolucionário 70% dos imóveis eram explorados por outros que não os seus proprietários legais, sob diferentes formas como arrendamentos, subarrendamentos, parceria, posse, administração, entre outros.

Estas características desencadearam uma conjuntura sociopolítica de desigualdade, pobreza, miséria, subordinação e violência, que, conseqüentemente, criaram as condições necessárias para a organização popular e o apoio ao movimento guerrilheiro que se construía na porção oriental do país, liderada por Fidel Castro, Ernesto *Che* Guevara e Camilo Cienfuegos. O Exército Rebelde recebeu o apoio do campesinato que controlava as pequenas propriedades na zona da *Sierra Maestra*, concedendo abrigo nas terras sobre o seu controle para o fortalecimento das brigadas. Posteriormente, a construção da unidade entre campesinato e operariado, em defesa do projeto de transformações, apontado pelo Exército Rebelde, possibilitou o triunfo da Revolução, em janeiro de 1959.

A primeira Lei de Reforma Agrária foi promulgada pelo governo revolucionário, em 17/05/59, com o objetivo de transformar gradativamente as bases do poder econômico e político do país, tinha como princípios: a) construção, fortalecimento e aprofundamento da unidade entre operários e camponeses na defesa da Revolução; b)

alteração do conceito de propriedade privada de direito individual para a concepção de propriedade privada voltada para a redistribuição da riqueza e em prol do interesse social, base para o início do processo de nacionalização de toda propriedade privada; c) a reforma agrária deveria elevar e diversificar a produção, garantir, primeiramente, o abastecimento alimentar interno e promoção do bem estar da população, abastecer de matéria-prima a indústria nacional, através da criação de bases para seu crescimento e diversificação, além de promover a ampliação das exportações.

Portanto, a reforma agrária estava, no primeiro momento, associada ao processo de ruptura com a antiga estrutura de dominação social, de construção de um modelo produtivo, voltado às necessidades internas de alimentação, no qual a agricultura seria convertida no motor do processo de diversificação econômico-produtiva do país, viabilizando as condições materiais para desencadear um processo de industrialização. Na busca da construção deste modelo, as características centrais da questão agrária foram atacadas pela referida Lei. O combate ao latifúndio foi iniciado com o estabelecimento do limite máximo da propriedade privada em até 400 hectares. Os imóveis que ultrapassavam esta dimensão tiveram o excedente desapropriado e incorporado ao patrimônio do Estado. Os minifúndios foram combatidos com o estabelecimento do *mínimo vital*, ou seja, nenhuma família poderia dispor de menos de 27 hectares, dimensão considerada básica para abastecer, com dignidade, uma família composta por quatro membros.

Toda a forma de rentismo fundiário foi combatida e eliminada. Ficou proibida a propriedade fundiária para fins especulativos, seja para a venda futura ou para a entrega sob a forma de arrendamento, parceria etc. A terra agricultável foi destinada prioritariamente para os sujeitos que a trabalham, incorporou-se ao programa de reforma agrária mais de 100 mil famílias em detrimento das empresas estrangeiras e da burguesia nacional. As terras arrecadadas pelo estado foram nacionalizadas e coletivizadas. O conjunto de mudanças provocou forte e violenta resistência na classe dos proprietários, que criaram diferentes formas de abalar o novo regime e, assim, evitar a perda das propriedades privadas. Neste período, o governo revolucionário reconhecia a existência de três tipos de propriedades: a capitalista, a privada e a limitada até 400 ha; a propriedade estatal resultante das terras incorporadas ao Estado mediante confisco; e a propriedade privada expressada pelo setor camponês proprietário anteriormente ou beneficiado com a reforma agrária. A fim de avançar

com o plano revolucionário, mediante respostas econômico-produtivas e o fortalecimento da defesa do regime, o governo difundiu um modelo de cooperativismo estatal e outro privado. O primeiro consistiu nas *Granjas del Pueblo* e difundiu-se junto ao setor camponês as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS).

No modelo estatal, as terras e os meios de produção pertenciam ao Estado e os agricultores eram contratados sob a forma de assalariados agrícolas pelas cooperativas estatais que, na maioria das vezes, ocupavam áreas de antigos latifúndios ou centrais açucareiros desapropriados e/ou abandonados por seus donos. Ao longo do processo, estas unidades produtivas especializaram-se no cultivo e industrialização da cana-de-açúcar, arroz e pecuária. Estes são produtos estratégicos para o país, o primeiro, por ser o principal gênero de exportação e os demais por fazerem parte da cesta básica da população. As CCS's eram formas cooperativas iniciais, cuja propriedade da terra foi mantida individualmente e a cooperação estava voltada à aquisição de insumos, implementos, serviços, créditos e venda da produção, eliminando, portanto, o caráter anti-econômico das compras individuais. A condição inicial desta forma de cooperativa corresponde à intencionalidade de gerar, a partir desta forma organizativa, uma consciência coletiva da necessidade de coletivizar a terra entre o campesinato.

No modelo de desenvolvimento em construção, o campo assumiu na divisão do trabalho lugar estratégico para a soberania nacional. Almejando lograr resultados positivos, buscou-se, com a reforma agrária, desenvolver atitudes positivas de recuperação e conservação dos solos e matas, bem como, os sujeitos envolvidos no processo de produção agropecuária deveriam ter as suas necessidades essenciais atendidas. Neste sentido, instituiu-se, como política de Estado, a concentração dos camponeses e dos trabalhadores rurais em agrovilas, com moradias em alvenaria, infra-estrutura básica e serviços sociais, conforme discurso do Comandante e Chefe Fidel Castro, pronunciado em 1960:

No estarán completas las Cooperativas hasta que no hayamos hecho un pueblo en cada Cooperativa donde vivan los cooperativistas. (Aplausos) Con todas las comodidades, tengan las casas, el centro escolar, el círculo social, la tienda del pueblo y, en fin, todo lo que a que detener un pueblo, luz eléctrica, etcétera. (MINISTERIO DE LA AGRICULTURA, 2000)

As medidas de concentração da população do campo foram fundamentais para a promoção da elevação da qualidade de vida e a universalização do acesso aos direitos sociais. Contudo, o planejamento das habitações primou pela agilidade em criar moradia para

todos, mesmo com os dilemas de limitado orçamento. Neste contexto, a distribuição de terras em Cuba, após a primeira Lei de Reforma Agrária, estabeleceu a seguinte distribuição fundiária: a) Estado ficou com 40% das terras; b) aos proprietários capitalistas (com limite máximo de até 400 ha) destinou-se 40% das terras agrícolas; c) aos camponeses destinaram-se 20% das terras. A partir desta estrutura, a Revolução redistribuiu terras limitando as áreas sob o controle dos camponeses em até 60 ha, posteriormente, adotou-se o limite de 67 ha, equivalente a 5 *caballerías*²⁹, como extensão máxima de terras que poderiam possuir os camponeses. Naquele momento, previa-se que o Estado destinaria, gratuitamente, 26 ha de terras e o restante, até o limite estabelecido, poderia ser adquirido mediante o pagamento ao Estado, todavia, este último nunca realizou a cobrança.

O processo de expropriação das grandes propriedades, a concentração territorial no Estado, a transformação político-ideológica, etc., provocaram um conjunto de reações na classe dos latifundiários que intensificaram as ações contrárias ao processo revolucionário, exigindo do governo respostas. Assim, foram criados mecanismos de organização da sociedade, na cidade e no campo, a fim de defender a revolução. Anteriormente ao triunfo da Revolução até os primeiros anos do novo regime, os camponeses estavam organizados por setor de produção agrícola (café, tabaco, pecuária, etc.). Diante da intensidade da luta pela terra e da necessidade de vincular os camponeses na defesa do processo revolucionário, o governo de Fidel Castro e o Partido Comunista Cubano decidiram promover sua organização em uma única entidade. Em 17/05/1961, foi organizada a Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), que congrega os camponeses organizados produtivamente nas Cooperativas de Créditos Comercialização e Serviços (CCS) e nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). A criação e adesão às cooperativas foram voluntárias, e, buscou-se, no interior destas, o fortalecimento de outros princípios importantes como a democracia interna, a autonomia e o apoio estatal. Atualmente, existe um total de 466 CPA's, que agrupam cerca de 36.463 camponeses e existem, ainda, cerca de 70 mil *camponeses privados*, ou seja, aqueles que não aderiram ao sistema cooperativista.

A CPA é um modelo produtivo que reúne, voluntariamente, sujeitos integrantes do setor privado (camponês) em torno da cooperativização da terra, dos meios de produção e da produção. Criada a princípios dos anos 70, esta se formou com a conversão de

²⁹ Caballería é uma medida de área espanhola, na qual uma caballería equivale a aproximadamente 13,4 hectares.

algumas CCS's em CPA's e/ou incorporação de produtores privados à cooperativa. Tinha-se, por objetivos, o fortalecimento da organização política e produtiva, como também, socializar este setor econômico. Com a criação das CPA's, houve uma transformação no espaço agrário, que reduziu o quantitativo dos pequenos lotes individuais inerentes às CCS's e à instituição de uma propriedade de dimensão mediana, cujas cercas foram eliminadas, tendo em vista a cooperativização da propriedade da terra. Ademais, faz-se necessário ressaltar que se colocou em curso a vinculação da produção camponesa aos interesses de compra do Estado, gradativamente, fator que determinou a organização territorial produtiva das Cooperativas. (SORZANO, 1999)

Outra estratégia adotada para defender e avançar com as diretrizes e os princípios do programa revolucionário foi a elaboração, a promulgação e a execução, em 31/10/1963, da Segunda Lei de Reforma Agrária que instituiu: (1) a abolição da propriedade agrária capitalista mediante a nacionalização de todas as áreas, anteriormente, concedidas aos latifundiários, cujo limite se estendia até os 400 ha; (2) incorporação destas áreas ao controle do Estado, de modo que, este assumiu o controle de 80% das terras agrícolas; permanecendo os camponeses com algo entorno de 20%; nacionalização das propriedades acima de 67 hectares. Contudo, a conjuntura política do Brasil, na atualidade, não nos permite vislumbrar, ao menos nos próximos anos, a possibilidade de uma revolução agrária. A experiência histórica demonstra que tentativas mais radicais de reforma agrária podem levar, inclusive, a uma contra-reforma como ocorreu no caso do golpe militar, em 1964, conforme debaterei a seguir.

6.2.2. A reforma agrária marginal e a contra-reforma agrária

A reforma agrária de tipo marginal visa a manutenção do sistema capitalista e não pressupõe sequer a alteração da propriedade fundiária, criando, apenas, um conjunto de ações paliativas ou compensatórias que desarticulem e/ou contenham as pressões para que uma falsa reforma se coloque em curso. Assume, portanto, a condição de uma contra-reforma agrária. Tomando como referência a realidade brasileira no período em que Garcia escreveu este estudo, percebe-se que, embora o Estado brasileiro tenha tomado medidas para abrir espaço para implementação de uma reforma estrutural, as elites desenvolveram um conjunto de procedimentos com o intuito de promover a cooptação e o

controle social, e, assim, sufocar a possibilidade de revoluções socialistas.

Em 13 de março de 1964, o então presidente João Goulart, no marcante comício da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, realizou a primeira apresentação pública das bases do seu programa de RA. O decreto 53.700/64, que ficou conhecido como Decreto Supra, instituiu a desapropriação das terras “em um raio de 10 quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União, em obras de irrigação, drenagem e açudagem”. Dois dias depois, o mesmo presidente reivindicava ao Congresso Nacional prioridade máxima para a reforma agrária. Para tanto, solicitou ao Parlamento a supressão das palavras “prévia” e “dinheiro” no § 16, artigo 141 da Constituição Federal de 1946, que rezava “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. (BRASIL, 1946)

Com a alteração destas duas palavras da Carta Magna, Goulart intencionava desobstruir o caminho para a reforma e institucionalizar um mecanismo de desapropriação, cuja indenização aos proprietários seria em títulos da dívida pública, pois, segundo o presidente, no referido discurso a

reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e em dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. (Discurso da Central do Brasil in: STÉDILE, 2005, p. 103-104.)

Exigiu, também, a alteração do artigo 147 que condicionava o uso da propriedade rural voltado ao bem estar social e da justiça social ao cumprimento da própria lei, ou seja, não havia a previsão de qualquer instrumento de controle, acompanhamento por parte do Estado sobre o seu cumprimento. É como se a mera existência de uma lei garantisse a aplicação de seu conteúdo. A proposta de Goulart atribuiu a promoção da justa distribuição e o aproveitamento racional da propriedade rural mediante a desapropriação por interesse social, introduzindo o pagamento de propriedades desapropriadas com títulos públicos. Este conjunto de ações políticas representou o primeiro grande enfrentamento à propriedade concentrada da terra. Sua repercussão foi tão estrondosa entre as elites do país, em particular, entre os grandes proprietários, que a reação foi fulminante para o governo Goulart, que sucumbiu dezesseis dias depois por um golpe de Estado, promovido pelos militares das forças armadas.

Com o golpe militar de 1964, implantou-se, no Brasil, uma ditadura militar extremamente repressiva e conservadora. Sua gênese reside na discordância, oposição e reação às reformas de base propostas por Goulart e o estopim para sua eclosão, foi, exatamente, o plano de reforma agrária divulgado. Paradoxalmente, no início do primeiro mandato ditatorial, o governo Castelo Branco aprovou, no Congresso Nacional, uma lei agrária que contemplava o que anteriormente fora motivação para a derrubada de João Goulart. Em que pese a repressão promovida pelo governo golpista, a pressão social exercida pelo campesinato era crescente. Em resposta a este cenário, foi promulgada a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra que, na prática, representa a primeira lei de reforma agrária do Brasil, instituindo pela primeira vez no país

- a) Cadastro de todas as propriedades de terra do país;
- b) Criou um organismo público federal – Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – encarregado do cadastro das propriedades, dos processos de colonização de terras públicas e de desapropriação de terras(...);
- c) Criou o instituto da desapropriação pelo Estado daquelas propriedades que subutilizavam seu potencial produtivo. E, portanto, rompeu com o direito absoluto da propriedade da terra, e condicionou a propriedade à utilização social. E deu poderes ao Estado para intervir em nome da sociedade.
- d) Uma classificação geral para todas as propriedades, baseando-se em critérios de tamanho, utilização e capacidade de produção.(...)
- e) A desapropriação para fins de reforma agrária de todas as propriedades classificadas como minifúndio, visando ao reagrupamento de área; e das propriedades classificadas como latifúndio, objetivando a distribuição de terras.
- f) Critérios de pagamento da área desapropriada: em dinheiro, apenas as benfeitorias, por resultado do trabalho. Terra nua, pagamento em Títulos da Dívida Pública, resgatáveis em 20 anos.
- g) A obrigatoriedade do ITR – Imposto Territorial Rural, que, até então, não existia, e destinava esses recursos para o programa de reforma agrária.
- h) O conceito e a possibilidade de formação de cooperativas – forma coletiva de organização da propriedade da terra e da produção nas áreas reformadas. (STÉDILE, 2005, p. 147-148)

Embora seu conteúdo tenha forte teor progressista e inovador no campo agrário, na prática, essa Lei não passou de uma estratégia para dissimular o discurso da reforma agrária. As mesmas oligarquias rurais que apoiaram o golpe militar discordavam do conteúdo do Estatuto da Terra referente à reforma agrária. Estes influenciaram a não aplicação da lei, de forma que, esta se consagrou como um instrumento para o controle dos conflitos sociais e, as desapropriações somente corriam com o intuito de amenizá-los. Estimulou-se a migração forçada de trabalhadores de regiões brasileiras para a ocupação de

frentes pioneiras mediante programas de colonização pública e privada, com o intuito de eliminar tensões e conflitos existentes. Apesar de defender a desapropriação por interesse social, contraditoriamente, pregava também a compra, a doação e a venda de terras. Outra questão, em destaque, foi a exclusão da empresa rural da passividade de desapropriação. Nesta lógica, os governos militares desenvolveram a política de colonização no Centro-Oeste e Norte do país em detrimento da reforma agrária. Esta medida enquadra-se no que Garcia (1970) denominou de reforma agrária marginal, ou melhor, assume características de uma contra-reforma agrária. Fernandes (1996, p.39) endossa essa conjuntura:

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, [através de compra, dos projetos de colonização ou da grilagem] por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número de latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram, assim, a *modernização* [grifo do autor] da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. Dessa forma, a estrutura fundiária sofreu alterações profundas(...)[grifo meu] (FERNANDES, 1996, p. 39)

Este período é confirmativo da hipótese de que a efetivação de uma lei ou política pública somente é determinada pelo exercício do poder político do segmento social hegemônico, em dado momento, e não pela criação e institucionalização de um fundamento jurídico; pois o controle político territorial não permitiu a realização de uma reforma agrária, mas, garantiu a ampliação do poder econômico e político dos latifundiários. Mesmo diante deste cenário, o Estatuto da Terra incorporou elementos importantes tanto para a delimitação conceitual quanto para a realização de um programa de reforma agrária. O primeiro deles foi a atribuição da centralidade do Estado no planejamento e execução do programa de reforma agrária. Outro ponto relevante foi a orientação da modificação da estrutura fundiária do país, sendo a obtenção de terra, prioritariamente por meio da desapropriação. Os seus principais pontos foram, posteriormente, incorporados à Constituição Brasileira de 1988 e na atual legislação agrária.

6.2.3. Para além da reforma agrária convencional

Retomando o pensamento de Nossa, a reforma agrária convencional busca realizar uma negociação entre novas e velhas forças sociais, com o intuito de modificar o monopólio das terras sem alterar as regras institucionais da sociedade tradicional. Pretende,

no processo de transformação agrária, estabelecer um pacto entre as diferentes forças sociais para evitar uma alteração nas formas de poder. Assim, tem sido realizado o II Plano Nacional de Reforma Agrária no último governo, cujo conceito e prática inclui: (1) programas de assentamentos de famílias sem terra e (2) otimização dos projetos de assentamentos existentes, (3) regularização fundiária para posseiros, e (4) complementado com reforma agrária de mercado. Embora o ordenamento jurídico pressuponha o mecanismo desapropriatório como forma de arrecadação de terras, na prática, o governo assentou maior parte das famílias em terras públicas na região norte e reordenamento fundiário em assentamentos pré-existentes. Nestes termos, a postura governamental atual é a tentar pactuar, ao seu modo, com as diferentes forças em disputa.

Esta postura agrada diretamente os ruralistas que seguem, de alguma forma, com o controle fundiário, econômico, político, social, tecnológico, etc. Atualmente, não se opõem mais à realização da reforma agrária, na prática, o que está em questão é qual reforma agrária deve pode ser realizada. Apesar de não combaterem o ordenamento jurídico constitucional da via desapropriacionista, enfatizam que as grandes propriedades são produtivas e que a reforma agrária deve ocorrer de forma negociada através da reforma agrária de mercado. O seguinte trecho do Voto em Separado da CPMI da Terra, do deputado ruralista Abelardo Lupion, é emblemático:

...uma alternativa eficiente à reforma agrária, possibilita a aquisição de terras por negociação, evitando-se os conflitos fundiários, as arbitrariedades e as violências. Através deste mecanismo, o Poder Público, ainda, estará financiando a aquisição da terra para os interessados, livrando-se dos percalços processuais e do pagamento de indenizações. Ponto fundamental da proposta do Banco da Terra é o fato de obter financiamento para a aquisição de imóveis rurais para pessoas que possuem real vocação e vontade de trabalhá-las.

A implementação do Banco da Terra ou instrumento similar certamente trará oportunidade de vivenciarmos uma verdadeira reforma agrária e acesso democrático à terra, já que propicia maior grau de liberdade dos favorecidos ao permitir-lhes escolher a terra que desejam e negociar seu preço, a supressão da intervenção da agência estatal no processo de seleção e negociação das terras. (LUPION, 2005, p. 372-373)

Este mecanismo não apresenta um acordo entre as diferentes forças da sociedade envolvidas neste processo. Enquanto o movimento sindical se deixa levar e contribui com o avanço de programa de RAM, os movimentos articulados em torno da Via Campesina mobilizam-se e se opõem a este modelo. As evidências empíricas obtidas nestes

anos de estudo no Estado de Sergipe, assim como, as dinâmicas assumidas ao redor no mundo, conforme apresentado na revisão bibliográfica presente no capítulo 4, demonstram o caráter de contra-reforma agrária embutido na RAM.

Considerando que, hoje no Brasil, com a atual correlação de forças vigente na sociedade é difícil vislumbrar a possibilidade da realização de uma revolução agrária. Menos ainda, o atual cenário apresenta-se como uma reforma agrária estrutural, tendo em vista que a principal nova força, representada pelo MST, nega-se a negociar com as velhas forças políticas e econômicas, bem como, a própria realidade demonstra que este movimento tem alterado as regras sociais tendo como trunfo os assentamentos conquistados. Um exemplo disto é a conquista e controle de um programa de educação específico, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a participação na construção de uma política nacional de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e no controle do processo de elaboração de alguns Planos de Desenvolvimento Territorial, como no caso do território do Alto Sertão em Sergipe, torna-se difícil categorizar a realidade atual como uma reforma agrária convencional, estimulando-me a perseguir uma atualização do conceito de reforma agrária.

Seguindo a empreitada na busca de uma delimitação de reforma agrária, concordo com Silva (1971) e Accioly Borges (1984)³⁰ citado por Oliveira (2006, p. 6) ao defender que a reforma agrária deve acontecer de forma massiva, imediata e drástica. É preciso que ela seja implantada em um período determinado, com início e fim previstos para promover o beneficiamento da parcela da sociedade que está excluída do acesso à terra e/ou das condições plenas de produção no campo. Deve ser drástica, porque visa promover alterações estruturais no *status quo* mediante “a redistribuição dos direitos sobre a propriedade da terra agrícola, ou seja, a modificação do regime de posse, uso e gozo da terra constitui a essência do processo reformista e, sem a reforma no sistema de tenência da terra, nenhuma Reforma Agrária é digna desse nome.” (SILVA, 1971, p. 39) Atualmente, para que isso ocorra é necessário criar as condições objetivas.

Na atualidade, diferentes estudos têm mostrado a importância da reforma agrária também incluir uma alteração no regime de controle das águas em favor dos seus

³⁰ ACCIOLY BORGES, Pompeu. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI – IBASE, 1984.

beneficiários para que o campesinato em programas de reforma agrária tenha mais condições de construção de sua autonomia. Uma dimensão fundamental da reforma agrária é a democrática, ou seja, ela deve buscar o atendimento das reivindicações dos trabalhadores sem-terra e suas organizações, bem como, contemplar os minifundiários e suas entidades, permitindo que todos os segmentos do campesinato, envolvidos na RA, possam participar de todas as etapas do processo, desde sua elaboração, seu planejamento e sua execução. A mudança na propriedade da terra deve ser acompanhada de transformações nos sistemas agrícolas, priorizando unidades familiares de produção e suas inerentes formas associativas ou de cooperativismo, além da utilização racional dos recursos naturais e da preservação ao meio ambiente. Deste modelo, decorrerá uma diversidade de produtos em quantidade suficiente a garantir a soberania alimentar e a qualidade compatível com uma alimentação saudável. A preservação e o fortalecimento das práticas e dos valores da cultura camponesa devem ser priorizados na execução de qualquer reforma agrária. Para que a reforma agrária alcance os efeitos desejados, é necessário que seja acompanhada de um conjunto de políticas agrícolas, que aqui são concebidas como:

o conjunto de ações governamentais que visa a implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. Estão incluídos nessas ações: educação e saúde públicas, [previdência social], assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preços mínimos e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infra-estrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias etc. (OLIVEIRA, 2005, p. 390) [grifo meu]

Encerro a delimitação conceitual a que me propus, enfatizando que somente o Estado, juntamente com o conjunto de suas instituições, tem o poder de comandar o tempo e a escala de um programa de reforma agrária, delineado sob estes princípios e com esta magnitude, tendo em vista o caráter territorial desta política pública. Nos próximos subcapítulos, discutirei a concepção de reforma agrária no território da política e sua apropriação pelo território da economia.

6.3. Reforma agrária: território da política

Atualmente no Brasil, a reforma agrária é regida pela Constituição Federal de 1988, Lei 8.629 de 25/02/1993, Estatuto da Terra, Lei 433/1992 e orientada pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Este ordenamento jurídico tem influências que

remontam o pensamento progressista da década de 60 (governo Goulart), o conservador e o neoliberal vigente. A legislação agrária e os planos de reforma agrária, os seus conteúdos pressupõem o resultado de um conjunto de disputas políticas ocorridas na sociedade, voltadas seja para sua efetivação, o amortecimento ou o impedimento de sua realização. A forma como estes instrumentos se realizam espacialmente não, necessariamente, corresponde ao que está previsto em suas linhas. Uma lei pode existir, mas não ser utilizada, porque não foi regulamentada ou não funcionar, porque o entendimento do judiciário é distinto daquele que é corrente entre um dado segmento da sociedade. Para que haja o cumprimento de uma lei como a reforma agrária, é preciso que haja, também, um processo de segmentos da sociedade reivindicando-o.

Compreendo que a política de reforma agrária somente se efetiva quando ocorre espacialmente atendendo todas as dimensões inerentes ao território. O conteúdo da sua realização espacial resulta do embate de classes na sociedade e promove transformações na realidade, de acordo com as concepções político, ideológicas e teóricas hegemônicas em dado período. Compreendo por territorialização da reforma agrária o movimento sobre o espaço da democratização da propriedade da terra com vistas a romper com o rentismo fundiário, acompanhado de um conjunto de políticas agrícolas, sociais e previdenciárias, que garantam a produção do espaço rural sob as bases mais equânimes.

Portanto, a política fundiária, em curso no país, e grande parte das famílias assentadas resultam da realização de diferentes formas de lutas populares, realizadas por movimentos socioterritoriais camponeses. É a partir do dimensionamento do espaço de socialização política que os trabalhadores têm realizado a pressão necessária junto ao Estado, Judiciário, Legislativo, etc., e conquistado as políticas fundiárias, agrícolas, sociais destinadas ao campesinato, em curso, na atualidade.

Há que considerar que o capital e os movimentos socioterritoriais estão, permanentemente, disputando o Estado com vistas à conquista da implementação de políticas que atendam seus anseios. O sujeito que apresentar mais força em dados momento histórico conquista a política pública. Tal política pode ser aplicada na íntegra, igual foi pensada, originalmente, ou pode ser implementada, parcialmente, sendo que sua forma pode ser apropriada para interesses contrários aos quais foi criada ou, simplesmente, pode ser abandonada, ou seja, uma política pública, após ser criada, deve ser cotidianamente

conquistada.

Um exemplo emblemático foi a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo governo Lula em face das pressões exercidas pelas organizações camponesas. Embora suas idéias não tenham sido aceitas e refutado o “Plano Plínio”, em favor de um documento alinhado com as concepções liberais. O documento apresenta uma intencionalidade de retomar a trajetória prevista no I PNRA, elaborado no Governo José Sarney (1985-1989). Objetiva promover uma “reforma agrária ampla, massiva e sustentável”; incorpora a desconcentração fundiária como instrumento central do plano, porém, aponta que é preciso, também, promover a recuperação dos assentamentos e planejamento das áreas de reforma agrária em consonância com a “agricultura familiar”. Busca-se, com isso, o desenvolvimento de ações num “enfoque de desenvolvimento territorial rural” (DTR). (II PNRA, 2004)

Segundo o próprio Plano, este enfoque seria a inovação da reforma agrária em vista dos programas de RA, anteriormente adotados para o país, uma vez que,

Orienta-se para promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental, o acesso a direitos, promoção da igualdade, o desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer, por um lado, uma profunda integração entre vários órgãos de governo e as várias esferas de poder. Requer, também, colocar à disposição das famílias assentadas e as demais beneficiárias do Plano, os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção, além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso aos direitos fundamentais.

Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o Plano prevê a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o Plano organizará sua atuação em áreas reformadas, o que reforçará o caráter dinâmico da Reforma Agrária e seu papel na constituição de um novo tecido social em âmbito regional e nacional. Até o momento, a conformação dessas áreas reformadas tem se dado *a posteriori*, a partir da ação dos trabalhadores, e não necessariamente como um instrumento prévio da ação estatal, como já dispunha o Estatuto da Terra. Recuperar essa capacidade da ação governamental pode ser um passo importante – e não menos inovador –

para reforçar o caráter dinâmico da reforma agrária e acelerar seu papel na reconstituição do tecido social no âmbito nacional. (II PNRA, 2004, p. 10)

Contudo, a implantação dos princípios, as diretrizes e as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (que não foi cumprido), a conquista de direitos sociais, políticas agrícolas, previdenciárias, etc., dependem, diretamente, da pressão exercida pelos trabalhadores a partir da luta popular. Portanto, a dimensão mais proeminente do território na reforma agrária tem sido a política compreendida, aqui, como o tecido cotidiano, emanado das relações sociais que buscam a construção da liberdade e os assentamentos perscrutados confirmam esta tese.

Observe-se que desde a luta pela terra passando pelo processo de implantação do assentamento e seus diferentes estágios dependem da atuação política dos trabalhadores. Esta é realizada, cotidianamente, não apenas para viabilizar as condições de produção e existência na localidade, mas, articulados em ampla rede de relações (entre os assentamentos, os mediadores, os aliados os movimentos socioterritoriais buscam a conquista de direitos e a construção de novos direitos que possibilitem o desenvolvimento territorial dos assentamentos já conquistados, a conquista de novos projetos de reforma agrária e gerem experiências cumulativas de possibilidades de construção de uma sociedade, livre, justa e igualitária. Portanto, frente às evidências empíricas, e mesmo considerando que o território é multidimensional, a reforma agrária somente avançará se os trabalhadores se apropriarem da política enquanto um território. Se a política aqui é compreendida como equivalente de liberdade, portanto, a reforma agrária, para que cumpra os princípios que aqui defendo, deve ser construída como um território da liberdade.

6.4. Reforma agrária de mercado: território da economia

A reforma agrária de mercado resulta de um arranjo institucional tripartite no qual o Banco Mundial concede empréstimos internacionais ao Estado-Nação que, mediante convênios, transfere a responsabilidade para os governos estaduais de gerir e implementar o financiamento da compra de terras por trabalhadores sem terra ou com pouca

terra. São os agentes financeiros e o Estado que definem, preliminarmente, o quantitativo de área e famílias a ser incorporado ao programa. Dentre as justificativas para o programa, está a redução da pobreza rural, a redução dos custos da reforma agrária, a eliminação das situações conflitivas e burocráticas, etc. Pressupõe-se que a liberdade dos camponeses, para escolher o imóvel que desejam comprar e negociar o preço das terras, permitirá comprar os melhores imóveis por preços mais baixo.

Contudo, o movimento do real tem demonstrado que as associações são formadas, muitas das vezes, por agentes externos, com o objetivo, apenas, de comprar terras, atendendo aos interesses dos proprietários, ora de políticos locais, ora de candidatos a cargos públicos eletivos locais. Os imóveis adquiridos, ou parte destes, geralmente estão mal localizados, apresentam baixa capacidade produtiva e preços moderados a altos. De forma que é o próprio mercado que determina o tempo, o espaço e a dimensão da implantação da RAM. Embora haja uma certa agilidade na implantação da infra-estrutura comunitária e da liberação de créditos agrícolas, as condições geográficas dos empreendimentos demonstram grandes limitações ao desenvolvimento territorial destes que possibilitem a emancipação das famílias. Dentre suas causas vale ressaltar: a baixa capacidade política das associações, exigüidade territorial para o quantitativo de famílias mutuárias por empreendimento, freqüentes equívocos das equipes de assistência técnica, assim como, a irregularidade da prestação de assessoria técnica, etc. Estes fatores têm determinado que parte dos trabalhadores destes programas sigam realizando sua subsistência mediante assalariamento nas fazendas circunvizinhas.

A criação dos empreendimentos de RAM perpassa uma operação de financiamento bancário aos camponeses pobres para a aquisição, à vista, de um imóvel rural ou fragmento deste. A transação de compra e venda de imóveis rurais realiza a renda absoluta da terra, favorece diretamente os fazendeiros que disporão de dinheiro em espécie para a aquisição de terras em outros locais, investir em outros setores da atividade produtiva ou qualquer outra coisa, favorece os bancos que receberão os juros dos mutuários mediante a amortização do financiamento, já os mutuários, por sua vez, apresentam dificuldades de pagamento destas anuidades e quando o fazem, realizam mediante o comprometimento de parte significativa da renda da terra.

Além disso, os empreendimentos de RAM têm, por parte do governo, um

tratamento ambíguo, pois ora contemplado com os recursos e políticas voltadas à reforma agrária (ex; créditos agrícolas), ora é tratado como propriedade particular, como exemplo, há a manutenção dos equipamentos comunitários do empreendimento. Isto exige que os mutuários realizem a manutenção, por exemplo, de uma estrada, com recursos próprios. Mas, como não há capitalização das comunidades, os equipamentos permanecerão deteriorados. Uma alternativa é reivindicar a contribuição do poder público na recuperação e/ou conservação dos equipamentos sociais. Nesta questão, residem outros limitantes que são a baixa politização e a capacidade de pressão das associações.

Portanto, as dinâmicas socioterritoriais, encontradas na RAM ao longo desta investigação, levam-me à percepção de uma maior proeminência da dimensão econômica da realidade. A economia e o mercado são espaços do capital. De forma que, enquanto esta dimensão for a mais proeminente, o campesinato, criado e recriado sob estas bases, tende a continuar subordinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tarde de 4 de agosto de 2004, deixei minha casa, na cidade satélite de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, dirigindo um Escort 1997, abarrotado com minha bagagem formada por: um punhado de roupas surradas, uma barraca de camping, inseparáveis materiais esportivos, quase todos livros que dispunha e meu computador de mesa. Iniciava ali uma longa viagem de 2.630 quilômetros que me separava da cidade de Presidente Prudente, onde viveria, entre muitas idas e vidas, até praticamente hoje, quando encerro esta fase da pesquisa. Na estrada meu inconsciente me guiou para o rumo da BR-116, até a cidade de Belo Horizonte, de onde terminaria de *cortar* Minas Gerais com destino a Franca, em São Paulo e, finalmente a longínqua Presidente Prudente.

No primeiro momento em que acelerei na Rodovia Rio-Bahia, em um lapso de segundo me veio à mente parte da minha infância. Lembrei que em 1982, *cortei* essa estrada em um ônibus com destino ao Rio de Janeiro, levado por meio pai para visitar meus irmãos, avó e outros parentes. O calor era intenso, em muitos trechos o ônibus balançava muito devido a inexistência de asfaltamento, mas diante da novidade da viagem e ansiedade em rever os meus, imagens da realidade marcaram minha memória para sempre. Nos locais onde a estrada praticamente inexistia, enquanto o ônibus reduzia a marcha para vencer as crateras na pista, uma legião de esqueléticos de todas as idades enfileirava-se ao longo da rodovia, segurando pás ou enxadas com uma mão enquanto a outra, acenava para o motorista e passageiros, esfregando os dedos polegar e indicador. Logo, meu pai ensinou-me que estavam pedindo dinheiro por haverem *tapado* os buracos. Foi neste momento, aos 8 anos de idade, que deparei-me conscientemente com a miséria. Outras vezes, ao longo da minha adolescência, passei por ali e sempre me doía a alma reencontrar-me com aquela realidade.

Naquele cálido agosto de 2004, muita coisa havia mudado em minha vida e, eu estava novamente cortando a Rio-Bahia, agora com destino a São Paulo. A estrada permanecia deteriorada como há 22 anos, as pessoas esqueléticas continuavam colocando pás de terra nos infinitos e profundos buracos sempre que se aproximava qualquer transporte automotor, para em seguida esfregar os dedos. O código social da miséria continuava nas margens da BR-116. Agora me aparecia haver mais pedintes. Senti a impressão que os adultos eram as crianças que vi em 1982, que os idosos eram os adultos daquela época e os jovens e crianças seus netos e filhos.

Em dezembro de 2005, quando viajei para Aracaju, tomei o mesmo rumo. Levava comigo o companheiro Sergio *Duas Unha* Gonçalves, sua companheira Solange Engelman e dois estudantes de geografia da UEPG. Quando entramos na BR-116, as conversas alegres e eufóricas que levávamos calaram-se, senti que um espanto de todos diante da invasão pelas janelas do carro do código social da miséria. Paramos. Conversamos com algumas pessoas, que ligeiramente rodearam o nosso carro. Descobrimos que tratavam-se de sem terras que se assalariavam, poucos meses do ano, em fazendas de café localizadas entre Jequié e Vitória da Conquista. Solange que vivera por 10 anos sob as lonas de acampamentos de sem terra no norte do estado do Paraná, visivelmente emocionada, perguntava-lhes se já haviam pensado em se organizar politicamente para lutar por direitos. As pessoas pareciam não compreender o que ela perguntava. A tristeza e indignação calou a todos. Silenciosos seguimos viagem.

Cerca de 10 anos antes da minha vinda para Presidente Prudente, José de Souza Martins (1994, p. 12-13) escreveu que “na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. As mórbidas cenas da Rio-Bahia, construída em 1950, expressam isso. Eu viaja, para ampliar as lentes e instrumentos que tenho utilizado, respectivamente, para enxergar e decifrar a realidade. Esta, ao longo desta pesquisa, me apresentou que o campo está em profundo processo de transformação. Os governos, sucessivamente, desde a ditadura militar, optaram por patrocinar o desenvolvimento do capital (nacional e transnacional) no campo, como estratégia de inserção do Brasil no capitalismo monopolista de forma subalternizada. Em curso, está uma nítida ação de reprimarização da economia, apostando no agronegócio como única alternativa de desenvolvimento. Contudo, para todos os lados que olho, por todas as partes que caminho, vejo a polarização extrema entre a riqueza, cuja outra face da medalha é a desigualdade, pobreza, miséria.

Partido do pressuposto que é inválida a premissa da possibilidade de uma única via de desenvolvimento, a qual se afirma o agronegócio. Compreendo que o desenvolvimento somente é possível quando ocorre de forma multidimensional, abrangendo a política, econômica, social, ambiental, cultural e demais dimensões da realidade. Deve ter centralidade na produção de relações sociais mais equânimes e não, necessariamente, harmônicas, mas sim em permanente conflitualidade que pode conduzir a processos e estágios

de superação das realidades desiguais. Creio que uma alternativa de desenvolvimento profícuo pode emanar das relações sociais de produção desenvolvidas pelo campesinato.

Esta pesquisa buscou analisar confrontativamente dois instrumentos de criação e recriação do campesinato no governo Lula: a reforma agrária e o crédito fundiário. Estes dois instrumentos configuram-se em políticas públicas contraditórias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária. São contraditórias porque a primeira, prevista na Constituição Federal é pelo princípio da função social da propriedade e prevê a ruptura com o rentismo fundiário representado na apropriação da terra como reserva de valor e para especulação. Embora seja um preceito constitucional, a presente pesquisa confirma o que já foi explorado por outros pesquisadores que me antecederam, que a criação de assentamentos de reforma agrária depende, muito, da realização da luta popular para pressionar o Estado, latifundiários, judiciário para que se realize o cumprimento da lei. Embora a luta social, encampada, principalmente, a partir das ocupações e marchas camponesas, seja fundamental para conquistar a desapropriação de fragmentos do território do capital e implantação dos assentamentos de reforma agrária, é fundamental que haja um comprometimento político dos governantes para levá-la adiante.

Por sua vez, o crédito fundiário, estruturado atualmente no Programa Nacional de Crédito Fundiário, que oferece aos camponeses 3 linhas de financiamento (CPR, NPT, CAF) e duas ações (TNB e TL) para compra de terras, vai na direção oposta da RA. Vale recuperar que está em curso na sociedade o que Santos (1998) metaforizou como sendo a crise do contrato social da modernidade. No bojo da globalização neoliberal impõe-se interpretação da realidade a partir de uma única dimensão que é a econômica, a do mercado. De modo que a análise hegemônica sobre o campo pauta-se no paradigma do capitalismo agrário. Suas bases sustentam a tese da transformação do mundo rural, com foco na necessidade de valorizar a pluriatividade rural como alternativa promissora de geração de renda, a multifuncionalidade no qual o campo assume funções como a moradia, veraneio, turismo, lazer serviços, etc.

Perspectiva que impõe, desde a teoria, a necessidade de *modernizar* o campesinato, convertendo-o em agricultor familiar, integrado aos mercados, ao agronegócio, tornando-se assim empreendedor e competitivo. Tais formulações emanam do modelo de *desenvolvimento rural sustentável*, elaborado pelos *think tanks* de instituições multilaterais

como o Banco Mundial e modelos em curso na União Européia. Contaminam e subordinam a produção científica e afirmam-se como políticas públicas. O crédito fundiário, em particular, trata-se de uma estratégia do Banco Mundial de criar na década de 1990, um instrumento de acesso à terra para camponeses pobres, sob o argumento do alívio da pobreza, mediante a introdução de um mecanismo fundiário.

O pacote é agrário neoliberal compõe-se de vários instrumentos que perpassam o levantamento do estoque de terras de um dado país, discriminando o que é terra pública e privada, estímulo a titulação alienável da terras, criação de bancos ou fundos de terras que financiem, com auxílio inicialmente do BM *modelos* de reforma agrária de mercado para camponeses pobres, sob o argumento de possibilitar maiores investimentos no campo, agilização da redistribuição fundiária para sujeitos mais *eficientes* e alívio da pobreza. Neste bojo, determinam a descentralização das ações fundiárias do Estado para os governos locais e deslocam o protagonismo da criação e recriação do campesinato para o mercado. Portanto, contribuem diretamente para realização do rentismo fundiários ao criarem no interior dos países credores uma liquidez destinada à compra de terra, que dificilmente seriam vendidas em outras condições.

A confrontação entre as duas formas de criação e recriação do campesinato em curso no Brasil há 12 anos, foi realizada a partir do método geográfico de forma que identifiquei que ambos ocorrem por meio dos processos de geográficos de espacialização e territorialização. A análise das relações socioespaciais em curso, nas duas políticas, evidencia o dimensionamento do espaço de socialização política.

No caso da reforma agrária este espaço é formado por 3 dimensões na qual as famílias se encontram entre si, trocam experiências, refletem sobre suas condições e os motivos das suas privações, identificam as formas de superar suas realidades e podem decidir organizar-se politicamente e entram na luta pela terra, ocorrendo sua territorialização no momento em que entram na terra, mediante a conquista dos assentamentos de reforma agrária. Os camponeses protagonizam, portanto seu processo de criação e recriação, compreendido aqui como suas (re)territorializações. Agora, já na terra as famílias dão prosseguimento à luta, agora para viabilizar o desenvolvimento territorial das comunidades recém criadas. E para tanto, o fazem dimensionando outros espaços políticos.

No caso da RAM, também há o dimensionamento do espaço de socialização política. Os conteúdos das relações socioespaciais são distintos que aqueles da reforma agrária. As regras, as condições o tempo e o espaço da possibilidade da criação e recriação do campesinato são definidos previamente em espaços político-institucionais. Os quais, embora organizações representantes de parcela do campesinato participe dos fóruns, o poder de decisão esta apropriado por outros sujeitos da burocracia e/ou outros ligados ao próprio capital. A mobilização dos camponeses se dá a partir da propaganda, da construção de territórios imateriais, assim como por agentes do capital identificados nos corretores fundiários ligados aos fazendeiros, políticos locais ou líderes comunitários com pretensões políticas, delimitando um espaço da subalternidade, que os convence a fundar associações de trabalhadores rurais destinadas exclusivamente para angariar financiamentos bancários para compra imóveis privados à vista.

O protagonismo do campesinato na sua própria criação o põe diante de uma situação de luta popular, organizada por um movimento socioterritorial que almeja não apenas conquistar a entrada na terra, mas sim alterar o pacto político que tem sustentado o Estado brasileiro à décadas, enfrentar o neoliberalismo e superar o modo de produção capitalista. Para tanto, se organiza, constrói sua matriz discursiva, retém os heróis populares, organiza seu referencial teórico. Assim parte para o enfrentamento com o capital rentista, com o judiciário, com o Estado, etc. Cria o conflito. É no cotidiano do conflito, no reinventar a luta cotidianamente que as famílias forjam suas identidades sem terra e constroem sua consciência de classe, que lhes servirão, posteriormente, para seguir na reivindicação por direitos.

Na reforma agrária de mercado, o campesinato é a todo o momento conduzido e convencido por agentes externos à sua condição. Não há espaço para uma reflexão sistematizada e profunda sobre suas realidades. A motivação é apenas encontrar uma coleção de seres humanos que não estejam *com o nome sujo na praça* para tomar um empréstimo no banco e comprar uma terra qualquer, que muitas vezes a escolha é induzida pelo articulador da própria associação de trabalhadores. Portanto, ao (re)territorializar-se encontram-se profundamente fragilizados para dar encaminhamento às questões cotidianas da permanência no assentamento e do desenvolvimento territorial. Nesse caso, a perspectiva da implantação da reforma agrária sem conflitos, como propõe o Banco Mundial, impede e/ou dificulta a construção da consciência da classe que permanece na maioria dos casos latente.

Os estudos realizados sobre as condições de implantação dos empreendimentos de reforma agrária norteada pelo mercado e dos assentamentos de reforma agrária demonstraram semelhanças e diferenças. A primeira semelhança entre ambas as realidades diz respeito às condições de conservação dos imóveis, entenda-se as benfeitorias, condições dos solos e ambiental. Embora o ordenamento jurídico determine, mais recentemente, que somente aquelas propriedades que não se enquadram nas diretrizes da reforma agrária podem ser negociadas por meio do crédito fundiário, as condições de abandono, desgaste e depredação ambiental demonstravam-se muito próximas daquelas encontradas nos assentamentos de reforma agrária, que por sua vez, se concretiza em áreas de imóveis que permaneceram por anos inexplorados, após longo período de exploração predatória. O que exige elevados e regulares investimentos no processo de recuperação e viabilização das atividades produtivas familiares.

Outra semelhança entre os projetos em implantação demonstra que geralmente há o ingresso de um número significativo de famílias nos projetos. Compreendo este processo no âmbito do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital no campo e seu conseqüente processo de criação de enorme quantidade de expropriados que desejam de uma forma ou de outra (re)territorializar-se mediante a entrada na terra. Um exemplo desse desespero das famílias, constatei no Acampamento Geraldo Garcia, onde as famílias, ao mesmo tempo que reivindicavam a desapropriação do latifúndio, negociavam a compra do imóvel vizinho ao latifúndio. Uma leitura enviesada sobre esta dinâmica, pode levar aqueles que “não querem ver” (Martins, *Ibid*) a ignorar a miséria que campeia e afirmar equivocadamente ações especulativas por parte daqueles que nada têm. A enorme pressão demográfica pode conduzir nos dois programas, ao ingresso nos projetos de número maior de indivíduos que a quantidade que as áreas suportam efetivamente. Este é um problema grave pois gera e gerará dificuldades estruturais de permanência das famílias e desenvolvimento territorial compatível com as necessidades das comunidades.

A manifestação desta problemática ocorre de forma diferenciada nas duas políticas em tela. Enquanto na reforma agrária isto se faz de forma consciente, na qual os movimentos socioterritoriais pressionam os órgãos gestores responsáveis pela implantação dos assentamentos, tendo em vista a necessidade de retirar as famílias de anos nas insalubres ocupações de terras. No crédito fundiário os camponeses pressionam os órgãos gestores para

aceitarem associações com numero mais elevado que o que comporta a área em negociação, tendo em vista a necessidade de acessar o montante de recursos suficiente para comprar as fazendas. Cria-se, nos dois casos, o grave impasse da inviabilidade dos projetos.

Este é um problema insolúvel. No caso da reforma agrária os sujeitos tendem a intensificar a luta política reivindicando do Estado as condições para viabilizar suas vidas e como as áreas estão estranguladas, a dependência tende a ser uma constante. No caso do crédito fundiário, a baixa capacidade organizativo-reivindicatória das Associações tende a colocar as famílias em dificuldades ainda maiores, como a que encontramos na Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim onde as famílias endividadas tentam se assalariar nas fazendas do entorno, utilizam inadequadamente a área de preservação permanente para a alimentar os animais. Ou ainda a situação das famílias na Associação do Campo Grande que se submetem a vender a força de trabalho para alimentar o gado.

Estas dinâmicas absurdas, demonstram ainda que as políticas fundiárias em curso têm uma característica imediatista, pois destina-se apenas às gerações presentes não criando no seu corpo condições para os processos sucessórios de um perfil de sujeitos, geralmente com enorme prole. Os filhos dos mutuários e beneficiários, dificilmente conseguirão nestas condições permanecer nas áreas arrecadadas e compradas. Restará a estes sujeitos a condição de subordina-se como jornaleiros no campo ou nas cidades ou engrossar os cordões de sem terra para entrar na terra, seja por meio da luta política ou por meio dos mecanismos de mercado, caso ainda existam em sua época.

Das diferenças entre os dois territórios em construção merece destacar, primeiramente, o prazo de instalação. A reforma agrária de mercado os créditos disponibilizados para os camponeses prevêm recursos para compra das terras implantação da infra-estrutura comunitária e partes da infra-estrutura produtiva. No caso o CPR os investimentos comunitários e produtivos são concedidos a fundo perdido e no caso do CAF reembolsáveis. A disponibilidade dos recursos permite que, se não houver problemas na prestação de contas da realização dos investimentos, os assentamentos são implantados com relativa agilidade. Já nos assentamentos de reforma agrária, os depoimentos dos camponeses demonstraram que a implantação inicial dos projetos esta submetida ao tempo lento da burocracia do INCRA e envolve em alguns casos a ação de funcionários que conspiram para

que os investimentos emperrem, criando um descompasso entre a necessidade de viabilização da vida e a liberação dos recursos e a realização dos investimentos. Neste contexto, exige que os trabalhadores se organizem para pressionar politicamente o órgão gestor da reforma agrária.

Outra diferença importante, diz respeito ao tratamento despendido pelo Estado após a criação dos dois tipos de projetos. Enquanto que na reforma agrária o assentamento é um território camponês cuja atribuição de manutenção é do Estado, até que o mesmo atinja patamares de estruturação suficientes para sua emancipação. O que no pensamento neoliberal gera uma grande dependência dos camponeses das ações do Estado que deve ser eliminada mediante estímulos e investimentos, com vistas a acelerar o processo de emancipação. Os empreendimentos de RAM tem um tratamento ambíguo, no qual algumas as ações de implantação correlacionam-se com a magnitude dos recursos disponíveis mediante empréstimos, mas os territórios, por assim dizer, já nascem emancipados tendo em vista que são encarados também como propriedades privadas forçando os mutuários a criar as condições de manutenção dos projetos.

A condição de pagamento das terras financiadas e arrecadadas também é uma diferença fundamental. Nos assentamentos de reforma agrária as famílias não se importam com a contratualidade de pagamento previsto e seguem construindo alternativas para desenvolverem o território, mediante a pressão junto ao Estado e construção de articulações com diferentes atores que possam contribuir seja como créditos, construção de conhecimento, ou oferecendo ou ampliando a gama de serviços que necessitam. Buscam cotidianamente fortalecer as práticas de ordenamento do seu território. A entrada na terra é encarada como uma conquista advinda da luta política protagonizada por eles mesmos.

Na RAM as famílias dividem suas preocupações com a necessidade de gerar a renda necessária a subsistência da família e a geração de excedentes que somem o montante necessário para quitar os compromissos assumidos junto ao agente financeiro. Por sua vez, o ordenamento territorial já vem previamente definido, no caso do CPR, uma vez que o ordenamento territorial prevê a destinação de um lote de moradia, uma parcela produtiva familiar e uma área comunitária. Contudo, as trajetórias de vida e a condições de

formação de agrupamento das famílias não criaram espaços necessários ao despertar da potencialidade do trabalho comunitário.

Quando isto ocorre, se dá apenas de forma parcial, voltado para angariar renda para pagar uma dívida previamente contraída. A condição dos sujeitos os impede de perceber esta forma de organização produtiva de modo mais amplo, como uma potencialidade política, como práxis libertadora. Ademais, como os empreendimentos apresentam, na maioria dos casos, condições limitantes a realização da produção, cenários de desagregação comunitária se delineiam no interior das associações, nos quais afloram com maior proeminência a diferenciação social do campesinato, expressa na oposição entre aqueles que conseguem pagar a dívida, e os que não conseguem, que são responsabilizados pela condição de endividamento da coletividade.

Tais condições de implantação destas políticas me conduziram a compreender a RA como um território da política. Pois não é a política pública por si só que viabiliza o assentamento. Mas é a capacidade de organizar-se dos sujeitos que permite a construção de alianças que contribuam para a fixação dos trabalhadores na terra e seguir a senda da construção de suas realidades. Por sua vez, a forma de ingresso na RAM mediante a realização da renda absoluta da terra, identificada na venda do *ativo terra*, e freqüente condição de endividamento torna proeminente a dimensão econômica da realidade, me estimulando a interpretá-la como um território da economia, do mercado, no qual o capital tem mais poder que os camponeses, subordinando-os aos seus interesses. Faz-se necessário, portanto, que as Organizações sindicais alterem a prática de defesa do cumprimento cego do ordenamento jurídico da RAM e volte-se para suas bases, fortalecendo-os para enfrentar as condições em que se encontram.

Nesse sentido, sinto-me obrigado a realizar uma interpretação sobre a flexibilização da posição política do MST/SE ao entrar no crédito fundiário. Como afirmei anteriormente, a RAM, mais que isso o pacote fundiário neoliberal, foi criado com o objetivo de eliminar os conflitos fundiários e criar um consenso (pelo mercado) no processo conflituoso de criação e recriação do campesinato. Contudo, o movimento do real tem demonstrado que assim como no Brasil, em diferentes países da Ásia, África e América Latina, a luta popular permanece. O campesinato recria formas de ser protagonista da sua recriação e difunde as ocupações de terras como metodologia de maior

impacto para pressionar os órgãos competentes pela reforma agrária. Simultaneamente, a RAM se territorializa em uma tentativa de blindagem da propriedade privada rural, frente à ameaça imposta pelos trabalhadores, coopta camponeses, líderes e movimentos socioterritoriais.

Um exemplo é o que está em curso em Sergipe, onde o MST já configura como a Organização que mais demanda terras pelo crédito fundiário. Embora, compreenda esta postura como um movimento de cooptação exercido por parte do atual governo do Estado, Marcelo Déda, aliado histórico do MST. A sua inserção se faz de forma organizada. Ou seja, demandam todas as áreas que não podem mais ser desapropriadas pelo programa de reforma agrária, mediante o estabelecimento do conflito por meio de ocupações, e assim mantêm as famílias sobre seu processo educativo-ideológico e forçam os fazendeiros a negociarem os imóveis conquistando preços mais baixos.

Porém, ao mesmo tempo que vislumbro que a Organização poderá sofrer uma crise por esta opção, com um número crescente de sua base almejando entrar na terra por este instrumento. A análise de documentos internos e as posturas adotadas contra o neoliberalismo em nível internacional me faz crer que esta organização trará a RAM do território da economia para o território da política e orientará sua base para o descumprimento da contratualidade financeira, em uma tentativa de apropriar-se da política para destruí-la por dentro.

A análise dos dados referentes à territorialização da RAM e RA no Brasil demonstrou que a segunda é a principal forma de criação e recriação do campesinato. Embora os governos analisados, em virtude da correlação de forças favoráveis aos ruralistas, mantenham-se optando por realizar a criação de projetos de assentamento em áreas públicas ou da própria reforma agrária mediante o reordenamento fundiário, ao invés de enfrentar o latifúndio, a concentração e o rentismo fundiário.

Por sua vez, a RAM que não deslanchou em numero de famílias, já atinge uma proporção significativa do montante de famílias de que entraram na terra desde sua criação em 1997. Ao ser controlado pelo mecanismo da oferta e procura, encerra-se por pulverizar-se espacialmente naqueles estados em que está em processo de implantação. A

observação da amplitude no governo Lula, e a postura dos governadores eleitos pelo PT frente a este instrumento fundiário, me faz crer, que esta tornou-se uma política fundiária incorporada ao programa deste partido que, contraditoriamente sempre defendeu a reforma agrária.

Em diferentes países aqui perscrutados, onde a RAM atuou, houve elevação dos preços das terras. No caso brasileiro, em particular nas incursões em Sergipe, o teto estipulado para o CPR já não atinge os valores de terras praticados naquela unidade da Federação. Em São Paulo, onde as terras são mais valorizadas a expansão do programa encontrou o primeiro entrave nos patamares dos preços. No caso sergipano, substitui-se, agora, a linha CPR pela CAF cujo teto de financiamento é mais elevado.

Decorrente disto aponto algumas tendências: a) uma de explícita intencionalidade de individualização do campesinato mediante ingresso no CAF, fragmentando ainda mais o campesinato deste programa; b) criação de uma condição na qual ganham os fazendeiros ao negociar várias parcelas isoladamente, como se fosse um loteamento; c) a disponibilidade de mais crédito gerará ao mesmo tempo, maior liquidez, estimulando um comportamento crescente nos preços das terras, de modo que em determinado período esta linha de financiamento (CAF) não mais conseguirá comprar as propriedades, se auto-destruindo ou determinando a pauta política dos sindicatos que reivindicarão a elevação dos tetos de financiamento, para o deleite dos proprietários; d) quanto maior o tamanho do financiamento, maior será o tamanho da dívida para os camponeses, que se continuarem a criar-se e recriar-se sobre estas bases tenderão a desterritorializa-se.

Neste contexto, advogo a necessidade de reativação de campos de luta política na agenda da Via Campesina Brasil, entorno do enfrentamento radical às políticas fundiárias neoliberais. Ao mesmo tempo em que prossigam com o enfretamento ao agronegócio, e exigindo a realização de um programa de reforma agrária multidimensional, com centralidade no governo federal e sobre o controle dos trabalhadores com vistas a alterar o pacto político que sustenta o Estado brasileiro há pelo menos 500 anos. Com vistas a possibilitar a construção de uma sociedade que elimine a fúnebre e vergonhosa realidade daqueles que encenam os diversos códigos sociais da miséria, nos diversos circuitos marginais Brasil, adentro e afora.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio. (orgs.) **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 207 - 228.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no rural brasileiro?. In: **Terra Livre**. São Paulo, n.15, p. 87-112, 2005.

ALMEIDA, Gilmara. Tratores destroem barracos do MST. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 05 ago. 2005. PG B1/capa, nº 9325.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Paisagens urbanas e a construção de territorialidades em Fortaleza. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, Sobral, CE, v.2/3, n. 1, p.9-15, 2000-2001.

ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evilina., ESCOBAR, Arturo. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANDRADE, Manuel Correa. de. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local , In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A de.; SILVEIRA, M. A. (orgs). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p.213-220.

BANCO MUNDIAL/BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Relatório e recomendação sobre solicitação de inspeção**. Brasília, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Llegando a los pobres de las zonas rurales**. Washington, DC: Banco Mundial, 2002^a. Disponível em <<http://www.worldbank.org/rural>>. , Acessado em 19 de jun. 2008, 01:05.

BANCO MUNDIAL. **Alcanzando a los pobres rurales: nueva estrategia del desarrollo rural del Banco Mundial - Resumen**. Washington, DC: Banco Mundial, 2002b. Disponível em <<http://www.worldbank.org/rural>>. , Acessado em 19 de jun. 2008, 00:53.

BARROS, Flávia; SAUER, Sérgio; SCHWARTZMAN, Stephan (orgs). **Os impactos negativos a política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial**. Rede Brasil, 2003.

BOLETIM DO DESER. Banco da Terra: uma análise econômica, n. 102. Curitiba: Departamento Sindical de Estudos Rurais, n. 102, 1999. 23 p., n. 102, Edição especial.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa, **Por uma Geografia Nova na construção do Brasil**. João Pessoa: AGB, João Pessoa, 2002, p. 1-10.

BORRAS, SATURNINO. É possível implementar a reforma agrária redistributiva através de esquemas de transferência voluntária de terra com base no mercado? evidências e lições das Filipinas. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio. (orgs.) **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 133 – 169.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos II: por um movimento social europeu**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

BOVÉ, José.; DUFOUR, François. **O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim**. Entrevista com Gilles Luneau. São Paulo: Editora UNESP, Tradução Angela Mendes de Almeida e Maria Teresa Van Acker, 2001.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acessado em 10 fev. 2007.

_____. Decreto n. 13.700, de 13 de março de 1964. Dispõe sobre declara de interêsse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. **Senado Federal: subsecretaria de informações**. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>> Acessado em 21 abr. 2007, 20:26.

BRASIL. **Reforma agrária: um compromisso de todos**. Brasília: Presidência da República/SECOM, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR.HTM> Acessado em 12 de ago. 2008, 01:03.

BUAINAIN, Antonio Márcio. **Avaliação do programa Cédula da Terra**. Programa Cédula da Terra: resultados preliminares, desafios e obstáculos. Campinas: NEAD, 1999.

BURBACH, Roger.; FLYNN, Patrícia. **Agroindústria nas Américas**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CARDOSO, Ferando Henrique. **Mãos a obra Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1994, p. 101 – 103.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974.

CINFORM. **MP cobra fiscalização nos assentamentos de Sergipe**: omissão dos órgãos ambientais nas áreas de reforma agrária no Estado gera devastação. 2 mai. 2007.

CINTRA, Maria da Conceição Barbosa. **A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe**: 1985-1997. Recife, 1999. 149. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. Campinas, SP, 2005. 297. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. **Documento base do 9º congresso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais**. Brasília: CONTAG/FETAG's/STR's. 28/2, 1, 2, 3 e 4 de março de 2005.

CORRALES H. M. et al. **Avaliação do projeto cédula da terra: estado do Ceará**. Fortaleza, (relatório impresso), 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo, In: SANTOS, M.; SOUZA, Maria Adélia de.; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs) , **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994, p. 251–256.

DEININGER, Klaus. **Políticas de tierras para el crecimiento y la reducción de la pobreza**. Bogotá: Alfaomega/Banco Mundial, 2003.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FELICIANO, Carlos Alberto. O movimento camponês rebelde no governo FHC. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/ SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2/1, 2003, São Paulo, **O campo no século XXI: território de vida de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: USP, FFLCH, DGEO, Laboratório de Geografia Agrária, São Paulo, 2003, p. 1-15.

FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. 2002, Disponível em: <<http://www.abrarefaagraria.org.br/artigo132.doc>> Acessado em 04 de abr. 2004^a.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, Anderson Antonio da; GIRARDI, Eduardo Paulon. Questões da Via Campesina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4, 2004, Goiânia, **Setenta anos da AGB**: as transformações no espaço e a geografia no século XXI. Goiânia: IESA/UFG/AGB, 2004b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005^a. Disponível em: <

http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Fernandes.pdf>.

Acesso em: 17 nov. 2006.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005b.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo, Còrtez, 2001.

_____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Que Reforma Agrária ?** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14, 1998, Presidente Prudente - SP. **Anais...** Presidente Prudente, SP: vol. II, Fet/UNESP - Departamento de Geografia, p. 23-30.

_____. **A judicialização da reforma agrária.** In: **GEOUSP.** São Paulo: n. 1, p. 35-39, 1997.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FRANCO, M. C. P. **Xagu: de sem terra à assentado:** um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo. Rio de Janeiro, 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GARCIA, Antonio. **Dinâmica de las reformas agrarias en América Latina.** 3 ed. Medellín/Bogotá: Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1970.

GARCIA, D. P. **Avaliação preliminar do componente fundiário do Projeto São José.** Banco Mundial, (relatório impresso), 1998a.

GARCIA, D. P. et al. **Avaliação preliminar dos projetos do programa Cédula da Terra no Estado da Bahia.** Brasília, (relatório impresso), 1998b.

GARCIA, D. P. & VEGRO, C. **Cédula da Terra e Projeto São José. Estudos preliminares sobre a renda familiar e a capacidade de pagamento dos financiamentos.** Brasília, 1999. (mimeografado), 1998.

GAUSTER, Susana. **Aplicação das políticas agrárias do Banco Mundial na Guatemala: 1996 – 2005.** In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio. (orgs.) **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 77 – 102.

GOMÉZ, Jorge Ramon Montenegro. **Desenvolvimento em desconstrução:** narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente, 2006. 438p Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”.

GORZ, André. **O imaterial:** conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Júnior, São Paulo: Annablume, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Modernização desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola.** IN: _____. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 141-225.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual reforma agrária?** Terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 107-153.

HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EdUFF, 1998.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão, In: CASTRO, I. E de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HIDALGO, Zugleimia del Carmen. 1999. **Reforma agrária solidária: estado do Ceará**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Reestruturação territorial e fundamentação da reforma agrária: comunidades indígenas, mineração de ouro e Banco Mundial. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio. (orgs.) **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 49 – 74.

INCRA. **Norma de execução nº 36, de 30 de março de 2004**. Fixa e altera os valores de créditos instalação, de obras de infra-estrutura e de serviços para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. 2004a, <www.incra.gov.br>, Acessado em 1 ago. 2008.

INCRA. **Norma de execução nº 37, de 30 de março de 2004**. Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma agrária. 2004b, <www.incra.gov.br>, Acessado em 1 ago. 2008.

INCRA. **Norma de execução nº 38, de 30 de março de 2004**. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Assentamentos Rurais Sustentáveis. 2004c, <www.incra.gov.br>, Acessado em 1 ago. 2008.

INCRA. **Norma de execução nº 40, de 30 de março de 2004**. Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. 2004d, <www.incra.gov.br>, Acessado em 1 ago. 2008.

INCRA. **Instrução normativa nº 19, de 6 de setembro de 2005**. Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária. 2005, <www.incra.gov.br>, Acessado em 1 ago. 2008.

KAUTSKY, Karl **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LAHIFF, Edward. O Estado, o mercado ou o pior de ambos: a reforma agrária de mercado na África do Sul. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio. (orgs.) **Capturando a terra:**

Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 103 – 131.

LEAL, Laurindo (org.) . **Reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas**. 2 ed. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.

LEBERT, Tom. Reforma agrária e ocupação de terra no Zimbábue. In: MARTINS, Mônica Dias (org.) **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. 1 ed. São Paulo: Viramundo, Rede de Pesquisa e Ação Sobre a Terra, 2004, p. 160 – 178.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge:Blackwell Publishers, 1991.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEONARD, Rebeca; AYUTTAHAYA, Kingkorn Narintarakul Na. Titulação da terra na Tailândia. In: MARTINS, Mônica Dias (org.) **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. 1 ed. São Paulo: Viramundo, Rede de Pesquisa e Ação Sobre a Terra, 2004, p. 202 – 222.

LOPES, Eliano. Sérgio. Azevedo. Comentário sobre a “Nova Reforma Agrária” do governo FHC. **Candeeiro**, Aracaju, SE, Ano 2, v.3, p.12-17, outubro de 1999.

LOWY, Michel., BETTO, Frei. **Valores de Uma Nova Civilização**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/betto02.html>> Acessado em: 9 ago. 2004.

LUPION, Abelardo. **Voto em Separado: relato dos trabalhos da CPMI “da terra”**. Brasília: Congresso Nacional, Comissão Mista Parlamentar de Inquérito “da Terra”. nov. 2005.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do conceito de Camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa, **Por uma Geografia Nova na construção do Brasil**. João Pessoa: AGB, João Pessoa, 2002, p. 1-9.

MARTINS, José de Souza. Situações diferenciais de classe social: operários e camponeses. In: **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 49 – 117.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo, Edusp, 2000^a.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo, Hucitec, 2000b.

_____. **O Cativo da Terra**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, Mônica Dias. (org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viamundo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, s/d

MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO. **Proposta para elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA**. Brasília: MIRAD, 1985.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural**. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=24>> Acessado em 01 fev. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Projeto crédito fundiário e combate à pobreza rural**. Brasília: Dez. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2003 – 2006: Lula). **Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Nov. 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Banco da Terra**. Disponível em: <<http://www.bancodatterra.gov.br/bt1.htm#bt1>> Acessado em: 29 mar. 2002.

MONDRAGÓN, Hector. Colômbia: mercado de terras ou reforma agrária, eis a questão. In: MARTINS, Mônica Dias (org.) **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. 1 ed. São Paulo: Viamundo, Rede de Pesquisa e Ação Sobre a Terra, 2004, p. 83 – 100.

MOTTA, Márcia. (org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAES; Antonio Carlos Rober de. COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOURA, Antonio Marcos Pontes. de. “A porteira está aberta” – a atuação do Programa Cedula da Terra –PCT no estado do Ceará. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS, 9, 2003, Aracaju, **Reestruturação produtiva, trabalho, formação profissional**. Aracaju: AGB Seção Aracaju, 2003, p. 1-7.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Ago., 1995a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Pauta da marcha pela reforma agrária**. 1995b, Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2074>>, Acessado em: 13 ago. 1:42.

NAVARRO, Zander. **O projeto-piloto “Cédula da Terra”** – comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. 1998, Disponível em: <<http://www.nead.org.br>> Acessado em 04 de abr. 2004.

NEAD. **Sergipe realiza seminários regionais sobre o crédito fundiário**. Brasília: NEAD, 20 a 26 mai. 2002. n. 135, Notícias agrárias. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?noticia=149&boletim=135>> Acessado em: 28 abr. 2007, 19:23.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Reforma agrária**: as reações aos planos. 5 mai. 1986.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, OIT. **Trabalho escravo no Brasil do Século XXI**. Disponível em < www.ilo.org/declaration>. Acessado em 22 de abr. 2008, 23:58.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.; MARTINS, Horácio. **Agricultura brasileira: tendência, perspectivas e correlação de forças sociais**. Brasília: Via Campesina, 2004. (Caderno de formação).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Reforma agrária. In: MOTTA, Márcia. (org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 385-391.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. Porto Alegre: mimeo, 2006.

_____. Quem sabe faz a hora não espera acontecer, O MST como movimento sócio-territorial moderno. **Revista USP**, nº 64, p. 156-172, dez./jan. 2004/2005.

_____. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. In: **Agricultura brasileira: tendência, perspectivas e correlação de forças sociais**. Brasília: Via Campesina, 2004. (Caderno de formação).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da geografia).

_____. **A geografia das lutas no campo**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1993. (Repensando a Geografia).

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série princípios).

OLIVEIRA, N. B. de. **Lutando pela terra**: abrindo mão de um poder alternativo. Aracaju, SE, 1996. 455. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

OUTHWAITE, William. et al. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução: Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PAUGAM, S. O debate em torno de um conceito: pobreza, exclusão e desqualificação social. In: VÉRAS, M. B., SPOSAT, A. e KOWARICK, L. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 115-133.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Rio de Janeiro, RJ, 2004. 281. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PIMPLE, Minar. Problemas e desafios da reforma agrária na Índia. In: MARTINS, Mônica Dias (org.) **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. 1 ed. São Paulo: Viramundo, Rede de Pesquisa e Ação Sobre a Terra, 2004, p. 181 – 201.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 46ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRONESE. **Plano operativo anual 2007**. Aracaju: PRONESE/ASPLAN/Gerência de Crédito Fundiário, abr. 2007.

PRONESE. **Relatório de Atividades no ano de 2007 e período 2003 – 2007**. Aracaju: PRONESE/ASPLAN/Gerência de Crédito Fundiário, abr. 2008.

QUIJANO, Aníbal. Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina. In: LIPSET, S. M. e SOLARI, E. (org.) **Elites y desarrollo en América Latina**. 2 ed. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1971. p. 254-307.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, construção de territórios e formação profissional. Presidente Prudente: mimeo, 2006.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do camponato. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 46 – 58, jan./jun. 2005. Disponível em: <
http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Ramos%20Filho.pdf> Acesso em: 01 fev. 2007.

_____. **“Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado”**: MST e novas territorialidades na Unisa Santa Clara. Aracaju, 2002. 162. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

_____. A crise do contrato social da modernidade: o caso da reforma agrária de mercado do Banco Mundial. **Revista Formação**. Presidente Prudente, v. 01, n. 12, p. 143 – 163, 2005.

RAMOS FILHO, Luiz Otávio; ALY JÚNIOR, Osvaldo. (editores). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. Ciclo de Debates. 3 ed. São Paulo: INCRA/SP, 2005.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luiza. **As políticas do Banco Mundial para estrutura fundiária brasileira**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/La Via Campesina, s/da.

_____. **A falência do Programa de Crédito Fundiário do Banco Mundial**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/La Via Campesina, s/db.

REYDON, B. P.; PLATA, L. A. **Evolução recente do preço da terra rural no Brasil e os impactos do Programa Cédula da Terra**. Disponível em: <
<http://www.nead.org.br/index.prep?ação=biblioteca&publicaçãoID=93>> Acessado em 04 de abr. 2004.

ROSSET, Peter. O bom, o mal e o Feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, Mônica Dias. (org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004, p.16-24.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SADER, E. Idéias e questões. In: **Quando novos personagens entram em cena: neiroriências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 25-60.

SAMPAIO, M. S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**: Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 01, p. 17-32, jan. 1997.

SANTOS. Boaventura da Silva Santos. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gadiva, 1998, p. 5-69.

SANTOS, Marcelo. **Publicação eletrônica**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <eramosfilho@gmail.com> em: 7 out. 2007.

SANTOS. A. F.; ANDRADE, J. A. **Geografia de Sergipe**: 1º grau. Aracaju: SEED, 1986.

SANTOS, G. R. dos. **Então eu penso que as coisas são como houvera de ser**: o cotidiano dos pequenos agricultores de Sergipe. Aracaju, SE, 1999. 116 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. **O espaço do cidadão**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS. M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de.; SILVEIRA, M. L. (orgs) , **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAUER, Sérgio. **A proposta de “Reforma Agrária de Mercado” do Banco Mundial no Brasil**. 2001, Disponível em: <<http://www.abrareformaagraria.org.br/artigo73.htm>> Acessado em 04 de abr. 2004.

SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio. (orgs.) **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993. (Estudos Brasileiros n. 1).

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Governador se reúne com dirigentes da CUT. **Agência Sergipe de Notícias**. Aracaju, 19 mar. 2007^a. Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br>> Acessado em: 20 mar. 2007, 00:04.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Governo quer assentar mil famílias em 2007. **Agência Sergipe de Notícias**. Aracaju, 25 jan. 2007^b. Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br>> Acessado em: 20 mar. 2007, 00:18.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Paulo Viana assume defendendo a valorização da economia rural. **Agência Sergipe de Notícias**. Aracaju, 4 jan. 2007^c. Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br>> Acessado em: 6 mar. 2007, 20:00.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Governo capacita representantes do MST para acesso ao Crédito Fundiário. **Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe**. Aracaju, 18 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.pronese.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=8>> Acessado em: 22 abr. 2007, 17:25.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap: Petrópolis, n. 26. 1980.

_____. **Naturaleza y logica de la economia campesina**. Barcelona: Ed. Anagrama, s/d.

SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Ocupações de terras – 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. In: **Conflitos no campo Brasil 2005**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006, p. 96-108.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. 2 ed. Maceió: ABRA/EDUFAL, 1997.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 165 - 190.

SILVA, R. M.; LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju, SE: ADUFS, 1996.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas/SP: Unicamp, IE, 1996. p. 169-90.

_____. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SIVEIRA, Ubaldo. **Reforma agrária: a esperança dos “sem-terra”**. Franca: UNESP – Campus de Franca, 2003.

SLATER, David. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina., ESCOBAR, Arturo. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, 503-533.

SPAROVECK, Gerd. **Crédito fundiário e qualidade de vida no campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005.

_____. **Diagnóstico qualitativo dos assentamentos implantados no projeto de crédito fundiário no programa de crédito fundiário**, 2006.

STÉDILE, João Pedro.; FERNANDES, Beranrdo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946-2003)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____.(org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História econômica de Sergipe: 1850-1930**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

TANAKA, Laura Saldívar. A reforma agrária mexicana: do *ejido* à privatização. In: MARTINS, Mônica Dias (org.) **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. 1 ed. São Paulo: Viamundo, Rede de Pesquisa e Ação Sobre a Terra, 2004, p. 121 – 142.

TEIXEIRA, G. **‘Crédito fundiário e combate à pobreza’ versus ‘Banco da Terra’:** trocando o seis, por meia dúzia. Disponível em: <<http://www.abrarefaormagraria.org.br/artigo06.htm>> Acessado em 04 de abr. 2004.

TEÓFILO, Edson. **A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil**. Brasília: Editora Abaré/NEAD/Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário, 1994.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa – ação**. 6 ed. São Paulo: Cortês, 1994.

THOMPSON, Edward. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciencia”. In: NEGRO, Antonio Luigi., SILVA, Sérgio. (orgs.) **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Edunicamp, 2001, p. 269-281.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24; 86-149; 416-428.

_____. **A formação da classe operaria inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 291-347.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, fenomenologia, marxismo**. 3 ed. São Paulo, Atlas, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unesp.br/pages/normalizacao.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. (Normas para apresentação de documentos científicos, 2).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Referências**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. (Normas para apresentação de documentos científicos, 6)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Citações e notas de rodapé**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. (Normas para apresentação de documentos científicos, 7).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Redação e editoração**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. (Normas para apresentação de documentos científicos, 8).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Tabelas**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. (Normas para apresentação de documentos científicos, 9).

WOORTMANN, Klaus. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**, Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, p. 11-73.

VALENTE, Rubens. Requisitos são cumpridos, afirma governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2007. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1902200703.htm>> Acessado em 15 abr. 2007, 22:39.

VEIGA, José Eli da. **O que é reforma agrária**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIA CAMPESINA. **A armadilha do Crédito Fundiário do Banco Mundial**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Rede Terra de Pesquisa Popular/ La Via Campesina, 2006.

WELCH, Cliff. **Agronegócios e a agricultura familiar no Estados Unidos**. Comunicação Coordenada: Modelos de desenvolvimento em conflito: o agronegócio e a via camponesa. s.d.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, ALCEU. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZIMMERMAN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al (orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidiscipliar**. São Paulo: Universid FERNANDES, Bernardo Mançano. (coord.) et al. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra**, 2006. **Presidente Prudente**: FCT/NERA, 2007. ade Estadual Paulista, 1994.

Lista de entrevistados

Dona Maria – Mutária do CPR em Porto da Folha, membro da Associação Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim.

Edvaldo Pereira dos Santos – Assentado e líder comunitário do Projeto de Assentamento Treze de Maio, localizado no município de Japatuba.

Gabriel Gomes do Nascimento – Assentado no Projeto de Assentamento Treze de Maio, em Japatuba.

Tiago - Assentado no Projeto de Assentamento Treze de Maio, em Japatuba.

Edvaldo “Já Morreu” - Assentado no Projeto de Assentamento Treze de Maio, em Japatuba.

Seu “Terra Dura” - Assentado no Projeto de Assentamento Treze de Maio, em Japatuba.

Miguel - Assentado no Projeto de Assentamento Treze de Maio, em Japatuba.

Gerson José Neto – Mutário do CPR em Salgado, membro da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado.

Homem cujo nome não foi identificado na entrevista – Assentado no Projeto de Assentamento Luiz Beltrano, localizado no município de Nossa Senhora da Glória.

José Evangelista Alves dos Santos, *Seu Jandú* – Mutuário em Tobias Barreto, tesoureiro da Associação dos Moradores do Povoado Campo Grande.

Jocélio – Assentado e liderança no PA Luiz Beltrano, localizado no município de Nossa Senhora da Glória.

Lucivaldo – Mutário do CPR em Salgado, membro da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Salgado.

Seu Jorge – Assentado e liderança no PA Luiz Beltrano, localizado no município de Nossa Senhora da Glória.

Alan – Técnico do Projeto de Assentamento Treze de Maio.

Mulher cujo nome não foi identificado - Assentada e liderança no PA Luiz Beltrano, localizado no município de Nossa Senhora da Glória.

Padre Nanai – Assentado no Projeto de Assentamento Treze de Maio, Pároco, Secretário Adjunto da Agricultura de Japatuba.

Rubens – Licenciado em Geografia e líder comunitário do povoado Lagoa do Roçado em Porto da Folha, articulador da Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim

Eriberto – 34 anos, ex-militante do MST e do MPA, atualmente é presidente e mutuário da Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim.

Geninho – 43 anos, mutuário e vice-presidente da Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim.

Maria de Oliveira Silva – 41 anos, mutuária da Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim.

Beto – Mutuário da Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim.

“Baiano” – Assentado no PA 17 de Abril, localizado no município de Estância. Ex-militante do setor de produção do MST, atualmente coordena as famílias do Acampamento Geraldo Garcia.

Sr. Raimundo e esposa. – Acampado no Geraldo Garcia, localizado no município de Estância.

Esmeraldo Leal – Dirigente estadual e membro do setor de relações internacionais do MST. Licenciado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe.

“Espaço” – Dirigente estadual do Movimento de Luta Camponesa (MLC)....

Messias – Dirigente estadual e coordenador do setor de produção do MST, atualmente atua como coordenador político do PA José Emídio dos Santos, situado no município de Capela. Milita no MST há 14 anos. Anteriormente exerceu a função de coordenador político da secretaria estadual do MST-SE e participou da coordenação política da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, em Brasília.

Paulo Andrade – Dirigente da FETASE e consultor do PNCF-SE pelo movimento sindical.

Padre Gerard Lutie – Prefeito do município de Japaratuba.

Outros assentados na reunião com Padre Geraldo

João Andrade dos Santos “Pecebinho” – Assentado no PA José Emídio dos Santos, ficou acampado na Usina Santa Clara por 10 anos. Hoje contribui com a coordenação do assentamento.

Maria Vasconcelos “Preta” – Vereadora do município de Salgado pelo PRP, exercendo o primeiro mandato, atuava no campo de oposição quando da realização da entrevista.

Maria Silvanira dos Santos – Assentada e coordenadora do assentamento PA 17 de Abril, situado no município de Estância

Valdomiro – Historiador pela Universidade Federal de Sergipe, exerce a função de Gerente Geral do Crédito Fundiário em Sergipe.

Dona Laura – Assentada no PA Karl Marx, situado em Lagarto

Vieira – Coordenador do PA Karl Marx, situado em Lagarto

José Elton Teixeira da Silva – Assentado e liderança do PA Karl Marx

José Machado dos Santos “Nô” – Mutuário do CPR, Salgado...

Assentados do Piauí de Baixo

José Batista de Carvalho – mutuário do Banco da Terra e presidente da Associação dos Produtores Rurais Fruto da Terra Simão Dias, localizado no município de Simão Dias.

